

COLLEÇÃO
DAS
DECISÕES DO GOVERNO
DO
IMPERIO DO BRASIL.
1837.

=====
TOMO XX.
=====



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

—•—
1857.

INDICE DAS DECISÕES DO GOVERNO.

1857.

PAG.

N.º 1.	— GUERRA. — Aviso de 2 de Janeiro de 1857. Declara que ao Cirurgião-mór do Exército compete a escolha dos Officiaes do Corpo de Saude para qualquer commissão.....	1
N.º 2.	— Aviso de 2 de Janeiro de 1857. — Altera as disposições dos arts. 21, 22 e 26 das Instruções approvadas por Aviso de 26 de Abril de 1855, para os exames e classificação ordinal dos alumnos da Escola de Applicação.....	»
N.º 3.	— IMPERIO. — Aviso de 2 de Janeiro de 1857. Declara nulla as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, que ultimamente tiveram lugar nas Parochias de Santo Antonio, e de S. João Baptista da Lagoa, do Municipio da Côrte, e marca o dia para se proceder nas referidas Parochias á novas eleições tão sómente para Juizes de Paz.....	2
N.º 4.	— Aviso de 3 de Janeiro de 1857. — Declara que ao Poder Legislativo e não ao Governo compete resolver se os Supplentes ou Substitutos dos Empregados, de que trata o art. 1.º § 20 do Decreto n.º 843 de 19 de Setembro de 1855, são comprehendidos na sua disposição, quer se achem. quer não, em exercicio ao tempo da eleição.....	4
N.º 5.	— Aviso n.º 1 de 5 de Janeiro de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — Approva o contracto celebrado em 30 de Dezembro findo com Jacob Rheingantz.....	»
N.º 6.	— Aviso n.º 1 de 5 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente do Maranhão. — Resolvendo as duvidas apresentadas pelo Vigario de Pastos Bons, sobre o registro das terras possuidas.....	5

- IVQ
- N.º 7. *—IMPERIO.—Circular de 7 de Janeiro, de 1857.—Aos Presidentes de Provincia.—Comunica queas relações das pessoas multadas por falta de registro, devem ser remettidas directamente ás respectivas Thesourarias para estas effectuarem a cobrança das multas..... 6
- N.º 8. —Aviso n.º 2 de 8 de Janeiro de 1857.—Ao Director Geral das Terras Publicas.—Approva o contracto celebrado em 31 de Dezembro findo com Theophilo Benedicto Ottoni..... »
- N.º 9. —FAZENDA.—Em 8 de Janeiro de 1857.—Os Religiosos não podem passar procuração de seu punho..... 7
- N.º 10. —Em 9 de Janeiro de 1857.—Sobre a escripturação de multas arrecadadas pelas Mesas de Rendas..... »
- N.º 11. —Em 13 de Janeiro de 1857.—A taxa do usufructo consiste em predios sujeitos á decima urbana e deve ser calculada sobre o rendimento annuo, que servir de base para este ultimo imposto..... 8
- N.º 12. —Em 14 de Janeiro de 1857.—As licenças concedidas pelos Capitães dos portos para se admittirem trabalhadores a bordo só pagão o sello fixo..... 9
- N.º 13. —Em 14 de Janeiro de 1857.—Recommenda a fiscalisação do ponto quanto aos Empregados das Alfandegas..... »
- N.º 14. —Aviso n.º 3 de 14 de Janeiro de 1857.—Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Recommenda a nomeação do Juiz Commissario no Municipio, em que se achar o Inspector Geral de Medições, a fim de proceder á legitimação e revalidação das posses e sesmarias..... 10
- N.º 15. —Aviso n.º 5 de 14 de Janeiro de 1857.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. Approva a deliberação sobre a dispensa de 3 escreventes desnecessarios ao serviço da Inspectoria..... »
- N.º 16. —GUERRA.—Circular de 16 de Janeiro de 1857.—Estabelece o processo que se deve seguir para o exame dos volumes ou caixotes remettidos pelo Arsenal de Guerra da Côrte.. 11

- N.º 17. — FAZENDA. — Em 16 de Janeiro de 1857. — Recurso sobre questões de Sello..... »
- N.º 18. — Em 16 de Janeiro de 1857. — Suspeição do Inspector da Thesouraria no exame de contas de hum seu Irmão..... 12
- N.º 19. — Em 19 de Janeiro de 1857. — So o valor dos objectos salvados de hum navio, que naufragou, não chegar para a indemnisação da Fazenda, deve-se abandonar o mesmo navio. »
- N.º 20. — GUERRA. — Aviso de 19 de Janeiro de 1857. Manda observar na Repartição da Guerra o disposto no Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1856, ácerca das substituições dos Empregados de Fazenda..... 13
- N.º 21. — Aviso de 21 de Janeiro de 1857. — Excita a observancia do art. 1.º do Regulamento de 22 de Fevereiro de 1851 para o Corpo de Saude, derogando quaesquer disposições em contrario. »
- N.º 22. — Aviso n.º 8 de 22 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. Solve as duvidas propostas pelo Delegado do Director Geral sobre o vencimento dos medidores de corda..... 14
- N.º 23. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1857. Resolve duvidas sobre a cobrança amigavel da importancia de hum precatorio a favor da Fazenda, sobre o Sello, &c..... 15
- N.º 24. — Em 22 de Janeiro de 1857. — As multas no caso de contrabando pertencem ás rendas do Estado..... »
- N.º 25. — Em 23 de Janeiro de 1857. — Os Empregados das Collectorias estão sujeitos ao pagamento dos direitos de 5 %..... 16
- N.º 26. — Em 23 de Janeiro de 1857. — A's Mesas de Consulado he applicavel o disposto na Circular de 4 de Abril de 1855..... »
- N.º 27. — GUERRA. — Aviso de 23 de Janeiro de 1857. Determina que os Alumnos da Escola de Applicação não continuem addidos ao Batalhão de Engenheiros, mas que formem Companhias addidas ao mesmo Batalhão..... 17
- N.º 28. — FAZENDA. — Em 24 de Janeiro de 1857. Os Empregados das Secretarias dos Tribunaes do Commercio estão sujeitos ao direitos de 5 %..... »

- N.º 29.º — GUERRA. — Aviso de 26 de Janeiro de 1857. Ordena que os réos de crimes disciplinares não sejam affastados dos lugares dos delictos sem haverem recebido a devida punição; e que quando algum, depois de julgado em conselho, deva ser removido, se dê conhecimento disso á Secretaria d'Estado para resolver..... 18
- N.º 30. — Aviso de 27 de Janeiro de 1857. — Declara que não havendo legislação autorisando adiantamento de soldos aos officiaes, não podem estes ter lugar sem ordem expressa da Secretaria d'Estado..... »
- N.º 31. — IMPERIO. — Aviso de 27 de Janeiro de 1857. Declara os vencimentos que competem aos Oppositores da Faculdade de Medicina, quando empregados como Preparadores e Substitutos, assim na regencia de alguma cadeira, como nas clinicas..... 19
- N.º 32. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1857. Os Presidentes não podem intervir nas questões sobre assentamento e pagamento de vencimentos de Empregados Publicos..... 20
- N.º 33. — Em 28 de Janeiro de 1857. — Sobre attestados passados pelas Camaras Municipaes, assignados sómente pelos Presidentes e Secretarios. 21
- N.º 34. Em 28 de Janeiro de 1857. — Se os bens de huma Sociedade dissolvida estão sujeitos á siza. »
- N.º 35. — GUERRA. — Aviso de 28 de Janeiro de 1857. Declara que os prets de destacamentos só carecem da rubrica da Autoridade policial quando lhe estão sujeitos, ou empregados no recrutamento, sendo commandados por inferiores. 22
- N.º 36. — Portaria de 28 de Janeiro de 1857. — A' Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul para que as relações de mostra acompanhem os prets..... 22
- N.º 37. — Aviso de 29 de Janeiro de 1857. — Declara que sendo omisso o direito militar no que toca a suspeições, deve reger para o caso o Direito commum, conforme a regra estabelecida no art. 61 do Codice do Processo desenvolvido no art. 249 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842..... 23

- N.º 38. — FAZENDA. — Em 31 de Janeiro de 1857. —
Manda aceitar a justificação feita por hum Col-
lector para provar o arrebatamento dos livros
que conduzia para a Thesouraria..... 23
- N.º 39. — MARINHA. — Aviso de 3 de Fevereiro de
1857. — Declara como deve ser gratificado o
serviço da apprehensão de desertores..... 24
- N.º 40. — GUERRA. — Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.
Manda que os exames de preparatorios sejam
feitos na Escola de Applicação, e estabelece
quaes as materias desses exames..... 25
- N.º 41. — Aviso de 3 de Fevereiro de 1857. — Deter-
mina que se estabeleça em todo o vigor o art.
110 dos Estatutos de 1.º de Março de 1845,
que trata de preparatorios; e que estes exames
tenham lugar na Escola de Applicação..... 26
- N.º 42. — IMPERIO. — Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.
Declara que os Secretarios das Camaras Mu-
nicipaes ou, em sua falta, os Tabelliães devem
fazer a conferencia, concerto e transcripção das
Actas dos Collegios eleitoraes que se lhe apre-
sentarem em devida fôrma, embora em du-
plicata, bem como que são competentes para
esses trabalhos somente os Tabelliães dos lu-
gares, onde os mesmos Collegios se reunirem. 27
- N.º 43. — Aviso de 4 de Fevereiro de 1857. — Declara
que os exames de preparatorios, que se fizerem
na Côte para a matricula dos cursos superiores
devem ter lugar annualmente perante o Inspec-
tor Geral de Instrucção nos mezes de Feve-
reiro e Novembro..... 28
- N.º 44. — GUERRA. — Circular de 4 de Fevereiro de
1857. — Para que se não cumprão contractos
sem pagamento do respectivo sello..... »
- N.º 45. — Aviso de 4 de Fevereiro de 1857. — Manda
elevar a 320 réis a diaria dos presos empre-
gados nos Corpos e Fortalezas da Bahia.... 29
- N.º 46. — FAZENDA. — Em 4 de Fevereiro de 1857.
A porcentagem de emprestimos de Orphãos re-
cebidos pelas Collectorias só he devida no caso
de effectiva remessa para as Thesourarias.... »
- N.º 47. — IMPERIO. — Portaria de 6 de Fevereiro de
1857. — Crêa huma Agencia de correio na Po-

	voação de Philadelphia, da Provincia de Minas Geraes.....	30
N.º 48.	— IMPERIO. — Aviso n.º 6 de 10 de Fevereiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Resolve duvidas do Inspector Geral das Medições e Thesouraria de Fazenda sobre o numero e vencimentos dos Escreventes da Inspectoria.....	»
N.º 49.	— Aviso n.º 11 de 10 de Fevereiro de 1857. Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Resolve duvidas do Vigario da Villa do Principe sobre o registro das terras, &c.....	31
N.º 50.	— FAZENDA. — Em 10 de Fevereiro de 1857. Multa por falta de declaração para a matricula do escravos vindos de fóra.....	32
N.º 51.	— Em 11 de Fevereiro de 1857. — Responsabilidade de hum Empregado de Fazenda que foi servir outro Emprego antes de obter demissão.....	»
N.º 52.	— Em 11 de Fevereiro de 1857. — A rifa não he meio reconhecido em direito para a transmissão da propriedade.....	33
N.º 53.	— GUERRA. — Aviso de 11 de Fevereiro de 1857. — Declara que os Almoxarifes das Fortalezas tem direito á gratificação de 4 7 800 por mez, além dos vencimentos de praça de pret.	34
N.º 54.	— JUSTIÇA. — Aviso Circular de 11 de Fevereiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Estabelece a maneira por que devem ser divididos os emolumentos entre os Officiaes e Archivistas das Conservatorias do Commercio, em quanto lhes não for arbitrada a respectiva gratificação.....	»
N.º 55.	— IMPERIO. — Aviso de 13 de Fevereiro de 1857. — Declara que as Camaras Municipaes não devem accumular a hum individuo os votos dados na eleição de Vereadores a nomes diversos, por lhe parecer que pertencem ao mesmo individuo; e ordena que se contem a José Lopes Pereira Bahia os votos, dados a elle com alteração no seu nome.....	35
N.º 56.	— Aviso de 14 de Fevereiro de 1857. — Dá providencias para que os exames de prepara-	

	torios da Faculdade de Direito de S. Paulo se fação a tempo de poderem os examinandos ma- tricular-se no 1.º anno da mesma Faculdade.	36
N.º 57.	— GUERRA. — Aviso de 14 de Fevereiro de 1857. — Declara que os soldos dos Alumnos da Escola Militar são os de 1.º e 2.º Sargento da Tabella em vigor.....	37
N.º 58.	— Circular de 14 de Fevereiro de 1857. — Classifica ordinalmente as Fortalezas e For- tificações.....	»
N.º 59.	— FAZENDA. — Em 16 de Fevereiro de 1857. Procedimento que deve haver contra hum Administrador de Mesa de Rendas que deixou de recolher aos cofres da Thesouraria diversas quantias recebidas, e juros que lhe devem ser carregados.....	39
N.º 60.	— IMPERIO. — Portaria de 19 de Fevereiro de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Freguezia de Santa Theresa, da Provincia do Rio de Janeiro.....	40
N.º 61.	— Portaria de 17 de Fevereiro de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa das Dôres do Indaiá, da Provincia de Minas Geraes.....	»
N.º 62.	— Aviso de 17 de Fevereiro de 1857. — Annulla os trabalhos das Juntas de Qualificação da Provincia de Minas Geraes, formadas com os Eleitores e Supplentes nomeados em Novem- bro de 1856, e ordena que se proceda de novo aos mesmos trabalhos com os Eleitores e Supplentes da Legislatura, que ha de termi- nar em 3 de Maio de 1857, servindo de Presi- dente os Juizes de Paz do actual quatriennio	»
N.º 63.	— FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1857. Os Transportes d'Armada podem conduzir generos do commercio, precedendo permissão.	42
N.º 64.	— GUERRA. — Aviso de 18 de Fevereiro de 1857. — Determina que os exames praticos que tiverem de ser feitos na Corte, tenham lugar na Escola d'Applicação.....	»
N.º 65.	— Aviso de 18 de Fevereiro de 1857. — Submette á inspecção do Cirurgião-mór do Exercito a Enfermaria dos Menores do Arsenal de Guerra.....	43

N.º 66.	— Aviso de 18 de Fevereiro de 1857. — Crêa na Fortaleza de S. João huma Enfermaria de convalescença.....	»
N.º 67.	— FAZENDA. — Em 19 de Fevereiro de 1857. As remessas de notas de 50\$, que tenham soffrido desconto, devem ser acompanhadas de huma guia.....	44
N.º 68.	— GUERRA. — Aviso de 20 de Fevereiro de 1857. — Declara quaes os vencimentos que competem aos Officiaes empregados no Batalhão de Engenheiros.....	45
N.º 69.	— Aviso N.º 6 de 20 de Fevereiro de 1857. Ao Presidente da Provincia do Pará. — Sobre o vencimentos dos Agrimensores da mesma Provincia.....	»
N.º 70.	— Aviso N.º 9 de 21 de Fevereiro de 1857. Ao Presidente da Provincia do Maranhão. Resolvendo duvidas sobre a competencia de passar os Titulos de nomeação dos Empregados de Medições.....	46
N.º 71.	— FAZENDA. — Em 21 de Fevereiro de 1857. Sobre sellos e revalidação de pertences passados antes do Regulamento de 10 de Julho de 1850.....	»
N.º 72.	— Em 23 de Fevereiro de 1857. — Augmento de numero de Praticantes da Thesouraria de Pernambuco.....	47
N.º 73.	— Em 24 de Fevereiro de 1857. — Competencia de Autoridade para conhecer do recurso de multas impostas por falta do registro de terras.....	»
N.º 74.	— GUERRA. — Aviso de 24 de Fevereiro de 1857. — Obvia algumas duvidas suscitadas sobre as tabellas novissimas dos vencimentos militares.....	48
N.º 75.	— Aviso de 24 de Fevereiro de 1857. — Ordena á Pagadoria que não pague vencimentos antes de findo o mez a que corresponderem.....	49
N.º 76.	— FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1857. Sobre o cumprimento de hum deprecado para entrega de huma herança, e dispensa de habilitação.....	50

- XI
- N.º 77. — Em 28 de Fevereiro de 1857. — Déverá pagar sello os titulos e outros actos que tiverem de produzir seus effeitos no Imperio, embora fosse passado fóra delle. 50
- N.º 78. — IMPERIO. — Aviso N.º 5 de 28 de Fevereiro de 1857. — Ao Director Geral das terras Publicas. — Approva o contracto celebrado em 23 do corrente com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia. 51
- N.º 79. — IMPERIO Aviso de 28 de Fevereiro de 1857. Ordena que nos lugares da Provincia de Minas Geraes, em que no dia 5 de Maio proximo futuro, marcado para eleição de Eleitores que tem de proceder á eleição de hum Senador, não constar officialmente á approvação dos novos Eleitores, que tem de concorrer para a organização das Mesas Parochiaes que tem de fazer a dita eleição, sejam as mesmas Mesas organisadas com os Eleitores da acutal Legis- tura; e que se encurte o prazo da convocação de taes Eleitores, visto não se poder guardar o que fixa a Lei, supprindo-se os editaes de convocação por Officios dos Presidentes das Mesas. 52
- N.º 80. — Aviso de 2 de Março de 1857. — Ordena que seja obrigatoria para os alumnos das aulas de applicação da Academia das Bellas Artes a frequencia diaria das aulas do desenho geometrico. 53
- N.º 81. — Aviso de 2 de Março de 1857. — Solve duvidas apresentadas pela Junta Central de Hygiene Publica sobre a matricula dos Medicos Prussianos Frederico Guntharem Schultz, Carlos Petrazi, e Carlos Regnetz. »
- N.º 82. — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1857. — Os Collectores, fóra das Capitaes em que residem os Procuradores Fiscaes, são os fiscaes e agentes natos da Fazenda Publica. 54
- N.º 83. — Em 7 de Março de 1857. — Novo modelo do livro de contas correntes dos devedores do Estado. 55
- N.º 84. — GUERRA. — Aviso de 8 de Março de 1857. Declarando como se deve contar o tempo

- que os Cadetes servirem de inferiores, a fim de poderem entrar em promoção..... 56
- N.º 85. — Aviso N.º 8 de 9 de Março de 1857. — Ao Presidente do Espirito Santo. — Marca a etape que devem receber os colonos, que vão habitar a Colonia de Santa Maria..... »
- N.º 86. — FAZENDA. — Em 10 de Março de 1857. — Os documentos e papeis apresentados pelos possuidores de terras para o registro não estão sujeitos ao sello fixo..... 57
- N.º 87. — Em 10 de Março de 1857. — Os Chefes de Policia não são obrigados a apresentar attestados de exercicio..... »
- N.º 88. — Em 10 de Março de 1857. — Habilitações e justificações isentas do pagamento dos 2 por % substitutivos da dizima de chancellaria. 58
- N.º 89. — Em 11 de Março de 1857. — Duvidas sobre attestados de frequencia..... »
- N.º 90. — Aviso N.º 14 de 12 de Março de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. Declara que os Agrimensores tem direito aos seus vencimentos por inteiro quando se empregarem em qualquer serviço pertencente á Inspectoria de medições..... 59
- N.º 91. — Aviso N.º 3 de 13 de Março de 1857. — Ao Presidente de Minas. — Resolve duvidas relativas aos Juizes Commissarios..... »
- N.º 92. — FAZENDA — Em 13 de Março de 1857. — Sobre procurações dos empregados do Presidio da Ilha de Fernando passadas pelo Escrivão do Almojarifado..... 60
- N.º 93. — GUERRA — Aviso de 14 de Março de 1857. Remette por copia as instrucções approvadas para os Assistentes do Ajudante-Geral do Exercito nas Provincias..... »
- N.º 94. — Aviso N.º 39 de 14 de Março de 1857. — Ao Ministro da Fazenda. — Declara que nenhuma despesa á cargo da Repartição das Terras Publicas deve ser paga sem o visto dos respectivos Delegados..... 66
- N.º 95. — Aviso N.º 3 de 16 Março de 1857. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara incompativeis os cargos de Amanuense

	da Repartição das Terras e Subdelegado de Policia.....	66
N.º 96.	— FAZENDA. — Em 16 de Março de 1857. Questão de vencimentos de Empregados de Fazenda promovidos estando em viagem, ajuda de custo &c.....	67
N.º 97.	— GUERRA. — Aviso de 16 de Março de 1857. Declara, que, quando para ajuste de contas de fardamento, a Tabella de 31 de Janeiro de 1855 for omissa, se devem calcular os preços pela de 8 de Janeiro de 1848.....	68
N.º 98.	— Portaria de 14 de Março de 1857. — Indica os meios de acautelar o prejuizo da Fazenda Publica proveniente de adiantamentos para pagar ás praças destacadas.....	»
N.º 99.	— Portaria de 17 de Março de 1857 — Declara que o Empregado Publico impedido no Jury, ou em outro serviço da mesma natureza, não deve ser privado das gratificações marcadas em Lei.....	69
N.º 100.	FAZENDA. — Em 17 de Março de 1857. — De quando se devem contar os 30 dias para o sello das Cartas de ordens.....	70
N.º 101.	— Em 17 de Março de 1857. — Sobre o despacho de hum carro de quatro rodas como se fosse de duas.....	»
N.º 102.	— Em 18 de Março de 1857. — A despeza com medição de terras, &c. não póde ser paga sem o visto do Delegado.....	71
N.º 103.	— Em 18 de Março de 1857. — Sobre o despacho de huns chales, que forão indevidamente considerados como pertencentes á passageiro...	»
N.º 104.	— Em 19 de Março de 1857. — Sobre pagamento de direitos de 5 por % das Provisões successivas de Vigarios Encomendados.....	72
N.º 105.	— IMPERIO. — Aviso de 19 de Março de 1857. Approva as Instrucções para direcção do Correio Urbano nesta Côrte.....	73
N.º 106.	— GUERRA. — Circular de 19 de Março de 1857. — Determina que os Chefes das Repartições da Guerra se dirijão ao Ajudante-General do Exercito, no que for privativamente relativo ao pessoal militar empregado nas mesmas Repartições.....	76

- N.º 107. — GUERRA. — Aviso de 20 de Março de 1857. — Remette para ter execução a copia do Regulamento para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito..... 77
- N.º 108. — Aviso de 20 de Março de 1857. — Declara que as disposições da Circular de 21 de Junho de 1855 sobre o soldo dobrado ás praças do Exercito, que, findo o seu tempo continuão a servir, não são applicaveis ás de mão comportamento..... 82
- N.º 109. — Aviso de 20 de Março de 1857. — Determina que as praças que tiverem cumprido sentença pelo crime de 1.ª deserção, sejam remettidos para a Corte..... 83
- N.º 110. — FAZENDA — Em 20 de Março de 1857. — Remessa de Decretos e Tabellas de vencimentos militares..... »
- N.º 111. — IMPERIO. — Aviso de 24 de Março de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa de Simão Dias na Provincia de Sergipe. 84
- N.º 112. — Aviso de 27 de Março de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa Leopoldina da Provincia de Minas Geraes..... »
- N.º 113. — Aviso N.º 10 de 27 de Março de 1857. — Ao Presidente do Espirito Santo. — Declara qual o nome que deve ter a Colonia fundada junto ao Rio de Santa Maria..... »
- N.º 114. FAZENDA. — Em 27 de Março de 1857. — Concessão á companhia « Hamburgo-Brasileira » para estender a sua linha de Vapores até ás Provincias do Sul do Imperio..... 85
- N.º 115. — Em 30 de Março de 1857. — Direitos de exportação creados por Assembléas Provinciales. 86
- N.º 116. Em 30 de Março de 1857. — A's Mesas do Consulado não compete a apprehensão de madeiras cortadas sem licença do Governo.. 87
- N.º 117. — Em 31 de Março de 1857. — O beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827 he extensivo ás viúvas dos Officiaes militares, que se tiverem casado *in articulo mortis*..... 88
- N.º 118. — Em 31 de Março de 1857. — Questão de prescripção..... »
- N.º 119. — Em 31 de Março de 1857. — As justifica-

- ções, que devem promover as viúvas e
mais pessoas para a percepção de meio soldo,
não interrompem a prescrição..... 90
- N.º 120. —FAZENDA.—Em 31 de Março de 1857.—As
viúvas dos militares casados *in articulo mortis* tem
direito ao meio soldo; e a justificação proposta
em Juizo não interrompe a prescrição. »
- N.º 121. —Em 31 de Março de 1857.—Os processos
de habilitação para o meio soldo devem sempre
ser remettidos para o Thesouro..... 91
- N.º 122. —Aviso N.º 2 de 31 de Março de 1857.—
Ao Ministro Brasileiro nos Estados Unidos.
Requisita a remessa do Relatorio do General
Land Office e outras publicações que digão
respeito á colonisação ou medição de terras do
Estado..... 92
- N.º 123. —GUERRA.—Circular de 31 de Março de
1857.—Manda cassar a despeza com alugueis
de casas para Quartéis de Officiaes..... »
- N.º 124. —Aviso de 2 de Abril de 1857.—Ao
Sr. Ministro da Fazenda respondendo sobre
duvidas objectadas, no Thesouro, á execução
das Tabellas annexas aos Decretos n.ºs 1.877
e 1.880 de 31 de Janeiro do corrente anno,
que marcárão gratificações á Officiaes do Exer-
cito em commissões..... 93
- N.º 125. —FAZENDA.—Em 2 de Abril de 1857.—So-
bre impostos creados pela Assembléa Legisla-
tiva da Parahyba..... 94
- N.º 126. —Aviso N.º 18 de 2 de Abril de 1857.—
Autorisa a remover para lugar salubre e fertil
o Aldeamento indigena de Nossa Senhora do
Loreto no Jatahy..... 95
- N.º 127. —Aviso N.º 20 de 3 de Abril de 1857.—
Manda pôr quanto antes em execução na Co-
lonia Militar do Jatahy o Regulamento de 22
de Dezembro de 1849..... 96
- N.º 128. —Em 3 de Abril de 1857.—Impostos
creados pela Assembléa Provincial de S.
Paulo..... »
- N.º 129. —Em 3 de Abril de 1857.—Impostos creados
pela Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro. 97
- N.º 130. —Em 4 de Abril de 1857.—Impostos creados
pela Assembléa Legislativa de Mato-Grosso... 98

- N.º 131. — IMPERIO — Aviso de 4 de Abril de 1857. — Declara não haver Lei que decreta a incompatibilidade de servirem conjuntamente parentes em qualquer grão como membros das Juntas de Qualificação..... 99
- N.º 132. — Aviso N.º 6 de 4 de Abril de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — Approva o contracto celebrado com Mr. Amelio Pralon. »
- N.º 133. — Aviso N.º 5 de 6 de Abril de 1857. — Ao Presidente de Minas. — Recommenda-lhe que para o futuro não marque prazos maiores de hum anno para legitimação de posses e revalidação de sesmarias..... 100
- N.º 134. — MARINHA. — Aviso de 6 de Abril de 1857. — Declara o que se deve praticar na apresentação dos requerimentos, ou representações, que se tenham de dirigir á esta Secretaria d'Estado.. »
- N.º 135. — FAZENDA. — Em 7 de Abril de 1857. — Impostos creados pela Assembléa Legislativa de Goyaz..... 101
- N.º 136. — Em 8 de Abril de 1857. — Substituição de Sello em 5 letras ainda não assignadas: das decisões do Tribunal do Thesouro não ha recurso para o Conselho d'Estado..... »
- N.º 137. — Aviso N.º 4 de 8 de Abril de 1857. — Ao Director da Colonia Militar do Urucú. — Participa que o Vice-Director da Colonia tem direito não só aos seus vencimentos militares, mas tambem por conta do Ministerio do Imperio á gratificação mensal de trinta mil réis. 102
- N.º 138. — Aviso N.º 5 de 8 de Abril de 1857. — Ao Presidente do Amazonas. — Não approva as portarias, que concedião a Marcos Antonio Rodrigues de Souza, e Leonardo Ferreira Marques, autorisação para estabelecerem fazendas de gado nos campos devolutos em diversos pontos. 103
- N.º 139. — GUERRA. — Aviso de 8 de Abril de 1857. — Explica a palavra « attribuições » dos tres Ajudantes do Director do Arsenal de Guerra da Côrte, creados em virtude do Decreto de 28 de Março ultimo, e declara que toda a autoridade de taes Funccionarios dimana do respectivo Director..... »

- N.º 140. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1857. —
Sobre a faculdade que tem os Presidentes de
demittir os collectores..... 104
- N.º 141. — Em 14 de Abril de 1857. — Habilitações que
estão isentas do pagamento de 2 por % substit-
utivos da dizima de Chancellaria..... »
- N.º 142. — Em 14 de Abril de 1857. — Cobrança de
divida activa pelas Collectorias..... 105
- N.º 143. — GUERRA. — Aviso de 14 de Abril de 1857. —
Manda cessar os vencimentos dos Ajudante d'Or-
dens das Provincias, logo que nas respectivas
Provincias se apresentem os Assistentes do Aju-
dante-General..... 106
- N.º 144. — Aviso de 14 de Abril de 1857. — Declara
a gratificação de exercicio, que compete á cada
hum dos Chefes das Repartições do Ajudante-
General, e do Quartel-mestre General, que,
em virtude do Regulamento de 31 de Janeiro
ultimo, continuão a existir na Provincia de São
Pedro..... 107
- N.º 145. — FAZENDA. — Em 17 de Abril de 1857. —
Impostos creados pela Assembléa Legislativa de
Santa Catharina..... »
- N.º 146. — IMPERIO. — Portaria de 20 de Abril de
1857. — Dá as instrucções que devem ser obser-
vadas pelos alumnos do Conservatorio de Mu-
zica, que forem mandados estudar á Europa
como Pencionistas do Estado..... 109
- N.º 147. — Aviso N.º 5 de 20 de Abril de 1857. —
Ao Director da Colonia Militar de Urucú. —
A' respeito das etapes dos Colonos Portuguezes
alli residentes..... 112
- N.º 148. — Aviso N.º 67 de 21 de Abril de 1857. —
Manda incorporar aos terrenos nacionaes as
terras pertencentes a huma aldêa de Indios,
creada pelo Missionario Frei Angelo Mauricio
de Niza, e hoje extincta..... »
- N.º 149. — GUERRA. — Aviso de 21 de Abril de 1857. —
Manda organizar a Companhia de Enfermeiros
de que trata o art. 164 do Regulamento do
Corpo de Saude do Exercito, e marcando-lhes
uniforme, e quartel..... 113
- N.º 150. — MARINHA. — Aviso de 21 de Abril de

	1857. — Manda estabelecer huma Enfermaria, para a Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Provincia do Pará.....	113
N.º 151.	— FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1857. — Regulamento da Directoria Geral das Rendas..	115
N.º 152.	— Em 22 de Abril de 1857. — Manda organizar em duplicata as pautas semanaes dos preços correntes dos generos de exportação...	129
N.º 153.	— Em 22 de Abril de 1857. — Os Feitores do Consulado devem representar quando não se conformarem com os termos medios dados aos preços dos generos de exportação.....	»
N.º 154.	— Em 24 de Abril de 1857. — Acompanha as Instruções para as duas Pagadorias filiaes creadas na Cidade do Rio Grande, e na Villa de S. Gabriel.....	130
N.º 155.	— Em 24 de Abril de 1857. — Manda executar a nova Tarifa das Alfandegas.....	134
N.º 156.	— GUERRA. — Aviso de 24 de Abril de 1857. — Autorisa o Director do Arsenal de Guerra da Corte para distribuir pela maneira mais conveniente ao serviço, as attribuições marcadas aos seus Ajudantes d'Ordens nas Instruções, que acompanhárão o Decreto n.º 1.912 de 28 de Março ultimo.....	135
N.º 157.	— Aviso de 24 de Abril de 1857. — Autorisa o Conselho Administrativo a proceder, em casos urgentes, á compras independentemente dos annuncios, de que trata o Regulamento de 14 de Dezembro de 1852; dando de tudo conta á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra.	»
N.º 158.	— Aviso de 25 de Abril de 1857. — Declara que os Secretarios dos Commandos d'Armas tem direito ao abono dos vencimentos do Estado Maior de 1.ª Classe.....	136
N.º 159.	— IMPERIO. — Portaria de 25 de Abril de 1857. — Crea huma Agencia de Correio na Freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, na Provincia do Rio de Janeiro.....	»
N.º 160.	— Aviso N.º 7 de 27 de Abril de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — Approva o contracto celebrado com a Companhia — União e Industria.....	137

- N.º 161. — Aviso N.º 11 de 27 de Abril de 1857. —
Ao Presidente de Matto-Grosso. — Approvando
a deliberação tomada a respeito da consulta
feita pelo Vigario da Freguezia do Livramento. 137
- N.º 162. — FAZENDA. — Em 27 de Abril de 1857. —
Manda executar o Regulamento do Corpo de
Saude do Exercito na parte relativa aos vencimentos 138
- N.º 163. — GUERRA. — Aviso de 29 de Abril de 1857. —
Declara que o Alferes do 2.º Regimento de
Cavallaria ligeira Manoel Joaquim da Silva, não
deve gozar da demissão, que obteve do serviço
do Exercito, em quanto não respondeo pelas
faltas, que commetteo como militar. »
- N.º 164. — Aviso de 29 de Abril de 1857. — Declara
que os Officiaes e mais praças da Companhia
de Pedestres, em Santa Catharina, estão
comprehendidas no disposto do Art. 3.º das
Instrucções de 14 de Março ultimo; devendo
as informações semestres seguir ao seu des-
tino por intermedio do Assistente do Ajudante
General. 139
- N.º 165. — GUERRA. — Aviso de 30 de Abril de 1857. —
Declara que a cada hum dos tres Ajudantes
do Director do Arsenal de Guerrada Corte, se deve
abonar a gratificação especial de cem mil réis
mensaes. »
- N.º 166. — FAZENDA. — Em 31 de Abril de 1857. —
Manda incorporar nos terrenos nacionaes meia
legua de terras pertencentes á huma Aldêa de
Indios extincta. 140
- N.º 167. — Em 2 de Maio de 1857. — O imposto sobre
casas de leitão e modas he peculiar do Muni-
cipio. »
- N.º 168. — Em 2 de Maio de 1857. — A multa do Art.
165 do Reg. de 30 de Maio de 1836 recae
sómente na parte do genero de que se não
apresenta o documento de ter embarcado. 141
- N.º 169. — Em 2 de Maio de 1857. — Sobre o imposto
de Escriptorios. »
- N.º 170. — Aviso N.º 8 de 2 de Maio de 1857. — Ao
Presidente da Provincia do Amazonas. — Mar-
cando a gratificação de 400 \$ 000 annuaes

- para a viagem, que tem de fazer aos Aldeamentos o Director Geral dos Indios naquella Provincia. 142
- N.º 171. — GUERRA. — Aviso de 8 de Maio de 1857. — Declara as vantagens que devem perceber os Officiaes do Corpo de Saude do Exercito, que antes de sua organisação achavão-se fruindo as de engenheiros. 143
- N.º 172. — GUERRA. — Aviso de 13 de Maio de 1857. — Declara que só os Officiaes do Quadro effectivo do Exercito tem direito a camaradas. »
- N.º 173. — Circular de 13 de Maio de 1857. — Declara que os assistentes do Ajudante General do Exercito tem direito aos vencimentos, que lhe forão marcados, desde o dia em que entrarem em exercicio, independentemente da apresentação de qualquer titulo. 144
- N.º 174. — FAZENDA. — Em 13 de Maio de 1857. — O consignatario do Navio não póde soffrer a multa que deve ser imposta ao Capitão, e o Regulamento não impõe multa por falta de conferencia dos generos que embarção. »
- N.º 175. — Em 13 de Maio de 1857. — Despacho de reexportação de espingardas de vento. 145
- N.º 176. — Em 13 de Maio de 1857. — Sobre a execução do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio de 1836, e Decreto de 19 de Maio de 1857. »
- N.º 177. — Em 13 de Maio de 1857. — O tempo de serviço contado em huma reforma ou aposentadoria não póde de novo ser incluído em outra. 146
- N.º 178. — Em 13 de Maio de 1857. — A multa do Art. 165. do Reg. de 30 de Maio deve ser imposta ao Commandante do navio, e não ao patrão do bote que conduz o genero para bordo. 147
- N.º 179. — GUERRA. — Aviso de 16 de Maio de 1857. — Remettendo o mappa que designa as côres e distinctivo das blusas de que uzão os Corpos do Exercito estacionados no Rio Grande do Sul. 148
- N.º 180. — Circular de 19 de Maio de 1857. — Autorisa os Inspectores das Thesourarias de Fazenda á despesa com o expediente dos Delegados do Cir urgião-Mór do Exercito. »

- N.º 181. — Circular de 19 de Maio de 1857. — Declara os vencimentos, que competem ao Official, que exerce as funcções de Secretario do Com-mandante d'armas..... 149
- N.º 182. — FAZENDA. — Em 19 de Maio de 1857. — Os desasisados não pagão disima de chancel-laria..... »
- N.º 183. — Circular. — Em 19 de Maio de 1857. — Sobre a remessa de quadros da divida activa. 150
- N.º 184. — Circular. Em 22 de Maio de 1857. — Auto-risa o pagamento dos novos vencimentos dos empregados das Secretarias de Policia..... »
- N.º 185. — Aviso N.º 9 de 22 de Maio de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Para remetter em prazos mais curtos as som-mas, de que carecer a Colonia Militar de Pimenteiras para sua marcha..... 151
- N.º 186. — IMPERIO. — Aviso de 22 de Maio de 1857. — Declara competir aos Administradores dos Cor-reios a nomeação interina dos respectivos em-plegados, nos casos de impedimentos, ou faltas. »
- N.º 187. — JUSTIÇA. — Aviso de 25 de Maio de 1857. — Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia da Bahia. — Declara que he da attribuição dos Presidentes dos Tribunaes do Commercio a concessão de licenças, até trinta dias, aos Desembargadores adjuntos dos mesmos Tribunaes, e aos Juizes especiaes do commercio. 152
- N.º 188. — FAZENDA. — Em 25 de Maio de 1857. — Procedimento que deve haver contra os que apresentão facturas falsas nas Alfandegas.... 153
- N.º 189. — Em 26 de Maio de 1857. — Sobre meios de fiscalisar a arrecadação do imposto do Sello. »
- N.º 190. — Em 28 de Maio de 1857. — A adjudicação de hum predio em acto de partilha a hum dos herdeiros, como credor do casal, he su-jeita á sisa..... 154
- N.º 191. — GUERRA. — Aviso de 28 de Maio de 1857. — Declara como se devem entregar ás partes que o requererem documentos originaes, depois de findos os processos a que se juntarão..... 155
- N.º 192. — Aviso de 29 de Maio de 1851. — Commu-nica a Resolução tomada sobre Consulta do

	Conselho d'Estado, declarando o modo porque o Ajudante General do Exercito pôde funcionar cumulativamente como Conselheiro de Guerra.....	155
N.º 193.	— Aviso de 29 de Maio de 1857. — Distribue e organisa 180 praças, que, por Avisos anteriores, foi a Presidencia de Goyaz autorisada a aggregar ao respectivo Corpo de Guarnição Fixa.....	156
N.º 194.	— Aviso de 2 de Junho de 1857. — Declara que a commissão de Director da Colonia de Pimenteiras he considerada serviço militar sem prejuizo de antiguidade.....	158
N.º 195.	— Circular de 3 de Junho de 1857. — Determina que as novas gratificações especiaes de commando e exercicio sejam abonadas desde 31 de Janeiro ultimo, data do Decreto que os estabelecece.....	»
N.º 196.	— FAZENDA. — Em 3 de Junho de 1857. — Não sendo os Vigarios os que dão posse aos Fabriqueiros, nãos lhes pôde ser imposta a multa por falta de Sello do respectivo titulo.....	159
N.º 197.	— Em 5 de Junho de 1857. — Autorisa os Inspectores das Thesourarias de Fazenda para pagarem as despesas de expediente dos Delegados do Cirurgião-mór do Exercito	»
N.º 198.	— Aviso Circular de 8 de Junho de 1857. — Aos Presidentes das Provincias onde existem Colonias Militares. — Autorisando-os a contractar Medicos paizanos para as Colonias Militares que elles precisarem.....	160
N.º 199.	— GUERRA. — Aviso de 8 de Junho de 1857. — Declarando que o Apentador da Fabrica da Polvora não he Official de Fazenda.....	»
N.º 200.	— Aviso de 8 de Junho de 1857. — Determina que os Officiaes pertencentes aos Corpos estacionados nas Provincias, que estejam na Côte com parte de docute, sejam inspecionados todos os mezes, salvo quando tiverem tempo fixado per Aviso da Secretariã d'Estado.....	161
N.º 201.	— FAZENDA. — Em 9 de Junho de 1857. — Sobre o exame de caixas de assucar.....	»
N.º 202.	— Circular de 10 de Junho de 1857. — Deter-	

- mina que o armamento e equipamento fornecidos á Guardas Nacionaes serão recolhidos aos respectivos Arsenaes, logo que não sejam mais precisos, responsabilizando-se os Guardas por qualquer extravio, e remettendo-se á Secretaria da Guerra a nota do que se forneceo á Repartição da Justiça para solicitar a sua indemnisação. 162
- N.º 203. — Aviso N.º 1 de 10 de Junho de 1857. — Ao Director Geral dos Correios. — Manda estabelecer na Colonia D. Francisca, Provincia de Santa Catharina, huma Agencia de Correio com hum estafeta, que faça duas viagens por mez. »
- N.º 204. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1857. — Os pertences e transferencias das letras passadas antes da ordem de 5 de Janeiro de 1848, não estão sujeitos a revalidação do Sello.... 163
- N.º 205. — Em 12 de Junho de 1857. — Nas aposentadorias conta-se o tempo de serviço prestado na qualidade de praça de pret..... »
- N.º 206. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1857. — Não são permittidos os supprimentos do Cofre geral ao provincial..... 164
- N.º 207. — Aviso N.º 14 de 16 de Junho de 1857. — Ao Presidente de Mato-Grosso. — Manda dividir em lotes urbanos huma área sufficiente para a futura Cidade de Albuquerque..... »
- N.º 208. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1857. — Os Inspectores das Thesourarias devem decidir as questões como entenderem acertado, sujeitando a sua decisão á approvação do Thesouro. 165
- N.º 209. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Junho de 1857. — Ao Vice-Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que commette crime de responsabilidade o carcereiro que deixa fugir presos por connivencia ou negligencia »
- N.º 210. — GUERRA. — Circular de 19 de Junho de 1857. — Declara que os Delegados do Cirurgiãomór do Exercito, não tem direito á cavalgadas; e sómente á ferragens, quando em viagem nas Provincias..... 166
- N.º 211. — Aviso de 20 de Junho de 1857. — Declara que a despeza com o Soldado alienado Lucio

- de Castro Menezes, em tratamento no Hospício de Pedro 2.º, e com outra qualquer praça em identicas circumstancias, deve ser feita pela Pagadoria das Tropas..... 167
- N.º 212. — Circular de 22 de Junho de 1857. — Eleva a 30 \$ mensaes a consignaço para concertos e substituição dos instrumentos das bandas de musica dos Corpos de Infantaria e Artilharia. »
- N.º 213. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1857. — O § 4.º da Tabella annexa a Lei de 30 de Novembro de 1841 comprehende tanto as orphãs como os orphãos..... 168
- N.º 214. — Em 22 de Junho de 1857. — Multas impostas por infracções do Regulamento do Sello, e de disposições do Regulamento de 11 de Abril de 1.661 § 27, que estão em desuso. »
- N.º 215. — IMPERIO. — Aviso de 22 de Junho de 1857. Declara não haver incompatibilidade na accumulção dos cargos de Vereadores das Camaras Municipaes e Commissario Vaccinador..... 170
- N.º 216. — Aviso de 22 de Junho de 1857. — Sobre duvidas relativas ao concurso para o preenchimento das vagas dos lugares de Oppositor das Faculdades de Medicina..... 171
- N.º 217. — Aviso de 26 de Junho de 1857. — Approva o acto do Presidente da Provincia do Piahy, que mandou annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Freguesia de Nossa Senhora da Graça da Parnahyba pelo fundamento de ter o 2.º Juiz de Paz, depois de adiada a eleição pelo 1.º até a decisão de huma consulta dirigida ao Governo Provincial, feito proseguir sob sua presidencia nos trabalhos da mesma eleição, sem previo annuncio..... 172
- N.º 218. — FAZENDA. — Em 26 de Junho de 1857. — Duvidas ácerca de disposições da nova Tarifa relativas á Despachantes, e mercadorias abandonadas á bordo..... 173
- N.º 219. — GUERRA. — Aviso de 27 de Junho de 1857. Solvendo varias duvidas sobre abono de vencimentos á Officiaes em differentes circumstancias..... 174
- N.º 220. — Circular de 27 de Junho de 1857. — Dá

- Instrucções para regular a concessão das baixas das praças do Exército..... 176
- N.º 221. — Aviso Circular de 27 de Junho de 1857. Aos Inspectores de Thesourarias de Fazenda das Provincias, onde não ha Repartições Especiales de Terras Publicas.—Para remetterem nota especificada de todas as despezas, que fizerem com os differentes ramos de serviço á cargo da Repartição Geral das Terras Publicas. 179
- N.º 222. — IMPERIO. — Aviso de 30 de Junho de 1857. Approva a deliberação que tomou o Presidente da Provincia de Piauhy de annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Villa de S. Conçalo, não só pelo fundamento de ter sido a maioria dos membros da Mesa eleitoral coagida a abandonar os seus lugares, como tambem pela irregularidade de ser presidida a nova Mesa por hum Supplente do Juiz de Paz, jnramentado na occasião pelo Juiz Municipal do Termo, que nenhuma jurisdição tinha para isso..... »
- N.º 223. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1857. — O exame das contas dos Collectores não se interrompe por ter de reclamar o abono de quantias constantes de documentos que deixarão de ser attendidos por se apresentarem depois de encerrado o exercicio... 180
- N.º 224. Em 30 de Junho de de 1857. — Vencimentos de Ajudantes de melicias..... 181
- N.º 225. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1857. — A embarcação, que entra por arribada forçada, não tem rigorosa obrigação de exhibir manifesto ou certificado de lastro &c..... 182
- N.º 226. — Em 6 de Julho de 1857. — Vencimentos que competem aos Engenheiros empregados nos terrenos diamantinos..... 183
- N.º 227. — Em 6 de Julho de 1857. — Competencia das Autoridades criminaes para liquidarem huma multa imposta pela Alfandega..... »
- N.º 228. — Em 6 de Julho de 1857. — Aforamento de hum terreno devoluto..... 184
- N.º 229. — Aviso N.º 33 de 7 de Julho de 1857. — Ao Presidente de Santa Catharina. — Pondo á sua

- disposição a quantia de tres contos de réis para a construcção de huma casa de detenção na Colonia de D. Francisca 184
- N.º 230. — IMPERIO. — Aviso de 10 de Julho de 1857. Declara os vencimentos dos Officiaes Maiores das Secretarias das Presidencias, quando substituirem os respectivos Secretarios. 185
- N.º 231. FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1857. — Sobre aforamentos de terrenos de marinhas. »
- N.º 232. — GUERRA. — Aviso de 10 de Julho de 1857. Approva o abono de etape e forragem, que competem aos Commandantes de Divisão, ao Brigadeiro Luiz Manoel de Lima e Silva, como Inspector de Infantaria, por serem a forragem, e etape devida aos Officiaes, em razão de seus exercicios, e não dos postos. 186
- N.º 233. JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Julho de 1857. Manda que nos lugares onde não heuver quem se preste com fiança a ser Thesoureiro de Orphãos, seja commettida aos Collectores das Rendas Publicas a guarda dos respectivos cofres, em quanto por Lei outra cousa se não determinar. 187
- N.º 234. — GUERRA. — Aviso de 13 de Julho de 1857. Determina que os Commandantes dos Corpos remettão mensalmente huma parte do estado do pagamento, de tres em tres mezes huma outra do estado do fardamento, armamento e equipamento, e de seis em seis mezes, se o fardamento tem sido distribuido no tempo competente. »
- N.º 235. — Circular de 13 de Julho de 1857. — Remette aos Presidentes das Provincias copia do Aviso expedido ao Ajudante General do Exercito estadelecendo o modo de cumprirem-se as ordens dos mesmos Presidentes, quando pareção contrarias aos Regulamentos em vigor 189
- N.º 236. — Aviso de 13 de Julho de 1857. — Determina que Antonio José do Nascimento praça do Batalhão do Deposito tenha baixa do serviço do Exercito, logo que se apresentar, por ser casado antes do seu recrutamento e como tal achar-se delle isento. 190

- N.º 237. — Aviso de 14 de Julho de 1857. — Declara que ás praças de pret do Batalhão de Engenheiros serão annualmente fornecidas duas blusas de algodão azul trançado, sendo seis mezes o tempo de duração para cada huma. 191
- N.º 238. — Aviso de 14 de Julho de 1857. — Communica ao Director do Arsenal de Guerra da Côte ficarem expedidas as ordens a fim de serem nomeados dous Cirurgiões que em Janeiro e Julho de cada anno inspeccionem os Menores, para serem desligados os que se julgarem incuraves. »
- N.º 239. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1857. — Direito de hum empregado á 5.ª parte do ordenado do lugar que interinamente servio.. 192
- N.º 240. — Em 15 de Julho de 1857. — Multas por faltas ou demora da apresentação de manifestos »
- N.º 241. — Aviso N.º 9 de 15 Julho de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — Approva o contracto celebrado com o Engenheiro Civil Theodoro Ochsz para medição, e demarcação das terras Publicas na Provincia do Paraná.. 193
- N.º 242. — FAZENDA. — Em 17 de Julho de 1857. Sobre a lotação de Officios de Justiça..... 194
- N.º 243. — Circular em 17 de Julho de 1857. — Vencimentos dos Officiaes maiores das Secretarias das Presidencias de Provincia..... »
- N.º 244. — Circular em 20 de Julho de 1857. — Na falta de Thesoureiros de Orçãos ficão os Collectores encarregados dos respectivos cofres 195
- N.º 245. — GUERRA. — Circular de 22 de Junho de 1857. — Determina que os Capellães para as Fortalezas sejam contractados pagando-se-lhes huma exportula razoavel pela Missa em dias Santos, e transportes; e que nas mesmas Fortalezas só possam conservar-se os Capellães militares apenas capazes de serviço moderado..... »
- N.º 246. — Circular de 23 de Julho de 1857. — Determina, para ficar servinho de regra, não serem admittidos Cirurgiões engajados pelo Ministerio da Guerra sem as condições que estabelece..... 196
- N.º 247. — Circular de 24 de Julho de 1857. — Da

- instruções para regular as vantagens e vencimentos dos Officiaes do Exército, que viajarão em serviço, das Commissões de Engenharia. 197
- N.º 248. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1857. Só no caso de não haver quem se queira prestar a fazer gratuitamente as lotações dos Offícios de Justiça he que se deve abonar emolumentos. 201
- N.º 249. — GUERRA. — Aviso de 27 de Julho de 1857. Determina que a Pagadoria das Tropas remetta á Contadoria Geral o resumo das ordens emanadas do Ajudante Geral do Exército para pagamentos. 202
- N.º 250. — Aviso de 27 de Julho de 1857. — Estabelece a regra de serem as communicações do Ajudante General do Exército sobre pagamentos examinadas pela Contadoria Geral da Guerra. »
- N.º 251. — JUSTIÇA. Aviso de 28 de Julho de 1857. Declara em solução á duvida proposta pelo Procurador da Corôa da referida Relação, que os Promotores Publicos, os Solicitadores e mais Officiaes, que servem ante os Auditorios e Tribunaes de Justiça; não tem necessidade de prestar juramento especial para cada hum dos actos de seus Offícios, e de reconhecer suas assignaturas por estarem para isso habilitados pelo juramento, que prestão antes de tomar posse dos seus Empregos. 203
- N.º 252. — Aviso N.º 32 de 28 de Julho de 1857. — Ao Presidente do Paraná. — Autorisa-o á elevar a vinte mil réis mensaes os vencimentos dos operarios da Colonia Militar do Jatahy. 204
- N.º 253. — Aviso N.º 29 de 29 de Julho de 1857. — Ao Presidente de S. Paulo. — Solve duvidas propostas pelo Inspector Geral das medições das Terras Publicas n'aquella Provincia. . . . »
- N.º 254. — GUERRA. — Aviso de 29 de Julho de 1857. Determina que as Commissões para os exames que estabeleceo o Regulamento de 31 de Março de 1851 sejam nomeadas pelo Ajudante General, abonando-se vencimentos do Estado Maior de 2.ª Classe aos Officiaes durante esse trabalho, no caso de não perceberem outro vencimento militar. 205

- N.º 255. — Aviso de 29 de Julho de 1857. — Manda crear na Provincia de Goyaz, mais duas Companhias Provisorias..... 206
- N.º 256. — Aviso de 30 de Julho de 1857. — Declara as autoridades e Repartições a que devem ser remettidos os exemplares das ordens do dia do Ajudante General do Exercito..... »
- N.º 257. — FAZENDA. — Em 31 de Julho de 1857. Explica a ordem de 28 de Fevereiro ácerca de de sello de letras, &c..... 208
- N.º 258. — MARINHA. — Aviso de 31 de Julho de 1857. Addiciona algumas disposições ao Regulamento provisorio, que acompanhou o Aviso de 22 de Setembro de 1852, para a Praticagem da barra e bahia de S. Marcos na Provincia do Maranhão..... 209
- N.º 259. — Aviso de 31 de Julho de 1857. — Manda observar as Instrucções, para regular o movimento, serviço e escripturação da Casa de arrecadação, que se deve estabelecer no Arsenal de Marinha da Côrte, em virtude do art. 85 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 769, de 16 de Junho de 1856..... 210
- N.º 260. — GUERRA. — Aviso de 3 de Agosto de 1857. Determina que á familia de qualquer Official a que este deixar consignação de soldo no acto da partida, não se deve exigir procuração; porém tendo deixado procurador, esse a deverá apresentar, sendo reformada no fim de cada Exercício..... 216
- N.º 261. — IMPERIO. — Portaria de 5 de Agosto de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa de Una, na Provincia de S. Paulo.... »
- N.º 262. — IMPERIO. — Aviso de 7 de Agosto de 1857. — Declara que o art. 27 do Regulamento da Junta de Hygiene Publica, approved pelo Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, não ficou derogado pelo disposto no art. 31 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854..... 217
- N.º 263. — FAZENDA. — Em 7 de Agosto de 1857. — Sobre a entrega aos Fiadores dos bens de hum Thesoureiro alcançado..... 218

- N.º 264. — Em 7 de Agosto de 1857. — Multas por infracção do Regulamento do Sello..... 218
- N.º 265. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1857. — Os Thesoureiros dos Cofres de Orphãos não estão sujeitos aos juros de 9 por %..... 219
- N.º 266. — Aviso N.º 10 de 10 de Agosto de 1857. — Ao Director Geral interino das Terras Publicas. — Approva o contracto celebrado com Sarmat Laurans de Bousquet para ir medir terras publicas no Maranhão..... 220
- N.º 267. — GUERRA. — Circular de 11 de Agosto de 1857. — Determina que pelas Repartições sujeitas no Ministerio da Guerra não se faça contracto algum estipulando isenção de direitos sem previa autorisação do Poder competente. »
- N.º 268. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1857. — As Sociedades e Companhias anonymas não podem emittir bilhetes sem autorisação especial. 221
- N.º 269. — IMPERIO. — Portaria de 11 de Agosto de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio no lugar denominado — Desengano — na Provincia do Rio de Janeiro..... 222
- N.º 270. — FAZENDA. — Circular de 12 de Agosto de 1857. — Creação de Commissões para proporem as alterações que forem necessarias na nova Tarifa..... »
- N.º 271. — Em 13 de Agosto de 1857. — Idade necessaria para ser admittido aos Empregos publicos..... 223
- N.º 272. — IMPERIO. — Aviso de 13 de Agosto de 1857. — Manda proceder á nova eleição para Juizes de Paz da Parochia de Santa Cruz da Chapada, na Provincia de Minas Geraes, por não terem sido observadas na ultima eleição as formalidades prescriptas no art. 12 da Lei de 12 de Agosto de 1846, e por ser haverem commettido n'ella differentes irregularidades..... »
- N.º 273. — Aviso de 13 de Agosto de 1857. — Declara que se não pode prescindir do sorteio dos Lentes Cathedraticos e Substitutos que, na conformidade do art. 85 dos Estatutos das Faculdades de Direito, que baixarão com o Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, devem argumentar e julgar os doutorandos na defeza das theses. 224

- N.º 274. — FAZENDA. — Circular em 18 de Agosto de 1857. — As Comissões creadas pela circular de 12 do corrente, devem informar especialmente sobre a tabella das taras..... 225
- N.º 275. — Aviso N.º 23 de 18 de Agosto de 1857. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. — Approva a nomeação do Juiz de Direito para servir de Delegado do Director Geral das Terras no processo de medições a respeito de Ignacio Antonio de Moraes..... 226
- N.º 276. — IMPERIO. — Aviso de 21 de Agosto de 1857. Estabelece a maneira por que deve proceder o Director Geral do Correio na abertura de Cartas suspeitas de conterem brilhantes ou objectos sujeitos á direitos..... »
- N.º 277. — Aviso N.º 33 de 22 de Agosto de 1857. — Ao Presidente de S. Paulo. — Sobre a duvida de approvar a proposta de hum novo Desenhador para a Inspectoria Geral de medições em razão de ser militar..... 227
- N.º 278. — Aviso N.º 11 de 22 de Agosto de 1857. — Ao Director Geral interino das Terras Publicas. Approvando o contracto celebrado em 21 do mesmo mez, com o Doutor Hermann Blumenau, em additamento ao contracto de 17 de Abril de 1855..... »
- N.º 279. — GUERRA. — Aviso de 22 de Agosto de 1857. Sobre o Guarda Nacional do 2.º Batalhão Domingos Fernandes da Cruz, que, tendo sido recrutado para o Exercito, fôra reclamado pelo Brigadeiro Commandante Superior da Côte. 228
- N.º 280. — Aviso de 22 de Agosto de 1857. — Determinando que o fornecimento das esteiras ás praças dos Corpos do Exercito estacionados nas Provincias seja feito em dinheiro..... 229
- N.º 281. — Aviso de 24 de Agosto de 1857. — Declara que por Imperial Resolução de Consulta de 22 do mesmo mez, o Soldado Particular da Companhia fixa da Provincia de Sergipe João Baptista Guimarães pôde ser reconhecido 1.º Cadete, tendo as habilitações para isso, não servindo de obstaculo a deserção por que já fôra punido. »
- N.º 282. — Aviso de 24 de Agosto de 1857. — Responda

- às duvidas propostas pelo Commandante das Armas da Província de Pernambuco, sobre os substitutos das praças que pedem baixa, quaes os direitos que tem, e se podem ser aceitos os individuos que tendo concluido o seu tempo, ainda não forão escusas. 230
- N.º 283. — IMPERIO. — Aviso de 24 de Agosto de 1857. Declara que devem ser annulladas as eleições a que se procedeo na Capital da Província do Amazonas para Vereadores e Juizes de Paz em o mez de Setembro do anno findo, visto como se provou a existencia de irregularidade que as vicião substancialmente. 231
- N.º 284. — Aviso de 25 Agosto de 1857. — Determina que o Ajudante-General, em regra deve indicar as vagas em que devem entrar, os Officiaes aggregados que se forem habilitando para passar á 1.ª classe. 232
- N.º 285. — FAZENDA. — Em 25 de Agosto de 1857. — O valor dos brilhantes aprehendidos na importação deve regular-se pelo art. 1.244 da nova Tarifa. 233
- N.º 286. — GUERRA. — Aviso de 27 de Agosto de 1857. — Declarando ficarem dispensados de novos exames os Officiaes das differentes armas, que praticarem na Escola de applicação, e forem approvados em exames praticos. »
- N.º 287. — FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1857. — Procedimento que deve haver contra os exatores que não entrão com as sommas arrecadadas nas épocas competentes. 234
- N.º 288. IMPERIO. — Aviso de 27 de Agosto de 1857. — Declara que achando-se provado terem sido praticadas irregularidades substanciaes nas Eleições Municipaes a que se procedeo em Setembro do anno passado na Igreja Matriz da Conceição da Praia, da Capital da Província da Bahia, devem ser annulladas as ditas eleições, e proceder-se á outras. 235
- N.º 289. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Agosto de 1857. — Declara que as Assembléas Provinciaes podem, independentemente de propostas prévias das Camaras Municipaes, decretar a criação,

- nomeação e supressão dos empregos Municipaes, estando as mesmas Camaras sujeitas completamente ás ditas Assembléas, visto como podem estas legislar sobre sua policia e economia, &c. 236
- N.º 290. — FAZENDA. — Em 28 de Agosto de 1857. — Sobre o abono de quintas partes de vencimentos. 238
- N.º 291. — Em 28 de Agosto de 1857. — Não só os Cavalleiros como todos os condecorados com as Ordens honorificas do Imperio podem passar procurações de seu punho..... »
- N.º 292. — Circular em 29 de Agosto de 1857. — Os manifestos de navios de cabotagem não estão sujeitos ao Sello..... 239
- N.º 293. — Em 29 de Agosto de 1857. — Contracto com o Banco para o deposito das quantias disponiveis..... 240
- N.º 294. — Aviso n.º 36 de 31 de Agosto de 1857. — Ao Presidente de Santa Catharina. — Sobre a Autoridade, que deve receber o juramento do colono, que se pretender naturalisar..... 243
- N.º 295. — GUERRA. — Aviso do 1.º de Setembro de 1857. — Determina que o Cirurgião mór do Exercito quando tiver de nomear algum Cirurgião do Corpo de Saude para commissão fóra da Côrte, o faça por meio de huma escala que deve organizar..... 244
- N.º 296. — IMPERIO. — Aviso do 1.º de Setembro de 1857. — Declara que o primeiro Juiz de Paz de huma Parochia na ordem da votação, não fica impedido de presidir á 2.ª reunião da Junta de Qualificação pelo facto de ter feito parte da 1.ª Junta, em qualidade de eleitor..... 245
- N.º 297. — FAZENDA. — Em 2 de Setembro de 1857. — Direitos que devem pagar os titulos dos Ajudantes dos Despachantes..... »
- N.º 298. — Em 3 de Setembro de 1857. — Os manifestos das Embarcações não pagão Sello..... 246
- N.º 299. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Setembro de 1857. Dirigido ao Presidente da Provincia do Piauhý. — Approva a solução dada pelo Presidente da Provincia do Piauhý, á duvida proposta pelo Presidente da Camara Municipal da Capital da dita Provincia, declarando competir ao mesmo Presi-

- dente da Camara accumular as funcções do dito cargo com as de Juiz Municipal, quando houvesse de substituir a este..... »
- N.º 300. —IMPERIO.—Aviso de 3 de Setembro de 1857. Declara que a Lei do 1.º de Outubro de 1828 não só não faz dependente das Camaras Municipaes a imposição das multas aos Vereadores e Supplentes que não comparecem ás sessões, como não veda que os Presidentes das mesmas Camaras as imponhão em casos taes aos Vereadores refractarios, e aos Supplentes que sem motivo justificado não acudirem ás convocações. 247
- N.º 301. — Aviso de 4 de Setemdro de 1857.— Declara que o art. 110 da Lei Regulamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, só he applicavel aos casos em que sendo a qualificação feita na época marcada na Lei, a convocação dos individuos, que hão de organizar a Junta, tem lugar no ultimo mez do quatrienio, nos termos do art. 40 da mesma Lei..... 248
- N.º 302. — Aviso de 4 de Setembro de 1857.— Dá esclarecimentos sobre os vencimentos que competem aos empregados dos Correios quando substituirem huns aos outros..... 249
- N.º 303. — FAZENDA. — Em 4 de Setembro de 1857.— Sobre os Collectores que servem de Thesoureiros de Orphãos, e respectiva escripturação..... 251
- N.º 304. —IMPERIO.—Aviso de 5 de Setembro de 1857. Resolve varias duvidas sobre a maneira de ser executada a Lei das Eleições, na parte relativa á organização das Juntas de Qualificação..... »
- N.º 305. — GUERRA. — Aviso de 5 de Setembro de 1857. — Dá instrucções para o exame da polvora fabricada na Fabrica da Estrella..... 255
- N.º 306. — FAZENDA. — Em 9 de Setembro de 1857. — Cobrança dos direitos dos officios novamente lotados 256
- N.º 307. — Aviso n.º 25 de 10 de Setembro de 1857.— Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.—A respeito das medições das terras devolutas á margem do Alto Taquary para patrimonio da Provincia 257
- N.º 308. — FAZENDA. — Em 11 de Setembro de 1857.—

- Os Collectores servindo de Thesoureiros de Orphãos não devem por isso prestar nova fiança. »
- N.º 309. — Em 12 de Setembro de 1857. — Falta de formalidades em hum recurso; e intelligencia de artigos do Regulamento do Sello..... 258
- N.º 310. — GUERRA. — Aviso de 14 de Setembro de 1857. — Declara que o Arsenal de Guerra deve fornecer os livros de que precisar o Batalhão de Engenheiros na conformidade da Imperial Resolução de 5 do corrente..... 259
- N.º 311. — Aviso n.º 2 de 14 de Setembro de 1857. — Ao Presidente da Associação Central de Colonisação. — Approva a escolha da Imperial Quinta do Cajú para hospedaria de emigrantes..... 260
- N.º 312. — Aviso Circular de 14 de Setembro de 1857. — Aos Presidentes das Provincias. — Recommenda a remessa de todos os esclarecimentos ao Consul do Imperio no porto da Procedencia a respeito do destino dos emigrantes..... »
- N.º 313. — IMPERIO. — Aviso de 15 de Setembro de 1857. — Declara que, em conformidade da doutrina do Aviso de 25 de Novembro de 1841, encerrada a Assembléa Provincial antes de ter decorrido o prazo do art. 19 do Acto addicional a respeito de Leis ou Resoluções apresentadas á sanção do Presidente da Provincia, só na sua reunião proxima deverá ter execução a ultima parte do mesmo artigo, se não houver sido dada ou negada a sanção dentro do mencionado prazo improrogavel..... 261
- N.º 314. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — Declara que a disposição do art. 107 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, comprehende todos os Oppositores das mesmas Faculdades, no tocante ao serviço alternado dos lugares para que forem nomeados..... 262
- N.º 315. — MARINHA. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — Manda organizar provisoriamente huma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal da Marinha da Côte..... 263
- N.º 316. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — Manda observar as Instrucções provisórias para a es-

- cripturação das Casas de Deposito, de que trata o art. 8.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.769 de 16 de Junho de 1857..... 267
- N.º 317. —FAZENDA.—Em 16 de Setembro de 1857.—Assemelhação dos chapéos de pello de lontra. 271
- N.º 318. —Em 17 de Setembro de 1857.—A despeza com o expediente da Administração diamantina não póde correr por conta da Fazenda Nacional. »
- N.º 319. —Em 17 de Setembro de 1857.—Sobre a intelligencia de artigos da nova Tarifa á respeito de chales, &c., de côr escarlate..... 272
- N.º 320. —Circular.—Em 17 de Setembro de 1857.—Correcção no art. 795 da nova Tarifa..... 273
- N.º 321. —IMPERIO.—Aviso de 17 de Setembro de 1857.—Annulla a eleição que teve lugar em Setembro de 1856 para Juizes de Paz da Parochia das Dores do Rio Verde, na Provincia de Goyaz, pelos vicios e irregularidades com que foi feita, e manda proceder á nova eleição no dia que for designado pelo respectivo Presidente. »
- N.º 322. —GUERRA.—Aviso de 17 de Setembro de 1857. Estabelece regras para se embarrilar a polvora da Fabrica da Estrella, e para a remessa das respectivas amostras para serem examinadas pela Commissão de melhoramentos do material do Exercito. 274
- N.º 323. —FAZENDA.—Em 22 de Setembro de 1857. Autorisa a cunhagem de prata dos particulares. 276
- N.º 324. —Em 22 de Setembro de 1857.—A liberdade concedida com o onus de serviço por algum tempo he perfeita..... »
- N.º 325. —Em 22 de Setembro de 1857.—Qual a ingerencia das Thesourarias de Fazenda nas Capitánias dos Portos..... 277
- N.º 326. —Em 23 de Setembro de 1857.—Improcedencia de huma apprehensão pela Mesa do Consulado em huma porção de fumo importado; e quaes as multas que devião ser impostas. »
- N.º 327. —Aviso n.º 13 de 23 de Setembro de 1857. Ao Presidente da Provincia de Goyaz.—Sobre a revalidação das posses e sesmarias..... 278
- N.º 328. —FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1857. A alteração das taras marcadas na nova Tarifa compete ao Ministerio da Fazenda..... »

- N.º 329. — Em 25 de Setembro de 1857. — Sobre as
taras da nova Tarifa, e verificação de peso liquido. 279
- N.º 330. — Em 25 de Setembro de 1857. — Remessa
do contracto com o Banco para o deposito
dos saldos disponiveis..... 280
- N.º 331. — FAZENDA. — Em 25 de Setembro de 1857. —
Sobre verificação do peso liquido, e revogação
do art. 20 do Decreto n.º 1.385 de 1854.. 281
- N.º 332. — MARINHA. — Aviso de 25 de Setembro de
1857. — Manda observar as Instruções provi-
sorias, pelas quaes se deve executar o Regu-
lamento, a que se refere o Aviso de 16 do
corrente, que organisa huma Companhia de
Aprendizes menores no Arsenal de Marinha da
Côrte..... 282
- N.º 333. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1857.
Assemelhação dos Paletós de seda, ou borra
de seda..... 287
- N.º 334. — Em 26 de Setembro de 1857. — Sobre o modo
de contar os fios das fazendas..... 288
- N.º 335. — Em 26 de Setembro de 1857. — Despacho
de repolho salgado pelo art. 901 da nova Tarifa;
e augmento da tara para a hortaliça..... »
- N.º 336. — Em 26 de Setembro de 1857 — Sobre o
despacho de potes de louça importados como
envoltorios do sal..... 289
- N.º 337. — Em 26 de Setembro de 1857. — Despacho
de lenços de seda e algodão, como de algodão,
por predominar nelles esta materia..... »
- N.º 338. — Em 26 de Setembro de 1857. — Sobre o
despacho de vidros para espelhos; e certi-
dões que devem ser passadas pela Alfandega. 290
- N.º 339. — IMPERIO. — Portaria de 26 de Setembro de
1857. — Crêa huma Agência de Correio na
Freguezia de Carapebús, da Provincia do Rio
de Janeiro..... »
- N.º 340. — Em 26 de Setembro de 1857. — Manda
executar o Regulamento provisório, contendo
as bases dos contractos de colonisação, para
execução do art. 27 do contracto annexo ao
Decreto de 28 de Março do corrente anno... 291
- N.º 341. — GUERRA. — Aviso de 26 de Setembro de
1857. — Determina que os voluntarios e enga-

- jados, achando-se invalidos, continuem a gozar de todas as vantagens garantidas por Lei em quanto forem praças do Exercito..... 306
- N.º 342. — Aviso de 28 de Setembro de 1857. — Solvendo duvidas sobre indulto concedido aos desertores dos Corpos do Exercito..... »
- N.º 343. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Setembro de 1857. — Declara que os Titulos dos graduados nas Faculdades de Direito, que não estiverem presentes para assigna-los perante os respectivos Secretarios, deverão ser enviados pelos Directores das Faculdades á Autoridade do lugar, em que constar se achão residindo os mesmos graduados, a fim de serem por elles assignados em sua presença..... 307
- N.º 344. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1857. A farinha de mandioca não paga direitos quando remettida de hum para outro porto do Imperio 308
- N.º 345. — MARINHA. — Aviso de 29 de Setembro de 1857. — Designa os vencimentos e vantagens, que devem perceber os Officiaes e mais Empregados da Companhia de Aprendizizes menores do Arsenal de Marinha da Côrte..... 309
- N.º 346. — FAZENDA. — Em o 1.º de Outubro de 1857. Empregos publicos geraes que se devem contar nas aposentadorias..... 310
- N.º 347. — IMPERIO. — Portaria de 6 de Outubro de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa de Maranhú, na Provincia da Bahia.... 311
- N.º 348. — JUSTIÇA. — Portaria de 7 de Outubro de 1857. — À Illm.ª Camara Municipal da Côrte. Declara que a mesma Illm.ª Camara Municipal não pôde impor aos Tabeliães mais obrigações além das que lhes cabem por seu Regimento, nem comminar-lhes penas não decretadas pelas Leis em vigor; não podendo igualmente impedir por qualquer maneira directa ou indirecta os contractos que os cidadãos, nos termos da leis geraes, podem livremente celebrar sobre as suas propriedades de raiz..... »
- N.º 349. — FAZENDA. — Em 7 de Outubro de 1857. — Sobre a apprehensão de barricas de assucar.. 312
- N.º 350. — Em 7 de Outubro de 1857. -- Para o peso

- liquido das velas se comprehendem os envoltorios de papel ou papelão..... 313
- N.º 351. — Em 7 de Outubro de 1857. — Não se pôde modificar o estado dos envoltorios..... »
- N.º 352. — Em 7 de Outubro de 1857. — As viúvas e os orphãos não podem ser fiadores..... 314
- N.º 353. — Em 7 de Outubro de 1857. — Direitos de 5 por cento que devem pagar os Juizes removidos, ou de novo nomeados, &c..... »
- N.º 354. — Em 7 de Outubro de 1857. — Sobre a intelligencia da Tabella annexa ao art. 1.º do Regulamento do Sello; e declara que o Sello deve ser pago antes de se lavrarem as Escripturas, e não nos traslados dellas..... 315
- N.º 355. — Aviso á Presidencia de Minas a que se refere a Ordem Supra..... 316
- N.º 356. — Em 8 de Outubro de 1857. — A respeito da tara para as pomadas..... »
- N.º 357. — Aviso n.º 15 de 8 de Outubro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Goyaz. — Sobre a revalidação de posses e sesmarias..... 317
- N.º 358. — FAZENDA. — Em 10 de Outubro de 1857. Responde a diversos quesitos sobre huma apprehensão, e declara que o Inspector da Thesouraria não devia dar ordens directas ao Guarda-mór da Alfandega..... »
- N.º 359. — Em 10 Outubro de 1857. — Sobre a arrecadação dos direitos de transito de Chancellaria, e porcentagem que se deve abonar..... 318
- N.º 360. — Circular de 12 de Outubro de 1857. — Aos Presidentes de Provincias. — Declara que o direito de que tracta o art. 9.º da lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelos colonos que obtem gratuitamente cartas de colonisação. 319
- N.º 361. — JUSTIÇA, — Aviso de 12 de Outubro de 1857. — Ao Ministerio da Marinha. — Declara que os Officiaes da Armada em effectivo serviço de bordo não devem ser incluídos nas listas dos Jurados..... 320
- N.º 362. — Aviso de 12 de Outubro de 1857. — Ao Presidente da Provincia da Parahiba. — Declara, em solução á duvida do Juiz de Direito da 1.ª Comarca da referida Provincia, que embora o

- art. 177 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 falle sómente dos crimes de responsabilidade e contrabando, implicitamente comprehende todos os outros delictos, que posteriormente forão mandados processar e julgar pelos Juizes de Direito, devendo por tanto todos esses crimes figurar nos mappas especiaes, que taes Juizes são obrigados á dar no fim de cada semestre..... 321
- N.º 363. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1857. Tara que compete aos vidros com sulphato de quinino..... 322
- N.º 364. — Circular em 13 de Outubro de 1857. — Quaes as decisões dos Inspectores das Alfandegas de que se póde recorrer..... 323
- N.º 365. — Em 14 de Outubro de 1857. — Os Thesou- reiros e os Pagadores são responsaveis conjunc- tamente com os Escrivães a respeito da legali- dade das despesas..... ”
- N.º 366. — JUSTICA. — Aviso de 15 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara em solução a duvida proposta pelo Commandante do Corpo Policial da dita Provincia, que tendo-se sempre julgado nesta Côte extensiva aos Corpos Policiaes a disposição do Aviso do Ministerio da Guerra de 22 de Setembro de 1855, que declara competir as Autoridades militares a execução das sen- tenças dos Tribunaes militares, assim se deve observar na mesma Provincia..... 324
- N.º 367. — Aviso de 16 de Outubro do 1857. — Dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Declara ao mesmo Presidente em solução á duvida suscitada naquelle Tribunal, que não podem ser conjunctamente Juizes na mesma causa, e nella discutir e votar dous membros que sejam irmãos..... 325
- N.º 368. — GUERRA. — Circular de 16 de Outubro de 1857. — A's Thesourarias providenciando sobre o modo por que devem proceder quando tiverem de pedir augmento de credito..... 326
- N.º 369. — FAZENDA. — Em 16 de Outubro de 1857. Direitos que deve pagar o maraschino engar- rafado 327

- N.º 370. — Circular em 16 de Outubro de 1857. — As dragonas devem ser despachadas por factura 327
- N.º 371. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. — Approva a deliberação tomada pelo referido Presidente, quando declarou, que o Juiz de Paz mais votado do districto da Capital, não tinha renunciado o cargo por haver exercido interinamente os lugares de Promotor Publico da respectiva Comarca, e o de Procurador Fiscal da Thesouraria Provincial..... 328
- N.º 372. — IMPERIO. — Aviso de 19 de Outubro de 1857. — Declara que, á vista da desposição do art. 71 da Lei de 19 de Agosto de 1846, tem os Presidentes dos Collegios eleitoraes o direito de votarem conjunctamente com os seus Membros nas questões, que nelles forem suscitadas..... 329
- N.º 373. — Aviso de 20 de Outubro de 1857. — Declara que o prazo de dous annos de residencia no Termo, que exige a Lei para se poder ser eleito Vereador da Camara Municipal, deve ser contado ao estrangeiro, que se naturalisar cidadão Brasileiro, não da data da carta de naturalisação, mas sim em relação ao tempo de domicilio no lugar..... 330
- N.º 374. — Aviso de 20 Outubro de 1857. — Approva a resposta que deu o Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte ao unico Vereador juramentado dos que forão eleitos para a Camara Municipal da Villa de Estremoz, declarando-lhe que em taes circumstancias devia, para que podesse convocar e dar posse aos outros nomeados, visto como faltava o Secretario, nomear e juramentar hum Cidadão que servisse este cargo sómente para tal fim..... 331
- N.º 375. — Aviso de 20 de Outubro de 1857. — Declara que o Eleitor que no Collegio eleitoral tiver votos para Escrutador, não fica por este facto inhibido de ser nomeado Presidente do mesmo Collegio..... 332
- N.º 376. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1857.

- Sobre hum despacho de velas de composição,
e respectivo envoltorio..... 332
- N.º 377. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1857.
Os dinheiros de Orphãos devem ser recolhidos
nos cofres proprios..... 333
- N.º 378. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Outubro de
1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia
do Ceará. — Declara em solução á duvida proposta
pelo Juiz Municipal substituto do Termo de
Baturité, que he Vereador da Camara Municipal
do mesmo Termo, que com quanto seja in-
compativel a accumulção de ambos esses em-
pregos, contudo o exercicio de hum não
importa como consequencia a renuncia do outro. 334
- N.º 379. — FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1857.
Contas que se devem incluir nas Precatorias. 335
- N.º 380. — Circular de 23 de Outubro de 1857. — Os
Secretarios das Relações estão autorizados para
fazerem as despezas necessarias com os pre-
paros. &c..... 366
- N.º 381. — Em 23 de Outubro de 1857. — Elevação da
tara para as massas; e sobre a verificação do
peso liquido..... »
- N.º 382. — GUERRA. — Aviso de 23 de Outubro de 1857.
Estabelece como se deve proceder a respeito dos
Capellães do Exercito com patente quando
commetterem faltas graves contra a disciplina
militar..... 337
- N.º 383. — IMPERIO. — Aviso de 23 de Outubro de
1857. — Approva as decisões do Presidente da
Provincia de S. Paulo, declarando que o Juiz
de Paz mais votado não podia, em circum-
stancia alguma, votar para a formação da Mesa
Parochial; assim como não terem os respectivos
votantes obrigação de assignar suas listas.... 338
- N.º 384. — Aviso de 24 de Outubro de 1857. — Declara
ao Director da Faculdade de Medicina da Côte
que, mantida a taxa de 100 \$ para os indi-
viduos que se propozerem habilitar-se para o
exercicio de suas profissões, fiquem sujeitos
á de 120 \$ os que obtiverem diplomas das
Faculdades do Imperio..... »
- N.º 385. — Aviso de 24 de Outubro de 1857. — Annulla

- as eleições para Vereadores e Juizes de Paz da Cidade de Taubaté na Provincia de S. Paulo, pelas irregularidades com que forão feitas em Setembro do anno passado, e manda proceder á novas..... 339
- N.º 386. — FAZENDA. — Circular em 26 de Outubro de 1857. — Augmento de tara para as massas em caixas ou barricas..... 340
- N.º 387. — Circular de 27 de Outubro de 1857. — Augmentos de taras..... »
- N.º 388. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Outubro de 1857. Dirigido ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Approva a deliberação tomada pelo sobredito Presidente, quando exigio do Juiz de Direito da Comarca do Rio das Velhas a apresentação do recurso de graça e mais peças essenciaes do processo, em que as escravas Rosa e Peregrina forão condemnadas á morte pelo Jury do Termo de Sabará, por haverem assassinado sua senhora, a fim de que tivesse o andamento designado no Decreto n.º 1.310 de 2 de Janeiro de 1854..... 341
- N.º 389. — GUERRA. — Aviso de 28 Outubro de 1857. Determina que esse abuso de se fornecerem botões de massa aos Corpos de Caçadores do Exercito prescrevendo o plano geral de uniformes que seão de metal bronzado..... 342
- N.º 390. — Em 28 de Outubro de 1857. — Dinheiros de orphãos recolhidos por emprestimo ás Thesourarias, não se entregão aos herdeiros sem preceder a respeito destes as habilitações legaes, e o pagamento dos impostos quando as circumstancias assim o exigirem..... »
- N.º 391. — GUERRA. — Circular de 29 de Outubro de 1857. — Determina que as Repartições sujeitas ao Ministerio da Guerra na Côrte remettão á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra até o mez de Maio de cada anno huma relação nominal dos empregados que percebem gratificações, com declaração do ordenado que vence cada hum..... 343
- N.º 392. — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1857. Augmento de taras, e verificação de pezo liquido..... 344

- N.º 393. — Em 30 de Outubro de 1857. — Despacho por factura de pentes de chifre enfeitados de metal dourado..... 345
- N.º 394. — Em de 30 de Outubro de 1857. — Fitas de veludillo estão incluídas no art. 755 da Tarifa..... »
- N.º 395. — Aviso N.º 165 de 30 de Outubro de 1857. — Ao Ministerio da Fazenda. — Declarando a maneira de proceder-se nos imprestimos feitos em virtude de contractos celebrados por este Ministerio..... 346
- N.º 396. — JUSTIÇA. — Aviso de 31 de Outubro de 1857. — Dirigido Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Declara em Solução á duvida proposta pelo Juiz Municipal do Termo de Queixera-mobim, que na fôrma do Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851 art. 8.º são considerados Officiaes de Justiça, os de Contador e Distribuidor, bem como pelo Aviso de 19 de Outubro de 1854 forão os de Partidor, que não estando porém os de Avaliadores no mesmo caso não podião substituir as nomeações, que delles se fizerão..... 347
- N.º 397. — FAZENDA. — Circular em 31 de Outubro de 1857. — Remessa de relações de Sentenças em que setenha averbado a disima..... 348
- N.º 398. — Circular em 31 de Outubro de 1857. — Augmento das Commissões pela cobrança judicial da divida activa..... »
- N.º 399. — GUERRA. — Aviso de 2 de Novembro de 1857. — Estabelecendo regra para a confecção das Escolas da promoção..... 349
- N.º 400. — Aviso de 3 de Novembro de 1857. — Dando formulario dos contractos para conducção de artigos bellicos destinados ás Provincias do interior, e Instrucções para os Officiaes que forem encarregados dos combois, ou tropas..... 350
- N.º 401. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1857. — Permite que hum Feitor da Alfandega da Provincia da Parahyba cobre rendas pertencentes á Provincia do Rio Grande do Norte.. 355
- N.º 402. — JUSTIÇA. — Portaria de 10 de Novembro de 1857. — Dirigida á Directoria do Monte Pio

- Geral de Economia dos Servidores do Estado. Declara que o art. 11 do Decreto de 13 de Março de 1844, não alterou o art. 7.º § 5.º do Decreto de 22 de Junho de 1836. 356
- N.º 403. — IMPERIO. — Aviso de 11 de Novembro de 1857. — Declara que a disposição do art. 45 do Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito, deve ser entendida e executada litteralmente de modo a não autorisar inversão alguma na ordem dos actos dos Alumnos das mesmas Faculdades »
- N.º 304. — Aviso n.º 174 A de 12 de Novembro de 1857. — Ao Ministro da Fazenda. — Concede o vencimento por inteiro aos Agrimensores nos dias em que deixarem de trabalhar por motivos alheios á sua vontade. 357
- N.º 405. — MARINHA. — Aviso de 12 de Novembro de 1857. — Marca o primeiro uniforme dos Inferiores, Cabos, e menores da Companhia de Aprendizizes do Arsenal de Marinha da Côrte, e altera a tabella n.º 3, que acompanhou o Aviso de 25 de Setembro do corrente anno, e designa o fardamento, que se deve distribuir á cada hum dos referidos menores... 358
- N.º 406. — FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1857. Sobre a hora de começar-se o trabalho nas Alfandegas. 359
- N.º 407. — IMPERIO. — Aviso de 16 de Novembro de 1857. — Declara que os arbitros nomeados para fixarem a importancia das indemnisações pelas desapropriações de terrenos e predios para construcções das obras da estrada de ferro de D. Pedro 2.º devem proceder como Jury civil, dando a sua opinião, não por votos singulares, mas sim por maioria absoluta. 360
- N.º 408. — GUERRA. — Aviso de 16 de Novembro de 1857. — Declara que ao Juiz Municipal não he devida continencia militar, e que incurialmente procedeo o mesmo Juiz prendendo, no Corpo de huma guarda o Commandante d'ella. 361
- N.º 409. — MARINHA. — Aviso de 16 de Novembro de 1857. — Manda executar o Regulamento para a Praticagem da barra da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. 362

- N.º 410. — JUSTIÇA. — Aviso de 16 de Novembro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Paraná. — Solvendo as duvidas propostas pelo Juiz de Direito da Comarca de Castro, ácerca da execução do Decreto n.º 707 de 9 de Outubro de 1850, que deu Regulamento á Lei de 2 de Julho do mesmo anno, e da applicação do recurso do art. 499 § 2.º do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 aos réos condemnados á morte, ou á galés perpetuas. 375
- N.º 411. — Aviso de 18 de Novembro de 1857. — Dirigido ao Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio. — Dá solução ás duvidas propostas pelo Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio, sobre quem deve substituir o Fiscal do mesmo Tribunal nos seus impedimentos, e sobre a maneira de proceder-se quando forem eleitos para membros d'elle parentes dentro dos grãos declarados. 377
- N.º 412. — IMPERIO. — Aviso de 18 de Novembro de 1857. — Declara que devem ser executadas as Leis de aposentadorias concedidas pelas Assembléas Provinciaes, em quanto o Poder Legislativo não der huma decisão sobre esta materia. 379
- N.º 413. — FAZENDA. — Em 18 de Novembro de 1857. Sello que devem pagar os titulos de nomeação dos Delegados e Subdelegados. »
- N.º 414. — Circular em 18 de Novembro de 1857. — Declara os generos que os Commandantes e Officiaes dos navios de transporte podem nelles carregar a titulo de « agasalhados » 380
- N.º 415. — FAZENDA. — Em 20 de Novembro de 1857. As dividas menores de 250 \$ 000 podem ser reconhecidas independentes de habilitação... 382
- N.º 416. — IMPERIO. — Aviso de 21 de Novembro de 1857. — Declara que as Assembléas Provinciaes não tem attribuição para aposentar empregados publicos, e que regularmente procedeo o Presidente da Provincia da Bahia devolvendo á Assembléa Provincial duas Resoluções de semelhante natureza, que lhe forão reenviadas para serem publicadas nos termos da 2.ª parte

- do art. 13 do Acto Addicional, devendo sustentar este seu acto até ulterior resolução da Assembléa Geral Legislativa..... »
- N.º 417. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — Declara que compete á Camara Municipal da Cidade do Bananal, da Provincia de S. Paulo fazer tudo quanto for preciso para que tenha effeito a determinação da Camara dos Deputados que mandou computar os votos de 7 cédulas de Eleitores apuradas em separado pela respectiva Mesa Parochial, que deixou de existir; bem como annullar os diplomas dos Eleitores excedentes ao numero de vinte, que devia dar a mesma Parochia..... 384
- N.º 418. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — Declara que acertadamente resolveo o Presidente da Provincia da Bahia, que os habitantes do Curato do Senhor Bom Jesus do Rio de S. João, que pela Assembléa Legislativa Provincial foi desmembrado da Freguezia de Roças Novas, e annexado á de Cocaes, devem continuar a ser naquella qualificados e exercer o direito eleitoral, não obstante pertencerem actualmente á outra Freguezia e á districto eleitoral diverso. 385
- N.º 419. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — Approva as decisões que proferio o Presidente da Provincia de S. Paulo, sobre as duvidas que lhe foram propostas por hum Eleitor da Parochia de Itapetininga, ácerca da Lei das eleições... 386
- N.º 420. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — Manda proceder á nova eleição para Vereadores e Juizes de Paz da Villa de Piratinim, da Provincia de S. Pedro, por terem sido excluidos de votar na eleição que ultimamente teve lugar 129 cidadãos providos em gráo de recurso pelo Conselho Municipal..... 387
- N.º 421. — Aviso de 23 de Novembro de 1857 — Declara ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, que aberto o escrutinio, e conhecida a votação no julgamento do acto de sustentação de theses para obter o gráo de Doutor, não se póde admittir nova votação por qualquer motivo que seja..... 388

- N.º 422. — Aviso de 23 de Novembro de 1757. — Declara que os Eleitores novamente eleitos para a Parochia do Mogy das Cruzes, em substituição dos que forão annullados pela Camara dos Deputados na Sessão deste anno, não podem funcionar em quanto não forem approvados pela mesma Camara..... 386
- N.º 423. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — Declara que não ha lei ou disposição administrativa que concede recursos das decisões das Relações em materia eleitoral, as quaes são terminantes. 390
- N.º 424. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — Declara que para ter lugar a interposição de recurso para Concelho Municipal pela não qualificação de votantes he indispensavel que preceda reclamação desattendida pela respectiva Junta..... 391
- N.º 425. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — Manda subsistir o juramento que aos Vereadores eleitos para huma Camara Municipal da Provincia de Goyaz, no presente quatrienio, deferio hum Vereador da Camara transacta, na qualidade de seu Presidente com o respectivo Secretario..... 392
- N.º 426. — FAZENDA. — Circular em 25 de Novembro de 1857. — Peças de machinas que se devem despachar livres de direitos..... 393
- N.º 427. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de de Novembro de 1857. — Dirigido ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia da Bahia. — Declara em solução á duvida suscitada no referido Tribunal do Commercio, que á vista da doutrina do art. 87. doCodigo Commercial, não póde o mesmo Tribunal syndicar da moralidade e capacidade dos Administradores de trapiches e armazens de deposito para dar-lhes ou negar-lhes a patente..... 394
- N.º 428. — FAZENDA. — Circular em 27 de Novembro de 1857. — Vencimentos dos Agrimensores nos dias em que não trabalharem..... 396
- N.º 429. — IMPERIO. — Portaria de 27 de Novembro de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Villa de Urubú, na Provincia da Bahia..... 397
- N.º 430 — Em 28 de Novembro de 1857. — Formalidades para entrega de emprestimo de orphãos. »

- N.º 431. — FAZENDA. — Em 30 de Novembro de 1857.
Sobre o exame das contas de diversos exactores. 398
- N.º 432. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de
de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia
de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — Declara em
solução á duvida suscitada pelo Juiz de Direito da
2.ª Vara da Capital, e o Chefe de Policia interino
da referida Provincia, que a attribuição do
Chefe de Policia, pelo que respeita á visita das
Cadêas, não exclue a do Juiz de Direito, nem
esta a daquelle, segundo o § 6.º do art. 31 do
Regulamento das correições art. 144 e seguintes
do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. »
- N.º 433. — GUERRA. — Aviso do 1.º de Dezembro de
1857. — Manda supprimir a Carteira no cor-
reame que tiver de ser remettido para os Corpos
de cavallaria do Sul. 399
- N.º 434. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1857.
O Empregado Publico, que for Deputado, e
optar os seus vencimentos, tem direito á elles
nas prorrogações e Sessões extraordinarias. »
- N.º 435. — Em 4 de Dezembro de 1857. — Pela falta
de pagamento em tempo da taxa de escravos
não ha multa. 400
- N.º 436. — Em 4 de Dezembro de 1857. — As licenças
devem se contar do — Cumpra-se — do Chefe
da Repartição. »
- N.º 437. — GUERRA. — Aviso de 4 de Dezembro de
1857. — Deroga a Circular de 22 de Julho deste
anno que permittio o engajamento de Capellães 401
- N.º 438. — GUERRA. — Aviso de 7 de Dezembro de
1857. — Approva o figurino das blusas para o
os Corpos do Exercito. »
- N.º 439. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1857.
Sello de licenças por mais de seis mezes. 402
- N.º 440. — Em 7 de Dezembro de 1857. — Sobre o
vencimento do Inspector Geral interino dos
terrenos diamantinos. »
- N.º 441. — Em 7 de Dezembro de 1857. — Terrenos de
marinha em S. Fidelis pertencentes á Compa-
nhia « Maché e Campos » 403
- N.º 442. — Circular de 7 de Dezembro de 1857. — Não
he licita a retirada de dinheiros de Orphãos

- para se accumularem aos capitães e vencerem
juros..... 404
- N.º 443. — Em 9 de Dezembro de 1857. — Almofarizes
de marmore classificados no art. 55 da Tarifa »
- N.º 444. — FAZENDA. — Em 9 de Dezembro de 1857.
Despacho por factura de capas de papel para
chapéos..... 405
- N.º 445. — Aviso de 9 de Dezembro de 1857. — Dirigido
ao Juiz de Direito da 2.ª Vara da Córte. —
Declara em solução ás duvidas propostas pelo
Juiz de Direito da 2.ª Vara da Córte que no
caso de ser invencível o trabalho imposto ao
unico Escrivão do Jury, pôde e deve o Juiz
que presidir ao Jury, nomear hum dos Escrivães
do seu Juizo, ou de qualquer outro que mais
livre se considere, para com elle servir nessa
Sessão, e que ao Porteiro do Tribunal do Jury
deverá o Juiz Presidente do mesmo Tribunal
deferir o competente juramento, que será repe-
tido em todas as outras Sessões, contando-se-lhe
os emolumentos como os dos Porteiros dos
Auditorios de Justiça..... »
- N.º 446. — Aviso de 9 de Dezembro de 1857. — Diri-
gido ao Juiz de Paz do 2.º Districto da Fre-
guesia de Sant'Anna. — Declara que a simples
falta de confiança não he motivo sufficiente,
para o Juiz de Paz destituir, ainda que tempo-
rariamente, o Escrivão do seu Juizo..... 407
- N.º 447. — GUERRA. — Circular de 9 de Dezembro de
1857. — Determina que os Assistentes do Aju-
dante General do Exercito nas Provincias sejam
substituidos: 1.º — pelo official mais graduado
do quadro effectivo ou aggregado existente na
Provincia: 2.º — da classe dos reformados quelle
que for mais idoneo nos mencionados postos:
3.º pelo subalterno de qualquer das classes
nomeado como simples encarregado do expen-
diente..... 408
- N.º 448. — Aviso circular de 10 de Dezembro de 1857.
Declara que não he permittida a residencia do
Assistente do Ajudante General, e menos a
de familia, na casa que serve de Secretaria
militar..... 409

- N.º 449. — IMPERIO. — Aviso de 10 de Dezembro de 1857. — Declara que os Membros, que tem de ser convocados para a reunião extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, no anno de 1858, devem ser os eleitos para a futura Legislatura..... 409
- N.º 450. — MARINHA. — Aviso de 11 de Dezembro de 1857. — Manda observar o Regulamento provisório para a praticagem das barras do Rio Parahiba na Provincia do Piahy..... 411
- N.º 451. — GUERRA. — Aviso de 11 de Dezembro de 1857. — Approva o figurino para uniforme dos Officiaes do Corpo de Saude do Exercito. 427
- N.º 452. — FAZENDA. — Circular de 11 de Dezembro de 1857. — As barricas que servem de envoltorio da farinha de trigo não pagão direitos; e sobre a intelligencia do art. 46 das disposições preliminares da Tarifa..... »
- N.º 453. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Dezembro de 1857. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que, á vista da limitação em que ora se achão as funcções dos Juizes de Paz, não he applicavel aos advogados a disposição do Aviso de 28 de Agosto de 1843, e que por isso não existe incompatibilidade de direito que os inhiba de occupar aquelles cargos..... 428
- N.º 454. — IMPERIO. — Portaria de 12 de Dezembro de 1857. — Crêa huma Agencia de Correio na Freguezia de S. Bento de Sapucahy-mirim, na Provincia de S. Paulo..... 429
- N.º 455. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — Manda subsistir provisoriamente a deliberação, que tomou a Presidencia de Minas Geraes, de deixar de fazer publicar a Resolução da respectiva Assembléa Legislativa, concedendo licença sem tempo, e convenientemente, ao Secretario da Camara Municipal de S. João d'Elrei..... »
- N.º 456. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — Annulla a ultima Eleição para Juizes de Paz e Veredores da Parochia de S. José de Jacu-ry, e ordena que se proceda á nova Eleição. 430

- N.º 457. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — Confirma a decisão anterior que mandou eliminar os votos dados pela Parochia das Brotas, na Eleição de Vereadores, que teve lugar em Setembro de 1856..... 431
- N.º 458. — FAZENDA. — Em 14 de Dezembro de 1857. Os garrafões empalhados estão sujeitos aos direitos de 120 reis..... 432
- N.º 459. — Em 14 de Dezembro de 1857. — Os Feitores que exercem conjunctamente os lugares de Stereometra tem direito á 5.ª parte dos respectivos vencimentos..... 433
- N.º 460. — Em 14 Dezembro do 1857. — Os Vigias bombeiros da Alfaudega não são obrigados a prestar fiança..... »
- N.º 461. — GUERRA. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — Determina que ficando sem effeito a disposição do art. 154 do Regulamento de 7 de Março deste anno, se observe a do art. 151 que manda detalhar hum Pencionista para fazer dia na Botica do Hospital Militar da Córte.... 434
- N.º 462. — Aviso de 15 de Dezembro de 1857. — Declarando em conformidade da Imperial Resolução de 12 do corrente que não ha inconveniente em que os Alumnos militares da Escola Militar, recebam a carta de Bacharel segundo o modelo estabelecido por Aviso de 16 de Dezembro do anno passado..... »
- N.º 463. — Em 16 de Dezembro de 1857. — A pensão concedida a huma senhora só póde ser paga a seu marido, como cabeça do casal..... 435
- N.º 464. — Em 16 de Dezembro de 1857. — Sobre a revalidação e multa do Sello das intimações passadas nos Autos..... 436
- N.º 465. — JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Dezembro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — Resolve as seguintes duvidas, suscitadas pelo Juiz Municipal da Cidade do Rio Grande: 1.ª — se á vista do art. 12 do Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, os Consules e Vice-Consules Estrangeiros podem ser presos, ou conduzidos debaixo de vara para deporem, como tes-

- temunhas, em causas civeis crimes e commerciaes: 2.^a—se pôde qualquer pessoa ser coagida a jurar no Juizo Municipal ou Commercial, em simples justificação, e na hypothese do art. 336 do Codigo do Processo..... 437
- N.º 466. —FAZENDA. — Em 19 de Dezembro de 1857. Os Juizes de Direito removidos para lugares de maior vencimento pagão os direitos sómente da differença... .. 439
- N.º 467. — Em 19 de Dezembro 1857. — Os processos que correm perante o Juiz de Orphãos estão sujeitos ao Sello..... »
- N.º 468. — Em 21 de Dezembro de 1857. — Despacho de huma machina para imprimir pelo art. 1.308 da Tarifa..... 440
- N.º 469. — Em 21 de Dezembro de 1857. — Sobre o despacho de cestas ou condeças com batatas; e a intelligencia do art. 46 das disposições preliminares da Tarifa..... »
- N.º 470. — GUERRA. — Aviso de 21 de Dezembro de 1857. — Declara que os Presidentes não podem aceitar substitutos depois de ter o recruta asentado praça..... 441
- N.º 471. — FAZENDA. — Em 22 de Dezembro de 1857. Sello das petições que tem de ser juntas á autos. 442
- N.º 472. — Em 23 de Dezembro de 1857. — Direitos e Sello que pagão os titulos de Escrivães dos Subdelegados, e Juizes de Paz, etc..... 443
- N.º 473. — Em 23 de Dezembro de 1857. — Direitos que pagão as Cartas de legitimação e adopção. »
- N.º 474. — Em 24 de Dezembro de 1857. — Os arados pagão direitos..... 444
- N.º 475. — Em 24 de Dezembro de 1855. — Penas a que estão sujeitos os Collectores que não entrão em tempo para os Cofres Nacionaes com os dinheiros a seu cargo..... »
- N.º 476. — GUERRA. — Aviso de 24 de Dezembro de 1857. — Declara que a licença concedida na forma da Lei para o Official tratar de sua saude, deve entender-se com soldo e etape. 446
- N.º 477. — FAZENDA. — Em 28 de Dezembro de 1857. Continúa em vigor a ordem de 2 de Julho de 1846, na parte em que facilita aos Despachantes darem o valor á mercadoria..... »

N.º 478.	— Em 28 de Dezembro de 1857. — Sello das petições juntas á autos.....	447
N.º 479.	— Em 29 de Dezembro de 1857. — Taxa de escravos empregados diariamente fóra dos limites da Cidade.....	»
N.º 480.	— JUSTIÇA. — Aviso de 29 de Dezembro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Resolve, em solução á duvida da Camara Municipal da Villa da Barra de S. Matheus, que as multas impostas aos Jurados por falta de comparecimento no Jury, devem ser cobradas pela Camara Municipal do Termo em que residir o multado, pertencendo porém o seu producto á Camara em que tiver lugar a reunião do Jury.....	448
N.º 481.	— FAZENDA — Em 30 de Dezembro de 1857. Augmento da armazenagem dos generos recolhidos nos Trapiches alfandegados.....	449
N.º 482.	— GUERRA. — Aviso de 30 de Dezembro de 1857. — Declara que os Facultativos dos menores do Arsenal de Guerra e o da Escola de Applicação devem ser exceptuados da Escala do serviço.....	451

Indice dos additamentos ás decisões.

N.º 1.º	IMPERIO — Portaria de 5 de Maio de 1856 — Regulamento para as Aulas Preparatorias das Faculdades de Direito	1
N.º 2.º	— JUSTIÇA — Aviso cicular de 30 de Janeiro de 1857. — Estabelece regras a respeito da creação e suppressão, annexação desannexação dos Officios de Justiça.....	12

DECISÕES DO GOVERNO.

1857.

N.º 1.—GUERRA.—Aviso de 2 de Janeiro de 1857. — *Declara que ao Cirurgião-mór do Exercito compete a escolha dos Officiaes do Corpo de Saude para qualquer commissão.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Janeiro de 1857.

Pertencendo ao Coronel Chefe do Corpo de Saude do Exercito a escolha dos Officiaes do mesmo Corpo, declaro a V. S. para seu governo, que semelhantes Officiaes nunca devem ser pedidos por seus nomes, pois que a escolha dentre elles para qualquer serviço, he da competencia do referido Chefe.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Commandante das Armas da Córte.

N.º 2.—Aviso de 2 de Janeiro de 1857. — *Altera as disposições dos Arts. 21, 22 e 26 das Instrucções approvadas por Aviso de 26 de Abril de 1855, para os exames, e classificação ordinal dos Alumnos da Escola de Applicação.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Janeiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, tendo tomado na devida consideração quanto V. S. expõe no seu Officio n.º 226 de 24 de Novembro ultimo ácerca das desvantagens e mesmo inexistibilidade do systema seguido nos exames da Escola de Applicação e na classificação dos alumnos que completão os respectivos cursos, Ha por bem Determinar que: 1.º em lugar de prova oral unica estabelecida para os exames se adopte tambem a prova escripta sobre questões formuladas pelo Jury

de exame e tiradas do ponto sorteado; 2.º para a resolução dessas questões se concederá ao examinando o espaço de duas horas; 3.º quando o Jury o julgar conveniente, seguir-se-ha huma prova oral discorrendo o alumno por espaço de tempo nunca maior de hum quarto de hora sobre qualquer das paries do seu ponto que lhe será indicado; 4.º a prova escripta servirá de base á classificação ordinal do alumno, dispensando-se o concurso estabelecido; 5.º ficão alteradas nesta conformidade as disposições dos Arts. 21, 22 e 26 das Instrucções approvadas pelo Aviso de 16 de Abril de 1855.

Communicando a V. S. esta Imperial Resolução tenho a accrescentar que os exames do corrente anno podem já verificar-se pela fórma ora estatuida.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.

N.º 3.—IMPERIO.—Aviso de 2 de Janeiro de 1857.—*Declara nullas as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, que ultimamente tiverão lugar nas Parochias de Santo Antonio, e de S. João Baptista da Lagoa, do Municipio da Córte, e marca o dia para se proceder nas referidas Parochias á novas eleições tão somente para Juizes de Paz.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Janeiro de 1857.

Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 27 do mez ultimo, com o Parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 19 do mesmo mez, sobre as irregularidades de que forão arguidas algumas das eleições a que se procedeo nas differentes Parochias do Municipio da Córte para Vereadores e Juizes de Paz no dia 7 de Setembro do anno findo: Ha por bem Mandar declarar nullas as que forão feitas nas Parochias de Santo Antonio dos Pobres, e de S. João Baptista da Lagoa pelos seguintes motivos:

Quanto á 1.ª das referidas Parochias, constando das respectivas Actas, sem explicação satisfactoria que na urna foi encontrado maior numero de cédulas para Vereadores do que para Juiz de Paz, e que o numero das apuradas tanto para huns como para outros não coincide com os das

de exame e tiradas do ponto sorteado; 2.º para a resolução dessas questões se concederá ao examinando o espaço de duas horas; 3.º quando o Jury o julgar conveniente, seguir-se-ha huma prova oral discorrendo o alumno por espaço de tempo nunca maior de hum quarto de hora sobre qualquer das paries do seu ponto que lhe será indicado; 4.º a prova escripta servirá de base á classificação ordinal do alumno, dispensando-se o concurso estabelecido; 5.º ficão alteradas nesta conformidade as disposições dos Arts. 21, 22 e 26 das Instrucções approvadas pelo Aviso de 16 de Abril de 1855.

Communicando a V. S. esta Imperial Resolução tenho a accrescentar que os exames do corrente anno podem já verificar-se pela fórma ora estatuida.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.

N.º 3.—IMPERIO.—Aviso de 2 de Janeiro de 1857.—*Declara nullas as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, que ultimamente tiverão lugar nas Parochias de Santo Antonio, e de S. João Baptista da Lagoa, do Municipio da Córte, e marca o dia para se proceder nas referidas Parochias á novas eleições tão somente para Juizes de Paz.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Janeiro de 1857.

Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 27 do mez ultimo, com o Parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 19 do mesmo mez, sobre as irregularidades de que forão arguidas algumas das eleições a que se procedeo nas differentes Parochias do Municipio da Córte para Vereadores e Juizes de Paz no dia 7 de Setembro do anno findo: Ha por bem Mandar declarar nullas as que forão feitas nas Parochias de Santo Antonio dos Pobres, e de S. João Baptista da Lagoa pelos seguintes motivos:

Quanto á 1.ª das referidas Parochias, constando das respectivas Actas, sem explicação satisfactoria que na urna foi encontrado maior numero de cédulas para Vereadores do que para Juiz de Paz, e que o numero das apuradas tanto para huns como para outros não coincide com os das

que se declara terem sido recebidas e contadas, revela isto preterição de preceitos os mais importantes da Lei no que concerne as chamadas dos votantes, e ao recebimento, contagem e apuração das cedulas, accrescendo as accusações feitas á respectiva Mesa já de ter admittido a votar por mais de huma vez diversos Cidadãos, e de haver recebido cedulas em nome de pessoas ausentes, e até de individuos fallecidos, já de não ter feito a 2.^a e 3.^a chamadas pelo rol de que trata a Lei, accusações que não forão destruidas, oppondo-se-lhes apenas huma simples negativa, não obstante acharem-se exaradas em hum dos protestos, no qual se encontrão as assignaturas de dous Membros da Mesa Parochial, e em huma representação firmada por muitos Cidadãos dos mais conhecidos da Parochia, e por tres Membros da dita Mesa:

Pelo que respeita á Parochia de S. João Baptista da Lagoa acha-se provado que forão introduzidas na urna cedulas em numero superior ao dos Cidadãos que votarão, além de que se não cumprio a disposição expressa da Lei que determina que se tome nota dos que não comparecerem, ficando por isso incerto o numero de cedulas que realmente forão recebidas.

Outrosim Manda o Mesmo Augusto Senhor Declarar que não se achando provados vicios substanciaes na eleição das outras Parochias que constituem a grande maioria do Municipio, devem subsistir os votos dados por ellas para Vereadores, de conformidade com a doutrina do Aviso de 21 de Fevereiro de 1853, e de outros; cumprindo que naquellas duas Parochias se proceda tão somente a novas eleições para Juiz de Paz, para as quaes fica marcado o dia 15 de Fevereiro proximo futuro. O que pela respectiva Secretaria d'Estado se communica a Ilm.^a Camara Municipal para seu conhecimento, e execução. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 4. — Aviso de 3 de Janeiro de 1857. — *Declara que ao Poder Legislativo e não ao Governo compete resolver se os Supplentes ou Substitutos dos Empregados, de que trata o Artigo 1.º § 20 do Decreto n.º 843 de 19 de Setembro de 1855, são comprehendidos na sua disposição, quer se achem, quer não, em exercicio ao tempo da eleição.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Accuso o recebimento do Officio que V. Ex. me dirigio, datado em 6 de Novembro ultimo, sob n.º 163, consultando se os Supplentes ou Substitutos dos Empregados, de que faz menção o Artigo 1.º § 20 do Decreto n.º 843 de 19 de Setembro de 1855, são comprehendidos na sua disposição, quer se achem, quer não, em exercicio ao tempo da eleição.

E em resposta tenho de communicar-lhe que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 28 de Dezembro proximo findo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 28 do mez antecedente, Houve por bem Mandar Declarar que não cabendo a decisão desta questão na faculdade que ao Poder Executivo he conferida pelo Artigo 102 § 12 da Constituição, pois que importa huma interpretação authentica da Lei em materia que entende com o exercicio de hum direito politico, ao Poder Legislativo, a quem será opportunamente submettida a dita questão, compete resolver a semelhante respeito como entender mais acertado.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 5. — Aviso N.º 1 de 5 de Janeiro de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approvando o contracto celebrado em 30 de Dezembro findo com Jacob Rheingantz.*

Illm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto, que em data de 30 de Dezembro findo se celebrou, por intermedio

da Repartição Geral das Terras Publicas, com Jacob Rheingantz, por seu bastante procurador Alexandre Wagner, para compra de dous territorios na Serra dos Tappes, Provincia de S. Pedro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 6. — Aviso N.º 1 de 5 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente do Maranhão. — *Resolvendo as duvidas apresentadas pelo Vigario de Pastos Bons, sobre o registro das terras possuidas.*

Illm. e Exm. Sr. — Em Officio de 26 de Dezembro passado trouxe V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial que o Vigario da Freguezia de S. Bento de Pastos Bons lhe communicara haver parado o registro das terras em consequencia de insinuações do Delegado de Policia e do Juiz Municipal, aconselhando estes que não erão obrigados ao registro senão só os que possuissem datas inteiras por posses, ou sesmarias, e bem assim que V. Ex. resolvera, fundado na generalidade do Art. 91 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, que sem excepção, todos os possuidores de terras são obrigados a registra-las, não podendo deixar de se contar entre elles os que possuem quotas partes. Em resposta tenho a declarar á V. Ex. que Sua Magestade o Imperador Houve por bem Approvar a sua decisão, a qual he conforme não só ao Art. 91 acima citado, como tambem ao que já tem sido resolvido em Avisos de 18 de Agosto e 23 de Novembro de 1854, dirigidos o primeiro ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, e o segundo ao do Espirito Santo, e de 25 de Novembro de 1854 e 17 de Janeiro de 1855, dirigidos aquelle ao Presidente do Pará, e este ao de Minas. E por quanto o referido Vigario no officio, que lhe dirigio em data de 26 de Novembro do anno proximo passado, e que V. Ex. remetteo por copia, diz que tem havido na sua Freguezia registros falsos por má fé, cumpre que V. Ex. exija d'elle circunstanciadas informações a tal respeito a fim de que, ouvindo o Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, imponha V. Ex. aos culpados a multa do Art. 105 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, como foi declarado em Aviso de 31 de Julho

da Repartição Geral das Terras Publicas, com Jacob Rheingantz, por seu bastante procurador Alexandre Wagner, para compra de dous territorios na Serra dos Tappes, Provincia de S. Pedro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 6. — Aviso N.º 1 de 5 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente do Maranhão. — *Resolvendo as duvidas apresentadas pelo Vigario de Pastos Bons, sobre o registro das terras possuidas.*

Illm. e Exm. Sr. — Em Officio de 26 de Dezembro passado trouxe V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial que o Vigario da Freguezia de S. Bento de Pastos Bons lhe communicara haver parado o registro das terras em consequencia de insinuações do Delegado de Policia e do Juiz Municipal, aconselhando estes que não erão obrigados ao registro senão só os que possuissem datas inteiras por posses, ou sesmarias, e bem assim que V. Ex. resolvera, fundado na generalidade do Art. 91 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, que sem excepção, todos os possuidores de terras são obrigados a registra-las, não podendo deixar de se contar entre elles os que possuem quotas partes. Em resposta tenho a declarar á V. Ex. que Sua Magestade o Imperador Houve por bem Approvar a sua decisão, a qual he conforme não só ao Art. 91 acima citado, como tambem ao que já tem sido resolvido em Avisos de 18 de Agosto e 23 de Novembro de 1854, dirigidos o primeiro ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, e o segundo ao do Espirito Santo, e de 25 de Novembro de 1854 e 17 de Janeiro de 1855, dirigidos aquelle ao Presidente do Pará, e este ao de Minas. E por quanto o referido Vigario no officio, que lhe dirigio em data de 26 de Novembro do anno proximo passado, e que V. Ex. remetteo por copia, diz que tem havido na sua Freguezia registros falsos por má fé, cumpre que V. Ex. exija d'elle circunstanciadas informações a tal respeito a fim de que, ouvindo o Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, imponha V. Ex. aos culpados a multa do Art. 105 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, como foi declarado em Aviso de 31 de Julho

do mesmo anno ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N.º 7. — Circular de 7 de Janeiro de 1857. — Aos Presidentes de Provincia. — *Communicando que as relações das pessoas multadas por falta de registro, devem ser remettidas directamente ás respectivas Thesourarias para estas effectuarem a cobrança das multas.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-me algumas Presidencias de Provincia transmittido as relações nominaes dos possuidores de terras, que as não registrarão dentro do 1.º prazo marcado, declaro a V. Ex. que devem taes relações ser remettidas directamente ás respectivas Thesourarias de Fazenda, para estas procederem conforme o Art. 96 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, bastando enviar a este Ministerio relações numericas das posses registradas em cada Freguezia e das pessoas multadas ou relevadas da multa em virtude do Aviso Circular de 4 de Dezembro findo.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de ...

N.º 8. — Aviso N.º 2 de 8 de Janeiro de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approvando o contracto celebrado em 31 de Dezembro findo com Theophilo Benedicto Ottoni*

Illm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas, em 31 de Dezembro do anno proximo findo, com Theophilo Benedicto Ottoni, na qualidade de Director da Companhia do Mucury, para introdução e estabelecimento de colonos no Valle do Mucury, e seus confluentes.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

do mesmo anno ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N.º 7. — Circular de 7 de Janeiro de 1857. — Aos Presidentes de Provincia. — *Communicando que as relações das pessoas multadas por falta de registro, devem ser remettidas directamente ás respectivas Thesourarias para estas effectuarem a cobrança das multas.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-me algumas Presidencias de Provincia transmittido as relações nominaes dos possuidores de terras, que as não registrarão dentro do 1.º prazo marcado, declaro a V. Ex. que devem taes relações ser remettidas directamente ás respectivas Thesourarias de Fazenda, para estas procederem conforme o Art. 96 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, bastando enviar a este Ministerio relações numericas das posses registradas em cada Freguezia e das pessoas multadas ou relevadas da multa em virtude do Aviso Circular de 4 de Dezembro findo.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de ...

N.º 8. — Aviso N.º 2 de 8 de Janeiro de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approvando o contracto celebrado em 31 de Dezembro findo com Theophilo Benedicto Ottoni*

Illm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas, em 31 de Dezembro do anno proximo findo, com Theophilo Benedicto Ottoni, na qualidade de Director da Companhia do Mucury, para introdução e estabelecimento de colonos no Valle do Mucury, e seus confluentes.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 9. — FAZENDA. — Em 8 de Janeiro de 1857. — *Os Religiosos não podem passar procuração de seu punho.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, em solução á duvida proposta em seu Officio de 8 de Novembro ultimo, n.º 262, se hum Religioso, que está exercendo as funcções de Vigario encommendado tem a faculdade de passar procuração de seu punho, em virtude da disposição do § 8.º do Art. 7.º das Instrucções de 30 de Março de 1849, que, não podendo o dito Religioso nas circumstancias expostas ser denominado Clerigo de ordens sacras, attenta a expressão das referidas instrucções, nem ainda Beneficiado por ser encommendado, não está comprehendido no citado Art. 7.º § 8.º das Instrucções; he por tanto inadmissivel a procuração que se apresentar passada de seu proprio punho.

Thesouro Nacional em 8 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 10. — Em 9 de Janeiro de 1857. — *Sobre a escripturação de multas arrecadadas pelas Mesas de Rendas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1857.

Em solução ás duvidas do Administrador da Mesa de Rendas de Mangaratiba, constantes do Officio que dirige a V. S. em 10 de Dezembro ultimo, n.º 54 : 1.º se as multas que arrecadar em virtude do Art. 95 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 devem ser escripturadas em livro proprio, ou se no de receita de multas, em columna especial; 2.º se dessa arrecadação se deduz porcentagem; 3.º finalmente, se na guia da entrega do respectivo rendimento deve declarar a importancia da mesma arrecadação: declaro a V. S., para que o faça constar ao referido Administrador, que a escripturação deve fazer-se no livro de receita de multas, porém em columna distincta, e na guia da entrega especialisar-se a importancia de tal arrecadação; e quanto á deducção da porcentagem, que já se acha resolvida pela negativa, nos termos do Art. 17 do Regulamento de 30 de Maio de 1836;

convindo que V. S. especia nesse sentido circular ás outras Mesas de Rendas e Collectorias.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 11. — Em 13 de Janeiro de 1857. — *A taxa do usufructo consistente em predios sujeitos á decima urbana deve ser calculada sobre o rendimento annuo, que servir de base para este ultimo imposto.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1857.

O Sr. Administrador da Recbedoria faça inscrever nos lançamentos da decima urbana e de usufructo, em nome de D. Clara Theodora de Lima, os predios n.ºs 34, 36 e 38 da rua das Flores, e hum terço do da rua dos Pescadores n.º 69, que lhe pertencem como herdeira usufructuaria do Coronel José Antonio Gomes de Araujo, e por terem fallecido suas irmãs e cunhado, D. Bernarda Guilhaermina de Lima, D. Leocadia Theodora de Lima, e Domingos de Abreu e Silva.

Por esta occasião declaro ao Sr. Administrador, para a devida intelligencia e execução, que, na conformidade do Art. 12 § 1.º do Regulamento de 28 de Abril de 1842, a taxa do usufructo consistente em predios sujeitos á decima urbana, deve sempre ser calculada sobre o rendimento annuo que servir de base a este ultimo imposto. A disposição do Art. 14 he applicavel aos bens situados fóra dos limites da decima urbana, ou excluidos do lançamento deste imposto, por consistirem em chacaras, &c., a respeito dos quaes se torna preciso o arbitramento da renda annual, nos termos do Art. 16; cumprindo, portanto, que cesse do corrente exercicio em diante a pratica seguida nessa Repartição, em virtude da Portaria de 23 de Abril de 1850, expedida a favor de D. Felicidade Clara de Labourdonay, a qual, se mandou subsistir o primeiro lançamento da Ilha das Enchadas para a decima do usufructo, foi porque o acrescimo do rendimento provinha nesse caso das bemfeitorias feitas por esta herdeira. — João Mauricio Wanderley.

convindo que V. S. especia nesse sentido circular ás outras Mesas de Rendas e Collectorias.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 11. — Em 13 de Janeiro de 1857. — *A taxa do usufructo consistente em predios sujeitos á decima urbana deve ser calculada sobre o rendimento annuo, que servir de base para este ultimo imposto.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1857.

O Sr. Administrador da Recbedoria faça inscrever nos lançamentos da decima urbana e de usufructo, em nome de D. Clara Theodora de Lima, os predios n.ºs 34, 36 e 38 da rua das Flores, e hum terço do da rua dos Pescadores n.º 69, que lhe pertencem como herdeira usufructuaria do Coronel José Antonio Gomes de Araujo, e por terem fallecido suas irmãs e cunhado, D. Bernarda Guillermina de Lima, D. Leocadia Theodora de Lima, e Domingos de Abreu e Silva.

Por esta occasião declaro ao Sr. Administrador, para a devida intelligencia e execução, que, na conformidade do Art. 12 § 1.º do Regulamento de 28 de Abril de 1842, a taxa do usufructo consistente em predios sujeitos á decima urbana, deve sempre ser calculada sobre o rendimento annuo que servir de base a este ultimo imposto. A disposição do Art. 14 he applicavel aos bens situados fóra dos limites da decima urbana, ou excluidos do lançamento deste imposto, por consistirem em chacaras, &c., a respeito dos quaes se torna preciso o arbitramento da renda annual, nos termos do Art. 16; cumprindo, portanto, que cesse do corrente exercicio em diante a pratica seguida nessa Repartição, em virtude da Portaria de 23 de Abril de 1850, expedida a favor de D. Felicidade Clara de Labourdonay, a qual, se mandou subsistir o primeiro lançamento da Ilha das Enchadas para a decima do usufructo, foi porque o accrescimo do rendimento provinha nesse caso das bemfeitorias feitas por esta herdeira. — João Mauricio Wanderley.

N.º 12. — Em 14 de Janeiro de 1857. — *As licenças concedidas pelos Capitães dos portos para se admittirem trabalhadores a bordo só pagão o Sello fixo.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao Officio n.º 60 de 22 de Outubro ultimo, do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe, em que dá conta de haver resolvido que as licenças concedidas pelo Capitão do Porto; em virtude do Art. 51 do Regulamento n.º 447 de 19 de Maio de 1846 aos Negociantes Schram e C.ª para admittirem a bordo do patacho americano *Scotia* cinco estivadores, e cinco a bordo da gaileota hollandeza *Anneylena*, devem pagar o sello de 277 nos termos do Art 48 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, como licenças concedidas por quaesquer Autoridades fiscaes ou civis para os casos e na conformidade de seus respectivos Regimentos; declara ao mesmo Sr. Inspector que, sendo as licenças de que trata o Art. 51 do sobredito Regulamento n.º 447 simples permissões, de que se não passam titulos especiaes, não estão sujeitas ao referido sello, mas sim ao de 160 réis do Art. 35 do citado Regulamento de 10 de Julho, conforme já havia sido explicado na ordem n.º 89 de 11 de Abril de 1849.

Thesouro Nacional em 14 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 13. — Em 14 de Janeiro de 1857. — *Recommend a fiscalisação do ponto quanto aos Empregados das Alfandegas.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, informado de que em algumas Alfandegas não se toma o ponto dos Empregados com a exactidão que a Lei prescreve, entrando alguns depois da hora marcada, e retirando-se antes da hora da sahida, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fação observar restrictamente o que a semelhante respeito dispõe o Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, e as ordens em vigor, para que cessem taes abusos, fazendo proceder conforme se acha estabelecido contra aquelles que os commetterem.

Thesouro Nacional em 14 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 14. — Aviso N.º 3 de 14 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — *Recommendo a nomeação do Juiz Commissario no Municipio, em que se achar o Inspéctor Geral de Medições, a fim de proceder á legitimação e revalidação das posses e sesmarias.*

Illm. e Exm. Sr. — Convindo proceder á legitimação e revalidação das posses e sesmarias ao passo que se forem medindo e demarcando as terras publicas, se recommenda a V. Ex. que nomeie hum Juiz Commissario para o Municipio, onde o Inspector Geral de Medições estiver funcionando, podendo este accumular aquelle cargo, se V. Ex. para isso o julgar apto, devendo porém elle ou outro qualquer, que for nomeado, prestar-se com preferencia a outro qualquer serviço aos processos de legitimação e revalidação, que lhe forem requeridas.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N.º 15. — Aviso N.º 5 de 14 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — *Approva a deliberação sobre a dispensa de 3 escreventes desnecessarios ao serviço da Inspectoria.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o Officio N.º 47 de 10 de Dezembro do anno proximo findo, em que V. Ex. participa haver autorizado o Inspector Geral de Medições nessa Provincia, sob proposta do mesmo, a dispensar tres Escreventes por julga-los desnecessarios ao serviço da sua Inspectoria: Houve por bem Approvar a resolução de V. Ex. e autorisa-lo a dispensar os empregados; que não forem absolutamente necessarios para a boa, rapida e economica marcha do serviço das mesmas medições. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e em resposta ao seu Officio n.º 47 acima referido.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 16.—GUERRA.—Circular de 16 de Janeiro de 1857.—
*Estabelece o processo que se deve seguir para o exame dos
volumes ou caixotes remettidos pelo Arsenal de Guerra da
Côrte.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
16 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Acontecendo varias vezes encontrarem-se faltas nos artigos remettidos do Arsenal de Guerra da Côrte para as Provincias, e sendo necessario conhecer-se, de huma maneira incontestavel, donde provêm essas faltas; cumpre que V. Ex. expeça ordem para que, d'ora em diante, não se abra qualquer caixote ou volume, remettido do mesmo Arsenal para essa Provincia, sem que se proceda previamente, em presenca do conductor, ou de pessoa de sua escolha, a exame do estado em que he recebido e se indica estar ou não intacto, proseguindo-se, depois desta formalidade, nos mais termos estabelecidos para verificação dos objectos recebidos; tendo muito cuidado em que não se abram em cada dia senão os volumes que possam ser immediatamente conferidos. O que V. Ex. haverá por muito recommendado, e ordenará que se execute pontualmente.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 17. — FAZENDA.—Em 16 de Janeiro de 1857.—*Recurso
sobre questões de Sello*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
16 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Capitulo 7.º do Titulo unico da parte 2.ª do Regulamento de 10 de Julho de 1850 determinado o modo por que devem ser resolvidas as duvidas suscitadas a respeito do Sello entre as partes e os Agentes fiscaes, póde e deve o Ajudante do Correio da Alibaya, na Provincia de S. Paulo, José da Cunha Caldeira, de quem V. Ex. trata em seu Aviso de 22 de Outubro do anno passado, fazer valer o seu direito perante o Tribunal competente, que deferirá como entender de justiça.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz,

N.º 18. — Em 16 de Janeiro de 1857. — *Suspeição do Inspector da Thesouraria no exame de contas de hum seu irmão.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, em resposta ao seu Officio n.º 199 de 15 de Dezembro ultimo, que bem entendeo o Decreto de 10 de Janeiro de 1838, averbando-se de suspeito nos processos das contas da despeza do expediente e entrada dos rendimentos da Administração do Correio, visto achar-se comprehendido na excepção prevista no mesmo Decreto, por ser irmão do Administrador e Thesoureiro da dita Repartição.

Thesouro Nacional em 16 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 19. — Em 19 de Janeiro de 1857. — *Se o valor dos objectos salvados de hum Navio, que naufragou, não chegar para a indemnisação da Fazenda, deve-se abandonar o mesmo Navio.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, informado das providencias tomadas pela Thesouraria do Rio Grande do Norte para salvar a Barca americana — Canadá — naufragada no porto das Garças ao norte da capital da Provincia, recommenda ao Sr. Inspector da dita Thesouraria, em resposta ao seu Officio de 30 de Dezembro ultimo n.º 37, que, se o valor dos objectos salvados não chegar para a indemnisação da Fazenda, deve fazer abandonar a referida Barca.

Thesouro Nacional em 19 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 20.—GUERRA.—Aviso de 19 de Janeiro de 1857.—*Manda observar na Repartição da Guerra o disposto no Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1856, ácerca das substituições dos Empregados de Fazenda.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Janeiro de 1857.

Em resposta ao seu Officio n.º 45 de 28 de Novembro ultimo, declaro a V. S. que approvo a deliberação que tomou, de não mandar abonar ao Escripturario do Arsenal de Guerra nessa Provincia, Patricio Gomes Ribeiro, a 5.ª parte do ordenado do lugar de Escrivão, que se acha vago, e elle exerce; e bem assim que para os Empregados de Fazenda da Repartição da Guerra deve-se observar o disposto no Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, ácerca das substituições dos subordinados ao Ministerio da Fazenda.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará.

N.º 21.—Aviso de 21 de Janeiro de 1857.—*Excita a observancia do Art. 1.º do Regulamento de 22 de Fevereiro de 1851 para o Corpo de Saude, derogando quaesquer disposições em contrario.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Estando explicitamente determinado no Regulamento do Corpo de Saude do Exercito de 22 de Fevereiro de 1851, Art. 1.º, que o Cirurgião-mór do Exercito como Chefe do mesmo Corpo inspecione e fiscalise por si ou por seus Delegados todo o serviço da Repartição nos Hospitales, Corpos, Depositos ou Praças, propondo ao Governo, por intermedio do Commandante das Armas, aquellas medidas que forem julgadas necessarias no regular andamento do mesmo serviço: e sendo de toda a conveniencia para o bom tratamento dos militares enfermos nos Hospitales geraes e enfermarias de Quartéis, Fortalezas, e Estabelecimentos militares que essa inspecção e fiscalisação seja real e incessante, a fim de se poderem cortar os abusos que se introduzirem e provi-

denciar-se logo sobre os melhoramentos exigidos pelas circumstancias da occasião; Determina Sua Magestade o Imperador, que ficando revogadas quaesquer disposições que por ventura tenham concorrido para coarctar os effeitos das previdentes disposições do citado Art. 1.º do Regulamento, seja este litteralmente executado em toda sua plenitude: o que communico a V. . . . para seu conhecimento e para que o faça constar ao Coronel Cirurgião-mór do Exercito, Chefe do Corpo de Saude, a fim de que este dê execução ao disposto pela parte que lhe toca, em quanto não baixarem definitivas providencias a semelhante respeito.

Deos Guarde a V. . . . — Marquez de Caxias. — Sr. . .

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 22. — Aviso N.º 8 de 22 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — *Solvendo as duvidas propostas pelo Delegado do Director Geral sobre o vencimento dos medidores de corda.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Houve por bem Approvar a solução, que V. Ex. deo ás duvidas propostas pelo Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, declarando que, sendo os medidores ou ajudantes de corda considerados simples jornaleiros, nenhum vencimento lhes compete quando suspensos os trabalhos de medição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, ficando assim respondido o seu Officio n.º 45 de 6 de Dezembro do anno findo.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Imperador o Officio n.º 35 de 9 de Dezembro ultimo, do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Província, em que participa haver V. Ex. mandado adiantar os vencimentos do mez de Outubro do annó p. p. ao Alferes hoje Tenente José Francisco d'Oliveira Mesquita. O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que, não havendo Legislação que autorise taes abonos, não deve V. Ex. continuar a concede-los, sem ordem expressa deste Ministerio, tanto mais que o Aviso de 11 de Agosto de 1848, que permittia o abono de 3 mezes de soldo aos Officiaes quando tinham de fazer viagem em Commissão do serviço, foi revogado pelo do 1.º de Outubro de 1855, visto que actualmente se dá ajuda de custo aos que viajam por terra, e passagens e comedorias aos que embarcão, e ainda mesmo nos casos de que tratava o citado Aviso de 11 de Outubro de 1848 só era permittido o adiantamento de soldo simples. O que V. Ex. terá por muito recommendado.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquês de Caxias.—Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

N.º 31. — IMPERIO.—Aviso de 27 de Janeiro de 1857.—*Declara os vencimentos que competem aos Oppositores da Faculdade de Medicina; quando empregados como Preparadores e Substitutos, assim na regencia de alguma cadeira, como nas clinicas.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo feito subir ao conhecimento do Governo Imperial o officio que V. Ex. me dirigio sob n.º 45, relativamente á gratificação que devem perceber os Opposicionistas que se achão empregados como Preparadores, e como Substitutos quer nas clinicas, quer em outra cadeira: Manda o mesmo Governo declarar a V. Ex. 1.º que á vista do disposto na Tabella annexa ao Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, os Oppositores devem receber em cada dia em que leccionarem a gratificação de 10 \$, independentemente do que vencerem como Preparadores ou empregados da Faculdade, huma vez que pelo facto de leccionar não deixem de exercer as outras funcções de que se achem in-

cumbidos; 2.º que as visitas nas clinicas não podem ser consideradas como lição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e para que assim o execute.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.

N.º 32. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1857. — *Os Presidentes não podem intervir nas questões sobre assentamento e pagamento de vencimentos de Empregados Publicos.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco n.º 166 de 30 do mez proximo passado, em que consulta sobre a legalidade da ordem que lhe expedio o Exm. Presidente da Provincia em 6 do mesmo mez, para pagar ao Bacharel Nabor Carneiro Bezerra Calvacanti o seu ordenado de Juiz Municipal do Limoeiro, relativo aos mezes de Agosto e Setembro do anno passado; declara ao mesmo Sr. Inspector que he certo que os Presidentes de Provincia não podem tomar conhecimento, e muito menos decidir as questões que se suscitão sobre os assentamentos ou vencimentos dos Empregados Publicos sujeitos á Repartição Geral, por ser a solução de taes questões da exclusiva competencia da Administração da Fazenda, na fórma do Art. 1.º § 10 do Decreto de 22 de Novembro de 1850; e outrossim que os attestados regulares para os pagamentos de ordenado a taes Magistrados são os das respectivas Camaras Municipaes, e não dos Juizes de Direito, conforme a Legislação em vigor; mas que, no caso de que trata o seu dito Officio, o Sr. Inspector poderia ter ordenado sem reluctancia o pagamento reclamado, por quanto da já citada ordem do Exm. Presidente consta que o Bacharel Nabor não apresentou somente attestado de exercicio passado pelo Juiz de Direito da Comarca, mas tambem hum outro do Presidente da Camara Municipal, que, se se achava revestido, como he provavel, da assignatura do respectivo Secretario, estava no caso de ser accito pela Thesouraria, como tambem se declara nesta data á Thesouraria do Espirito Santo na ordem junta por copia.

Thesouro Nacional em 28 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

denciar-se logo sobre os melhoramentos exigidos pelas circumstancias da occasião; Determina Sua Magestade o Imperador, que ficando revogadas quaesquer disposições que por ventura tenham concorrido para coarctar os effeitos das previdentes disposições do citado Art. 1.º do Regulamento, seja este litteralmente executado em toda sua plenitude: o que communico a V. . . . para seu conhecimento e para que o faça constar ao Coronel Cirurgião-mór do Exercito, Chefe do Corpo de Saude, a fim de que este dê execução ao disposto pela parte que lhe toca, em quanto não baixarem definitivas providencias a semelhante respeito.

Deos Guarde a V. . . . — Marquez de Caxias. — Sr. . .

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 22. — Aviso N.º 8 de 22 de Janeiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — *Solvendo as duvidas propostas pelo Delegado do Director Geral sobre o vencimento dos medidores de corda.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Houve por bem Approvar a solução, que V. Ex. deo ás duvidas propostas pelo Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, declarando que, sendo os medidores ou ajudantes de corda considerados simples jornaleiros, nenhum vencimento lhes compete quando suspensos os trabalhos de medição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, ficando assim respondido o seu Officio n.º 45 de 6 de Dezembro do anno findo.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 23. — FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1857. — *Resolve, duvidas sobre a cobrança amigavel da importancia de hum precatório a favor da Fazenda, sobre o Sello, &c.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1857.

Em solução ás duvidas que pelo Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra forão-lhe apresentadas em Officio de 16 de Junho ultimo, declaro a V. S., a fim de o fazer constar ao mesmo Administrador: 1.º que póde admittir o pagamento amigavel da importancia constante dos precatorios da Fazenda, que lhe forem remettidos antes de apresenta-los ao *cumpra-se* do Juizo competente, com tanto que as diligências para esse effeito não prejudiquem o andamento regular que devem ter os mesmos precatorios; 2.º que o Sello por verbas nos ditos precatorios só deve admittir-se na falta de papel sellado; 3.º que, depois de paga a importancia da divida constante dos precatorios, devem estes ser devolvidos ao Juizo deprecante, por intermedio da Directoria Geral do Contencioso, na forma das ordens em vigor; e 4.º finalmente, que tem direito á commissão de $1\frac{1}{3}\%$, e o Escrivão de $\frac{1}{3}\%$, deduzida do principal, com exclusão de multas e custas, na conformidade da circular do Thesouro de 31 de Maio de 1851.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 24. — Em 22 de Janeiro de 1857. — *As multas no caso de contrabando pertencem ás rendas do Estado.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Pedro, em solução á duvida proposta em seu Officio n.º 328 de 19 de Junho ultimo, se as multas do Art. 177 do Codice Criminal, no caso do contrabando apprehendido em flagrante, pertencem as Municipalidades ou á Fazenda Publica, que bem resolveo, decidindo que taes multas, nas circumstancias indicadas, fazem parte das rendas do Estado; por quanto outra não póde ser a intelligencia do Art. 17 § 1.º da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e das Instruções

de 3 de Outubro de 1844, e assim se tem invariavelmente praticado nas diferentes Estações fiscaes do Imperio.

Thesouro Nacional em 22 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 25. — Em 23 de Janeiro de 1857. — *Os Empregados das Collectorias estão sujeitos ao pagamento dos direitos de 5 %.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 68 de 22 de Agosto do anno proximo preterito, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo consulta se bem procedeo, deliberando em Junta que os vencimentos dos Collectores e Escrivães estão sujeitos ao pagamento dos 5 % de novos e velhos direitos, na fórma do § 4.º da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, declara: que não só bem resolveo o Sr. Inspector, como que notavel he que a Thesouraria a seu cargo negligenciasse semelhante cobrança, depois da publicação da referida Lei, e da ordem do Thesouro n.º 6 de 25 de Janeiro de 1843, que tão clara he a este respeito; cumprindo portanto que o Sr. Inspector mande verificar quaes os individuos que nessa Provincia tem servido os cargos acima mencionados depois da publicação da Lei já citada, e delles exija pelos meios competentes o pagamento dos direitos que deixarão de satisfazer.

Thesouro Nacional em 23 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 26. — Em 23 de Janeiro de 1857. — *A's Mesas de Consulado he applicavel o disposto na Circular de 4 de Abril de 1855.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que ás Mesas de Consulado he applicavel o disposto na circular n.º 104 de 4 de Abril de 1855.

Thesouro Nacional em 23 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

de 3 de Outubro de 1844, e assim se tem invariavelmente praticado nas diferentes Estações fiscaes do Imperio.

Thesouro Nacional em 22 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 25. — Em 23 de Janeiro de 1857. — *Os Empregados das Collectorias estão sujeitos ao pagamento dos direitos de 5 %.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 68 de 22 de Agosto do anno proximo preterito, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo consulta se bem procedeo, deliberando em Junta que os vencimentos dos Collectores e Escrivães estão sujeitos ao pagamento dos 5 % de novos e velhos direitos, na fórma do § 4.º da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, declara: que não só bem resolveo o Sr. Inspector, como que notavel he que a Thesouraria a seu cargo negligenciasse semelhante cobrança, depois da publicação da referida Lei, e da ordem do Thesouro n.º 6 de 25 de Janeiro de 1843, que tão clara he a este respeito; cumprindo portanto que o Sr. Inspector mande verificar quaes os individuos que nessa Provincia tem servido os cargos acima mencionados depois da publicação da Lei já citada, e delles exija pelos meios competentes o pagamento dos direitos que deixarão de satisfazer.

Thesouro Nacional em 23 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 26. — Em 23 de Janeiro de 1857. — *A's Mesas de Consulado he applicavel o disposto na Circular de 4 de Abril de 1855.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que ás Mesas de Consulado he applicavel o disposto na circular n.º 104 de 4 de Abril de 1855.

Thesouro Nacional em 23 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 27.—GUERRA.—Aviso de 23 de Janeiro de 1857.—*Determina que os Alumnos da Escola de Applicação não continuem addidos ao Batalhão de Engenheiros, mas que formem Companhias addidas ao mesmo Batalhão.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Janeiro de 1857

Reconhecendo-se ser impraticavel a disposição do Art. 17 do Cap. 4.º do Regulamento de 23 de Janeiro de 1855 dessa Escola, que manda addir ás Companhias do Batalhão de Engenheiros os alumnos que a frequentão; Determina Sua Magestade o Imperador, que os ditos alumnos continuem addidos a esse Batalhão, mas, formando por Companhias provisórias, e tantas quantas vezes houver o numero de 50 alumnos, sendo ellas commandadas pelos Officiaes que tiverem o exercicio de Instructores, servindo de subalternos os Officiaes praticantes, e na falta destes os que pertencerem ao Corpo Escolar.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director da Escola de Applicação do Exercito.

N.º 28.—FAZENDA.—Em 24 de Janeiro de 1857.—*Os Empregados das Secretarias dos Tribunaes do Commercio estão sujeitos aos direitos de 5 %.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão de 13 de Agosto ultimo, sob n.º 87, que bem resolveo a duvida proposta, declarando que os Officiaes e mais Empregados das Secretarias dos Tribunaes do Commercio estão sujeitos aos direitos de 5 por %, na conformidade do § 4.º da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841.

Thesouro Nacional em 24 de Janeiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 29.—GUERRA.—Aviso de 26 de Janeiro de 1857.—
Ordena que os reos de crimes disciplinares não sejam afastados dos lugares dos delictos sem haverem recebido a devida punição; e que quando algum, depois de julgado em conselho, deva ser removido, se dê conhecimento disso á Secretaria d'Estado para resolver

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo Sua Magestade o Imperador nesta data Determinado que o soldado do meio Batalhão dessa Provincia, Raymundo José Barbosa, por V. Ex. remettido para esta Côrte, no Vapor Imperatriz, para ahi reverta preso, a fim de ser julgado pelos crimes constantes da respectiva guia; assim o communico a V. Ex., para' sua intelligencia e execução, prevenindo de que he altamente inconveniente que os reos de crimes disciplinares sejam afastados dos lugares em que dilingirão sem haverem recebido a necessaria punição, por quanto a simples remoção, não he nem deve ser considerada como castigo.

Aproveito a occasião para scientificar a V. Ex. de que, se depois de julgado algum réo em conselho, tornar-se nociva a permanencia do mesmo no Corpo, em que servir, deve dar disto conhecimento ao Governo Imperial para providenciar a respeito, mas nunca remette-lo para qualquer destino como recruta quando o não seja, como V. Ex. praticou com o soldado em questão, que segundo a respectiva guia, tem praça no Exercito desde 1853.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N.º 30.—Aviso de 27 de Janeiro de 1857.—*Declara que não havendo Legislação autorisando adiantamento de soldos aos Officiaes, não podem estes ter lugar sem ordem expressa da Secretaria d'Estado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade o

Imperador o Officio n.º 35 de 9 de Dezembro ultimo, do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Província, em que participa haver V. Ex. mandado adiantar os vencimentos do mez de Outubro do annó p. p. ao Alferes hoje Tenente José Francisco d'Oliveira Mesquita. O Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que, não havendo Legislação que autorise taes abonos, não deve V. Ex. continuar a concede-los, sem ordem expressa deste Ministerio, tanto mais que o Aviso de 11 de Agosto de 1848, que permittia o abono de 3 mezes de soldo aos Officiaes quando tinham de fazer viagem em Commissão do serviço, foi revogado pelo do 1.º de Outubro de 1855, visto que actualmente se dá ajuda de custo aos que viajam por terra, e passagens e comedorias aos que embarcão, e ainda mesmo nos casos de que tratava o citado Aviso de 11 de Outubro de 1848 só era permittido o adiantamento de soldo simples. O que V. Ex. terá por muito recommendado.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquês de Caxias.—Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

N.º 31. — IMPERIO.—Aviso de 27 de Janeiro de 1857.—*Declara os vencimentos que competem aos Opositores da Faculdade de Medicina; quando empregados como Preparadores e Substitutos, assim na regencia de alguma cadeira, como nas clinicas.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo feito subir ao conhecimento do Governo Imperial o officio que V. Ex. me dirigio sob n.º 45, relativamente á gratificação que devem perceber os Opositores que se achão empregados como Preparadores, e como Substitutos quer nas clinicas, quer em outra cadeira: Manda o mesmo Governo declarar a V. Ex. 1.º que á vista do disposto na Tabella annexa ao Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, os Opositores devem receber em cada dia em que leccionarem a gratificação de 10 \$, independentemente do que vencerem como Preparadores ou empregados da Faculdade, huma vez que pelo facto de leccionar não deixem de exercer as outras funcções de que se achem in-

cumbidos; 2.º que as visitas nas clinicas não podem ser consideradas como lição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e para que assim o execute.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.

N.º 32. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1857. — *Os Presidentes não podem intervir nas questões sobre assentamento e pagamento de vencimentos de Empregados Publicos.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco n.º 166 de 30 do mez proximo passado, em que consulta sobre a legalidade da ordem que lhe expedio o Exm. Presidente da Provincia em 6 do mesmo mez, para pagar ao Bacharel Nabor Carneiro Bezerra Calvacanti o seu ordenado de Juiz Municipal do Limoeiro, relativo aos mezes de Agosto e Setembro do anno passado; declara ao mesmo Sr. Inspector que he certo que os Presidentes de Provincia não podem tomar conhecimento, e muito menos decidir as questões que se suscitão sobre os assentamentos ou vencimentos dos Empregados Publicos sujeitos á Repartição Geral, por ser a solução de taes questões da exclusiva competencia da Administração da Fazenda, na fórma do Art. 1.º § 10 do Decreto de 22 de Novembro de 1850; e outrossim que os attestados regulares para os pagamentos de ordenado a taes Magistrados são os das respectivas Camaras Municipaes, e não dos Juizes de Direito, conforme a Legislação em vigor; mas que, no caso de que trata o seu dito Officio, o Sr. Inspector poderia ter ordenado sem reluctancia o pagamento reclamado, por quanto da já citada ordem do Exm. Presidente consta que o Bacharel Nabor não apresentou somente attestado de exercicio passado pelo Juiz de Direito da Comarca, mas tambem hum outro do Presidente da Camara Municipal, que, se se achava revestido, como he provavel, da assignatura do respectivo Secretario, estava no caso de ser accito pela Thesouraria, como tambem se declara nesta data á Thesouraria do Espirito Santo na ordem junta por copia,

Thesouro Nacional em 28 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 33. — Em 28 de Janeiro de 1857. — *Sobre attestados passados pelas Camaras Municipaes, assignados sómente pelos Presidentes e Secretarios.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo de 9 do corrente, n.º 5, em que communica ter resolvido não admittir na mesma Repartição senão os attestados assignados pelos Presidentes e mais Vereadores das Camaras Municipaes, a respeito daquelles Empregados, cuja frequencia deve ser por ellas certificada, declara ao mesmo Sr. Inspector que, posto a sua decisão fosse conforme ás regras do nosso direito administrativo ácerca das attribuições das Camaras Municipaes, deve com tudo, em vista das circumstancias que podem occorrer e difficultar a aquisição dos sobreditos attestados, aceitar tambem aquelles que forem assignados pelos Presidentes e Secretarios das Camaras Municipaes, na conformidade da segunda parte do Art. 64 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

Thesouro Nacional em 28 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 34. — Em 28 de Janeiro de 1857. — *Se os bens de huma Sociedade dissolvida estão sujeitos á siza.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Pedro, em resposta ao seu Officio n.º 226 de 12 de Maio ultimo, que, em geral e sem applicação á especie occorrente, em que, pela natureza dos actos, póde variar a solução da questão, bem resolveo pela negativa a que lhe foi proposta pelo Collector de Pelotas, se os bens de raiz divididos em partes iguaes, ou não, entre os membros de huma Sociedade dissolvida, ficão sujeitos ao imposto da siza; por quanto, sendo os bens propriedade da Sociedade que os adquirio em seu proprio nome, não se dá transferencia de dominio quando dissolvida a mesma Sociedade, são partilhados os respectivos fundos, recebendo cada socio a importancia de seu capital em bens que possuia em commum.

Thesouro Nacional em 28 de Janeiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 35.—GUERRA.—Aviso de 28 de Janeiro de 1857.—
Declara que os prets de destacamentos só carecem da rubrica da Autoridade policial quando lhe estão sujeitos, ou empregados no recrutamento, sendo commandados por Inferiores.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Officio n.º 340 de 13 de Dezembro ultimo, que acompanhou o da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, e mais papeis relativos ao conflicto que se dera por occasião da Circular da mesma Thesouraria sobre a rubrica dos prets dos destacamentos pelas Autoridades policiaes, declaro a V. Ex. que he fundada a sua opinião sobre a materia, pois que tal rubrica só tem lugar nas de praças empregadas no recrutamento ou á disposição das Autoridades policiaes e commandadas por Officiaes inferiores, como se vê da informação da Contadoria Geral da Guerra que vai junta.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.

N.º 36.—Portaria de 28 de Janeiro de 1857.—*A' Thesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul para que as relações de mostra acompanhem os prets.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Janeiro de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria d'Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro que deve remetter mensalmente á Contadoria Geral desta Repartição as relações de mostra que os Corpos do Exercito, na fórma das ordens, tem de dar em duplicata, a fim de se poder fiscalisar os prets geraes dos mesmos Corpos.—Marquez de Caxias.

N.º 37.—Aviso de 29 de Janeiro de 1857.—*Declara que sendo omisso o direito militar no que toca a suspeições, deve reger para o caso o Direito commum, conforme a regra estabelecida no Art. 61 do Codigo do Processo desenvolvido no Art. 249 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Janeiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo subido á presença de Sua Magestade o Imperador o Officio de V. Ex., sob n.º 296 de 16 de Dezembro ultimo, expondo os motivos por que julga infundada a suspeição que dera o Auditor de Guerra Dr Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade para não servir no Conselho de Guerra a que devia responder o Major Augusto Frederico Pacheco; suspeição que recusara manifestar por escripto; o Mesmo Augusto Senhor Tomando em consideração o que V. Ex. pondera, Manda declarar que sendo omisso o Direito militar no que diz respeito ás suspeições declaradas pelos Juizes, deve reger o Direito commum, e este no Art. 61 do Codigo do Processo, desenvolvido pelo Art. 249 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 estabelece o que se deve praticar.

A' vista pois desse Art. 249, que não era licito ser ignorado pelo Auditor, deve elle declarar: 1.º a suspeição por escripto; 2.º o motivo della, que só pôde ser algum dos referidos no Art. 61 do citado Codigo; 3.º firmar esse motivo de suspeição com o seu juramento.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N.º 38. — FAZENDA.—Em 31 de Janeiro de 1857. — *Manda aceitar ajustificação feita por hum Collector para provar o arrebatamento dos livros que conduzia para a Thesouraria.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo de 31 de Julho ultimo, que acompanhou a justificação em original apresentada á dita Thesouraria por Antonio Nunes Corrêa, Col-

lector das rendas geras da Villa de Itapera da Faxina, ácerca do arrebatamento de varios livros de arrecadação da Agencia de Apiaby, annexa á dita Collectoria, e no qual participa o que fora deliberado relativamente ao alcance do ex-Agente Bento Manoel do Prado, declara ao mesmo Sr. Inspector que o Tribunal do Thesouro resolveo, em sessão de 29 do corrente, que seja aceita a justificação de que se trata para o effeito sómente de provar o arrebatamento dos referidos livros, e de ser aquelle ex-Agente desonerado da apresentação delles, mas não para o de deixar de pagar o alcance arbitrado, e que já garantio.

Thesouro Nacional em 31 de Janeiro de 1857:—João Mauricio Wanderley.

N.º 39.—MARINHA.—Aviso de 3 do Fevereiro de 1857.—

Declara como deve ser gratificado o serviço da apprehensão de desertores.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 3 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Ha por bem que o serviço de apprehensão de desertores seja retribuido pela maneira seguinte:

Art. 1.º Aos individuos. que apprehenderem desertores da Armada, se deverá pagar, a titulo de gratificação, a importancia de hum mez do soldo de cada praça apprehendida, excepto se esta for aprendiz, grumete ou soldado, casos em que o premio será de dez mil réis pela apprehensão de cada desertor.

Art. 2.º Na Côrte as ditas gratificações serão abonadas pela Pagadoria da Marinha, e nas Provincias ou fóra do Imperio pelos Commissarios dos Navios, em que estiverem os Chefes das Estações, mediante attestado de entrega do desertor, passado pela Autoridade, que o receber a bordo, ou em terra, com o «Visto» do Capitão do Porto, precedendo a competente liquidação, no primeiro caso pela Contadoria, e no segundo pelo Escrivão respectivo.

Art. 3.º Os Commandantes dos Navios Chefes das Estações farão o pedido do dinheiro, que for necessario, para o pagamento de taes gratificações, nao excedendo o que receberem, por adiantamento, de cem mil réis mensaes.

lector das rendas geras da Villa de Itapera da Faxina, ácerca do arrebatamento de varios livros de arrecadação da Agencia de Apiaby, annexa á dita Collectoria, e no qual participa o que fora deliberado relativamente ao alcance do ex-Agente Bento Manoel do Prado, declara ao mesmo Sr. Inspector que o Tribunal do Thesouro resolveo, em sessão de 29 do corrente, que seja aceita a justificação de que se trata para o effeito sómente de provar o arrebatamento dos referidos livros, e de ser aquelle ex-Agente desonerado da apresentação delles, mas não para o de deixar de pagar o alcance arbitrado, e que já garantio.

Thesouro Nacional em 31 de Janeiro de 1857:—João Mauricio Wanderley.

N.º 39. —MARINHA. — Aviso de 3 do Fevereiro de 1857. —

Declara como deve ser gratificado o serviço da apprehensão de desertores.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 3 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Ha por bem que o serviço de apprehensão de desertores seja retribuido pela maneira seguinte:

Art. 1.º Aos individuos. que apprehenderem desertores da Armada, se deverá pagar, a titulo de gratificação, a importancia de hum mez do soldo de cada praça apprehendida, excepto se esta for aprendiz, grumete ou soldado, casos em que o premio será de dez mil réis pela apprehensão de cada desertor.

Art. 2.º Na Côrte as ditas gratificações serão abonadas pela Pagadoria da Marinha, e nas Provincias ou fóra do Imperio pelos Commissarios dos Navios, em que estiverem os Chefes das Estações, mediante attestado de entrega do desertor, passado pela Autoridade, que o receber a bordo, ou em terra, com o «Visto» do Capitão do Porto, precedendo a competente liquidação, no primeiro caso pela Contadoria, e no segundo pelo Escrivão respectivo.

Art. 3.º Os Commandantes dos Navios Chefes das Estações farão o pedido do dinheiro, que for necessario, para o pagamento de taes gratificações, nao excedendo o que receberem, por adiantamento, de cem mil réis mensaes.

Art. 4.º Estes dinheiros serão carregados aos Commissarios, e escripturados nos livros competentes, da mesma forma que se pratica com os demais dinheiros recebidos pelos ditos Empregados para o engajamento, ou qualquer outro mister.

Art. 5.º As mesmas regras se deverão seguir com os apprehensores de praças da Armada pertencentes a Navio solto, dentro ou fóra do Imperio, com a differença de que os dinheiros, que forem precisos, se obterão em conformidade do que dispõe o Decreto e Regulamento de 8 de Janeiro de 1838.

Art. 6.º Nos casos, em que a apprehensão tenha lugar, onde não haja Estação, e sómente Navio solto, o processo correrá por bordo deste, observando-se o que fica determinado nos Artigos antecedentes, em tudo quanto forem applicaveis.

Art. 7.º Da gratificação, que se abonar aos apprehensores, se fará logo nota no assentamento da praça, para poder encontrar-se a sua importancia no soldo da mesma praça, ficando assim indemnizada a Fazenda Nacional dessa despesa.

Art. 8.º A formula da liquidação dos attestados tanto na Contadoria da Marinha, como a bordo, seguirá o que se acha determinado pelos Arts. 1.º até 11.º do Capitulo 1.º do Aviso Regulamentar de 2 de Abril de 1856, com a restricção, que for compativel, quando o processo tiver lugar a bordo, visto não haver ahi Empregados como nas Repartições. O que tudo communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Maria da Silva Paranhos. —
Sr. Joaquim José Ignacio.

N.º 40.—GUERRA.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.—
Manda que os exames de preparatorios sejam feitos na Escola de Applicação, e estabelece quaes as materias desses exames.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
3 de Fevereiro de 1857.

Em resposta ao seu Officio n.º 268 de 30 de Janeiro

Art. 4.º Estes dinheiros serão carregados aos Commissarios, e escripturados nos livros competentes, da mesma forma que se pratica com os demais dinheiros recebidos pelos ditos Empregados para o engajamento, ou qualquer outro mister.

Art. 5.º As mesmas regras se deverão seguir com os apprehensores de praças da Armada pertencentes a Navio solto, dentro ou fóra do Imperio, com a differença de que os dinheiros, que forem precisos, se obterão em conformidade do que dispõe o Decreto e Regulamento de 8 de Janeiro de 1838.

Art. 6.º Nos casos, em que a apprehensão tenha lugar, onde não haja Estação, e sómente Navio solto, o processo correrá por bordo deste, observando-se o que fica determinado nos Artigos antecedentes, em tudo quanto forem applicaveis.

Art. 7.º Da gratificação, que se abonar aos apprehensores, se fará logo nota no assentamento da praça, para poder encontrar-se a sua importancia no soldo da mesma praça, ficando assim indemnizada a Fazenda Nacional dessa despesa.

Art. 8.º A formula da liquidação dos attestados tanto na Contadoria da Marinha, como a bordo, seguirá o que se acha determinado pelos Arts. 1.º até 11.º do Capitulo 1.º do Aviso Regulamentar de 2 de Abril de 1856, com a restrição, que for compativel, quando o processo tiver lugar a bordo, visto não haver ahi Empregados como nas Repartições. O que tudo communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Maria da Silva Paranhos. —
Sr. Joaquim José Ignacio.

N.º 40.—GUERRA.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.—
Manda que os exames de preparatorios sejam feitos na Escola de Applicação, e estabelece quaes as materias desses exames.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
3 de Fevereiro de 1857.

Em resposta ao seu Officio n.º 268 de 30 de Janeiro

findo, declaro a V. S. para sua execução: 1.º que os exames de preparatorios dos militares que tem de frequentar a aula primaria do 1.º anno mathematico devem ser feitos na Escola de Applicação; 2.º que esses preparatorios serão os designados no Art. 12 dos Estatutos approvados pelo Decreto do 1.º de Março de 1845, embora os matriculandos se destinem somente ao curso de Infantaria e Cavallaria, exigindo-se porêem o de Latim daquelles que se destinarem ao curso de Engenharia, como se acha determinado no citado Artigo; e 3.º que não se attende á idade dos matriculandos militares quando elles se achem habilitados com os referidos preparatorios. Por esta occasião communico a V. S., que expeço ordêem ao General Commandante das Armas para mandar apresentar a V. S. os licenciados que tem de passar por esses exames logo que V. S. lhe participe a data em que elles começarão a verificar-se.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director interino da Escola de Applicação do Exercito.

N.º 41.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.—*Determina que se estabeleça em todo o vigor o Art. 110 dos Estatutos de 1 de Março de 1845, que trata de preparatorios; e que estes exames tenham lugar na Escola de Applicação.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Fevereiro de 1857.

Fique V. S. na intelligencia de que os exames a fazer pelos individuos que pertenderem matricular-se no 1.º anno dessa Escola serão os designados no Art. 12 dos Estatutos do 1.º de Março de 1845, embora os mesmos individuos declarem destinar-se apenas ao curso de Infantaria ou Cavallaria, exigindo-se porêem o preparatorio de Latim aos que se destinarem ao curso geral.

Outrosim fique V. S. previnido de que os Militares que tem de passar por exames preparatorios, os farão na Escola de Applicação.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director da Escola Militar.

No mesmo sentido á Escola de Applicação.

findo, declaro a V. S. para sua execução: 1.º que os exames de preparatorios dos militares que tem de frequentar a aula primaria do 1.º anno mathematico devem ser feitos na Escola de Applicação; 2.º que esses preparatorios serão os designados no Art. 12 dos Estatutos approvados pelo Decreto do 1.º de Março de 1845, embora os matriculandos se destinem somente ao curso de Infantaria e Cavallaria, exigindo-se porêem o de Latim daquelles que se destinarem ao curso de Engenharia, como se acha determinado no citado Artigo; e 3.º que não se attende á idade dos matriculandos militares quando elles se achem habilitados com os referidos preparatorios. Por esta occasião communico a V. S., que expeço ordêem ao General Commandante das Armas para mandar apresentar a V. S. os licenciados que tem de passar por esses exames logo que V. S. lhe participe a data em que elles começarão a verificar-se.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director interino da Escola de Applicação do Exercito.

N.º 41.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.—*Determina que se estabeleça em todo o vigor o Art. 110 dos Estatutos de 1 de Março de 1845, que trata de preparatorios; e que estes exames tenham lugar na Escola de Applicação.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Fevereiro de 1857.

Fique V. S. na intelligencia de que os exames a fazer pelos individuos que pertenderem matricular-se no 1.º anno dessa Escola serão os designados no Art. 12 dos Estatutos do 1.º de Março de 1845, embora os mesmos individuos declarem destinar-se apenas ao curso de Infantaria ou Cavallaria, exigindo-se porêem o preparatorio de Latim aos que se destinarem ao curso geral.

Outrosim fique V. S. previnido de que os Militares que tem de passar por exames preparatorios, os farão na Escola de Applicação.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director da Escola Militar.

No mesmo sentido á Escola de Applicação.

N.º 42.—IMPERIO.—Aviso de 3 de Fevereiro de 1857.—*Declara que os Secretarios das Camaras Municipaes ou, em sua falta, os Tabelliães devem fazer a conferencia, concerto e transcripção das Actas dos Collegios eleitóraes que se lhe apresentarem em devida fôrma, embora em duplicata, bem como que são competentes para esses trabalhos somente os Tabelliães dos lugares, onde os mesmos Collegios se reunirem.*

Circular. — 1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo chegado ao conhecimento do Governo Imperial, que pela circumstancia de se haverem constituido em alguns lugares dous Collegios eleitóraes, já porque se separassem, formando duas turmas, os Eleitores que em hum só se devião reunir, já por ter havido duas eleições distinctas de Eleitores, se negarão os Secretarios das Camaras Municipaes, e em sua falta os Tabelliães desses lugares, a fazer a conferencia e concerto, na fôrma do Artigo 79 da Lei de 19 de Agosto de 1846, de ambas as Actas que lhes forão para este fim apresentadas, prestando-se a praticar tal acto somente quanto á que lhes pareceo mais legal: Manda Sua Magestade o Imperador declarar que, não sendo competentes os referidos funcionarios para conhecerem da legalidade dos trabalhos dos Collegios eleitóraes, semelhante procedimento he irregular, cumprindo-lhes exercer o acto de que trata o citado Artigo 79, sempre que lhes forem apresentadas, para esta solemnidade, Actas em devida fôrma, qualquer que seja o seu juizo a respeito daquelles trabalhos.

Outrosim, Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar: 1.º que esta doutrina he igualmente applicavel ao caso da transcripção das Actas, de que trata o § 10 do Artigo 1.º do Decreto N.º 842 de 19 de Setembro de 1855; 2.º que em ambas as referidas hypotheses os Tabelliães competentes são somente os dos lugares, onde os Collegios se houverem reunido e trabalhado. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e a fim de o fazer constar.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 43. — Aviso de 4 de Fevereiro de 1857. — *Declara que os exames de preparatorios, que se fizerem na Córte para a matricula dos cursos superiores, devem ter lugar annualmente perante o Inspector Geral de Instrucção nos mezes de Fevereiro e Novembro.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Convindo harmonisar-se a pratica seguida nesta Córte relativamente á epocha dos exames de preparatorios para a matricula dos cursos superiores com a que foi estabelecida para as Faculdades de Direito e de Medicina nos Arts. 55 e 80 dos respectivos Estatutos: Ha Sua Magestade o Imperador por bem que d'ora em diante os referidos exames tenham annualmente lugar perante essa Inspectoria, tanto no mez de Novembro, como no de Fevereiro, começando neste ultimo, do dia 15 em diante. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução, remettedo-lhe a inclusa relação dos individuos que devem ser convidados para Examinadores dos ditos preparatorios na presente occasião.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Sr. Inspector Geral de Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Córte.

N.º 44. — GUERRA. — Circular de 4 de Fevereiro de 1857. — *Para que se não cumprão contractos sem pagamento do respectivo sello.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Fevereiro de 1857.

Fique V... na intelligencia de que não deve mandar satisfazer quantia alguma proveniente de contractos celebrados com este Ministerio, sem que os interessados apresentem documento passado por esta Secretaria d'Estado, pelo qual mostrem haverem pago o sello a que os mesmos contractos estejam sujeitos.

Deos Guarde a V... — Marquez de Caxias. — Sr. Luiz Cesar de Athaide.

Na mesma conformidade á Fabrica da Polvora. ao Arsenal de Guerra e ás Thesourarias de Fazenda.

N.º 45.—Aviso de 4 de Fevereiro de 1857.—*Manda elevar a 320 rs. a diaria dos presos empregados nos Corpos e Fortalezás da Bahia.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Fevereiro de 1856.

Ilm. e Exm. Sr.—Em vista do que V. Ex. expõe em seu Officio n.º 120 de 19 de Janeiro ultimo, póde mandar elevar a diaria dos presos empregados nos Corpos e Fortalezas dessa Provincia a 320 rs.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 46.—FAZENDA.—Em 4 de Fevereiro de 1857.—*A porcentagem de emprestimos de Orphãos recebidos pelas Collectorias só he devida no caso de effectiva remessa para as Thesourarias.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo, em resposta aos seus Officios de 19 de Junho e 15 de Dezembro do anno passado, n.ºs 69 e 150, que toda vez que os Collectores ou Administradores de Mesas de Rendas recebem do Juizo competente os emprestimos de Orphãos, e, por insufficiencia de receita, os empregão em despezas para que forão autorisados, não fazendo remessa á Thesouraria senão dos documentos com que comprovão as mesmas, não tem direito ao abono de hum por cento estabelecido no Art. 5.º das Instrucções de 12 de Maio de 1842, por ser expresso que esse abono só he devido pela remessa de taes dinheiros; ficando entendido que, em semelhante caso, tambem não compete aos Escrivães respectivos a parte do dito hum por cento que lhes foi concedida pela Ordem n.º 99 de 12 de Março de 1851.

Thesouro Nacional em 4 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 47. — IMPERIO. — Portaria de 6 de Fevereiro de 1857. —
Crêa huma Agencia de Correio na Povoação de Philadelphía, da Província de Minas Geraes.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Povoação de Philadelphía, da Província de Minas Geraes.

Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1857.
 Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 48. — Aviso N.º 6 de 10 de Fevereiro de 1857. — Ao Presidente da Província do Maranhão. — *Resolvendo duvidas do Inspector Geral das Medições e Thesouraria de Fazenda sobre o numero e vencimentos dos Escreventes da Inspectoria.*

Illm. e Exm. Sr. — Em solução ás duvidas propostas pelo Inspector Geral das Medições d'essa Província, em Officio N.º 15 de 20 de Julho ultimo, dirigido ao Director Geral das Terras Publicas, tenho a declarar que no Art. 47 do Regulamento de 8 de Maio de 1854 se designa bem claramente o numero de Escreventes, que poderão ser empregados nos trabalhos relativos á Inspectoria de Medições, ficando todavia ao criterio e espirito de economia dos Inspectores Geraes não admittir senão os que forem absolutamente indispensaveis. Quanto á duvida da Thesouraria da Fazenda, a que o dito Inspector se refere, prevalece ella na parte em que a mesma entende não estarem os Escreventes comprehendidos na disposição do Aviso de 19 de Novembro de 1855, visto perceberem hum ordenado estipulado, e não gratificações por dia de trabalho; não procedendo assim pelo que respeita á intelligencia do que dispõe o Aviso de 3 de Dezembro do dito anno, que comprehende os referidos Escreventes, fazendo delles expressa menção. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para que o faça constar ao referido Inspector, e á Thesouraria da Fazenda dessa Província.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
 Sr. Presidente da Província do Maranhão.

N.º 49. — Aviso N.º 11 de 10 de Fevereiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — *Resolvendo duvidas do Vigario da Villa do Principe sobre o registro das terras, &c.*

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o Officio N.º 71 de 19 de Maio ultimo, com que V. Ex. transmittio algumas duvidas propostas pelo Vigario da Villa do Principe, a saber: 1.º se está sujeito ás multas do Art. 95 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 o proprietario, que, tendo-se ausentado antes da fixação do primeiro prazo, não cumprio a obrigação do registro; 2.º se hum parente ou outro qualquer individuo pôde sem procuração dar a registro as terras de hum ausente; 3.º se o possuidor de casa e quintal, que não registrar, incorre igualmente na respectiva multa; 4.º se o foreiro fica sujeito á multa, deixando de registrar as terras, que possui, tendo ellas sido registradas pelo directo senhor; e 5.º se findo o primeiro prazo, devem os Vigarios receber no acto do registro as multas devidas: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Mandar declarar, com referencia á 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª duvidas, que os Vigarios devem remetter listas de todos os que deixarão de registrar as suas posses dentro do primeiro prazo, sejam quaes forem as circumstancias, fazendo com tudo as observações, que julgarem convenientes, para serem tomadas na devida consideração; com referencia á 2.ª, que exigindo o Art. 93 do já citado Regulamento que as declarações para o registro sejam assignadas pelo possuidor, ou a seu rogo, ninguém pôde sem procuração fazer registrar terras alheias; e finalmente, quanto á 5.ª, que os Vigarios não são competentes para receberem o importe das multas, que devem ser pagas na respectiva Thesouraria da Fazenda. O que communico a V. Ex. para sua intelligeucia e para que o faça assim constar ao Vigario consultante.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N.º 50.—FAZENDA.—Em 10 de Fevereiro de 1857.—*Multa por faltade declaração para a matricula de escravos vindos de fóra.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1857.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria que o Tribunal do Thesouro Nacional indefirio o recurso de José Maria Candido Ribeiro, interposto da decisão em virtude da qual teve de pagar 70\$ de multa por não ter matriculado em tempo os dez escravos, que trouxe da Bahia, conforme a sua informação de 30 de Janeiro ultimo n.º 19, attendendo: 1.º que a matricula dos escravos, que entrão nas Cidades e Villas, effectua-se, provando-se que vierão de lugar isento da taxa, ou que estando a ella sujeito, achavão-se matriculados, e paga a mesma taxa, fazendo-se em todo o caso constar de hum modo authenticico o dia, mez e anno da chegada, para se fazer effectiva, em caso de infracção, a multa do Art. 23 do Regulamento de 11 de Abril de 1842; 2.º que a deliberação do Tribunal do Thesouro, communicada á mesma Recebedoria em Portaria de 23 de Junho de 1855, tomando por fundamento, para relevação da multa, não ser extensivo á hypothese acima indicada o prazo do Art. 4.º do citado Regulamento, não alterou, nem podia alterar a disposição do Art. 9.º a respeito das declarações que devem ser feitas nas Estações fiscaes no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anno do quinquennio que deve durar a matricula, havendo-se os precisos certificados das ditas Estações; declarações e certificados a que se refere expressamente o Art. 12; 3.º finalmente, que a multa do referido Art. 23 deve ser calculada com relação ao numero dos escravos maiores somente, á vista da disposição do Art. 3.º do Decreto de 4 de Junho de 1845, como se fez na presente especie na Recebedoria.—João Mauricio Wanderley.

N.º 51.—Em 11 de Feveirciro de 1857.—*Responsabilidade de hum Empregado de Fazenda que foi servir outro Emprego antes de obter demissão.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do

Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo n.º 7 de 3 do corrente, em que participa ter o 2.º Escriptuario da mesma Thesouraria Manoel Eufrasio de Azevedo Marques Sobrinho deixado de comparecer á Repartição para ir exercer o cargo de Ajudante do Archivista da Secretaria do Governo, não obstante não lhe ter sido concedida a demissão que solicitara daquelle Emprego, declara que, com quanto não se dê presentemente esta ultima circumstancia, por já haver sido concedida a demissão solicitada, deve o Sr. Inspector mandar proceder á responsabilidade do referido 2.º Escriptuario pelo facto supramencionado.

Thesouro Nacional em 11 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 52.—Em 11 de Fevereiro de 1857.—*A rifa não he meio reconhecido em direito para a transmissão da propriedade.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo, em resposta ao seu Officio n.º 87 de 17 de Julho do anno passado, que nada tem o Thesouro com a fazenda—Cery—, situada no Termo de Itapemirim, e que foi rifada por Joaquim Ferreira de Oliveira; por quanto, embora estivesse algum tempo abandonada, em consequencia de não ter apparecido o bilhete que a obteve em premio, estando hoje occupada pelos herdeiros do dito Oliveira, segundo informa o Administrador da Mesa de Rendas de Itapemirim, e não sendo a rifa meio reconhecido em direito para a transmissão da propriedade, não póde a mesma fazenda ser considerada bem vago.

Thesouro Nacional em 11 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo n.º 7 de 3 do corrente, em que participa ter o 2.º Escriptuario da mesma Thesouraria Manoel Eufrasio de Azevedo Marques Sobrinho deixado de comparecer á Repartição para ir exercer o cargo de Ajudante do Archivista da Secretaria do Governo, não obstante não lhe ter sido concedida a demissão que solicitara daquelle Emprego, declara que, com quanto não se dê presentemente esta ultima circumstancia, por já haver sido concedida a demissão solicitada, deve o Sr. Inspector mandar proceder á responsabilidade do referido 2.º Escriptuario pelo facto supramencionado.

Thesouro Nacional em 11 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 52.—Em 11 de Fevereiro de 1857.—*A rifa não he meio reconhecido em direito para a transmissão da propriedade.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo, em resposta ao seu Officio n.º 87 de 17 de Julho do anno passado, que nada tem o Thesouro com a fazenda—Cery—, situada no Termo de Itapemirim, e que foi rifada por Joaquim Ferreira de Oliveira; por quanto, embora estivesse algum tempo abandonada, em consequencia de não ter apparecido o bilhete que a obteve em premio, estando hoje occupada pelos herdeiros do dito Oliveira, segundo informa o Administrador da Mesa de Rendas de Itapemirim, e não sendo a rifa meio reconhecido em direito para a transmissão da propriedade, não póde a mesma fazenda ser considerada bem vago.

Thesouro Nacional em 11 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 53.—GUERRA.—Aviso de 11 de Fevereiro de 1857.—
Declara que os Almozarifes das Fortalezas tem direito á gratificação de 47800 por mez, além dos vencimentos de praça de pret.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu Officio n.º 9 de 10 do mez proximo findo, que o Cabo de Esquadra do Batalhão do Deposito, Umbelino Dias Pereira, que serve de Almozarife da Fortaleza de Sant'Anna nessa Provincia, bem como todos os Sargentos que se acharem no mesmo exercicio, tem direito á gratificação mensal de 47800, além dos vencimentos que lhes competem como praças de pret.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 54.—JUSTIÇA.—Aviso Circular de 11 de Fevereiro de 1857.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.
Estabelece a maneira por que devem ser divididos os emolumentos entre os Officiaes e Archivistas das Conservatorias do Commercio, em quanto lhes não for arbitrada a respectiva gratificação.

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Occorrendo duvidas sobre a gratificação que devem perceber os Officiaes e Archivistas das Conservatorias do Commercio, Sua Magestade o Imperador, conformando-Se com os pareceres dos Conselheiros Presidente do Tribunal do Commercio da Côte, e Procurador da Coroa, Ha por bem que, em quanto não for a mesma gratificação marcada definitivamente pelo Governo Imperial sobre consulta dos respectivos Tribunaes do Commercio, nos termos do Art. 45 do Regulamento n.º 738 de 25 de Novembro de 1850, e do Art. 14 do Regulamento n.º 1597 do 1.º de Maio de 1855, sejam divididos os emolumentos que se receberem, pondo-se em execução a Tabella que baixou com

a Portaria de 4 de Março de 1852, e que se remette por copia, pelo Official e Archivista da Conservatoria d'essa Provincia, sendo para aquelle dous terços, e para este hum, deduzidos os que pertencem ao Conservador.

E convindo que quanto antes se marque a gratificação definitiva desses Empregados, Manda outrosim o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex. ordene ao Conservador do Commercio, que remetta com urgencia ao respectivo Tribunal informação do expediente da Conservatoria, da somma dos emolumentos arrecadados no primeiro anno de sua instalação, e de quanto se deve com justiça, e proporcionalmente ao trabalho, arbitrar aos mesmos Empregados, para que o sobredito Tribunal possa consultar sobre esta materia. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar ao Conservador do Commercio dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — José Thomaz Nabuco de Araujo.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 55.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Fevereiro de 1857.—

Declara que as Camaras Municipaes não devem accumular a hum individuo os votos dados na eleição de Vereadores a nomes diversos, por lhe parecer que pertencem ao mesmo individuo; e ordena que se contem a José Lopes Pereira Bahia os voto, dados a elle com alteração no seu nome.

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em consulta de 30 de Dezembro ultimo, sobre o objecto da representação que ao Governo Imperial dirigio o Doutor Domingos de Azeredo Coutinho Duque-Estrada queixando-se de ter a Illm.ª Camara Municipal, no acto da apuração geral para Vereadores na eleição de 7 de Setembro do anno findo, contado ao Commendador José Lopes Pereira Bahia alguns votos em que havia alteração ou suppressão de hum de seus sobrenomes, sendo porém exactos o nome e o appellido, procedimento do qual, segundo allega o autor da dita representação, resultou-lhe prejuizo, por quanto a addição de taes votos collocando-o em posição interior á

a Portaria de 4 de Março de 1852, e que se remette por copia, pelo Official e Archivista da Conservatoria d'essa Provincia, sendo para aquelle dous terços, e para este hum, deduzidos os que pertencem ao Conservador.

E convindo que quanto antes se marque a gratificação definitiva desses Empregados, Manda outrosim o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex. ordene ao Conservador do Commercio, que remetta com urgencia ao respectivo Tribunal informação do expediente da Conservatoria, da somma dos emolumentos arrecadados no primeiro anno de sua instalação, e de quanto se deve com justiça, e proporcionalmente ao trabalho, arbitrar aos mesmos Empregados, para que o sobredito Tribunal possa consultar sobre esta materia. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar ao Conservador do Commercio dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — José Thomaz Nabuco de Araujo.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 55.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Fevereiro de 1857. —

Declara que as Camaras Municipaes não devem accumular a hum individuo os votos dados na eleição de Vereadores a nomes diversos, por lhe parecer que pertencem ao mesmo individuo; e ordena que se contem a José Lopes Pereira Bahia os voto, dados a elle com alteração no seu nome.

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em consulta de 30 de Dezembro ultimo, sobre o objecto da representação que ao Governo Imperial dirigio o Doutor Domingos de Azeredo Coutinho Duque-Estrada queixando-se de ter a Illm.ª Camara Municipal, no acto da apuração geral para Vereadores na eleição de 7 de Setembro do anno findo, contado ao Commendador José Lopes Pereira Bahia alguns votos em que havia alteração ou suppressão de hum de seus sobrenomes, sendo porém exactos o nome e o appellido, procedimento do qual, segundo allega o autor da dita representação, resultou-lhe prejuizo, por quanto a addição de taes votos collocando-o em posição interior á

daquelle Cidadão, o excluir da lista dos Vereadores: Houve por bem Mandar declarar:

1.º Que sendo principio assentado nos Avisos de 18 de Setembro e 6 de Outubro de 1847, e de 4 de Fevereiro de 1853, que não devem ser accumulados na apuração geral, ao individuo a quem se presume pertencerem os votos em que houver troca, augmento ou supressão de nome, sobrenome, ou appellido, por não competir ás Camaras Municipaes, mas sim ao Governo Imperial, apreciar as circumstancias em que tenha de fazer-se excepção a este principio, devia ter-se limitado a Illm.ª Camara Municipal, na questão que occorreo, a sommar em separado os votos de que se trata, sujeitando á decisão do mesmo Governo a solução daquella ou de qualquer outra duvida que se lhe offerecesse.

2.º Que quanto porêm ao direito do dito Commendador, tendo-se em attenção que no caso vertente apenas houve alteração ou supressão de hum de seus dous sobrenomes, achando-se exactos o nome e o appellido, e por outra parte que não foi votado, nem consta que exista no Municipio outro Cidadão que seja por elles conhecido, he de justiça que se contem os votos que por aquelle modo lhe forão dados, e que sem duvida lhe pertencem, subsistindo por tanto a apuração feita pela Illm.ª Camara. O que pela Secretaria d'Estado se communica mesma Illm.ª Camara para sua intelligencia. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 56. — Aviso de 14 de Fevereiro de 1857. — *Dá providencias para que os exames de preparatorios da Faculdade de Direito de S. Paulo se fação a tempo de poderem os examinandos matricular-se no 1.º anno da mesma Faculdade.*

2.º Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que V. S. representou em seu Officio de 4 do corrente, sobre a impossibilidade, pelos motivos que expõe, de serem examinados em preparatorios até o ultimo de Março proximo futuro todos os estudantes que tem concorrido, e podem concorrer para

daquelle Cidadão, o excluir da lista dos Vereadores: Houve por bem Mandar declarar:

1.º Que sendo principio assentado nos Avisos de 18 de Setembro e 6 de Outubro de 1847, e de 4 de Fevereiro de 1853, que não devem ser accumulados na apuração geral, ao individuo a quem se presume pertencerem os votos em que houver troca, augmento ou supressão de nome, sobrenome, ou appellido, por não competir ás Camaras Municipaes, mas sim ao Governo Imperial, apreciar as circumstancias em que tenha de fazer-se excepção a este principio, devia ter-se limitado a Illm.ª Camara Municipal, na questão que occorreo, a sommar em separado os votos de que se trata, sujeitando á decisão do mesmo Governo a solução daquella ou de qualquer outra duvida que se lhe offerecesse.

2.º Que quanto porêm ao direito do dito Commendador, tendo-se em attenção que no caso vertente apenas houve alteração ou supressão de hum de seus dous sobrenomes, achando-se exactos o nome e o appellido, e por outra parte que não foi votado, nem consta que exista no Municipio outro Cidadão que seja por elles conhecido, he de justiça que se contem os votos que por aquelle modo lhe forão dados, e que sem duvida lhe pertencem, subsistindo por tanto a apuração feita pela Illm.ª Camara. O que pela Secretaria d'Estado se communica mesma Illm.ª Camara para sua intelligencia. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 56. — Aviso de 14 de Fevereiro de 1857. — *Dá providencias para que os exames de preparatorios da Faculdade de Direito de S. Paulo se fação a tempo de poderem os examinandos matricular-se no 1.º anno da mesma Faculdade.*

2.º Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Fevereiro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que V. S. representou em seu Officio de 4 do corrente, sobre a impossibilidade, pelos motivos que expõe, de serem examinados em preparatorios até o ultimo de Março proximo futuro todos os estudantes que tem concorrido, e podem concorrer para

taes exames, Houve por bem permittir: 1.º que se nomeiem tantas Commissões julgadoras quantas forem necessarias para que, havendo diversas bancas, se consiga remediar semelhante inconveniente; 2.º que se este expediente não for absolutamente realisavel, por falta de professores, se lance mão da medida lembrada por V. S. em seu Officio de 9 de Dezembro do anno passado, a qual consiste em haver differentes bancas de exames sob a presidencia da mesma Commissão.

O que communico a V. S., previnindo-o de que neste sentido se officia tambem ao Sr. Vice-Presidente da Provincia; e de que o 2.º expediente só no ultimo caso deverá ser adoptado, e unicamente em quanto se der falta de Lentes, a qual deve cessar do 1.º de Março em diante.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N.º 57.—GUERRA.—Aviso de 14 de Fevereiro de 1857.—
Declara que os soldos dos Alumnos da Escola Militar são os de 1.º e 2.º Sargento da Tabella em vigor.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Fevereiro de 1857.

Declaro a V. S. para sua intelligencia, que os soldos dos alumnos da Escola Militar, são os de 1.º e 2.º Sargento pela Tabella em vigor.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director da Escola Militar.

N.º 58.—Circular de 14 de Fevereiro de 1857.—*Classifica ordinalmente as Fortalezas e Fortificações.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Remetto a V. Ex. para seu conhecimento e execução, na parte que lhe toca, a Tabella da classificação ordinal das Fortalezas, a fim de se regular a grati-

taes exames, Houve por bem permittir: 1.º que se nomeiem tantas Commissões julgadoras quantas forem necessarias para que, havendo diversas bancas, se consiga remediar semelhante inconveniente; 2.º que se este expediente não for absolutamente realisavel, por falta de professores, se lance mão da medida lembrada por V. S. em seu Officio de 9 de Dezembro do anno passado, a qual consiste em haver differentes bancas de exames sob a presidencia da mesma Commissão.

O que communico a V. S., previnindo-o de que neste sentido se officia tambem ao Sr. Vice-Presidente da Provincia; e de que o 2.º expediente só no ultimo caso deverá ser adoptado, e unicamente em quanto se der falta de Lentes, a qual deve cessar do 1.º de Março em diante.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N.º 57.—GUERRA.—Aviso de 14 de Fevereiro de 1857.—
Declara que os soldos dos Alumnos da Escola Militar são os de 1.º e 2.º Sargento da Tabella em vigor.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Fevereiro de 1857.

Declaro a V. S. para sua intelligencia, que os soldos dos alumnos da Escola Militar, são os de 1.º e 2.º Sargento pela Tabella em vigor.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Director da Escola Militar.

N.º 58.—Circular de 14 de Fevereiro de 1857.—*Classifica ordinalmente as Fortalezas e Fortificações.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Fevereiro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr.—Remetto a V. Ex. para seu conhecimento e execução, na parte que lhe toca, a Tabella da classificação ordinal das Fortalezas, a fim de se regular a grati-

fição do Commando segundo o Decreto n.º 1.880 de 31 de Janeiro proximo passado.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de...

Tabella da classificação ordinal das Fortalezas.

De 1.ª ordem.

Santa Cruz.....	Rio de Janeiro.
Macapá.....	Pará.
Presidio de Fernando de Noronha, comprehendendo os Fortes de S. José, dos Remedios, do Boldro, do Leão e do Sueste; os Reductos de Santo Antonio, da Conceição, e o Quartel de Sant'Anna.	Pernambuco.

De 2.ª ordem.

Lage.....	Rio de Janeiro.
Brum.....	Pernambuco.
Buraco.....	»
Mar.....	»
Tamandaré.....	»
Cabedello.....	Parahiba.
Assumpção.....	Ceará.
S. Luiz.....	Maranhão.
Santo Antonio.....	»
Santa Cruz.....	Santa Catharina.
Barra de Obidos.....	Pará.
Barra do Rio Negro.....	Amazonas.

De 3.ª ordem.

Todos os mais Fortes e Fortificações, não mencionados na 1.ª e 2.ª ordem, que estiverem armados, commandados e guarnecidos.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 14 de Fevereiro de 1857.—Libanio Augusto da Cunha Matos.

N.º 59.—FAZENDA.—Em 16 de Fevereiro de 1857.—*Procedimento que deve haver contra hum Administrador de Mesa de Rendas que deixou de recolher aos cofres da Thesouraria diversas quantias recebidas, e juros que lhe devem ser carregados.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando em consideração o que expende o Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo em seu Officio n.º 101 de 18 de Agosto do anno passado, ácerca do procedimento do ex-Administrador da Mesa de Rendas de Itapemirim, Paulo Ferreira de Andrade, que deixou de recolher aos cofres da Thesouraria, não só a quantia de 1.000 $\frac{7}{8}$ do empréstimo do cofre de Orphãos feito em 9 de Agosto de 1849, como todo o mais dinheiro de semelhante origem que arrecadou durante sua administração, declara ao mesmo Sr. Inspector: 1.º que deve pedir ao Juiz de Orphãos do Termo de Itapemirim, por certidão na fórma do estylo, huma relação de todas as quantias que entregou ao sobredito ex-Administrador, para ser confrontada com a escripturação da Thesouraria, e, depois de verificada a verdadeira importancia dos empréstimos que deixarão de ser recolhidos aos seus cofres, proceder-se judicialmente contra os responsaveis; 2.º que sobre o valor do alcance que vier a conhecer-se contar-se-ha por ora sómente o juro de 9 %, desde a data da publicação da Lei de 28 de Outubro de 1848; por quanto, na fórma da Ordem de 24 de Janeiro de 1848, só pôde ser carregado ao Exactor omisso o juro que o Thesouro paga por taes empréstimos na hypothese prevista na mesma Ordem, dada a qual, no caso em questão, se contará então o dito juro desde a data em que os dinheiros recebidos pelo ex-Administrador devião ter sido entregues á Thesouraria, até a em que começa a correr o juro de 9 %, observando-se sempre o que dispõe o Art. 26 do Codigo Criminal e a Ordem de 7 de Maio de 1849; 3.º que, embora tenha mudado de residencia o individuo contra quem se vai proceder, deve o Sr. Inspector, na fórma do Art. 3.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, requisitar a sua prisão á Autoridade judiciaria competente em Itapemirim, á qual cumpre proceder segundo as Leis em vigor, para que se verifique a mesma prisão, ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que, ainda quando sejam de prompto recolhidas á Thesouraria as quantias

indevidamente detidas deve-se tornar effectiva a responsabilidade criminal do ex-Exactor.

Thesouro Nacional em 16 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 60. —IMPERIO.—Portaria de 16 de Fevereiro de 1857.—
Crêa huma Agencia de Correio na Freguezia de Santa Theresa, da Provincia do Rio de Janeiro.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia do Correio na Freguezia de Santa Theresa, do Municipio de Valença, da Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 61. — Portaria de 17 de Fevereiro de 1857.—*Crêa huma Agencia de Correio na Villa das Dores do Indaiá, da Provincia de Minas Geraes.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Villa das Dores de Indaiá, da Provincia de Minas Geraes.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 62.—Aviso de 17 de Fevereiro de 1857.—*Annula os trabalhos das Juntas de Qualificação da Provincia de Minas Geraes, formadas com os Eleitores e Supplentes nomeados em Novembro de 1856, e ordena que se proceda de novo aos mesmos trabalhos com os Eleitores e Supplentes da Legislatura, que ha de terminar em 3 de Maio de 1857, servindo de Presidente os Juizes de Paz do actual quadriennio.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. —Foi presente a Sua Magestade o

indevidamente detidas deve-se tornar effectiva a responsabilidade criminal do ex-Exactor.

Thesouro Nacional em 16 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 60. —IMPERIO.—Portaria de 16 de Fevereiro de 1857.—
Crêa huma Agencia de Correio na Freguezia de Santa Theresa, da Provincia do Rio de Janeiro.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia do Correio na Freguezia de Santa Theresa, do Municipio de Valença, da Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 61. — Portaria de 17 de Fevereiro de 1857.—*Crêa huma Agencia de Correio na Villa das Dores do Indaiá, da Provincia de Minas Geraes.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Villa das Dores de Indaiá, da Provincia de Minas Geraes.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 62.—Aviso de 17 de Fevereiro de 1857.—*Annula os trabalhos das Juntas de Qualificação da Provincia de Minas Geraes, formadas com os Eleitores e Supplentes nomeados em Novembro de 1856, e ordena que se proceda de novo aos mesmos trabalhos com os Eleitores e Supplentes da Legislatura, que ha de terminar em 3 de Maio de 1857, servindo de Presidente os Juizes de Paz do actual quadriennio.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. —Foi presente a Sua Magestade o

Imperador o Officio e V. Ex. me dirigio com a data de 3 do corrente, communicando que apczar da expressa disposiçao do Art. 1.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto ultimo, forão convocados em diversas Parochias dessa Provincia para a formação das Juntas de qualificação em Janeiro proximo findo os Eleitores e Supplentes nomeados em Novembro antecedente, e presididas algumas dessas Juntas pelos Juizes de Paz mais votados do actual quadriennio, quando deverião se-lo pelos do anterior, segundo as disposições dos Arts. 2.º, 3.º e 110 da Lei de 19 de Agosto de 1846, e consultando se deverá julgar nullos por qualquer destas duas razões os trabalhos das mesmas Juntas, e determinar que se reunão outra vez para começa-los de novo, sendo convocados pelos Juizes de Paz deste quadriennio os Eleitores e Supplentes da Legislatura que ha de terminar em 3 de Maio proximo futuro, e servindo de Presidentes esses mesmos Juizes de Paz, como determina o Aviso N.º 50 de 26 de Fevereiro de 1849.

Em resposta tenho de declarar a V. Ex., de Ordem do Governo Imperial, que assim deverá quanto antes proceder, visto serem evidentemente nullas as qualificações, a que V. Ex. se refere, não obstante o inconveniente por V. Ex. ponderado no seu citado Officio de não poder o novo alistamento, que se houver de fazer nas Parochias mais remotas em que por ventura se tenham dado a mesmas irregularidades, ser aproveitado para a nomeação dos Eleitores especiaes que tem de proceder á de 2 de Senadores, já designada para o dia 17 de Maio proximo futuro, tornando-se por isso necessario o adiamento de tal eleição; por quanto em casos semelhantes tem sido pratica constante, e por vezes mandada observar em differentes Avisos do Governo Imperial, a de servir a qualificação do anno anterior em todas as Parochias, em que ao tempo de qualquer eleição não se acha concluida a do respectivo anno.

Posto que fosse melhor que em todas as Parochias da Provincia a referida eleição se fizesse pela qualificação do corrente anno, he todavia menor inconveniente o que resulta da applicação desta regra já seguida em iguaes circumstancias, do que o de hum adiamento da eleição para epocha tão remota, que inhibiria os eleitos de ainda na Sessão deste anno poderem tomar assento no Senado. Cumpre pois que neste sentido V. Ex. expeça as convenientes ordens para os diversos pontos da Provincia, tendo em attenção

na execução desta medida as disposições dos Avisos n.º 2 de 5 de Janeiro de 1848, e n.º 32 de 7 de Fevereiro de 1849, § 3.º

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 63.—FAZENDA.—Em 17 de Fevereiro de 1857.—*Os Transportes d'Armada podem conduzir generos do commercio, precedendo permissão.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular de 4 de Outubro ultimo, e de conformidade com o Aviso do Ministerio da Marinha de 26 do mez findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de o fazerem constar ás Alfandegas e Mesas do Consulado, que os Transportes d'Armada, quando não tiverem carga da Fazenda Nacional, ou esta não for sufficiente para alastra-los, podem conduzir objectos do commercio, que devem ser manifestados, depois de pagos os respectivos direitos; não podendo porém fazer uso desta faculdade, fóra da Córte, sem pedirem o consentimento do Official da Armada Chefe da Estação, se a houver, ou da Repartição da Marinha, se este for superior em gradação ao Commandante dos ditos Transportes.

Thesouro Nacioual em 17 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 64.—GUERRA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Determina que os exames praticos que tiverem de ser feitos na Córte, tenham lugar na Escola de Applicação.*

Rio de Janciro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr.—Determina Sua Magestade o Imperador que todos os exames praticos que se tiverem de fazer na Córte, tenham lugar d'ora em diante, na Escola de Applicação do Exercito, deixando assim de se nomearem Commis-

na execução desta medida as disposições dos Avisos n.º 2 de 5 de Janeiro de 1848, e n.º 32 de 7 de Fevereiro de 1849, § 3.º

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 63.—FAZENDA.—Em 17 de Fevereiro de 1857.—*Os Transportes d'Armada podem conduzir generos do commercio, precedendo permissão.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular de 4 de Outubro ultimo, e de conformidade com o Aviso do Ministerio da Marinha de 26 do mez findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de o fazerem constar ás Alfandegas e Mesas do Consulado, que os Transportes d'Armada, quando não tiverem carga da Fazenda Nacional, ou esta não for sufficiente para alastra-los, podem conduzir objectos do commercio, que devem ser manifestados, depois de pagos os respectivos direitos; não podendo porém fazer uso desta faculdade, fóra da Córte, sem pedirem o consentimento do Official da Armada Chefe da Estação, se a houver, ou da Repartição da Marinha, se este for superior em gradação ao Commandante dos ditos Transportes.

Thesouro Nacioual em 17 de Fevereiro de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 64.—GUERRA.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Determina que os exames praticos que tiverem de ser feitos na Córte, tenham lugar na Escola de Applicação.*

Rio de Janciro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Determina Sua Magestade o Imperador que todos os exames praticos que se tiverem de fazer na Córte, tenham lugar d'ora em diante, na Escola de Applicação do Exercito, deixando assim de se nomearem Commis-

sões examinadoras para as differentes armas; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Suruhy.

N.º 65.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Submette á inspecção do Cirurgião-mór do Exército a Enfermaria dos menores do Arsenal de Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Com quanto não seja a Enfermaria dos Menores do Arsenal de Guerra da Córte de natureza puramente militar; mas sendo dirigida por hum Facultativo do Corpo de Saude do Exército, e convindo que seja ella inspecionada pelo Chefe daquelle Corpo, pondo-se a sua administração em harmonia com a de outros Estabelecimentos de identica natureza, declaro a V. Ex. que a ella he extensiva a disposição do Aviso de 21 de Janeiro ultimo, recommendando a fiel observancia do Regulamento de 22 de Fevereiro de 1851.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Suruhy.

N.º 66.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Crea na Fortaleza de S. João huma Enfermaria de convalescença.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo reconhecidamente prejudicial á saude das praças desta Guarnição a pratica seguida de se recolherem aos respectivos Corpos as que tem alta no Hospital Militar, não só porque de ordinario são ellas immediatamente chamadas ao serviço, como mesmo porque participão do rancho commum, quando o seu estado ainda exige cautelas na qualidade da alimentação, ficão expostas á reproducção das enfermidades de que forão tratadas, ou de outras prove-

sões examinadoras para as differentes armas; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Suruhy.

N.º 65.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Submette á inspecção do Cirurgião-mór do Exército a Enfermaria dos menores do Arsenal de Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Com quanto não seja a Enfermaria dos Menores do Arsenal de Guerra da Córte de natureza puramente militar; mas sendo dirigida por hum Facultativo do Corpo de Saude do Exército, e convindo que seja ella inspecionada pelo Chefe daquelle Corpo, pondo-se a sua administração em harmonia com a de outros Estabelecimentos de identica natureza, declaro a V. Ex. que a ella he extensiva a disposição do Aviso de 21 de Janeiro ultimo, recommendando a fiel observancia do Regulamento de 22 de Fevereiro de 1851.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Suruhy.

N.º 66.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1857.—*Crea na Fortaleza de S. João huma Enfermaria de convalescença.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo reconhecidamente prejudicial á saude das praças desta Guarnição a pratica seguida de se recolherem aos respectivos Corpos as que tem alta no Hospital Militar, não só porque de ordinario são ellas immediatamente chamadas ao serviço, como mesmo porque participão do rancho commum, quando o seu estado ainda exige cautelas na qualidade da alimentação, ficão expostas á reproducção das enfermidades de que forão tratadas, ou de outras prove-

nientes daquellas causas ; e convindo atalhar quanto antes esse mal, Resolveo Sua Magestade o Imperador Mandar crear na Fortaleza de S. João huma Enfermaria de convalescentes para onde sejam encaminhadas as praças que tendo alta nos Hospitaes e Enfermarias da Guarnição, não devão ir immediatamente para os Corpos. Em consequencia Determina o Mesmo Augusto Senhor: 1.º que em hum dos alojamentos da mencionada Fortaleza que offereça as precisas proporções se estabeleça a enfermaria da qual será encarregado o Capitão reformado José Joaquim da Silva Costa; 2.º que as praças retiradas com alta dos Hospitaes ou Enfermarias sejam remetidas para S. João, quando se reconheça precisarem de algum tempo de convalescença; 3.º que hum dos Cirurgiões da Escola de Applicação visite diariamente a Enfermaria para examinar o estado dos convalescentes e determinar a retirada daquelles que se acharem em circumstancias de se reunirem a seus Corpos; 4.º que na enfermaria haja huma pequena arrecadação com os generos comestiveis de natureza apropriada, sendo indicados pelo Cirurgião-mór do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.— Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Surubhy.

N.º 67.—FAZENDA.—Em 19 de Fevereiro de 1857. — *As remessas de notas de 50^{rs}, que tenham soffrido desconto, devem ser acompanhadas de huma guia.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que quando entregarem ás caixas filiaes do Banco do Brasil ou remetterem ao Thesouro notas de 50^{rs} da 2.ª estampa, que tenham sido substituidas com o desconto de que tratão a Lei de 6 de Outubro de 1835 e ordem do Thesouro de 2 de Janeiro de 1856, não deixem de fazer acompanhar taes entregas ou remessas de huma guia, em que se declare a importancia do desconto feito, para que as referidas notas sejam trocadas na Caixa da Amortisação pelo valor por que effectivamente forem substituidas.

Thesouro Nacional em 19 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

nientes daquellas causas ; e convindo atalhar quanto antes esse mal, Resolveo Sua Magestade o Imperador Mandar crear na Fortaleza de S. João huma Enfermaria de convalescentes para onde sejam encaminhadas as praças que tendo alta nos Hospitaes e Enfermarias da Guarnição, não devão ir immediatamente para os Corpos. Em consequencia Determina o Mesmo Augusto Senhor: 1.º que em hum dos alojamentos da mencionada Fortaleza que offereça as precisas proporções se estabeleça a enfermaria da qual será encarregado o Capitão reformado José Joaquim da Silva Costa; 2.º que as praças retiradas com alta dos Hospitaes ou Enfermarias sejam remetidas para S. João, quando se reconheça precisarem de algum tempo de convalescença; 3.º que hum dos Cirurgiões da Escola de Applicação visite diariamente a Enfermaria para examinar o estado dos convalescentes e determinar a retirada daquelles que se acharem em circumstancias de se reunirem a seus Corpos; 4.º que na enfermaria haja huma pequena arrecadação com os generos comestiveis de natureza apropriada, sendo indicados pelo Cirurgião-mór do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.— Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Surubhy.

N.º 67.—FAZENDA.—Em 19 de Fevereiro de 1857. — *As remessas de notas de 50^{rs}, que tenham soffrido desconto, devem ser acompanhadas de huma guia.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que quando entregarem ás caixas filiaes do Banco do Brasil ou remetterem ao Thesouro notas de 50^{rs} da 2.ª estampa, que tenham sido substituidas com o desconto de que tratão a Lei de 6 de Outubro de 1835 e ordem do Thesouro de 2 de Janeiro de 1856, não deixem de fazer acompanhar taes entregas ou remessas de huma guia, em que se declare a importancia do desconto feito, para que as referidas notas sejam trocadas na Caixa da Amortisação pelo valor por que effectivamente forem substituidas.

Thesouro Nacional em 19 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 68.—GUERRA.—Aviso de 20 de Fevereiro de 1857.—
*Declara quaes os vencimentos que competem aos Officiaes
empregados no Batalhão de Engenheiros.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
20 de Fevereiro de 1857.

Fique Vm. na intelligencia de que deve mandar abonar
aos Officiaes empregados no Batalhão de Engenheiros venci-
mentos de commissão de residencia, á excepção do Comman-
dante, Major e Ajudante que terão os de commissão activa.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector
da Pagadoria das Tropas da Córte.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 69. — Aviso N.º 6 de 20 de Fevereiro de 1857 — Ao
Presidente da Provincia do Pará. — *Sobre o vencimento
dos Agrimensores da mesma Provincia.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Atten-
dendo ao que V. Ex. expoz em Officios n.ºs 3 e 4 de 17
e 29 de Setembro do anno findo, Houve por bem Ordenar
que os Agrimensores da Inspectoria Geral das Medições nessa
Provincia, provisoriamente percebão por inteiro o seu ven-
cimento fixo ainda nos dias, em que não trabalhão por mo-
tivos inteiramente estranhos á sua vontade, e que se lhes
restitua metade do dito vencimento, que se lhes havia des-
contado em virtude do Aviso de 22 de Janeiro do anno pas-
sado, expedido por este Ministerio. O que communico a V.
Ex. para sua intelligencia e execução, e em solução aos seus
mencionados Officios.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N.º 70. — Aviso N.º 9 de 21 de Fevereiro de 1857. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — *Resolvendo duvidas sobre a competencia de passar os Titulos de nomeação dos Empregados de Medições.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o Inspector Geral das Medições nessa Provincia, o 1.º Tenente João Joaquim da Silva Guimarães entrado em duvida se lhe compete expedir os Titulos aos Escreventes, e mais Empregados das Medições, segundo elle se persuade, e fora por V. Ex. resolvido por Portaria de 10 de Maio ultimo, ou se não carecem elles de Titulos, como entendia o seu antecessor, e tem sido entendido em outras Inspectorias; tenho a declarar a V. Ex., para fixar huma pratica conforme a tal respeito, que propostos pelo Inspector, e approvados por essa Presidencia os Escreventes e Desenhadores Ajudantes, e fixados os respectivos ordenados, devem-lhes ser expedidos os Titulos de suas nomeações pela mesma Presidencia; não assim a respeito dos Agrimensores, e mais Empregados de Medições, que recebem gratificações por dias de trabalho, os quaes independentemente de Titulos devem entrar em exercicio de tal commissão e servirem em quanto convier. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução, a fim de que o faça constar ao Inspector Geral acima referido.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N.º 71. — FAZENDA. — Em 21 de Fevereiro de 1857. — *Sobre sello e revalidação de pertences passados antes do Regulamento de 10 de Julho de 1850.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para remover duvidas que occorrem sobre deverem os pertences passados antes do Regulamento de 10 de Julho de 1850, nas letras de cambio depois de vencidas, nos creditos sem prazo estipulado, escriptos á ordem, &c., pagar ou não o sello proporcional ou a reválidação; faz saber aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e para assim o communicarem ás Estações fiscaes competentes, que por pratica constante do Thesouro, confirmada por differentes deliberações do Ministerio da Fa-

zenda, se tem entendido que a ordem n.º 4 de 5 de Janeiro de 1848 he sómente applicavel aos referidos pertences sendo elles passados depois de sua publicação, por quanto foi a mesma ordem a primeira disposição que, explicando o Art. 6.º do Regulamento de 26 de Abril de 1844, declarou que os títulos nella mencionados estavam sujeitos ao sello proporcional.

Thesouro Nacional em 21 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 72. — Em 23 de Fevereiro de 1857. — *Augmento de numero de Praticantes da Thesouraria de Pernambuco.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, que o quadro provisorio dos Empregados da mesma Thesouraria fica alterado quanto ao numero dos Praticantes, que he elevado a dezeseis.

Thesouro Nacional em 23 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 73. — Em 24 de Fevereiro de 1857. — *Competencia de Autoridade para conhecer do recurso de multas impostas por falta de registro de terras.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão, que o mesmo Tribunal, por despacho de 19 do corrente, confirmou a decisão recorrida da mesma Thesouraria por Antonio Dias de Araujo Guimarães sobre a multa, que lhe foi imposta pelo Revm. Parocho da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição, por não ter o mesmo recorrente dado ao registro as terras de que he foreiro; por quanto sendo da competencia dos Presidentes de Provincia, conforme a Circular de 4 de Dezembro de 1856, conhecer das escusas que os possuidores de terras, que as não tiverem registrado, allegarem para serem alliviados das multas do Art. 95 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não

zenda, se tem entendido que a ordem n.º 4 de 5 de Janeiro de 1848 he sómente applicavel aos referidos pertences sendo elles passados depois de sua publicação, por quanto foi a mesma ordem a primeira disposição que, explicando o Art. 6.º do Regulamento de 26 de Abril de 1844, declarou que os títulos nella mencionados estavam sujeitos ao sello proporcional.

Thesouro Nacional em 21 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 72. — Em 23 de Fevereiro de 1857. — *Augmento de numero de Praticantes da Thesouraria de Pernambuco.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, que o quadro provisorio dos Empregados da mesma Thesouraria fica alterado quanto ao numero dos Praticantes, que he elevado a dezeseis.

Thesouro Nacional em 23 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 73. — Em 24 de Fevereiro de 1857. — *Competencia de Autoridade para conhecer do recurso de multas impostas por falta de registro de terras.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão, que o mesmo Tribunal, por despacho de 19 do corrente, confirmou a decisão recorrida da mesma Thesouraria por Antonio Dias de Araujo Guimarães sobre a multa, que lhe foi imposta pelo Revm. Parocho da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição, por não ter o mesmo recorrente dado ao registro as terras de que he foreiro; por quanto sendo da competencia dos Presidentes de Provincia, conforme a Circular de 4 de Dezembro de 1856, conhecer das escusas que os possuidores de terras, que as não tiverem registrado, allegarem para serem alliviados das multas do Art. 95 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não

podia a restituição da multa ser ordenada pela Thesouraria de Fazenda, á qual só compete mandar proceder executivamente para a cobrança das referidas multas.

Thesouro Nacional em 24 de Fevereiro de 1857.— João Mauricio Wanderley.

N.º 74.—GUERRA.—Aviso de 24 de Fevereiro de 1857.—
*Obvia algumas duvidas suscitadas sobre as tabellas
novissimas dos vencimentos militares.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
24 de Fevereiro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o seu Officio n.º 101 de 16 do corrente, em que Vm. apresenta dez duvidas sobre as novissimas Tabellas, ultimamente publicadas; e o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar-lhe:

Quanto á 1.ª, que ao Commandante do Corpo de Engenheiros e aos do Estado Maior de 1.ª e 2.ª Classe do Exercito deve-se abonar a gratificação de 80 $\overline{00}$ mensaes de Commando e as etapes que correspondem ás Patentes que tem.

Pelo que diz respeito á 2.ª, que ao Cirurgião-mór do Exercito, deve-se tambem abonar a citada gratificação de 80 $\overline{00}$ mensaes, correspondente a Commando de Corpo especial, além das que percebe.

Relativamente á 3.ª, que os Officiaes do Corpo da Saude do Exercito que, pela creação do mesmo Corpo, tem direito ás vantagens de Engenheiros, devem continuar a ser contemplados com os mesmos vencimentos que se achão marcados na Tabella respectiva para os Officiaes do Corpo de Engenheiros em commissão activa ou de residencia, até que se publique o novo Regulamento para o mesmo Corpo de Saude que lhes marca vencimentos especiaes.

Quanto á 4.ª, que aos Tenentes Coroneis e Majores de Engenheiros quando em serviço de commissão activa deve-se abonar dous cavallos.

Acerca da 5.ª, que os Officiaes do Batalhão de Engenheiros e os da Escola de Applicação devem passar a perceber as mesmas vantagens concedidas na Tabella actual aos Officiaes de Engenheiros, quando em serviço de commissão activa, e por consequencia forragens para cavallos de pessa.

podia a restituição da multa ser ordenada pela Thesouraria de Fazenda, á qual só compete mandar proceder executivamente para a cobrança das referidas multas.

Thesouro Nacional em 24 de Fevereiro de 1857.— João Mauricio Wanderley.

N.º 74.—GUERRA.—Aviso de 24 de Fevereiro de 1857.—
*Obvia algumas duvidas suscitadas sobre as tabellas
novissimas dos vencimentos militares.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
24 de Fevereiro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o seu Officio n.º 101 de 16 do corrente, em que Vm. apresenta dez duvidas sobre as novissimas Tabellas, ultimamente publicadas; e o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar-lhe:

Quanto á 1.ª, que ao Commandante do Corpo de Engenheiros e aos do Estado Maior de 1.ª e 2.ª Classe do Exercito deve-se abonar a gratificação de 80 $\overline{00}$ mensaes de Commando e as etapes que correspondem ás Patentes que tem.

Pelo que diz respeito á 2.ª, que ao Cirurgião-mór do Exercito, deve-se tambem abonar a citada gratificação de 80 $\overline{00}$ mensaes, correspondente a Commando de Corpo especial, além das que percebe.

Relativamente á 3.ª, que os Officiaes do Corpo da Saude do Exercito que, pela creação do mesmo Corpo, tem direito ás vantagens de Engenheiros, devem continuar a ser contemplados com os mesmos vencimentos que se achão marcados na Tabella respectiva para os Officiaes do Corpo de Engenheiros em commissão activa ou de residencia, até que se publique o novo Regulamento para o mesmo Corpo de Saude que lhes marca vencimentos especiaes.

Quanto á 4.ª, que aos Tenentes Coroneis e Majores de Engenheiros quando em serviço de commissão activa deve-se abonar dous cavallos.

Acerca da 5.ª, que os Officiaes do Batalhão de Engenheiros e os da Escola de Applicação devem passar a perceber as mesmas vantagens concedidas na Tabella actual aos Officiaes de Engenheiros, quando em serviço de commissão activa, e por consequencia forragens para cavallos de pessa.

Sobre a 6.^a—Que aos Officiaes de Engenheiros empregados como Ajudantes do Observatorio Astronomico deve mandar abonar gratificação de residencia.

Pelo que diz respeito á 7.^a—Que o actual Director das Obras Militares da Córte, tem direito á gratificação de 30⁰⁰ mensaes, como Chefe de Commissão de Engenharia.

Quanto á 8.^a—Que o Commandante do Asylo de Invalidos tem direito a gratificação de Commando de Companhia.

Relativamente á 9.^a—Que ao Director e Vice-Director do Arsenal de Guerra da Corte, e de outros Estabelecimentos, cujos exercicios não estão mencionados na respectiva novissima Tabella, deve continuar a mandar abonar etapes correspondentes ás suas Patentes, como até agora se tem praticado.

E, finalmente, quanto á 10.^a—Que o abono do quantitativo marcado para compra de cavallos de pessoa, só deve ser feito áquelles Officiaes que forem nomeados para empregos duraveis, taes como Commandos de Corpos, Ajudantes de Ordens, e outros de semelhante natureza. O que communico a Vm. para sua intelligencia e governo.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 75.—Aviso de 24 de Fevereiro de 1857.—*Ordena á Pagadoria que não pague vencimentos antes de findo o mez a que corresponderem.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Fevereiro de 1857.

Fique Vm. na intelligencia de que nessa Pagadoria das Tropas se não devem satisfazer vencimentos antes do 1.º do mez subsequente áquelle, a que os mesmos vencimentos pertencem.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

Sobre a 6.^a—Que aos Officiaes de Engenheiros empregados como Ajudantes do Observatorio Astronomico deve mandar abonar gratificação de residencia.

Pelo que diz respeito á 7.^a—Que o actual Director das Obras Militares da Córte, tem direito á gratificação de 30⁰⁰ mensaes, como Chefe de Commissão de Engenharia.

Quanto á 8.^a—Que o Commandante do Asylo de Invalidos tem direito a gratificação de Commando de Companhia.

Relativamente á 9.^a—Que ao Director e Vice-Director do Arsenal de Guerra da Corte, e de outros Estabelecimentos, cujos exercicios não estão mencionados na respectiva novissima Tabella, deve continuar a mandar abonar etapes correspondentes ás suas Patentes, como até agora se tem praticado.

E, finalmente, quanto á 10.^a—Que o abono do quantitativo marcado para compra de cavallos de pessoa, só deve ser feito áquelles Officiaes que forem nomeados para empregos duraveis, taes como Commandos de Corpos, Ajudantes de Ordens, e outros de semelhante natureza. O que communico a Vm. para sua intelligencia e governo.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 75.—Aviso de 24 de Fevereiro de 1857.—*Ordena á Pagadoria que não pague vencimentos antes de findo o mez a que corresponderem.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Fevereiro de 1857.

Fique Vm. na intelligencia de que nessa Pagadoria das Tropas se não devem satisfazer vencimentos antes do 1.º do mez subsequente áquelle, a que os mesmos vencimentos pertencem.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 76. — FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1857. — *Sobre o cumprimento de hum deprecado para entrega de huma herança, e dispensa de habilitação.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo á consulta que lhe fez o Sr. Inspector da Thesouraria de Santa Catharina em Officio n.º 242 de 7 de Outubro do anno passado, se deve mandar cumprir, independente da habilitação de que trata o Art. 35 do Regulamento n.º 160 de 9 de Maio de 1842, o deprecado que lhe dirigira o Juizo de Orphãos da Villa de S. Miguel, para ser entregue a huma herdeira necessaria a sua legitima materna, cuja importancia fora por engano remetida á Thesouraria como herança jacente, declara que, tanto neste como em casos semelhantes, ainda que as arrecadações não tenham sido feitas com as formalidades do supracitado Regulamento, e do de 27 de Junho de 1845, deve ser cumprido o deprecado expedido pelo Juizo que tiver requisitado o deposito, ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que em regra geral dispensa-se a habilitação para a entrega das legítimas aos herdeiros que forem reconhecidos taes em inventarios feitos em juizo competente, e se apresentarem com os seus formaes, ainda depois de arrecadadas, por sua ausencia no acto das partilhas, as respectivas quotas hereditarias; por quanto tem cessado a causa da arrecadação e a interferencia do curador, como se infere do Art. 1.º §§ 3.º e 2.º do Regulamento de 27 de Junho de 1845, e já em 28 de Julho de 1853 foi pelo Thesouro decidido em caso identico sobre representação de Domingos Francisco de Araujo Roso.

Thesouro Nacional em 25 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 77. — Em 28 de Fevereiro de 1857. — *Devem pagar Sello os titulos e outros actos que tiverem de produzir seus effeitos no Imperio, embora fossem passados fóra d'elle.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná n.º 286 de 26 de Dezembro ultimo, em que participa ter approvado o procedimento da Allandega de Parauaguá, exigindo o pagamento de sello pro-

porcional ao fretamento da Barca hespanhola *Nova Osiris*, que ahi foi carregar erva-mate, embora o respectivo contracto fosse celebrado em paiz estrangeiro, lhe declara, que, devendo os titulos, actos e papeis lavrados e processados fóra do Imperio, mas que nelle tiverem de produzir os seus effeitos ou de ser executados, pagar nas Estações fiscaes competentes o sello devido, conforme a natureza dos mesmos titulos, actos e papeis, bem resolveo a duvida proposta, por quanto da informação constante de seu officio resulta que o referido contracto de fretamento teve execucao e surtido effeito no Imperio.

Thesouro Nacional em 28 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 78. — IMPERIO. — Aviso N.º 5 de 28 de Fevereiro de 1857.
Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approvando o contracto celebrado em 23 do corrente com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia.*

Ilm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado em 23 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia, para novação de hum outro celebrado pelo Governo com o Conde de Montravel em 6 de Fevereiro de 1855, para a venda de quatro territorios, ou huma área equivalente de terras devolutas nas proximidades do Rio Cabu na Provincia de S. Pedro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

porcional ao fretamento da Barca hespanhola *Nova Osiris*, que ahi foi carregar erva-mate, embora o respectivo contracto fosse celebrado em paiz estrangeiro, lhe declara, que, devendo os titulos, actos e papeis lavrados e processados fóra do Imperio, mas que nelle tiverem de produzir os seus effeitos ou de ser executados, pagar nas Estações fiscaes competentes o sello devido, conforme a natureza dos mesmos titulos, actos e papeis, bem resolveo a duvida proposta, por quanto da informação constante de seu officio resulta que o referido contracto de fretamento teve execucao e surtido effeito no Imperio.

Thesouro Nacional em 28 de Fevereiro de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 78. — IMPERIO. — Aviso N.º 5 de 28 de Fevereiro de 1857.
Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approvando o contracto celebrado em 23 do corrente com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia.*

Ilm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado em 23 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com a Sociedade Montravel Silveiro & Companhia, para novação de hum outro celebrado pelo Governo com o Conde de Montravel em 6 de Fevereiro de 1855, para a venda de quatro territorios, ou huma área equivalente de terras devolutas nas proximidades do Rio Cabu na Provincia de S. Pedro.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 79.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Fevereiro de 1857.—*Ordena que nos lugares da Provincia de Minas Geraes, em que no dia 5 de Maio proximo futuro, marcado para a eleição de Eleitores que tem de proceder á eleição de hum Senador, não constar officialmente á approvação dos novos Eleitores, que tem de concorrer para a organização das Mesas Parochiaes que tem de fazer a dita eleição, sejam as mesmas Mesas organisadas com os Eleitores da actual Legislatu-
ra; e que se encurte o prazo da convocação de taes Eleitores, visto não se poder guardar o que fixa a Lei, supprindo-se os editaes de convocação por Officios dos Presidentes das Mesas.*

1.ª Secção. Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Fevereiro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Officio n.º 46 que V. Ex. me dirigio com a data de 16 do mez que hoje finda, em additamento a outro seu Officio de 3 do mesmo mez, sob n.º 32, tenho de declarar-lhe, quanto á duvida proposta por V. Ex., que foi ella resolvida por Aviso de 17 do corrente mez que novamente lhe envio por copia, e quanto á segunda, que versa sobre o Officio da Camara Municipal de S. João d'El-Rei ácerca dos Eleitores e Supplentes que devem ser convocados para a formação das Mesas Parochiaes no dia 17 de Maio proximo futuro, designado por V. Ex. para a eleição de Eleitores especiaes, que tem de proceder á de 2 Senadores por essa Provincia: tenho de communicar a V. Ex., de ordem do Governo Imperial, que não convindo o adiamento da referida eleição para época posterior á que foi marcada, cumpre que V. Ex. faça constar em todas as Parochias da Provincia que naquelles lugares onde ainda não tiver chegado até aquelle dia a noticia official da approvação dos Eleitores ultimamente nomeados para a seguinte Legislatura, sirvão para a organização das respectivas Mesas Parochiaes os Eleitores da Legislatura actual. E como a noticia official ácima referida não pôde chegar a tempo de serem os novos Eleitores convocados por editaes com a antecedencia de hum mez, cumpre que V. Ex. declare que pôde ser reduzido aquelle prazo, e supprido por Officio dos Presidentes das Mesas Parochiaes a cada hum dos mesmos Eleitores, avi-

sando-os para comparecerem no dia 17 de Maio, e procederem á nomeação dos Membros das Mesas Parochiaes.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Couto Ferraz. — Sr. Herculano Ferreira Pena.

N.º 80. — Aviso de 2 de Março de 1857. — *Ordena que seja obrigatoria para os alumnos das aulas de applicação da Academia das Bellas Artes a frequencia diaria das aulas de desenho geometrico.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Março de 1857.

Merecendo a approvação do Governo Imperial a medida proposta pelo Corpo Academico, constante do seu Officio de 27 do mez passado, de tornar obrigatoria para os alumnos das aulas de applicação dessa Academia a frequencia diaria das Aulas de Dezenho geometrico para o estudo da Perspectiva e Theoria das sombras, assim o communico a Vm. para seu conhecimento e execução, e para que o faça constar ao mesmo Corpo Academico.

Deos Guarde a Vm. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Sr. Director da Academia das Bellas Artes.

N.º 81. — Aviso de 2 de Março de 1857. — *Solve duvidas apresentadas pela Junta Central de Hygiene Publica sobre a matricula dos Medicos Prussianos Frederico Guntharem Schultz, Carlos Petrazi e Carlos Regnetz.*

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Março de 1857.

Em solução ás duvidas que apresenta a Junta Central de Hygiene Publica em Officio de 10 de Fevereiro ultimo acerca da matricula dos Medicos Prussianos Frederico Guntharem Schultz, Carlos Petrazi e Carlos Regnetz, que foram contratados pelo Governo para o serviço do exercito, tenho de declarar á V. S. para o fazer constar á mesma Junta em resposta ao dito Officio, 1.º que tendo sido pelo Aviso

sando-os para comparecerem no dia 17 de Maio, e procederem á nomeação dos Membros das Mesas Parochiaes.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Couto Ferraz. — Sr. Herculano Ferreira Pena.

N.º 80. — Aviso de 2 de Março de 1857. — *Ordena que seja obrigatoria para os alumnos das aulas de applicação da Academia das Bellas Artes a frequencia diaria das aulas de desenho geometrico.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Março de 1857.

Merecendo a approvação do Governo Imperial a medida proposta pelo Corpo Academico, constante do seu Officio de 27 do mez passado, de tornar obrigatoria para os alumnos das aulas de applicação dessa Academia a frequencia diaria das Aulas de Dezenho geometrico para o estudo da Perspectiva e Theoria das sombras, assim o communico a Vm. para seu conhecimento e execução, e para que o faça constar ao mesmo Corpo Academico.

Deos Guarde a Vm. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Sr. Director da Academia das Bellas Artes.

N.º 81. — Aviso de 2 de Março de 1857. — *Solve duvidas apresentadas pela Junta Central de Hygiene Publica sobre a matricula dos Medicos Prussianos Frederico Guntharem Schultz, Carlos Petrazi e Carlos Regnetz.*

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 2 de Março de 1857.

Em solução ás duvidas que apresenta a Junta Central de Hygiene Publica em Officio de 10 de Fevereiro ultimo acerca da matricula dos Medicos Prussianos Frederico Guntharem Schultz, Carlos Petrazi e Carlos Regnetz, que foram contratados pelo Governo para o serviço do exercito, tenho de declarar á V. S. para o fazer constar á mesma Junta em resposta ao dito Officio, 1.º que tendo sido pelo Aviso

de 12 de Fevereiro do anno passado explicado o de 12 de Janeiro do mesmo anno, a doutrina daquelle he applicavel aos casos a que V. S. se refere, bem como a todos os que occorrerem, verificadas identicas circumstancias; 2.º que a referida doutrina comprehende a hypothese de se não acharem já os Medicos, a que se allude, ao serviço do exercito, á vista da generalidade estabelecida no principio de que o facto de terem sido admittidos á aquelle serviço importa o reconhecimento de habilitações legaes, bastando para verificação destas o respectivo titulo de nomeação.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Junta Central de Hygiene Publica.

N.º 82. — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1857. — *Os Collectores, fóra das Capitaes em que residem os Procuradores Fiscaes, são os fiscaes e agentes natos da Fazenda Publica.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 4 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo o Juiz Municipal do termo da Campanha, na Provincia de Minas, prohibido aos Collectores das rendas geraes requererem em juizo á bem da Fazenda Publica, conforme representou o Procurador Fiscal da Thesouraria da mesma Provincia em officio de 21 do corrente; e porque os Collectores e mais Chefes das Estações Fiscaes nos municipios fóra da Capital, onde residem os Procuradores fiscaes, sejam sem duvida, pela natureza de seus cargos, os fiscaes e agentes natos da Fazenda Publica, não só para requererem e promoverem perante as autoridades competentes tudo o que for á bem dos interesses da mesma Fazenda, como para serem ouvidos todas as vezes que se tratar de questão que entenda com aquelles interesses, o que está declarado expressamente nas disposições em vigor, rogo a V. Ex. se sirva de expedir as necessarias providencias para remover-se mais esse obstaculo, inteiramente destituido de fundamento, que se levanta ao andamento das execuções fiscaes.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. — Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.

de 12 de Fevereiro do anno passado explicado o de 12 de Janeiro do mesmo anno, a doutrina daquelle he applicavel aos casos a que V. S. se refere, bem como a todos os que occorrerem, verificadas identicas circumstancias; 2.º que a referida doutrina comprehende a hypothese de se não acharem já os Medicos, a que se allude, ao serviço do exercito, á vista da generalidade estabelecida no principio de que o facto de terem sido admittidos á aquelle serviço importa o reconhecimento de habilitações legaes, bastando para verificação destas o respectivo titulo de nomeação.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Junta Central de Hygiene Publica.

N.º 82. — FAZENDA. — Em 4 de Março de 1857. — *Os Collectores, fóra das Capitaes em que residem os Procuradores Fiscaes, são os fiscaes e agentes natos da Fazenda Publica.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 4 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo o Juiz Municipal do termo da Campanha, na Provincia de Minas, prohibido aos Collectores das rendas geraes requererem em juizo á bem da Fazenda Publica, conforme representou o Procurador Fiscal da Thesouraria da mesma Provincia em officio de 21 do corrente; e porque os Collectores e mais Chefes das Estações Fiscaes nos municipios fóra da Capital, onde residem os Procuradores fiscaes, sejam sem duvida, pela natureza de seus cargos, os fiscaes e agentes natos da Fazenda Publica, não só para requererem e promoverem perante as autoridades competentes tudo o que for á bem dos interesses da mesma Fazenda, como para serem ouvidos todas as vezes que se tratar de questão que entenda com aquelles interesses, o que está declarado expressamente nas disposições em vigor, rogo a V. Ex. se sirva de expedir as necessarias providencias para remover-se mais esse obstaculo, inteiramente destituido de fundamento, que se levanta ao andamento das execuções fiscaes.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. — Sr. José Thomaz Nabuco de Araujo.

N.º 83. — Em 7 de Março de 1857. — *Novo modelo do livro de contas correntes dos devedores do Estado.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em additamento ás Instrucções de 24 de Julho de 1854, o modelo junto do livro de contas correntes dos devedores do Estado para substituir ao que foi dado com as de 10 de Dezembro de 1851.

Thesouro Nacional em 7 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 84.—GUERRA.—Aviso de 8 de Março de 1857.—*Declarando como se deve contar o tempo que os Cadetes servirem de Inferiores, a fim de poderem entrar em promoção.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao seu Officio sob n.º 68 datado de 31 de Março proximo findo, declaro a V. Ex. para que o faça constar ao Tenente Coronel Commandante do Corpo de Guarnição fixa dessa Provincia, que o tempo que os Cadetes devem servir de Inferiores para entrarem em promoção, não será contado quando não houverem elles obtido aproveitamento; e que não he de rigorosa obrigação que os referidos Cadetes sirvão precisamente pelo espaço de seis mezes, mas sim que pelo menos não deixem de preencher esse lapso de tempo.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Grovincia de S. Paulo.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 85.—Aviso N.º 8 de 9 de Março de 1857.—Ao Presidente do Espirito Santo.—*Marcando a etape que devem receber os colonos, que vão habitar a Colonia de Santa Maria.*

Illm. e Exm. Sr.—Tendo por Aviso de 26 de Fevereiro do corrente anno autorisado a V. Ex. a mandar dar huma etape de 320 rs. a cada hum dos colonos, que vão habitar a Colonia Santa Maria, deve V. Ex. entender que a referida etape compete somente aos colonos maiores de 10 annos de idade, abonando-se huma de 200 rs. aos que forem menores dessa idade, e maiores de 5 annos, e de 160 rs. aos que tiverem menos desta idade, e mais de anno e meio. Esta mesma distribuição das etapas menores de 320 rs, póde V. Ex. alterar conforme o valor dos generos e as circumstancias das familias, tendo em vista que estas tenham o

necessario para sua alimentação. Do que V. Ex. houver feito a este respeito dará parte a este Ministerio.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 86. —FAZENDA. —Em 10 de Março de 1857. — *Os documentos e papeis apresentados pelos possuidores de terras para o registro não estão sujeitos ao Sello fixo.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu Officio n.º 70 de 2 de Maio do anno passado, que bem resolveo a duvida que lhe foi proposta pelo Collector da Collectoria da Villa da França, — se os documentos e papeis que são apresentados pelos possuidores de terras para serem registrados pelos Parochos, na conformidade do Regulamento anexo ao Decreto n.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854 estão sujeitos aos Sello fixo, — decidindo que, não tendo o Cap. 9 do citado Regulamento estabelecido que as declarações e titulos, que os particulares apresentarem para serem registrados, sejam sellados, não se deve exigir sello, visto como taes papeis não são juntos a requerimentos como documentos.

Thesouro Nacional em 10 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 87. —Em 10 de Março de 1857. — *Os Chefes de Policia não são obrigados a apresentar attestados de exercicio.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os Chefes de Policia estão isentos de apresentar attestados de exercicio para receberem os seus vencimentos.

Thesouro Nacional em 10 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

necessario para sua alimentação. Do que V. Ex. houver feito a este respeito dará parte a este Ministerio.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 86. —FAZENDA. —Em 10 de Março de 1857. — *Os documentos e papeis apresentados pelos possuidores de terras para o registro não estão sujeitos ao Sello fixo.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu Officio n.º 70 de 2 de Maio do anno passado, que bem resolveo a duvida que lhe foi proposta pelo Collector da Collectoria da Villa da França, — se os documentos e papeis que são apresentados pelos possuidores de terras para serem registrados pelos Parochos, na conformidade do Regulamento anexo ao Decreto n.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854 estão sujeitos aos Sello fixo, — decidindo que, não tendo o Cap. 9 do citado Regulamento estabelecido que as declarações e titulos, que os particulares apresentarem para serem registrados, sejam sellados, não se deve exigir sello, visto como taes papeis não são juntos a requerimentos como documentos.

Thesouro Nacional em 10 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 87. —Em 10 de Março de 1857. — *Os Chefes de Policia não são obrigados a apresentar attestados de exercicio.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os Chefes de Policia estão isentos de apresentar attestados de exercicio para receberem os seus vencimentos.

Thesouro Nacional em 10 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 88. — Em 10 de Março de 1857. — *Habilitações e justificações isentas do pagamento dos 2 % substitutivos da dizima de chancellaria.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 10 de Março de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Mesa de Rendas de Cabo Frio, em solução á duvida que propoz em seu Officio de 12 de Fevereiro ultimo, que a ordem n.º 58 de 30 de Julho de 1844 contém todos os fundamentos porque são expressamente declarados exceptuados da regra geral do imposto dos 2 % substitutivos da dizima da chancellaria as habilitações e justificações de qualquer especie para haver heranças, ou para cobranças de dividas das heranças jacentes e de bens de defuntos e ausentes.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas.

N.º 89. — Em 11 de Março de 1857. — *Duvidas sobre attestados de frequencia.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ás questões contidas no officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 6 de Fevereiro ultimo, sob n.º 22: 1.ª de ter o Juiz Municipal de Barreiros recebido os seus vencimentos com attestado de frequencia, passado pelo Juiz de Direito da Comarca por motivo de não se reunir em sessão desde muito tempo a respectiva Camara Municipal; 2.ª de haver sido o Chefe de Policia igualmente pago de seus vencimentos sem attestado de exercicio passado pela Presidencia da Provincia:— responde ao mesmo Sr. Inspector, quanto á 1.ª questão, que a ordem de 28 de Janeiro deste anno, dirigida á mesma Thesauraria sob n.º 14, já a tem resolvido; e quanto á 2.ª, que a Circular n.º 7 datada de hontem, declarou que os Chefes de Policia estão isentos de apresentar attestado para receberem os seus vencimentos.

Thesouro Nacional em 11 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 90.—Aviso N.º 14 de 12 de Março de 1857.—Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—*Declara que os Agrimensores tem direito aos seus vencimentos por inteiro quando se empregarem em qualquer serviço pertencente à Inspectoria de Medições.*

Illm. e Exm. Sr.—Manda Sua Magestade o Imperador declarar que os Agrimensores das Inspectorias Geraes de Medição das Terras Publicas tem direito ao seu vencimento fixo por inteiro nos dias, em que se empregarem em qualquer serviço relativo ás mesmas Inspectorias, como medições, aberturas de picadas, levantamento de ranchos, mudanças de huys para outros pontos, &c. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que expeça neste sentido as ordens convenientes.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 91.—Aviso N.º 3 de 13 de Março de 1857.—Ao Presidente de Minas.—*Resolve duvidas relativas aos Juizes Commissarios.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente a duvida constante do Officio de V. Ex. datado de 30 de Janeiro ultimo, e sob n.º 27, Houve por bem Mandar declarar que os Juizes Commissarios, de que trata o Art. 30 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não podem proceder á legitimação ou rivalidação de posses ou sesmarias de filhos ou genros seus, nem de collateraes até 2.º gráo, como he principio geral de direito, devendo neste caso os interessados requerer a designação de hum Juiz Commissario ad hoc, visto não haver substitutos legaes.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Minas.

N.º 92. — FAZENDA — Em 13 de Março de 1857. — *Sobre
procurações dos Empregados do Presídio da Ilha de Fer-
nando passadas pelo Escrivão do Almozarifado.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 2 de 9 de Janeiro ultimo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco pede, ou que seja approvada a pratica, até agora seguida na mesma Thesouraria, de se aceitarem procurações dos Empregados do Presídio da Ilha de Fernando de Noronha, passadas pelo Escrivão do respectivo Almozarifado, por não haver nesse lugar Tabellião de Notas, nem outro qualquer Escrivão proprio para tal fim, ou que se regule a maneira por que se deve proceder nestes casos, — declara ao mesmo Sr. Inspector que observe o que a tal respeito dispõe a ordem do Thesouro n.º 182 de 11 de Junho de 1851, em quanto o contrario não for determinado.

Thesouro Nacional em 13 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley

N.º 93. — GUERRA. — Aviso de 14 de Março de 1857. — *Remette por cópia as Instruções approvadas para os Assistentes do Ajudante-General do Exército nas Provincias.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Março de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo por bem Sua Magestade o Imperador approvar as Instruções para os Assistentes do Ajudante-General do Exército nas Provincias, que por cópia remetto a V. Ex., assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Caxias. — Sr. Barão de Surubhy.

Instruções para os Assistentes do Ajudante-general do Exército nas Provincias.

Art. 1.º O Assistente do Ajudante-general do Exército, que houver em cada Provincia do Imperio, onde não ha Commando de Armas, na fórma disposta no Art. 4.º do

Regulamento approved pelo Decreto n.º 1.881 de 31 de Janeiro de 1857, he o orgão do mesmo Ajudante-General para a transmissão das ordens que este receber do Governo tendentes ao exercicio das attribuições que lhe são conferidas no dito Regulamento, que forem relativas á administração, disciplina, instrucção, e abastecimento dos Corpos, Officiaes e praças isoladas que existirem na Provincia, ou por ella transitarem.

Art. 2.º O Assistente do Ajudante-General, logo que chegar á Provincia para onde fôr nomeado, apresentar-se-ha ao respectivo Presidente, e depois communicar-lhe-ha officialmente sua nomeação, o dia em que assumir o exercicio de suas funcções, e o lugar em que estabelecer sua residencia, que será na Capital da Provincia, e de preferencia em algum Estabelecimento Publico quando o houver disponivel.

Art. 3.º Publicará depois á guarnição, com permissão do Presidente da Provincia, sua nomeação, posse, e residencia, para conhecimento dos Corpos, e Officiaes effectivos, reformados, da extincta 2.ª linha com soldo, honorarios com vencimento ou sem elle, e praças de pret que estiverem na Provincia, cuja existencia elle tratará de verificar, fazendo os assentamentos e notas necessarias para seu governo.

Art. 4.º O Assistente do Ajudante-General executará pontualmente as ordens que directamente lhe dirigir o Presidente da Provincia sobre o movimento da força armada no territorio da mesma Provincia, e á respeito daquelles objectos que dependerem só de resolução do dito Presidente como primeira Autoridade Provincial.

Art. 5.º Corresponder-se-ha com o Ajudante-General do Exercito ou com seu Deputado na Corte, conforme a natureza do objecto, sobre tudo quanto disser respeito ao ramo de serviço administrativo e disciplinar attribuido ao mesmo Ajudante-general pelo respectivo Regulamento.

Art. 6.º Corresponder-se-ha com o Presidente da Provincia ácerca de tudo que fôr relativo á medidas providenciaes que estiverem privativamente na autoridade do mesmo Presidente, e que sejam necessarias para o bom desempenho das ordens do Governo á elle Assistente transmittidas pelo Ajudante-general.

Art. 7.º Corresponder-se-ha com os Commandantes de Corpos, Chefes de Estabelecimentos Militares, e Officiaes que existirem na Provincia, intimando-lhes as ordens que receber do Ajudante-general contidas em Ordens do dia do Exercito

ou em Offícios do mesmo Ajudante-General ou de seu Deputado na Côrte, e assim mais sobre tudo que for relativo á levar a effeito a execução de taes ordens.

Art. 8.º A's Autoridades de que trata o Artigo antecedente o Assistente se dirigirá sempre em nome do Ajudante-General, salvo para a execução de ordens do Presidente da Provincia, privativas de sua autoridade, as quaes serão em nome deste.

Art. 9.º O Assistente do Ajudante-General remetterá por cópia ao Presidente da Provincia toda a correspondencia que tiver com o Ajudante-General directamente, ou por intermedio de seu Deputado, para que o mesmo Presidente faça ao Governo Imperial sobre o objecto dessa correspondencia as observações que julgar convenientes.

Art. 10. Remetterá tambem ao Ajudante-General, sempre que houver oportunidade, extracto fiel da correspondencia official que tiver com o Presidente da Provincia á respeito de objectos relativos a Officiaes e praças da respectiva guarnição.

Art. 11. A correspondencia do Assistente do Ajudante-General ácerca de objectos que devão subir ao conhecimento do Governo Imperial, e que dependão de solução deste, será por intermedio do Ajudante-General do Exército, na forma do Art. 1.º, quando este objecto versar sobre a administração economica dos Corpos, sua disciplina e a dos Officiaes e praças que existirem na Provincia, ou por ella transitarem. Quando versarem, porém, sobre objectos que não tenham relação com aquelles, será feita por intermedio do Presidente da Provincia.

Art. 12. O Assistente do Ajudante-general fiscalisará o movimento do pessoal da guarnição da Provincia, sua disciplina, administração e abastecimento, e fará o detalhe do serviço da mesma guarnição. Velará sobre a commodidade das respectivas praças, e inspecionará os Quartéis dos Corpos e destacamentos da Capital, dando parte ao Ajudante-General das irregularidades que encontrar, providenciando sobre o que estiver nos limites de suas attribuições, e reclamando do Presidente da Provincia aquellas medidas que dependerem da autoridade peculiar deste.

Art. 13. Dirigirá e remetterá em tempo ao Ajudante-General do Exército todos os esclarecimentos que forem necessarios para a organização do Almanak Militar na parte relativa aos Officiaes e Repartições Militares existentes na guarnição da respectiva Provincia.

Art. 14. Informará sobre todos os requerimentos de individuos militares existentes na Provincia dirigidos ao respectivo Presidente, ao Ajudante-General, ou ao Governo Imperial, e no exercicio dessa attribuição regular-se-ha pelo determinado nos Arts. 5, 6 e 11.

Art. 15. Remetterá ao Ajudante-General, no mez de Janeiro de cada anno, hum mappa estatistico do pessoal da guarnição em relação ás altas e baixas do mesmo pessoal, sua instrução primaria, secundaria e superior; seus crimes julgados no fóro criminal tanto militar como civil, e ao mais que interessar ao movimento do dito pessoal, tudo em referencia ao anno findo.

Art. 16. O Assistente do Ajudante-General, logo que assumir o exercicio de suas funções, remetterá ao mesmo Ajudante-general hum relação nominal de todos os Officiaes á que se refere o Art. 3.º, com declaração de sua residencia, a razão de sua estada na Provincia, a permissão que para isso teve, e de que Autoridade. Depois dessa relação remetterá nos dias 1.º e 16 de cada mez hum mappa demonstrativo da força existente na Provincia, com declaração explicita das alterações occorridas na quinzena finda, inclusive as licenças que o Presidente da Provincia conceder em conformidade do disposto no Art. 34 do Regulamento do Ajudante-General. Este mappa conterá os nomes dos Officiaes acima referidos, e notas das occurrencias que tiverão lugar a respeito delles naquella periodo.

Art. 17. O Assistente do Ajudante-General velará sobre que se mantenha em toda sua integridade o systema de uniformes do Exercito, e o de instrução pratica dos Corpos existentes na Provincia, e não consentirá a mais pequena alteração nelles, sem prévia autorisação do Ajudante-General, a quem dará parte logo de qualquer particularidade que a esse respeito occorrer.

Art. 18. O Assistente do Ajudante-General não resolverá questão nenhuma sobre pontos de administração, disciplina e instrução militar, senão baseado nos principios claros e explicitos dos Regulamentos geraes do Exercito; e quando esses principios forem duvidosos, e os pontos da questão controversos, representará ao Ajudante-General do Exercito para este decidir, á fim de que haja homogeneidade e uniformidade naquella disciplina, administração e instrução.

Art. 19. O Assistente do Ajudante-General do Exercito he Autoridade competente na Provincia para nomear Conselhos

de direcção, de averiguação, e de investigação, e também de inquirição e de guerra, quando receber para isso ordem do Governo por intermedio do Ajudante-General.

Art. 20. Os processos de conselho de averiguação, de direcção, de inquirição e de guerra, á que se proceder na Provincia, serão remettidos pelo Assistente ao Ajudante-General, os dous primeiros para serem por este decididos, e os ultimos para terem o competente destino. Serão do mesmo modo remettidos os processos de conselho de investigação mandados formar pelo Presidente da Provincia, pelo Ajudante-General, ou pelo Governo, por intermedio deste á fim de resolver-se sobre o consequente procedimento ulterior.

Art. 21. O Assistente do Ajudante-General velará sobre que nenhum Official seja distrahido para serviço de diversa natureza do de sua arma, ou Corpo especial, sem prévia autorisação do Ajudante-General, ao qual comunicará logo qualquer contrariedade nesse sentido.

Art. 22. Logo que o Assistente do Ajudante-General receber os recrutas que forem destinados para a Côrte, mandará inspecção-los de saude em sua presença por hum Cirurgião Militar, vaccina-los e limpa-los convenientemente, providenciando para que não sigão aquelles que, não estando incapazes do serviço do Exercito, forem todavia pelo mesmo Cirurgião julgados em estado de não poder emprender a viagem por qualquer motivo de molestia.

Art. 23. Logo que os recrutas estiverem assim preparados e fornecidos das peças de roupa e mais objectos que devem receber ao assentar praça, o Assistente do Ajudante-General requisitará ao Presidente da Provincia a expedição das ordens convenientes para que elles possuão seguir á seu destino, e das providencias que demandarem a qualidade e extensão da viagem que houverem de fazer.

Art. 24. Em quanto os recrutas se demorarem na Capital da Provincia, o Assistente do Ajudante-General velará sobre que sejam bem tratados, e solicitará do respectivo Presidente as providencias necessarias para que a reclusão delles não seja nas Cadeas publicas em promiscuidade com os criminosos, e sim nos Quarteis, sendo addidos á algum Corpo para nelle serem convenientemente tratados, e por ali perceberem seus vencimentos.

Art. 25. Quando os recrutas forem remettidos da Provincia pelo Assistente ao Ajudante-General do Exercito, serão acompanhados de huma relação nominal contendo a respeito

de cada hum a naturalidade, filiação e signaes que se averbão nos livros-mestres, notando-se em observação quando, onde e por que Autoridade forão recrutados, o dia de juramento de bandeiras, o estado de saude, conducta anterior, se constar, e tudo que possa influir ácerca da legalidade do recrutamento, o que o Assistente do Ajudante-General tratará de verificar pelos meios a seu alcance. Todas essas notas ficarão registradas no Archivo do mesmo Assistente.

Art. 26. A expedição de ordem aos Corpos da guarnição para assentarem praça os voluntarios, que se apresentarem, e os recrutados, que deverem ter esse destino, assim como para effectuarem-se engajamentos, he tambem da competencia do Assistente do Ajudante-General do Exercito, mediante autorisação do Presidente da Provincia.

Art. 27. O Assistente do Ajudante-General terá a seu cargo os seguintes livros:

Da correspondencia official com o Ajudante-General;

Da correspondencia official com o Presidente da Provincia e Autoridades civis;

Da correspondencia official com os Chefes dos Corpos e Officiaes Militares existentes na Provincia;

De matricula dos Officiaes reformados, da extincta 2.^a linha com soldo, e dos honorarios com vencimento, ou sem elle.

Além desses haverá mais os que se fizerem absolutamente indispensaveis para a regularidade e clareza do serviço.

Art. 28. O Assistente do Ajudante-General terá, para coadjuva-lo nos trabalhos de escripturação, hum Amanuense, que será praça de pret da guarnição, o qual perceberá a mesma gratificação que os Amanuenses da Repartição Geral do Ajudante-General e para a conducção do respectivo expediente terá huma ordenança tambem praça da respectiva guarnição.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Março de 1857.—
Marquez de Caxias.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 94.—Aviso N.º 39 de 14 de Março de 1857.—Ao Ministro da Fazenda.—*Declara que nenhuma despesa á cargo da Repartição das Terras Publicas deve ser paga sem o visto dos respectivos Delegados.*

Ilm. e Exm. Sr.—Estando commettido á Repartição Geral das Terras Publicas o serviço da medição das terras publicas e sua discriminação das particulares, Colonias Militares e Civis por conta do Governo, Catechese e civilisação de Indigenas, rogo á V. Ex. se digne expedir suas Ordens ás Thesourarias de Fazenda, para que nenhuma despesa por conta dos titulos acima indicados seja paga, sem ter o visto do Delegado do Director Geral das Terras Publicas onde houver, que deverá examinar os documentos que authenticão taes despesas.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. João Mauricio Wanderley.

N.º 95.—Aviso N.º 3 de 16 de Março de 1857.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—*Declara incompativeis os cargos de Amanuense da Repartição das Terras e Subdelegado de Policia.*

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia representado que o Amanuense da Repartição especial á seu cargo, João Auto de Magalhães Castro, está continuamente sendo distrahido do cumprimento dos seus deveres, em consequencia das obrigações, que lhe incumbem como Subdelegado de Policia,—convém que V. Ex. dispense deste ultimo cargo o referido Amanuense, attenta a incompatibilidade de funcções.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N.º 96. — FAZENDA. — Em 16 de Março de 1857. — *Questão de vencimentos de Empregados que foram removidos estando em viagem, ajuda de custo. &c.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 7 de Fevereiro proximo passado n.º 29, em que participa ter indeferido, pelos fundamentos expostos no mesmo officio, o requerimento do actual Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará José Francisco de Moura, que pretendia ser pago do ordenado correspondente ao lugar de Chefe de Secção da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, desde o dia em que deixou o exercicio de Inspector da de Sergipe até o em que tomou posse do referido lugar, para que fora anteriormente nomeado, — declara ao mesmo Sr. Inspector que o dito José Francisco de Moura, não tendo mandado tomar posse do lugar de Chefe de Secção, como lhe era permittido, cumprindo essa formalidade sómente na occasião de sua passagem para o Ceará, nenhum direito tem á percepção do respectivo ordenado, nem mesmo depois que tomou posse d'elle, por faltar-lhe o exercicio; mas estando litteralmente comprehendido na disposição do Art. 62 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 n.º 736, em contrario do que pensa o Sr. Inspector, tem direito ao ordenado de 1.º Escriptuario desde que deixou o exercicio de Inspector de Sergipe até que prestou juramento do lugar de Chefe de Secção, e dahi em diante á huma gratificação, que junta ao ordenado de 1.º Escriptuario prefaza o de Chefe de Secção, na fôrma prescripta no Art. 5.º do Decreto de 30 de Novembro de 1852, n.º 1.073, cuja doutrina he applicavel à questão; e outrossim que o mesmo Sr. Inspector labora em erro entendendo que na ajuda de custo arbitrada ao dito Moura se deve reputar comprehendido o vencimento correspondente ao tempo em que esteve em viagem, porque esta doutrina he applicavel aos empregados despachados ou removidos de huma para outras Provincias, de que trata o Art. 61 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, n.º 736, e não aos que são nomeados para empregos de commissão, os quaes, além da ajuda de custo concedida pelo sobredito Art. 61, continuão a perceber os vencimentos dos lugares que temporariamente deixão, nos termos do Art. 62 do mencionado Decreto.

Thesouro Nacional em 16 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 97.—GUERRA.—Aviso de 16 de Março de 1857.—*Declara, que, quando para ajuste de contas de fardamento, a Tabella de 31 de Janeiro de 1855 for omissa, se devem calcular os preços pela de 8 de Janeiro de 1848.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao Aviso de V. Ex. de 4 do corrente, devolvendo o processo de divida do ex-Soldado do 10.º Batalhão de Infantaria Hypolito Manoel Antonio, liquidada pela Repartição do Quartel Mestre General, para se regular a materia, por isso que os preços das peças de fardamento forão calculados, huns pela Tabella de 8 de Janeiro de 1848, e outros pela de 31 de Janeiro de 1855, tenho de significar a V. Ex. que, não sendo da intenção do Governo deixar de pagar-se ás praças de pret promovidas ou escusas do serviço do Exercito o valor das peças devidas, e não se achão contempladas na Tabella de 31 de Janeiro de 1855, tem-se liquidado as dividas de fardamento pela dita Tabella de 8 de Janeiro de 1848, quanto ás peças que não se achão comprehendidas naquella; e que neste sentido se procedeo a respeito do processo em questão.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. João Mauricio Wanderley.

N.º 98.—Portaria de 17 de Março de 1857.—*Indica os meios de acutelar o prejuizo da Fazenda Publica proveniente de adiantamentos para pagar ás praças destacadas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Março de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em solução ás duvidas de que trata o seu Officio n.º 6 de 30 de Janeiro ultimo, ácerca das cautelas que cumpre tomar para garantir a Fazenda Publica de qualquer prejuizo resultante dos adiantamentos para pagar as praças destacadas no interior da Provincia, que deve

abonar-se na relação de mostra a quantia precisa para esse fim, deixando-se em branco as correspondentes ao vencimento nos mezes futuros das praças em taes circumstancias, fazendo os Commandantes dos Corpos nas respectivas relações de mostra as alterações convenientes das praças que por ventura desertarem, das que fallecerem, e outras quaesquer que motivem a perda de direito ao vencimento.—Marquez de Caxias.

N.º 99.—Portaria de 17 de Março de 1857.—*Declara que o Empregado Publico impedido no Jury, ou em outro serviço da mesma natureza, não deve ser privado das gratificações marcadas em Lei.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Março de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria d'Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu Officio n.º 44 de 28 de Novembro do anno p. p., que o Director interino do Arsenal de Guerra, Major Felix Pereira Dourado, não deve ser privado da gratificação estabelecida por Lei para o dito Emprego, quando impedido por serviço do Jury, ou em outros da mesma natureza, por isso que o Director do Arsenal de Guerra da Córte não perde a gratificação quando está impedido de exercer aquelle lugar por achar-se de serviço no Paço Imperial, como informa a Contadoria Geral.—Marquez de Caxias.

abonar-se na relação de mostra a quantia precisa para esse fim, deixando-se em branco as correspondentes ao vencimento nos mezes futuros das praças em taes circumstancias, fazendo os Commandantes dos Corpos nas respectivas relações de mostra as alterações convenientes das praças que por ventura desertarem, das que fallecerem, e outras quaesquer que motivem a perda de direito ao vencimento.—Marquez de Caxias.

N.º 99.—Portaria de 17 de Março de 1857.—*Declara que o Empregado Publico impedido no Jury, ou em outro serviço da mesma natureza, não deve ser privado das gratificações marcadas em Lei.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Março de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria d'Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu Officio n.º 44 de 28 de Novembro do anno p. p., que o Director interino do Arsenal de Guerra, Major Felix Pereira Dourado, não deve ser privado da gratificação estabelecida por Lei para o dito Emprego, quando impedido por serviço do Jury, ou em outros da mesma natureza, por isso que o Director do Arsenal de Guerra da Córte não perde a gratificação quando está impedido de exercer aquelle lugar por achar-se de serviço no Paço Imperial, como informa a Contadoria Geral.—Marquez de Caxias.

N.º 100.—FAZENDA.—Em 17 de Março de 1857.—*Dequando se devem contar os 30 dias para o Sello das Cartas de ordens.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 17 de Março de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Mesa de Rendas de Mangaratiba, em resposta ao seu Officio de 21 de Fevereiro ultimo, que, á vista do Art. 19 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, he claro que os 30 dias para o sello das cartas de ordens contão-se da data dellas e não da dos recibos nas mesmas passados.

Deos Guarde a V. S.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Director Geral das Rendas.

N.º 101.—Em 17 de Março de 1857.—*Sobre o despacho de hum carro de quatro rodas como se fosse de duas.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo sido informado de que na Alfandega do Maranhão fôra despachado em 19 de Maio do anno passado hum carro de quatro rodas, como se fosse de duas, sómente pelo facto de se apresentar sem hum jogo dellas, as quaes entretanto forão importadas no mesmo navio e despachadas separadamente, do que resultou á Fazenda Nacional huma perda de direitos na importancia de 88,77000,—ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da mesma Provincia que advirta o da referida Alfandega por ter consentido semelhante despacho, e lhe recomende que, em casos identicos, proceda com todo o zelo e solicitude ás necessarias averiguações, para evitar que as rendas publicas sejam por tal fórma defraudadas.

Thesouro Nacional em 17 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 102.—Em 18 de Março de 1857.—*A despesa com medição de terras, &c. não pôde ser paga sem o visto do Delegado.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade com o aviso do Ministerio do Imperio de 14 do corrente, que nenhuma despesa por conta da medição das terras publicas e sua discriminação das particulares, colonias militares e civis por conta do Governo, catechese e civilisação dos Indios, deve ser paga sem ter o visto do Delegado do Director Geral das terras Publicas, onde o houver, o qual deverá examinar os documentos que authenticão taes despesas.

Thesouro Nacional em 18 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 103.—Em 18 de Março de 1857.—*Sobre o despacho de huns chales, que serão indevidamente considerados como pertencentes á passagemiro.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo sido informado de que na Alfandega de Santos foram irregularmente despachados, em Novembro do anno passado, quatro chales de lã fina com franjas; e tendo ouvido á este respeito o respectivo Inspector, a qual confessa na sua informação que os ditos chales, não havendo sido incluídos no manifesto da embarcação que os trouxera, foram considerados como pertencentes a passageiro ou a bagagem deste, que pelo Art. 318 do Regulamento de 22 de Junho de 1836 está no caso de ser navegada de huns para outros portos do Imperio sem as formalidades da cabotagem em grosso, e como taes despachadas, pagando direitos de expediente somente na razão de 5 %,—declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo, para que o faça constar ao da sobredita Alfandega: 1.º que os chales em questão, não podendo por sua natureza ser considerados como roupa ou objecto do uso privativo do passageiro que os conduzia, mas sim como huma mercadoria estrangeira navegada por cabotagem, e não incluída no manifesto, estavam sujeitos aos direitos de consumo na fórma da ultima parte do Art 23 do Decreto

n.º 1.385 de 26 de Abril de 1854; não sendo applicaveis á este caso, como pensou o mesmo Inspector, nem o Art. 318 do Regulamento de 22 de Junho, nem o § 18 do Art. 1.º do Decreto de 28 de Agosto de 1849, que tratão especificadamente da roupa e objectos usados do serviço pessoal e diario dos passageiros, e nem a disposição do Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 de Outubro de 1851, o qual se refere á huma apprehensão de mercadorias de manufactura Nacional, isentas de direitos de consumo pelos Regulamentos, e que erão além disso, como se reconhecen, do uso particular do passageiro que as levava: 2.º que se considerou os referidos chales como objecto da bagagem do seu conductor, ainda assim não procedeu regularmente, porquanto cumpria te-los feito despachar livres de direitos, e não com o pagamento de 5 % de expediente, que só pôde ser exigido na fórma do Art. 21 da Lei de 18 de Setembro de 1845 de mercadorias estrangeiras acompanhadas de carta de guia, hoje substituida por hum manifesto processado nos termos do já citado Art. 23 do Decreto n.º 1.385; ficando na intelligencia de que das expressões do mencionado Aviso de 6 de Outubro não se pôde concluir que os objectos pertencentes ao uso e bagagem dos passageiros devem pagar direitos alguns de expediente; 3.º que estando assim provado o engano havido contra a fazenda no despacho de que se trata, cumpre que seja ella idemnizada dos direitos de consumo, que se deixárão de cobrar, pelos meios indicados no Art. 212 do Regulamento de 22 de Junho de 1836.

Thesouro Nacional em 18 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 104.—Em 19 de Março de 1857.—*Sobre pagamento de direitos de 5 % das Provisões successivas de Vigarios Encomendados.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas de 27 de Março de 1856, no qual expõe a resolução que tomou ácerca da duvida da Contadoria da mesma Thesouraria, se os direitos de 5 % que pagão as Provisões successivas dos Parochos Encomendados devião ser cobrados somente do primeiro anno, segundo

n.º 1.385 de 26 de Abril de 1854; não sendo applicaveis á este caso, como pensou o mesmo Inspector, nem o Art. 318 do Regulamento de 22 de Junho, nem o § 18 do Art. 1.º do Decreto de 28 de Agosto de 1849, que tratão especificadamente da roupa e objectos usados do serviço pessoal e diario dos passageiros, e nem a disposição do Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 de Outubro de 1851, o qual se refere á huma apprehensão de mercadorias de manufactura Nacional, isentas de direitos de consumo pelos Regulamentos, e que erão além disso, como se reconhecen, do uso particular do passageiro que as levava: 2.º que se considerou os referidos chales como objecto da bagagem do seu conductor, ainda assim não procedeu regularmente, porquanto cumpria te-los feito despachar livres de direitos, e não com o pagamento de 5 % de expediente, que só pôde ser exigido na fórma do Art. 21 da Lei de 18 de Setembro de 1845 de mercadorias estrangeiras acompanhadas de carta de guia, hoje substituida por hum manifesto processado nos termos do já citado Art. 23 do Decreto n.º 1.385; ficando na intelligencia de que das expressões do mencionado Aviso de 6 de Outubro não se pôde concluir que os objectos pertencentes ao uso e bagagem dos passageiros devem pagar direitos alguns de expediente; 3.º que estando assim provado o engano havido contra a fazenda no despacho de que se trata, cumpre que seja ella idemnizada dos direitos de consumo, que se deixárão de cobrar, pelos meios indicados no Art. 212 do Regulamento de 22 de Junho de 1836.

Thesouro Nacional em 18 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 104.—Em 19 de Março de 1857.—*Sobre pagamento de direitos de 5 % das Provisões successivas de Vigários Encomendados.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas de 27 de Março de 1856, no qual expõe a resolução que tomou ácerca da duvida da Contadoria da mesma Thesouraria, se os direitos de 5 % que pagão as Provisões successivas dos Parochos Encomendados devião ser cobrados somente do primeiro anno, segundo

a Ordem do Thesouro n.º 102 de 22 de Abril de 1853, ou se, em consequencia do disposto no Art. 15 da Lei n.º 779 de 6 de Setembro de 1854, de cada Provisão que fosse concedida, suppondo-se por isso derogada aquella Ordem: communica ao mesmo Sr. Inspector que fica approvada, por ser conforme ao espirito e letra do citado Art. 15 da Lei de 6 de Setembro, a sua resolução de declarar á mesma Contadoria que, referindo-se o Art. 15 só ao pagamento dos direitos no caso em que os Parochos Encommendados viessem a ter augmento de vencimentos, se devia cobrar os referidos direitos somente pela primeira Provisão, e não das successivas, em conformidade com a Ordem do Thesouro acima mencionada.

Thesouro Nacional em 19 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 105.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Março de 1857.—*Approva as Instrucções para direcção do Correio Urbano nesta Côrte.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Março de 1857.

Em resposta ao seu Officio n.º 77 de 4 do corrente, tenho a declarar-lhe que ficão approvadas as instrucções por V. S. expeditas para direcção do Correio Urbano, creado nesta Côrte, e que acompanharão o mesmo Officio.

Deos Guarde a V. S.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral do Correio.

**Instrucções para direcção do Correio Urbano
creado nesta Côrte a que se refere o
Aviso supra.**

1.º O serviço de Correio Urbano a pé será feito por oito Carteiros especiaes, vencendo cada hum 1.7600 réis por dia, conforme foi marcado pelo Aviso de 19 de Janeiro de 1857.

2.º Os limites do Correio Urbano a pé são pelo lado do Catete até a ponte do mesmo nome, pelo da Cidade nova

a Ordem do Thesouro n.º 102 de 22 de Abril de 1853, ou se, em consequencia do disposto no Art. 15 da Lei n.º 779 de 6 de Setembro de 1854, de cada Provisão que fosse concedida, suppondo-se por isso derogada aquella Ordem: communica ao mesmo Sr. Inspector que fica approvada, por ser conforme ao espirito e letra do citado Art. 15 da Lei de 6 de Setembro, a sua resolução de declarar á mesma Contadoria que, referindo-se o Art. 15 só ao pagamento dos direitos no caso em que os Parochos Encommendados viessem a ter augmento de vencimentos, se devia cobrar os referidos direitos somente pela primeira Provisão, e não das successivas, em conformidade com a Ordem do Thesouro acima mencionada.

Thesouro Nacional em 19 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 105.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Março de 1857.—*Approva as Instrucções para direcção do Correio Urbano nesta Còrte.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Março de 1857.

Em resposta ao seu Officio n.º 77 de 4 do corrente, tenho a declarar-lhe que ficão approvadas as instrucções por V. S. expeditas para direcção do Correio Urbano, creado nesta Còrte, e que acompanharão o mesmo Officio.

Deos Guarde a V. S.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral do Correio.

**Instrucções para direcção do Correio Urbano
creado nesta Còrte a que se refere o
Aviso supra.**

1.º O serviço de Correio Urbano a pé será feito por oito Carteiros especiaes, vencendo cada hum 1.7600 réis por dia, conforme foi marcado pelo Aviso de 19 de Janeiro de 1857.

2.º Os limites do Correio Urbano a pé são pelo lado do Catete até a ponte do mesmo nome, pelo da Cidade nova

até o Rocio pequeno, e pelo littoral até o Caes de embarque no Sacco do Alfêres.

3.º A area comprehendida entre aquelles limites será dividida em oito districtos da maneira seguinte. O primeiro comprehenderá da Camara dos Deputados até o mar seguindo pela Misericórdia de Santa Luzia, voltando pelas ruas da Ajuda e S. José até o ponto da partida.

O segundo comprehenderá as ruas da Guarda Velha, Barbonos e Passeio, Santa Thereza, Lapa e d'ahi até o ponto do Catete. He incluída neste districto a Praia do Flamengo até a rua do Infante, e a rua da Pedreira da Gloria até a sua embocadura no Campo do Machado, com as ruas e travessas, que se acharem nesta area.

O terceiro comprehenderá as ruas da Carioca, e Conde até a esquina da Travessa do Senado, Lavradio, Invalidos, Senado, Relação, Arcos, Rezende, Matacavallos e Silva Manoel, com todas as mais ruas e travessas, que se acharem nesta area.

O quarto comprehenderá a Cidade Nova entre as ruas do Conde e S. Pedro, Campo e Rua das Flores com todas as mais ruas e travessas, que se acharem nesta area.

O quinto comprehenderá o Arsenal de Marinha, Beco e Rua de Bragança, S. Bento, Municipal, Benedictinos, Prainha, até a Imperatriz, S. Joaquim até a Igreja do mesmo nome, e Imperatriz, voltando pela rua da Saude até o Largo da Prainha, com todas as mais ruas e travessas que se acharem nesta area. Pertence a este districto a rua da Quitanda entre as dos Pescadores e S. Bento, e a rua dos Ourives entre a da Prainha e Largo de Santa Rita.

O sexto comprehende as ruas de S. Joaquim a seguir da Igreja, d'ahi a S. Diogo, Ladeira e Praia do Sacco pela Gambôa, até o caes da Imperatriz.

O setimo comprehende desde o littoral até o Campo entre as ruas da Alfandega e Pescadores.

O oitavo desde o littoral até o Campo, entre as ruas do Hospicio, Assembléa, seguindo da praça da Constituição, pela rua dos Ciganos.

4.º Os carteiros Urbanos a pé sahirão da Administração do Correio impreterivelmente quatro vezes cada dia: ás 9 e 12 horas da manhã: ás 3 e 6 da tarde, a percorrer os seus respectivos districtos distribuindo a correspondencia que para esse fim lhes for dada.

5.º Além da distribuição da correspondencia serão mais

os Carteiros Urbanos obrigados a visitar as caixas, que se acharem collocadas em seus districtos, tirarem e levarem ao Correio a correspondencia que nellas acharem, ou seja para ser distribuida na Côrte, ou seja para fóra.

6.º Estas caixas serão em numero de 32, collocadas nos lugares seguintes:

1.ª Praia dos Mineiros, canto do Arsenal de Marinha, 2.ª Prainha, esquina da Academia de Marinha, 3.ª Praça Municipal, 4.ª Gambôa, esquina do Livramento, 5.ª Sacco do Alferes, esquina da Ladeira do mesmo nome; 6.ª Largo de S. João Baptista, 7.ª Largo do Capim, 8.ª rua de S. Joaquim, esquina do Costa, 9.ª rua de S. Lourenço, esquina do Principe, 10.ª rua da Alfandega, esquina do Regente, 11.ª Rua do Hospicio, esquina da Conceição, 12.ª Largo da Carioca, esquina da rua da Carioca, 13.ª Largo de S. Francisco de Paula, esquina do Fogo, 14.ª Rocio em frente ao Theatro, 15.ª Campo, esquina do Hospicio, 17.ª Campo, esquina do Conde, 18.ª Campo, esquina da Nova do Sabão, 19.ª Rocio Pequeno, 20.ª Rua Formosa, esquina do Areal, 21.ª Rua das Flores esquina da Nova do Conde, 22.ª Misericordia, esquina da Camara dos Deputados, 23.ª Largo da Misericordia, 24.ª Largo da Mãe do Bispo, 25.ª Largo da Lapa, 26.ª Largo da Gloria, 27.ª Largo do Valdetaro, 28.ª Catete, em frente ao Campo do Machado, 29.ª Barbonos, esquina dos Arcos, 30.ª Mata-cavallos, esquina do Rezende, 31.ª Lavradio, esquina dos Arcos, 32.ª Invalidos, esquina da Relação.

7.º Estas caixas serão numeradas e fechadas, sendo as chaves entregues aos Carteiros, quando sabirem a percorre-las.

8.º De manhã antes de virem ao Correio serão os Carteiros obrigados a visitar as respectivas caixas, e dellas extrahir a correspondencia, devendo achar-se impróterivelmente na caza da Administração até ás 8 horas e meia. Na sahida das 6 horas não são os Carteiros obrigados a visitar as caixas.

9.º Cada vez que chegarem ao Correio os Carteiros Urbanos entregarão ao Chefe da 1.ª Turma, que estiver de serviço, a correspondencia, que houverem encontrado: este fará logo separar a que for para fóra da que for para distribuir na Cidade: enviando a primeira para 2.ª Turma, e fazendo separar a outra e depositar nos respectivos escaninhos.

10.º Hum quarto de hora antes da sahida dos Carteiros Urbanos será visitada a Caixa Urbana da Administração, e extrahida a correspondencia que ali for achada; e sendo unida a mais, que já estiver nos escaninhos, se organizarão as listas na fórma do Regulamento, e passará a ser distribuida.

11.º Nas caixas Urbanas póde ser lançada qualquer correspondencia quer para Côrte, quer para fóra, e no Correio se lhe dará o devido destino, huma vez que esteja competentemente porteada: Só porêem poderão ser lançados os Jornaes, que se destinarem para fóra.

12.º Os Carteiros soffrerão tantos dias de multa quantas forem as caixas, que deixarem de visitar, sendo demittidos aquelles que se mostrarem incorrigiveis.

13.º O porte para as Cartas, que tem de ser distribuidas pelos Carteiros Urbanos continúa a ser aquelle que determina o Regulamento de 21 de Dezembro de 1844.

14.º Pelos Carteiros Urbanos serão entregues em seus domicilios aos Assignantes do Correio as cartas Urbanas, salvo se estes o contrario ordenarem.

15.º Serão distribuidas pelo Correio Urbano as Cartas vindas de Nietheroy, S. Gonçalo, Paquetá, Estrella e linha da Guaratiba, quando esta distribuição não affectar a sua rapida entrega.

16.ª Os Carteiros Urbanos a cavallo estarão no Correio de manhã ás 8 horas e meia, a fim de poder a correspondencia ser distribuida ás 9 horas. De tarde continuarão do mesmo modo que actualmente.

Directoria Geral do Correio em 4 de Março de 1857.—
Dr. Thomaz José Pinto Serqueira.

N.º 106.—GUERRA.—Circular de 19 de Março de 1857.—

Determina que os Chefes das Repartições da Guerra se dirijão ao Ajudante-General do Exercito, no que for privativamente relativo ao pessoal militar empregado nas mesmas Repartições.

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Competindo ao Ajudante-General do Exercito, pelo respectivo Regulamento de 31 de Janeiro deste anno, fiscalisar o movimento, disciplina e administração do pessoal do Exercito, Determina Sua Magestade o Imperador que V. Ex. ordene aos Chefes dos Estabelecimentos da Repartição da Guerra ali existentes, que, no que for privativamente relativo ao pessoal militar empregado nos ditos

11.º Nas caixas Urbanas póde ser lançada qualquer correspondencia quer para Côrte, quer para fóra, e no Correio se lhe dará o devido destino, huma vez que esteja competentemente porteadada: Só porêem poderão ser lançados os Jornaes, que se destinarem para fóra.

12.º Os Carteiros soffrerão tantos dias de multa quantas forem as caixas, que deixarem de visitar, sendo demittidos aquelles que se mostrarem incorrigiveis.

13.º O porte para as Cartas, que tem de ser distribuidas pelos Carteiros Urbanos continúa a ser aquelle que determina o Regulamento de 21 de Dezembro de 1844.

14.º Pelos Carteiros Urbanos serão entregues em seus domicilios aos Assignantes do Correio as cartas Urbanas, salvo se estes o contrario ordenarem.

15.º Serão distribuidas pelo Correio Urbano as Cartas vindas de Nietheroy, S. Gonçalo, Paquetá, Estrella e linha da Guaratiba, quando esta distribuição não affectar a sua rapida entrega.

16.ª Os Carteiros Urbanos a cavallo estarão no Correio de manhã ás 8 horas e meia, a fim de poder a correspondencia ser distribuida ás 9 horas. De tarde continuarão do mesmo modo que actualmente.

Directoria Geral do Correio em 4 de Março de 1857.—
Dr. Thomaz José Pinto Serqueira.

N.º 106.—GUERRA.—Circular de 19 de Março de 1857.—

Determina que os Chefes das Repartições da Guerra se dirijão ao Ajudante-General do Exercito, no que for privativamente relativo ao pessoal militar empregado nas mesmas Repartições.

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Competindo ao Ajudante-General do Exercito, pelo respectivo Regulamento de 31 de Janeiro deste anno, fiscalisar o movimento, disciplina e administração do pessoal do Exercito, Determina Sua Magestade o Imperador que V. Ex. ordene aos Chefes dos Estabelecimentos da Repartição da Guerra ali existentes, que, no que for privativamente relativo ao pessoal militar empregado nos ditos

Estabelecimentos se correspondão com o mesmo Ajudante-General, por intermedio do Commando das Armas dessa Provincia, e que executem restrictamente as ordens sobre taes objectos que elle pelo referido intermedio lhes dirigir.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de...

Na mesma conformidade ás Provincias onde não ha Commandante de Armas, com a substituição porém de ser a correspondencia feita por intermedio dos respectivos Assistentes do Ajudante-General e na Côrte a todas as Repartições e Estabelecimentos dependentes do Ministerio da Guerra.

N.º 107.—Aviso de 20 de Março de 1857.—*Remette para ter execução a cópia do Regulamento para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Março de 1856.

Ilm. e Exm. Sr.—Remetto á V. Ex., para que tenha a devida execução o incluso Regulamento por cópia para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Surubhy.

Regulamento para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.

Art. 1.º Os Inspectores dos Corpos das tres Armas só receberão ordens do Ajudante-General do Exercito, ou do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra por intermedio deste. Serão delegados do Governo para verificarem se se executão fielmente nos Corpos de sua inspecção as Leis, Decretos, Regulamentos, Avisos e Ordens legitimamente dimanadas de Autoridades superiores competentes. Serão tambem Instructores natos da arma á que exclusivamente pertencerem os Corpos que se acharem nos respectivos districtos, cuja maior força for dessa arma.

Art. 2.º Os Inspectores, logo que se publicar o presente Regulamento, passarão a proceder á inspecção dos Corpos

Estabelecimentos se correspondão com o mesmo Ajudante-General, por intermedio do Commando das Armas dessa Provincia, e que executem restrictamente as ordens sobre taes objectos que elle pelo referido intermedio lhes dirigir.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de...

Na mesma conformidade ás Provincias onde não ha Commandante de Armas, com a substituição porém de ser a correspondencia feita por intermedio dos respectivos Assistentes do Ajudante-General e na Côrte a todas as Repartições e Estabelecimentos dependentes do Ministerio da Guerra.

N.º 107.—Aviso de 20 de Março de 1857.—*Remette para ter execução a cópia do Regulamento para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Março de 1856.

Ilm. e Exm. Sr.—Remetto á V. Ex., para que tenha a devida execução o incluso Regulamento por cópia para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Suruhy.

Regulamento para os Inspectores dos Corpos das tres armas do Exercito.

Art. 1.º Os Inspectores dos Corpos das tres Armas só receberão ordens do Ajudante-General do Exercito, ou do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra por intermedio deste. Serão delegados do Governo para verificarem se se executão fielmente nos Corpos de sua inspecção as Leis, Decretos, Regulamentos, Avisos e Ordens legitimamente dimanadas de Autoridades superiores competentes. Serão tambem Instructores natos da arma á que exclusivamente pertencerem os Corpos que se acharem nos respectivos districtos, cuja maior força for dessa arma.

Art. 2.º Os Inspectores, logo que se publicar o presente Regulamento, passarão a proceder á inspecção dos Corpos

do districto de sua jurisdicção, e repetindo-a independente de nova ordem, regularão de modo que cada Corpo seja inspecionado pelo menos huma vez em cada anno.

Art. 3.º Não marcarão época fixa para a inspecção annual de cada Corpo, nem o processo desta terá duração determinada. Deverão começar de preferencia pelo Corpo cujas circumstancias reclamarem o exame com mais urgencia, segundo o conhecimento que tiverem previamente da necessidade da inspecção.

Art. 4.º Quando os Inspectores tiverem de abrir inspecção na Côrte, ou de se dirigirem de huma para outra Provincia, participa-lo-hão ao Ajudante-General do Exercito. No segundo caso porém não deverão anticipar aviso aos Corpos que se acharem na Provincia para onde houverem de ir.

Art. 5.º Logo que os Inspectores chegarem á qualquer Provincia, communicarão ao respectivo Presidente e ao Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante-General, que vão proceder á inspecção dos Corpos ali aquartelados; e solicitarão do dito Presidente a expedição das convenientes ordens aos Inspectores das Thesourarias para que lhes prestem os esclarecimentos que requisitarem ácerca dos abonos effectuados, e das quantias entregues aos Corpos que vão ser inspecionados. Por essa occasião communicarão tambem ás Autoridades ácima mencionadas quaes os Officiaes que compõem o seu Estado-maior, e identica comunicação farão aos Chefes dos Corpos, para que esses possam reconhecer os ditos Officiaes como órgãos legaes delles Inspectores. As communicações relativas ao pessoal do Estado-maior dos Inspectores serão repetidas todas as vezes que nesse pessoal occorrer qualquer modificação.

Art. 6.º A correspondencia dos Inspectores com os Chefes dos Corpos começará logo que elles receberem do Presidente da Provincia, e do Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante-General resposta ás communicações mencionadas no Art. 5.º

Art. 7.º Durante a inspecção de qualquer Corpo o Presidente da Provincia e o Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante-General, não poderão exercer sobre esse Corpo nenhum acto de jurisdicção que tender a perturbar o processo da mesma inspecção.

Art. 8.º Os Inspectores começarão a inspecção de qualquer Corpo indifferentemente pelas revistas, audiencia ás

praças, exames de armas, visitas aos Quartéis, arrecadações e prisões, exames da escripturação e da contabilidade, e o desta pela especialidade que lhe parecer mais urgente verificar. Poderão intercalar ou separar as sessões como julgarem mais conveniente ao aproveitamento do tempo. Semelhantemente procederão á respeito das revistas e exercícios, dispondo os pontos de parada e as ordens de formatura, tudo conforme lhes parecer melhor para o bom desempenho de sua commissão.

Art. 9.º Os Inspectores dos Corpos das tres armas terão por dever especial:

1.º Examinar e verificar a direcção regular de todos os pontos de administração, economia, instrucção e disciplina dos Corpos do Exercito.

2.º Vigiar que se mantenha a regularidade e uniformidade da escripturação e contabilidade dos mesmos Corpos, em harmonia com os modelos que se estabelecerem.

3.º Examinar se nos Corpos de sua inspecção se segue restrictamente o systema de ensino pratico adoptado no Exercito para as Escolas de soldado, de pelotão, esquadrão, ou bateria, e de corpo, batalhão ou regimento.

4.º Instruir nos respectivos deveres de posto e exercicio os Commandantes dos Corpos e mais Officiaes destes.

5.º Verificar, pelo exame da administração dos Conselhos economicos, se existem dividas activas ou passivas, quem são os credores ou devedores particulares, e a causa da divida em hum e outro caso; declarando especificamente as que são por abonos ou empréstimos indevidamente feitos.

6.º Verificar a legalidade do movimento da carga e descarga do armamento, fardamento, equipamento e mais objectos que os Corpos recebêrão e distribuirão ás respectivas praças.

7.º Examinar se existem nos Corpos individuos com gradações incompetentes de Official inferior; e se os ha com praça illegal por carencia da idade marcada na Lei.

8.º Examinar o methodo de ensino seguido nas Escolas regimentaes dos Corpos, e se são executadas as prescripções do respectivo Regulamento.

9.º Indicar e fazer rectificar os erros, abusos e omissões que acharem em contrariedade do que estiver estatuido pelas Leis, Regulamentos e Ordens geraes do Exercito.

10. Finalmente, entrar no exacto conhecimento de todos os pequenos detalhes relativos ás diversas especialidades do arranjo e serviço interno dos Corpos, para poder proceder sobre todos na fórma mencionada no paragrapho antecedente.

Art. 10. Os Inspectores procederão aos exames praticos das armas de sua inspecção, e remetterão o resultado delles ao Ajudante-General, independente do Relatorio geral, á fim de não estorvarem com a demora de tal resultado a organização, em tempo competente, das escalas de promoção indicadas no § 2.º do Art. 1.º do Regulamento approved pelo Decreto n.º 1.881 de 31 de Janeiro do corrente anno.

Art. 11. Para o processo comprobatorio das diversas Sessões da inspecção os Inspectores exigirão os mesmos mappas e documentos, cujos modelos estão annexos ao Regulamento approved por Decreto n.º 998 de 12 de Junho de 1852, os quaes serão confeccionados em duplicata.

Art. 12. Os documentos de despezas pertencentes ao anno da inspecção, já escripturados e referidos nos competentes livros de termos e contas correntes, serão emmassados, e o seu envolvero lacrado e sellado com o sinete da inspecção. Os que porém não estiverem ainda escripturados, e os das contas do anno actual, serão no fim da inspecção rubricados pelos Inspectores e devidamente arrecadados, para lhes serem presentes na inspecção seguinte.

Art. 13. Os Inspectores destinarão huma ou mais Sessões de inspecção para ouvirem verbal e secretamente os individuos do Corpo sobre tudo quanto quizerem representar a bem de seus direitos. Para satisfazerem este preceito, determinarão que o Corpo se forme dentro dos Quartéis das Companhias, desarmado, em dia e hora que fixarão previamente. Nessas Sessões serão acompanhados somente pelos Officiaes de seu Estado-maior. Ouvirão depois por escripto e reservadamente ao Chefe do Corpo a respeito do que lhes for representado: e se alguma queixa lhes tiver sido feita sobre objecto grave, que comprometta a responsabilidade do mesmo Chefe, de algum Commandante de Companhia ou de outro qualquer Official, sob cuja immediata jurisdicção estiver o queixoso, entender-se-hão com o Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante-General, para que o mesmo queixoso passe a servir como addido em algum outro Corpo, ou seja de qualquer maneira arredado daquelle a que pertencer, até que o Ajudante-General resolva definitivamente sobre o objecto da queixa.

Art. 14. Terminada a inspecção, os Inspectores porão o seu visto nos livros (menos nos de registro), em lugar onde a escripturação o admittir, e datarão essa nota do mesmo dia em que communicarem o encerramento de seus trabalhos, relativos ao Corpo que inspecionarão.

Art. 15. Para completarem tanto quanto for possível suas informações, os Inspectores não se limitarão somente ao exame meramente material; levarão suas investigações ao estado moral do Corpo, estudando-o nas informações semestraes de conducta, nas estatisticas criminaes respectivas, e nas pesquisas que pessoalmente deverão fazer.

Art. 16. A fim de bem verificarem todos, ou quaesquer dos pontos sobre que deverão versar as inspecções, os Inspectores tratarão de instruir-se das particularidades relativas a estes pontos, quer pessoalmente, quer por correspondencias antes, durante ou depois da inspecção.

Art. 17. Concluida a inspecção geral, os Inspectores o communicarão ao Presidente da Provincia, ao Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante-General, e ao Chefe do Corpo inspecionado. Organisarão depois hum Relatorio circumstanciado de seu trabalho, dando minuciosa conta dos diversos objectos sobre que versou a inspecção, e indicando a ordem em que a houverem passado. A esse Relatorio será annexo hum exemplar dos mappas, relações e mais papeis que forão exigidos do Corpo.

Art. 18. O Relatorio de que trata o Art. 17 será remettido pelos Inspectores directamente ao Ajudante-General do Exercito, logo que o houverem organizado, immediatamente depois de terminada a inspecção de cada Corpo. No fim do Relatorio, ou em separado, os Inspectores farão hum resumo das medidas e providencias que julgarem necessarias em harmonia com o que houverem referido no mesmo Relatorio, a fim de que se possa com mais brevidade conhecer quaes as providencias urgentes e promover-se sua realisação.

Art. 19. Os Inspectores poderão determinar a cessação dos abusos de que resultar prejuizo á disciplina militar e á Fazenda Publica; e o communicarão ao Presidente da Provincia, ao Commandante das Armas, ou Assistente do Ajudante General, e ao Inspector da Thesouraria Provincial, conforme for a natureza do objecto; levando tudo depois ao conhecimento do Ajudante-General, para ser submettido á consideração do Governo.

Art. 20. Os Inspectores, para que suas ordens e instrucções tenham a conveniente efficacia, poderão advertir, admoestar e reprehender os encarregados da execução dellas que faltarem aos deveres prescriptos, em termos de merecerem qualquer daquellas correções. Poderão tambem prende-los por insubordinação, desobediencia e desacato á sua pessoa,

se, pela gravidade desses factos, assim o exigir a disciplina militar.

Art. 21. Nos casos previstos nos Arts. 19 e 20 os Inspectores communicarão logo o occorrido ao Ajudante-General, independente do Relatorio geral da Inspeção.

Art. 22. Os Inspectores terão hum Ajudante d'ordens e hum Secretario tirados dos Officiaes dos dous Corpos de Estado-maior, e na falta absoluta destes, dos dos Corpos de sua inspeção. Além das ordenanças de cavallaria que lhes competirem, terão mais ás suas ordens hum Official inferior do Corpo que estiverem inspecionando. As continencias que lhes competem serão as designadas no § 30 da Provisão de 6 de Março de 1843.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1857.—
Marquez de Caxias.

N.º 108.—Aviso de 20 de Março de 1857.—*Declarando que as disposições da Circular de 21 de Junho de 1855 sobre o soldo dobrado ás praças do Exercito, que, findo o seu tempo, continuão a servir, não são applicaveis ás de máo comportamento.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
16 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao seu Officio n.º 22 de 7 de Fevereiro ultimo, consultando se o 2.º Cadete do Corpo de guarnição fixa dessa Provincia Luiz José Murta pôde ser conservado no mesmo Corpo, apezar de sua má conducta, e perceber o soldo dobrado por continuar a servir sem engajamento, declaro a V. Ex. que deve mandar dar-lhe baixa, não se lhe pagando o soldo dobrado que deixou de receber, por isso que a disposição da Circular de 21 de Julho de 1855 não he applicavel ás praças de máo comportamento.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

se, pela gravidade desses factos, assim o exigir a disciplina militar.

Art. 21. Nos casos previstos nos Arts. 19 e 20 os Inspectores communicarão logo o occorrido ao Ajudante-General, independente do Relatorio geral da Inspeção.

Art. 22. Os Inspectores terão hum Ajudante d'ordens e hum Secretario tirados dos Officiaes dos dous Corpos de Estado-maior, e na falta absoluta destes, dos dos Corpos de sua inspeção. Além das ordenanças de cavallaria que lhes competirem, terão mais ás suas ordens hum Official inferior do Corpo que estiverem inspecionando. As continencias que lhes competem serão as designadas no § 30 da Provisão de 6 de Março de 1843.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1857.—
Marquez de Caxias.

N.º 108.—Aviso de 20 de Março de 1857.—*Declarando que as disposições da Circular de 21 de Junho de 1855 sobre o soldo dobrado ás praças do Exercito, que, findo o seu tempo, continuão a servir, não são applicaveis ás de máo comportamento.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
16 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao seu Officio n.º 22 de 7 de Fevereiro ultimo, consultando se o 2.º Cadete do Corpo de guarnição fixa dessa Provincia Luiz José Murta pôde ser conservado no mesmo Corpo, apezar de sua má conducta, e perceber o soldo dobrado por continuar a servir sem engajamento, declaro a V. Ex. que deve mandar dar-lhe baixa, não se lhe pagando o soldo dobrado que deixou de receber, por isso que a disposição da Circular de 21 de Julho de 1855 não he applicavel ás praças de máo comportamento.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 109.—Aviso de 20 de Março de 1857.—*Determina que as praças que tiverem cumprido sentença pelo crime de 1.ª deserção, sejam remettidos para a Côrte.*

Rio de Janeiro. Ministério dos Negocios da Guerra em 20 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador a Quem foi presente o Officio de V. Ex. n.º 44 de 12 de Fevereiro ultimo, ponderando a necessidade de serem transferidas para outros Corpos as praças do Meio Batalhão dessa Provincia que cumprem sentença pelo crime de primeira deserção, como meio de prevenir a reincidencia que quasi sempre se dá; Ha por bem Determinar que V. Ex. remetta taes praças para esta Côrte com guia de passagem logo que tenham finalizado suas sentenças: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia do Piauhý.

N.º 110.—FAZENDA.—Em 20 de Março de 1857.—*Remessa de Decretos e Tabellas de vencimentos militares.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda os Decretos e Tabellas datados de 31 de Janeiro ultimo sobre vencimentos militares, a fim de que tenham a devida execução na parte que lhes toca.

Thesouro Nacional em 20 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 111.—IMPERIO. — Aviso de 24 de Março de 1857. —
*Crêa huma Agencia de Correio na Villa de Simão Dias
na Provincia de Sergipe.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do
Imperio em 24 de Março de 1857.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem crear huma
Agencia de Correio na Villa de Simão Dias, da Provincia de
Sergipe.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Março de 1857. —
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

N.º 112. — Aviso de 27 de Março de 1857. — *Crêa huma
Agencia de Correio na Villa da Leopoldina da Pro-
vincia de Minas Geraes.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do
Imperio em 27 de Março de 1857.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem crear huma
Agencia de Correio na Villa da Leopoldina da Provincia de
Minas Geraes.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Março de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 113.—Aviso N.º 10 de 27 de Março de 1857.—Ao Pre-
sidente do Espirito Santo. — *Declarando qual o nome
que deve ter a Colonia fundada junto ao Rio de Santa
Maria.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Houve
por bem Determinar que a nova Colonia fundada junto ao
Rio de Santa Maria tome a invocação de Santa Leopoldina.
O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e exe-
cução.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz,
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 114.—FAZENDA.—Em 27 de Março de 1857.—*Concessão á Companhia « Hamburgo-Brasileira » para estender a sua linha de Vapores até ás Provincias do Sul do Imperio.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 27 de Março de 1857.

Communico á V. S., para a devida intelligencia e execução, na parte que toca á essa Alfandega, que o Governo Imperial concede á Companhia Hamburgo-Brasileira permissão para estender a sua linha de Vapores até ás Provincias do Sul do Imperio, por meio de Vapores de lotação accommodada ás differentes barras, não como navegação de cabotagem entre os ditos portos e o desta Córte, mas como prolongação da navegação transatlantica, que já existe até aqui, mediante os seguintes favores e condições:

1.^a Isenção do despacho e pagamento de direitos de baldeação das mercadorias que vierem da Europa acompanhadas de manifestos, ou das listas dos portos da escala, com destino aos das Provincias do Sul onde ha Alfandega, e passarem para os da linha subsidiaria e vice-versa, conforme se pratica com os Vapores Britannicos da linha subsidiaria entre esse porto e os do Rio da Prata, nos termos da Ordem de 23 de Outubro de 1851, reputando-se a baldeação de taes mercadorias como as de navios arribados, de que trata o Art. 248 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, sendo-lhes applicaveis as disposições do Art. 249, e as dos 245, 246 e 247, caso se verifiquem as hypotheses ali figuradas, sem contudo excluir-se a fiscalisação que compete á essa Alfandega em quanto os Vapores se demorarem no porto, tomadas as cautelas recommendadas no Art. 238 e outros, que á mesma Repartição pareçam necessarias.

2.^a Baldeação dos sobresalentes de huns para outros Vapores, sendo apresentada huma lista delles, a qual depois de receber o visto de V. S., e a verba de conferencia de embarque posta pelo Empregado dessa Alfandega, que para isso for designado, será exhibida na Alfandega do porto a que se destinarem os Vapores da linha subsidiaria, e ahi se verificará a exactidão da mesma lista, fazendo-se justificar, a juizo do respectivo Inspector, o consumo dos sobresalentes que faltarem.

Logo que em qualquer dos portos se demorem os Vapores por mais de 24 horas, deverá ser organizada nova lista de sobresalentes, e não se permittirá a baldeação de outra quantidade no porto desta Cidade sem despacho de V. S., que concederá a que parecer razeavel, fazendo pagar direitos dos objectos cujo consumo não for justificado.

Deos Guarde a V. S.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

Idênticas communicações se fizeram ás Thesourarias de Santa Catharina e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 115. —Em 30 de Março de 1857.—*Direitos de exportação creados por Assembléas Provinciaes.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Março de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, ácerca dos actos Legislativos da Assembléa Provincial dessa Provincia, conformado-se com o Parecer da mesma Secção, que encontrou ser inconstitucional o § 9.º do Art. 2.º da Lei n.º 333 de 30 de Novembro de 1855, que lançou o imposto de 8 por cento sobre a madeira de ipé exportada, por ser certo que a exportação regula a importação, mórmente nos paizes agricolas, e que o preço dos mercados da Europa, sendo o regulador do mercado dos productos da nossa industria agricola, tudo aquillo que póde affectar o valor permutavel dos nossos productos, affecta o seu mercado, e na mesma razão a importação e renda respectiva, e assim o Poder Legislativo que tivesse a faculdade de impôr na exportação teria implicitamente a de regular a importação e prejudica-la contra a letra do Art. 10 § 5.º e Art. 12 do acto addicional; e bem assim o § 25 do mesmo Art. 2.º da citada Lei, no qual se impõe a taxa de 100 \$ por tonelada sobre as embarcações que navegarem no canal da Barca, por ser igualmente applicavel a esta disposição as sobreditas razões; e porque, tendo a Assembléa Geral Legislativa extinguido a tonelagem pelo que respeita ao commercio de cabotagem, não he feito, e antes contrario ao espirito

Logo que em qualquer dos portos se demorem os Vapores por mais de 24 horas, deverá ser organizada nova lista de sobresalentes, e não se permittirá a baldeação de outra quantidade no porto desta Cidade sem despacho de V. S., que concederá a que parecer razeavel, fazendo pagar direitos dos objectos cujo consumo não for justificado.

Deos Guarde a V. S.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

Idênticas communicações se fizeram ás Thesourarias de Santa Catharina e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 115. —Em 30 de Março de 1857.—*Direitos de exportação creados por Assembléas Provinciaes.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Março de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, ácerca dos actos Legislativos da Assembléa Provincial dessa Provincia, conformado-se com o Parecer da mesma Secção, que encontrou ser inconstitucional o § 9.º do Art. 2.º da Lei n.º 333 de 30 de Novembro de 1855, que lançou o imposto de 8 por cento sobre a madeira de ipé exportada, por ser certo que a exportação regula a importação, mórmente nos paizes agricolas, e que o preço dos mercados da Europa, sendo o regulador do mercado dos productos da nossa industria agricola, tudo aquillo que póde affectar o valor permutavel dos nossos productos, affecta o seu mercado, e na mesma razão a importação e renda respectiva, e assim o Poder Legislativo que tivesse a faculdade de impôr na exportação teria implicitamente a de regular a importação e prejudica-la contra a letra do Art. 10 § 5.º e Art. 12 do acto addicional; e bem assim o § 25 do mesmo Art. 2.º da citada Lei, no qual se impõe a taxa de 100 \$ por tonelada sobre as embarcações que navegarem no canal da Barca, por ser igualmente applicavel a esta disposição as sobreditas razões; e porque, tendo a Assembléa Geral Legislativa extinguido a tonelagem pelo que respeita ao commercio de cabotagem, não he feito, e antes contrario ao espirito

do acto addicional, crearem as Assembléas Provinciaes o mesmo imposto abolido, recommendo a V. Ex., de ordem de Sua Magestade o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção exponha á respectiva Assembléa as razões pelas quaes não pôde ella legislar senão sobre os objectes que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem pela mesma Assembléa, revogadas as Leis que, como as supra-mencionadas, são prejudiciaes ás imposições do Estado e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 116.—Em 30 de Março de 1857.—*A's Mesas do Consulado não compete a apprehensão de madeiras cortadas sem licença do Governo.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso interposto da decisão dessa Thesouraria, que julgou procedente a apprehensão, feita pelo Consulado, de nove duzias e cinco páos de cedro, pertencentes a Manoel Gonsalves dos Santos Junior, e consignados a Ernesto Kantack & C.^ª, por quanto, segundo o disposto na Ordem n.º 17 de 28 de Março de 1843, não he da competencia das Mesas de Consulado fazer apprehensão de madeiras por motivo de falta de licença para o seu córte, ou por este ser feito em mattas do dominio publico, não sendo, como não são, generos subtrahidos aos direitos, que pelas ditas Mesas se arrecadão, caso unico em que lhe cumpre fazer a apprehensão, nos termos do Regulamento de 30 de Maio de 1836.

O acto da Presidencia de 19 de Setembro de 1846 não incumbe, nem pôde incumbir ao Consulado da apprehensão de generos nas circumstancias expostas, devendo apenas o respectivo Administrador previnir a Capitania do Porto, quando se dêem casos semelhantes, a fim de que esta proceda ás diligencias necessarias, e faça recolher ao Arsenal da Marinha as madeiras, que forem cortadas sem as licenças competentes, e segundo o disposto no referido acto.

Thesouro Nacional em 30 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

do acto addicional, crearem as Assembléas Provinciaes o mesmo imposto abolido, recommendo a V. Ex., de ordem de Sua Magestade o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção exponha á respectiva Assembléa as razões pelas quaes não pôde ella legislar senão sobre os objectes que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem pela mesma Assembléa, revogadas as Leis que, como as supra-mencionadas, são prejudiciaes ás imposições do Estado e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 116.—Em 30 de Março de 1857.—*A's Mesas do Consulado não compete a apprehensão de madeiras cortadas sem licença do Governo.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso interposto da decisão dessa Thesouraria, que julgou procedente a apprehensão, feita pelo Consulado, de nove duzias e cinco páos de cedro, pertencentes a Manoel Gonsalves dos Santos Junior, e consignados a Ernesto Kantack & C.^ª, por quanto, segundo o disposto na Ordem n.º 17 de 28 de Março de 1843, não he da competencia das Mesas de Consulado fazer apprehensão de madeiras por motivo de falta de licença para o seu córte, ou por este ser feito em mattas do dominio publico, não sendo, como não são, generos subtrahidos aos direitos, que pelas ditas Mesas se arrecadão, caso unico em que lhe cumpre fazer a apprehensão, nos termos do Regulamento de 30 de Maio de 1836.

O acto da Presidencia de 19 de Setembro de 1846 não incumbe, nem pôde incumbir ao Consulado da apprehensão de generos nas circumstancias expostas, devendo apenas o respectivo Administrador previnir a Capitania do Porto, quando se dêem casos semelhantes, a fim de que esta proceda ás diligencias necessarias, e faça recolher ao Arsenal da Marinha as madeiras, que forem cortadas sem as licenças competentes, e segundo o disposto no referido acto.

Thesouro Nacional em 30 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 117.—Em 31 de Março de 1857.—*O beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827 he extensivo ás viúvas dos Officiaes militares, que se tiverem casado in articulo mortis.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que a Imperial Resolução de 5 de Fevereiro de 1853, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, declarou que o beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827 he extensivo ás viúvas dos Officiaes militares que com estés se tiverem casado *in articulo mortis*.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

N.º 118.—Em 31 de Março de 1857.—*Questões de prescripção.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a copia inclusa do Aviso do Ministerio da Fazenda de 5 de Junho de 1856 expedido á Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional, em cumprimento da Imperial Resolução de 10 de Maio do mesmo anno, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, para sua intelligencia, e á fim de que o observem em casos identicos na parte relativa ás habilitações dos herdeiros e cessionarios dos credores da Fazenda Publica.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857.—João Mauricio Wanderley.

Copia. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 5 de Junho de 1856.

Havendo Sua Magestade o Imperador por bem mandar consultar a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, se á vista do Art. 7.º § 2.º do Decreto de 12 de Novembro de 1851, devem-se considerar prescriptas as dividas reclamadas por Gomes e Irmão, José Rebello de Figueiredo e José Joaquim Guimarães, sobre que deo parecer essa Directoria em data

de 30 de Outubro proximo passado, foi a mesma Secção de parecer:

Quanto á divida de Gomes e Irmão, que não pôde ser considerada como prescripta, por quanto, embora fosse proveniente de hum imposto illegalmente arrecadado pela Recebedoria da Cidade da Bahia, e como tal sujeito ao Contencioso Administrativo da Thesouraria, á quem compelia resolver sobre o seu pagamento, todavia, como não tivessem os reclamantes recorrido ao fôro civil por sua vontade, e sim obrigados por despacho da mesma Thesouraria, devia o processo havido por facto da Fazenda interromper o curso da prescrição, apezar da incompetencia do mesmo processo.

Quanto á divida de José Rebello de Figueiredo, que não deve ser tambem considerada como prescripta, porque não podendo o reclamante requerer o pagamento da somma que pagara como fiador de hum contracto fiscal, senão depois que por sentença do poder judiciario competente fosse decidida a questão civil de exoneração da fiança, que elle prestara por effeito da novação do mesmo contracto, não podia a prescrição fiscal correr contra quem não podia ainda requerer, cabendo-lhe somente faze-lo depois da decisão judiciaria.

Quanto, porém, á divida de José Joaquim Guimarães, deve ser considerada como prescripta, menos na parte que haja de pertencer ao coherdeiro desasisado, por isso que sendo proveniente de jubilação ou pensão com assentamento em folha e pagavel em epochas certas, e devendo a prescrição correr dessas epochas em diante, não podia ser interrompida por hum processo de habilitação de herdeiros, que apezar de instituido nesta Córte e Provincia, onde existem todas as instancias judiciarias, durou mais de cinco annos, como para attestar negligencia do reclamante.

Tendo-se conformado O Mesmo Augusto Senhor com o dito parecer, por Imperial Resolução de 10 de Maio ultimo, assim o communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Paraná.—Sr. Director Geral interino da Contabilidade.—Conforme. O Official maior, José Severiano da Rocha.

N.º 119. — Em 31 de Março de 1857. — *As justificações, que devem promover as viúvas e mais pessoas para a percepção de meio soldo, não interrompem a prescrição.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que pela Imperial Resolução de 28 de Maio de 1856, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, foi declarado que sendo da competencia do Ministerio da Fazenda no exercicio da jurisdicção contenciosa que lhe confere o Decreto de 27 de Junho de 1840, decidir as reclamações do meio soldo, concedido pela Lei de 6 de Novembro de 1827, não podem interromper a prescrição do quinquennio estabelecida na legislação em vigor, as justificações que devem promover as viúvas e mais pessoas a quem compete a referida pensão; cumprindo, por tanto, que se considere prescripto o direito das habilitandas todas as vezes que as petições forem apresentadas ás Thesourarias de Fazenda depois do referido quinquennio.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 120. — Em 31 de Março de 1857. — *As viúvas dos militares casados in articulo mortis tem direito ao meio soldo; e a justificação proposta em Juizo não interrompe a prescrição.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, em resposta ao seu Officio de 19 de Janeiro ultimo sob n.º 3, que, tomando conhecimento da reclamação de D. Emilia Rosa Rodrigues de Miranda para haver o meio soldo de seu finado marido o Alferes de 1.ª Linha do Exercito José da Cunha Pavolide de Menezes, resolveu indeferir a pretensão, não pelo motivo em que se fundou a Thesouraria de ter sido o casamento daquelle Officjal *in articulo mortis*, por quanto a Imperial Resolução da Consulta do Conselho d'Estado de 5 de Fevereiro de 1853 decidio que o beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827 he extensivo ás viúvas dos Officiaes militares que com

estes se tiverem casado em taes circumstancias; mas por ter prescripto o direito da habilitanda, visto que a reclamação foi feita á Thesouraria em 21 de Novembro de 1856 depois do quinquennio contado de 6 de Março de 1850, data do fallecimento do mesmo Alferes, sem que se possa considerar interrompida a prescripção pelo facto de ter sido a justificação proposta em Juizo dentro do referido quinquennio em 22 de Fevereiro de 1855, como em caso identico o declarou a Imperial Resolução da Consulta do Conselho d'Estado de 28 de Maio de 1856.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 121. — Em 31 de Março de 1857. — *Os processos de habilitação para o meio soldo devem sempre ser remettidos para o Thesouro.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, faz saber aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que sendo da competencia contenciosa do Ministerio da Fazenda, nos termos do Art. 1.º do Decreto de 27 de Junho de 1840, decidir definitivamente do direito das habilitandas á pensão do meio soldo concedido pela Lei de 6 de Novembro de 1827, devem as Thesourarias de Fazenda remetter em todo o caso ao Thesouro os processos de habilitações, quer reconhecimento, quer neguem provisoriamente o direito das habilitandas, á fim de que, proferidas pelo mesmo Ministerio as decisões definitivas, possam as partes interpor o recurso estabelecido no Art. 46 do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

estes se tiverem casado em taes circumstancias; mas por ter prescripto o direito da habilitanda, visto que a reclamação foi feita á Thesouraria em 21 de Novembro de 1856 depois do quinquennio contado de 6 de Março de 1850, data do fallecimento do mesmo Alferes, sem que se possa considerar interrompida a prescripção pelo facto de ter sido a justificação proposta em Juizo dentro do referido quinquennio em 22 de Fevereiro de 1855, como em caso identico o declarou a Imperial Resolução da Consulta do Conselho d'Estado de 28 de Maio de 1856.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 121. — Em 31 de Março de 1857. — *Os processos de habilitação para o meio soldo devem sempre ser remettidos para o Thesouro.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, faz saber aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que sendo da competencia contenciosa do Ministerio da Fazenda, nos termos do Art. 1.º do Decreto de 27 de Junho de 1840, decidir definitivamente do direito das habilitandas á pensão do meio soldo concedido pela Lei de 6 de Novembro de 1827, devem as Thesourarias de Fazenda remetter em todo o caso ao Thesouro os processos de habilitações, quer reconhecimento, quer neguem provisoriamente o direito das habilitandas, á fim de que, proferidas pelo mesmo Ministerio as decisões definitivas, possam as partes interpor o recurso estabelecido no Art. 46 do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

Thesouro Nacional em 31 de Março de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 122.—Aviso N.º 2 de 31 de Março de 1857.—Ao Ministro Brasileiro nos Estados Unidos.—*Requisita a remessa do Relatorio do General Land Office e outras publicações que digão respeito á colonisação ou medição de terras dos Estado.*

Illm. e Exm. Sr.—Convêm que V. Ex. remetta regularmente á Repartição Geral das Terras Publicas os Relatorios do General Land Office, e quaesquer outras publicações, que possam interessar a Colonisação ou medição das terras do Estado.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

N.º 123.—GUERRA.—Circular de 31 de Março de 1857.—*Manda cassar a despeza com alugueis de casas para Quartéis de Officiaes.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 31 de Março de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Mande V. Ex. cessar a pratica, introduzida nessa Provincia, de alugarem-se por conta do Governo, cazas para aquartelamento dos Officiaes pertencentes aos Corpos do Exercito ali destacados, ou de se lhes abonarem, para esse fim, gratificações; pois que não pôde nessa Provincia prevalecer para huns vantagens, de que no geral das outras não gozão os Officiaes do mesmo Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. B. Na mesma data ás Provincias das Alagoas e Santa Catharina.

N.º 124. — GUERRA. — Aviso de 2 de Abril de 1857. — *Ao Sr. Ministro da Fazenda respondendo sobre duvidas objectadas, no Thesouro, á execução das Tabellas annexas aos Decretos n.ºs 1.877 e 1.880 de 31 de Janeiro do corrente anno, que marcarão gratificações a Officiaes do Exercito em commissões.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao Aviso do Ministerio da Fazenda de 30 do mez passado, pedindo solução de tres duvidas que occorrem no Thesouro sobre a intelligencia das Tabellas annexas aos Decretos n.ºs 1.877 e 1.880 de 31 de Janeiro deste anno, — tenho a dizer a V. Ex., quanto á 1.ª que a tabella e observações annexas ao 2.º daquelles Decretos nenhuma duvida deixão de que as gratificações ali indicadas são relativas ás commissões que lhes correspondem, qualquer que seja a Patente do Official que as desempenhar: são gratificações remunerativas de trabalho, e este he independente da cathegoria do individuo. Quanto á 2.ª tenho a declarar que não sei a que Repartição se refere, posto me pareça ser a de Quartel Mestre General, pela citação feita do Regulamento de 26 de Fevereiro de 1853: neste caso respondo a V. Ex. dizendo que o Chefe daquella Repartição não deve ser considerado Chefe de Commissão de Engenharia; e portanto só lhe competem as vantagens correspondentes á Commissão activa dessa especialidade, segundo a tabella e observações citadas, e as que acompanharão o Decreto n.º 1877, sendo as forragens reguladas pela que compete ao Official segundo seu posto em Emprego do Estado maior de 1.ª Classe, e a etape correspondente ao de Engenharia militar. Quanto á 3.ª finalmente, sou a dizer que estando marcada no Regulamento de 26 de Fevereiro de 1853 menor gratificação especial ao Escriptuario Official reformado ou paizano, e não se determinando ali qual a que elle deve ter no caso de substituir interinamente o Chefe de Secção, dando-se tal substituição, continuará a perceber somente sua gratificação especial.

Apresso-me em solver as duvidas propostas, por ter em consideração que sendo as Tabellas sobre que ellas versão, de 31 de Janeiro deste anno e o Aviso de V. Ex. de 30 do mez passado estão sem duvida os Officiaes empregados na

dita Repartição por pagar de seus vencimentos do mez de Fevereiro ou estes lhes forão pagos, com prejuizo seu, pelas tabellas anteriores.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. João Mauricio Wanderley.

N.º 125.—FAZENDA.—Em 2 de Abril de 1857.—*Sobre impostos creados pela Assembléa Legislativa da Parahyba.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, sobre os actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou contrarios ao Artigo 10 § 5.º do Acto addicional os impostos de exportação creados pela Lei do Orçamento de 4 de Dezembro de 1855, tanto mais dignos de reparo, quanto, reconhecendo a dita Assembléa Provincial a necessidade de promover a cultura do café, o isentou do dizimo da lavoura no Artigo 10 da referida Lei; os de 3 % das fianças criminaes, visto que taes fianças são sujeitas pela Lei Geral á Taxa de 2 % do seu valor, e não podem as Assembléas Provinciaes lançar impostos sobre os objectos de que a Assembléa Geral tem feito materia contribuinte; e bem assim os de 50 rs. por cada folha corrida, por encontrar a Lei de 30 de Novembro de 1841 que, na Tabella annexa § 47, considerou Renda Geral o imposto de 27500 por folha corrida para impetrar graças ou mercês, e a ordem do Thesouro de 3 de Dezembro de 1847, que declarou quaes os impostos, que pela divisão das Rendas publicas, na conformidade das disposições dos Artigos 77, 78 e 83 da Lei de 24 de Outubro de 1832, do Artigo 35 da de 8 de Outubro de 1833, dos Artigos 36 e 39 da de 13 de Outubro de 1834, e do Artigo 12 da de 31 de Outubro de 1835, pertencião ás Rendas geraes e ás Provinciaes, sendo que a disposição Legislativa Provincial, de que se trata, concebida geralmente não fez distincção alguma entre folhas corridas para

dita Repartição por pagar de seus vencimentos do mez de Fevereiro ou estes lhes forão pagos, com prejuizo seu, pelas tabellas anteriores.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. João Mauricio Wanderley.

N.º 125.—FAZENDA.—Em 2 de Abril de 1857.—*Sobre impostos creados pela Assembléa Legislativa da Parahyba.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, sobre os actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou contrarios ao Artigo 10 § 5.º do Acto addicional os impostos de exportação creados pela Lei do Orçamento de 4 de Dezembro de 1855, tanto mais dignos de reparo, quanto, reconhecendo a dita Assembléa Provincial a necessidade de promover a cultura do café, o isentou do dizimo da lavoura no Artigo 10 da referida Lei; os de 3 % das fianças criminaes, visto que taes fianças são sujeitas pela Lei Geral á Taxa de 2 % do seu valor, e não podem as Assembléas Provinciaes lançar impostos sobre os objectos de que a Assembléa Geral tem feito materia contribuinte; e bem assim os de 50 rs. por cada folha corrida, por encontrar a Lei de 30 de Novembro de 1841 que, na Tabella annexa § 47, considerou Renda Geral o imposto de 27500 por folha corrida para impetrar graças ou mercês, e a ordem do Thesouro de 3 de Dezembro de 1847, que declarou quaes os impostos, que pela divisão das Rendas publicas, na conformidade das disposições dos Artigos 77, 78 e 83 da Lei de 24 de Outubro de 1832, do Artigo 35 da de 8 de Outubro de 1833, dos Artigos 36 e 39 da de 13 de Outubro de 1834, e do Artigo 12 da de 31 de Outubro de 1835, pertencião ás Rendas geraes e ás Provinciaes, sendo que a disposição Legislativa Provincial, de que se trata, concebida geralmente não fez distincção alguma entre folhas corridas para

impetrar graças ou mercês, e as que não são para esse fim, cujos novos e velhos direitos não forão incluídos nas Rendas Provinciaes; e finalmente o imposto de 47000 por cada licença aos Procuradores dos auditorios que não tiverem Provisão da Relação do districto, porquanto o emprego de Procurador he materia contribuinte geral, classificada pela citada Lei de 30 de Novembro de 1841, § 5.º; além de que, sendo precisa a licença para poder procurar nos auditorios, na fórma do disposto na Ord. Liv. 1.º Tit. 48 e mais Leis em vigor, não a podem dar as Assembléas Provinciaes, nem habilitar qualquer para exercer tal emprego: — recomendo a V. Ex., de Ordem de Sua Magestade o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha a respectiva Assembléa as razões pelas quaes não pôde ella Legislar, senão sobre os objectos que forem das suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem pela mesma Assembléa revogadas as Leis que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. —
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 126. — Aviso N.º 18 de 2 de Abril de 1857. — *Autorisa a remover para lugar salubre e fertil o Aldeamento indigena de Nossa Senhora do Loreto no Jatahy.*

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Attendendo ao que V. Ex. representou em Officio n.º 45 de 2 do passado, — Houve por bem Autorisa-lo a remover para lugar salubre e fertil o Aldeamento indigena de Nossa Senhora do Loreto no Jatahy. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz,
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

impetrar graças ou mercês, e as que não são para esse fim, cujos novos e velhos direitos não forão incluídos nas Rendas Provinciaes; e finalmente o imposto de 47000 por cada licença aos Procuradores dos auditorios que não tiverem Provisão da Relação do districto, porquanto o emprego de Procurador he materia contribuinte geral, classificada pela citada Lei de 30 de Novembro de 1841, § 5.º; além de que, sendo precisa a licença para poder procurar nos auditorios, na fórma do disposto na Ord. Liv. 1.º Tit. 48 e mais Leis em vigor, não a podem dar as Assembléas Provinciaes, nem habilitar qualquer para exercer tal emprego: — recomendo a V. Ex., de Ordem de Sua Magestade o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha a respectiva Assembléa as razões pelas quaes não pôde ella Legislar, senão sobre os objectos que forem das suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem pela mesma Assembléa revogadas as Leis que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. —
Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 126. — Aviso N.º 18 de 2 de Abril de 1857. — *Autorisa a remover para lugar salubre e fertil o Aldeamento indigena de Nossa Senhora do Loreto no Jatahy.*

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Attendendo ao que V. Ex. representou em Officio n.º 45 de 2 do passado, — Houve por bem Autorisa-lo a remover para lugar salubre e fertil o Aldeamento indigena de Nossa Senhora do Loreto no Jatahy. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz,
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N.º 127. — Aviso N.º 20 de 3 de Abril de 1857. — *Manda pôr quanto antes em execução na Colonia Militar do Jatahy o Regulamento de 22 de Dezembro de 1849.*

Illm. e Exm. Sr. — Achando-se fundada a colonia Militar do Jatahy nessa Provincia, cumpre que V. Ex. ponha em execução quanto antes o Regulamento de 22 de Dezembro de 1849, pelo qual ella deve reger-se, segundo o Decreto de sua creação de 2 de Janeiro de 1851.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N.º 128. — FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1857. — *Impostos creados pela Assembléa Provincial de S. Paulo.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado consultado sobre os actos da Assembléa Legislativa dessa Provincia, promulgados durante o anno findo, foi de parecer que a Lei de 6 de Maio, que orça a receita e despeza das Camaras Municipaes, abertamente viola o Acto adicional, porquanto no artigo 1.º §§ 15, 16, 22, 23, 37, 44 e 46 impoem varios direitos de importação.

Além deste abuso, outro descobrio a Secção na Lei do Orçamento Provincial, artigos 19 e 37, pois que no primeiro se fixa a diaria de 400 rs. para os Guardas da Alfandega de Santos occupados no serviço Provincial, e no segundo se designa o Inspector e Thesoureiro, e dous Escripturarios da mesma Alfandega como os unicos além daquelles Guardas incumbidos da arrecadação das Rendas Provinciaes, com direito a perceberem as gratificações ali estabelecidas, o que he expressamente prohibido no artigo 10 § 7.º, artigo 3.º da Lei de 12 de Maio de 1840, huma vez que o primeiro se exceptua dos empregos Municipaes e Provinciaes os que dizem respeito á arrecadação e dispendio das Rendas geraes, e o segundo declara que o artigo 10 § 11 do Acto adicional, que autorisa os Presidentes das Provincias á nomear, suspender, e mesmo demittir os Empregados Pra-

vinciaes, só comprehende áquelles empregados cujas funcções são relativas á objectos sobre que podem legislar as Assembléas Provinciaes, e por maneira nenhuma áquelles que são creados por Leis Geraes relativas a objectos da competencia do Poder Legislativo Geral.

E sendo presente a referida Consulta á Sua Magestade o Imperador, Determina o Mesmo Augusto Senhor que os actos á que acima me refiro fossem submettidos á consideração da Assembléa Geral Legislativa, para resolver o que a respeito tiver por mais conveniente, e que entretanto a V. Ex. se recommendasse, como por este recommendo, que quando Leis e Resoluções semelhantes lhe forem enviadas para a Sanção, exponha á Assembléa dessa Provincia as razões pelas quaes não póde ella Legislar, senão sobre objectos que forem de suas restrictas e expressass attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogados os actos, que, como os supramencionados, são prejudiciaes aos interesses da Fazenda Geral, e exorbitantes dos poderes da mesma Assembléa.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 129.—Em 3 de Abril de 1857.—*Impostos creados pela Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 22 de Outubro ultimo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado ácerca dos actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou contrario ao § 5.º do artigo 10 do Acto adicional os impostos de exportação creados pela Lei Provincial n.º 850 de 5 de Novembro de 1855, artigos 11, 13, 14 e 18, os quaes além de affectarem com desigualdade a grande e pequena lavoura, contrarião ainda as disposições dos artigos 9 e 11, § 6.º da Lei de 23 de Novembro de 1835:—recommendo a V. Ex. de Ordem de S. M. o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha á

vinciaes, só comprehende áquelles empregados cujas funcções são relativas á objectos sobre que podem legislar as Assembléas Provinciaes, e por maneira nenhuma áquelles que são creados por Leis Geraes relativas a objectos da competencia do Poder Legislativo Geral.

E sendo presente a referida Consulta á Sua Magestade o Imperador, Determina o Mesmo Augusto Senhor que os actos á que acima me refiro fossem submettidos á consideração da Assembléa Geral Legislativa, para resolver o que a respeito tiver por mais conveniente, e que entretanto a V. Ex. se recommendasse, como por este recommendo, que quando Leis e Resoluções semelhantes lhe forem enviadas para a Sanção, exponha á Assembléa dessa Provincia as razões pelas quaes não póde ella Legislar, senão sobre objectos que forem de suas restrictas e expressass attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogados os actos, que, como os supramencionados, são prejudiciaes aos interesses da Fazenda Geral, e exorbitantes dos poderes da mesma Assembléa.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 129.—Em 3 de Abril de 1857.—*Impostos creados pela Assembléa Legislativa do Rio de Janeiro.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 22 de Outubro ultimo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado ácerca dos actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou contrario ao § 5.º do artigo 10 do Acto adicional os impostos de exportação creados pela Lei Provincial n.º 850 de 5 de Novembro de 1855, artigos 11, 13, 14 e 18, os quaes além de affectarem com desigualdade a grande e pequena lavoura, contrarião ainda as disposições dos artigos 9 e 11, § 6.º da Lei de 23 de Novembro de 1835:—recommendo a V. Ex. de Ordem de S. M. o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha á

mesma Assembléa as razões pelas quaes não póde Legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as Leis, que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado, e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 130.—Em 4 de Abril de 1857.—*Impostos creados pela Assembléa Legislativa de Mato-Grosso.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado ácerca dos actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou inconstitucional o imposto de 10 % estabelecido pelo artigo 2.º § 22 da Lei Provincial de 6 de Julho de 1854, sobre cada huma arroba de guaraná importado dos sertões que medeião a referida Provincia, o Pará e Amazonas, visto como tal imposto he evidentemente de importação, sendo que para essa classificação em nada influe a entrada do genero pelos portos de mar ou por terra:—recommendo a V. Ex., de Ordem de S. M. o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha a á dita Assembléa as razões pelas quaes não pode Legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as Leis que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado, e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia de Mato-Grosso.

mesma Assembléa as razões pelas quaes não póde Legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as Leis, que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado, e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 130.—Em 4 de Abril de 1857.—*Impostos creados pela Assembléa Legislativa de Mato-Grosso.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado ácerca dos actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma Secção, que julgou inconstitucional o imposto de 10 % estabelecido pelo artigo 2.º § 22 da Lei Provincial de 6 de Julho de 1854, sobre cada huma arroba de guaraná importado dos sertões que medeião a referida Provincia, o Pará e Amazonas, visto como tal imposto he evidentemente de importação, sendo que para essa classificação em nada influe a entrada do genero pelos portos de mar ou por terra:—recommendo a V. Ex., de Ordem de S. M. o Imperador, que quando semelhantes Leis e Resoluções lhe forem enviadas para a Sanção, exponha a á dita Assembléa as razões pelas quaes não pode Legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as Leis que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado, e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex.—João Mauricio Wanderley.—
Sr. Presidente da Provincia de Mato-Grosso.

N.º 131.—IMPERIO.—Aviso de 4 de Abril de 1857.—*Declara não haver Lei que decreta a incompatibilidade de servirem conjunctamente parentes em qualquer gráo como membros das Juntas de Qualificação.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o Officio de V. Ex. de 19 de Fevereiro ultimo, sob n.º 20, communicando a decisão que deo sobre a duvida proposta pelo Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Frezueira do Aquirás:—se implicaria a nullidade da qualificação á que se ia proceder o facto de ter recalhido a votação para membros da dita Junta em dous individuos irmãos, e em dous outros pai e filho.—Em resposta tenho de declarar a V. Ex. que com acerto resolveo aquella duvida pela negativa por quanto não ha Lei que decreta a incompatibilidade de servirem na Junta de Qualificação parentes em qualquer gráo, e neste sentido deu o Governo Imperial a decisão que V. Ex. cita, constante do § 4.º do Aviso n.º 82 de 23 de Abril de 1847.

Deos Guarde a V. Ex. —Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 132.—Aviso N.º 6 de 4 de Abril de 1857.—Ao Director Geral das Terras Publicas.—*Approva o contracto celebrado com Mr. Amelio Pralon.*

Illm. e Exm. Sr.—Fica approvedo o contracto celebrado a 3 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com o Engenheiro Civil Mr. Amelio Pralon para medição e demarcação de 200 lotes de terras na Colônia Santa Leopoldina, Provincia do Espirito Santo e da localidade para huma povoação na mesma colonia.

Deos Guarde a V. Ex. —Luiz Pedreira do Couto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 133. — Aviso n.º 5 de 6 de Abril de 1857. — Ao Presidente de Minas. — *Recommenda-lhe que para o futuro não marque prazos maiores de hum anno para legitimação de posses e revalidação de sesmarias.*

Illm. e Exm. Sr. — Accuso recebido o Officio n.º 66 de 12 do passado, em que V. Ex. me participa haver prorogado por mais dous annos o prazo marcado para legitimação de posses, e revalidação de sesmarias no Municipio de Minas Novas nessa Provincia; recommendo porém a V. Ex. que no futuro não marque para este effeito prazos maiores de um anno.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Minas.

N.º 134. — MARINHA. — Aviso de 6 de Abril de 1857. — *Declara o que se deve praticar na apresentação dos requerimentos, ou representações, que se tenham de dirigir á esta Secretaria d'Estado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha
em 6 de Abril de 1857.

Convido que se observem as regras da disciplina na apresentação dos requerimentos, ou representações, que tenham de dirigir á esta Secretaria d'Estado os Officiaes da Armada de todas as graduções, os das Classes annexas, e quaesquer outras praças da mesma Armada, bem como os Empregados das Repartições civis e militares deste Ministerio; Determina Sua Magestade o Imperador, que os ditos requerimentos, ou representações subão sempre, pelo intermedio dos respectivos Chefes, á referida Secretaria de Estado, com as competentes informações, e todos os precisos esclarecimentos, para sua mais prompta solução: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução, na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. S. — José Maria da Silva Paranhos.
Sr. Francisco Xavier Bontempo.

N.º 135. — FAZENDA. — Em 7 de Abril de 1857. — *Impostos creados pela Assembléa Legislativa de Goyaz.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se a Imperial Resolução de 15 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado ácerca dos actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, conformado com o parecer da mesma secção, que julgou contrarios ao Acto Additional os impostos de exportação creados pela Lei do Orçamento provincial de 25 de Novembro de 1855, — recommendo a V. Ex., de Ordem de Sua Magestade o Imperador, que, quando leis e resoluções semelhantes lhe forem enviadas para a sanctação, exponha á mesma Assembléa as razões pelas quaes não pôde ella legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as leis, que, como a supramencionada, são prejudiciaes ás imposições do Estado, e aos interesses geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 136. — Em 8 de Abril de 1857. — *Substituição de Sello em 5 letras ainda não assignadas: das decições do Tribunal do Thesouro não ha recurso para o Conselho de Estado.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 37 de 26 de FEVEREIRO ultimo, que, em face do disposto nos arts. 21, 92 e 93 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, acertadas forão as resoluções que tomou, não só dando provimento ao recurso dos negociantes Isaac Curio, & C.ª da decisão do Administrador da Recbedoria, que lhes negou a substituição do sello em cinco letras, em tudo iguaes a outras que no dia anterior haviam sellado, e ás quaes por hum accidente cortarão o signal de sello ao separa-las do talão, e que apresentavão sem estarem ainda assignadas;

mas também não accitando o interposto por aquelle Administrador da decisão da Thesouraria, visto como só por dever e não por direito tem os Chefes das Estações arrecadoras do sello recurso de suas proprias decisões, que versarem sobre a taxa do sello excedente de dez mil réis e multa superior de vinte, como bem o ponderou o mesmo Sr. Inspector, a quem por esta occasião observa que, pela Imperial Resolução de Consulta de 17 de Maio de 1851, das decisões do Tribunal do Thesouro não ha recurso para o Conselho d'Estado.

Thesouro Nacional em 8 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 137. — Aviso N.º 4 de 8 de Abril de 1857. — Ao Director da Colonia Militar do Urucú. — *Participa que o Vice-Director da Colonia tem direito não só aos seus vencimentos militares, mas também por conta do Ministerio do Imperio á gratificação mensal de trinta mil réis.*

Accuso recebido o seu Officio N.º 4 datado de 17 de Fevereiro passado, e sciente do seu conteudo passo a responder-lhe que o Vice-Director dessa Colonia de Urucú tem direito não só aos seus vencimentos militares pela Repartição da Guerra, mas também, por conta do Ministerio, a meu cargo, em virtude do art. 17 do Regulamento N.º 729 de 9 de Novembro de 1850 á gratificação mensal de trinta mil réis. Quanto á segunda parte do seu supracitado Officio estando o paisano Juvenal José de Oliveira Braga servindo de Sargento Escrivão dessa Colonia, perceberá mensalmente por todo o tempo, que exercer tal cargo, os dez mil réis de gratificação marcada pelo art. 18 do já referido regulamento.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director da Colonia Militar do Urucú.

mas também não accitando o interposto por aquelle Administrador da decisão da Thesouraria, visto como só por dever e não por direito tem os Chefes das Estações arrecadadoras do sello recurso de suas proprias decisões, que versarem sobre a taxa do sello excedente de dez mil réis e multa superior de vinte, como bem o ponderou o mesmo Sr. Inspector, a quem por esta occasião observa que, pela Imperial Resolução de Consulta de 17 de Maio de 1851, das decisões do Tribunal do Thesouro não ha recurso para o Conselho d'Estado.

Thesouro Nacional em 8 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 137. — Aviso N.º 4 de 8 de Abril de 1857. — Ao Director da Colonia Militar do Urucú. — *Participa que o Vice-Director da Colonia tem direito não só aos seus vencimentos militares, mas também por conta do Ministerio do Imperio á gratificação mensal de trinta mil réis.*

Accuso recebido o seu Officio N.º 4 datado de 17 de Fevereiro passado, e sciente do seu conteudo passo a responder-lhe que o Vice-Director dessa Colonia de Urucú tem direito não só aos seus vencimentos militares pela Repartição da Guerra, mas também, por conta do Ministerio, a meu cargo, em virtude do art. 17 do Regulamento N.º 729 de 9 de Novembro de 1850 á gratificação mensal de trinta mil réis. Quanto á segunda parte do seu supracitado Officio estando o paisano Juvenal José de Oliveira Braga servindo de Sargento Escrivão dessa Colonia, perceberá mensalmente por todo o tempo, que exercer tal cargo, os dez mil réis de gratificação marcada pelo art. 18 do já referido regulamento.

Deos Guarde a V. S. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director da Colonia Militar do Urucú.

N.º 138. — Aviso N.º 5 de 8 de Abril de 1857. — Ao Presidente do Amazonas. — *Não approva as Portarias, que concedião a Marcos Antonio Rodrigues de Souza e Leonardo Ferreira Marquez authorisação para estabelecerem fazendas de gado nos campos devolutos em diversos pontos.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador á Quem foi presente o Officio de V. Ex. sob n.º 11 de 13 de Fevereiro ultimo acompanhando copias de duas Portarias, em que V. Ex. concede a Marcos Antonio Rodrigues de Souza e Leonardo Ferreira Marques authorisação para estabelecerem huma ou mais fazendas de creação de gado nos campos devolutos em diversos pontos dessa Provincia, — Houve por bem Declarar que não podem ser approvadas as referidas Portarias, por serem oppostas á Lei e á resoluções já dadas sobre pretensões semelhantes. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e em resposta ao mencionado officio.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N.º 139. — GUERRA. — Aviso de 8 de Abril de 1857. — *Explica a palavra « attribuições » dos tres Ajudantes do Director do Arsenal de Guerra da Côrte creados em virtude do Decreto de 28 de Março ultimo e declara que toda a autoridade de taes Funcionarios dimana do respectivo Director.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Abril de 1857.

Em solução á pergunta por V. S. feita em Officio n.º 106 de 4 do corrente sobre a intelligencia que deve dar-se á palavra « attribuição » inscripta nas Instrucções para o serviço dos tres Ajudantes do Director do Arsenal de Guerra, creados em virtude do Decreto de 28 de Março, ultimo em substituição do Vice-Director desse Estabelecimento, declaro a V. S. que toda a autoridade dimana do mesmo Director unico responsavel como primeira Autoridade do Arsenal.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Caxias. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 140. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1857. — *Sobre a faculdade que tem os Presidentes de demittir os collectores.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o officio n.º 130 da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, acompanhado das observações do Presidente da mesma Provincia sobre a duvida exposta no dito officio, se o Aviso de 14 de Outubro de 1843, na parte em que concede aos Presidentes de Provincia a faculdade de ordenarem, por intermedio das Thesourarias de Fazenda, a demissão dos collectores, se pôde considerar em vigor em face do art. 31 § 5.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851, — Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, por sua immediata e Imperial Resolução de 24 de Março proximo passado, tomada sobre consulta da secção de Fazenda do Conselho d'Estado, declarar: 1.º que o citado Aviso não foi revogado pelo art. 31 § 5.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851; e 2.º que os Presidentes de Provincia, usando da faculdade que lhes foi conferida pelo mesmo Aviso, devem justificar com razões fundadas em factos que chegarem ao seu conhecimento, as ordens que expedirem por intermedio dos Inspectores das Thesourarias para demissão dos collectores.

Thesouro Nacional em 13 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 141. — Em 14 de Abril de 1857. — *Habilitações que estão isentas do pagamento dos 2 por % substitutivos da dizima de Chancellaria.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1857.

Declaro a V. S., em solução á duvida que propoz em seu officio datado de hontem, se o aviso expedido a essa Directoria em 10 do mez passado, relativamente á consulta do Administrador da mesa de rendas de Cabo Frio de 12 de Fevereiro ultimo sobre estarem ou não sujeitas ao pagamento dos 2 % substitutivos da dizima de chancellaria as habili-

lações de herdeiros collateraes á herança *ab intestato*, estendem a isenção desse imposto ás justificações de qualquer especie para cobrança de dividas de heranças jacentes e de bens de defuntos e ausentes,—que o citado aviso não teve por fim senão mandar que se respondesse ao sobredito Administrador com a materia da ordem n.º 58 de 30 de Julho de 1844, em virtude da qual são isentas do referido imposto não só as habilitações de que se trata, como outras mencionadas na mesma ordem, que não são verdadeira e propriamente demandas; e exceptuadas da regra geral da isenção estabelecida pelas ordens do Thesouro de 18 de Junho de 1842 e 12 de Janeiro de 1844 as justificações de qualquer especie para cobrança de dividas de heranças jacentes e de bens de defuntos e ausentes.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley — Sr. Director Geral das Rendas

N.º 142 — Em 14 de Abril de 1857. — *Cobrança de divida activa pela Collectorias.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1857.

Em solução ao Officio que lhe foi dirigido pelo Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra, em 11 do mez proximo passado, no qual pede elle autorisação para cobrar as dividas atrazadas que na dita Mesa querem alguns devedores pagar, declaro a V. S., a fim de o fazer constar ao mesmo Administrador, que á vista das Instruções de 10 de Dezembro de 1851, não pôde semelhante autorisação ter lugar, quer para realisar-se a cobrança amigavel, visto como, depois de recolhidos os respectivos livros ao Thesouro, e extrahidas as certidões que vão para o Juizo, por onde são exigidas dos devedores, não só a importancia de seus debitos, como a das custas, seria necessario que as Collectorias, para fazer-la effectiva, consultassem previamente o Thesouro se as certidões tinham ou não sido extrahidas e enviadas, se haviam ou não mais despesas a pagar, &c.; quer para promover-la executivamente, por quanto isso depende das certidões mencionadas; de modo que os Collectores só podem promover o cumprimento das precatórias, não estando de resto autorizados

lações de herdeiros collateraes á herança *ab intestato*, estendem a isenção desse imposto ás justificações de qualquer especie para cobrança de dividas de heranças jacentes e de bens de defuntos e ausentes,—que o citado aviso não teve por fim senão mandar que se respondesse ao sobredito Administrador com a materia da ordem n.º 58 de 30 de Julho de 1844, em virtude da qual são isentas do referido imposto não só as habilitações de que se trata, como outras mencionadas na mesma ordem, que não são verdadeira e propriamente demandas; e exceptuadas da regra geral da isenção estabelecida pelas ordens do Thesouro de 18 de Junho de 1842 e 12 de Janeiro de 1844 as justificações de qualquer especie para cobrança de dividas de heranças jacentes e de bens de defuntos e ausentes.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas

N.º 142 — Em 14 de Abril de 1857. — *Cobrança de divida activa pela Collectorias.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1857.

Em solução ao Officio que lhe foi dirigido pelo Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra, em 11 do mez proximo passado, no qual pede elle autorisação para cobrar as dividas atrazadas que na dita Mesa querem alguns devedores pagar, declaro a V. S., a fim de o fazer constar ao mesmo Administrador, que á vista das Instruções de 10 de Dezembro de 1851, não pôde semelhante autorisação ter lugar, quer para realisar-se a cobrança amigavel, visto como, depois de recolhidos os respectivos livros ao Thesouro, e extrahidas as certidões que vão para o Juizo, por onde são exigidas dos devedores, não só a importancia de seus debitos, como a das custas, seria necessario que as Collectorias, para fazer-la effectiva, consultassem previamente o Thesouro se as certidões tinham ou não sido extrahidas e enviadas, se haviam ou não mais despesas a pagar, &c.; quer para promover-la executivamente, por quanto isso depende das certidões mencionadas; de modo que os Collectores só podem promover o cumprimento das precatórias, não estando de resto autorizados

por Lei, para requererem fóra desses casos o sequestro a bem da Fazenda, sendo que durante o exercicio, no caso de presumpção de fallimento do collectado, ou outro qualquer em que seja preciso acautelar os interesses da mesma Fazenda, cumpre-lhes proceder na fórma do art. 1.º das citadas Instrucções e Ordens de 5 de Janeiro de 1852, e 7 de Julho de 1855. Declaro outrosim a V. S. que he conveniente a continuação da pratica de informarem os Collectores, por occasião das contas do exercicio, quaes os collectados que se mudarão e para onde, porque isto facilita depois as diligencias judiciais no Juizo dos Feitos.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas.

N.º 143. — GUERRA. — Aviso de 14 de Abril de 1857. — *Manda cessar os vencimentos dos Ajudantes d'Ordens da Provincias, logo que nas respectivas Provincias se apresentem os Assistentes do Ajudante-General.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Abril de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de. . . , que deve cessar o abono dos vencimentos que percebe o Ajudante d'Ordens da Presidencia da dita Provincia logo que ali se apresente o respectivo Assistente do Ajudante-General do Exercito. — Marquez de Caxias.

por Lei, para requererem fóra desses casos o sequestro a bem da Fazenda, sendo que durante o exercicio, no caso de presumpção de fallimento do collectado, ou outro qualquer em que seja preciso acautelar os interesses da mesma Fazenda, cumpre-lhes proceder na fórma do art. 1.º das citadas Instrucções e Ordens de 5 de Janeiro de 1852, e 7 de Julho de 1855. Declaro outrosim a V. S. que he conveniente a continuação da pratica de informarem os Collectores, por occasião das contas do exercicio, quaes os collectados que se mudarão e para onde, porque isto facilita depois as diligencias judiciais no Juizo dos Feitos.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas.

N.º 143. — GUERRA. — Aviso de 14 de Abril de 1857. — *Manda cessar os vencimentos dos Ajudantes d'Ordens da Provincias, logo que nas respectivas Provincias se apresentem os Assistentes do Ajudante-General.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Abril de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de. . . , que deve cessar o abono dos vencimentos que percebe o Ajudante d'Ordens da Presidencia da dita Provincia logo que ali se apresente o respectivo Assistente do Ajudante-General do Exercito. — Marquez de Caxias.

N.º 144.—Aviso de 14 de Abril de 1857.—*Declara a gratificação de exercicio, que compete á cada hum dos Chefes das Repartições do Ajudante-General, e do Quartel mestre General, que, em virtude do Regulamento de 31 de Janeiro ultimo, continuão a existir na Provincia de São Pedro.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Abril de 1857.

Ill. e Exm. Sr.—Convindo obviar não só as duvidas que se possão apresentar ácerca da gratificação de exercicio que compete á cada hum dos Chefes das Repartições do Ajudante-General e do Quartel Mestre General que, em virtude do Regulamento de 31 de Janeiro ultimo, continuão a existir ali; como tambem evitar que tenham gratificações iguaes Autoridades de cathegorias differentes e da mesma classe,—Ha por bem Sua Magestade o Imperador Determinar que além das mais vantagens a que tiverem direito, se abone d'ora em diante ao Commandante das Armas dessa Provincia a quantia de 220⁷⁷ mensaes como gratificação de exercicio, ficando revogado o Aviso de 5 de Junho do anno findo; ao Ajudante-General, que passou a denominar-se Deputado do Ajudante-General do Exercito, a mesma gratificação marcada para o da Côrte, e ao Quartel Mestre General se continue a que tem percebido até que sua Repartição tenha definitiva organização. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N.º 145. — FAZENDA. — Em 17 de Abril de 1857. — *Impostos creados pela Assembléa Legislativa de Santa Catharina.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Secção de Fazenda do Conselho d'Estado consultado sobre os Actos Legislativos da Assembléa dessa Provincia, promulgados durante o anno findo, foi de parecer que contrariavão inteiramente o Acto addi-

cional os impostos de exportação creados pela Lei Provincial n.º 423 de 14 de Maio, em beneficio dos patrimonios dos Hospitaes das Cidades do Besterro, Laguna, e S. Francisco, e pela Lei de Orcamento n.º 424 de 15 do dito mez, na qual, além de impostos da mesma natureza, encontra-se licenças ás embarcações para carregarem fóra dos ancoradouros competentes, o que revela que no Juízo da mencionada Assembléa ou não he objecto geral tudo quanto pertence á navegação, quer de cabotagem, quer de alto mar, mercante ou de guerra, e o que diz respeito á fiscalisação das Rendas das Alfandegas, ou que dentro de suas faculdades constitucionaes está o legislador sobre objectos geraes; e bem assim os subsidios estabelecidos no § 10, art. 9.º da Lei n.º 425 de 16 do referido mez de Maio, que fixou as Rendas das Municipalidades, os quaes não podem deixar de ser considerados como impostos de importação, que, em última analyse, reduzem-se a impostos de consumo, porque são pagos pelo consumidor, sendo que como taes directamente affectão e prejudicão as imposições geraes conhecidas pelo nome de direitos de importação, com manifesta violação do art. 12 do Acto addicional, que denegou ás Assembléas Legislativas das Províncias a faculdade de lançarem não só estes impostos, como os de consumo sobre generes e mercadorias importadas de fóra da Provincia.

E sendo presente a referida Consulta á Sua Magestade o Imperador, determina o mesmo Augusto Senhor que os Actos á que acima me refiro fossem submettidos á consideração da Assembléa Geral Legislativa, para resolver o que a respeito tiver por mais conveniente, e que entretanto á V. Ex. se recommende, como por este recommendo, que quando Leis e Resoluções semelhantes lhe forem enviadas para a Sanção, exponha a respectiva Assembléa as razões pelas quaes não póde Legislar senão sobre os objectos que forem de suas restrictas e expressas attribuições, e a conveniencia de serem por ella revogadas as Leis, que, como as supra-mencionadas, são prejudiciaes ás imposições do Estado e aos interesses Geraes do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina

N. 146. — IMPERIO. — Portaria de 20 de Abril de 1857. — *Dá as instrucções que devem ser observadas pelos alumnos do Conservatorio de Muzica, que forem mandados estudar á Europa como Pensionistas do Estado.*

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á necessidade de regular-se a maneira porque devem proceder os alumnos do Conservatorio de Muzica, mandados á Europa como Pensionistas do Estado para aperfeçoarem seus estudos, e Tendo Ouvido o Director do mesmo Conservatorio : — Ha por bem ordenar que se observem as instrucções annexas á esta.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1857.
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Instrucções concernentes aos alumnos do Conservatorio de Muzica que forem mandados á Europa como Pensionistas, á fim de se aperfeçoarem no estudo da Muzica e do contraponto.

Art. 1.º O alumno do Conservatorio de Muzica, que for proposto pelo Corpo Academico das Bellas Artes para ir á custa do Estado ou do Conservatorio aperfeçoar-se na Europa em muzica e em contra-ponto, terá a mesma pensão annual de tres mil francos, concedida pelas Instrucções de 31 de Outubro de 1855 aos outros pensionistas da Academia das Bellas Artes.

Art. 2.º A pensão ser-lhe-ha paga em trimestres adiantados pela Legação do Brasil no paiz onde se achar, ou pela Legação de Londres, sempre que assim for conveniente, segundo as ordens do Governo.

Ser-lhe-ha contada do dia em que for approvada pelo Governo a proposta do Corpo Academico, podendo receber no Brasil só o primeiro trimestre por solicitação do Director do Conservatorio de Muzica.

Art. 3.º O pensionista deverá, dentro do prazo de quinze dias, depois de sua chegada á Paris, apresentar-se ao Ministro brasileiro para que lhe facilite e proporcione os meios de ser admittido no Conservatorio de Muzica daquella Capital, no qual se deverá inscrever dentro de igual prazo.

Art. 4.º Frequentará o dito Conservatorio com a maior assiduidade e zelo, não podendo em caso algum receber

a sua pensão sem apresentar á Legação hum attestado de frequencia passado pelo professor ou empregado competente do mesmo Estabelecimento.

Empregará além disto todos seus esforços, solicitando os bons officios da Legação, se forem necessarios, para, sem prejuizo do seu estudo regular, assistir aos concertos e reuniões em que se executem muzicas classicas.

Art. 5.º Deverá remetter, de seis em seis mezes ao mais tardar, ao Director do Conservatorio de Muzica do Rio de Janeiro, por intermedio da Legação Brasileira, as lições ou exercicios que tiver feito em cada hum desses prazos.

Art. 6.º Deverá outrosim remetter em cada huma das referidas épocas huma certidão passada por seus respectivos professores, da qual conste o seu aproveitamento e progresso.

Art. 7.º Deverá tambem, logo que compuzer ou escrever alguma obra, que mereça a aprovação do Conservatorio em que estiver estudando, ou de algum professor de nomeada, envia-la ao Director do Conservatorio de Muzica do Rio de Janeiro.

Art. 8.º Tanto o attestado exigido pelo art. 5.º, como a obra de que trata o art. 6.º, serão authenticados pelo Ministro Brasileiro, o qual, além disto, informará ao Governo com o que se lhe offerecer ácerca do merito do pensionista, e de seus progressos e procedimento, ouvindo ou consultando para este fim os respectivos mestres, ou á quem convier.

Art. 9.º Os trabalhos de que faz menção o art. 6.º são essenciaes para o Governo resolver se convem que o pensionista vá para outros paizes á fim de continuar a aperfeiçoar sua instrução muzical, e estudar os methodos practicos de ensino de outros Conservatorios que mereçam conceito.

Art. 10. A' deliberação do Governo precederá requisição do Director do Conservatorio de Muzica do Rio de Janeiro, ouvida a Junta dos Professores.

Art. 11. Por cada viagem no caso do art. 9.º terá o pensionista direito á uma ajuda de custo de 300 francos além da sua pensão.

Art. 12. O que for premiado em algum dos Conservatorios que frequentar com o consentimento do Governo receberá mais mil francos de gratificação annual até completar o tempo que lhe tiver sido marcado pelo Governo para sua residencia na Europa.

Art. 13. O pensionista não poderá dar publicidade a nenhuma composição que fizer, por pequena que seja, sem sujeita-la previamente á revisão do seu mestre e sem approvação deste.

Art. 14. Deverá colligir e remetter ao Conservatorio do Rio de Janeiro copias dos Regulamentos e methodos adoptados no Conservatorio de Paris, e nos outros que frequentar, e bem assim as obras classicas e noticias, cujo conhecimento possão interessar ao estudo e progresso da muzica no Brasil, podendo para este fim sacar contra o dito Conservatorio do Rio de Janeiro até a quantia de oitocentos francos annualmente.

Quando houver mais de hum pensionista na Europa entender-se-hão todos elles previamente sobre este ponto, á fim de que não venhão duplicatas das referidas obras e Regulamentos.

Art. 15. Deverá tambem dar noticia ao Director do Conservatorio de Muzica do Rio de Janeiro da existencia de quaesquer obras classicas, que possão ser uteis ao referido estabelecimento.

Art. 16. O pensionista que no fim de dous annos não tiver enviado alguma composição que mostre o seu aproveitamento será retirado para o Brasil e perderá a pensão.

O mesmo acontecerá ao que por falta de applicação, ou por seu máo procedimento, fôr excluido do Conservatorio em que estudar: ao que for executado por dividas ou preso por ellas; ao que for convencido de ter apresentado attestados falsos, ou enganado á legação ou ao Director do Conservatorio de Muzica; e finalmente ao que tiver hum procedimento contrario á moral e aos bons costumes, depois de advertido duas vezes por escripto pelo Ministro do Brasil.

Art. 17. No caso de dividas, será o pensionista que for executado, e ameaçado de prisão, soccorrido pela legação Brasileira, se ellas não excederem de mil francos antes de ser enviado para o Brasil.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1857.—
Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 147. — Aviso N.º 5 de 20 de Abril de 1857. — Ao Director da Colonia Militar de Urucú. — *A' respeito das etapes dos Colonos Portuguezes ali residentes.*

Tendo por Aviso de 6 de Maio do anno passado mandado abonar aos Colonos Portuguezes ali residentes etapes de praças de pret, deve Vmc. entender que ellas se regulão pelas que então se achavão fixadas. Todavia, se Vmc. julgar de absoluta necessidade, pôde aos Colonos abonar tambem o augmento, que ultimamente tiverão as etapes para o exercito nessa Provincia. Deste modo fica respondido o officio de 17 de Fevereiro passado.

Deos Guarde a Vmc. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director da Colonia Militar de Urucú.

N.º 148. — Aviso N.º 67 de 21 de Abril de 1857. — *Manda incorporar aos terrenos nacionaes as terras pertencentes a huma aldêa de Indios, creada pelo Missionario Frei Angelo Mauricio de Niza, e hoje extincta.*

Hlm. e Exm. Sr. — Havendo no Municipio de Villa Bella, na Provincia de Pernambuco, e no lugar denominado — Baixa Verde —, meia legoa de terras pertencentes a huma aldêa de Indios, creada pelo Missionario Frei Angelo Mauricio de Niza, e hoje extincta, rogo a V. Ex. se sirva fazer expedir as convenientes ordens á Thesouraria da Fazenda daquella Provincia, para que, na conformidade do Aviso de 21 de Outubro de 1850, sejam incorporadas aos terrenos nacionaes as porções das referidas terras, que se acharem desocupadas, arrendando-se, como renda do Estado, os arrendamentos das que se acharem occupadas por pessoas não descendentes dos Indios primitivos.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz
A sua Ex. o Sr. João Mauricio Wanderley

N.º 149.—GUERRA.—Aviso de 21 de Abril de 1857.—*Manda organizar a Companhia de Enfermeiros de que trata o art. 164 do Regulamento do Corpo de Saude do Exercito, e marcando-lhes uniforme, e quartel.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Mande V. Ex. nomear o Cirurgião reformado Leonardo Antonio Pinheiro, que se acha empregado no Hospital Militar da Guarnição da Côrte para Comandante da Companhia de Enfermeiros de que trata o art. 164 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 1.900 de 7 de Março do corrente anno; fazendo organizar esta Companhia com praças tiradas no Corpo do Exercito, e Companhia de Invalidos, entrando para este contingente as do Asylo da Côrte, tendo todas as habilitações exigidas no citado artigo; essa Companhia deverá aquartelar na casa destinada aos convalescentes na Fortaleza de S. João, e ter por uniforme blusa de ganga azul do feitio da dos Alumnos da Escola de Appliação com golla, canhão, e portinholas de frente de ganga encarnada, e bonet com as mesmas vistas.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Barão de Surubhy.

N.º 150.—MARINHA.—Aviso de 21 de Abril de 1857.—*Manda estabelecer huma Enfermaria, para a Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Provincia do Pará.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 21 de Abril de 1857.

N.º 39.—Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Ha por bem que se estabeleça huma Enfermaria, para a Companhia de Aprendizizes Marinheiros dessa Provincia, e que nella se observem as Instrucções, que a este acompanhão, assignadas pelo Conselheiro Official-Maior desta Secretaria de Estado; e Determina outrossim que na mesma Enfermaria sejam tambem tratadas as praças dos Navios da Estação, se houver para isso as necessarias accomodações, de sorte que os menores da Companhia fiquem separados dos outros doentes.

tes; devendo o Inspector do Arsenal da Marinha da Província, quando julgar preciso, requisitar ao Commandante da Estação algum dos Cirurgiões desta, que se achar no porto, para auxiliar o serviço medico e cirurgico da mencionada Enfermaria: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — José Maria da Silva Paranhos.
S. Presidente da Província do Pará.

Instrucções, por que se deve reger a Enfermaria, que por Aviso desta data se manda estabelecer para a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Pará.

Art. 1.º A Enfermaria de Marinha da Província do Pará se regerá pelo Regulamento dos Hospitaes de Marinha de 3 de Janeiro de 1853, do mesmo modo que a de Pernambuco.

Art. 2.º Ao Inspector do Arsenal de Marinha daquella Província ficão competindo as attribuições, que pelos arts. 15, 16 e 17 do dito Regulamento se conferem ao Director do Hospital de Marinha da Côrte.

Art. 3.º Ao Cirurgião encarregado do serviço medico e cirurgico da mesma Enfermaria competem as obrigações, que pelo referido Regulamento se conferem aos Primeiros e Segundos do Hospital de Marinha da Côrte, designadas no art. 19 paragraphos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º, 13.º, 14.º e 15.º; art. 20 paragraphos 2.º e 3.º; e art. 23 paragraphos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 9.º: ficando subentendido, pelo que toca ao art. 19 do citado Regulamento, que ao proprio Cirurgião encarregado do serviço medico e cirurgico da Enfermaria incumbem as obrigações dos paragraphos 6.º e 8.º; que a parte, de que falla o paragrapho 3.º, deve ser dada ao Inspector do Arsenal, e que para as conferencias, paragrapho 10, deverão ser pelo mesmo Cirurgião convidados os da Armada, que estejam alli estacionados, ou em sua falta os Medicos do paiz fazendo ver ao Inspector a necessidade de sua assistencia.

Art. 4.º Haverá dous Enfermeiros com a designação de primeiro e segundo.

Art. 5.º Ao primeiro Enfermeiro competem as obrigações, que estão marcadas ao Escrivão no art. 25 paragraphos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, e art. 26; ao Fiel no art. 30;

assini como ao Enfermeiro-mór no art. 43 paragraphos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 16.º; e o que determina o art. 50.

Art. 6.º Ao segundo Enfermeiro competem as obrigações, que estão marcadas aos Enfermeiros do Hospital de Marinha da Côrte no art. 45 do Regulamento.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 21 de Abril de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 151. — FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1857. — *Regulamento da Directoria Geral das Rendas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1857.

Fique V. S. na intelligencia de que do 1.º de Maio proximo futuro em diante deverá fazer executar provisoriamente o Regulamento junto dessa Directoria Geral, no qual irá notando os inconvenientes que por ventura apresente na pratica, á fim de ser posteriormente revisto e reduzido a Decreto. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas.

Regulamento da Directoria Geral das Rendas do Thesouro Nacional.

CAPITULO I.

Do pessoal e attribuições da Directoria.

Art. 1.º A Directoria Geral das Rendas compõe-se do Director Geral, do sub-Director e de tres Secções que terão á seu cargo os negocios relativos a Alfandegas, Consulados, Recebedorias, Mesas de Rendas e Colletorias, Armazem do papel sellado, Administração dos proprios e Fazendas Nationaes, terrenos de marinha e diamantinos, escravos da nação, pennas d'agua, e estatistica financeira e commercial do Imperio.

Art. 2.º A' Directoria Geral das Rendas compete (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 16.):

assini como ao Enfermeiro-mór no art. 43 paragraphos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 16.º; e o que determina o art. 50.

Art. 6.º Ao segundo Enfermeiro competem as obrigações, que estão marcadas aos Enfermeiros do Hospital de Marinha da Côrte no art. 45 do Regulamento.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 21 de Abril de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 151. — FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1857. — *Regulamento da Directoria Geral das Rendas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1857.

Fique V. S. na intelligencia de que do 1.º de Maio proximo futuro em diante deverá fazer executar provisoriamente o Regulamento junto dessa Directoria Geral, no qual irá notando os inconvenientes que por ventura apresente na pratica, á fim de ser posteriormente revisto e reduzido a Decreto. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Director Geral das Rendas.

Regulamento da Directoria Geral das Rendas do Thesouro Nacional.

CAPITULO I.

Do pessoal e attribuições da Directoria.

Art. 1.º A Directoria Geral das Rendas compõe-se do Director Geral, do sub-Director e de tres Secções que terão á seu cargo os negocios relativos a Alfandegas, Consulados, Recebedorias, Mesas de Rendas e Colletorias, Armazem do papel sellado, Administração dos proprios e Fazendas Nationaes, terrenos de marinha e diamantinos, escravos da nação, pennas d'agua, e estatistica financeira e commercial do Imperio.

Art. 2.º A' Directoria Geral das Rendas compete (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 16.):

§ 1.º Dirigir, inspecionar e fiscalisar a arrecadação e administração das Rendas Geraes, que se realisarem pelas Repartições subordinadas ao Ministerio da Fazenda.

§ 2.º Fazer o tombo e assentamento de todos os proprios e bens nacionaes: dirigir e inspecionar a administração dos que não estiverem por Lei á cargo de alguma Repartição publica.

§ 3.º Organisar a estatística annual da importação e exportação do Imperio.

CAPITULO II.

Das attribuições do Director.

Art. 3.º O Director Geral das Rendas he o chefe superior da Repartição e de todas as Estações de arrecadação da Côte e Provincias do Imperio; são suas attribuições:

§ 1.º Desempenhar e fazer desempenhar as obrigações que ficao mencionadas nos §§ do artigo antecedente, exercendo directamente essa incumbencia quanto ás Repartições de arrecadação da Côte e Provincia do Rio de Janeiro, e por intermedio das Thesourarias de Fazenda no que tocar ás das outras Provincias do Imperio.

§ 2.º Fazer, sem dependencia de ordem especial do Ministro da Fazenda, todo o expediente que for necessario para dar instrucções aos seus subordinados; exigir informações e preparar os negocios que tiverem de ser decididos pelo mesmo Ministro ou pelo Tribunal do Thesouro, dando sobre elles o seu parecer.

§ 3.º Apresentar ao Ministro da Fazenda annualmente, antes da abertura da Sessão do Poder Legislativo, hum relatório circumstanciado do estado da Directoria á seu cargo, e Repartições de arrecadação da Côte e Provincias, indicando nelle não só os defeitos e irregularidades que encontrar, como as medidas que lhe parecerem conducentes á melhor direcção, inspecção e fiscalisação da arrecadação, e administração das Rendas Geraes.

§ 4.º Conhecer e julgar as faltas ou demoras de comparecimento dos empregados da Directoria, e as retiradas antes de findo o expediente, abonando-as ou desattendendo-as, como for de justiça, e tornando effectiva, quando necessaria, a pena comminada no art. 59 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, do que se fará no ponto expressa menção.

§ 5.º Dar o attestado mensal de frequencia dos empregados da Directoria, á vista da copia do ponto, que deve ser-lhe apresentada pelo Sub-Director e por elle assignada, á fim de ter lugar o pagamento dos respectivos vencimentos.

§ 6.º Autorisar a compra dos objectos necessarios ao expediente da Directoria, se não forem fornecidos por contracto feito em virtude de arrematação em hasta publica.

§ 7.º Dirigir a organização do orçamento da Receita do Imperio, e remette-lo em tempo competente á Directoria Geral de Contabilidade.

§ 8.º Abrir, rubricar e encerrar os livros do expediente da Directoria, da Alfandega e do Consulado da Córte, da Recebedoria do Municipio, das Mesas de Rendas e Colletorias, do Rio de Janeiro, e do Armazem do papel sellado, podendo dividir este trabalho com o Sub-Director, Chefes de Secção e mais empregados, sempre que o não puder fazer por si; e ficando derogado nesta parte o que dispõe o Regulamento n.º 209 de 30 de Junho de 1851 a respeito da abertura, rubrica e encerramento do livro de inscripção de testamentos.

§ 9.º Designar os livros principaes que sómente elle ou o Sub-Director deverá rubricar, e os que o puderem ser por quaesquer empregados que forem para isso commissionados.

§ 10. Deferir o juramento e posse aos empregados que forem nomeados para a sua Repartição, ou promovidos nella, e aos Chefes das Repartições de arrecadação da Córte e provincia do Rio de Janeiro.

§ 11. Determinar, por intermedio do sub-Director, quando e como mais conveniente for, o revezamento do serviço e Secção dos empregados da Directoria.

§ 12. Dar todas as providencias que caibão em sua alçada para que o serviço da Directoria se faça com a devida ordem, e sejam convenientemente fiscalizados os interesses da Fazenda Nacional; podendo não só advertir os Chefes e empregados das Repartições subordinadas á Directoria, como reprehender particular e publicamente, e mesmo suspender, por tempo que não exceda a quinze dias, os empregados negligentes, ou que commetterem quaesquer faltas, dando conta ao Ministro da Fazenda quando entender que devem ser corrigidos por meios mais severos. No caso de desobediencia formal procederá na fôrma da segunda parte do art. 63 do Decreto n.º 736.

§ 13. Examinar se o systema de impostos creados he o mais conveniente, ou se deve ser modificado no sentido de

simplificar a arrecadação; e bem assim, se a Legislação de Fazenda relativa á criação, lançamento e cobrança dos impostos, e o modo pratico de sua execução, são os mais apropriados para conciliarem, quanto ser possa, os interesses da Fazenda com o menor gravame dos contribuintes.

§ 14. Fiscalisar cuidadosamente a Administração das Fazendas Nacionais, não só por meio da escripturação central da receita e despeza das mesmas Fazendas, que deverá existir na Directoria, e ser organizada em vista de contas trimestraes ou semestraes, que as Thesourarias exigirão dos respectivos Administradores, e remetterão regularmente ao Thesouro, como ainda por meio de inspecções locais, que proporá ao Ministro da Fazenda quando julgar necessarias, para conhecer o estado das referidas Fazendas, o modo por que são administradas, e se convém conserva-las, arrenda-las, ou propôr a sua alienação. Aos ditos Administradores dará o Director Geral modelos da escripturação que deverão ter nas Fazendas a seu cargo, impondo-lhes a obrigação de fazerem entrega da renda produzida quando remetterem as contas de que acima se trata, as quaes serão impreterivelmente tomadas no fim de cada exercicio; e finalmente creando huma escripturação central da receita e despeza das mesmas Fazendas, que será feita á vista das contas trimestraes ou semestraes, para que por esta fórma se conheça se dão lucro ou prejuizo; e portanto se convem conserva-las administrando-as ou arrendando-as, ou se he preferivel aliena-las.

Art. 4.º O Director Geral será substituido em seus impedimentos pelo Sub-Director, e na falta ou impedimento deste por hum dos outro Directores Geraes ou Contadores que o Ministro da Fazenda nomear.

CAPITULO III.

Das attribuições do Sub-Director.

Art. 5.º O Sub-Director he o immediato ao Director, e seu Substituto na fórma do art. 4.º; são-lhe subordinados todos os empregados subalternos da Directoria, e compete-lhe:

§ 1.º Dirigir e fiscalisar os trabalhos da Directoria, segundo as instrucções e ordens do Director Geral, assistindo diariamente a elles, e corrigindo os erros e defeitos que encontrar.

§ 2.º Coadjuvar o Director Geral no desempenho de suas attribuições, e dar execução a quaesquer incumbencias de que elle o encarregar, relativas ao serviço da Repartição.

§ 3.º Tomar o ponto diario dos empregados da Directoria, tanto na entrada como sahida, dando conta ao Director Geral dos que faltarem ao serviço sem motivo justificado, dos que se retirarem sem licença antes de findar o expediente, e dos que deixarem de comparecer por mais de oito dias, ainda que com participação.

§ 4.º Fazer no ponto expressa declaração do empregado a quem for imposta, por deliberação do Director Geral, a pena comminada no art. 59 do Decreto n.º 736.

§ 5.º Receber toda a correspondencia official, requerimentos, petições e recursos que entrarem na Directoria, sobre negocios de sua competencia; fazendo-os lançar logo no protocolo, e preparando-os por si mesmo, ou por intermedio das Secções, quando dependão do exame e informações destas, para serem presentes ao Director Geral com informação sua, bastando que use da formula — concordo, ou visto — naquelles em que houver informação das Secções, com a qual se conforme.

§ 6.º Distribuir pelas Secções competentes os papeis relativos a negocios decididos pelo Ministro ou Tribunal, ou pelo Director Geral, e os documentos officiaes remettidos pelas Repartições de arrecadação da Côte e Provincias, concernentes aos objectos mencionados no Art. 2.º

§ 7.º Rubricar, depois do visto do Chefe da Secção competente, as guias das Collectorias do Rio de Janeiro, Alfandega, Recebedoria, Consulado, e remette-las assim preparadas á Directoria Geral de Contabilidade.

§ 8.º Fazer passar e assignar depois de subscriptas pelo Chefe da Secção respectiva, e do pagamento dos emolumentos devidos, as certidões requeridas á Directoria, e que poderem ser dadas sem inconveniente para o serviço. Para a expedição daquellas sobre cuja materia tiver duvida solicitará autorisação do Director Geral.

§ 9.º Apresentar no primeiro dia util de cada mez ao Director Geral, a fim de dar o attestado com que os empregados da Directoria deverão cobrar seus vencimentos, uma copia fiel do ponto do mez anterior, a qual será assignada pelo mesmo sub-Director, e remettida depois ao Ministro da Fazenda, com declaração das faltas que forem abonadas pelo Director, e daquellas que o não forem, bem como dos motivos porque assim se procedeo.

§ 10. Apresentar ao mesmo Director, para receberem a sua rubrica, as relações dos objectos precisos para o expediente da Directoria, as quaes serão assignadas por elle sub-Director, e pelo mesmo entregues ao Porteiro, a fim de proceder á compra, se não houver contracto para o fornecimento de taes objectos; e certificar, quando se houver de pagar as contas respectivas, se ellas estão exactas nos preços, e conferem com a qualidade dos objectos recebidos, apresentando-as depois ao Director para lhes pôr o seu — visto — e serem pagas.

§ 11. Authenticar com a sua assignatura, sob a formula — Está conforme — as copias dos documentos officiaes com que a Directoria instruir a sua correspondencia, e assignar todos os quadros, balanços, mappas e mais trabalhos organizados na Directoria que devão ser publicados trimestral ou annualmente, ou que tenham de acompanhar o Relatorio do Ministro da Fazenda, e compor a collecção da estatistica do commercio e navegação do Imperio.

§ 12. Rubricar os pedidos, que se fizerem ao Cartorio, de livros e documentos ali existentes.

§ 13. Abrir, rubricar, encerrar os livros, que lhe competirem por designação do Director Geral, ou para que este lhe der commissão.

§ 14. Solicitar do Director Geral as providencias, cuja conveniencia lhe suggerir a experiencia e pratica do serviço, e as que lhe forem reclamadas pelos Chefes de Secção, se com ellas se conformar.

§ 15. Empregar a maior vigilancia para que o expediente da Repartição se faça com a possivel brevidade, e os trabalhos se mantenham em dia, e para que os empregados guardem durante elle toda seriedade e ordem, portando-se com reciproca urbanidade, respeito e subordinação para com os seus superiores.

§ 16. Dar conta ao Director Geral de qualquer negligencia ou falta commettida pelos Chefes das Repartições de arrecadação no cumprimento das ordens da Directoria; e advertir e reprehender os empregados da mesma Directoria que faltarem ás obrigações do paragrapho antecedente, assim como aquelles que se occuparem com objectos particulares, estranhos ao serviço da Directoria, ou della se retirarem por tempo que lhe parecer demasiado; participando-o, no caso de reincidencia, verbalmente ou por escripto ao Director Geral.

Art. 6.º O Sub-Director será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Chefe de Secção da Directoria mais antigo na classe; e se houver mais de hum que tenha a mesma antiguidade nella, pelo mais antigo no serviço da Directoria; e se tiverem a mesma antiguidade de serviço, pelo mais antigo no do Estado.

CAPITULO IV.

Dos Chefes de Secção.

Art. 7.º Os Chefes de Secção são os Chefes immediatos dos empregados da respectiva Secção; compete-lhes:

§ 1.º Dirigir e fiscalisar immediatamente, segundo as instruções e ordens do Sub-Director, os trabalhos da sua Secção, distribuindo-os pelos empregados della, e desempenhando-os conjunctamente com elles, na parte que lhes pertencer.

§ 2.º Informar, á vista dos assentamentos e documentos officiaes existentes na Secção, os negocios que para esse fim lhes forem distribuidos pelo Director ou Sub-Director, declarando as irregularidades e defeitos que encontrarem, e as condições a que, em virtude de Lei, Regulamento, ou ordem do Thesouro, cumpre satisfazer; passando as informações, depois de assignadas, ao Sub-Director, para que este proceda nos termos do § 5.º do art. 5.º

§ 3.º Archivar methodicamente e por exercicios todos os papeis de negocios concluidos pertencentes á Secção, que lhes forem distribuidos pelo Sub-Director até a sua remessa para o Cartorio; e assignar os pedidos de que trata o § 12 do referido art. 5.º

§ 4.º Empregar todo o cuidado para que os livros da Secção sejam escripturados com limpeza e capricho, e para que o expediente ande sempre em dia.

§ 5.º Fazer com que na Secção se observem as disposições dos §§ 15 e 16 do sobredito artigo, dando parte ao Sub-Director de quaesquer faltas em que acharem os empregados, se pelos meios a seu alcance não as puderem corrigir.

§ 6.º Requisitar do Sub-Director os livros, papeis e mais objectos necessarios ao expediente da Secção, e distribui-los pelos respectivos empregados; e bem assim quaesquer provi-

dencias que entenderem convenientes á regularidade e promptidão do serviço

§ 7.º Dar conta ao Sub-Director não só da demora ou atraso que haja da parte de quaesquer Repartições Fiscaes da Côrte e Provincias na remessa das informações, mappas e mais trabalhos exigidos pela Directoria, e concernentes á sua Secção, como de qualquer irregularidade ou defeito por ellas praticados nos trabalhos remettidos, a fim de que pela mesma Directoria se providencie convenientemente.

Art. 8.º Os Chefes de Secção serão substituidos, em seus impedimentos, pelos Primeiros Escripturarios da mesma Secção, e na falta destes, pelos Segundos, observando-se a respeito de huns e outros a disposição do art. 6.º Se acontecer que não haja na Secção em que se der a vaga Primeiros e Segundos Escripturarios, o Director passará, para servir de Chefe interino, hum Primeiro ou hum Segundo Escripturario de qualquer outra.

CAPITULO V.

Dos Primeiros Escripturarios e mais Empregados da Directoria.

Art 9.º Na Directoria Geral das Rendas haverá o numero de Primeiros, Segundos, Terceiros, Quartos e Quintos Escripturarios e Praticantes que a experiencia e a pratica do serviço tornarem necessarios, o qual será ulterior e definitivamente fixado pelo Ministro da Fazenda. O Director Geral, ouvido o Sub-Director, distribuirá estes empregados pelas Secções, conforme parecer mais conveniente ao serviço, e todos elles são restrictamente obrigados a comparecerem na Repartição as 9 horas da manhã nos dias de trabalho.

Art. 10. Haverá tambem na mesma Directoria hum Continuo, o qual terá por obrigação: tratar do asseio da Repartição, para o que deverá achar-se nella meia hora antes de começar o trabalho, acudir ao toque da campainha do Director, Sub-Director e Chefes de Secção; satisfazer quanto por estes lhe for ordenado relativamente ao serviço da Directoria; ter debaixo de sua guarda todo papel, livros e mais objectos para o consumo da Repartição; cuidar na conservação dos Archivos, e ter toda a cautela em que se não extraviem os papéis, livros e mais objectos que ficarem sobre as mesas depois de findo o trabalho.

CAPITULO VI.

Do serviço das Secções.

Art. 11. As Secções deverão auxiliarem-se reciprocamente, ministrando humas ás outras por intermedio dos seus respectivos Chefes, as informações e esclarecimentos de que carecerem para a regular e prompta expedição dos negocios á seu cargo, ou solicitando-os directamente do Sub-Director quando assim se torne preciso. Incumbe-lhes:

§ 1.º Dar entrada em seus protocolos especiaes de todos os papeis relativos ao serviço de sua competencia, logo que lhes forem distribuidos pelo Sub-Director. (Modelo n.º 1).

§ 2.º Informar de facto tudo quanto houver occorrido a respeito dos negocios cujo exame lhes for commettido, juntando todos os papeis que já existirem nos Archivos relativos a taes negocios, e dando a sua opinião quando lhes for exigida.

§ 3.º Emmaçar e archivar pela fórma prescripta nestas Instrucções os papeis concernentes a negocios findos.

§ 4.º Analysar todos os trabalhos remettidos pelas Estações de arrecadação da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, e examinar, quando entregarem no fim do exercicio os livros de sua escripturação, e antes que estes sejam remettidos á Directoria de Contabilidade para a tomada de contas, se as Leis, Regulamentos e Ordens do Thesouro forão fielmente cumpridas, e se esses tralhos contém em si, ou indicão a existencia de defeitos, erros, abusos, irregularidades e corruptelas, que devão ser corrigidos logo, ou no futuro, dando de tudo parte ao Sub-Director.

§ 5.º Registrar as informações que derem, e as representações que fizer o respectivo Chefe ao Sub-Director. (Modelo n.º 2.º).

§ 6.º Rubricar, numerar e encerrar os livros que lhes couberem por distribuição.

Art. 12. A' 1.ª Secção compete privativamente:

§ 1.º Ter a seu cargo todos os negocios relativos a Alfandegas, Consulados, Recbedorias, Mesas de Rendas e Collectorias.

§ 2.º Conferir as guias de entradas das Rendas arrecadadas pelas Estações da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, com os balancetes dessas Repartições, encaminhando-as, depois de fazer as suas observações, e de receberem o —visto—

do Chefe de Secção e a rubrica do Sub-Director, á Directoria Geral de Contabilidade para a competente escripturação.

§ 3.º Abrir conta corrente ás Estações que arrecadão rendas lançadas, debitando-as pela importancia do lançamento que fizerem, e creditando-as pelo producto da arrecadação, e pelas indevidamente lançadas e annulladas, de modo que no fim do exercicio possa-se logo conhecer a importancia que ficou em divida activa.

Nas Thesurarias de Fazendas haverá trabalho semelhante, que será remettido por copia á Directoria Geral das Rendas no fim de cada exercicio, ou em Janeiro e Julho de cada anno, se assim for necessario (Modelo n.º 3.º).

§ 4.º Escrever o livro de carga feita ás Estações de arrecadação pelos livros de conhecimento de talão, que se lhes entregão, na fôrma prescripta nas Intrucções de 27 de Março de 1851. (Modelo n.º 4).

Art. 13. A 2.ª Secção compete privativamente :

§ 1.º Escrever o Protocolo geral dos papeis entrados na Directoria, e que della sahirem, pela fôrma prescripta no art. 20.

§ 2.º Escripturar os livros de registro da correspondencia do Director Geral com as Autoridades da Còrté e Provincias com quem pôde corresponder-se, nos termos do Decreto de 20 de Novembro de 1850. (Modelo n.º 5).

§ 3.º Escripturar os livros de registro dos pareceres dados pelo Director Geral, e das representações que este dirigir ao Ministro da Fazenda. (Modelo n.º 6).

§ 4.º Organisar e ter em boa ordem a matricula de todos os empregados das Repartições de arrecadação do Imperio. (Modelo n.º 7).

§ 5.º Fazer a escripturação e contabilidade peculiar relativa ás fabricas. (Modelo n.º 8).

§ 6.º Fazer o assentamento dos Proprios e Fazendas Nacionaes e seus escravos. (Modelo ns. 9 e 10).

§ 7.º Fazer o assentamento dos terrenos de Marinha aforados no Municipio e Provincia do Rio de Janeiro, e das pennas d'agua concedidas no mesmo Municipio a particulares ou a estabelecimentos publicos. (Modelos ns. 11 e 12). Nas Thesourarias de Fazenda far-se-ha trabalho semelhante, tanto á respeito dos terrenos de marinha, como dos diamantinos, para ser remettido por copia á Directoria Geral das Rendas no fim de cada exercicio.

§ 8.º Remetter em tempo á Recchedoria do Municipio

e ás Collectorias e Mesas de Rendas da Provincia do Rio de Janeiro, relações nominaes dos novos foreiros de terrenos de marinha, e á mesma Recebedoria as dos concessionarios de pennas d'agua no Municipio, á fim de que nestas Estações se fação as competentes notas no lançamento, e se proceda á cobrança da renda no devido tempo.

§ 9.º Organisar annualmente todos os mappas demonstrativos distinctos dos Proprios, Fazendas e escravos da Nação, conforme os modelos dados pela Directoria para serem presentes ás Camaras.

§ 10. Escripturnar os livros de carga ás Estações incumbidas da venda do papel sellado. (Modelo n.º 13).

Art. 14. A' 3.ª Secção compete privativamente:

§ 1.º Escripturnar todas as Rendas Geraes arrecadadas no Imperio. (Modelos ns. 14 a 17).

§ 2.º Organisar o Orçamento da Receita Geral do Imperio para ser remettido em tempo competente á Directoria de Contabilidade e fazer parte do Orçamento da Receita e Despeza que ahi se organisa.

§ 3.º Organisar a Estatistica trimestral e annual financeira e commercial do Imperio, conforme os modelos que forem dados.

CAPITULO VII.

Do Armazem do papel sellado.

Art. 15. O armazem do papel sellado he sujeito á Directoria Geral das Rendas no que respeita ás attribuições desta Directoria, e deve desempenhar as que lhe forão conferidas no Decreto n.º 895 de 31 de Dezembro de 1831.

Art. 16. Os objectos necessarios ao expediente do armazem serão requisitados officialmente pelo Almoxarife ao Director Geral das Rendas, que autorisará a sua compra, tendo em vista o respectivo credito; se esses objectos forem da natureza dos que póde fornecer a Casa da Moeda ou a Officina das Apolices, o mesmo Director os requisitará a Directoria Geral da Despeza.

Art. 17. No principio de cada mez o Almoxarife remetterá á Directoria Geral das Rendas as contas dos fornecedores particulares, por elles assignadas, com especificação dos objectos, cuja compra for autorisada pela mesma Directoria,

e com recibo do Continuo do armazem que delles tomou conta.

Art. 18. Reconhecidas na 2.^a Secção da Directoria Geral das Rendas a exactidão dessas contas, serão ellas remettidas, com o—visto—do Chefe da mesma Secção e rubrica do Sub-Director, á Directoria Geral de Despeza, para se effectuar o pagamento, depois dos exames e despachos que ainda forem necessarios.

CAPITULO VIII.

Disposições Geraes.

Art. 19. O protocolo geral da Directoria de Rendas constará dos seguintes livros de entrada: dos requerimentos e recursos dirigidos ao Thesouro, sobre negocios sujeitos á mesma Directoria; dos officios e outros papeis das Provincias, lançando-se em hum os das Provincias do Norte desde a Bahia até o Amazonas, e em outro os das Provincias do Sul desde o Espirito Santo até S. Pedro, incluindo-se neste as de Minas Geraes, Goyaz e Mato Grosso; dos officios da Alfandega, Consulado e Recebedoria da Côrte, e Armazem do papel sellado; dos Avisos dos differentes Ministerios; dos Officios do Corpo Diplomatico e Consular, e das diversas Autoridades da Côrte; e finalmente dos Officios e papeis das Mesas de Rendas e Collectorias da Provincia do Rio de Janeiro. Além destes, haverá mais o da remessa de papeis da Directoria de Rendas para qualquer das outras do Thesouro.

O empregado encarregado da escripturação destes livros, rubricará no protocolo das outras Directorias as verbas de remessa dos papeis que enviarem á das Rendas.

Art. 20. A escripturação dos livros acima mencionados se fará, notando-se em columnas distinctas o nome do Pretendente, ou da Autoridade ou Repartição de quem se receber o requerimento ou officio, o dia mez e anno da entrada do papel na Directoria, a data, numero e ementa do mesmo, e o destino que tiver. Exceptua-se o ultimo, no qual se notará unicamente o dia, mez e anno da remessa do papel para outra Directoria, com indicação do seu numero, data e nome do pretendente, Autoridade ou Repartição que o dirigio.

Art. 21. No livro de assentamento dos Proprios Nacionais se fará expressa declaração de sua numeração, deno-

minação, natureza, situação, extensão, confrontação, valor, renda, applicação ou destino, época e titulo, com a data de sua aquisição, adjudicação ou incorporação á Fazenda Nacional, accrescentando-se no relativo ás fazendas de criação o numero de cabeças de gado de qualquer especie existente, e produzido annualmente.

Nos terrenos de marinha e diamantinos, além das declarações acima mencionadas que lhe forem applicaveis, se lançará o nome do foreiro ou arrendatario, a data do arrendamento e o *quantum* da renda ou foro annual, assim como as transferencias que se houverem de realisar, os nomes dos novos arrendatarios e o *quantum* da renda. De cada hum desses terrenos de marinha e diamantinos se abrirá huma conta corrente em livro especial ao arrendatario ou foreiro, na qual se mencionará a importancia da renda ou foro á que estiver sujeito, e o que se pagar.

No de assentamento dos escravos da Nação mencionar-se-ha o nome e naturalidade de cada hum, sua idade, côr, estado, officio ou applicação, valor, Provincia em que reside e Estabelecimento publico em que serve, e bem assim a data da sua manumissão ou fallecimento, quando tiver lugar.

Art. 22. Os Quadros estatísticos annuaes das rendas do Imperio e os de seu commercio serão, depois de examinados e assignados pelo Sub-Director das Rendas, por este apresentados ao Director Geral, para lhes dar a devida publicidade.

Art. 23. A Estatística de que trata o § 3.º do art. 14 comprehenderá, não só todas as Industrias existentes no Imperio, mas tambem todos os mappas de importação, exportação, baldeação, reexportação e navegação, que actualmente se processão na 3.ª Secção, e instruem o Relatorio do Ministerio da Fazenda, assim como a collecção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio, com as Provincias e com Paizes estrangeiros.

Art. 24. Na organização dos Quadros trimestraes e annuaes da Renda do Imperio se observarão os modelos ns. 18 e 19; na da Estatística das casas commerciaes o que se mandou executar pela Ordem Circular do Thesouro de 23 de Abril de 1855; e na dos outros Mappas estatísticos os que são actualmente adoptados no Thesouro, emquanto não forem alterados.

Art. 25. Os Balancetes geraes das Thesouraria de Fa-

zenda, depois de examinados e extractados na Secção de Contabilidade annexa á Secretaria da Fazenda, serão por esta remettidos á Directoria Geral das Rendas, para serem ali também extractados na 3.^a Secção na parte relativa á receita e poder a mesma Secção desempenhar a incumbencia do § 1.^o do art. 14; depois disto serão immediatamente transmitidos á Directoria de Contabilidade.

Para o completo desempenho da incumbencia feita á 3.^a Secção no paragrapho e artigo acima citados, o Director Geral da Contabilidade remetterá ac das Rendas, no principio de cada mez, humma demonstração da Receita realisada no Municipio nentro e Provincia do Rio de Janeiro no mez antecedente.

Art. 26. Os papeis de qualquer das outras Directorias, que forem necessarios na de Rendas, serão pelo seu Director requisitados aos das ditas Directorias.

Art. 27. Nenhum empregado da Directoria de Rendas poderá sahír do edificio do Thesouro sem licença do Director Geral, communicada pelo empregado que a solicitar ao Sub-Director e ao Chefe da respectiva Secção. Na ausencia do Director a licença só poderá ser concedida pelo Sub-Director.

Art. 28. Os empregados da Directoria de Rendas são obrigados a guardarem para com os Chefes superiores, e demais empregados das outras Repartições do Thesouro, todas as attensões e respeito que lhes são devidos, assim como rigoroso sigillo sobre os negocios reservados da Repartição. No caso de revelação, o Director Geral das Rendas o communicará ao Ministro da Fazenda para deliberar como for conveniente.

Art. 29. O ingresso na Directoria de Rendas de pessoas estranhas ao Thesouro Nacional, só será permittido pelo Director-Geral, Sub-Director ou Chefes de Secção.

Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1857. — *João Mauricio Wanderley.*

N.º 152.—Em 22 de Abril de 1857.—*Manda organizar em duplicata as pautas semanaes dos preços correntes dos generos de exportação.*

Circular. — João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que os Feitores das Mesas do Consulado, depois de encherem com os preços que entenderem regulares, na fôrma do art. 121 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, as pautas semanaes dos generos de exportação com os additamentos que as circumstancias exigirem, as apresentem em duplicata ao respectivo Administrador, para que este, sob sua assignatura, faça as correções que forem precisas, como determina o referido artigo, e declare que a pauta está nos termos de ser observada, ficando hum exemplar da mesma na Repartição, e sendo o outro remetido á Directoria das Rendas na Côrte, e ás Thesourarias de Fazenda nas Provincias, onde serão archivadas, para a todo tempo conhecer-se qual o responsavel por qualquer calculo prejudicial aos interesses da Fazenda, que no arbitramento do termo médio dos preços correntes possa haver nas mesmas pautas.

Thesouro Nacional em 22 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 153. — Em 22 de Abril de 1857. — *Os Feitores do Consulado devem representar quando não se conformarem com os termos médios dados aos preços dos generos de exportação.*

Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro 22 de Abril de 1857.

Tendo-se reconhecido, pelas informações que a Mesa do Consulado da Côrte prestou, em consequencia das arguições que ao respectivo Sr. Administrador fizeram os Chefes do Consulado e da Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro, de haver contribuido no semestre de Julho a Dezembro de 1856 para hum grave prejuizo da Renda Provincial e Geral, pela maneira irregular por que mandou proceder á organização das pautas semanaes, na parte relativa ao termo médio do valor official dado ao café, que os Feitores da mesma Mesa

Antonio Januario da Silva Junior, e Joaquim Corrêa da Silva deixarão de repesentar ao Thesouro Nacional, como lhes facultta o art. 124 do Regulamento de 3 de Maio de 1836; sobre a deliberação que tomou o Sr. Administrador de mandar reformar para menos os preços por elles indicados para o café no referido semestre, — cumpre que o Sr. Administrador lhes estranhe severamente o seu procedimento, e lhes recomende que d'ora em diante observem fielmente as attribuições de que estão revestidos para zelarem os interesses da Fazenda Nacional. — João Mauricio Wanderley.

N.º 154. — Em 24 de Abril de 1857. — *Acompanha as Instrucções para as duas Pagadorias filiaes creadas na Cidade do Rio Grande e na Villa de S. Gabriel.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Transmitto á V. Ex., para a devida execução, a copia inclusa das Instrucções desta data, pelas quaes se devem reger as Pagadorias creadas nessa Provincia pelo Decreto de 20 de Outubro de 1855, n.º 1.659.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo examinado as Instrucções provisórias que, em cumprimento da disposição da 2.ª parte do art. 1.º do Decreto n.º 1.659 de 20 de Outubro de 1855, dera o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Sul ás duas Pagadorias filiaes da Cidade do Rio Grande e da Villa de S. Gabriel, creadas pelo referido Decreto, ordena que as mesmas Instrucções sejam observadas pela fórma abaixo transcripta:

Art. 1.º A Pagadoria estabelecida na Cidade do Rio Grande terá a seu cargo o processo, fiscalisação e prompto pagamento de todas as despesas pertencentes aos Ministerios da Guerra e Marinha nos limites das fronteiras do Rio Grande, Jaguarão, e Chuy.

Art. 2.º A de S. Gabriel terá as mesmas attribuições e obrigações, menos pelo que respeita ao Ministerio da Marinha, dentro dos limites das fronteiras de Bagé a Missões.

Antonio Januario da Silva Junior, e Joaquim Corrêa da Silva deixarão de repesentar ao Thesouro Nacional, como lhes facultta o art. 124 do Regulamento de 3 de Maio de 1836; sobre a deliberação que tomou o Sr. Administrador de mandar reformar para menos os preços por elles indicados para o café no referido semestre, — cumpre que o Sr. Administrador lhes estranhe severamente o seu procedimento, e lhes recomende que d'ora em diante observem fielmente as attribuições de que estão revestidos para zelarem os interesses da Fazenda Nacional. — João Mauricio Wanderley.

N.º 154. — Em 24 de Abril de 1857. — *Acompanha as Instrucções para as duas Pagadorias filiaes creadas na Cidade do Rio Grande e na Villa de S. Gabriel.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Transmitto á V. Ex., para a devida execução, a copia inclusa das Instrucções desta data, pelas quaes se devem reger as Pagadorias creadas nessa Provincia pelo Decreto de 20 de Outubro de 1855, n.º 1.659.

Deos Guarde a V. Ex. — João Mauricio Wanderley. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo examinado as Instrucções provisórias que, em cumprimento da disposição da 2.ª parte do art. 1.º do Decreto n.º 1.659 de 20 de Outubro de 1855, dera o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Sul ás duas Pagadorias filiaes da Cidade do Rio Grande e da Villa de S. Gabriel, creadas pelo referido Decreto, ordena que as mesmas Instrucções sejam observadas pela fórma abaixo transcripta:

Art. 1.º A Pagadoria estabelecida na Cidade do Rio Grande terá a seu cargo o processo, fiscalisação e prompto pagamento de todas as despesas pertencentes aos Ministerios da Guerra e Marinha nos limites das fronteiras do Rio Grande, Jaguarão, e Chuy.

Art. 2.º A de S. Gabriel terá as mesmas attribuições e obrigações, menos pelo que respeita ao Ministerio da Marinha, dentro dos limites das fronteiras de Bagé a Missões.

Esta Pagadoria será amovível, de modo que esteja sempre collocada, tanto quanto for possível, no centro das forças dessiminadas pelas sobreditas fronteiras; e por isso denominar-se-ha Pagadoria-central.

Art. 3.º Ambas as Pagadorias seguirão escrupulosamente, quanto aos pagamentos e mais serviços dos referidos Ministerios, o que se acha determinado nos respectivos Decretos, Tabellas e Instrucções em vigor, tendo muito em vista as Instrucções de 10 de Janeiro de 1843, de 14 Agosto de 1844, e no que for applicavel, as do Thesouro de 10 de Dezembro de 1851 e as do Ministerio da Marinha de 30 de Março de 1849.

Art. 4.º Aos pagadores compete a direcção, inspecção e fiscalisação de todos os trabalhos das Pagadorias, sendo responsaveis pelas sommas que receberem para as despezas das mesmas, e pelos indevidos pagamentos que fizerem por si ou seus fieis. Pelos erros de calculo nas conferencias dos documentos serão responsaveis os empregados que servirem de Escrivães e seus ajudantes.

Art. 5.º A Pagadoria da Cidade do Rio Grande será supprida pela Alfandega da mesma Cidade, ou annualmente, ou á proporção que for preciso, das quantias necessarias para as despezas a seu cargo, á vista dos competentes pedidos do pagador. A Pagadoria central sê-lo-ha por meio de remessas da Thesouraria e das Estações Fiscaes do interior e fronteiras da Provincia, que forem designadas, á vista de orçamentos explicados, que mensalmente remetterá á mesma Thesouraria com o balancete resumido do mez anterior, podendo ainda sacar sobre essas Repartições, nos limites da authorisação que lhe for dada, e quando tiver certeza de que existem nellas quantias disponiveis.

Art. 6.º As sommas recebidas por supprimento ou provenientes de restituções, descontos e outras, serão immediatamente carregadas aos pagadores em hum livro, que será escripturado segundo o modelo n.º 1, lançando-se em seguida os documentos de despeza, á medida que se forem fazendo os pagamentos como indica o mesmo modelo. Nenhum pagamento se realisará sem ser primeiramente examinado, conferido e notado o documento no respectivo assentamento; o que se fará constar por huma verba nelle posta e assignada com o appellido do empregado conferente.

Art. 7.º Em cada exercicio haverão tantos livros de receita e despeza quantos forem os mezes do mesmo exer-

cicio. Estes livros serão encerrados no ultimo dia util do mez, declarando-se por extenso o saldo que passar á conta nova do seguinte; e tanto o livro como os documentos de despeza serão logo remettidos á Thesouraria, acompanhados de hum balancete (modelo n.º 2), em que se classificará a referida despeza pelas verbas do orçamento, para ser tudo examinado e devidamente escripturado na 4.ª Secção.

Art. 8.º Para facilitar-se a organização dos balancetes mensaes, far-se-ha a classificação da despeza em tantas folhas de papel avulsas quantas forem as rubricas do orçamento. Em cada huma dessas folhas lançar-se-hão diariamente todas as addicções que por conta da verba, se pagarem, sendo sommadas e conferidas, tambem diariamente, com a despeza paga, de modo que no fim do mez se conheça a somma parcial da despeza effectuada por conta de cada uma verba, e o total da despeza realisada durante o mez, a qual deve conferir com a lançada no credito do livro da receita e despeza.

Art. 9.º Além dos orçamentos explicados e balancetes resumidos de que trata o art. 5.º, enviarão os Pagadores, no dia 15 de cada mez, huma nota dos corpos pagos e por pagar, e até quando, com declaração do saldo existente em dinheiro e documentos provisórios.

Art. 10. Nos primeiros dias de cada mez passar-se-ha revista de mostra á força existente nos limites das respectivas Pagadorias, na fórma prescripta na Legislação em vigor, e, sem que ella se faça, os pagadores ou seus fideis não pagarão vencimento algum á mesma força, notando nas relações de mostra de cada mez não só o dia da revista, como tambem as alterações que occorrerem. Os Officiaes e Praças que não comparecerem á dita revista não serão pagos dos vencimentos; exceptuando-se desta regra os que estiverem em serviço, doentes no Hospital, ou presos, o que deverá ser verificado pelo empregado que passar a revista.

Art. 11. Os corpos e destacamentos disseminados pelo interior e fronteiras da Provincia serão pagos da maneira seguinte:

§ 1.º Os que não estiverem em distancia maior de 10 leguas das Pagadorias mandarão os respectivos quarteis-mestres ajustar nellas suas contas mensalmente, trazendo os papeis lacrados, e acompanhados de Officio, no qual se declarem as circumstancias occorridas no acto da revista de mostra.

§ 2.º Os que estiverem até a distancia de 50 leguas serão pagos nos seus quartéis pelos Pagadores ou Fieis, por meio de recibos provisorios assignados pelos respectivos Commandantes, os quaes serão resgatados no mez seguinte, substituindo-os por outros nas folhas e prets, devidamente conferidos e examinados na Pagadoria, procedendo-se semelhantemente nos mezes futuros.

§ 3.º Aos que finalmente existirem nas fronteiras de Quarahim e Missões, e outros pontos, além das 50 leguas, em quanto não houver na Alfandega de Uruguayana hum Empregado da Pagadoria central encarregado de passar as revistas de mostra e fazer o exame e conferencia dos documentos, serão as revistas passadas por hum Empregado da confiança do Inspector da mesma Alfandega, onde receberão mensalmente os Quartéis-Mestres a importancia dos vencimentos por meio de recibos provisorios, enviando o referido Inspector as folhas, prets e relações de mostra á sobredita Pagadoria a fim de serem examinadas, e devolvidas depois de conferidas, com a rubrica do pagador, para que possa ter lugar no mez seguinte o ajustamento final das contas, sendo outra vez restituídos os documentos á Pagadoria como supprimento a ella feito pela mencionada Alfandega. O mesmo praticará a Pagadoria do Rio Grande com a força destacada na fronteira do Chuy, sendo o Administrador da Meza de Rendas de Jaguarão encarregado de mandar passar as revistas de mostra e ajustar as respectivas contas.

Art. 12. Não obstante o que fica disposto no artigo antecedente, os Pagadores deverão, de dous em dous mezes, ir ou mandar seus Fieis verificar a existencia da força nesses pontos remotos, podendo tambem passar mostras extraordinarias os destacamentos quando se derem circumstancias que determinem a necessidade de semelhante providencia.

Art. 13. Emquanto não houver fiel na Pagadoria do Rio Grande, os pagamentos da tropa, exceptuando a que estiver destacada na fronteira do Chuy, serão realisados na mesma Pagadoria, sendo encarregado de passar mostra o Ajudante do Escrivão; os da Marinha, porém, depois de conferidas as folhas pelos livros de soccorros, serão feitos a bordo das embarcações, em dias determinados pelo proprio Pagador, com assistencia do Escrivão, o qual irá averbando os pagamentos nos mesmos livros de soccorros, á medida que se forem realisando, aos proprios credores, deixando de pagar-se aquelles que não estiverem presentes. As férias dos opera-

rios e serventes das obras serão também semanalmente satisfeitas nas proprias obras, com assistencia do Escrivão ou do ajudante, na conformidade das instrucções de 10 de Dezembro de 1851.

Art. 14. Os Escrivães e Ajudantes das Pagadorias perceberão, além de seus ordenados, as gratificações marcadas na tabella A, e tanto elles como os Pagadores e Fieis, terão as ajudas de custo para as despesas de transporte declaradas na mesma tabella, quando forem nomeados ou removidos, ou quando tiverem de fazer pagamentos fóra dos lugares em que estiverem estabelecidas as mesmas Pagadorias.

Art. 15. Sempre que os Pagadores tiverem de fazer pagamentos aos corpos ou destacamentos nos respectivos quartéis, requisitarão ao Commandante da força do districto da Pagadoria, para segurança das sommas que levarem, tres ou mais praças de cavallaria, as quaes os acompanharão durante a viagem de ida e volta.

Art. 16. O expediente das Pagadorias terá lugar todos os dias uteis, desde as 9 horas da manhã até as 3 da tarde, salvo nos casos urgentes e extraordinarios, em que poderá prolongar-se o serviço, ou mesmo fazer-se em dias feriados. Haverá hum livro do ponto, rubricado pela Thesouraria de Fazenda, no qual notará o Pagador as faltas dos empregados, devendo enviar à mesma Thesouraria, no principio de cada mez, o extracto do ponto do mez anterior com as observações que se lhe offerecerem.

Art. 17. Ficão sem effeito as Instrucções de 7 de Março de 1855, que autorisavão os adiantamentos provisorios aos corpos pelos Collectores dos respectivos districtos. Além do que se acha prescripto nestas Instrucções, só he permittido abonar-se ás praças de pret as etapes correspondentes ao mez seguinte ao do ajustamento de contas.

Thesouro Nacional em 24 de Abril de 1857.— *João Mauricio Wanderley.*

N.º 155. — Em 24 de Abril de 1857. — *Manda executar a nova Tarifa das Alfandegas.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a nova Tarifa das Alfandegas do Im-

rios e serventes das obras serão também semanalmente satisfeitas nas proprias obras, com assistencia do Escrivão ou do ajudante, na conformidade das instrucções de 10 de Dezembro de 1851.

Art. 14. Os Escrivães e Ajudantes das Pagadorias perceberão, além de seus ordenados, as gratificações marcadas na tabella A, e tanto elles como os Pagadores e Fieis, terão as ajudas de custo para as despezas de transporte declaradas na mesma tabella, quando forem nomeados ou removidos, ou quando tiverem de fazer pagamentos fóra dos lugares em que estiverem estabelecidas as mesmas Pagadorias.

Art. 15. Sempre que os Pagadores tiverem de fazer pagamentos aos corpos ou destacamentos nos respectivos quartéis, requisitarão ao Commandante da força do districto da Pagadoria, para segurança das sommas que levarem, tres ou mais praças de cavallaria, as quaes os acompanharão durante a viagem de ida e volta.

Art. 16. O expediente das Pagadorias terá lugar todos os dias uteis, desde as 9 horas da manhã até as 3 da tarde, salvo nos casos urgentes e extraordinarios, em que poderá prolongar-se o serviço, ou mesmo fazer-se em dias feriados. Haverá hum livro do ponto, rubricado pela Thesouraria de Fazenda, no qual notará o Pagador as faltas dos empregados, devendo enviar à mesma Thesouraria, no principio de cada mez, o extracto do ponto do mez anterior com as observações que se lhe offerecerem.

Art. 17. Ficão sem effeito as Instrucções de 7 de Março de 1855, que autorisavão os adiantamentos provisorios aos corpos pelos Collectores dos respectivos districtos. Além do que se acha prescripto nestas Instrucções, só he permittido abonar-se ás praças de pret as etapes correspondentes ao mez seguinte ao do ajustamento de contas.

Thesouro Nacional em 24 de Abril de 1857.— *João Mauricio Wanderley.*

N.º 155. — Em 24 de Abril de 1857. — *Manda executar a nova Tarifa das Alfandegas.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a nova Tarifa das Alfandegas do Im-

perio para que a facção executar do 1.º de Julho deste anno em diante, na conformidade do Decreto n.º 1.914 de 28 do mez proximo passado.

Thesouro Nacional em 24 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 156. — GUERRA. — Aviso de 24 de Abril de 1857. — *Autorisa o Director do Arsenal de Guerra da Côrte para distribuir pela maneira mais conveniente ao serviço, as attribuições marcadas aos seus Ajudantes d'Ordens nas Instrucções, que acompanhárão o Decreto n.º 1.912 de 28 de Março ultimo.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Abril de 1857

Não obstante acharem-se consignadas nas Instrucções, que acompanhárão o Decreto n.º 1.913 de 28 de Março findo, para o serviço dos tres Ajudantes do Arsenal de Guerra, sob sua direcção, as attribuições que competem a cada hum delles, com tudo fica V. S. autorizado a distribui-las pelos mesmos Ajudantes da maneira que mais conveniente for ao serviço publico.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Caxias. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 157. — Aviso de 24 de Abril de 1857. — *Autorisa o Conselho Administrativo a proceder, em casos urgentes, a compras independentemente dos annuncios, de que trata o Regulamento de 14 de Dezembro de 1852; dando de tudo conta á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Abril de 1857.

A'vista do que representou o Director do Arsenal de Guerra em Officio datado de hontem, fica o Conselho Administrativo de compras autorizado para em casos urgentes, proceder, independentemente dos annuncios de que trata o

perio para que a facção executar do 1.º de Julho deste anno em diante, na conformidade do Decreto n.º 1.914 de 28 do mez proximo passado.

Thesouro Nacional em 24 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 156. — GUERRA. — Aviso de 24 de Abril de 1857. — *Autorisa o Director do Arsenal de Guerra da Côrte para distribuir pela maneira mais conveniente ao serviço, as attribuições marcadas aos seus Ajudantes d'Ordens nas Instrucções, que acompanhárão o Decreto n.º 1.912 de 28 de Março ultimo.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Abril de 1857

Não obstante acharem-se consignadas nas Instrucções, que acompanhárão o Decreto n.º 1.913 de 28 de Março findo, para o serviço dos tres Ajudantes do Arsenal de Guerra, sob sua direcção, as attribuições que competem a cada hum delles, com tudo fica V. S. autorizado a distribui-las pelos mesmos Ajudantes da maneira que mais conveniente for ao serviço publico.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Caxias. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 157. — Aviso de 24 de Abril de 1857. — *Autorisa o Conselho Administrativo a proceder, em casos urgentes, a compras independentemente dos annuncios, de que trata o Regulamento de 14 de Dezembro de 1852; dando de tudo conta á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Abril de 1857.

A'vista do que representou o Director do Arsenal de Guerra em Officio datado de hontem, fica o Conselho Administrativo de compras autorizado para em casos urgentes, proceder, independentemente dos annuncios de que trata o

Regulamento de 14 de Dezembro de 1852, ás compras que lhe forem requisitadas pelo mesmo Arsenal, mandando avisar aos Negociantes, dos generos que tiver de comprar, para que em dia determinado apresentem as suas propostas para sobre ellas resolver-se, dando-se immediatamente parte de tudo a esta Secretaria d'Estado. O que communico a V. S. para seu governo.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente do Conselho Administrativo.

N.º 158. — Aviso de 25 de Abril de 1857. — *Declara que os Secretarios dos Commandos d'Armas tem direito ao abono dos vencimentos do Estado Maior de 1.ª Classe.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Abril de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Não fazendo a observação 5.ª da Tabella que acompanhou o Decreto n.º 1.880 de 31 de Janeiro deste anno excepção alguma dos Secretarios dos Commandos d'Armas, tem elles direito ao abono de vencimentos de Estado Maior de 1.ª Classe. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar á Thesouraria de Fazenda, que recusou pagar taes vantagens ao Secretario do Commando das Armas dessa Provincia, como se vê dos papeis que acompanhárão o Officio dessa Presidencia sob n.º 133 de 21 de Março ultimo que fica assim respondido.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N.º 159.—IMPERIO.—Portaria de 25 de Abril de 1857.—*Créa huma Agencia de Correio na Freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, na Provincia do Rio de Janeiro.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem crear huma Agencia de Correio na Freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, na Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1857.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Regulamento de 14 de Dezembro de 1852, ás compras que lhe forem requisitadas pelo mesmo Arsenal, mandando avisar aos Negociantes, dos generos que tiver de comprar, para que em dia determinado apresentem as suas propostas para sobre ellas resolver-se, dando-se immediatamente parte de tudo a esta Secretaria d'Estado. O que communico a V. S. para seu governo.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente do Conselho Administrativo.

N.º 158. — Aviso de 25 de Abril de 1857. — *Declara que os Secretarios dos Commandos d'Armas tem direito ao abono dos vencimentos do Estado Maior de 1.ª Classe.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Abril de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Não fazendo a observação 5.ª da Tabella que acompanhou o Decreto n.º 1.880 de 31 de Janeiro deste anno excepção alguma dos Secretarios dos Commandos d'Armas, tem elles direito ao abono de vencimentos de Estado Maior de 1.ª Classe. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar á Thesouraria de Fazenda, que recusou pagar taes vantagens ao Secretario do Commando das Armas dessa Provincia, como se vê dos papeis que acompanhárão o Officio dessa Presidencia sob n.º 133 de 21 de Março ultimo que fica assim respondido.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N.º 159.—IMPERIO.—Portaria de 25 de Abril de 1857.—*Créa huma Agencia de Correio na Freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, na Provincia do Rio de Janeiro.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem crear huma Agencia de Correio na Freguezia de Sant'Anna de Palmeiras, na Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1857.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 160. — Aviso N.º 7 de 27 de Abril de 1857. — Ao Director Geral das Terras Publicas. — *Approva o contracto celebrado com a Companhia — União e Industria.*

Illm. e Exm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado a 25 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com a Companhia — União e Industria — para importação e estabelecimento de 400 familias de colonos nas visinhanças da estrada que a mesma Companhia está abrindo.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Director Geral das Terras Publicas.

N.º 161. — Aviso N.º 11 de 27 de Abril de 1857. — Ao Presidente de Matto Grosso. — *Approvando a deliberação tomada a respeito da consulta feita pelo Vigario da Freguezia do Livramento.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 46 de 2 de Agosto do anno passado, em que V. Ex. communica, que tendo o Vigario da Freguezia do Livramento nessa Provincia consultado, se depois de hum possuidor de terras ter feito registrar as suas declarações com algumas ommissões, seria admissivel receber outras novas rectificadas, decidira V. Ex. que não convinha fazer alterações nas declarações textualmente lançadas no livro de registro, mas que podião ser acceitas aquellas que tivessem por fim supprir as ditas ommissões: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Approvar esta deliberação, advertindo porêem que cumpre lançar nos respectivos assentamentos as competentes notas a fim de evitar que haja duplicatas. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e em resposta ao citado officio.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Matto Grosso.

N.º 162. — FAZENDA. — Em 27 de Abril de 1857. — *Manda executar o Regulamento do Corpo de Saude do Exercito na parte relativa aos vencimentos.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Guerra de 14 do corrente, hum exemplar do Regulamento do Corpo de Saude do Exercito, approved por Decreto n.º 1.900 de 7 de Março ultimo, para que tenha cumprimento na parte relativa aos vencimentos dos Officiaes e mais Empregados do mesmo Corpo de Saude.

Thesouro Nacional em 27 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 163. — GUERRA. — Aviso de 29 de Abril de 1857. — *Declara que o Alferes do 2.º Regimento de Cavallaria ligeira Manoel Joaquim da Silveira não deve gozar da demissão, que obteve do serviço do Exercito, em quanto não respondeo pelas faltas, que commetteo como Militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Abril de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o seu Officio sob n.º 19 de 30 de Março ultimo, cobrindo cópia do que lhe dirigira o Marechal de Campo, Commandante interino das Armas dessa Provincia, Manda declarar a V. Ex., para seu governo, que o Alferes do 2.º Regimento de Cavallaria ligeira Manoel Joaquim da Silveira, não deve gozar da demissão que obteve do serviço do Exercito por Decreto de 16 de Fevereiro do corrente anno, em quanto não responder pela falta que commetteo como Militar. O que V. Ex. fará cumprir.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Caxias. — Sr. Presidente do Rio Grande do Sul.

N.º 164.—Aviso de 29 de Abril de 1857.—*Declara que os Officiaes e mais praças da Companhia de Pedestres em Santa Catharina, estão comprehendidas no disposto do Art. 3.º das Instrucções de 14 de Março ultimo; devendo as informações semestres seguir ao seu destino por intermedio do Assistente do Ajudante-General.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Abril de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Accusando a recepção do seu Officio sob n.º 86 de 8 do corrente, declaro á V. Ex. para seu governo, que os Officiaes e mais praças das Companhias de Pedestres são comprehendidos no disposto no Art. 3.º das Instrucções de 14 de Março ultimo, e que as informações semestres devem seguir ao seu destino por intermedio do Assistente do Ajudante-General do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Caxias—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 165.—GUERRA.—Aviso de 30 de Abril de 1857.—*Declara que a cada hum dos tres Ajudantes do Director do Arsenal de Guerra da Córte se deve abonar a gratificação especial de cem mil réis mensaes.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Abril de 1857.

Declaro a Vm. para sua intelligencia e devida execução que a cada hum dos tres Ajudantes do Director do Arsenal de Guerra da Córte se deve abonar, além dos vencimentos geraes a que tem direito como Official empregado, a gratificação especial de cem mil réis mensaes igual ao ordenado que percebia o extinto Vice-Director do mesmo Arsenal.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Caxias.—Sr. Iuspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 166. — FAZENDA. — Em 31 de Abril de 1857. — *Manda incorporar nos terrenos nacionaes meia legua de terras pertencentes a huma Aldéa de Indios extincta.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, de conformidade com o Aviso do Ministerio do Imperio de 21 do corrente, que mande incorporar aos terrenos nacionaes, na fórma do Aviso de 21 de Outubro de 1850, a parte devoluta da meia legua de terras pertencentes a huma aldéa de Indios, ora extincta, creada pelo Missionario Fr. Angelo Mauricio da Niza, no lugar denominado — Baixa Verde; arrecadando como renda do Estado os arrendamentos da que se achar occupada por pessoas não descendentes dos Indios primitivos.

Thesouro Nacional em 30 de Abril de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 167. — Em 2 de Maio de 1857. — *O imposto sobre casas de leilão e modas he peculiar do Municipio.*

João Mauricio Wanderley, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, sob n.º 100, de 25 de Junho ultimo, lhe declara que o imposto sobre as casas de leilão e de modas, creado pelo § 12 do Art. 51 da Lei de 25 de Novembro de 1831, não póde deixar de ser considerado como renda peculiar do Municipio da Côte, em face da legislação em vigor citada pelo mesmo Sr. Inspector no seu referido Officio.

Thesouro Nacional em 2 de Maio de 1857. — João Mauricio Wanderley.

N.º 163. — Em 2 de Maio de 1857. — *A multa do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio de 1836 recae sómente na parte do genero de que se não apresenta o documento de ter embarcado.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1857.

Declaro ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado, em resposta ao seu Officio n.º 25 de 30 do mez findo, que, á vista do disposto no Art. 165 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, acertadamente procedeo impondo ao Capitão da embarcação a que se refere no mesmo Officio huma multa igual aos direitos do resto das saccas de café que por ultimo forão para bordo, e por não ter elle remettido para a dita mesa, como lhe cumpria, o despacho que as acompanhou; e outrosim, que, na hypotheze sujeita, nem outra poderia ser a decisão do mesmo Sr. Administrador, porquanto, sobre ser summamente injusto multar o Capitão pela importancia integral dos direitos do café despachado, huma vez que quasi todo havia sido regularmente transportado para bordo, e enviado á mesa o competente recibo, o citado Art. 165 nas palavras «huma multa igual aos direitos dos generos acompanhados pelo despacho ou guia», resolve de hum modo claro e terminante as duvidas que a tal respeito possam suscitar-se.—João Mauricio Wanderley.

N.º 169.—Em 2 de Maio de 1857. — *Sobre o imposto de Escriptorios.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1857.

Em solução á duvida que lhe foi proposta pelo Collector de Rezende em Officio n.º 62 de 28 de Março ultimo, relativamente ao imposto sobre os escriptorios de advogados, declaro á V. S. para que o faça constar ao mesmo Collector, que deve considerar sujeitos ao dito imposto os bachareis a que se refere no mencionado Officio, visto que, apezar de residirem fóra da Cidade, e não terem nella escriptorios publicos, tratão de causas no fóro daquelle auditorio; porquanto, pelo Regulamento de 15 de Junho de 1844, Art. 2.º, § 10,

e pelas Ordens de 12 de Novembro de 1846, 17 de Maio de 1848, 22 de Julho de 11 de Setembro de 1851, o imposto de que se trata comprehende todos os advogados, ou sejam bachareis formados ou provisionados, quer assignem quer não os papeis do fôro, quer exerceão a advocacia publica, quer particularmente, e portanto ou sejam nacionaes ou estrangeiros, e quer sejam ou não empregados publicos, como, por exemplo, Promotores.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. —
Sr. Director Geral das Rendas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 170.—Aviso N.º 8 de 2 de Maio de 1857.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—*Marcando a gratificação de 400.000 annuaes para a viagem, que tem de fazer aos Aldeamentos o Director Geral dos Indios naquella Provincia.*

Illm. e Exm. Sr.—Havendo-se o Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, João Wilkens de Matos, na sua qualidade de Director Geral dos Indios offerecido para fazer todos os annos huma viagem de inspecção pelos differentes Aldeamentos indigenas ahi existentes: Houve Sua Magestade o Imperador por bem Conceder-lhe para isso licença e Marcar-lhe a gratificação de 400.000 como ajuda de custo para a dita viagem. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

e pelas Ordens de 12 de Novembro de 1846, 17 de Maio de 1848, 22 de Julho de 11 de Setembro de 1851, o imposto de que se trata comprehende todos os advogados, ou sejam bachareis formados ou provisionados, quer assignem quer não os papeis do fôro, quer exerceão a advocacia publica, quer particularmente, e portanto ou sejam nacionaes ou estrangeiros, e quer sejam ou não empregados publicos, como, por exemplo, Promotores.

Deos Guarde a V. S. — João Mauricio Wanderley. —
Sr. Director Geral das Rendas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 170.—Aviso N.º 8 de 2 de Maio de 1857.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—*Marcando a gratificação de 400.000 annuaes para a viagem, que tem de fazer aos Aldeamentos o Director Geral dos Indios naquella Provincia.*

Illm. e Exm. Sr.—Havendo-se o Delegado do Director Geral das Terras Publicas nessa Provincia, João Wilkens de Matos, na sua qualidade de Director Geral dos Indios offerecido para fazer todos os annos huma viagem de inspecção pelos differentes Aldeamentos indigenas ahi existentes: Houve Sua Magestade o Imperador por bem Conceder-lhe para isso licença e Marcar-lhe a gratificação de 400.000 como ajuda de custo para a dita viagem. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N.º 171. -- GUERRA. -- Aviso de 8 de Maio de 1857. -- *Declara as vantagens que devem perceber os Officiaes do Corpo de Saude do Exercito, que antes de sua organisação achão-se fruindo as de engenheiros.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. -- Para solver as duvidas que se tem suscitado á respeito dos vencimentos que competem aos 2.ºs Cirurgiões Tenentes do Corpo de Saude do Exercito, Dr.º Augusto Victorino Alves do Sacramento Black, e José Zacarias de Carvalho, declaro á V. Ex. de ordem de Sua Magestade o Imperador, e para o fazer constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia que, de acôrdo com o que se determinou, em Aviso de 24 de Fevereiro ultimo, ao Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte, devem os Officiaes do referido Corpo, que, antes de sua organisação, estavam fruindo vantagens de Engenheiros, ser contemplados com os mesmos vencimentos marcados na Tabella respectiva para os Officiaes do de Engenheiros em commissão activa ou de residencia, até ser publicado o Regulamento para o mesmo Corpo de Saude, e assim fica respondido o officio de V. Ex., sob n.º 35 de 9 de Março ultimo.

Deos Guarde a V. Ex. -- Jeronymo Francisco Coelho. -- Sr. Presidente das Alagoas.

N. 172. -- GUERRA. -- Aviso de 13 de Maio de 1857. -- *Declara que só os Officiaes do Quadro effectivo do Exercito tem direito a camaradas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. -- Accusando a recepção do seu Officio n.º 28 de 30 de Março ultimo, declaro á V. Ex. para seu governo, que sómente tem direito a camaradas os Officiaes do Quadro effectivo do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex. -- Jeronymo Francisco Coelho. -- Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 173. — Circular de 13 de Maio de 1857. — *Declara que os assistentes do Ajudante General do Exercito tem direito aos vencimentos, que lhe forão marcados, desde o dia em que entrarem em exercicio, independentemente da apresentação de qualquer titulo.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Manda declarar á V. Ex. para que devidamente o faça constar ao Inspector da Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, que o Assistente do Ajudante General do Exercito para ahi designado, tem direito aos vencimentos marcados na Tabella que baixou com o Decreto n.º 1.861 de 31 de Janeiro do corrente anno, desde o dia em que entrar em exercicio independente da apresentação de qualquer titulo; e bem assim o Amanuense que nomear em virtude do Regulamento que acompanhou o citado Decreto: O que V. Ex. cumprirá.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 174. — FAZENDA. — Em 13 de Maio 1857. — *O Consignatario do Navio não póde soffrer a multa que deve ser imposta ao Capitão e o Regulamento não impõe multa por falta de conferencia dos generos que embarcão.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 12 de Maio de 1857.

Communico ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado da Córte que o Tribunal do Thesouro deu provimento ao recurso interposto por Joaquim Pimentel do Vabo, sobre que informou o mesmo Sr. Administrador em Officio de 23 de Abril ultimo, por julgar que forão indevidamente impostas as multas a que se refere o dito recurso. Quanto á 1.ª, em vista do Art. 165 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, não podia o recorrente consignatario da Polaca Hespanhola — Marcelita — ser multado por hum facto alheio, qual foi o de deixar o Capitão da mesma Polaca de satisfazer as obrigações que lhe impõe o citado Regulamento: e

N.º 173. — Circular de 13 de Maio de 1857. — *Declara que os assistentes do Ajudante General do Exercito tem direito aos vencimentos, que lhe forão marcados, desde o dia em que entrarem em exercicio, independentemente da apresentação de qualquer titulo.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Manda declarar á V. Ex. para que devidamente o faça constar ao Inspector da Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, que o Assistente do Ajudante General do Exercito para ahi designado, tem direito aos vencimentos marcados na Tabella que baixou com o Decreto n.º 1.861 de 31 de Janeiro do corrente anno, desde o dia em que entrar em exercicio independente da apresentação de qualquer titulo; e bem assim o Amanuense que nomear em virtude do Regulamento que acompanhou o citado Decreto: O que V. Ex. cumprirá.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 174. — FAZENDA. — Em 13 de Maio 1857. — *O Consignatario do Navio não póde soffrer a multa que deve ser imposta ao Capitão e o Regulamento não impõe multa por falta de conferencia dos generos que embarcão.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 12 de Maio de 1857.

Communico ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado da Córte que o Tribunal do Thesouro deu provimento ao recurso interposto por Joaquim Pimentel do Vabo, sobre que informou o mesmo Sr. Administrador em Officio de 23 de Abril ultimo, por julgar que forão indevidamente impostas as multas a que se refere o dito recurso. Quanto á 1.ª, em vista do Art. 165 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, não podia o recorrente consignatario da Polaca Hespanhola — Marcelita — ser multado por hum facto alheio, qual foi o de deixar o Capitão da mesma Polaca de satisfazer as obrigações que lhe impõe o citado Regulamento: e

se o Sr. Administrador assim procedeo em consequencia da responsabilidade que o recorrente tomou pelo Capitão, o que aliás não he permittido nos Regulamentos, cumpria ter observado o que dispõe o Art. 2.º do Decreto de 19 de Março de 1853 a respeito do pagamento das multas. Quanto á 2.ª, nenhuma disposição ha que autorize a imposição de multa por falta de conferencia dos generos no embarque; tanto mais que ao conferente compete, na fórma do Art. 164 do dito Regulamento, não consentir no embarque dos generos sem os exames de que trata o mesmo Artigo — Bernardo de Souza Franco.

N.º 175.—Em 13 de Maio de 1857.—*Despacho de reexportação de espingardas de vento.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, sob n.º 50, de 16 de Março ultimo, lhe declara que foi approvada a decisão que tomou de mandar conceder o despacho de reexportação de humas espingardas de vento, por estarem comprehendidas no § 2.º do Art. 7.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 633 de 28 de Agosto de 1849, e em face dos §§ 1.º e 2.º da Ordem n.º 146 de 21 de Junho de 1853, pelo mesmo Sr. Inspector citada em seu referido Officio.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 176.—Em 13 de Maio de 1857.—*Sobre a execução do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio de 1836, e Decreto de 19 de Maio de 1857.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Março de 1853.

Communico ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado que o Tribunal do Thesouro indeferiu o Requerimento de Rostron Dutton e Companhia, recorrendo das multas que foi

se o Sr. Administrador assim procedeo em consequencia da responsabilidade que o recorrente tomou pelo Capitão, o que aliás não he permittido nos Regulamentos, cumpria ter observado o que dispõe o Art. 2.º do Decreto de 19 de Março de 1853 a respeito do pagamento das multas. Quanto á 2.ª, nenhuma disposição ha que autorize a imposição de multa por falta de conferencia dos generos no embarque; tanto mais que ao conferente compete, na fórma do Art. 164 do dito Regulamento, não consentir no embarque dos generos sem os exames de que trata o mesmo Artigo — Bernardo de Souza Franco.

N.º 175.—Em 13 de Maio de 1857.—*Despacho de reexportação de espingardas de vento.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, sob n.º 50, de 16 de Março ultimo, lhe declara que foi approvada a decisão que tomou de mandar conceder o despacho de reexportação de humas espingardas de vento, por estarem comprehendidas no § 2.º do Art. 7.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 633 de 28 de Agosto de 1849, e em face dos §§ 1.º e 2.º da Ordem n.º 146 de 21 de Junho de 1853, pelo mesmo Sr. Inspector citada em seu referido Officio.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 176.—Em 13 de Maio de 1857.—*Sobre a execução do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio de 1836, e Decreto de 19 de Maio de 1857.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Março de 1853.

Communico ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado que o Tribunal do Thesouro indeferiu o Requerimento de Rostron Dutton e Companhia, recorrendo das multas que foi

rão impostas aos Capitães das Bârcas Americanas « Elleslie » e « Ratller, » de que são consignatarios, por terem deixado de devolver á mesma Mesa no devido tempo, e com o competente recibo, o despacho dos generos entregues a bordo, segundo informa o mesmo Sr. Administrador em seu Officio n.º 20 de 17 de Abril ultimo.

Por esta occasião cumpre observar que menos regular foi o procedimento do Sr. Administrador, quando, prescindindo da imposição da multa determinada pelo Art. 165 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, consentio na apresentação do despacho em epocha e por maneira diversa da prescrita no dito Regulamento, resultando desta irregularidade deixar de observar-se o que dispõe acerca das multas o Decreto e Regulamento de 19 de Março de 1853, cujas formulas forão preteridas, recolhendo-se aos cofres publicos em 31 de Março ultimo huma somma, que para elles deveria ter entrado dez mezes antes; e outrosim que interpondo a parte o recurso dentro dos trinta dias depois da intimação, lhe foi declarado, por despacho da Mesa de 2 do mez proximo passado, que o fizesse directamente ao Thesouro, contra o disposto no Art. 3.º do citado Regulamento de 19 de Março. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 177.—Em 13 de Maio de 1857.—*O tempo de serviço contado em huma reforma ou aposentadoria não pôde de novo ser incluído em outra.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso que empregue os meios estabelecidos nas Leis em vigor para que seja a Fazenda indemnizada do que, por ordem da Presidencia, foi indevidamente abonado ao Tenente Luiz Manoel Monteiro de Mendonça, como aposentado por Decreto do 1.º de Maio de 1851 no lugar de Escriptuario do Arsenal de Guerra da mesma Provincia, com o vencimento correspondente aos annos de serviço que tivesse, porquanto, á vista da Imperial Resolução de 18 de Março de 1854, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, nenhum vencimento compete por aquella aposentadoria ao sobredito Tenente, cujos annos de serviço já havião sido contados para a refor-

rão impostas aos Capitães das Bârcas Americanas « Elleslie » e « Ratller, » de que são consignatarios, por terem deixado de devolver á mesma Mesa no devido tempo, e com o competente recibo, o despacho dos generos entregues a bordo, segundo informa o mesmo Sr. Administrador em seu Officio n.º 20 de 17 de Abril ultimo.

Por esta occasião cumpre observar que menos regular foi o procedimento do Sr. Administrador, quando, prescindindo da imposição da multa determinada pelo Art. 165 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, consentio na apresentação do despacho em epocha e por maneira diversa da prescrita no dito Regulamento, resultando desta irregularidade deixar de observar-se o que dispõe acerca das multas o Decreto e Regulamento de 19 de Março de 1853, cujas formulas forão preteridas, recolhendo-se aos cofres publicos em 31 de Março ultimo huma somma, que para elles deveria ter entrado dez mezes antes; e outrosim que interpondo a parte o recurso dentro dos trinta dias depois da intimação, lhe foi declarado, por despacho da Mesa de 2 do mez proximo passado, que o fizesse directamente ao Thesouro, contra o disposto no Art. 3.º do citado Regulamento de 19 de Março. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 177.—Em 13 de Maio de 1857.—*O tempo de serviço contado em huma reforma ou aposentadoria não pôde de novo ser incluído em outra.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Mato Grosso que empregue os meios estabelecidos nas Leis em vigor para que seja a Fazenda indemnizada do que, por ordem da Presidencia, foi indevidamente abonado ao Tenente Luiz Manoel Monteiro de Mendonça, como aposentado por Decreto do 1.º de Maio de 1851 no lugar de Escriptuario do Arsenal de Guerra da mesma Provincia, com o vencimento correspondente aos annos de serviço que tivesse, porquanto, á vista da Imperial Resolução de 18 de Março de 1854, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, nenhum vencimento compete por aquella aposentadoria ao sobredito Tenente, cujos annos de serviço já havião sido contados para a refor-

ma que anteriormente lhe concedera o Governo Imperial, não prefazendo os restantes o numero que a Lei exige para que os aposentados tenham a elle direito.

E se por ventura o emprego dos referidos meios não for sufficiente para completa indemnisação das quantias que recebeu aquelle official, e de que o Sr. Inspector enviará huma conta ao Thesouro, informando-o do cumprimento que der a esta ordem, deverá a dita indemnisação ser reclamada do Exm. Sr. Presidente da Provincia, que he, em ultimo caso, o responsável pelas quantias, que indevidamente mandou abonar.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 178. — Em 13 de Maio de 1857. — *A multa do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio deve ser imposta ao Commandante do Navio, e não ao patrão do bote que conduz o genero para bordo.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que o mesmo Tribunal deu provimento ao recurso que acompanhou o seu Officio n.º 52 de 28 de Janeiro ultimo, interposto por Daisson e Lirou da decisão da mesma Thesouraria, confirmatoria de outra da Alfandega do Rio Grande, que impoz huma multa ao patrão do bote, que conduzia 100 terços de herba-matte para bordo do Patacho Brasileiro *Emiliana*, por se não ter restituído em tempo aquella Alfandega o despacho que acompanhara a dita mercadoria, e que se allega ter sido arrebatado pelo vento, visto que he só no caso previsto no Art. 164 do mesmo Regulamento de 30 de Maio de 1836, que por occasião do embarque de mercadorias póde ser multado o patrão ou arraes do bote que as transportar; devendo portanto ser restituída aos recorrentes a importancia da referida multa.

E por esta occasião se adverte ao Sr. Inspector que foi ainda irregular o seu procedimento, assim como o do da Alfandega, a quem o declarará, não impondo como lhes cumpria, nos termos do Art. 165 do citado Regulamento, em que aliás se fundarão, a multa em que incorreo o Comman-

ma que anteriormente lhe concedera o Governo Imperial, não prefazendo os restantes o numero que a Lei exige para que os aposentados tenham a elle direito.

E se por ventura o emprego dos referidos meios não for sufficiente para completa indemnisação das quantias que recebeu aquelle official, e de que o Sr. Inspector enviará huma conta ao Thesouro, informando-o do cumprimento que der a esta ordem, deverá a dita indemnisação ser reclamada do Exm. Sr. Presidente da Provincia, que he, em ultimo caso, o responsável pelas quantias, que indevidamente mandou abonar.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 178. — Em 13 de Maio de 1857. — *A multa do Art. 165 do Reg. de 30 de Maio deve ser imposta ao Commandante do Navio, e não ao patrão do bote que conduz o genero para bordo.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que o mesmo Tribunal deu provimento ao recurso que acompanhou o seu Officio n.º 52 de 28 de Janeiro ultimo, interposto por Daisson e Lirou da decisão da mesma Thesouraria, confirmatoria de outra da Alfandega do Rio Grande, que impoz huma multa ao patrão do bote, que conduzia 100 terços de herba-matte para bordo do Patacho Brasileiro *Emiliana*, por se não ter restituído em tempo aquella Alfandega o despacho que acompanhara a dita mercadoria, e que se allega ter sido arrebatado pelo vento, visto que he só no caso previsto no Art. 164 do mesmo Regulamento de 30 de Maio de 1836, que por occasião do embarque de mercadorias póde ser multado o patrão ou arraes do bote que as transportar; devendo portanto ser restituída aos recorrentes a importancia da referida multa.

E por esta occasião se adverte ao Sr. Inspector que foi ainda irregular o seu procedimento, assim como o do da Alfandega, a quem o declarará, não impondo como lhes cumpria, nos termos do Art. 165 do citado Regulamento, em que aliás se fundarão, a multa em que incorreo o Comman-

dante do mencionado Patacho, por haver recebido a seu bordo mercadorias sem o competente despacho ou guia.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 179. — GUERRA. — Aviso de 16 de Maio de 1857. — *Remetendo o mappa que designa as côres e distinctivo das blusas de que uzão os Corpos do Exercito estacionados no Rio Grande Sul.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Maio de 1857.

Satisfazendo ao que V. S. pede em seu Officio n.º 152 de 13 do corrente, remetto á V. S., para seu governo, copia do Mappa que designa as côres e distinctivo das blusas de que usão os Corpos do Exercito estacionados na Provincia de S. Pedro do Sul, á que se refere o mesmo mappa.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 180. — Circular de 19 de Maio de 1857. — *Autorisa os Inspectores das Thesourarias de Fazenda á despeza com o expediente dos Delegados do Cirurgião-Mór do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Maio 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, Autorisar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de... a pagar a importancia da despeza que se fizer com o expediente do Delegado do Cirurgião-Mór do Exercito nessa Provincia, á vista da conta documentada, legalizada com o — Visto — do Commandante das Armas se o houver, ou do Assistente do Ajudante General, e com a competente ordem do Presidente da Provincia. — Jeronymo Francisco Coelho.

dante do mencionado Patacho, por haver recebido a seu bordo mercadorias sem o competente despacho ou guia.

Thesouro Nacional em 13 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 179. — GUERRA. — Aviso de 16 de Maio de 1857. — *Remetendo o mappa que designa as côres e distinctivo das blusas de que uzão os Corpos do Exercito estacionados no Rio Grande Sul.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Maio de 1857.

Satisfazendo ao que V. S. pede em seu Officio n.º 152 de 13 do corrente, remetto á V. S., para seu governo, copia do Mappa que designa as côres e distinctivo das blusas de que usão os Corpos do Exercito estacionados na Provincia de S. Pedro do Sul, á que se refere o mesmo mappa.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 180. — Circular de 19 de Maio de 1857. — *Autorisa os Inspectores das Thesourarias de Fazenda á despeza com o expediente dos Delegados do Cirurgião-Mór do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Maio 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, Autorisar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de... a pagar a importancia da despeza que se fizer com o expediente do Delegado do Cirurgião-Mór do Exercito nessa Provincia, á vista da conta documentada, legalizada com o — Visto — do Commandante das Armas se o houver, ou do Assistente do Ajudante General, e com a competente ordem do Presidente da Provincia. — Jeronymo Francisco Coelho.

Mappas das côres e distinctivos das Bluzas de baêta e de ganga para o uzo das praças de pret dos Corpos do Exército estacionados na Província de S. Pedro.

CORPOS.	Corpo da Bluz.	Gola.	Canhão.	Vivos da Gola.	Vivos do Peito.	Botões.
1.º Regimento de Artilharia a cavallo..	Encarnado..	Preto.....	Preto.....	Encarnado..	Preto.....	Preto.
2.º Dito de Cavallaria ligeira.....	Idem.....	Azul ferrete.	Idem.....	Idem.....	Azul ferrete.	Idem.
3.º Dito dito dito.....	Idem.....	Idem.....	Azul claro..	Idem.....	Idem.....	Idem.
4.º Dito dito dito.....	Idem.....	Idem.....	Amarello..	Idem.....	Idem.....	Idem.
5.º Dito dito dito.....	Idem.....	Idem.....	Verde.....	Idem.....	Idem.....	Idem.
3.º 4.º 6.º Batalhão de infantaria.....	Roza.....	Amarello..	Amarello..	Amarello..	Idem.
12.º e 13.º ditos dito.....	Idem.....	Verde.....	Verde.....	Verde.....	Idem.
Companhia de Invalidos.....	Azul ferrete.	Rosa.....	Rosa.....	Branco.....	Branco.....	Idem.
Dita de transportes.....	Idem.....	Encarnado..	Encarnado..	Azul ferrete.	Encarnado..	Idem.
Guarda Nacional.....	Idem.....	Idem.....	Amarello..	Branco.....	Idem.....	Idem.
Piquete do Exm. Sr. General Presidente.	Encarnado..	Azul ferrete.	Azul ferrete.	Idem.....	Branco.....	Idem.

OBSERVAÇÕES.

As Bluzas para o Piquete acima dito terão peito azul claro, botões amarelllos e nos angulos da gola duas pistolas de metal amarello, encruzadas.

As Bluzas de baeta são para o inverno, e as de ganga para o verão.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 16 de Maio de 1857. —O Official-maior interino Bernardo Joaquim de Mattos.

N.º 181.—Circular de 19 de Março de 1857. — *Declara os vencimentos, que competem ao Official, que exerce as funções de Secretario do Commandante d'armas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Maio de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de... para seu governo, que o Official que se achar exercendo as funções de Secretario do Commando das Armas tem direito á percepção dos vencimentos de Commissão d'Estado-maior de 1.ª Classe, além da gratificação destinada para despesas do expediente, segundo o que se declarou em Circular de 19 de Setembro de 1844. — Jeronymo Francisco Coelho.

N.º 182.—FAZENDA.—Em 19 de Maio de 1857.—*Os desasissados não pagão disima de chancellaria.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1857.

Declaro á V. S., para o fazer constar ao Administrador da Mesa de Rendas da Cidade de S. João da Barra, em solução á duvida que propóz em seu Officio de 7 do corrente, que os desasissados quando decahidos das acções não devem pagar a disima de chancellaria por se acharem comprehendidos na generalidade do § 4.º Art. 10 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 150 de 9 de Abril de 1842 na epigraphie — pessoas miseraveis — conforme já o declarou a Ordem do Thesouro de 25 de Janeiro de 1853.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Farnco. — Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 183. — Circular. — Em 19 de Maio de 1857 — *Sobre a remessa de quadros da divida activa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettão por huma só vez hum quadro geral da divida activa com as declarações do estylo, comprehendendo todos os devedores anteriores á nova numeração por series, que tiverem solvido os seus debitos até Junho proximo futuro; declarando aos mesmos Srs. Inspectores que, na conformidade da Circular de 20 de Fevereiro de 1854, não devem mais remetter os quadros da divida, que pela Ordem de 16 de Julho de 1840 erão transmittidos annualmente ao Thesouro com o balanço definitivo, devendo porêem continuar regularmente a remessa á Directoria do Contencioso das relações semestraes da mesma divida activa liquidada, cobrada e remettida para o Juizo, segundo se acha estabelecido.

Thesouro Nacional em 19 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 184. — Circular. Em 22 de Maio de 1857. — *Autorisa o pagamento dos novos vencimentos dos empregados das Secretarias de Policia.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena, em conformidade do Aviso do Ministerio da Justiça de 18 do corrente, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que paguem aos empregados das Secretarias de Policia os vencimentos que lhes forão marcados pelos Decretos n.ºs 1.897 e 1.898 de 21 de Fevereiro proximo passado.

Thesouro Nacional em 22 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 185.—Aviso N.º 9 de 22 de Maio de 1857. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—*Para remetter em prazos mais curtos as sommas, de que carecer a Colonia Militar de Pimenteiras para sua marcha.*

Illm. e Exm. Sr. — Havendo a Thesouraria da Fazenda nessa Provincia representado contra os inconvenientes de abonarem-se por adiantamento e sem fiança algumas quantias ao Director da Colonia Militar de Pimenteiras; convém que V. Ex. a fim de atenuar até onde for possível os referidos inconvenientes, procure, se o serviço o permittir, remetter em prazos mais curtos as sommas, de que aquella Colonia carecer para a sua marcha, diminuindo assim a importância da quantia, que tem de ficar em poder do Director.

Deos Guarde a V. Ex. — Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N.º 186.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Maio de 1857.—*Declara competir aos Administradores dos Correios a nomeação interina dos respectivos empregados, nos casos de impedimentos, ou faltas.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Maio de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio de V. Ex. de 2 do mez proximo findo, sob n.º 20, no qual, pelas razões que expende, participa haver suspendido o Agente do Correio de Hapemerim dessa Provincia João da Silva Santos, e nomeado interinamente Antonio José de Salles para substitui-lo, cumpre-me declarar á V. Ex. para seu conhecimento que, com quanto a faculdade, que o Regulamento de 21 de Dezembro de 1844 outorga aos Administradores dos Correios, seja restricta aos casos especificados no Art. 14 § 5.º do mesmo Regulamento, todavia pelo § 11 do mesmo Art. 14 compete-lhes a nomeação interina para os impedimentos, ou faltas dos empregados.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 187.—JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Maio de 1857.—*Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia da Bahia. Declara que he da attribuição dos Presidentes dos Tribunaes do Commercio a concessão de licenças, até trinta dias, aos Desembargadores Adjuntos dos mesmos Tribunaes e aos Juizes especiaes do Commercio.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro em 26 de Maio de 1857.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador o Officio de V. S. de 13 do mez antecedente, em o qual participa que, posto lhe pareça ser da sua attribuição conceder licenças, até trinta dias, aos Desembargadores Adjuntos desse Tribunal do Commercio, á vista das razões que expende, com tudo cumprira a que lhe foi apresentada pelo Desembargador José Ferreira Souto, Adjunto do mesmo Tribunal, concedida pelo Presidente da Relação dessa Provincia, pedindo á final ser esclarecido sobre esta materia.

Ouvindo o Conselheiro Presidente do Tribunal da Capital do Imperio á tal respeito, e Conformando-Se o Mesmo Augusto Senhor com o parecer deste, Manda declarar á V. S. que, não obstante deixar o Regulamento n.º 1.597 do 1.º de Maio de 1855, de dar expressamente aos Presidentes dos Tribunaes de Commercio a attribuição de conceder licenças, até trinta dias, aos Desembargadores Adjuntos d'elle, e aos Juizes especiaes do Commercio, semelhante attribuição se subentende por força do cargo outorgada pelo sobredito Regulamento, combinado com o de 3 de Janeiro de 1833; não podendo ser outra a solução da duvida proposta, porque dependendo essas licenças da circumstancia de não fazerem falta ao serviço os Desembargadores Adjuntos que as sollicitão, só os Presidentes dos Tribunaes, perante quem servem, podem avaliar essa falta, e não os Presidentes das Relações, de cujo exercicio effectivo estão dispensados pelo Art. 27 do citado Regulamento do 1.º de Maio de 1855, sendo, como são, todos os Tribunaes de igual cathegoria, e funcionando distinctamente. O que communico á V. S. para sua intelligencia, e em resposta ao seu sobredito Officio.

Deos Guarde a V. S.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Manoel Messias de Leão.

N.º 188. — FAZENDA. — Em 25 de Maio de 1857. — *Procedimento que deve haver contra os que apresentam facturas falsas nas Alfandegas.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 27 de 7 de Março ultimo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo consulta sobre a deliberação que tomou de mandar calcular pelos preços da Tarifa os direitos de expediente a que estavam sujeitas diversas mercadorias que Manoel Ignacio das Chagas importára na mesma Provincia, dando-lhes valores muito inferiores áquelles, porque outros negociantes as despachavão; declara ao mesmo Sr. Inspector que bem procedeo em semelhante caso, visto que, reputando-se falsa a factura apresentada pelo despachante, não devia ter applicação o que dispõe a Ordem n.º 63 de 2 de Julho de 1846. Observa porém ao Sr. Inspector, que, estando comminadas nos Regulamentos das Alfandegas as penas que se devem impôr aos que pretendem fazer despachos lesivos aos interesses da Fazenda; não ha lugar a remessa de facturas, que sejam julgadas falsas, á Autoridade criminal para proceder contra os seus autores, como informa o Sr. Inspector ter feito no caso em questão.

Thesouro Nacional em 25 de Maio de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 189. — Em 26 de Maio de 1857. — *Sobre meios de fiscalisar a arrecadação do imposto do sello.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio n. 404 do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia de 4 de Dezembro ultimo, que acompanhou não só a representação em que o arrematante da Collectoria da Renda Geral de Maragogipe pede providencias para que, a bem da fiscalisação e arrecadação do imposto do sello, lhe sejam apresentadas pelos Parochos das respectivas freguezias, certidões de todos os casamentos nellas celebrados; mas tambem as copias do Officio do Reverendissimo Arcebispo e do parecer que a este respeito dera a Relação Metropolitana, lhe declara, que achando-se nas Leis e Regulamentos em vigor os meios de proceder á

fiscalisação de tal imposto, não devia o Arrematante exigir, pelo modo porque o fez, as ditas certidões e a exhibição dos livros da Parochia para o fim que tinha em vista; cumpria-lhe antes, na conformidade da Ordem de 6 de Outubro de 1851, solicitar do Reverendissimo Arcebisbo, por intermedio da Thesouraria, quaesquer exames e informações convenientes, a juizo da Autoridade Ecclesiastica, que habilitassem as Autoridades fiscaes para procederem ulteriormente, na forma das ditas Leis e Regulamentos, impondo as multas aos infractores, e exigindo a revalidação, quando lhes fossem presentes os livros, titulos e actos sujeitos ao selo, mas que o não tivessem pago.

Thesouro Nacional em 26 de Maio de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 190. — Em 28 de Maio de 1857. — *A adjudicação de hum predio em acto de partilha a hum dos herdeiros, como credor do casal, he sujeita á siza.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, que foi pelo mesmo Tribunal indeferido o recurso, que acompanhou o seu Officio n.º 68 de 7 de Julho ultimo, interposto por Ignacio Manoel Viegas da decisão da Thesouraria, que declarou sujeito ao pagamento da siza a adjudicação de hum casa que a elle se fez, em acto de partilhas do casal de sua fallecida mãe, como credor della.

Thesouro Nacional em 28 de Maio de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

fiscalisação de tal imposto, não devia o Arrematante exigir, pelo modo porque o fez, as ditas certidões e a exhibição dos livros da Parochia para o fim que tinha em vista; cumpria-lhe antes, na conformidade da Ordem de 6 de Outubro de 1851, solicitar do Reverendissimo Arcebisbo, por intermedio da Thesouraria, quaesquer exames e informações convenientes, a juizo da Autoridade Ecclesiastica, que habilitassem as Autoridades fiscaes para procederem ulteriormente, na forma das ditas Leis e Regulamentos, impondo as multas aos infractores, e exigindo a revalidação, quando lhes fossem presentes os livros, titulos e actos sujeitos ao selo, mas que o não tivessem pago.

Thesouro Nacional em 26 de Maio de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 190. — Em 28 de Maio de 1857. — *A adjudicação de hum predio em acto de partilha a hum dos herdeiros, como credor do casal, he sujeita á siza.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, que foi pelo mesmo Tribunal indeferido o recurso, que acompanhou o seu Officio n.º 68 de 7 de Julho ultimo, interposto por Ignacio Manoel Viegas da decisão da Thesouraria, que declarou sujeito ao pagamento da siza a adjudicação de hum casa que a elle se fez, em acto de partilhas do casal de sua fallecida mãe, como credor della.

Thesouro Nacional em 28 de Maio de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 191. — GUERRA — Aviso de 28 de Maio de 1857. —
Declara como se devem entregar ás partes que o requererem documentos originaes, depois de findos os processos a que se juntarão.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo por bem Sua Magestade o Imperador por Sua Imperial Resolução de 27 de Maio corrente, Tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar de Justiça, Mandar declarar que nos processos findos nenhum inconveniente resulta de entregarem-se ás partes que o requererem, os documentos originaes, que a elles juntarão, huma vez que sejam substituidos por traslados em devida fórma, e que nos documentos originaes se lance a nota de que autos forão desentranhados, e por ordem de quem, visto ser este o stylo do foro civil, e outro sim que, guardadas as clausulas acima apontadas, podem ser entregues ao Coronel reformado Conrado Jacob de Niemeyer que os pediu, os documentos originaes e peças ministeriaes que se achão appensos ao Conselho de Guerra á que elle respondeo entre os annos de 1829 e 1830, e diz existir archivado na Secretaria do Corpo de Engenheiros; assim o declaro a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 192. — Aviso de 29 de Maio de 1857. — *Communica a Resolução tomada sobre Consulta do Conselho d'Estado declarando o modo porque o Ajudante General do Exercito pôde funcionar cumulativamente como Conselheiro de Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Maio de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Conformando-Se em parte com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, dado em solução á duvida

proposta pelo Ministerio da Fazenda em Aviso de 2 do corrente.— Se V. Ex., como Ajudante General do Exercito pôde accumular as funcções deste emprego ás de Conselheiro de Guerra, e, por conseguinte perceber tambem a gratificação inherente a este ultimo cargo, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 27 do dito mez, Mandar declarar o seguinte: Como parece, quanto á incompatibilidade de accumulção das gratificações pelos dous empregos de Agudante General, e Conselheiro de Guerra; quanto porém ao exercicio cummulativo dos ditos empregos poderá o Ajudante General funcionar como Membro do Conselho Supremo Militar, sempre que se apresentar nas Sessões do dito Conselho, sendo-lhe isso compativel sem prejuizo das conveniencias do serviço no desempenho dos seus deveres de Ajudante General; nunca porém, neste caso, tomará parte em qualquer assumpto, ou seja consultivo, ou judiciario, em que antes tenha intervindo por qualquer modo na sua qualidade de Ajudante General. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e Governo.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Barão de Surubhy.

N.º 193. — Aviso de 29 de Maio de 1857. — *Distribue e organisa 180 praças, que, por Avisos anteriores, foi a Presidencia de Goyaz autorizada a aggregar ao respectivo Corpo de Guarnição Fixa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
29 de Maio de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Por Avisos de 13 de Junho de 1853, 29 de Maio de 1855, e 22 de Setembro de 1856 foi a Presidencia da Provincia de Goyaz autorizada a conservar aggregadas ao Corpo de Guarnição Fixa da mesma Provincia até o numero de 180 praças; e convindo dar á esta força a organização necessaria para a boa disciplina e desempenho do serviço, Determina Sua Magestade o Imperador que V. Ex. expessa as convenientes ordens para que daquellas 180 praças fiquem aggregadas á Companhia de Cavallaria 24, á cada huma das de Caçadores 28, formando-se das 100 restantes huma Companhia Provisoria desta ultima arma com

proposta pelo Ministerio da Fazenda em Aviso de 2 do corrente.— Se V. Ex., como Ajudante General do Exercito pôde accumular as funcções deste emprego ás de Conselheiro de Guerra, e, por conseguinte perceber tambem a gratificação inherente a este ultimo cargo, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 27 do dito mez, Mandar declarar o seguinte: Como parece, quanto á incompatibilidade de accumulação das gratificações pelos dous empregos de Agudante General, e Conselheiro de Guerra; quanto porém ao exercicio cummulativo dos ditos empregos poderá o Ajudante General funcionar como Membro do Conselho Supremo Militar, sempre que se apresentar nas Sessões do dito Conselho, sendo-lhe isso compativel sem prejuizo das conveniencias do serviço no desempenho dos seus deveres de Ajudante General; nunca porém, neste caso, tomará parte em qualquer assumpto, ou seja consultivo, ou judiciario, em que antes tenha intervindo por qualquer modo na sua qualidade de Ajudante General. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e Governo.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Barão de Surubhy.

N.º 193. — Aviso de 29 de Maio de 1857. — *Distribue e organisa 180 praças, que, por Avisos anteriores, foi a Presidencia de Goyaz autorizada a aggregar ao respectivo Corpo de Guarnição Fixa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
29 de Maio de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Por Avisos de 13 de Junho de 1853, 29 de Maio de 1855, e 22 de Setembro de 1856 foi a Presidencia da Provincia de Goyaz autorizada a conservar aggregadas ao Corpo de Guarnição Fixa da mesma Provincia até o numero de 180 praças; e convindo dar á esta força a organização necessaria para a boa disciplina e desempenho do serviço, Determina Sua Magestade o Imperador que V. Ex. expresse as convenientes ordens para que daquellas 180 praças fiquem aggregadas á Companhia de Cavallaria 24, á cada huma das de Caçadores 28, formando-se das 100 restantes huma Companhia Provisoria desta ultima arma com

a organização constante do plano junto, sendo empregados nesta Companhia os Officiaes que existem addidos no respectivo Corpo de Guarnição Fixa: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Barão de Suruhy.

**Plano da organização da Companhia Provisoria de Caçadores de Provincia de Goyaz
à que se refere o Aviso desta data.**

Capitão.....	1	
Tenente.....	1	
Alferes.....	2	

		4
1.º Sargento.....	1	
2.ºs Ditos.....	2	
Forriel.....	1	
Cabo de Esquadras.....	6	
Soldados.....	88	
Cornetas.....	2	100

		104

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 23 de
Maio de 1857. — Jeronimo Francisco Coelho.

N.º 194.—GUERRA.—Aviso de 2 de Junho de 1857.—*Declara que a commissão de Director da Colonia de Pimenteiras he considerada serviço militar sem prejuizo de antiguidade.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Accusando a recepção do seu Officio sob n.º 175 de 20 de Maio ultimo cobrindo o que lhe dirigira o Capitão do 2.º Batalhão de Infantaria José Gomes de Almeida, declaro á V. Ex., para que o faça constar a este Official, que a commissão em que se acha de Director da Colonia de Pimenteiras, he considerada como serviço militar sem prejuizo de antiguidade.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N.º 195.—Circular de 3 de Junho de 1857.—*Determina que as novas gratificações especiaes de commando e exercicio sejam abonadas desde 31 de Janeiro ultimo, data do Decreto que as estabeleceo.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Determinando Sua Magestade o Imperador, que as novas gratificações especiaes de commando e exercicio sejam abonadas desde 31 de Janeiro do corrente anno, data do Decreto que as estabeleceo, assim o communico á V. Ex. para seu conhecimento, e para que o faça devidamente constar ao Inspector da Thesouraria dessa Provincia

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 196. — FAZENDA. — Em 3 de Junho de 1857. *Não sendo os Vigários os que dão posse aos Fabriqueiros, não lhes pôde ser imposta a multa por falta de sello do respectivo titulo.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1857.

Illm. Exm. Sr. — Respondendo ao Officio de V. Ex. n.º 2 de 7 de Janeiro ultimo, que acompanhou o recurso interposto pelo Vigário Collado da Freguezia de Nossa Senhora da Assumpção, José Francisco Marques, da decisão do Administrador da Mesa de Rendas da Cidade de Cabo Frio, que o sujeitou a multa de 20 \$, com o fundamento de ter elle dado posse e exercicio ao Fabriqueiro nomeado para a Matriz daquelle Cidade sem estar sellado o titulo de sua nomeação, cabe-me declarar a V. Ex. que nesta data são expeditas as convenientes ordens para que a referida multa lhe seja restituída, por entender o Tribunal do Thesouro que, não sendo o Vigário quem dá posse e exercicio aos Fabriqueiros, não infringio o recorrente o § 3.º do art. 87 do Regulamento de 10 de Julho de 1850.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Sousa Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 197. — Em 5 de Junho de 1857. — *Autorisa os Inspectores das Thesourarias de Fazenda para pagarem as despezas de expediente dos Delegados do Cirurgião-mór do Exercito.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa, em conformidade do Aviso do Ministerio da Guerra de 19 de Maio ultimo, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para pagarem a importancia da despeza, que se fizer com o expediente dos Delegados do Cirurgião-mór do Exercito alli existentes, á vista da conta documentada, legalisada pela autoridade competente, e ordens das Presidencias das respectivas Provincias.

Thesouro Nacional em 5 de Junho de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 198.—Aviso Circular de 8 de Junho de 1857.—Aos Presidentes das Provincias onde existem Colonias Militares.—*Autorisando-os a contractar Medicos paizanos para as Colonias Militares que delles precisarem.*

Ilms. e Exms. Srs.—Tendo o numero dos Cirurgiões Militares sido calculado em relação aos Corpos do Exercito, e Estabelecimentos pertencentes ao Ministerio da Guerra, convém que V. Ex. contrate Medicos paizanos para as Colonias Militares existentes nessa Provincias, que disso carecerem.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 199 —GUERRA.—Aviso de 8 de Junho de 1857.—*Declarando que o Apontador da Fabrica da Polvora não he Official de Fazenda.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Junho de 1857.

Em solução ao seu Officio n.º 135 de 5 do corrente em que Vm., á vista do que dispõe o Art. 75 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 778 de 15 de Abril de 1851, entra em duvida se deve mandar incluir em folha o Apontador dessa Fabrica Frederico Antonio Lobo de Avila, que obteve 2 mezes de licença com vencimentos, com o que lhe compete por inteiro, declaro á Vm. que os Apontadores não são considerados Empregados de Fazenda.

Deos Guarde a Vm.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Director da Fabrica da Polvora.

N.º 200.—Aviso de 8 de Junho de 1857.—*Determina que os Officiaes pertencentes aos Corpos estacionados nas Pro-
vincias, que estejam na Côrte com parte de doente, sejam
inspeccionados todos os mezes, salvo quando tiverem tempo
fixado por Aviso da Secretaria d'Estado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
8 de Junho de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Determinando Sua Magestade o Im-
perador, que os Officiaes que existem com parte de doente
na Côrte, e que tem de seguir para seus destinos nas Pro-
vincias, sejam todos os mezes regularmente inspeccionados,
salvo quando tiverem tempo fixado por Aviso desta Secretaria
d'Estado para tratarem de sua saude, assim o communico á
V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 201. — FAZENDA.—Em 9 de Junho de 1857.—*Sobre o
exame de caixas de assucar.*

Declaro ao Sr. Administrador da Mesa do Consulado, em
resposta ao seu Officio n.º 42 de 15 de Maio ultimo, que a
Portaria de 12 do referido mez, mandando observar a Ordem
do Thesouro n.º 5 de 15 de Janeiro de 1846, cuja execução
de novo se recommenda, não altera o que já se acha disposto
no Regulamento e Ordens em vigor á respeito dos exames e
averiguações das caixas com assucar vindas da Provincia do Rio
de Janeiro, e das outras do Imperio, e recolhidas aos Armazens
e Trapiches sujeitos á inspecção do Consulado.

Thesouro Nacional em 9 de Junho de 1857.—Bernardo
de Souza Franco.

N.º 202.—Circular de 10 de Junho de 1857.—*Determina que o armamento e equipamento fornecidos á Guardas Naciaes sejam recolhidos aos respectivos Arsenaes, logo que não sejam mais precisos, responsabilizando-se os Guardas por qualquer extravio, e remettendo-se á Secretaria da Guerra a nota do que se forneceo á Repartição da Justiça, para solicitar-se a sua indemnisação.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—De ordem de Sua Magestade o Imperador determine V. Ex. que quaesquer artigos de armamento e equipamento que se fornecerem para o serviço da Guarda Nacional, sejam restituídos ao respectivo Arsenal, ou Armazem de artigos bellicos, logo que não sejam mais precisos, responsabilizando-se os Guardas Naciaes por qualquer extravio que appareça dos mesmos artigos. E outrosim Determina o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex. exija do Director do Arsenal, e Encarregado de Armazens de artigos bellicos nessa Provincia, e remetta á esta Secretaria d'Estado relação de todos os objectos fornecidos á Repartição da Justiça com declaração dos valores, á fim de solicitar-se a devida indemnisação.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Presidente da Provincia de...

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 203.—Aviso N.º 1 de 10 de Junho de 1857.—Ao Director Geral dos Correios.—*Manda estabelecer na Colonia D. Francisca, Provincia de Santa Catharina hum Agencia de Correio com hum estafeta, que faça duas viagens por mez.*

Expeça V. S. as ordens necessarias para estabelecer na Colonia D. Francisca, Provincia de Santa Catharina, hum Agencia de Correio com hum estafeta, que faça duas viagens por mez entre aquella Colonia e a Cidade de S. Francisco, partindo desta logo que chegar o Vapor, demorando-se apenas

na Colonia 30 horas, e voltando com a correspondencia á tempo de poder seguir no Vapor da linha intermediaria.

Deos Guardé a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director Geral dos Correios.

N.º 204. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1857. — *Os pertences e transferencias das letras passadas antes da ordem de 5 de Janeiro de 1848 não estão sujeitos á revalidação do sello.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimento de José Gonçalves de Jesus contra a exigencia da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão ao pagamento da revalidação de seis letras, que lhe forão transferidas por Boaventura José Rodrigues, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, se por ventura a duvida suscitada a respeito das referidas letras versa sobre a revalidação dos pertences ou transferencias feitas das mesmas letras, não he ella procedente, visto que são todas anteriores á publicação da Ordem de 5 de Janeiro de 1848, e por isso isentas da revalidação, como já foi declarado na Circular n.º 5 de 21 de Fevereiro deste anno, expedida em consequencia da sobredita reclamação.

Thesouro Nacional em 12 de Junho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 205. — Em 12 de Junho de 1857. — *Nas aposentadorias conta-se o tempo de serviço prestado na qualidade de praça de pret.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Goyaz, n.º 7 de 22 de Janeiro ultimo, no qual consulta — se nas aposentadorias dos empregados de Fazenda deve-se levar em conta o tempo de serviços prestados no Exército na qualidade de praça de pret, — declara que a pratica do Thesouro, fundada em diversos arrestos, he contar nas aposentadorias o tempo desses serviços, se já não tem sido incluídos nas reformas militares.

Thesouro Nacional em 12 de Junho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

na Colonia 30 horas, e voltando com a correspondencia á tempo de poder seguir no Vapor da linha intermediaria.

Deos Guardé a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director Geral dos Correios.

N.º 204. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1857. — *Os pertences e transferencias das letras passadas antes da ordem de 5 de Janeiro de 1848 não estão sujeitos á revalidação do sello.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimento de José Gonçalves de Jesus contra a exigencia da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão ao pagamento da revalidação de seis letras, que lhe forão transferidas por Boaventura José Rodrigues, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, se por ventura a duvida suscitada a respeito das referidas letras versa sobre a revalidação dos pertences ou transferencias feitas das mesmas letras, não he ella procedente, visto que são todas anteriores á publicação da Ordem de 5 de Janeiro de 1848, e por isso isentas da revalidação, como já foi declarado na Circular n.º 5 de 21 de Fevereiro deste anno, expedida em consequencia da sobredita reclamação.

Thesouro Nacional em 12 de Junho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 205. — Em 12 de Junho de 1857. — *Nas aposentadorias conta-se o tempo de serviço prestado na qualidade de praça de pret.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Goyaz, n.º 7 de 22 de Janeiro ultimo, no qual consulta — se nas aposentadorias dos empregados de Fazenda deve-se levar em conta o tempo de serviços prestados no Exército na qualidade de praça de pret, — declara que a pratica do Thesouro, fundada em diversos arrestos, he contar nas aposentadorias o tempo desses serviços, se já não tem sido incluídos nas reformas militares.

Thesouro Nacional em 12 de Junho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 206. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1857. — *Não são permittidos os supprimentos do Cofre geral ao provincial.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vendo figurar no saldo dos Balanços da Thesouraria da Provincia do Paraná huma quantia avultada, que passara como supprimento do cofre geral para o provincial, adverte ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que não são licitos taes supprimentos, e deve quanto antes fazer reverter para o cofre geral a mencionada quantia.

Thesouro Nacional em 15 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas

N.º 207. — Aviso N.º 14 de 16 de Junho de 1857. — Ao Presidente de Mato Grosso. — *Manda dividir em lotes urbanos huma area sufficiente para a futura Cidade de Albuquerque.*

Ilm. e Exm. Sr. — Estando aberta a navegação dos Rios da Prata e Paraguay até ao Porto de Albuquerque nessa Provincia, onde se acha já creada huma Alfandega, e sendo provavel que em pouco tempo se forme ali huma Povoação consideravel, principiando já a manifestar-se a necessidade de terrenos para a edificação de casas, trapiches, armazens, &c., resolveo o Governo Imperial, usando da faculdade conferida pelo art. 77 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 mandar dividir em lotes urbanos huma area sufficiente para a futura cidade. Convêm pois que V. Ex. informe com o que se lhe offerecer a respeito do incluso projecto para esse fim organizado pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, mandando desde logo proceder á medição do terreno na fórma do art. 1.º, e remettendo o orçamento dos principaes edificios como Igreja, Caza da Camara, Cadeia, e huma Caza de arrecadação como Alfandega, Consulado, &c.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N.º 208. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1857. — *Os Inspectores das Thesourarias devem decidir as questões como entenderem acertado, sujeitando a sua decisão a approvação do Thesouro.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, n.º 129 de 22 do mez findo, em que, para resolver sobre a representação de hum Guarda da Mesa do Consulado ácerca da suspensão que lhe fôra imposta pelo respectivo Administrador, consulta se o Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, no art. 83, derogou a disposição do § 2.º do art. 36 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, — declara que deve o Sr. Inspector decidir a questão que lhe foi sujeita naquella representação como entender acertado, dando conta de sua decisão ao Thesouro; na fórma do art 1.º § 15 do Decreto de 22 de Novembro de 1851, para que este estabeleça posteriormente a regra que se deve seguir no futuro em questões identicas.

Thesouro Nacional em 17 de Junho de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.



N.º 209. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Junho de 1857. — Ao Vice-Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — *Declara que comete crime de responsabilidade o carcereiro que deixa fugir presos por connivencia ou negligencia.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Consultou essa Presidencia ao Governo Imperial, em Officio n.º 11 de 18 de Janeiro proximo preterito, se não estando comprehendido na Circular de 27 de Agosto de 1855, como de responsabilidade, o crime previsto na 1.ª parte do Art. 125 do Codice Criminal, deveria, apesar disso, ser processado e punido pelo Juiz de Direito o Carcereiro que por connivencia ou negligencia deixasse fugir algum preso commettido á sua guarda.

Tendo levado o citado Officio ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador, Mandou o Mesmo Augusto Senhor declarar a V. Ex., de conformidade com o Parecer do Con-

selheiro Procurador da Coroa, que foi ouvido sobre a materia sujeita, que, logo que se der ao § 4.º da sobredita Circular a intelligencia litteral, tomando-se, como he obvio, exemplificativamente o caso ahi figurado, conhecer-se-ha que o crime de que se trata, sendo praticado por Carcereiro, está sem duvida incluído na classe dos de responsabilidade, e como tal deve ser processado e punido: por quanto, se o facto de deixar fugir o preso por negligencia ou connivencia constitue crime áquelle que o tem á sua guarda, seja pessoa do povo, seja Carcereiro Publico, como dispõe o art. 125 do Codigo Criminal, he manifesto que todas as vezes que esse crime for commettido pelo proprio Carcereiro, o qual, em razão do seu officio, he responsavel pela guarda do preso, verifica-se humna das especies comprehendidas na regra geral estabelecida no § 4.º da citada Circular, nas palavras—crimes connexos com os de responsabilidade.—O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 210.—GUERRA.—Circular de 19 de Junho de 1857.—*Declara que os Delegados do Cirurgião-mór do Exército, não tem direito á cavalgadas, e somente á forragens, quando em viagem nas Províncias.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Não tendo os Delegados do Cirurgião mór direito a cavalgadas, mas somente a forragens, quando se moverem de huns para outros pontos das Províncias, e durante o tempo da viagem, assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Presidente da Provincia de...

selheiro Procurador da Coroa, que foi ouvido sobre a materia sujeita, que, logo que se der ao § 4.º da sobredita Circular a intelligencia litteral, tomando-se, como he obvio, exemplificativamente o caso ahi figurado, conhecer-se-ha que o crime de que se trata, sendo praticado por Carcereiro, está sem duvida incluído na classe dos de responsabilidade, e como tal deve ser processado e punido: por quanto, se o facto de deixar fugir o preso por negligencia ou connivencia constitue crime áquelle que o tem á sua guarda, seja pessoa do povo, seja Carcereiro Publico, como dispõe o art. 125 do Codigo Criminal, he manifesto que todas as vezes que esse crime for commettido pelo proprio Carcereiro, o qual, em razão do seu officio, he responsavel pela guarda do preso, verifica-se humna das especies comprehendidas na regra geral estabelecida no § 4.º da citada Circular, nas palavras—crimes connexos com os de responsabilidade.—O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 210.—GUERRA.—Circular de 19 de Junho de 1857.—*Declara que os Delegados do Cirurgião-mór do Exército, não tem direito á cavalgadas, e somente á forragens, quando em viagem nas Províncias.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Não tendo os Delegados do Cirurgião mór direito a cavalgadas, mas somente a forragens, quando se moverem de huns para outros pontos das Províncias, e durante o tempo da viagem, assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 211.—Aviso de 20 de Junho de 1857.—*Declara que a despeza com o Soldado alienado Lucio de Castro Menezes, em tratamento no Hospicio de Pedro 2.º, e com outra qualquer praça em identicas circumstancias, deve ser feita pela Pagadoria das Tropas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Junho de 1857.

Previno a Vm. de que nesta data se ordena ao Ajudante General do Exercito que faça o 1.º Batalhão de Artilharia a pé restituir nessa Repartição a importancia que tem tirado nos mezes de Janeiro a Março ultimos dos vencimentos do Soldado Particular Lucio de Castro Menezes, que se acha alienado, e em tratamento no Hospicio de Pedro 2.º; passando a despeza que se fizer com o dito Soldado ou outra qualquer praça em identicas circumstancias, a ser paga por essa Pagadoria.

Deos Guarde a Vm.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 212.—Circular de 22 de Junho de 1857.—*Eleva a 30\$ mensaes a consignação para concertos e substituição dos instrumentos das bandas de muzica dos Corpos de Infantaria e Artilharia.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Junho de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Havendo por bem Sua Magestade o Imperador por sua Imperial e Immediata Resolução de 20 do corrente, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar Determinar que a consignação de 20\$ arbitrada pela Provisão de 23 de Junho de 1853 para concerto e substituição dos instrumentos das bandas de muzica dos Corpos de Infantaria e Artilharia, seja elevada á quantia de 30\$ mensaes, continuando a subsistir as disposições da citada Provisão em tudo o mais que diz respeito ás mesmas bandas de muzica, assim o communico a V. Ex. para sua intelli-

gencia e para que o faça constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 213. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1857. — O § 4.º
da Tabella annexa a Lei de 30 de Novembro de 1841
comprehende tanto as orphãs como os orphãos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
22 de Junho de 1857.

Ao Officio do Collector de Valença de 29 de Maio ultimo, consultando se o § 4.º da parte 3.ª da Tabella dos novos e velhos direitos e os de Chancellaria á que se referem os arts. 24 e 37 da Lei de 30 de Novembro de 1841, comprehende as orphãs e os orphãos, ou somente aquellas, — pôde V. S. responder que a pena, de que trata a Ordenação, Livro 1.º Titulo 88 § 19, he tanto para os orphãos como para as orphãs; e por ella se deve portanto entender a Lei de 30 de Novembro de 1841, Tabella annexa § 4.º, além de que tem sido esta a pratica constante das Estações Fiscaes.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Sousa Franco.—Sr.
Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 214. — Em 22 de Junho de 1857. — *Multas impostas por infracções do Regulamento do sello, e de disposições do Regulamento de 11 de Abril de 1661 § 27, que estão em desuso.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso interposto pelo ex-Juiz Municipal, José de Mello Carvalho, da decisão em virtude da qual a mesma Thesouraria confirmou as multas que lhe forão impostas pela Alfandega da dita Provincia; por quanto relativamente ás seis primeiras, supposto seja certo que as disposições do Regulamento de 11 de Abril de 1661 § 27, e

gencia e para que o faça constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 213. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1857. — O § 4.º
da Tabella annexa a Lei de 30 de Novembro de 1841
comprehende tanto as orphãs como os orphãos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
22 de Junho de 1857.

Ao Officio do Collector de Valença de 29 de Maio ultimo, consultando se o § 4.º da parte 3.ª da Tabella dos novos e velhos direitos e os de Chancellaria á que se referem os arts. 24 e 37 da Lei de 30 de Novembro de 1841, comprehende as orphãs e os orphãos, ou somente aquellas, — pôde V. S. responder que a pena, de que trata a Ordenação, Livro 1.º Titulo 88 § 19, he tanto para os orphãos como para as orphãs; e por ella se deve portanto entender a Lei de 30 de Novembro de 1841, Tabella annexa § 4.º, além de que tem sido esta a pratica constante das Estações Fiscaes.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Sousa Franco.—Sr.
Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 214. — Em 22 de Junho de 1857. — *Multas impostas por infracções do Regulamento do sello, e de disposições do Regulamento de 11 de Abril de 1661 § 27, que estão em desuso.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso interposto pelo ex-Juiz Municipal, José de Mello Carvalho, da decisão em virtude da qual a mesma Thesouraria confirmou as multas que lhe forão impostas pela Alfandega da dita Provincia; por quanto relativamente ás seis primeiras, supposto seja certo que as disposições do Regulamento de 11 de Abril de 1661 § 27, e

Decreto de 8 de Junho de 1725 impoem multa aos empregados de qualquer classe e categoria que deixem de inserir os conhecimentos dos novos direitos nas Cartas, Alvarás e outros Titulos de nomeação, ou os admittão a registro, ou consintão que se tome posse e exerça o officio antes de serem pagos os direitos respectivos, *não he menos certo tambem que taes disposições não tem sido cumpridas*, ou porque cabirão em desuso, ou porque serão julgadas, alteradas por outras posteriores, que sem referirem-se ás multas, apenas prohibem a expedição dos Titulos, o seu registro ou assentamento, e a posse dos empregados antes do effectivo pagamento dos direitos, sob a cominação implicita de ficarem respo saveis pela infracção das Leis e Regulamentos que contêm taes disposições; relativamente á setima, por haver tomado o sentenciado as contas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario, sem ter sido paga a differença do sello do respectivo livro, a ordem de 8 de Novembro de 1850 não justifica o facto de se exigir sello de livros sellados, e já inco escripturados antes de ser posto em execução o Regulamento de 26 de Abril de 1844, nem portanto a sua revalidação; relativamente á oitava e ultima por tambem ter o sentenciado hum justificação para validar hum testamento nuncupativo com falta de sello em algumas folhas, quer se tratasse de documentos que contivessem sello inferior ao devido, como o denota a revalidação de oito mil e quatrocentos applicada, segundo informa a Alfandega, em virtude da 2.^a parte do § 1.^o do art. 14 da Lei de 21 de Outubro de 1843, quer de documentos sellados depois de fazerem parte do processo, em cujo caso a revalidação seria de mór importancia, não dêvera a multa recalir no Juiz, mas sim no Escrivão do feito e nos empregados da estação do sello. E outrosim observa ao mesmo Sr. Inspector que na Alfandega, como receita de multas—e não na Thesouraria—como deposito—cumpria ter sido recolhida a importancia das multas de que se trata, a qual, se devesse ser recebida em deposito, não era no cofre de depositos publicos, mas sim no de diversas origens, na fórma do modelo n.^o 9, que acompanhou a ordem de 24 de Junho de 1854.

Thesouro Nacional em 22 de Junho de 1857. —Bernardo de Souza Franco.

N.º 215.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Junho de 1857. —*Declara não haver incompatibilidade na accumulção dos cargos de Vereadores das Camaras Municipaes e Commissario Vaccinador.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Junho de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente ao Governo Imperial o officio dessa Presidencia n.º 20 de 14 de Abril ultimo, ao qual acompanharão copias das consultas que dirigirão o Doutor Caetano Thomaz Pinheiro e a Camara Municipal de Campos sobre a incompatibilidade entre os cargos de Vereadores e de Commissario Vaccinador, accumulados por aquelle Doutor, bem como copias das decisões dadas por V. Ex. sobre as referidas consultas,—declaro a V. Ex. que acertadamente decidio essa Presidencia, que não ha incompatibilidade na accumulção dos ditos cargos, nem no seu exercicio simultaneo, por não se dar nenhuma das razões em que se funda a incompatibilidade na reunião de mais de hum cargo, e mencionadas no Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847; a saber: expressa declaração da Lei, repugnancia entre os cargos, nascida da natureza delles, ou impossibilidade de serem satisfactoriamente desempenhados ao mesmo tempo; não tendo applicação ao emprego de Commissario vaccinador o Decreto n.º 371 de 20 de Fevereiro de 1845, por não ser tal emprego municipal, nem os Avisos que se citão, os quaes não se referem a elle, mas a outros que estão comprehendidos em algum daquelles principios.

Bem assim foi acertada a decisão dessa Presidencia, de que mesmo quando tal incompatibilidade houvesse, não autorizava isso a que a Camara Municipal consultora suspendesse, como suspendeo, a posse do cargo de Vereador ao referido Doutor, visto que não ha Lei ou Decisão que lhe dê semelhante attribuição, competindo-lhe apenas, depois de dar a posse, representar á essa Presidencia sobre a materia questionada, á fim de se resolver o que justo fosse.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 216. — Aviso de 22 de Junho de 1857. — *Solve duvidas relativas ao concurso para o preenchimento das vagas dos lugares de Oppositor das Faculdades de Medicina.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Junho de 1857.

Em solução ás duvidas por V. S. propostas em seu officio de 18 de Abril do anno passado ácerca das Instrucções para o concurso aos lugares de Oppositor, de 12 de Dezembro de 1854, tenho de declarar-lhe: quanto á primeira:—Que o preenchimento das vagas dos lugares de Oppositor, se ellas se verificarem antes de aberto o concurso, para primeira será feito, se circumstancias ponderosas, apreciadas pelo Governo, não aconselharem o contrario, simultaneamente em hum concurso, devendo, neste caso, a Congregação apresentar á escolha do mesmo Governo seis dos Candidatos mais votados, com o que fica salva a disposição do art. 72 dos Estatutos vigentes, que teve por fim regular o provimento de huma só vaga, como se deprehende das palavras do art. 74; quanto á segunda:—Que á vista da disposição do art. 59 das citadas Instrucções nenhuma duvida se offerece sobre o lugar dos candidatos empatados, visto declarar que, no caso de empate, sejam ambos os candidatos collocados no mesmo lugar da votação, ficando assim salvos os direitos dos candidatos subsequentes.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director interino da Faculdade de Medicina da Bahia.

N.º 217. — Aviso de 26 de Junho de 1857. — *Approva o acto do Presidente da Provincia do Piahy, que mandou annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Freguezia de Nossa Senhora da Graça da Parnahyba pelo fundamento de ter o 2.º Juiz de Paz, depois de adiada a eleição pelo 1.º até a decisão de huma consulta dirigida ao Governo Provincial, feito proseguir sob sua presidencia nos trabalhos da mesma eleição, sem previo annuncio.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado sobre os officios dessa Presidencia n.ºs 112 e 117, de 20 e 29 de Dezembro do anno passado, e documentos que o acompanhárão, dos quaes constão as razões que teve o antecessor de V. Ex. para em Portaria de 12 de Novembro precedente declarar nulla a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, que tiveram lugar na Freguezia de Nossa Senhora da Graça da Cidade da Parnahyba no dia 7 de Setembro daquelle anno, marcando o dia 20 do citado mez de Dezembro para se proceder á nova eleição: e Tendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 27 de Maio ultimo, com o parecer da dita Secção exarado em Consulta de 30 de Abril, — Ha por bem Mandar communicar a V. Ex. que foi approvedo aquelle acto da Presidencia pelo fundamento que o dictou de ter o segundo Juiz de Paz, depois de adiada a eleição pelo 1.º, até decisão de huma consulta dirigida ao antecessor de V. Ex., feito proseguir sob sua presidencia nos trabalhos da mesma eleição, sem prévio annuncio, do que resultou o não comparecimento de grande numero de votantes, cujos votos influirão provavelmente no seu resultado.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 218.—FAZENDA.—Em 26 de Junho de 1857.—*Duvidas ácerca de disposições da nova Tarifa relativas a Despachantes, e mercadorias abandonadas a bordo.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, no qual consulta, para responder a duvidas propostas pela Alfandega ácerca da execução da nova Tarifa, se os actuaes Despachantes devem prestar outras fianças e tirar novos titulos; se os livros da escripturação, a que são obrigados, devem ser sellados; se não podem ser elles coadjuvados por ajudantes, e por ultimo se as cebolas abandonadas a bordo por seus donos devem ser lançadas ao mar ou desembarcadas para proceder-se á leilão,—lhe declara: 1.º—que não são necessarios novos titulos, nem se devem exigir novas fianças dos Despachantes actuaes, que já as prestarão na conformidade do § 1.º art. 3.º do Regulamento n.º 587, visto ser identica a doutrina do § 4.º do art. 51 do de 28 de Março ultimo, n.º 1.914, salvo havendo motivos attendiveis que aconselhem esta providencia por bem da segurança da Fazenda Nacional e dos interesses dos particulares: 2.º—que não são sujeitos ao sello os livros da escripturação dos referidos Despachantes: 3.º—que elles podem ser auxiliados por ajudantes nos termos do Decreto n.º 1.939 de 23 do corrente: e 4.º finalmente, pelo que respeita ao modo pratico de executar o art. 12 do citado Regulamento n.º 1.914 relativamente ás cebolas avariadas, que quando a parte as abandonar pelos direitos, estando ainda a bordo, só serão descarregadas depois de feitos os necessarios exames, para que ou sejam immediatamente lançadas ao mar, por damnosas á saude publica, ou se realise o leilão, podendo neste caso a descarga ser feita no mesmo dia deste, e pelo respectivo arrematante, como propõe o Inspector da Alfandega.

Thesouro Nacional em 26 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 219.—GUERRA.—Aviso de 27 de Junho de 1857.—
*Solvendo varias duvidas sobre abono de vencimentos á
Officiaes em differentes circumstancias.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
27 de Junho de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o Officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de São Pedro do Sul sob n.º 25 de 17 de Março findo, pedindo solução ás seguintes duvidas:

1.^a Se os Officiaes em disponibilidade que forem chamados para servir de Membros do Conselho de Guerra, os reformados, os aggregados e os do Estado-Maior, que fazem dia á praça, tem direito ao vencimento da etape, não obstante este serviço não pertencer a nenhuma das classes de empregos mencionados na Tabella annexa ao Decreto n.º 1.877?

2.^a Se os Officiaes do Corpo de Saude do Exercito, que vencião com alguma modificação, como Engenheiros, continuão a fruir o soldo, a gratificação addicional, a de Hospital e a etape conforme a Tabella das vantagens concedidas aos Officiaes do Exercito?

3.^a Se bem que a expressão—Regimento—só seja presentemente empregada para os Corpos de Cavallaria, e Artilharia a cavallo, com tudo, como o commando de taes Corpos póde ser comprehendido no exercicio de commando de Batalhão ou de qualquer outro Corpo arregimentado, deverão os Commandantes perceber a gratificação de 80\$, ou de 100\$ pelo exercicio de commando?

4.^a Se os Deputados do Ajudaute-General e do Quartel Mestre General, percebendo as vantagens de Estado Maior de 1.^a classe tambem devem ter a gratificação de 40\$000 para despezas de expediente?

5.^a Se a Tabella das gratificações, não tratando da que compete ao Marechal Commandante da guarnição da cidade do Rio Grande, deve continuar a receber, como até aqui, a de commando de Brigada.

6.^a Se o Tenente Coronel do Estado Maior, encarregado do expediente militar da Provincia, e o Major Francisco de Assis Chagas, que serve de Major de Praça, devem continuar a gozar, este de vencimentos de Estado Maior de 1.^a classe, e aquelle dos de Engenheiro em commissão activa?

7.^a Finalmente.—Se não obstante a disposição do Art. 91 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, as vantagens concedidas pela nova Tabella de vencimentos aos Officiaes do Exercito, são extensivas aos da Guarda Nacional empregados em qualquer serviço militar?

E o Mesmo Augusto Senhor Manda por esta Secretaria d'Estado, declarar ao referido Inspector, para seu governo o seguinte:

Quanto á 1.^a, e ultima duvidas, vai já ser consultado o Conselho Supremo Militar, e opportunamente terão solução.

Quanto á 2.^a, que, á vista do Regulamento do Corpo de Saude do Exercito, datado de 7 de Março ultimo, não deve existir mais semelhante duvida.

Quanto á 3.^a, que a denominação de—Regimento—competindo somente aos Corpos de Cavallaria, e Artilharia a cavallo, a quem especialmente foi conferida pelos Decretos n.ºs 782 de 19 de Abril de 1851, que estabeleceo a organização geral do Exercito, e n.º 1.074 de 30 de Novembro de 1852, que creou mais hum Regimento, os respectivos Commandantes he que tem jus á gratificação de exercicio de 100 $\frac{1}{2}$, e os de Batalhões, ou de quaesquer Corpos arremimentados das outras armas, á quem os citados Decretos não derão a denominação especial de —Regimento— a de 80 $\frac{1}{2}$ marcada na Tabella já mencionada.

Quanto á 4.^a, que, em Aviso de 14 de Abril ultimo derão-se já os esclarecimentos necessarios, pelo que deve cessar a gratificação de 40 $\frac{1}{2}$, que se abona aos Deputados do Ajudante-General e do Quartel Mestre General, fornecendo-lhes a Thesouraria os livros precisos e pagando as despesas do expediente á vista das contas documentadas, como se pratica na Corte com a Repartição do Ajudante-General.

Quanto á 5.^a, que, quando o Commandante da cidade do Rio Grande for Official General, terá os vencimentos de Commandante de Brigada, e não sendo de Patente inferior, perceberá os que lhe competirem como Commandante de Districto de 1.^a Ordem.

Quanto á 6.^a duvida em fim, que, por Aviso de 27 de Maio findo se declarou quaes as vantagens que deve ter o Tenente Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior; competindo ao Major Francisco de Assis Chagas, que, ás ordens do Quartel Mestre General, serve de Major de Praça, as que se achão marcadas na observação 5.^a da Tabella annexa ao Decreto n.º 1.880.—Jeronymo Francisco Coelho

N.º 220. — Circular de 27 de Junho de 1857. — *Dá Instruções para regular a concessão das baixas das praças do Exercito.*

Circular. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Junho de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.--De ordem de Sua Magestade o Imperador, remetto a V. Ex. para sua execução, as inclusas Instruções para regular a concessão de baixa ás praças de pret do Exercito, que concluirem o tempo de serviço marcado na Lei.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Barão de Surubhy.

Instruções para regular a concessão das baixas ás praças que concluirem o tempo de serviço marcado na Lei.

Convindo estabelecer regras sobre as escusas do serviço do Exercito ás praças que tiverem concluido o seu tempo de serviço, quer sejam recrutadas, engajadas ou voluntarias, de modo que essas escusas se verifiquem segundo a antiguidade relativa ás praças em geral estacionadas em todos os pontos do Imperio, e não segundo a antiguidade relativa entre as praças existentes em cada ponto, pois que desta hypothese, que he a pratica até hoje seguida, tem resultado frequentemente ficarem de melhor condição praças muito mais modernas em hum ponto, que tem sido escusas de preferencia á praças muito mais antigas em outros pontos,—Determina Sua Magestade o Imperador que d'ora em diante se pratique o seguinte:

Art. 1.º Em quanto não for possivel, por qualquer circumstancia, dar-se baixa do serviço militar ás praças do Exercito, logo que concluirem o tempo da Lei, ir-se-ha concedendo por ordem de antiguidade ás que contarem maior excesso daquelle tempo, depois de feitas as deducções fundadas na Lei.

Art. 2.º Com o mesmo tempo de excesso serão preferidos para a baixa os voluntarios aos recrutados.

Art. 3.º As baixas serão dadas na razão da de huma praça por dous recrutas que se apurarem, comprehendendo-se no numero destes os voluntarios e engajados. Quando porêm

estiver completo o numero de praças de pret fixado por Lei, as baixas serão em igual numero dos recrutas que se alistarem.

Art. 4.º Os Commandantes das Armas, e os Assistentes do Ajudante-General nas Provincias, remetterão quanto antes ao Quartel General do Exercito na Còrte, huma relação nominal das praças da respectiva guarnição que houverem concluido seu tempo de serviço até ao fim do corrente mez de Maio, com declaração do Corpo a que pertencerem, do dia e qualidade da praça, do numero de engajamentos que houverem contrahido, do tempo de licença que tiverem gozado, não sendo para tratarem de sua saude, do de prisão que houverem soffrido em virtude de sentença, e das deserções que commettêrão. Remetterão tambem no principio de cada mez, ao Quartel General, relação semelhante de todas as praças que concluirem o tempo de serviço no mez anterior. De todas essas relações parciaes se formará no Quartel General huma relação geral por antiguidade, segundo os principios dos arts. 1.º e 2.º, para, á vista dellas, se designarem as praças que deverem ter baixa.

Art. 5.º Os recrutas que se apurarem em todas as Provincias do Imperio, á excepção do Rio Grande do Sul, Goyaz e Mato Grosso, serão remettidos para a Còrte, a fim de serem daqui distribuidos pelas Provincias que mais convier, em numero proporcional ás baixas que tocarem ás praças da guarnição dessas Provincias.

Art. 6.º Logo que houver recrutas disponiveis, ou constar dos mappas que devem remetter os Commandantes das Armas, e Assistentes do Ajudante-General nas Provincias, o numero de voluntarios e engajados que nellas assentárão praça, o mesmo Ajudante-General ordenará a baixa do numero correspondente de praças mais antigas, com indicação nominal dellas; e proporá ao Governo a mais conveniente distribuição dos recrutas apurados, que devem ser remettidos para as differentes guarnições, conforme as necessidades do serviço, procurando, sempre que for possivel, fazer a distribuição proporcional ás praças escusas em cada guarnição, levando-se em conta os voluntarios e engajados, que se tenham alistado nos respectivos Corpos.

Art. 7.º A circumstancia de assentarem praça em qualquer guarnição voluntarios ou engajados, não dará direito á baixa a praças dessa guarnição, se lhes não competir por ordem de antiguidade; mas sim áquellas a quem por essa

ordem pertencer, qualquer que seja a guarnição em que se acharem.

Art. 8.º Os recrutas que se apurarem nas Províncias do Rio Grande do Sul, Goyaz e Mato Grosso, assim como os voluntarios e engajados que nellas se alistarem, não havendo ordem do Governo em contrario, ficarão com praças nos Corpos das mesmas Províncias; mas as baixas correspondentes serão dadas conforme o disposto nos arts. 6.º e 7.º Os recrutas que excederem o estado completo dos Corpos de qualquer destas Províncias, serão remettidos para as mais proximas, precedendo ordem especial do Ajudante-General do Exercito; o mesmo se praticará a respeito dos recrutas excedentes das outras Províncias, precedendo ordem do Governo para esse fim.

Art. 9.º Os recrutas destinados aos Corpos da Provincia do Rio Grande do Sul serão remettidos da Côrte para o deposito de recrutas da Provincia de Santa Catharina, d'onde seguirão opportunamente para o seu destino especial.

Art. 10. Os Commandantes das Armas, e os Assistentes do Ajudante-General nas Províncias, na relação mensal das praças que coucluírão o tempo de serviço, mencionarão em observação todas as alterações que houverem posteriormente occorrido á respeito das praças incluídas nas relações anteriormente remettidas, á fim de se tomarem em consideração por occasião da concessão das baixas.

Art. 11. A Repartição do Ajudante-General remetterá mensalmente á Secretaria da Guerra hum mappa numerico que apresente de hum modo claro e preciso o movimento das baixas por armas e Províncias, e no mez de Janeiro de cada anno fará remessa do mappa do movimento geral em todo o anno anterior.

Art. 12. Fóra das regras estabelecidas nos artigos antecedentes nenhuma baixa poderá ser ordenada pela Repartição do Ajudante-General sem preceder ordem do Ministerio da Guerra.

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1857.—
Jeronymo Francisco Coelho.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 221.—Aviso Circular de 27 de Junho de 1857.—Aos Inspectores de Thesourarias de Fazenda das Provincias, onde não ha Repartições Especiales de Terras Publicas.—*Para remetterem nota especificada de todas as despesas, que fizerem com os differentes ramos de serviço á cargo da Repartição Geral das Terras Publicas.*

Convém que em quanto nessa Provincia se não crear a Repartição Especial das Terras Publicas remetta Vm. no principio de cada mez directamente a este Ministerio huma nota, em que se especifiquem por parcellas todas as despesas, que nessa Provincia se fizerem com a medição de terras publicas contractadas por particulares, catechese, e Colonias Militares, designando as Aldeas de Indios e Colonias, a que se referem.

Iguaes notas remetterá Vm. a respeito dos mezes passados a datar do principio do corrente exercicio de 1856 a 1857.

Deos Guarde a Vm. — Marquez de Olinda. — Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda na Provincia de . . .

N.º 222.—IMPERIO.—Aviso de 30 de Junho de 1857. — *Aprova a deliberação que tomou o Presidente da Provincia de Piahy de annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Villa de S. Gonçalo, não só pelo fundamento de ter sido a maioria dos membros da Mesa eleitoral coagida a abandonar os seus lugares, como tambem pela irregularidade de ser presidida a nova Mesa por hum Supplente do Juiz de Paz, juramentado na occasião pelo Juiz Municipal do Termo, que nenhuma jurisdição tinha para isso.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 30 de Junho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio dessa Presidencia, n.º 88, de 15 de Outubro do anno passado, em que dá conta de ter annullado a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeo em Setembro do dito anno na Villa

de S. Gonçalo, e mandado proceder á nova eleição, para a qual marcou o dia 10 de Novembro seguinte, e Tendo-Se Conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 28 de Dezembro ultimo, com o parecer da referida Secção exarado em consulta de 20 do referido mez,—Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que foi approvada aquella deliberação que o antecessor de V. Ex. tomou, e consta da Portaria de 25 do mencionado mez de Novembro, não só pelo fundamento de ter sido a maioria dos membros da Mesa eleitoral coagidos a abandonar os seus lugares, como também pela irregularidade de ser presidida a nova Mesa por hum Supplente do Juiz de Paz, juramentado na occasião pelo Juiz Municipal do Termo, que nenhuma jurisdição tinha para isso. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guardea V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Piaulhy.

N.º 223. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1857. — *O exame das contas dos Collectores não se interrompe por terem de reclamar o abono de quantias constantes de documentos que deixárão de ser attendidos por se apresentarem depois de encerrado o exercicio.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, n.º 7 de 18 de Fevereiro ultimo, lhe declara que, para proceder-se á liquidação da divida de exercicios findos reclamada pelo Collector da Villa de Macaúbas, Manoel José da Silva Frazão, proveniente da gratificação que pagou ao Agente do Correio da mesma Villa, he indispensavel, á vista da disposição do § 2.º da Circular de 6 de Agosto de 1847, requerimento do mesmo Collector; e outro-sim, que não ha fundamento para que o exame da sua conta esteja dependente da liquidação da referida divida, por quanto, desde que deixárão de ser-lhes abonados os documentos de despesas que a constitue, por já estar encerrado o respectivo exercicio, tem aquelle Collector de ser indemnizado da importancia della como qualquer credor particular, e não podem esses documentos ser agora levados ao credito da dita conta.

de S. Gonçalo, e mandado proceder á nova eleição, para a qual marcou o dia 10 de Novembro seguinte, e Tendo-Se Conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 28 de Dezembro ultimo, com o parecer da referida Secção exarado em consulta de 20 do referido mez,—Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que foi approvada aquella deliberação que o antecessor de V. Ex. tomou, e consta da Portaria de 25 do mencionado mez de Novembro, não só pelo fundamento de ter sido a maioria dos membros da Mesa eleitoral coagidos a abandonar os seus lugares, como também pela irregularidade de ser presidida a nova Mesa por hum Supplente do Juiz de Paz, juramentado na occasião pelo Juiz Municipal do Termo, que nenhuma jurisdição tinha para isso. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guardea V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Piaulhy.

N.º 223. — FAZENDA. — Em 30 de Junho de 1857. — *O exame das contas dos Collectores não se interrompe por terem de reclamar o abono de quantias constantes de documentos que deixárão de ser attendidos por se apresentarem depois de encerrado o exercicio.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, n.º 7 de 18 de Fevereiro ultimo, lhe declara que, para proceder-se á liquidação da divida de exercicios findos reclamada pelo Collector da Villa de Macaúbas, Manoel José da Silva Frazão, proveniente da gratificação que pagou ao Agente do Correio da mesma Villa, he indispensavel, á vista da disposição do § 2.º da Circular de 6 de Agosto de 1847, requerimento do mesmo Collector; e outro-sim, que não ha fundamento para que o exame da sua conta esteja dependente da liquidação da referida divida, por quanto, desde que deixárão de ser-lhes abonados os documentos de despesas que a constitue, por já estar encerrado o respectivo exercicio, tem aquelle Collector de ser indemnizado da importancia della como qualquer credor particular, e não podem esses documentos ser agora levados ao credito da dita conta.

em cuja analyse se deve proseguir, considerando-se a despeza de que se trata como não effectuada.

Thesouro Nacional em 30 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 224.—Em 30 de Junho de 1857.— *Vencimentos de Ajudantes de milicias.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo, em vista dos documentos que acompanharão o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Piauhy de 3 de Fevereiro de 1855, n.º 2, e das Consultas transmittidas com o Aviso do Ministerio da Guerra de 20 de Fevereiro deste anno, que ao Ajudante de milicias Antonio Francisco Jacome de Carvalho não compete o soldo de trinta mil réis mensaes mandado abonar pela mesma Thesouraria a exemplo dos Ajudantes Victor de Barros e Silva, e José Borges Leal, porquanto, estes pelas suas promoções ficarão pertencendo á 1.ª linha, e portanto com direito ao soldo da Tabella annexa ao Decreto do 1.º de Dezembro de 1841, o que não acontece a respeito daquelle, que sendo nomeado por Portaria de 19 de Janeiro de 1816, está comprehendido nas disposições do Decreto de 4 de Dezembro de 1822, e Provisão do Conselho Supremo Militar de 15 de Setembro de 1842, que declararão que os Ajudantes de milicias devião ter nos seus Corpos o accesso gradual até Capitão, de maneira que só pôde ter direito ao soldo de vinte e dous mil réis por virtude da Lei de 24 de Setembro de 1829, se estava no exercicio do seu posto nessa data, ou ao designado na sua patente,—ordena ao mesmo Sr. Inspector—1.º, que faça suspender o pagamento do referido soldo de 30 \$ e abonar sómente o que realmente competir ao Ajudante Carvalho: e 2.º—que informe com brevidade quanto se tem pago a razão de 30 \$ para que se possa liquidar a divida de exercicios findos, e promover a indemnisação da Fazenda Nacional depois de feito o devido encontro.

Thesouro Nacional em 30 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

em cuja analyse se deve proseguir, considerando-se a despeza de que se trata como não effectuada.

Thesouro Nacional em 30 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 224.—Em 30 de Junho de 1857.— *Vencimentos de Ajudantes de milicias.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo, em vista dos documentos que acompanharão o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Piauhy de 3 de Fevereiro de 1855, n.º 2, e das Consultas transmittidas com o Aviso do Ministerio da Guerra de 20 de Fevereiro deste anno, que ao Ajudante de milicias Antonio Francisco Jacome de Carvalho não compete o soldo de trinta mil réis mensaes mandado abonar pela mesma Thesouraria a exemplo dos Ajudantes Victor de Barros e Silva, e José Borges Leal, porquanto, estes pelas suas promoções ficarão pertencendo á 1.ª linha, e portanto com direito ao soldo da Tabella annexa ao Decreto do 1.º de Dezembro de 1841, o que não acontece a respeito daquelle, que sendo nomeado por Portaria de 19 de Janeiro de 1816, está comprehendido nas disposições do Decreto de 4 de Dezembro de 1822, e Provisão do Conselho Supremo Militar de 15 de Setembro de 1842, que declararão que os Ajudantes de milicias devião ter nos seus Corpos o accesso gradual até Capitão, de maneira que só pôde ter direito ao soldo de vinte e dous mil réis por virtude da Lei de 24 de Setembro de 1829, se estava no exercicio do seu posto nessa data, ou ao designado na sua patente,—ordena ao mesmo Sr. Inspector—1.º, que faça suspender o pagamento do referido soldo de 30 \$ e abonar sómente o que realmente competir ao Ajudante Carvalho: e 2.º—que informe com brevidade quanto se tem pago a razão de 30 \$ para que se possa liquidar a divida de exercicios findos, e promover a indemnisação da Fazenda Nacional depois de feito o devido encontro.

Thesouro Nacional em 30 de Junho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 225. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1857. — *A embarcação, que entra por arribada forçada, não tem rigorosa obrigação de exhibir manifesto ou certificado de lastro, &c.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso interposto por Jayme Millet, proprietario da Polaca hespanhola *Mensageira*; da decisão da mesma Thesouraria, confirmatoria de outra da Alfandega de Paranaguá, que lhe impoz a multa de 500 \$000, por infracção do disposto no art. 158 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, e ordem do Thesouro n.º 15 de 12 de Fevereiro de 1846: 1.º, — por que tendo a dita Polaca sahido da Bahia em lastro com destino aos portos do Rio da Prata com os seus despachos correntes, e entrado por arribada forçada no de Paranaguá, não tinha o respectivo Capitão obrigação rigorosa de exhibir manifesto ou certificado de lastro, e, quando a tivesse, estava isento da multa (que nunca podia ser de 500 \$000 á vista do art. 8.º do Regulamento de 26 de Abril de 1854), em razão da arribada forçada, que se acha provada nos termos do art. 13 § 1.º deste ultimo Regulamento; e 2.º, porque nenhuma applicação tem á especie sujeita a ordem de 12 de Fevereiro de 1846, indevidamente invocada para justificar a decisão recorrida.

E por que tivesse ainda sido irregular o procedimento da referida Alfandega, não impondo a multa de que se trata antes de ter admittido por inteiro a entrada da sobredita Polaca, e só mandando fazer effectiva a intimação depois de concluido o seu carregamento, deve disto advertir-o o Sr. Inspector da Thesouraria, para que não se repitão factos identicos; ficando na intelligencia de que, á vista do que fica expellido, tambem o seu procedimento não foi regular.

Thesouro Nacional em 4 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 226. — Em 6 de Julho de 1857. — *Vencimentos que competem aos Engenheiros empregados nos terrenos diamantinos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo ao requerimento do Capitão de Engenheiros Umbelino Alberto de Campos Limpo, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que compete aos Engenheiros empregados nos terrenos diamantinos a etape concedida á Officialidade do Exercito em tempo de paz pela Lei de 28 de Outubro de 1848, por estar comprehendida nos vencimentos de commissão activa, a que se refere o art. 37 do Regulamento de 17 de Agosto de 1846, e não ser applicavel aos sobreditos Engenheiros a disposição do art. 7.º do Decreto de 21 de Maio de 1850; apesar do que se resolveo no caso do Capitão Marcolino Rodrigues da Costa, a respeito do qual se lhe expedio a ordem n.º 133 de 28 de Agosto de 1855; pelo que deverá o dito Sr. Inspector attender á reclamação do referido Capitão Umbelino, mandando-lhe liquidar o vencimento que tiver cahido em exercicios findos, na fôrma da Circular de 6 de Agosto de 1847.

Thesouro Nacional em 6 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 227. — Em 6 de Julho de 1857. — *Competencia das Autoridades criminaes para liquidarem huma multa imposta pela Alfandega.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio n.º 172 de 17 de Março ultimo, do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul, em que participa haver dado provimento ao recurso interposto da decisão da Alfandega do Rio Grande, que havia considerado a Polaca hespanhola *Maria Lloberas* hypothecada, na fôrma do art. 161 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, á multa a que se refere a decisão do Tribunal do Thesouro de 24 de Dezembro do anno findo, e embaraçada por tanto a sua sahida, sendo o fundamento da sua deliberação entender o mesmo Sr. Inspector que a multa era criminal, e a sua liquidação da com-

petencia das Autoridades criminaes, conforme as Instrucções de 3 de Outubro 1844: declara que bem proferida foi essa deliberação em vista da legislação em vigor, cumprindo ao Inspector da dita Alfandega observar as Instrucções citadas, e as demais disposições vigentes applicaveis ao caso.

Thesouro Nacional em 6 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 228. — Em 6 de Julho de 1857. — *Aforamento de hum terreno devoluto.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em vista de seu Officio n.º 60 de 30 de Março ultimo, expondo a deliberação tomada pela a Presidencia de mandar pôr em praça, a quem mais dêsse, o dominio util do terreno devoluto no Forte de Matos, que foi approvada a dita deliberação, por não ser contraria á disposição do art. 3.º da Lei de 12 de Outubro de 1833, que não dispõe senão que os cháos encravados ou adjacentes ás povoações serão não arrendados, mas aforados.

Thesouro Nacional em 6 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 229. — Aviso N.º 33 de 7 de Julho de 1857. — Ao Presidente de Santa Catharina — *Pondo á sua disposição a quantia de tres contos de réis para a construcção de huma casa de detenção na Colonia D. Francisca.*

Ilm. e Exm. Sr. — Nesta data solicito do Ministerio da Fazenda as ordens necessarias, para pôr á disposição de V. Ex. a quantia de 3.000\$, em que foi orçada a construcção de huma casa de detenção na Colonia D. Francisca, conforme a planta, que acompanhou o Officio de V. Ex. datado de 8 de Abril ultimo e sob n.º 10.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

petencia das Autoridades criminaes, conforme as Instrucções de 3 de Outubro 1844: declara que bem proferida foi essa deliberação em vista da legislação em vigor, cumprindo ao Inspector da dita Alfandega observar as Instrucções citadas, e as demais disposições vigentes applicaveis ao caso.

Thesouro Nacional em 6 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 228. — Em 6 de Julho de 1857. — *Aforamento de hum terreno devoluto.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em vista de seu Officio n.º 60 de 30 de Março ultimo, expondo a deliberação tomada pela a Presidencia de mandar pôr em praça, a quem mais dêsse, o dominio util do terreno devoluto no Forte de Matos, que foi approvada a dita deliberação, por não ser contraria á disposição do art. 3.º da Lei de 12 de Outubro de 1833, que não dispõe senão que os cháos encravados ou adjacentes ás povoações serão não arrendados, mas aforados.

Thesouro Nacional em 6 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 229. — Aviso N.º 33 de 7 de Julho de 1857. — Ao Presidente de Santa Catharina — *Pondo á sua disposição a quantia de tres contos de réis para a construcção de huma casa de detenção na Colonia D. Francisca.*

Ilm. e Exm. Sr. — Nesta data solicito do Ministerio da Fazenda as ordens necessarias, para pôr á disposição de V. Ex. a quantia de 3.000\$, em que foi orçada a construcção de huma casa de detenção na Colonia D. Francisca, conforme a planta, que acompanhou o Officio de V. Ex. datado de 8 de Abril ultimo e sob n.º 10.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 230.—IMPERIO. — Aviso de 10 de Julho de 1857. — *Declara os vencimentos dos Officiaes Maiores das Secretarias das Presidencias, quando substituirem os respectivos Secretarios.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Competindo aos Officiaes Maiores das Secretarias das Presidencias de Provincia todo o vencimento dos respectivos Secretarios quando estes nada percebem ou deixão os lugares vagos, como tem sido declarado por Avisos de 5 de Setembro de 1855 e 10 de Maio de 1856, e sómente a 5.ª parte quando o Secretario conserva-se com direito áquelle vencimento, nos termos do Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, e Aviso de 13 de Novembro de 1854, assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento, e em deferimento á petição do Official Maior da Secretaria dessa Presidencia Francisco Mendes de Souza, informada por V. Ex. em 6 de Março deste anno, prevenindo-o de que neste sentido se expede tambem Aviso ao Thesouro Nacional.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 231. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1857. — *Sobre aforamentos de terrenos de marinhas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1857.

Em solução á materia do Officio da Illm.ª Camara Municipal desta Cidade, acompanhando o requerimento em que o Coronel João Coelho Bastos representa contra a medição das marinhas, na praia de S. Christovão, por elle requeridas, por comprehender nellas os seus predios edificados em terrenos arrematados em hasta publica pelos seus antecessores como bens sequestrados aos Jesuitas, declarando estar prompto a aceitar por aforamento o terreno alagado que fica em frente aos ditos predios, e que se contiver na extensão de quinze braças; declaro á mesma Camara que não estão isentos do pagamento do foro, na fórma do disposto na ordem de 13

de Maio de 1836, os terrenos de marinha, ainda que incluídos em semelhantes arrematações, se dellas não tiver o poder competente feito expressa doação aos Jesuitas; não podendo ter lugar o aforamento do terreno alagado, conforme propõe o dito Bastos, por não dever sujeitar-se a fôro, na fôrma do disposto no Aviso de 7 de Março de 1839, o terreno banhado por agua do mar, que desseca nas vasantes, por não se achar semelhante terreno comprehendido na disposição do art. 51 § 14 da Lei de 15 Novembro de 1831, da maneira por que foi entendida, e se mandou executar pelas Instrucções de 14 de Novembro de 1832. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 232. — GUERRA. — Aviso de 10 de Julho de 1857. —

Approva o abono de etape e forragem, que competem aos Commandantes de Divisão, ao Brigadeiro Luiz Manoel de Lima e Silva, como Inspector de Infantaria, por serem a forragem, e etape devidas aos Officiaes, em razão de seus exercicios, e não dos postos.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução ao seu Officio n.º 59 de 8 de Junho findo, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approvou a decisão de V. Ex. de mandar abonar ao Brigadeiro Luiz Manoel de Lima e Silva, como Inspector de Infantaria, a etape e forragem que competem aos Commandantes de Divisão; devendo entender-se que as etapes e forragens são devidas aos Officiaes do Exercito em razão de seus exercicios, e não dos postos.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

de Maio de 1836, os terrenos de marinha, ainda que incluídos em semelhantes arrematações, se dellas não tiver o poder competente feito expressa doação aos Jesuitas; não podendo ter lugar o aforamento do terreno alagado, conforme propõe o dito Bastos, por não dever sujeitar-se a fôro, na fôrma do disposto no Aviso de 7 de Março de 1839, o terreno banhado por agua do mar, que desseca nas vasantes, por não se achar semelhante terreno comprehendido na disposição do art. 51 § 14 da Lei de 15 Novembro de 1831, da maneira por que foi entendida, e se mandou executar pelas Instrucções de 14 de Novembro de 1832. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 232. — GUERRA. — Aviso de 10 de Julho de 1857. —

Approva o abono de etape e forragem, que competem aos Commandantes de Divisão, ao Brigadeiro Luiz Manoel de Lima e Silva, como Inspector de Infantaria, por serem a forragem, e etape devidas aos Officiaes, em razão de seus exercicios, e não dos postos.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução ao seu Officio n.º 59 de 8 de Junho findo, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial approvou a decisão de V. Ex. de mandar abonar ao Brigadeiro Luiz Manoel de Lima e Silva, como Inspector de Infantaria, a etape e forragem que competem aos Commandantes de Divisão; devendo entender-se que as etapes e forragens são devidas aos Officiaes do Exercito em razão de seus exercicios, e não dos postos.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N.º 233.—JUSTIÇA.—Aviso de 13 de Julho de 1857.—
Manda que nos lugares onde não houver quem se preste com fiança a ser Thesoureiro de Orphãos, seja commettida aos Collectores das Rendas Publicas a guarda dos respectivos cofres, em quanto por Lei outra cousa se não determinar.

3.ª Secção. Circular. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestado o Imperador, por intermedio do Presidente da Provincia de Minas Geraes, e do Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, os Officios do Juiz de Direito da Comarca do Rio das Mortes, e do Supplente do de Orphãos do Termo de Itaguahy, expondo os embaraços em que se achavão por não haver quem, com a condição de prestar fiança, aceite o encargo de Thesoureiro do cofre dos Orphãos.—Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, Conformando-Se com a Consulta da Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Resòlver que; em quanto por Lei outra cousa se não determinar, seja no caso figurado commettida a guarda dos cofres dos Orphãos aos Collectores das Rendas Publicas, que são Empregados do Governo, e affiançados. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 234.—GUERRA.—Aviso de 13 de Julho de 1857.—
Determina que os Commandantes dos Corpos remettão mensalmente huma parte do estado do pagamento, de tres em tres mezes huma outra do estado do fardamento, armamento e equipamento, e de seis em seis mezes, se o fardamento tem sido distribuido no tempo competente.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que V. Ex. recomende aos Commandantes dos Corpos do Exercito:

1.º Que remettão mensalmente aos Commandantes das Armas, nas Províncias onde os ha, e aos assistentes do Ajudante General do Exercito, naquellas em que não ha taes commandos, huma parte circunstanciada sobre o estado do pagamento de soldos aos seus respectivos Corpos, declarando elles, quando taes pagamentos estejão em atraso, qual o motivo;

2.º Que, de trez em trez mezes. remettão aquellas autoridades militares parte em geral do estado do armamento, fardamento e equipamento dos mesmos Corpos, dos pedidos feitos, á quem, e em que datas, e quaes os que tem sido satisfeitos, ou deixado de o serem.

3.º Finalmente, que dêem parte, de seis em seis mezes, do que disser respeito aos respectivos semestres, e se os fardamentos teem sido distribuidos nos devidos tempos, e, no cazo contrario, o motivo porque o não forão.

As citadas participações serão transmittidas, pelos ditos Commandantes das Armas e Assistentes á V. Ex. na qualidade de Ajudante General, para serem levadas ao conhecimento deste Ministerio, acompanhadas de suas observações, solicitando V. Ex., e indicando, nessa occasião, as medidas proprias para remover-se qualquer falta que possa ter havido.

O Mesmo Augusto Senhor Manda outrosim declarar a V. Ex., para o fazer devidamente constar, que fóra das epochas acima prescriptas, os ditos Commandantes dos Corpos, os das Armás, e os Assistentes de V. Ex., poderão extraordinariamente fazer quaesquer reclamações sobre os assumptos já referidos, segundo o exigirem as circunstancias. O que tudo V. Ex. fará observar pontualmente.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Suruhy.

N.º 235. — Circular de 13 de Julho de 1857. — *Remette aos Presidentes das Provincias copia do Aviso expedido ao Ajudante General do Exercito estabelecendo o modo de cumprirem-se as ordens dos mesmos Presidentes, quando pareção contrarias aos Regulamentos em vigor.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Para conhecimento de V. Ex. lhe remetto por copia o Aviso que nesta data dirijo ao Ajudante General do Exercito recommendando-lhe a expedição das necessarias ordens ás autoridades militares das Provincias para que ellas executem o que no dito Aviso se declara, quando receberem qualquer ordem das mesmas Presidencias sobre objectos de serviço militar.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

Aviso á que se refere a Circular retro.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que V. Ex. expessa as necessarias ordens aos Commandantes das Armas, nas Provincias onde os ha, aos Assistentes do Ajudante General, naquellas em que não ha taes Commandos, e aos Inspectores Militares de Districtos declarando-lhes:

1.º Que, quando receberem qualquer ordem dos Presidentes de Provincia sobre objecto de serviço militar que seja ou lhes pareça ser opposta ás disposições expressas dos Regulamentos em vigor, representem motivadamente ás mesmas Presidencias sobre as duvidas que tiverem na execução de taes ordens;

2.º Que, se apezar das representações que fizerem aos ditos Presidentes, estes insistirem no cumprimento da ordem expedida, a executem immediatamente, como cumpre que seja qualquer determinação emanada da primeira Autoridade da Provincia; devendo neste caso os executores de taes ordens

dar immediatamente parte circunstanciada do occorrido a V. Ex., na qualidade de Ajudante General do Exercito, que de tudo fará sciente a este Ministerio.

O que o Mesmo Augusto Senhor Manda muito recomendar a V. Ex., a quem previno de que nesta data se dá disso conhecimento ás mesmas Presidencias.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coêlho. — Sr. Barão de Suruhy.

Nº 236. — Aviso de 13 de Julho de 1857. — *Determina que Antonio José do Nascimento praça do Batalhão do Depósito tenha baixa do serviço do Exercito, logo que se apresente, por ser casado antes do seu recrutamento e como tal achar-se delle isento.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Conformando-Se com a informação de V. Ex. de 9 do corrente, exarada no requerimento de Delfina Maria de Jesus, residente na Provincia de Pernambuco, pedindo perdão da deserção para seu marido Antonio José do Nascimento, praça do Batalhão de Depósito, — Ha por bem Determinar que o marido da Supplicante tenha baixa do serviço logo que se apresente, visto ser casado em época anterior ao recrutamento, e como tal isento de praça no Exercito. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coêlho. — Sr. Barão de Suruhy.

dar immediatamente parte circunstanciada do occorrido a V. Ex., na qualidade de Ajudante General do Exercito, que de tudo fará sciente a este Ministerio.

O que o Mesmo Augusto Senhor Manda muito recomendar a V. Ex., a quem previno de que nesta data se dá disso conhecimento ás mesmas Presidencias.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coêlho. — Sr. Barão de Suruhy.

Nº 236. — Aviso de 13 de Julho de 1857. — *Determina que Antonio José do Nascimento praça do Batalhão do Depósito tenha baixa do serviço do Exercito, logo que se apresente, por ser casado antes do seu recrutamento e como tal achar-se delle isento.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Conformando-Se com a informação de V. Ex. de 9 do corrente, exarada no requerimento de Delfina Maria de Jesus, residente na Provincia de Pernambuco, pedindo perdão da deserção para seu marido Antonio José do Nascimento, praça do Batalhão de Depósito, — Ha por bem Determinar que o marido da Supplicante tenha baixa do serviço logo que se apresente, visto ser casado em época anterior ao recrutamento, e como tal isento de praça no Exercito. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coêlho. — Sr. Barão de Suruhy.

N.º 237. — Aviso de 14 de Julho de 1857. — *Declara que ás praças de pret do Batalhão de Engenheiros serão annualmente fornecidas duas blusas de algodão azul trançado, sendo seis mezes o tempo de duração para cada huma.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo Sua Magestade o Imperador deliberado que ás praças de pret do Batalhão de Engenheiros se forneção annualmente duas blusas de algodão trançado azul, ficando reduzido a seis mezes o tempo de duração para cada huma das ditas peças; assim o declaro a V. Ex. em resposta ao seu Officio sob n.º 345 de 11 do corrente.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Suruhy.

N.º 238. — Aviso de 14 de Julho de 1857. — *Comunica ao Director do Arsenal de Guerra da Côre ficarem expedidas ás ordens á fim de serem nomeados dous Cirurgiões que em Janeiro e Julho de cada anno inspeccionem os Menores, para serem desligados os que se julgarem incuraveis.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Julho de 1857.

Convindo ter-se conhecimento dos Menores que, por serem incuraveis, deverão ser desligados da respectiva Companhia, nesta data determina-se ao Ajudante General do Exercito que mande apresentar á V. S. nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno dous Cirurgiões do Exercito, que, reunidos ao Cirurgião encarregado da enfermaria dos mesmos menores, inspeccionem os que lhes forem apresentados para esse fim, procedendo-se desde já a nomeação dos referidos dous Cirurgiões, de que dou conhecimento á V. S., prevenindo-o de que deverá remetter á esta Secretaria d'Estado nas épocas supramencionadas, huma relação geral dos menores que tães inspecções sofrerem, para á vista della, serem desligados os que, por incuráveis, não deverem absolutamente continuar á pertencer á citado Companhia, mencio-

nando-se na dita relação o nome e idade dos mesmos menores, e bem assim a época da admissão e por quem forão apresentados.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 339. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1857. — *Direito de hum empregado a 5.ª parte do ordenado do lugar que interinamente servio.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso que acompanhou o seu Officio n.º 124 de 16 de Maio ultimo, interposto pelo 2.º escriptuario da dita Thesouraria, José Sesisnando Botelho, da decisão que lhe denegou a 5.ª parte do ordenado do lugar de chefe de Secção que interinamente servio de 8 de Outubro a 14 de Dezembro do anno passado; porquanto, tendo-se dado a substituição, não por se ter verificado a hypothese prevista no art. 6.º do Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, visto o empregado não ter sahido da Repartição em commissão gratuita, e sim nos termos do art. 4.º do mesmo Decreto, tem o recorrente direito á percepção da 5.ª parte pela fórma marcada no Aviso n.º 231 de 6 de Outubro de 1852.

Thesouro Nacional em 14 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 240. — Em 15 de Julho de 1857. — *Multas por falta ou demora da apresentação de manifestos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba que mesmo Tribunal deo provimento ao recurso que acompanhou o Officio da Presidencia n.º 13 de 13 de Abril ultimo, interposto por Victorino Pereira Maia da decisão da mesma Thesouraria ácerca da multa de 712\$000, imposta pela Alfandega respectiva ao Capitão da barca Ingleza *Queen*, como

nando-se na dita relação o nome e idade dos mesmos menores, e bem assim a época da admissão e por quem forão apresentados.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 339. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1857. — *Direito de hum empregado a 5.ª parte do ordenado do lugar que interinamente servio.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que o mesmo Tribunal deo provimento ao recurso que acompanhou o seu Officio n.º 124 de 16 de Maio ultimo, interposto pelo 2.º escriptuario da dita Thesouraria, José Sesisnando Botelho, da decisão que lhe denegou a 5.ª parte do ordenado do lugar de chefe de Secção que interinamente servio de 8 de Outubro a 14 de Dezembro do anno passado; porquanto, tendo-se dado a substituição, não por se ter verificado a hypothese prevista no art. 6.º do Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, visto o empregado não ter sahido da Repartição em commissão gratuita, e sim nos termos do art. 4.º do mesmo Decreto, tem o recorrente direito á percepção da 5.ª parte pela fórma marcada no Aviso n.º 231 de 6 de Outubro de 1852.

Thesouro Nacional em 14 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 240. — Em 15 de Julho de 1857. — *Multas por falta ou demora da apresentação de manifestos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba que mesmo Tribunal deo provimento ao recurso que acompanhou o Officio da Presidencia n.º 13 de 13 de Abril ultimo, interposto por Victorino Pereira Maia da decisão da mesma Thesouraria ácerca da multa de 712\$000, imposta pela Alfandega respectiva ao Capitão da barca Ingleza *Queen*, como

incurso no art. 10 do Regimento de 26 de Abril de 1854; e declara ao Sr. Inspector que foi erronea a applicação do citado artigo; visto ter vindo a referida embarcação em lastro do Porto de Jersey com destino ao do Canal; sendo tambem improcedentes as razões em que se fundou para reduzir aquella multa a 100\$000, nos termos do art. 158 do Regulamento de 22 de Junho de 1836; porquanto trouxe o navio do porto da procedencia os seus papeis correntes, os quaes forão, posto que posteriormente, apresentados á Alfandega, não se dando portanto falta de manifesto ou certificado de lastro; mas tão sómente demora na sua apresentação.

Quanto porém á multa de 200\$000, imposta pela demora de dous dias que teve o capitão em dar a sua entrada na Alfandega, foi pelo Tribunal confirmada, por estar de accordo com o disposto no art. 14 § 6.º do citado Regulamento de 22 de Junho, e não serem attendiveis as allegações de terem ficado em Pernambuco os papeis respectivos, e de não os haver o Capitão recebido ao tempo de sua chegada, e julgar que sem elles não devia apresentar-se na Repartição, pois não podem taes razões justificar a falta de cumprimento do preceito estabelecido no mesmo artigo, e muito recommendado no Regulamento n.º 203 de 22 de Julho de 1842, e no art. 2.º do de 26 de Abril de 1854.

Thesouro Nacional em 15 de Julho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 241.—Aviso N.º 9 de 15 de Julho de 1857.—Ao Director Geral dos Terras Publicas.—*Approva o contracto celebrado com o Engenheiro Civil Theodoro Ochs, para medição, e demarcação das terras publicas na Provincia do Paraná.*

Illm. Sr.—Fica approvedo o contracto celebrado a 14 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com Theodoro Ochs, para medição e demarcação das terras publicas na Provincia do Paraná.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director Geral interino das Terras Publicas.

incurso no art. 10 do Regimento de 26 de Abril de 1854; e declara ao Sr. Inspector que foi erronea a applicação do citado artigo; visto ter vindo a referida embarcação em lastro do Porto de Jersey com destino ao do Canal; sendo tambem improcedentes as razões em que se fundou para reduzir aquella multa a 100\$000, nos termos do art. 158 do Regulamento de 22 de Junho de 1836; porquanto trouxe o navio do porto da procedencia os seus papeis correntes, os quaes forão, posto que posteriormente, apresentados á Alfandega, não se dando portanto falta de manifesto ou certificado de lastro; mas tão sómente demora na sua apresentação.

Quanto porém á multa de 200\$000, imposta pela demora de dous dias que teve o capitão em dar a sua entrada na Alfandega, foi pelo Tribunal confirmada, por estar de accordo com o disposto no art. 14 § 6.º do citado Regulamento de 22 de Junho, e não serem attendiveis as allegações de terem ficado em Pernambuco os papeis respectivos, e de não os haver o Capitão recebido ao tempo de sua chegada, e julgar que sem elles não devia apresentar-se na Repartição, pois não podem taes razões justificar a falta de cumprimento do preceito estabelecido no mesmo artigo, e muito recommendado no Regulamento n.º 203 de 22 de Julho de 1842, e no art. 2.º do de 26 de Abril de 1854.

Thesouro Nacional em 15 de Julho de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 241.—Aviso N.º 9 de 15 de Julho de 1857.—Ao Director Geral dos Terras Publicas.—*Approva o contracto celebrado com o Engenheiro Civil Theodoro Ochs, para medição, e demarcação das terras publicas na Provincia do Paraná.*

Illm. Sr.—Fica approvedo o contracto celebrado a 14 do corrente por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas com Theodoro Ochs, para medição e demarcação das terras publicas na Provincia do Paraná.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director Geral interino das Terras Publicas.

N.º 242. — FAZENDA. — Em 17 de Julho de 1857. — *Sobre a lotação de Offícios de Justiça.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Espirito Santo, em resposta ao seu Offício n.º 73 de 12 do mez findo, no qual expõe as razões porque não se tem podido proceder até o presente á lotação dos Offícios e empregos de Justiça da mesma Provincia: 1.º — que nesta data se requisitão ao Ministerio da Justiça providencias para que deixe o Escrivão dos Feitos da Fazenda de accumular as funcções de differentes cartorios: 2.º, — que deve empregar novos esforços no intuito de conseguir que os arbitros nomeados para procederem a tal lotação a isso se prestem gratuitamente, e que só no caso de serem infructiferos esses esforços, deve mandar-lhes abonar o emolumento do art. 77 ou do art. 180 do novo Regimento das custas: e 3.º finalmente, quanto á reforma das lotações dos beneficios ecclesiasticos, que, se por falta de lotações judiciaes, para as quaes deve preceder ordem do Thesouro, tem o Sr. Inspector deixado de cobrar novos direitos desses beneficios, tem sido irregular semelhante procedimento, huma vez que a Lei o autorisa para a lotação administrativa provisoria, que deve subsistir enquanto se não proceder á judicial, com as alterações que as circumstancias aconselharem.

Thesouro Nacional em 17 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 243. — Circular em 17 de Julho de 1857. — *Vencimentos dos Officiaes maiores das Secretarias das Presidencias de Provincia.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, em conformidade do Aviso do Ministerio do Imperio de 10 do corrente, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que aos Officiaes maiores das Secretarias das Presidencias de Provincia compete todo o vencimento dos respectivos Secretarios quando estes nada percebem, ou deixão os lugares vagos, como tem sido declarado por Avisos de 5 de Setembro de 1855 e 10 de Maio de 1856; e sómente a 5.ª parte, quando o Secretario conserva-se com

direito aquelle vettimento, nos termos do Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, e Aviso de 13 de Novembro de 1854.

Thesouro Nacional em 17 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 244. — FAZENDA. — Circular em 20 de Julho de 1857. —

Nã falla de Thesoureiros de orphãos fiação os Collectores encarregados dos respectivos cofres.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, em conformidade do Aviso do Ministerio da Justiça de 13 do corrente, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o devido conhecimento e execução, que Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de Consulta da Sessão de Justiça do Conselho d'Estado de 8 do referido mez, — Houve por bem ordenar que, emquanto por Lei outra coisa se não resolver, seja commettida a guarda dos cofres dos orphãos aos Collectores das Rendas publicas, quando não haja quem com a condição de prestar fiança aceite o encargo de Thesoureiro dos ditos cofres.

Thesouro Nacional em 20 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 245. — GUERRA. — Circular de 22 de Julho de 1857.

Determina que os Capellães para as Fortalezas sejam contractados pagando-se-lhes huma esportula razoavel pela Missa em dias Santos, e transporte; e que nas mesmas Fortalezas só possam conservar-se os Capellães militares apenas capazes de serviço moderado.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que o engajamento de Sacerdotes para Capellães nas Fortalezas, só tenha lugar por contracto, arbitrando-se-lhes huma exportula razoavel por Missa nos dias

direito aquelle vettimento, nos termos do Decreto n.º 459 de 27 de Julho de 1846, e Aviso de 13 de Novembro de 1854.

Thesouro Nacional em 17 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 244. — FAZENDA. — Circular em 20 de Julho de 1857. —

Nã falla de Thesoureiros de orphãos fiação os Collectores encarregados dos respectivos cofres.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, em conformidade do Aviso do Ministerio da Justiça de 13 do corrente, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o devido conhecimento e execução, que Sua Magestade o Imperador, por Sua Imperial Resolução de Consulta da Sessão de Justiça do Conselho d'Estado de 8 do referido mez, — Houve por bem ordenar que, emquanto por Lei outra coisa se não resolver, seja commettida a guarda dos cofres dos orphãos aos Collectores das Rendas publicas, quando não haja quem com a condição de prestar fiança aceite o encargo de Thesoureiro dos ditos cofres.

Thesouro Nacional em 20 de Julho de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 245. — GUERRA. — Circular de 22 de Julho de 1857.

Determina que os Capellães para as Fortalezas sejam contractados pagando-se-lhes huma esportula razoavel pela Missa em dias Santos, e transporte; e que nas mesmas Fortalezas só possam conservar-se os Capellães militares apenas capazes de serviço moderado.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que o engajamento de Sacerdotes para Capellães nas Fortalezas, só tenha lugar por contracto, arbitrando-se-lhes huma exportula razoavel por Missa nos dias

Santos e de guarda, e dando-se-lhes transporte. Outrosim Determina o mesmo Augusto Senhor que nas referidas Fortalezas só possam conservar-se em serviço os Capellães militares que por idade avançada, ou sofrimentos forem apenas capazes de servido moderado; devendo os que nellas actualmente servem ser inspecionados para se conhecer se estão em a circumstancia indicada para continuarem ou não. O que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 246 — Circular de 23 de Julho de 1857. — *Determina, para ficar servindo de regra, não serem admittidos Cirurgiões engajados pelo Ministerio da Guerra sem as condições que estabelece.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Determinando Sua Magestade o Imperador que fique estabelecido como regra, o não admitir-se a serviço, por conta do Ministerio da Guerra, Cirurgião engajado senão em os casos pela maneira seguinte:

- 1.º Na falta de Cirurgião militar do Exercito:
- 2.º Para servir nas Enfermarias, ou Hospitaes das Provincias.
- 3.º Não lhe arbitrando remuneração pecuniaria igual á fixada na respectiva Tabella para os Officiaes do Corpo de Saude, mas sim proporcional e em relação á tropa existente e ao numero ordinario de doentes conforme o movimento dos Hospitaes ou Enfermarias para que forem contratados.

4.º Finalmente, sendo o contracto dependente de approvação do Governo, antes da qual poderá o engajado, sómente em caso de urgencia motivada, entrar logo em serviço até que o mesmo Governo resolva

Assim o commu-nico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

Santos e de guarda, e dando-se-lhes transporte. Outrosim Determina o mesmo Augusto Senhor que nas referidas Fortalezas só possam conservar-se em serviço os Capellães militares que por idade avançada, ou sofrimentos forem apenas capazes de servido moderado; devendo os que nellas actualmente servem ser inspecionados para se conhecer se estão em a circumstancia indicada para continuarem ou não. O que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 246 — Circular de 23 de Julho de 1857. — *Determina, para ficar servindo de regra, não serem admittidos Cirurgiões engajados pelo Ministerio da Guerra sem as condições que estabelece.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Determinando Sua Magestade o Imperador que fique estabelecido como regra, o não admitir-se a serviço, por conta do Ministerio da Guerra, Cirurgião engajado senão em os casos pela maneira seguinte:

- 1.º Na falta de Cirurgião militar do Exercito:
- 2.º Para servir nas Enfermarias, ou Hospitaes das Provincias.
- 3.º Não lhe arbitrando remuneração pecuniaria igual á fixada na respectiva Tabella para os Officiaes do Corpo de Saude, mas sim proporcional e em relação á tropa existente e ao numero ordinario de doentes conforme o movimento dos Hospitaes ou Enfermarias para que forem contratados.

4.º Finalmente, sendo o contracto dependente de approvação do Governo, antes da qual poderá o engajado, sómente em caso de urgencia motivada, entrar logo em serviço até que o mesmo Governo resolva

Assim o commu-nico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 247. — Circular de 24 de Janeiro de 1857. — *Dá instrucções para regular as vantagens e vencimentos dos Officiaes do Exército, que viajam em serviço, das Commissões de Engenharia.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Determinando Sua Magestade o Imperador que se observem as inclusas Instrucções que devem regular as vantagens e vencimentos dos Officiaes do Exército que viajam em commissão de serviço, e as que designão as commissões de engenharia que devem ser consideradas activas ou de residencia; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e pontual execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronimo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de....

Instrucções designando as Commissões de Engenharia que devem ser consideradas activas, ou de residencia.

Cumprindo regular a execução do que dispõe a observação 2.ª da Tabella annexa ao Decreto n.º 1.880 de 31 de Janeiro do corrente anno, relativamente á qualificação activa, e de residencia dos Officiaes empregados no serviço da engenharia, para evitar o inconveniente de serem privados dos seus vencimentos os Officiaes empregados em lugares remotos da Córte até que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra lhe seja classificada a natureza da commissão, além de que seria preciso que a mesma Secretaria da Guerra acompanha-se o movimento e variação contínua e repetida das commissões incumbidas á cada Official nas Provincias, podendo em muitos casos a decisão ou designação feita pelo governo chegar tardiamente e já encontrar o Official empregado em commissões diversas, Determina Sua Magestade o Imperador que se observe o seguinte:

1.º Entender-se-ha por commissão activa: 1.º o serviço em campo de instrucção; 2.º o reconhecimento de provincias, fronteiras, praças e demarcação de limites; 3.º revista de inspecção de obras militares; 4.º levantamento de cartas; 5.º direcção de estradas e canaes; 6.º a direcção de mais

de huma obra quando de huma a outra a distancia for de meia legua; 7.º o exercicio de chefe de commissão de engenharia composta de mais de dous engenheiros.

2.º Entender-se-ha por commissão de residencia: 1.º o serviço em trabalhos proprios da arma de engenharia nas praças e fortificações; 2.º direcção de obras militares, quando entre huma e outra, a distancia for menor de meia legua; 3.º levantamento, construcção, e copias de plantas, e outro qualquer serviço, não especificado no Artigo antecedente, em lugar certo e determinado.

3.º As commissões de residencia poderão ser consideradas activas sómente por declaração do Governo, conforme a importância do serviço.

4.º Quando occorrerem duvidas sobre a natureza e classificação das commissões, abonar-se-hão os vencimentos das de residencia, dando-se parte ao Governo para resolver.

5.º Se as commissões de residencia tiverem de ser desempenhadas fóra das Capitães das Provincias, abonar-se-hão aos Officiaes os vencimentos de commissão activa durante a marcha por terra, na razão de quatro legoas por dia; se porém a viagem for por mar ou rio, em vez dos ditos vencimentos, o transporte será pago pelo Governo. O mesmo se observará quando os Officiaes tiverem de seguir por mar ou por terra de hum para outro ponto do interior das Provincias, para desempenharem qualquer commissão.

6.º Logo que finalizar qualquer commissão, ou os Officiaes forem encarregados de novas, os Presidentes das Provincias expedirão communicações ás Thesourarias de Fazenda, para á vista das mesmas se abonarem os vencimentos correspondentes.

7.º Os Officiaes no verso dos recibos que passarem para receber os seus vencimentos, deverão sempre declarar os lugares, e qualidade ou natureza das obras, ou outro qualquer serviço de que se acharem encarregados. Igual declaração deverão fazer os chefes de commissões de engenharia nas folhas que organisarem para pagamento dos Officiaes que as compuzerem.

8.º Os Presidentes das Provincias, quando por motivo urgente, empregarem em serviço de engenheiros Officiaes das outras armas, deverão dar immediatamente parte ao Governo, sollicitando a necessaria approvação. Emquanto porém o Governo não resolver, só se abonarão vencimentos de engenheiros aos que tiverem o curso completo de engenharia,

artilharia, ou estado-maior : aos que não tiverem o curso das ditas armas, abonar-se-hão simplesmente os vencimentos dos exercicios em que estivessem anteriormente, e das armas a que pertencerem, ou uma gratificação, que nunca deverá exceder á metade dos vencimentos de engenheiros, correspondentes á natureza da commissão, ficando-lhes o direito de opção.

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1857.
Jeronmo Francisco Coelho.

Instrucções que devem regular as vantagens e vencimentos dos Officiaes do Exercito que viajam em commissão de serviço.

Sendo conveniente para maior facilidade da fiscalisação, e para intelligencia dos Officiaes do Exercito, que se achem compiladas todas as disposições sobre o abono de vantagens e vencimentos dos mesmos Officiaes, quando viajam por mar ou por terra em commissão de serviço, Determina Sua Magestade o Imperador que, nos casos abaixo mencionados, se observe o seguinte:

1.º Os Officiaes que viajam por terra em commissão de serviço de hum para outra Provincia, além da ajuda de custo, tem direito á gratificação addicional, etape, e forragens para cavalgaduras e bestas de bagagens, que em razão da Patente lhes competirem.

2.º Sendo a viagem de hum para outro ponto dentro da mesma Provincia, tem direito aos mesmos vencimentos, á excepção da ajuda de custo; abonando-se-lhes tambem forragens para hum besta de bagagem, ainda que em razão da Patente lhe não compita, quando marcharem isolados dos Corpos á que pertencerem.

3.º Quando a viagem for por mar ou rio, vencerão a gratificação addicional; e o transporte dos mesmos Officiaes, e suas familias, inclusive as comedorias, será pago pelo Governo. Se em taes viagens, porém, os Commandantes das embarcações não se obrigarem ao sustento dos Officiaes, a estes se abonará a etape, e mais tantas rações, quantas forem as pessoas de familia.

4.º Se a viagem for feita, parte por terra, e parte por mar ou rio, observar-se-hão as disposições antecedentes para hum e outro caso.

5.º Aos Inspectores dos Corpos, e Officiaes do Estado-Maior dos mesmos Corpos, e quaesquer outros, á quem pela Legislação vigente se abone dinheiro para compra de cavalgaduras, não se suspenderá o abono das rações de forragens durante as viagens que fizerem embarcados.

6.º Aos Officiaes e mais praças do Exercito, que tiverem de fazer viagens para se matricularem nos cursos de estudos militares creados nesta Côrte, e na Provincia do Rio Grande do Sul, pagará o Governo as despezas de transporte e as vantagens á que tem direito os que marchão em commissão de serviço, quando as licenças para frequentarem os ditos cursos forem concedidas pelo Governo.

7.º Quando os Officiaes que marcharem em serviço tiverem direito á ajuda de custo, esta lhes será abonada pelas Thesourarias de Fazenda na seguinte proporção: pelo minimo, sendo solteiros; pelo medio, quando tiverem de viajar levando em sua companhia familia, que não exceda de tres pessoas; e pelo maximo, quando a familia se compuzer de maior numero de pessoas. Em qualquer dos dous primeiros casos, porém, o Governo poderá mandar elevar a ajuda de custo ao medio ou maximo, tendo attenção ás difficuldades da viagem.

8.º Entender-se-ha por familia dos Officiaes, a mãe que for por elles alimentada, a mulher, e filhos menores de 18 annos e filhas solteiras, e irmãs tambem solteiras, orphãs, ou irmão menor de 18 annos e tambem orphão.

9.º Quando as transferencias dos Officiaes de huns para outros Corpos não tiverem lugar por conveniencia disciplinar, mas forem por elles sollicitadas, o Governo só lhes abonará metade da ajuda de custo, calculada pelo medio no caso de ser a viagem por terra, assim como tambem metade da despeza de transporte, se for por mar ou rio. Os Officiaes que viajarem em consequencia de licenças que obtiverem, não tem direito a outros vencimentos, além daquelle, que forem declarados nos Avisos de licença.

10. He prohibido o abono de soldos adiantados por motivos de viagem, excepto aos Officiaes que marcharem em serviço, devendo neste caso o abono ser descontado integralmente nos mezes subsequentes. Aos que marcharem para qualquer Provincia cuja Capital esteja a mais de cem leguas distante do litoral, se adiantarão tres mezes de soldo; quando as Capitaes das Provincias estiverem menos de cem leguas distante do litoral, ou quando estando no litoral, não houver

para esta navegação directa a vapor, o abono de soldo adiantado será de dous mezes; finalmente estando no litoral a Capital da Provincia, e havendo para ella navegação a vapor, sómente se abonará hum mez de soldo.

11. Os abonos das forragens para cavalgadas, e bestas de bagagem, á que tiverem direito os Officiaes em viagem de terra, serão sempre calculados sobre a base de quatro leguas por dia.

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1857.
Jeronymo Francisco Coelho.

N.º 248. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1857. — *Só no caso de não haver quem se queira prestar a fazer gratuitamente as lotações dos Officios de Justiça he que se deve abonar emolumentos.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu Officio n.º 82 de 24 de Abril ultimo, no qual expõe ter mandado abonar ao Bacharel Francisco Pereira Freire, arbitrador nas lotações dos empregos e Officios de Justiça da mesma Provincia, as custas que lhe forão contadas pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, na razão de dous mil réis por cada lotação, que deve empregar novos esforços no intuito de conseguir que os arbitros nomeados para proceder á referida lotação, á isso se prestem gratuitamente, e que só no caso de serem infructiferos esses esforços deve mandar abonar-lhe o emolumento do art. 77, ou do art. 180 do novo Regimento de custas.

Thesouro Nacional em 24 de Julho de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

para esta navegação directa a vapor, o abono de soldo adiantado será de dous mezes; finalmente estando no litoral a Capital da Provincia, e havendo para ella navegação a vapor, sómente se abonará hum mez de soldo.

11. Os abonos das forragens para cavalgaduras, e bestas de bagagem, á que tiverem direito os Officiaes em viagem de terra, serão sempre calculados sobre a base de quatro leguas por dia.

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1857.
Jeronymo Francisco Coelho.

N.º 248. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1857. — *Só no caso de não haver quem se queira prestar a fazer gratuitamente as lotações dos Officios de Justiça he que se deve abonar emolumentos.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu Officio n.º 82 de 24 de Abril ultimo, no qual expõe ter mandado abonar ao Bacharel Francisco Pereira Freire, arbitrador nas lotações dos empregos e Officios de Justiça da mesma Provincia, as custas que lhe forão contadas pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, na razão de dous mil réis por cada lotação, que deve empregar novos esforços no intuito de conseguir que os arbitros nomeados para proceder á referida lotação, á isso se prestem gratuitamente, e que só no caso de serem infructiferos esses esforços deve mandar abonar-lhe o emolumento do art. 77, ou do art. 180 do novo Regimento de custas.

Thesouro Nacional em 24 de Julho de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 249. — GUERRA. — Aviso de 27 de Julho de 1857. — *Determina que a Pagadoria das Tropas remetta á Contadoria Geral o resumo das ordens emanadas do Ajudante General do Exercito para pagamentos.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Julho de 1857.

Fique Vmc. na intelligencia de que deverá mandar entregar na Contadoria, para serem por ella examinados, os resumos das ordens que forem emanadas da Repartição do Ajudante General do Exercito sobre pagamentos feitos por essa Repartição nos mezes anteriores.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Córte.

N.º 250. — Aviso de 27 de Julho de 1857. — *Estabelece a regra de serem as communicações do Ajudante General do Exercito sobre pagamentos examinadas pela Contadoria Geral da Guerra.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Julho de 1857.

Remetto á V. S. para examinar e devolver á esta Secretaria d'Estado, a inclusa relação das communicações emanadas da Repartição do Ajudante General do Exercito, no mez de Junho ultimo, sobre pagamentos, as quaes serão cumpridas pela Pagadoria das Tropas: prevenindo-o de que fica estabelcido como regra que o Inspector da dita Repartição mandará entregar mensalmente nessa Contadoria hum resumo de taes ordens, o qual V. S. fará examinar e transmittirá á esta Secretaria d'Estado com aquellas reflexões que elle lhe sugerir, quando encontrar alguma disposição inconveniente relativa á vencimentos ou á despezas.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Contador Geral da Guerra.

N.º 251.—JUSTIÇA.—Aviso de 28 de Julho de 1857.—
Declara em solução á duvida proposta pelo Procurador da Corôa da referida Relação, que os Promotores Publicos, os Solicitadores e mais Officiaes, que servem ante os Auditorios e Tribunaes de Justiça; não tem necessidade de prestar juramento especial para cada hum dos actos de seus Officios, e de reconhecer suas assignaturas por estarem para isso habilitados prelo juramento, que prestão antes de tomar posse dos seus Empregos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1857.

O Presidente dessa Provincia trouxe ao conhecimento do Governo Imperial, com o seu Officio n.º 30 de 2 do mez proximo preterito, o do Desembargador Procurador da Corôa dessa Relação, por cópia, datado do 1.º do dito mez, no qual pede ser esclarecido, se nas denuncias por crime de responsabilidade deve ser reconhecida a assignatura dos Promotores Publicos, como exige o Art. 152 doCodigo do Processo, ou se esta disposição he só relativa á queixa e denuncia particular, como elle entende, entretanto que esse Tribunal tem decidido o contrario.

Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa sobre a materia sujeita, e conformando-Se Sua Magestade o Imperador com o parecer deste, Manda declarar a V. S. para sua intelligencia, e do Tribunal da Relação, que se os Promotores Publicos, bem como os Sollicitadores, Fiscacs, Curadores, Escrivães, Tabelliães e mais Officiaes, que servem ante os Auditorios e Tribunaes de Justiça, antes de tomarem posse e entrarem no exercicio de seus Empregos, prestão juramento solemne de bem servirem taes Empregos, e se deste juramento se lavra certidão no verso das Cartas, Alvarás ou Provisões, as quaes são apresentadas em original aos Chefes dos respectivos Auditorios ou Tribunaes, e registradas no competente Cartorio ou Secretaria; ficão elles por estas formalidades conhecidos, habilitados e admittidos para exercerem todos os actos de seus Officios, sem que seja preciso exigir-se reconhecimento de suas assignaturas, e juramento especial a cada hum desses actos.

Deos Guarde a V. S.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 252.—Aviso N.º 32 de 28 de Julho de 1857.—Ao Presidente do Paraná.— *Autorisa-o a elevar a vinte mil réis mensaes os vencimentos dos operarios da Colonia Militar do Jatahy.*

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Officio n.º 98 de 12 do passado communico a V. Ex., que Sua Magestade o Imperador Houve por bem Autorisar essa Presidencia, a equiparar os vencimentos dos operarios da Colonia Militar do Jatahy, aos que os das Aldeias indigenas da mesma localidade percebem em virtude do Art. 14 das Instrucções de 25 de Abril ultimo, ficando nesta parte alterada a tabella provisoria de 25 de Junho de 1855.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N.º 253.—Aviso N.º 29 de 29 de Julho de 1857.—Ao Presidente de S. Paulo. — *Solve duvidas propostas pelo Inspector Geral das Medições das Terras Publicas n'aquella Provincia.*

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Inspector Geral das Medições das Terras Publicas nessa Provincia consultado, 1.º Se pôde empregar os Agrimensores na medição das parallelas; 2.º Qual a gratificação, que lhe compete quando elle proprio medir essas linhas; 3.º Se no caso de adoeecer hum escrevente pôde contractar immediatamente outro, que o substitua durante o impedimento, e qual o ordenado, que neste caso compete ao impedido: Convém que V. Ex. por intermedio do Delegado do Director Geral das Terras Publicas lhe faça constar quanto á 1.ª duvida, que já por Aviso n.º 49 de 21 de Novembro do anno findo dirigido á Presidencia de Santa Catharina, se declarou que o Inspector Geral pôde, sob sua responsabilidade, empregar os Agrimensores na medição das linhas da sua exclusiva competencia, pagando-lhes a braçagem de 7 réis, que neste caso deverá deduzir da que lhe compete. Quanto á 2.ª duvida, que o Inspector Geral, quando mede as parallelas, tem a mesma braçagem marcada no Art. 12 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, visto que ali

não se faz distincção de linhas. E a respeito da 3.^a duvida, que tendo os escreventes das Inspectorias vencimentos fixos, e huma nomeação regular, tem direito a serem pagos dos mesmos vencimentos durante o tempo, em que estiverem impedidos de servir por molestia, devendo em tal caso o Inspector Geral fazer substituir o impedido por outro escrevente, ou empregado da Inspectoria, que tenha a necessaria idoneidade; se porêr a molestia do escrevente se prolongar muito, de modo que o serviço tenha de soffrer com a substituição interina, deverá então o Inspector Geral solicitar do Presidente da Provincia a demissão, e propor outra pessoa para ser nomeada em seu lugar.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 254.—GUERRA. — Aviso de 29 de Julho de 1857. — *Determina que as Comissões para os exames que estabelecio o Regulamento de 31 de Março de 1851 sejam nomeadas pelo Ajudante General, abonando-se vencimentos do Estado Maior de 2.^a Classe aos Officiaes durante esse trabalho, no caso de não perceberem outro vencimento militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Cumprindo que no mez de Março de cada anno se proceda aos exames praticos das differentes armas, na fórma determinada no Regulamento de 31 de Março de 1851, expressa V. Ex. as necessarias ordens para se providenciar neste sentido, recommendando que se tenha em vista o que dispõe sobre semelhante objecto o Aviso de 11 de Setembro de 1855; prevenindo a V. Ex. de que as Comissões para taes exames serão por V. Ex. nomeadas, com a devida antecedencia, e de que se algum dos membros que as tiverem de compor, não perceberem qualquer outro vencimento por emprego militar, lhe competirá as vantagens d'Estado Maior de 2.^a Classe durante o citado mez de Março.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

não se faz distincção de linhas. E a respeito da 3.^a duvida, que tendo os escreventes das Inspectorias vencimentos fixos, e huma nomeação regular, tem direito a serem pagos dos mesmos vencimentos durante o tempo, em que estiverem impedidos de servir por molestia, devendo em tal caso o Inspector Geral fazer substituir o impedido por outro escrevente, ou empregado da Inspectoria, que tenha a necessaria idoneidade; se porêr a molestia do escrevente se prolongar muito, de modo que o serviço tenha de soffrer com a substituição interina, deverá então o Inspector Geral solicitar do Presidente da Provincia a demissão, e propor outra pessoa para ser nomeada em seu lugar.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 254.—GUERRA. — Aviso de 29 de Julho de 1857. — *Determina que as Comissões para os exames que estabelecio o Regulamento de 31 de Março de 1851 sejam nomeadas pelo Ajudante General, abonando-se vencimentos do Estado Maior de 2.^a Classe aos Officiaes durante esse trabalho, no caso de não perceberem outro vencimento militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Cumprindo que no mez de Março de cada anno se proceda aos exames praticos das differentes armas, na fórma determinada no Regulamento de 31 de Março de 1851, expressa V. Ex. as necessarias ordens para se providenciar neste sentido, recommendando que se tenha em vista o que dispõe sobre semelhante objecto o Aviso de 11 de Setembro de 1855; prevenindo a V. Ex. de que as Comissões para taes exames serão por V. Ex. nomeadas, com a devida antecedencia, e de que se algum dos membros que as tiverem de compor, não perceberem qualquer outro vencimento por emprego militar, lhe competirá as vantagens d'Estado Maior de 2.^a Classe durante o citado mez de Março.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 255. — Aviso de 29 de Julho de 1857. — *Manda crear na Provincia de Goyaz, mais duas Companhias Provisorias.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Determina Sua Magestade o Imperador que além das duas Companhias de Caçadores e huma de Cavallaria que compõe o Corpo de Guarnição Fixa dessa Provincia, se creem mais duas Companhias Provisorias com a mesma organização que tiverem as Companhias effectivas do dito Corpo, devendo desde já elevar-se ao seu estado completo as que se mandão crear, empregando-se para esse fim as praças que existem aggregadas, e ficando nesta parte sem effeito o Aviso de 29 de Maio findo que mandou organizar huma Companhia Provisoria de Caçadores; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução, prevenindo-o que a respeito dos Officiaes que devem servir nas mencionadas companhias expedem-se as convenientes ordens ao Ajudante General do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 256. — Aviso de 30 de Julho de 1857. — *Declara as autoridades e Repartições a que devem ser remettidos os exemplares das ordens do dia do Ajudante General do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Julho de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para sua intelligencia e Governo, que, a bem das Repartições e Autoridades mencionadas na Nota que ora devolvo, enviada á esta Secretaria d'Estado pela Repartição a seu cargo, devem ser remettidos exemplares das Ordens do Dia do Quartel General do Exercito na Côte ás designadas na inclusa Relação; ficando V. Ex. autorizado a fazer imprimir, para completar a collecção, o numero de exemplares que julgar conveniente

para semelhante distribuição, deixando uma reserva de cem exemplares.

Declaro á V. Ex. que na Relação e Nota acima citadas, vão incluídas as Repartições e Autoridades a que convem a remessa em duplicata das referidas ordens do Dia.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Barão de Surubhy.

**Relação a que se refere o Aviso nesta data
expedido ao Ajudante General do
Exercito.**

Aos Presidentes das Provincias..... Duplicata.
A's Thesourarias de Fazenda Duplicata.
A's Secretarias d'Estado, incluindo a da Fazenda. . Duplicata.
Aos Auditores de Guerra.

Ao Chefe de Policia da Côrte.

Ao Director do Laboratorio do Campinho.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 30 de
Julho de 1857.—O Official-maior interino Bernardo Joaquim
de Mattos.

**Nota das Autoridades e Estações a que se
tem remettido ordens do dia do Quartel
General do Exercito.**

Exm. Sr. Ministro da Guerra.

Exm. Sr. Conselheiro d'Estado Barão de Caçapava.

Exm. Sr. Conselheiro d'Estado João Paulo dos Santos
Barrêto.

Exms. Srs. Generaes da 1.^a Classe do Exercito.

Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Repartição do Quartel Mestre General (Duplicata).

Official Maior da Secretaria da Guerra.

Chefe de Secção da mesma Secretaria Bernardo Joaquim
de Mattos.

Directoria da Eschola de Applicação. (Duplicata).

Directoria da Fabrica de Polvora.

Directoria da Fabrica de Ferro.

Directoria das Obras Militares da Côrte.

Directorias de Arsenaes de Guerra. (Duplicata).

Depositos de Artigos Bellicos.
Pagadoria das Tropas da Côrte. (Duplicata).
Contadoria Geral da Guerra. (Duplicata).
Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará.
Quartel General do Exercito.
Commando d'Armas e Assistentes. (Duplicatas).
Comandos de Brigadas e Fronteira do Rio Grande do Sul.
Auditor de Guerra das Tropas da Côrte.
Hospital Militar da Guarnição da Côrte.
Delegados do Cirurgião-mor no Rio Grande Sul e Bahia.
Corpos e Companhias do Exercito.
Fortalezas de 1.^a e 2.^a ordem.
Quartel General do Exercito na Côrte em 27 de Julho de 1857.

N.º 257.—FAZENDA.—Em 31 de Julho de 1857.—*Explica a ordem de 28 de Fevereiro ácerca de Sello de letras, &c.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria do Municipio da Côrte, em solução á duvida proposta em seu Officio n.º 46 de 20 de Março ultimo, que a ordem expedida á Thesouraria da Provincia do Paraná, em 28 de Fevereiro do corrente anno, não comprehende as letras, escriptos á ordem e notas promissorias, de que trata o art. 15 da Lei de 18 de Setembro de 1845.

Bernardo de Sousa Franco.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

Depositos de Artigos Bellicos.
Pagadoria das Tropas da Côrte. (Duplicata).
Contadoria Geral da Guerra. (Duplicata).
Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará.
Quartel General do Exercito.
Commando d'Armas e Assistentes. (Duplicatas).
Comandos de Brigadas e Fronteira do Rio Grande do Sul.
Auditor de Guerra das Tropas da Côrte.
Hospital Militar da Guarnição da Côrte.
Delegados do Cirurgião-mor no Rio Grande Sul e Bahia.
Corpos e Companhias do Exercito.
Fortalezas de 1.^a e 2.^a ordem.
Quartel General do Exercito na Côrte em 27 de Julho de 1857.

N.º 257.—FAZENDA.—Em 31 de Julho de 1857.—*Explica a ordem de 28 de Fevereiro ácerca de Sello de letras, &c.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria do Municipio da Côrte, em solução á duvida proposta em seu Officio n.º 46 de 20 de Março ultimo, que a ordem expedida á Thesouraria da Provincia do Paraná, em 28 de Fevereiro do corrente anno, não comprehende as letras, escriptos á ordem e notas promissorias, de que trata o art. 15 da Lei de 18 de Setembro de 1845.

Bernardo de Sousa Franco.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 258.—MARINHA.—Aviso de 31 de Julho de 1857. — *Adiciona algumas disposições ao Regulamento provisório, que acompanhou o Aviso de 22 de Setembro de 1852, para a Praticagem da barra e bahia de S. Marcos, na Província do Maranhão.*

N.º 21.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 31 de Julho de 1857.

Illm.º e Exm.º Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tornado em consideração o que expoz o Capitão do Porto d'essa Provincia nos officios que, por copia, acompanháráo os de V. Ex., numeros 85 e 87, de 20 e 25 de Agosto ultimo, Determina que, além dos dias de prisão, marcados no Regulamento provisório, annexo ao Aviso de 22 de Setembro de 1852, para a praticagem da barra e bahia de S. Marcos, fiquem os respectivos Praticos sujeitos á multa de quatro a dez mil réis, pela falta do cumprimento de seus deveres, e á da perda de meia praticagem os que forem designados, na forma do § 1.º do art. 7.º do mesmo Regulamento, para esperarem os Navios antes de entrar a barra, quando, sem motivo justificado, não o fizerem nas proximidades do baixo do meio, para o que poderão bordejar entre os parallelos d'este e o do morro de Itacolumi, e abrigar-se a sotavento d'aquelle nas occasiões de máo tempo; devendo a importancia das mencionadas multas ser recolhida ao cofre, de que trata o art. 113 do Regulamento das Capitanias dos Portos, de 19 de Maio de 1846: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e expedição das convenientes ordens a semelhante respeito.

Deos Guarde a V. Ex.—José António Saraiva.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N.º 259. — Aviso de 31 de Julho de 1857. — *Manda observar as Instrucções, para regular o movimento, serviço e escripturação da Casa de arrecadação, que se deve estabelecer no Arsenal de Marinha da Córte, em virtude do art. 85 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1769, de 16 de Junho de 1856.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 31 de Julho de 1857.

Sua Magestade O Imperador Determina que no movimento, serviço e escripturação da Casa de arrecadação, que se deve estabelecer n'esse Arsenal, em virtude do art. 85 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1769, de 16 de Junho de 1856, se observem as inclusas instrucções, assignadas pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado: o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução; devendo indicar ao Governo Imperial aquellas alterações, que pela experiencia se devão fazer nas mesmas Instrucções, de fôrma a obter-se com vantagem o serviço, para que são dadas.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

Instrucções para regular o movimento, serviço e escripturação da Casa de arrecadação, que se deve estabelecer no Arsenal de Marinha da Córte, em virtude do art. 85 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1769, de 16 de Junho de 1856.

Art. 1.º A Casa de arrecadação do Arsenal de Marinha da Córte, sujeita ao Inspector, sendo destinada para receber do Almojarifado as materias primas, que forem necessarias para o consumo diario das Officinas do referido Arsenal, conservar-se-ha em actividade de manhã e de tarde, durante as mesmas horas, em que trabalharem as sobreditas Officinas.

Art. 2.º Esta casa será organizada e dividida, de maneira que haja toda a facilidade no recebimento e entrega da materia prima, que n'ella se arrecadar.

Art. 3.º Na mesma Casa se receberá toda a obra nova, que se manufacturar nas Officinas, para d'ahi ter immediato destino, á excepção da que fôr urgente e volumosa, per-

tencente aos Navios, ou diversos Estabelecimentos, que poderá ir logo em directura das mesmas Officinas, uma vez que o Mestre respectivo a manifeste na Casa de arrecadação, sob pena de suspensão do lugar, quando deixe de fazê-lo. Para o recebimento da obra nova, haverá na Casa de arrecadação um lugar proprio, separado do demais movimento da mesma Casa.

Art. 4.º A escripturação da Casa de arrecadação constará dos livros seguintes:

Um livro mappa de receita e despeza com a classificação correspondente á das Secções do Almoxarifado, para se lançar, debaixo de titulos distinctos, o material, que entrar e sair, declarando-se os seus respectivos valores.

Um dito de conta com cada uma Officina, para escripturar-se por debito e credito, tanto a materia prima entregue aos Mestres, como o seu producto, com especificação, em columna propria, da obra e indicação do seu valor, inclusive a mão d'obra.

Um dito para inventario dos objectos, que existirem em cada Officina, como sejam mobilia, utensis, &c.

Um dito para registro dos Officios, que pela Casa de arrecadação forem dirigidos ás autoridades.

Art. 5.º Os documentos da escripturação da Casa de arrecadação serão extrahidos de livros de talão apropriados, e por fôrma que facilitem a mesma escripturação, e o movimento de todo o material, que entrar na dita Casa, e d'ella sair.

Art. 6.º Os modelos de todos os livros, de que tratão os arts. 4.º e 5.º, serão dados pela Contadoria da Marinha, de accôrdo com a Inspeção do Arsenal. N'esses modelos se deverão indicar as assignaturas, notas, e todas as declarações, que forem precisas, para a regularidade e fiscalisação do serviço proprio da Casa de arrecadação.

Art. 7.º Para facilitar a escripturação, e o expediente da Casa de arrecadação, se deverá observar o seguinte:

§ 1.º Todas as Officinas serão classificadas, de maneira que fiquem debaixo de direcções proprias, tendo por Director, as mecanicas, o seu 1.º Engenheiro, as de carpinteiro de machado, obra branca, calafates, &c., o 1.º Constructor, e as outras um Official da Armada, nomeado pelo Governo, sob proposta do Inspector do Arsenal.

§ 2.º Nos ultimos dias do mez, o Mestre de cada uma das Officinas, de que se compuzerem as direcções, organi-

sará o orçamento da materia prima, que fôr precisa, calculando-o, conforme às obras, que tiver entre mãos, e aquellas que houver de apromptar, segundo as ordens recebidas. Este orçamento, que deverá ser assignado pelo Mestre, fará menção da quantidade, qualidade, peso ou medida do material, de que tratar.

§ 3.º Os Orçamentos, depois de examinados pelos Directores das Officinas respectivas, serão por estes apresentados com o seu — visto — á Inspecção, para obterem o despacho seguinte: «Pela Casa de arrecadação se faça o pedido necessario». «Inspeção do Arsenal, &c.-*Rubrica do Inspector*».

§ 4.º O Escrivão da Casa de arrecadação, ou um dos seus Ajudantes, extrahirá, á vista dos Orçamentos, do livro de talão competente os pedidos, conforme a Secção, a que pertencer o material, e os enviará ao Inspector, para este solicitar da Intendencia o fornecimento. Os Orçamentos serão pelo Escrivão numerados, classificados por Officinas, e archivados com a verba, em cada um d'elles, de que se fizerão os pedidos e forão satisfeitos, &c.

§ 5.º Se durante o mez ordenar-se alguma obra urgente para a qual não se tenha ainda pedido a materia prima necessaria, o Mestre, que tiver de manufactural-a, fará immediatamente o orçamento do que se precisar, e o apresentará ao Director respectivo; devendo seguir-se depois todo o mais processo, que fica referido nos paragraphos antecedentes.

§ 6.º Logo que se obtiverem os despachos do Intendente, para satisfação dos pedidos, o Almojarife mandará os seus Guardas ás Secções, a fim de receberem, mediante taes pedidos, os generos, de que elles tratão, e que os mesmos Guardas deverão acompanhar até a Casa de arrecadação, onde serão verificados pelo proprio Almojarife, ou o seu Fiel, na presença do Escrivão, ou dos seus Ajudantes; indo os referidos generos com guias em duplicata, extrahidas do livro de talão competente, para ficar uma na Casa de arrecadação, servindo (com a nota da verificação) de documento da receita, e voltar a outra á Secção, com recibo passado pelo Almojarife, para servir de documento da despesa do responsavel.

§ 7.º Os Mestres, á medida que forem carecendo dos generos para o consumo das Officinas a seu cargo, irão fazendo os competentes pedidos, por elles assignados, e tambem extrahidos de um livro de talão, mandando-os levar á Casa de arrecadação pelo Contramestre, Mandador, ou outro operario de sua confiança, a fim de serem satisfeitos. Estes pe-

didos deverão ter o — visto — do Director respectivo, e servirão para o lançamento do debito da conta de cada uma Officina.

§ 8.º Quando o genero fôr para a Officina, será tambem acompanhado de uma guia, extrahida de outro livro de talão, a fim de que, á vista da mesma, possa o Mestre verificar a exacção do seu pedido. Esta guia deverá voltar para Casa de arrecadação com o recibo passado n'ella pelo dito Mestre, e servirá de documento da despesa do Almojarife da referida Casa.

§ 9.º No caso de serem volumosos os generos pedidos para fornecimento da Casa de arrecadação, poderão elles continuar a ficar nos Armazens das Secções, a que pertencerem, devendo o Escrivão da referida Casa ir passando vales para as Secções, á medida que os Mestres das Officinas forem carecendo d'esses generos, extrahindo os mencionados vales de um livro de talão apropriado, até completar a quantidade, que se tiver comprehendido no orçamento; e fazer n'essa occasião recolher os mesmos, que serão logo golpeados, dando a competente guia nos termos do § 8.º

§ 10.º O Escrivão da Casa de arrecadação, quando tiver de organizar os pedidos mensaes, de que trata o § 4.º, deverá, de accôrdo com o Almojarife, examinar, tendo tambem em vista a escripturação, se alguns dos generos alli depositados existem em quantidade tal, que possa satisfazer no todo, ou em parte os mesmos pedidos, para sómente se exigir o necessario, e evitar-se as grandes accumulações de material na sobredita Casa.

§ 11.º Em cada uma das Officinas do Arsenal, alem do livro de talão, d'onde se devem extrahir os pedidos, haverá outro, denominado — diario do trabalho —, para se lançarem os nomes de todos os operarios, os jornaes que a elles competirem, a quantidade da matéria prima que se lhes entregar, a obra que esta produzir, e os dias que gastarem com a sua promptificação.

§ 12.º A' medida que se forem concluindo as obras, se irão remettendo para a Casa de arrecadação, menos aquellás que, segundo o disposto no art. 3.º, podem sahir em direitura para os navios, ou diversos estabelecimentos, a que pertencerem. Umas e outras serão acompanhadas de uma guia impressa, contendo a nomenclatura das obras, a matéria prima gasta, e os dias de trabalho empregados, com declaração do numero de operarios, e seus jornaes. Pela

apresentação da referida guia, por parte do Mestre, se considerará completa a manifestação, que elle é obrigado a fazer, na fórma do dito art. 3.º Esta guia, que deverá ser assignada pelo Mestre, terá o — visto — do Director respectivo, e servirá para o lançamento do credito da conta da Officina; devendo o Escriptor, ou qualquer dos seus Ajudantes, no acto da escripturação, fazer na mesma guia o calculo do custo da obra, para mencional-o na columna propria.

§ 13. As obras manufacturadas, que se recolherem na Casa de arrecadação, irão sendo logo entregues aos navios, ou estabelecimentos, a que pertencerem, e d'isto porá o Escriptor da mesma Casa, ou qualquer dos seus Ajudantes, a necessaria nota á margem do lançamento, que se fizer no livro competente; declarando os nomes das pessoas incumbidas de levá-las, a data, e o destino, se este se não conhecer já pelo dito lançamento. Igual nota deverá ter lugar ácerca d'aquellas obras, que, depois de manufacturadas nas Officinas, forem enviadas directamente para os navios ou estabelecimentos.

§ 14. O trabalho, que se fizer nas Officinas, sob o titulo de concertos, terá o mesmo processo já referido a respeito das obras novas, debaixo d'essa designação, com a differença de ser tudo remettido depois em direitura para os navios, ou estabelecimentos, a que pertencer; ficando o Mestre respectivo obrigado a fazer a mesma manifestação, de que trata o Art. 3.º

§ 15. No caso de que a obra nova, ou concertada, tenha de ser feita por duas, ou mais Officinas, a entrega, ou manifestação na Casa de arrecadação, se effectuará sempre pela ultima Officina, para cujo fim deverá o Mestre exigir das outras, por onde a mesma obra, ou concerto tiver passado, uma nota, que poderá ser impressa, mencionando todas as circumstancias, de que trata o § 12, para organizar-se a competente guia, com a differença de especificar-se n'esta, separadamente, o que pertence a cada uma Officina, a fim de fazer-se pela Casa de arrecadação, não só o calculo do custo, mas ainda o lançamento na conta respectiva.

Art. 8.º Das machinas, ferramentas, utensis, mobílias, e mais aprestos, que estiverem em uso nas Officinas, e pertencerem á Fazenda Nacional, se fará inventario, que será lançado, em livros proprios, aos Mestres respectivos; devendo estes dar logo parte aos Directores de qualquer inutilidade

reconhecida, ou descaminho provado, para poder fazer-se a competente verba de despeza á margem do lançamento do objecto, e ter logar a substituição, bem como a nova carga. D'estes livros se extrahirão os documentos, que forem precisos, para a despeza dos responsaveis, de quem os Mestres houverem recebido qualquer dos objectos acima mencionados.

Art. 9.º O Inspector fará com que nas Officinas haja accomodações proprias, sob a guarda dos Mestres respectivos, para arrecadar-se a materia prima, recebida da Casa de arrecadação, a fim de irem os operarios alli buscá-la, á medida que forem precisando d'ella para o seu trabalho, evitando-se assim que esteja a granel, e espalhada aqui e acolá pelas Officinas, e muitas vezes fóra d'ellas, com manifesto prejuizo da Fazenda Nacional.

Art. 10.º Os Directores das Officinas, cada um pela parte que lhe toca, vigiará que não haja o menor descaminho no material entregue aos Mestres, segundo os seus pedidos, examinando escrupulosamente, quando tiver de prestar o seu visto — nas guias —, que devem acompanhar a obra nova, ou concertada, se a quantidade do material, que se empregou, e o Mestre especifica nas mesmas guias, está ou não em relação com o seu producto, ou com a obra e concerto, em que foi applicada.

Art. 11.º Os mesmos Directores revistarão tambem a miudo as Officinas debaixo de sua inspecção, a fim de obstar a accumulção de material superior ás necessidades d'ellas; balanceando, pelo menos todos os mezes, a quantidade que existe disponivel, para tel-a em vista, quando os Mestres lhes apresentarem os orçamentos do que precisarem, na fórma do § 2.º do art. 7.º

Art. 12.º A prova da escripturação da Casa de arrecadação consistirá em ser a somma da despeza dos Almoxarifes das Secções, por generos sahidos para a mesma, com destino ao consumo das Officinas, igual á da receita, que o Almoxarife da sobredita Casa tiver, proveniente dos referidos generos; bem como a somma da despeza d'este igual á que resultar de todos os debitos das contas das diversas Officinas pela materia prima, que se lhes houver entregado; sendo tambem a somma dos creditos d'estas igual á que constar dos competentes lançamentos do material, que se tiver empregado em obras novas e concertos, e mais o que d'esse material existir nas Officinas, segundo os balanços, a que os Directores respectivos devem proceeder, nos termos do

Art. 11. Esta prova será posta em pratica pelo Almojarife, e Escrivão da Casa de arrecadação ao menos de seis em seis mêzes, exigindo dos Directores os esclarecimentos, de que carecerem.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 31 de Julho de 1857.—Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 260.—GUERRA.—Aviso de 3 de Agosto de 1857.—*Determina que á familia de qualquer Official a que este deixar consignação de soldo no acto da partida, não se deve exigir procuração; porém tendo deixado procurador, esse a deverá apresentar, sendo reformada no fim de cada exercicio.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Agosto de 1857.

Declaro a Vm, para seu conhecimento e execução, que, quando a consignação que de seu soldo deixar nesta Côte qualquer Official for entregue directamente á sua familia por essa Repartição, não se deve exigir procuração, mas simples autorisação do Official que o fizer, no acto de partir, fazendo-se tal declaração na respectiva Guia; mas que, quando as consignações forem entregues por intermedio de Procuradores, deverá Vm. exigir procuração, que terá de ser reformada no fim de cada exercicio.

Deos Guarde a Vm.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côte.

IMPERIO.—Portaria de 5 de Agosto de 1857.—*Crea huma Agencia de Correio na Villa de Una, na Provincia de S. Paulo.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Villa de Una, na Provincia de S. Paulo. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1857.—Marquez de Olinda.

Art. 11. Esta prova será posta em pratica pelo Almojarife, e Escrivão da Casa de arrecadação ao menos de seis em seis mêzes, exigindo dos Directores os esclarecimentos, de que carecerem.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 31 de Julho de 1857.—Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 260.—GUERRA.—Aviso de 3 de Agosto de 1857.—*Determina que á familia de qualquer Official a que este deixar consignação de soldo no acto da partida, não se deve exigir procuração; porém tendo deixado procurador, esse a deverá apresentar, sendo reformada no fim de cada exercicio.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Agosto de 1857.

Declaro a Vm, para seu conhecimento e execução, que, quando a consignação que de seu soldo deixar nesta Côte qualquer Official for entregue directamente á sua familia por essa Repartição, não se deve exigir procuração, mas simples autorisação do Official que o fizer, no acto de partir, fazendo-se tal declaração na respectiva Guia; mas que, quando as consignações forem entregues por intermedio de Procuradores, deverá Vm. exigir procuração, que terá de ser reformada no fim de cada exercicio.

Deos Guarde a Vm.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côte.

IMPERIO.—Portaria de 5 de Agosto de 1857.—*Crea huma Agencia de Correio na Villa de Una, na Provincia de S. Paulo.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Villa de Una, na Provincia de S. Paulo. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1857.—Marquez de Olinda.

N.º 262.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Agosto de 1857. — *Declara que o art. 27 do Regulamento da Junta de Hygiene Publica, approvado pelo Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, não ficou derogado pelo disposto no art. 31 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Agosto de 1857.

Tomando em consideração o parecer da Congregação dos Lentes dessa Faculdade, exposto em o officio de V. S. de 22 do mez passado, tenho de declarar-lhe para sua intelligencia, e para que o faça constar á mesma Congregação que o artigo 27 do Regulamento da Junta de Hygiene Publica, approvado pelo Decreto n.º 828 de 29 de Setembro de 1851, não ficou derogado pelo disposto no artigo 31 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854.

Para que se possa suppor que huma Lei foi explicitamente revogada por outra posterior, he mister que ambas considerem diversamente o mesmo objecto; ora, sendo differentes as hypotheses figuradas nos citados artigos, por quanto o Regulamento apenas autorisou a dispensa do exame de habilitação exigido dos medicos estrangeiros para o exercicio da Medicina no Imperio, entretanto que o Artigo 31 dos Estatutos concedeo a mesma dispensa aos Lentes effectivos ou jubilados das Faculdades estrangeiras, he evidente que estas disposições, referindo-se a hypotheses diversas não implicão huma com outra, por isso ambas estão em vigor. A primeira he relativa á todos os medicos, qualquer que seja a sua posição official; a segunda só diz respeito áquelles que são Professores; a primeira mostra huma simples autorisação, a qual depende do Juizo descricionario do Governo, á quem fica competindo avaliar o merito; a segunda concede hum favor, verificada huma certa circumstancia, a qual tem de ser reconhecida pela Congregação, sem que esta tome conhecimento da capacidade do Professor.

Pelo que cumpre que a referida Congregação considerando novamente a materia do incluso requerimento do Doutor em Medicina Francisco Henriques Biundi, informe com o seu parecer nos termos e segundo as circumstancias

do art. 27 do referido Regulamento da Junta de Hygiene Publica.
Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director Interino da Faculdade de Medicina da Côrte.

N.º 263. — FAZENDA. — Em 7 de Agosto de 1857. — *Sobre a entrega aos Fiadores dos bens de hum Thesoureiro alcançado.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul de 23 de Agosto do anno findo, sobre a reclamação de Manoel Ferreira Porto Filho, a respeito da execução que se promove contra os bens da herança do finado Thesoureiro Pedro de Azevedo e Souza, declara ao mesmo senhor Inspector que foi contraria á ordem legal e regular das execuções da Fazenda a providencia que se tomou da entrega dos ditos bens aos fiadores para a sua venda extrajudicial, não podendo o Thesouro approva-la, e devendo por tanto promover-se em Juizo a revogação desse acto; tanto mais quando suscitão-se questões sobre a applicação do producto desses bens ás differentes responsabilidades que o ex-Thesoureiro contrahio para com a Fazenda, em diversos empregos, as quaes os Tribunaes judiciais decidirão como entenderem de justiça; e bem assim requererem-se os termos precisos para o andamento da execução, revogada a Ordem de 8 de Novembro do anno passado.

E por esta occasião recommenda ao dito Sr. Inspector que, dando preferencia a qualquer trabalho desta natureza, faça ultimar quanto antes a liquidação das contas do referido Souza como Thesoureiro dos ordenados, remettendo a conta immediatamente para o Juizo, caso se verifique alcance, para proceder-se ulteriormente na fôrma das disposições vigentes.

Thesouro Nacional em 7 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 264. — Em 7 de Agosto de 1857. — *Multas por infracção do Regulamento do Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesou-

do art. 27 do referido Regulamento da Junta de Hygiene Publica.
Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director Interino da Faculdade de Medicina da Côrte.

N.º 263. — FAZENDA. — Em 7 de Agosto de 1857. — *Sobre a entrega aos Fiadores dos bens de hum Thesoureiro alcançado.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul de 23 de Agosto do anno findo, sobre a reclamação de Manoel Ferreira Porto Filho, a respeito da execução que se promove contra os bens da herança do finado Thesoureiro Pedro de Azevedo e Souza, declara ao mesmo senhor Inspector que foi contraria á ordem legal e regular das execuções da Fazenda a providencia que se tomou da entrega dos ditos bens aos fiadores para a sua venda extrajudicial, não podendo o Thesouro approva-la, e devendo por tanto promover-se em Juizo a revogação desse acto; tanto mais quando suscitão-se questões sobre a applicação do producto desses bens ás differentes responsabilidades que o ex-Thesoureiro contrahio para com a Fazenda, em diversos empregos, as quaes os Tribunaes judiciais decidirão como entenderem de justiça; e bem assim requererem-se os termos precisos para o andamento da execução, revogada a Ordem de 8 de Novembro do anno passado.

E por esta occasião recommenda ao dito Sr. Inspector que, dando preferencia a qualquer trabalho desta natureza, faça ultimar quanto antes a liquidação das contas do referido Souza como Thesoureiro dos ordenados, remettendo a conta immediatamente para o Juizo, caso se verifique alcance, para proceder-se ulteriormente na fôrma das disposições vigentes.

Thesouro Nacional em 7 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 264. — Em 7 de Agosto de 1857. — *Multas por infracção do Regulamento do Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesou-

varia da Provincia de S. Pedro do Sul, para sua intelligencia e execução, que o Tribunal do Thesouro Nacional, por deliberação de 23 de Junho ultimo, tomando conhecimento do recurso do Tabellião do publico judicial e notas da Cidade de Porto Alegre, Pedro Nolasco Pereira da Cunha, interposto da decisão da mesma Thesouraria, sobre as multas que lhe foram impostas por falta de observancia do Regulamento de 10 de Julho de 1850, resolveo confirmar a decisão recorrida na parte relativa á imposição de multas: 1.º—pela falta do Sello proporcional das escripturas de venda de embarcações, porque a inscripção do art. 23 § 2.º do citado Regulamento he especial ás escripturas que pagão siza: 2.º—pela falta de Sello fixo das certidões negativas que se acharem transcritas em escripturas não sujeitas ao imposto da siza, attenta a disposição citada, e a da Ordem de 28 de Julho de 1845 e 16 de Janeiro de 1855, com a declaração de que o referido Tabellião não he obrigado a pagar a revalidação, e exhibir o conhecimento respectivo, visto que essa obrigação recae sobre a parte interessada em fazer valer o acto do titulo, nos termos das Ordens de 14 de Agosto de 1851, 8 de Julho de 1853 e 15 de Julho de 1854; e outro sim de que se devem impôr as multas competentes aos Tabelliães interinos—Marques de Sampaio, e Teixeira Junior—pelas infracções por elles commettidas nos actos que praticarão, de que he relevado o recorrente, constantes dos provimentos juntos ao recurso; ficando portanto o mesmo recorrente alliviado das demais multas impostas, cuja importancia se lhe deve restituir.

Thesouro Nacional 7 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 265. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1857. — *Os Thesouros dos Cofres de Orphãos não estão sujeitos aos juros de 9%.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro 8 de Agosto de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Collector do Municipio de Iguaçu, em solução á duvida proposta em seu Officio de 11 de Julho proximo passado, que não se achando o Thesoureiro do Cofre dos Orphãos comprehendido no numero dos empregados e pessoas a que se refere a Lei de 28 de Outubro

varia da Provincia de S. Pedro do Sul, para sua intelligencia e execução, que o Tribunal do Thesouro Nacional, por deliberação de 23 de Junho ultimo, tomando conhecimento do recurso do Tabellião do publico judicial e notas da Cidade de Porto Alegre, Pedro Nolasco Pereira da Cunha, interposto da decisão da mesma Thesouraria, sobre as multas que lhe forão impostas por falta de observancia do Regulamento de 10 de Julho de 1850, resolveo confirmar a decisão recorrida na parte relativa á imposição de multas: 1.º—pela falta do Sello proporcional das escripturas de venda de embarcações, porque a inscripção do art. 23 § 2.º do citado Regulamento he especial ás escripturas que pagão siza: 2.º—pela falta de Sello fixo das certidões negativas que se acharem transcritas em escripturas não sujeitas ao imposto da siza, attenta a disposição citada, e a da Ordem de 28 de Julho de 1845 e 16 de Janeiro de 1855, com a declaração de que o referido Tabellião não he obrigado a pagar a revalidação, e exhibir o conhecimento respectivo, visto que essa obrigação recae sobre a parte interessada em fazer valer o acto do titulo, nos termos das Ordens de 14 de Agosto de 1851, 8 de Julho de 1853 e 15 de Julho de 1854; e outro sim de que se devem impôr as multas competentes aos Tabelliães interinos—Marques de Sampaio, e Teixeira Junior—pelas infracções por elles commettidas nos actos que praticárão, de que he relevado o recorrente, constantes dos provimentos juntos ao recurso; ficando portanto o mesmo recorrente alliviado das demais multas impostas, cuja importancia se lhe deve restituir.

Thesouro Nacional 7 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 265. — FAZENDA. — Em 8 de Agosto de 1857. — *Os Thesouros dos Cofres de Orphãos não estão sujeitos aos juros de 9%.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro 8 de Agosto de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Collector do Municipio de Iguaçu, em solução á duvida proposta em seu Officio de 11 de Julho proximo passado, que não se achando o Thesoureiro do Cofre dos Orphãos comprehendido no numero dos empregados e pessoas a que se refere a Lei de 28 de Outubro

de 1848, art. 43, não está elle sujeito aos juros de 9% de que trata a mesma Lei; nada havendo a resolver sobre a 2.ª parte do referido Officio, por haver o dito Thesoureiro entrado já para o Thesouro com a quantia que tinha em seu poder.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director interino das Rendas Publicas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 266. — Aviso N.º 10 de 10 de Agosto de 1857. — Ao Director Geral interino das Terras Publicas. — *Approva o contracto celebrado com Sarmat Laurans de Bousquet para ir medir terras publicas no Maranhão.*

Ilm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado a 8 do corrente, por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas, com Sarmat Laurans de Bousquet, para medição e demarcação das terras publicas na Provincia do Maranhão.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director Geral interino das Terras Publicas.

N.º 267. — GUERRA. — Circular de 11 de Agosto de 1857. *Determina que pelas Repartições sujeitas ao Ministerio da Guerra não se faça contracto algum estipulando isenção de direitos sem previa authorisação do Poder competente.*

Ilm. e Exm. Sr. — Dispondo o Decreto n.º 1.914 de 28 de Março ultimo, que as mercadorias e quaesquer objectos pertencentes ao Estado paguem os respectivos direitos de consumo, quando não forem directamente importados por conta e ordem do mesmo Estado, e que os pertencentes ás Administrações Provinciaes, ainda que importados por sua conta, sejam sujeitos ao pagamento de taes direitos, salvo havendo concessão do Poder Legislativo, ou do Governo Imperial; e solicitando o Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 5 do corrente, a expedição das necessarias ordens para que as Repartições sujeitas a este Ministerio não fação contracto algum estipulando isenção de direitos sem precedencia

de 1848, art. 43, não está elle sujeito aos juros de 9% de que trata a mesma Lei; nada havendo a resolver sobre a 2.ª parte do referido Officio, por haver o dito Thesoureiro entrado já para o Thesouro com a quantia que tinha em seu poder.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director interino das Rendas Publicas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 266. — Aviso N.º 10 de 10 de Agosto de 1857. — Ao Director Geral interino das Terras Publicas. — *Approva o contracto celebrado com Sarmat Laurans de Bousquet para ir medir terras publicas no Maranhão.*

Ilm. Sr. — Fica approvedo o contracto celebrado a 8 do corrente, por intermedio da Repartição Geral das Terras Publicas, com Sarmat Laurans de Bousquet, para medição e demarcação das terras publicas na Provincia do Maranhão.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director Geral interino das Terras Publicas.

N.º 267. — GUERRA. — Circular de 11 de Agosto de 1857. *Determina que pelas Repartições sujeitas ao Ministerio da Guerra não se faça contracto algum estipulando isenção de direitos sem previa autorisação do Poder competente.*

Ilm. e Exm. Sr. — Dispondo o Decreto n.º 1.914 de 28 de Março ultimo, que as mercadorias e quaesquer objectos pertencentes ao Estado paguem os respectivos direitos de consumo, quando não forem directamente importados por conta e ordem do mesmo Estado, e que os pertencentes ás Administrações Provinciaes, ainda que importados por sua conta, sejam sujeitos ao pagamento de taes direitos, salvo havendo concessão do Poder Legislativo, ou do Governo Imperial; e solicitando o Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 5 do corrente, a expedição das necessarias ordens para que as Repartições sujeitas a este Ministerio não fação contracto algum estipulando isenção de direitos sem precedencia

de authorisação do Poder competente, assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. Ex. —Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 268. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1857. — *As Sociedades e Companhias anonymas não podem emittir bilhetes sem authorisação especial.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro 11 de Agosto de 1857.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, em resposta ao seu Officio n.º 73 do mez proximo passado, que não deve permittir o despacho dos bilhetes de 17.000, pagaveis ao portador a vista, que a Companhia de Mineração estabelecida no Morro-velho, Provincia de Minas Geraes, pretende importar para seu uso; porquanto, não estando comprehendidos na disposição do art. 426 do Codigo Commercial, não he licito ás Sociedades ou Companhias anonymas a emissão de taes bilhetes, quando para isso não tem authorisação do Governo Imperial, nem se achão pelo mesmo approvados, nos termos do art. 295 do citado Codigo, como acontece á Companhia de que se trata.

E, devolvendo ao Sr. Inspector interino o masso de bilhetes, que acompanhou o seu sobredito Officio, recomendo-lhe que os faça reexportar todos para fóra do Imperio, ou inutilizar, no caso de que a parte não queira usar desta faculdade.

Thesouro Nacional em 11 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

de autorisação do Poder competente, assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a V. Ex. —Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 268. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1857. — *As Sociedades e Companhias anonymas não podem emittir bilhetes sem autorisação especial.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro 11 de Agosto de 1857.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, em resposta ao seu Officio n.º 73 do mez proximo passado, que não deve permittir o despacho dos bilhetes de 17.000, pagaveis ao portador a vista, que a Companhia de Mineração estabelecida no Morro-velho, Provincia de Minas Geraes, pretende importar para seu uso; porquanto, não estando comprehendidos na disposição do art. 426 do Codigo Commercial, não he licito ás Sociedades ou Companhias anonymas a emissão de taes bilhetes, quando para isso não tem autorisação do Governo Imperial, nem se achão pelo mesmo approvados, nos termos do art. 295 do citado Codigo, como acontece á Companhia de que se trata.

E, devolvendo ao Sr. Inspector interino o masso de bilhetes, que acompanhou o seu sobredito Officio, recomendo-lhe que os faça reexportar todos para fóra do Imperio, ou inutilizar, no caso de que a parte não queira usar desta faculdade.

Thesouro Nacional em 11 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 269.—IMPERIO.—Portaria de 11 de Agosto de 1857.—
Crea huma Agencia de Correio no lugar denominado—Desengano—na Provincia do Rio de Janeiro.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio no lugar denominado—Desengano,—na Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1857.—
 Marquez de Olinda.

N.º 270. — FAZENDA.—Circular. de 12 de Agosto de 1857.—
Creação de Comissões para proporem as alterações que forem necessarias na nova Tarifa.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, julgando conveniente que nas Alfandegas do Imperio haja uma commissão permanente, composta do Inspector e de mais dous empregados, para examinar quaes as alterações, que pela experiencia se reconhecer deverem ser feitas na Tarifa actualmente em vigor,—ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que nomeem, sobre proposta dos Inspectores das Alfandegas, as referidas commisões, as quaes começarão immediatamente a funcionar, para que o resultado de seus exames, e o parecer que sobre elle devem dar os Srs. Inspectores das Thesourarias, sejam remettidos a tempo de se acharem impreterivelmente no Thesouro até o fim do mez de Novembro: devendo assim continuar-se a proceder regularmente todos os annos

Thesouro Nacional em 12 de Agosto de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 271. — Em 13 de Agosto de 1857. — *Idade necessaria para ser admittido aos Empregos publicos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Pará, em resposta a consulta que lhe fez no seu Officio n.º 96 de 15 de Junho ultimo, que, assim para os lugares de Collectores e Escrivães das Collectorias, como em geral para os differentes empregos de arrecadação e fiscalisação das Rendas Nacionaes, he indispensavel a idade de 21 annos; exceptuando-se desta regra os empregos do Thesouro e Thesourarias, para os quaes se fixou a idade de 18 annos, na fórmula do art. 45 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850.

Thesouro Nacional 13 de Agosto de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 272. — IMPERIO. — Aviso de 13 de Agosto de 1857. — *Manda procederá nova eleição para Juizes de Paz da Parochia de Santa Cruz da Chapada, na Provincia de Minas Geraes, por não terem sido observadas na ultima eleição as formalidades prescriptas no art. 12 da Lei de 12 de Agosto de 1846, e por se haverem commettido n'ella differentes irregularidades.*

1.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador, com o Officio de V. Ex. de 27 de Junho deste anno, a representação que o acompanhou, e que dirigio a V. Ex. Jeronimo Antonio Teixeira, allegando terem sido commettidas differentes irregularidades na eleição á que se procedeo para Vereadores e Juizes de Paz na Parochia de Santa Cruz da Chapada, do Termo de Minas Novas, em Setembro do anno passado, — Houve por bem O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 30 do mez findo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de

9 do dito mez, Mandar declarar a V. Ex., que achando-se provados os seguintes vícios substanciaes: 1.º ter-se feito a terceira chamada dos votantes no mesmo dia em que se procedêra á 2.ª; 2.º haverem sido escolhidos pelo Presidente da respectiva Mesa dous membros desta na falta de Supplentes de Eleitores, deixando de ser observadas as formalidades prescriptas no art. 12 da Lei de 12 de Agosto de 1846; 3.º não corresponder o numero das sedulas recebidas ao dos votos apurados, declarando-se a differença de 3 na eleição de Vereadores, e de 45 na de Juizes de Paz; ao que ainda accresse a circumstancia de terem comparecido na occasião da 3.ª chamada 181 votantes somente, entretanto que subia a 520 o dos qualificados; não pôde subsistir a referida eleição, e por tanto cumpre que se proceda na dita Parochia a outra para Juizes de Paz no dia que V. Ex. designar, e se elimine da lista da apuração geral dos votos para Vereadores o numero dos que forão contados em virtude da mesma eleição, no caso de não constituirem estes maioria, devendo porém, no caso contrario, proceder-se tambem á nova eleição em todo o Municipio para Vereadores. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

N.º 273.—Aviso de 13 de Agosto de 1857. — *Declara que se não pode prescindir do sorteio dos Lentes Cathedrauticos e Substitutos que, na conformidade do art. 85 dos Estatutos das Faculdades de Direito, que baixarão com o Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, devem argumentar e julgar os doutorandos na defeza das theses.*

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Agosto de 1857.

Em resposta ao officio de V. S. de 13 do mez passado, tenho de declarar-lhe que, em regra, não se pôde prescindir da formalidade do sorteio dos Lentes Cathedrauticos, e Substitutos que, na conformidade do disposto no art. 85 dos Estatutos das Faculdades de Direito, que baixarão com o Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, devem argumentar, e julgar os doutorandos na defeza das theses, como foi

9 do dito mez, Mandar declarar a V. Ex., que achando-se provados os seguintes vícios substanciaes: 1.º ter-se feito a terceira chamada dos votantes no mesmo dia em que se procedêra á 2.ª; 2.º haverem sido escolhidos pelo Presidente da respectiva Mesa dous membros desta na falta de Supplentes de Eleitores, deixando de ser observadas as formalidades prescriptas no art. 12 da Lei de 12 de Agosto de 1846; 3.º não corresponder o numero das sedulas recebidas ao dos votos apurados, declarando-se a differença de 3 na eleição de Vereadores, e de 45 na de Juizes de Paz; ao que ainda accresse a circumstancia de terem comparecido na occasião da 3.ª chamada 181 votantes somente, entretanto que subia a 520 o dos qualificados; não pôde subsistir a referida eleição, e por tanto cumpre que se proceda na dita Parochia a outra para Juizes de Paz no dia que V. Ex. designar, e se elimine da lista da apuração geral dos votos para Vereadores o numero dos que forão contados em virtude da mesma eleição, no caso de não constituirem estes maioria, devendo porém, no caso contrario, proceder-se tambem á nova eleição em todo o Municipio para Vereadores. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

N.º 273.—Aviso de 13 de Agosto de 1857. — *Declara que se não pode prescindir do sorteio dos Lentes Cathedrauticos e Substitutos que, na conformidade do art. 85 dos Estatutos das Faculdades de Direito, que baixarão com o Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, devem argumentar e julgar os doutorandos na defeza das theses.*

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Agosto de 1857.

Em resposta ao officio de V. S. de 13 do mez passado, tenho de declarar-lhe que, em regra, não se pôde prescindir da formalidade do sorteio dos Lentes Cathedrauticos, e Substitutos que, na conformidade do disposto no art. 85 dos Estatutos das Faculdades de Direito, que baixarão com o Decreto n.º 1.386 de 28 de Abril de 1854, devem argumentar, e julgar os doutorandos na defeza das theses, como foi

tambem estabelecido no Art. 73 do Decreto n.º 1.568 de 24 de Fevereiro de 1855; porém que, dadas as hypotheses figuradas por V. S. no dito officio, de não haver em ambas as classes de Lentes mais do que o necessario para a arguição e julgamento, ou de haver maior numero em huma dellas sómente, dever-se-ha proceder á defesa das theses apresentadas, tendo sempre lugar o sorteio dos Lentes na classe em que houver maior numero do que o exigido nos referidos actos.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito da Cidade do Recife.

N.º 274. — FAZENDA. — Circular em 18 de Agosto de 1857.
As Commissões creadas pela circular de 12 do corrente, devem informar especialmente sobre a tabella das taras.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular de 12 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para fazerem constar aos das Alfandegas, que as commissões creadas por aquella Circular devem informar especialmente sobre se a tabella das taras por abatimento no despacho das mercadorias sujeitas pela nova Tarifa a direitos, na razão do pezo liquido, está de conformidade com os interesses da Fazenda e do commercio, e, no caso negativo, quaes as alterações que a experiencia aconselha.

Thesouro Nacional 18 de Agosto de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

tambem estabelecido no Art. 73 do Decreto n.º 1.568 de 24 de Fevereiro de 1855; porém que, dadas as hypotheses figuradas por V. S. no dito officio, de não haver em ambas as classes de Lentes mais do que o necessario para a arguição e julgamento, ou de haver maior numero em huma dellas sómente, dever-se-ha proceder á defesa das theses apresentadas, tendo sempre lugar o sorteio dos Lentes na classe em que houver maior numero do que o exigido nos referidos actos.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito da Cidade do Recife.

N.º 274. — FAZENDA. — Circular em 18 de Agosto de 1857.
As Commissões creadas pela circular de 12 do corrente, devem informar especialmente sobre a tabella das taras.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular de 12 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para fazerem constar aos das Alfandegas, que as commissões creadas por aquella Circular devem informar especialmente sobre se a tabella das taras por abatimento no despacho das mercadorias sujeitas pela nova Tarifa a direitos, na razão do pezo liquido, está de conformidade com os interesses da Fazenda e do commercio, e, no caso negativo, quaes as alterações que a experiencia aconselha.

Thesouro Nacional 18 de Agosto de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 275.—Aviso N.º 23 de 18 de Agosto de 1857.—Ao Presidente da Província de S. Pedro.— *Approva a nomeação do Juiz de Direito para servir de Delegado do Director Geral das Terras no processo de medições a respeito de Ignacio Antonio de Moraes.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Houve por bem Approvar a resolução, que V. Ex. tomou, de nomear o Juiz de Direito da 2.ª Vara dessa Comarca, para na fórma do Art. 49 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854 servir de Delegado do Director Geral das Terras Publicas no processo de medição e demarcação, remettido pelo Juiz Commissario, a respeito de Ignacio Antonio de Moraes e sua mulher do lugar, de Sapucaia, Municipio de S. Leopoldo. O que communico á V. Ex. em resposta ao Officio n.º 19 de 9 de Junho ultimo, recommendando que se observe sempre a Lei nestas questões, que na conformidade da mesma devem ser julgadas.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 276.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Agosto de 1857.— *Estabelece a maneira por que deve proceder o Director Geral do Correio na abertura de Cartas suspeitas de conterem brilhantes ou objectos sujeitos a direitos.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Agosto de 1857.

Em resposta ao seu Officio de 20 do corrente, pelo qual participa ter encontrado huma carta dirigida aos negociantes N. Dreyfus Ainé e Comp. vinda no Vapor « Teutonia », a qual suspeita conter brilhantes, ou objectos sujeitos a direitos, — Tenho de lhe communicar que se os mesmos negociantes, ou o seu gerente se recusarem a abri-la em sua presença, V. S.ª requeira ao Juiz competente para que com seu Escrivão proceda aos exames necessarios, lavrando os termos que forem de direito, com citação da parte, e perante testemunhas de todo o credito.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director Geral do Correio,

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 277.—Aviso N.º 33 de 22 de Agosto de 1857.—Ao Presidente de S. Paulo.—*Sobre a duvida de approvar a proposta de hum novo Desenhador para a Inspectoria Geral de medições em razão de ser militar.*

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Officio n.º 119 de 30 do passado, no qual expõe a duvida, em que se acha, se deve approvar a proposta de hum novo Desenhador para a Inspectoria Geral de Medições nessa Provincia, pela razão de ser Militar o individuo proposto:—tenho a declarar a V. Ex. que essa razão não deverá servir de embaraço para a dita approvação, pois que, dada ella, se solicitará do Ministerio da Guerra a competente licença, cumprindo porém que V. Ex. tenha muito em vista, se ha necessidade justificada de ser nomeado mais hum Ajudante Desenhador conforme os trabalhos indispensaveis, de que devão ser encarregados taes empregados.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 278.—Aviso N.º 11 de 22 de Agosto de 1857.—Ao Director Geral interino das Terras Publicas.—*Approvando o contracto celebrado em 21 do mesmo mez, com o Doutor Hermann Blumenau, em additamento ao contracto de 17 de Abril de 1855.*

Illm. Sr.—Fica approvedo o contracto celebrado em 21 do corrente com o Dr. Hermann Blumenau, para concessão do emprestimo de 15 contos de réis adiantados, em additamento ao contracto de 17 de Abril de 1855.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director Geral interino das Terras Publicas.

N.º 279.—GUERRA.—Aviso de 22 de Agosto de 1857.—*Sobre o Guarda Nacional do 2.º Batalhão Domingos Fernandes da Cruz, que, tendo sido recrutado para o Exercito, fôra reclamado pelo Brigadeiro Commandante Superior da Córte.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Levei á Presença de Sua Magestade o Imperador, com o Officio de V. Ex. n.º 590 de 18 do corrente, o que lhe dirigio o Brigadeiro Commandante Superior da Guarda Nacional da Córte insistindo na reclamação da entrega do Guarda Nacional do 2.º Batalhão Domingos Fernandes da Cruz, recrutado para o Exercito, e o Mesmo Augusto Senhor Manda significar-lhe que, tendo-se em Aviso de 31 de Julho ultimo declarado á V. Ex. que marcasse hum prazo razoavel para dentro delle provar o Guarda Nacional de que se trata, que tem qualquer das isenções concedidas por Lei, deverá V. Ex. dar conta do resultado de semelhante ordem á esta Secretaria d'Estado, e dar delle conhecimento tambem ao dito Brigadeiro Commandante Superior, á quem fará saber, por parte deste Ministerio, que não procede a isenção que allega, de ser prompto para o serviço o Guarda Nacional reclamado, fundando-se, para esse fim, no Art 1.º das Instrucções de 6 de Abril de 1841, cuja disposição he muito clara, em sentido completamente differente do que pretende dar-lhe o mesmo Commandante Superior; por quanto esse Artigo diz apenas que serão de preferencia recrutados os Guardas Nacionaes, que, não tendo isenção legal, se mostrem relaxados para o serviço; accrescentando, porém, que, na falta destes, serão recrutados quaesquer outros Guardas Nacionaes, que não tiverem a isenção legal; resulta pois que não são estes exceptuados, mas sim, que os outros devem ser em primeiro lugar recrutados, cumprindo por tanto, ou que o Commandante do Batalhão, a que pertence o referido Guarda Nacional, declare quaes os relaxados que tem, e devão de preferencia ser alistados no serviço de linha, para o que apresentará huma relação nominal delles, ou então mostrar que não tem esta especie no Batalhão do seu Commando, pois, neste caso, pelo Artigo que cita das ditas Instrucções são obrigados indistinctamente todos os outros Guardas Nacionaes pelo simples facto de não terem isenção

legal do recrutamento. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 280.—Aviso de 22 de Agosto de 1857.—*Determinando que o fornecimento das esteiras ás praças dos Corpos do Exercito estacionados nas Provincias seja feito em dinheiro.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Reconhecendo-se ser mais conveniente que, o fornecimento de esteiras aos Corpos do Exercito, nas Provincias, seja feito em dinheiro; haja V. Ex. de expedir as necessarias ordens aos Commandantes dos ditos Corpos, para que d'ora em diante, a começar do actual 2.º semestre do presente anno, seja feito por tal fórma semelhante fornecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 281. —Aviso de 24 de Agosto de 1857. — *Declara que por Imperial Resolução de Consulta de 22 do mesmo mez, o Soldado Particular da Companhia fixa da Provincia de Sergipe João Baptista Guimarães póde ser reconhecido 1.º Cadete, tendo as habilitações para isso, não servindo de obstaculo a deserção por que já fôra punido.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Officio n.º 354 em data de 13 de Julho ultimo; versando sobre a classificação que pretende de 1.º Cadete o Soldado Particular da Companhia

legal do recrutamento. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 280.—Aviso de 22 de Agosto de 1857.—*Determinando que o fornecimento das esteiras ás praças dos Corpos do Exercito estacionados nas Provincias seja feito em dinheiro.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Reconhecendo-se ser mais conveniente que, o fornecimento de esteiras aos Corpos do Exercito, nas Provincias, seja feito em dinheiro; haja V. Ex. de expedir as necessarias ordens aos Commandantes dos ditos Corpos, para que d'ora em diante, a começar do actual 2.º semestre do presente anno, seja feito por tal fórma semelhante fornecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 281. —Aviso de 24 de Agosto de 1857. — *Declara que por Imperial Resolução de Consulta de 22 do mesmo mez, o Soldado Particular da Companhia fixa da Provincia de Sergipe João Baptista Guimarães póde ser reconhecido 1.º Cadete, tendo as habilitações para isso, não servindo de obstaculo a deserção por que já fôra punido.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 24 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Officio n.º 354 em data de 13 de Julho ultimo; versando sobre a classificação que pretende de 1.º Cadete o Soldado Particular da Companhia

fixa da Província de Sergipe João Baptista Guimarães, que V. Ex. hesitou mandar reconhecer como tal por ter elle já commettido huma deserção, declaro á V. Ex. de ordem de Sua Magestade o Imperador, e em virtude da Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 22 do corrente, que tendo o dito Soldado Particular sido já punido pelo crime de deserção, não deve a nota que d'ahi lhe resultou, servir de obstaculo para ser elle reconhecido 1.º Cadete, huma vez que está nas circumstancias de se-lo, e que, se sua conducta posterior for desairosa, lhe sejam applicadas as disposições da Provisão de 4 de Junho de 1849: o que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução, devolvendo o Conselho de Direcção que acompanhou o seu citado Officio.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 282. — Aviso de 24 de Agosto de 1857. — *Responde ás duvidas propostas pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco sobre os substitutos das praças que pedem baixa, quaes os direitos que tem, e se podem ser aceitos os individuos que tendo concluido o seu tempo, ainda não forão escusas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
24 de Agosto de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Officio de V. Ex. n.º 344 de 11 de Julho proximo passado pedindo esclarecimento sobre a duvida apresentada pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco quanto aos dous quesitos seguintes:

1.º Se o individuo que substituir outro no serviço do Exército, ficando sujeito a todas as condições do substituido, tem direito ás mesmas gratificações que teria o substituido, dadas identicas circumstancias em relação ao tempo de serviço:

2.º Se a praça que tem concluido o tempo da Lei, póde ser aceita em substituição de outra embora lhe não compita baixa por sua antiguidade:

fixa da Província de Sergipe João Baptista Guimarães, que V. Ex. hesitou mandar reconhecer como tal por ter elle já commettido huma deserção, declaro á V. Ex. de ordem de Sua Magestade o Imperador, e em virtude da Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 22 do corrente, que tendo o dito Soldado Particular sido já punido pelo crime de deserção, não deve a nota que d'ahi lhe resultou, servir de obstaculo para ser elle reconhecido 1.º Cadete, huma vez que está nas circumstancias de se-lo, e que, se sua conducta posterior for desairosa, lhe sejam applicadas as disposições da Provisão de 4 de Junho de 1849: o que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução, devolvendo o Conselho de Direcção que acompanhou o seu citado Officio.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 282. — Aviso de 24 de Agosto de 1857. — *Responde ás duvidas propostas pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco sobre os substitutos das praças que pedem baixa, quaes os direitos que tem, e se podem ser aceitos os individuos que tendo concluido o seu tempo, ainda não forão escusas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
24 de Agosto de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Officio de V. Ex. n.º 344 de 11 de Julho proximo passado pedindo esclarecimento sobre a duvida apresentada pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco quanto aos dous quesitos seguintes:

1.º Se o individuo que substituir outro no serviço do Exército, ficando sujeito a todas as condições do substituido, tem direito ás mesmas gratificações que teria o substituido, dadas identicas circumstancias em relação ao tempo de serviço:

2.º Se a praça que tem concluido o tempo da Lei, póde ser aceita em substituição de outra embora lhe não compita baixa por sua antiguidade:

Ha Sua Magestade o Imperador por bem, por Imperial Resolução de Consulta de 22 do corrente, Determinar quanto ao 1.º quesito, que o individuo que substituir outro tem direito na forma do disposto no Aviso de 10 de Julho de 1854, ás mesmas gratificações que teria o substituido, dadas identicas circumstancias em relação ao tempo de serviço; quanto ao 2.º, que nenhuma praça que tenha concluido o tempo da Lei, deverá ser aceita em substituição de outra em quanto essa praça não tiver obtido a sua baixa; o que communico á V. Ex. para o fazer constar ao referido Commandante das Armas, e mesmo ficar servindo de regra para o futuro.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 283.—IMPERIO.—Aviso de 24 de Agosto de 1857.—*Declara que devem ser annulladas as eleições a que se procedeo na capital da Provincia do Amazonas para Vereadores e Juizes de Paz em o mez de Setembro do anno findo, visto como se provou a existencia de irregularidades que as vicião substancialmente.*

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador huma representação assignada, e dirigida ao Governo Imperial por alguns habitantes da capital da Provincia do Amazonas, na qual pedirão, allegando diferentes motivos, a annullação das eleições a que ali se procedeo no mez de Setembro do anno findo para Vereadores e Juizes de Paz,—Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se por Sua Immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado exarada em Consulta de 26 de Maio ultimo, Mandar declarar que devem ser annulladas as referidas eleições, visto como se provou com os documentos que acompanharão aquella representação a existencia das duas seguintes irregularidades que as vicião substancialmente:

1.ª Não constar das respectivas actas, como cumpria, quando terminou a 1.ª chamada, e quando forão feitas a

Ha Sua Magestade o Imperador por bem, por Imperial Resolução de Consulta de 22 do corrente, Determinar quanto ao 1.º quesito, que o individuo que substituir outro tem direito na forma do disposto no Aviso de 10 de Julho de 1854, ás mesmas gratificações que teria o substituido, dadas identicas circumstancias em relação ao tempo de serviço; quanto ao 2.º, que nenhuma praça que tenha concluido o tempo da Lei, deverá ser aceita em substituição de outra em quanto essa praça não tiver obtido a sua baixa; o que communico á V. Ex. para o fazer constar ao referido Commandante das Armas, e mesmo ficar servindo de regra para o futuro.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 283.—IMPERIO.—Aviso de 24 de Agosto de 1857.—*Declara que devem ser annulladas as eleições a que se procedeo na capital da Provincia do Amazonas para Vereadores e Juizes de Paz em o mez de Setembro do anno findo, visto como se provou a existencia de irregularidades que as vicião substancialmente.*

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador huma representação assignada, e dirigida ao Governo Imperial por alguns habitantes da capital da Provincia do Amazonas, na qual pedirão, allegando diferentes motivos, a annullação das eleições a que ali se procedeo no mez de Setembro do anno findo para Vereadores e Juizes de Paz,—Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se por Sua Immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado exarada em Consulta de 26 de Maio ultimo, Mandar declarar que devem ser annulladas as referidas eleições, visto como se provou com os documentos que acompanharão aquella representação a existencia das duas seguintes irregularidades que as vicião substancialmente:

1.ª Não constar das respectivas actas, como cumpria, quando terminou a 1.ª chamada, e quando forão feitas a

segunda e a terceira, nem que para esta fosse designado dia com a antecedencia exigida pela Lei;

2.^a Ter-se admittido a votar pessoas não qualificadas por deliberação da Mesa, como consta da propria acta respectiva. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução, prevenindo-o de que, em quanto não fôrem feitas as novas eleições, ás quaes deverá mandar proceder immediatamente, cumpre que, cessando o exercicio dos Vereadores e Juizes de Paz ultimamente eleitos, sejam chamados para servir estes cargos os do quadriennio findo, na fôrma da Lei.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.—
Sr. Vice-Presidente da Provincia do Amazonas.

N.º 284.—Aviso de 25 de Agosto de 1857.—*Determina que o Adjuncte-General, em regra deve indicar as vagas em que devem entrar, os Officiaes aggregados que se forem habilitando para passar á 1.^a classe.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
25 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—De ordem de Sua Magestade o Imperador informe V. Ex. para que Corpos e vagas devem reverter o Capitão de Artilharia José Pedro Nolasco Pereira da Cunha e o Alferes de Infantaria Joaquim de Azevedo Tompsom, que fizerão o objecto de seu Officio n.º 581 de 17 do corrente; ficando em regra que, sempre que os Officiaes aggregados se constituirem nas condições de reverterem á 1.^a Classe do Exercito se indicará as vagas em que devão entrar nos Corpos das respectivas armas, pois que não as havendo devem esperar na dita classe de aggregados para na fôrma da Lei, entrarem nas vagas, e por ordem de antiguidade.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

segunda e a terceira, nem que para esta fosse designado dia com a antecedencia exigida pela Lei;

2.^a Ter-se admittido a votar pessoas não qualificadas por deliberação da Mesa, como consta da propria acta respectiva. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução, prevenindo-o de que, em quanto não fôrem feitas as novas eleições, ás quaes deverá mandar proceder immediatamente, cumpre que, cessando o exercicio dos Vereadores e Juizes de Paz ultimamente eleitos, sejam chamados para servirem estes cargos os do quadriennio findo, na fórma da Lei.

Deos Guarde a V. Ex.—Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.—
Sr. Vice-Presidente da Provincia do Amazonas.

N.º 284.—Aviso de 25 de Agosto de 1857.—*Determina que o Adjuncte-General, em regra deve indicar as vagas em que devem entrar, os Officiaes aggregados que se forem habilitando para passar á 1.^a classe.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
25 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—De ordem de Sua Magestade o Imperador informe V. Ex. para que Corpos e vagas devem reverter o Capitão de Artilharia José Pedro Nolasco Pereira da Cunha e o Alferes de Infantaria Joaquim de Azevedo Tompsom, que fizeram o objecto de seu Officio n.º 581 de 17 do corrente; ficando em regra que, sempre que os Officiaes aggregados se constituirem nas condições de reverterem á 1.^a Classe do Exercito se indicará as vagas em que devão entrar nos Corpos das respectivas armas, pois que não as havendo devem esperar na dita classe de aggregados para na fórma da Lei, entrarem nas vagas, e por ordem de antiguidade.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 285. — FAZENDA. — Em 25 de Agosto de 1857. —
O valor dos brilhantes apprehendidos na importação deve regular-se pelo art. 1.244 da nova Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1857.

Declara ao Sr. Inspector interino da Alfandega, em solução á duvida proposta pelos Feitores nomeados para procederem á avaliação de huns brilhantes apprehendidos no Correio Geral desta Côrte, constante de seu Officio n.º 137 de 10 do corrente, que devem os mesmos Feitores regular-se pelo disposto no art. 1.244 da nova Tarifa, que manda cobrar 2 % ad valorem, tomando por base o preço do mercado importador em grosso ou atacado, deduzidos os competentes direitos, e mais 10 % do mesmo preço. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 286. — Aviso de 27 de Agosto de 1857. — *Declarando ficarem dispensados de novos exames os Officiaes das differentes armas, que praticarem na Escola de Applicação, e forem approvados em exames praticos.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente á Sua Magestade o Imperador o Officio de V. Ex. sob n.º 591, e data de 19 do corrente, sobre a habilitação da pratica das tres armas que devem ter os Tenentes do Corpo do Estado Maior de 1.ª Classe para serem promovidos a Capitães, pedindo se lhe declare se com effeito a pratica que tem os Estudantes da Escola de Applicação importa ou não a pratica das tres armas exigida pelo Regulamento de 1851; Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar á V. Ex. em solução que a letra e espirito das disposições contidas nos Arts. 30, 31, 32 e 33 dos Estatutos da Escola de Applicação estabelecem que os Alumnos e Officiaes das differentes armas, que praticarem na mesma Escola, e forem approvados em exames praticos, ficão dispensados de novos exames; e como estes sómente tem lugar depois de pratica effectiva na dita Escola, fica entendido que

esta pratica substitue a exigida nos Corpos, para os Officiaes do Estado Maior em conformidade do Art. 8.º do Decreto n.º 772 de 31 de Março de 1851, o que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 287.—FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1857. —
Procedimento que deve haver contra os exactores que não entram com as sommas arrecadadas nas epochas competentes.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que, attentas as circumstancias e os factos de que dá conta em seu Officio n.º 57. A de 31 de Julho p.p. devia, na fórma do artigo 2.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, requisitar logo a prisão do Escrivão que, servindo de Administrador interino da Mesa de Rendas da Cidade do Penedo, na mesma Provincia, deixou de entrar na epocha legal com a renda a seu cargo, o que cumpre que faça, marcando-lhe novo prazo de 30 dias, caso no que lhe foi marcado não tenha elle recolhido os dinheiros detidos, devendo o senhor Inspector transmittir á Autoridade competente os documentos relativos aos mencionados factos para se proceder criminalmente contra o sobredito Escrivão, ainda que elle realise a entrada dos roferidos dinheiros. E quanto ao Administrador lhe ordena que, visto ter o mesmo Sr. Inspector contra elle promovido o procedimento criminal pelo abandono do lugar, mande liquidar quanto antes a conta de sua gerencia, e verificando-se algum alcance, requisite a sua prisão na fórma do citado Decreto de 1849, marcando-lhe o prazo de 30 dias para effectuar o pagamento do alcance, e remetendo os documentos que o comprovarem á Autoridade competente, para proceder criminalmente contra o dito responsavel, ainda que no referido prazo recolha a quantia em que for alcançado; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que, nos termos e condições legais, deverá o Procurador Fiscal em tempo opportuno, e em Juizo competente requisitar a applicação do Art. 32 do Codigo Criminal á ambos os

esta pratica substitue a exigida nos Corpos, para os Officiaes do Estado Maior em conformidade do Art. 8.º do Decreto n.º 772 de 31 de Março de 1851, o que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Suruhy.

N.º 287.—FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1857. —

Procedimento que deve haver contra os exactores que não entram com as sommas arrecadadas nas epochas competentes.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que, attentas as circumstancias e os factos de que dá conta em seu Officio n.º 57. A de 31 de Julho p.p. devia, na fórma do artigo 2.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, requisitar logo a prisão do Escrivão que, servindo de Administrador interino da Mesa de Rendas da Cidade do Penedo, na mesma Provincia, deixou de entrar na epocha legal com a renda a seu cargo, o que cumpre que faça, marcando-lhe novo prazo de 30 dias, caso no que lhe foi marcado não tenha elle recolhido os dinheiros detidos, devendo o senhor Inspector transmittir á Autoridade competente os documentos relativos aos mencionados factos para se proceder criminalmente contra o sobredito Escrivão, ainda que elle realise a entrada dos roferidos dinheiros. E quanto ao Administrador lhe ordena que, visto ter o mesmo Sr. Inspector contra elle promovido o procedimento criminal pelo abandono do lugar, mande liquidar quanto antes a conta de sua gerencia, e verificando-se algum alcance, requisite a sua prisão na fórma do citado Decreto de 1849, marcando-lhe o prazo de 30 dias para effectuar o pagamento do alcance, e remetendo os documentos que o comprovarem á Autoridade competente, para proceder criminalmente contra o dito responsavel, ainda que no referido prazo recolha a quantia em que for alcançado; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que, nos termos e condições legais, deverá o Procurador Fiscal em tempo opportuno, e em Juizo competente requisitar a applicação do Art. 32 do Codigo Criminal á ambos os

responsaveis, se forem condemnados, tendo em vista a Ordem do Thesouro de 6 de Junho de 1854, e Aviso de 15 de Maio do anno passado.

Thesouro Nacional 27 de Agosto de 1857.—Bernardo de Sousa Franco.

N.º 288.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Agosto de 1857.—*Declara que achando-se provado terem sido praticadas irregularidades substanciaes nas Eleições Municipaes a que se procedeo em Setembro do anno passado na Igreja Matriz da Conceição da Praia, da Capital da Provincia da Bahia, devem ser annulladas as ditas eleições, e proceder-se a outras.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador a representação, informada por V. Ex.; que os Doutores Henrique Alvares dos Santos, Felisberto Antonio da Silva Horta, e o Capitão Francisco Justiniano de Castro Rebello, dirigirão ao Governo Imperial, em data de 31 de Outubro do anno passado, contra a validade das Eleições Municipaes a que se procedeo em Setembro do mesmo anno, na Igreja Matriz da Conceição da Praia dessa Capital, pelos motivos que allegarão, e á vista dos documentos com que instruíram a dita representação: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 26 de Março ultimo, Mandar declarar que, achando-se provado terem sido praticadas na referida eleição as irregularidades substanciaes:—1.ª—de ter-se recebido cedulas de pessoas não qualificadas, ou ausentes, e de outras que figuravão por differentes bairros; 2.ª—de se haver introduzido cedulas clandestinamente na urna, não podem subsistir taes eleições, cumprindo que novamente se proceda á de Juizes de Paz, eliminando-se da apuração geral para Vereadores os votos que para estes resultarão das mesmas eleições, salvo se o numero dos votantes da Freguezia constituir a maioria dos do Municipio, caso em que, segundo o prin-

responsaveis, se forem condemnados, tendo em vista a Ordem do Thesouro de 6 de Junho de 1854, e Aviso de 15 de Maio do anno passado.

Thesouro Nacional 27 de Agosto de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

N.º 288. — IMPERIO. — Aviso de 27 de Agosto de 1857. — *Declara que achando-se provado terem sido praticadas irregularidades substanciaes nas Eleições Municipaes a que se procedeo em Setembro do anno passado na Igreja Matriz da Conceição da Praia, da Capital da Provincia da Bahia, devem ser annulladas as ditas eleições, e proceder-se a outras.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador a representação, informada por V. Ex.; que os Doutores Henrique Alvares dos Santos, Felisberto Antonio da Silva Horta, e o Capitão Francisco Justiniano de Castro Rebello, dirigirão ao Governo Imperial, em data de 31 de Outubro do anno passado, contra a validade das Eleições Municipaes a que se procedeo em Setembro do mesmo anno, na Igreja Matriz da Conceição da Praia dessa Capital, pelos motivos que allegarão, e á vista dos documentos com que instruíram a dita representação: Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 26 de Março ultimo, Mandar declarar que, achando-se provado terem sido praticadas na referida eleição as irregularidades substanciaes: — 1.ª — de ter-se recebido cedulas de pessoas não qualificadas, ou ausentes, e de outras que figuravão por differentes bairros; 2.ª — de se haver introduzido cedulas clandestinamente na urna, não podem subsistir taes eleições, cumprindo que novamente se proceda á de Juizes de Paz, eliminando-se da apuração geral para Vereadores os votos que para estes resultarão das mesmas eleições, salvo se o numero dos votantes da Freguezia constituir a maioria dos do Municipio, caso em que, segundo o prin-

cipio assentado em diversas decisões do Governo Imperial, deverá ser annullada toda a Eleição Municipal, e proceder-se á outra.

O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução, e para dar conhecimento da solução do Governo Imperial aos assignatarios da mencionada representação.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 289.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Agosto de 1857. — *Declara que as Assembléas Provincias podem, independentemente de propostas prévias das Camaras Municipaes, decretar a criação, nomeação, e suppressão dos empregos Municipaes, estando as mesmas Camaras sujeitas completamente ás ditas Assembléas, visto como podem estas legislar sobre sua policia e economia, &c.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador com o seu Officio datado em 4 de Março do corrente anno, o que á V. Ex. dirigira a Camara Municipal dessa Capital, em 4 do mez antecedente, e cuja copia V. Ex. remetteo a fim de o Governo Imperial decidir sobre a sua materia.

Consta deste Officio que, tendo sido extincto pela Assembléa Provincial em sua ultima Sessão, o lugar de Fiscal do 3.º Districto da mesma Capital, aquella Camara, com quanto entendesse pelas razões que expende ser illegal esta Resolução, passou a cumpri-la, nomeando porém ao mesmo tempo mais hum Fiscal para o Districto a que ficou reunido o dito 3.º, por modo que ficou subsistindo não obstante a suppressão do referido lugar, o mesmo numero de 3 Fiscaes que anteriormente existia nos 3 Districtos da Capital.

Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 8 de Junho ultimo, Mandar declarar:

cipio assentado em diversas decisões do Governo Imperial, deverá ser annullada toda a Eleição Municipal, e proceder-se á outra.

O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução, e para dar conhecimento da solução do Governo Imperial aos assignatarios da mencionada representação.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 289.—IMPERIO.—Aviso de 28 de Agosto de 1857. — *Declara que as Assembléas Provincias podem, independentemente de propostas prévias das Camaras Municipaes, decretar a criação, nomeação, e suppressão dos empregos Municipaes, estando as mesmas Camaras sujeitas completamente ás ditas Assembléas, visto como podem estas legislar sobre sua policia e economia, &c.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Agosto de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador com o seu Officio datado em 4 de Março do corrente anno, o que á V. Ex. dirigira a Camara Municipal dessa Capital, em 4 do mez antecedente, e cuja copia V. Ex. remetteo a fim de o Governo Imperial decidir sobre a sua materia.

Consta deste Officio que, tendo sido extincto pela Assembléa Provincial em sua ultima Sessão, o lugar de Fiscal do 3.º Districto da mesma Capital, aquella Camara, com quanto entendesse pelas razões que expende ser illegal esta Resolução, passou a cumpri-la, nomeando porém ao mesmo tempo mais hum Fiscal para o Districto a que ficou reunido o dito 3.º, por modo que ficou subsistindo não obstante a suppressão do referido lugar, o mesmo numero de 3 Fiscaes que anteriormente existia nos 3 Districtos da Capital.

Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 8 de Junho ultimo, Mandar declarar:

1.º Que a Assembléa Provincial, praticando o Acto de que se trata, obrou na esphera de suas attribuições. O erro em que labora a Camara Municipal sustentando que não podia aquella Assembléa decretar a suppressão mencionada sem proposta sua, ou ao menos sem a ter ouvido, provém de haver entendido, como o declara, que esta hypothese se comprehende na disposição do § 4.º do Art 10 da Lei de 12 de Agosto de 1834, que, referindo-se ás Leis sobre Policia e economia Municipal, exige que a estas precedão taes propostas, e não na do § 7.º, á qual, porque trata especialmente das Leis sobre criação, suppressão e nomeação para os empregos Municipaes, evidentemente pertence. Ora para estes casos se não impõe a necessidade de propostas previas das Camaras Municipaes.

2.º Que, estando as Camaras Municipaes sujeitas completamente ás Assembléas Provinciaes, visto como podem estas legislar sobre sua policia e economia, fixar suas despesas, e receitas, tomar-lhes contas, approvar ou reprovar suas posturas, &c., devia a da Capital do Pará executar cumpridamente a referida Resolução da Assembléa Provincial. Mas o modo porque procedeo importa hum verdadeira alteração naquella Resolução, visto como a nomeação que fez de mais hum Fiscal para o Districto a que ficou reunido aquelle em que foi supprimido tal lugar, conservando-se assim de facto o mesmo numero de 3 Fiscaes, que a Assembléa Provincial, decretando esta suppressão, quiz reduzir á dous nos Districtos da Cidade, manifestamente a infringio e nullificou.

Não póde proceder o argumento a que se soccorreo a Camara Municipal para justificar semelhante procedimento, porque a faculdade conferida no Art. 83 ás Camaras Municipaes de nomearem hum ou mais Fiscaes e seus Supplentes para servirem durante os 4 annos he subordinada, nos termos do Artigo seguinte, á razão da necessidade, da qual são Juizes competentes as Assembléas Provinciaes, autoridade superiora.

O que cemmunico á V. Ex. para sua intelligencia, e a fim de que faça sentir á referida Camara Municipal a irregularidade do referido acto, que praticou, e que lhe cumpre revogar, ficando reduzidos á dous sómente os Fiscaes dos 3 Districtos dessa Capital, na execução da citada Resolução da Assembléa Provincial.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N.º 290.—FAZENDA.—Em 28 de Agosto de 1857.—*Sobre o abono de quintas partes de vencimentos.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Maranhão, em solução ás duvidas apresentadas em seu Officio n.º 36 de 22 de Junho ultimo, que o Chefe de Secção, que for servir o lugar deixado pelo Contador interino, só terá a 5.ª parte quando este perder aquella de que gosa para perceber a do lugar mais elevado que estiver servindo: e outro sim que, não sendo justificaveis as faltas dadas por motivo de prisão emanada dos Regulamentos da Guarda Nacional, e das Leis a respeito de crimes particulares, conforme a Ordem de 7 de Março de 1846, e Aviso de 16 de Fevereiro de 1854, as substituições nestes casos devem dar ao Substituto a 5.ª parte dos vencimentos dos substituidos, desde o dia em que tiverem lugar as faltas assim dadas.

Thesouro Nacional 28 de Agosto de 1857.—Bernardo de Sousa Franco.

N.º 291.—Em 28 de Agosto de 1857.—*Não só os Cavalleiros como todos os condecorados com as Ordens honorificas do Imperio podem passar procurações de seu punho.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida proposta pelo Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná, em seu Officio n.º 73 de 4 do mez findo, se podem passar procurações de seu punho todos os condecorados com quaesquer insignias das Ordens do Imperio, ou se sómente os cavalleiros, como se infere da letra das Instrucções de 30 de Maio de 1849, lhe declara que, segundo as antigas e modernas disposições da fundação e regulamento das Ordens honorificas do Imperio, na expressão *cavalleiro*, tomada em sentido lato e na accepção das diversas Leis, se comprehendem não só os que assim se denominão restrictamente, como os outros membros das mesmas Ordens de superior graduação.

Thesouro Nacional 28 de Agosto de 1857.—Bernardo de Sousa Franco.

N.º 292.—Circular em 29 de Agosto de 1857.—*Os manifestos de navios de cabotagem não estão sujeitos ao Sello.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que alguns manifestos dos navios de cabotagem são passados em papel sellado; e não sendo taes documentos sujeitos ao imposto do Sello, conforme foi declarado pela Ordem do Thesouro n.º 173 de 30 de Setembro de 1850, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fação effectiva a execução da citada Ordem, não só a respeito dos manifestos daquelles navios, senão também dos de longo curso.

Thesouro Nacional 29 de Agosto de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

Ordem n.º 173 de 30 de Setembro de 1850, a que se refere a Circular supra.

O Sr. Inspector da Alfandega fique na intelligencia, em reposta ao seu Officio de 19 deste mez, n.º 100, de que sendo os Manifestos isentos de Sello, por estarem comprehendidos na disposição do art. 52 § 7.º do Regulamento de 10 de Julho deste anno, também isentas devem ser as copias ou traducções delles, quando e em quanto forem precisas e applicadas ao expediente das Repartições Fiscaes para o desempenho e despacho das embarcações e mercadorias. As letras de reexportação e as cautellas que se dão quando são annulladas, também são isentas do Sello pelas disposições dos arts. 23 § 1.º, e 52 § 5.º do referido Regulamento.

Rio em 30 de Setembro de 1850. — Joaquim José Rodrigues Torres.

N.º 293. — Em 29 de Agosto de 1857. — *Contracto com o Banco para o deposito das quantias disponiveis.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro
29 de Agosto de 1857.

Passo ás mãos de V. S.^a, para que tenha execução por parte do Banco do Brasil, hum dos exemplares do contracto que celebramos, a fim de verificar-se o deposito no mesmo Banco e mais Caixas Filiaes dos saldos disponiveis existentes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, em execução da Lei n.º 906 do 10 do corrente.

Deos Guarde a V. S.^a — Bernardo de Sousa Franco. —
Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Contracto a que se refere o Aviso supra.

Aos vinte nove dias do mez de Agosto do anno de mil oitocentos e cincoenta e sete na Directoria Geral do Contencioso presente o Sr. Doutor José Carlos de Almeida Areas servindo de Procurador Fiscal do Thesouro Nacional, compareceu o Sr. Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho Vice-Presidente do Banco do Brasil, devidamente autorizado pela Directoria do mesmo Banco, o que fez certo com a copia da respectiva Acta encorporada no accordo abaixo transcripto, lavrado e assignado nesta data, e disse que na conformidade da Lei numero novecentos e seis de dez do corrente mez e do mesmo accordo, acceita e ratifica com os poderes de que se acha revestido, do modo o mais expresso e solemne, as condições exaradas no mesmo accordo, que fica inteiramente fazendo parte integrante do presente termo; o que sendo ouvido e aceito pelo referido Sr. Dr. Procurador Fiscal, e por parte da mesma Fazenda, na conformidade da citada Lei e em virtude do Aviso do Ministerio da Fazenda datado de hoje dirigido á esta Repartição, mandou lavrar este termo; e he o theor do auto de accordo o seguinte: — Aos vinte nove dias do mez de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e sete nesta Cidade do Rio de Janeiro em a Casa do Thesouro Nacional achando-se presente o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Bernardo de Sousa Franco, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda, ali compareceo o Sr. Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho Vice-Presidente do Banco do Brasil, devidamente autorizado pela Directoria

do mesmo Banco, do que fez certo com a copia da respectiva Acta, que adiante vai transcripta, para celebrar com o dito Exm. Ministro o contracto de recebimento das quantias disponiveis existentes no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, e da abertura de contas correntes com juros no sobredito Banco, em conformidade da Lei numero novecentos e seis de dez do corrente mez; e havendo entre si concordado nas bases em que deve effectuar-se aquelle recebimento, e abertura de contas correntes, resolvêrão celebrar o contracto debaixo das seguintes condições. Primeira. O Banco do Brasil e suas Caixas Filiaes receberão do Thesouro Nacional e das Thesourarias de Fazenda as quantias disponiveis que existirem nos Cofres das mesmas Repartições, e que o Governo determinar-lhes sejam entregues, abrindo contas correntes com juros pela fórma designada neste contracto. Segunda. O juro das quantias sobreditas será calculado tanto no Banco, como nas Caixas Filiaes a razão de tres por cento menos que a taxa dos descontos fixados em cada hum destes Estabelecimentos na conformidade de seus Estatutos. Terceira. Quando a taxa dos descontos for inferior a oito por cento, o premio dos depositos, de que trata a condição primeira, será regulado de modo que o Thesouro e Thesourarias recebam sempre do Banco e das Caixas Filiaes o mesmo juro que a Lei os obriga a pagar pelos depositos que lhes são confiados. Quarta. As quantias assim depositadas só poderão ser retiradas do Banco ou das Caixas Filiaes, precedendo Aviso do Ministerio da Fazenda na Corte, e dos Inspectores das Thesourarias nas Provincias, com a antecedencia de sessenta dias, quando não tiver sido marcado o prazo da retirada no acto do recebimento de accordo com os Estatutos. Quinta. O Banco se obriga por si e pelas suas Caixas Filiaes a descontar ao Governo os Bilhetes do Thesouro, e as Letras das Thesourarias, pelo mesmo juro que pagarem pelas quantias recebidas em conta corrente, conforme as condições segunda e terceira sempre que o permittir o estado dos seus respectivos cofres. Sexta. Os juros vencidos e não pagos serão capitalisados de seis em seis mezes em favor da parte credora, depois de liquidada a conta de debito e credito. Setima. O Governo dará as ordens necessarias para que pelo Thesouro e Thesourarias se proceda ao deposito na fórma convencionada; e por sua parte a Directoria do Banco dará igualmente as ordens precisas para que no mesmo Banco e suas Caixas Filiaes se dê execução a este contracto, recebendo as quantias que forem

entregues ao deposito, e restituindo-as quando forem requisitadas. Oitava. O presente contracto durará em quanto convier á ambas as Partes Contractantes, e poderá ser rescindido, no todo ou em parte, na Côte, logo que o Governo ou o Banco assim o resolverem, e o communicarem reciprocamente; e nas Provincias, logo que chegarem as respectivas communicações do Banco ás suas Caixas Filiaes, e do Governo ás Thesourarias de Fazenda. Nona. Se ao tempo da rescisão do contracto o Banco for devedor ao Governo de hum somma superior a mil contos de réis pelos depositos recebidos no Banco, a trezentos contos nas Caixas Filiaes da Bahia e Pernambuco, e a cem contos em cada hum das outras Caixas, e não estiverem feitos os avisos para a retirada de taes quantias na conformidade deste contracto, a retirada das sommas excedentes, só poderá fazer-se com os intervallos de sessenta, noventa, e cento e vinte dias para cada hum das terças partes das quantias existentes em conta corrente. Decima. Dada a rescisão do contracto, se ao Governo convier conservar no Banco e nas suas Caixas Filiaes os depositos recebidos, ou fazer novos depositos, precedendo ajuste especial para elles, o Banco se obriga a não exigir a retirada dos primeiros, e a admittir os segundos, sempre que o permittirem as circumstancias do mesmo Banco e de suas Caixas Filiaes. E por esta fórma houverão os ditos Excellentissimos Ministro e Vice-Presidente do Banco do Brasil por concluido o presente contracto, que foi escripto em duplicata por mim José Severiano da Rocha, Official-maior da Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda, e vai assignado pelos mesmos Exm.^{as} Ministro e Vice-Presidente do Banco.—Bernardo de Sousa Franco.—José Pedro Dias de Carvalho.—Copia do periodo da Acta da Sessão da Directoria do Banco do Brasil de quatorze de Agosto do corrente anno relativo á execução do Decreto numero novecentos e seis de dez do dito mez. O Sr. Presidente expoz á Directoria que o motivo da convocação desta Sessão extraordinaria era por haver recebido hum Aviso do Ministerio da Fazenda de treze do corrente, em que se lhe recommendava houvesse de promover a nomeação da pessoa que deve entender-se com o Sr. Ministro para contractar sobre o modo porque se ha de effectuar no Banco do Brasil, e suas Caixas Filiaes o recebimento das sommas disponiveis que existirem no Thesouro e Thesourarias de Fazenda, na forma da Lei numero novecentos e seis de dez de Agosto do corrente anno. O Sr. Reis abriu a discussão opinando para

que o Sr. Presidente fosse autorizado para esse fim. O Sr. Ulrich foi igualmente da mesma opinião, mas additou a idéa de se nomear huma Commissão que de accordo com o Sr. Presidente estipulasse as bases com que se devia contractar. Venceo-se a nomeação da commissão e sahirão eleitos os Srs. Ulrich, Coelho de Castro, e Mesquita, ficando o Sr. Presidente autorizado para fazer o contracto na fórma proposta pelo Sr. Reis. Secretaria da Directoria do Banco do Brasil em quatorze de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e sete. O Secretario da Directoria Roberto Jorge Haddoch Lobo. — Está conforme. — José Severiano da Rocha. — Eu Carlos José d'Almeida Primeiro Escriptuario o escrivi. — José Carlos d'Almeida Arêas. — José Pedro Dias de Carvalho.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 294.—Aviso N.º 36 de 31 de Agosto de 1857.—Ao Presidente de Santa Catharina.—*Sobre a Autoridade, que deve receber o juramento do colono, que se pretende naturalisar*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio, Houve por bem declarar por Sua immediata Resolução do Conselho d'Estado de 14 do corrente, que o juramento de fidelidade á Constituição e mais Leis do Imperio, que os colonos estrangeiros devem prestar na fórma do Art. 2.º do Decreto n.º 808 A de 23 de Junho de 1855, para obterem carta de naturalisação, não tem de ser necessariamente recebido pelo Presidente da Provincia, podendo-o ser tambem, se os ditos colonos o preferirem, pelas Camaras Municipaes ou Juizes de Paz, que com as cópias das declarações feitas pelos solicitantes remetterão igualmente ao referido Presidente as do termo do juramento. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução e em resposta ao Officio n.º 63 de 5 de Dezembro do anno findo.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

que o Sr. Presidente fosse autorizado para esse fim. O Sr. Ulrich foi igualmente da mesma opinião, mas additou a idéa de se nomear huma Commissão que de accordo com o Sr. Presidente estipulasse as bases com que se devia contractar. Venceo-se a nomeação da commissão e sahirão eleitos os Srs. Ulrich, Coelho de Castro, e Mesquita, ficando o Sr. Presidente autorizado para fazer o contracto na fórma proposta pelo Sr. Reis. Secretaria da Directoria do Banco do Brasil em quatorze de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e sete. O Secretario da Directoria Roberto Jorge Haddoch Lobo. — Está conforme. — José Severiano da Rocha. — Eu Carlos José d'Almeida Primeiro Escriptuario o escrivi. — José Carlos d'Almeida Arêas. — José Pedro Dias de Carvalho.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 294.—Aviso N.º 36 de 31 de Agosto de 1857.—Ao Presidente de Santa Catharina.—*Sobre a Autoridade, que deve receber o juramento do colono, que se pretende naturalisar*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio, Houve por bem declarar por Sua immediata Resolução do Conselho d'Estado de 14 do corrente, que o juramento de fidelidade á Constituição e mais Leis do Imperio, que os colonos estrangeiros devem prestar na fórma do Art. 2.º do Decreto n.º 808 A de 23 de Junho de 1855, para obterem carta de naturalisação, não tem de ser necessariamente recebido pelo Presidente da Provincia, podendo-o ser tambem, se os ditos colonos o preferirem, pelas Camaras Municipaes ou Juizes de Paz, que com as cópias das declarações feitas pelos solicitantes remetterão igualmente ao referido Presidente as do termo do juramento. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução e em resposta ao Officio n.º 63 de 5 de Dezembro do anno findo.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 295.—GUERRA.—Aviso de 1 de Setembro de 1857.—
*Determinando que o Cirurgião mór do Exército quando
 tiver de nomear algum Cirurgião do Corpo de Saude para
 commissão fóra da Côrte, o faça por meio de huma escala
 que deve organisar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
 1 de Setembro de 1856.

Ilm. e Exm. Sr.—De ordem de Sua Magestade o Imperador, determine V. Ex. que o Cirurgião mór do Exército, d'ora em diante, quando tiver de nomear algum Cirurgião do Corpo de Saude para commissões fóra desta Côrte, o faça por meio de huma escala, que deve ser organizada dos serviços que tenham prestado os que se acharem na Côrte, onde venhão mencionadas todas as commissões que cada hum tiver; de maneira que a nomeação recaia naquelle que não tiver ainda commissão alguma, ou que tenha o menor numero dellas avaliadas em tempo; e quando algum, nestas circumstancias, se achar empregado na Côrte em qualquer Estabelecimento ou Repartição Publica, não fica por isso dispensado de ser nomeado, devendo esta nomeação, sempre que for possível, recahir de preferencia nos que não tiverem serviços de campanha. Igualmente se procederá a respeito dos Cirurgiões Militares que estiverem empregados nas Capitães das Provincias, quando houverem de ser nomeados para commissões que devão ser desempenhadas nas fronteiras e pontos centraes da mesma Provincia. E sómente estas determinações poderão ser alteradas por ordem expressa desta Secretaria d'Estado, quando assim o julgue conveniente ao serviço publico. O que tudo V. Ex. fará constar ao dito Cirurgião mór do Exército para proceder invariavelmente nesta conformidade.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
 Sr. Barão de Suruhy.

N.º 296.—IMPERIO.—Aviso do 1.º de Setembro de 1857.—*Declara que o primeiro Juiz de Paz de huma Parochia na ordem da votação, não fica impedido de presidir á 2.ª reunião da Junta de Qualificação pelo facto de ter feito parte da 1.ª Junta, em qualidade de eleitor.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em o 1.º de Setembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Conformando-se Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução do 1.º de Julho ultimo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado exarado em Consulta do 1.º de Junho, Houve por bem Mandar declarar á V. Ex. que mereceo a Imperial Approvação a sua decisão, constante do Officio que dirigio ao 4.º Juiz de Paz da Parochia do Socorro, e cuja cópia remetteo ao Governo Imperial com Officio datado em 31 de Março do corrente anno.

Acertadamente respondeu V. Ex. ao dito Juiz de Paz que, não obstante ter este presidido á 1.ª reunião da Junta de qualificação, em razão de não se acharem ainda juramentados os tres Juizes mais votados, devia ser a 2.ª reunião da mesma Junta presidida pelo 1.º na ordem da votação, se no tempo em que esta tivesse lugar já tivesse prestado juramento, não podendo julgar-se impedido de exercer tal função por ter feito parte da 1.ª Junta em qualidade de eleitor. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 297.—FAZENDA.—Em 2 de Setembro de 1857.—*Direitos que devem pagar os titulos dos Ajudantes dos Despachantes.*

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega, em solução ás duvidas propostas em seu officio n.º 161 de 21 de Agosto proximo findo: 1.º, que os direitos de 50 por %, a que estão sujeitos os ajudantes dos despachantes da Alfandega, devem ser cobrados annualmente, visto serem de patente; 2.º, que todos as vezes que os ditos ajudantes mudarem de despachantes, devem tirar novos titulos, cobrando-se-lhes os quatro mil réis

de feitto de que trata o art. 2.º do Decreto n.º 1.939 de 23 de Junho ultimo e o respectivo sello.

Thesouro Nacional em 2 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte.

N.º 298. — Em 3 de Setembro de 1857. — *Os manifestos das Embarcações não pagão sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia n.º 202 de 13 do mez findo, no qual consulta se obrou acertadamente ordenando á Mesa do Consulado que não exigisse sello dos manifestos das embarcações, apesar de ser elle exigido no Consulado da Côrte, lhe declara que, á vista do § 7.º do Art. 52 do Regulamento de 10 de Junho de 1850, e da Ordem de 3 de Setembro do mesmo anno, n.º 137, não pode entrar em duvida que os referidos manifestos são isentos de sello.

Thesouro Nacional em 3 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 299. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Setembro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Piahy. — *Approva a solução dada pelo Presidente da Provincia do Piahy, á duvida proposta pelo Presidente da Camara Municipal da Capital da dita Provincia, declarando competir ao mesmo Presidente da Camara accumular as funções do dito cargo com as de Juiz Municipal, quando houvesse de substituir a este.*

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr. — Remettêo V. Ex. com o seu Officio n.º 22 de 11 de Julho deste anno, o que lhe dirigio o Presidente da Camara Municipal dessa Capital, por copia, consultando, se, estando elle em razão do seu cargo, exercendo as funções de Juiz Municipal, podia ou devia exercer simultaneamente as funções de hum e outro cargo, remettendo

de feitto de que trata o art. 2.º do Decreto n.º 1.939 de 23 de Junho ultimo e o respectivo sello.

Thesouro Nacional em 2 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte.

N.º 298. — Em 3 de Setembro de 1857. — *Os manifestos das Embarcações não pagão sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia n.º 202 de 13 do mez findo, no qual consulta se obrou acertadamente ordenando á Mesa do Consulado que não exigisse sello dos manifestos das embarcações, apesar de ser elle exigido no Consulado da Côrte, lhe declara que, á vista do § 7.º do Art. 52 do Regulamento de 10 de Junho de 1850, e da Ordem de 3 de Setembro do mesmo anno, n.º 137, não pode entrar em duvida que os referidos manifestos são isentos de sello.

Thesouro Nacional em 3 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 299. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Setembro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Piahy. — *Approva a solução dada pelo Presidente da Provincia do Piahy, á duvida proposta pelo Presidente da Camara Municipal da Capital da dita Provincia, declarando competir ao mesmo Presidente da Camara accumular as funções do dito cargo com as de Juiz Municipal, quando houvesse de substituir a este.*

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr. — Remettêo V. Ex. com o seu Officio n.º 22 de 11 de Julho deste anno, o que lhe dirigio o Presidente da Camara Municipal dessa Capital, por copia, consultando, se, estando elle em razão do seu cargo, exercendo as funções de Juiz Municipal, podia ou devia exercer simultaneamente as funções de hum e outro cargo, remettendo

V. Ex. também, por copia, a resposta que deu a dita Consulta.

Sua Magestade o Imperador, a Cujo conhecimento levei este negocio, Manda significar á V. Ex. que bem resolveo a questão, quando declarou ao referido Presidente da Camara Municipal, que era exactamente essa qualidade, que lhe conferia o direito de exercer as funcções de Juiz Municipal, e que a accumulção neste caso era necessaria, porque, se elle passasse á outro a Presidencia e exercicio na Camara Municipal, ficava por este facto, incompetente para substituir o Juiz Municipal, pois que perdia a qualidade, que a Lei reconhece como essencial para essa substituição. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Presidente da Camara Municipal dessa Capital.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 300.—IMPERIO. — Aviso de 3 de Setembro de 1857.—*Declara que a Lei do 1.º de Outubro de 1828 não só não faz dependente das Camaras Municipaes a imposição das multas aos Vereadores e Supplentes que não comparecem ás sessões, como não veda que os Presidentes das mesmas Camaras as imponhão em casos taes aos Vereadores refractarios, e aos Supplentes que sem motivo justificado não acudirem ás convocações.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Levei á Augusta Presença de Sua Magestade o Imperador o Officio dessa Presidencia, datado em 6 de Junho ultimo, submittendo á consideração do Governo Imperial, a fim de resolver como julgasse conveniente, o que lhe dirigio o Presidente interino da Camara Municipal da Villa de Nova Friburgo, pedindo providencias contra o abuso commettido não só por alguns Vereadores, mas também por Supplentes, de não comparecerem ás sessões, pois que entende a mesma Presidencia que a applicação do meio de imposição de multas, estabelecido para este caso no Art. 28 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, não lhe competindo, mas á propria Camara, torna-se impossivel sempre que, como tem

V. Ex. também, por copia, a resposta que deu a dita Consulta.

Sua Magestade o Imperador, a Cujo conhecimento levei este negocio, Manda significar á V. Ex. que bem resolveo a questão, quando declarou ao referido Presidente da Camara Municipal, que era exactamente essa qualidade, que lhe conferia o direito de exercer as funcções de Juiz Municipal, e que a accumulção neste caso era necessaria, porque, se elle passasse á outro a Presidencia e exercicio na Camara Municipal, ficava por este facto, incompetente para substituir o Juiz Municipal, pois que perdia a qualidade, que a Lei reconhece como essencial para essa substituição. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Presidente da Camara Municipal dessa Capital.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 300.—IMPERIO. — Aviso de 3 de Setembro de 1857.—*Declara que a Lei do 1.º de Outubro de 1828 não só não faz dependente das Camaras Municipaes a imposição das multas aos Vereadores e Supplentes que não comparecem ás sessões, como não veda que os Presidentes das mesmas Camaras as imponhão em casos taes aos Vereadores refractarios, e aos Supplentes que sem motivo justificado não acudirem ás convocações.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Levei á Augusta Presença de Sua Magestade o Imperador o Officio dessa Presidencia, datado em 6 de Junho ultimo, submittendo á consideração do Governo Imperial, a fim de resolver como julgasse conveniente, o que lhe dirigio o Presidente interino da Camara Municipal da Villa de Nova Friburgo, pedindo providencias contra o abuso commettido não só por alguns Vereadores, mas também por Supplentes, de não comparecerem ás sessões, pois que entende a mesma Presidencia que a applicação do meio de imposição de multas, estabelecido para este caso no Art. 28 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, não lhe competindo, mas á propria Camara, torna-se impossivel sempre que, como tem

acontecido, não compareça o numero de Vereadores necesarios para que possa haver sessão.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em consulta de 30 de Junho proximo passado: Houve por bem Mandar declarar que a citada Lei não só não faz dependente das Camaras Municipaes a imposição das multas em casos taes, como não veda que os Presidentes das mesmas, os quaes pela natureza do seu cargo devem prover á reunião destas, as imponhão aos Vereadores refractarios, e aos Supplentes que sem motivo justificado não acudirem ás convocações; e se por outro modo fosse entendido seguir-se-hia o absurdo de exigir-se o fim para ter logar o meio, carecendo assim de efficacia, quando mais necessaria fosse, a pena cominada pela Lei. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar á dita Camara.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 301. — Aviso de 4 de Setembro de 1857. — *Declara que o Art. 110 da Lei Regulamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, só he applicavel aos casos em que sendo a qualificação feita na época marcada na Lei, a convocação dos individuos, que hão de organizar a Junta, tem lugar no ultimo mez do quatriennio, nos termos do Art. 40 da mesma Lei.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente ao Governo Imperial o Officio de V. Ex., n.º 12 de 22 de Junho ultimo, ao qual vierão annexos o que lhe dirigira o Juiz de Paz mais votado do quatriennio passado em o 1.º do mesmo mez, e a resposta de V. Ex. de 22, sobre a incompetencia do mesmo Juiz para presidir á Junta de Qualificação de votantes, cujas sessões tiverão começo em 31 de Maio antecedente; tenho de declarar-lhe que com acerto decidio V. Ex. não pertencer ao referido Juiz de Paz aquella Presidencia, mas sim ao mais votado do presente quatriennio, por isso que o Art. 110 da Lei

acontecido, não compareça o numero de Vereadores necesarios para que possa haver sessão.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em consulta de 30 de Junho proximo passado: Houve por bem Mandar declarar que a citada Lei não só não faz dependente das Camaras Municipaes a imposição das multas em casos taes, como não veda que os Presidentes das mesmas, os quaes pela natureza do seu cargo devem prover á reunião destas, as imponhão aos Vereadores refractarios, e aos Supplentes que sem motivo justificado não acudirem ás convocações; e se por outro modo fosse entendido seguir-se-hia o absurdo de exigir-se o fim para ter logar o meio, carecendo assim de efficacia, quando mais necessaria fosse, a pena cominada pela Lei. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar á dita Camara.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 301. — Aviso de 4 de Setembro de 1857. — *Declara que o Art. 110 da Lei Regulamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, só he applicavel aos casos em que sendo a qualificação feita na época marcada na Lei, a convocação dos individuos, que hão de organizar a Junta, tem lugar no ultimo mez do quatriennio, nos termos do Art. 40 da mesma Lei.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente ao Governo Imperial o Officio de V. Ex., n.º 12 de 22 de Junho ultimo, ao qual vierão annexos o que lhe dirigira o Juiz de Paz mais votado do quatriennio passado em o 1.º do mesmo mez, e a resposta de V. Ex. de 22, sobre a incompetencia do mesmo Juiz para presidir á Junta de Qualificação de votantes, cujas sessões tiverão começo em 31 de Maio antecedente; tenho de declarar-lhe que com acerto decidio V. Ex. não pertencer ao referido Juiz de Paz aquella Presidencia, mas sim ao mais votado do presente quatriennio, por isso que o Art. 110 da Lei

Regulamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, só he applicavel aos casos em que, sendo a qualificação feita na época marcada na Lei, a convocação dos individuos, que hão de organizar a Junta, tem lugar no ultimo mez do dito quadriennio, nos termos do Art. 4.º da mesma Lei, e por consequencia em tempo em que o mesmo Juiz de Paz pôde exercer a sua jurisdicção, e não quando a convocação, por qualquer inconveniente que occorra, he feita extraordinariamente dentro do novo quadriennio, porque neste caso havendo cessado a jurisdicção de Juiz do quadriennio anterior, não pôde elle fazê-lo, mas pertence essa attribuição, e consequentemente á Presidencia da Junta ao Juiz de Paz mais votado do novo quadriennio, como tem sido declarado em vários Avisos do Governo Imperial, entre outros no de 26 de Fevereiro de 1849, n.º 50. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 302. — Aviso de 4 de Setembro de 1857. — *Da escla-
recimentos sobre os vencimentos que competem aos empre-
gados dos Correios quando substituirem huns aos outros.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, de 11 de Julho ultimo, sob n.º 8, no qual pede esclarecimentos sobre as seguintes duvidas:

1.ª Quaes os vencimentos á que tem direito o Ajudante Contador, no periodo de quatro mezes de licença concedida ao Administrador do Correio, a quem substituiu.

2.ª Se o Substituto tem direito aos vencimentos de Administrador, desde que o serventuario excedeo o prazo da licença concedida.

3.ª Se procedem as nomeações interinas feitas pelo Administrador para os lugares de Ajudante-contador e Porteiro-praticante.

O Mesmo Augusto Senhor, em solução ás ditas duvidas, Ha por bem fixar as seguintes regras:

Regulamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, só he applicavel aos casos em que, sendo a qualificação feita na época marcada na Lei, a convocação dos individuos, que hão de organizar a Junta, tem lugar no ultimo mez do dito quadriennio, nos termos do Art. 4.º da mesma Lei, e por consequencia em tempo em que o mesmo Juiz de Paz pôde exercer a sua jurisdicção, e não quando a convocação, por qualquer inconveniente que occorra, he feita extraordinariamente dentro do novo quadriennio, porque neste caso havendo cessado a jurisdicção de Juiz do quadriennio anterior, não pôde elle fazê-lo, mas pertence essa attribuição, e consequentemente á Presidencia da Junta ao Juiz de Paz mais votado do novo quadriennio, como tem sido declarado em vários Avisos do Governo Imperial, entre outros no de 26 de Fevereiro de 1849, n.º 50. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N.º 302. — Aviso de 4 de Setembro de 1857. — *Da escla-
recimentos sobre os vencimentos que competem aos empre-
gados dos Correios quando substituirem huns aos outros.*

3.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 4 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, de 11 de Julho ultimo, sob n.º 8, no qual pede esclarecimentos sobre as seguintes duvidas:

1.ª Quaes os vencimentos á que tem direito o Ajudante Contador, no periodo de quatro mezes de licença concedida ao Administrador do Correio, a quem substituiu.

2.ª Se o Substituto tem direito aos vencimentos de Administrador, desde que o serventuario excedeo o prazo da licença concedida.

3.ª Se procedem as nomeações interinas feitas pelo Administrador para os lugares de Ajudante-contador e Porteiro-praticante.

O Mesmo Augusto Senhor, em solução ás ditas duvidas, Ha por bem fixar as seguintes regras:

1.^a Que aos empregados do Correio, quando substituírem huns aos outros, compete, além dos seus ordenados, a quarta parte dos vencimentos do substituído, por isso que dispondo o art. 57 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 399 de 21 de Dezembro de 1844 que os vencimentos dos empregados do Correio constão de huma quarta parte de gratificação, e tres quartas partes de ordenado, he claro que a gratificação he dada pelo exercicio, e portanto devida á quem fica no serviço do lugar, como já por vezes se tem resolvido individualmente.

2.^a Que ao individuo, que, ou na sua qualidade de empregado do Correio, ou por titulo legitimo, servir emprego vago, ou em que o impedido não tenha direito aos vencimentos, quer seja na Directoria, quer nas Administrações ou Agencias, devem ser abonados todos os vencimentos do lugar, como se deprehende dos Avisos de 9 de Dezembro de 1856 dirigido ao Presidente do Espirito Santo, e de 3 de Março deste anno ao Ministerio da Fazenda.

3.^a Finalmente, que aos Administradores do Correio só compete, pelo § 11 do art. 14 do sobredito Regulamento, a nomeação de quem sirva interinamente nos impedimentos ou faltas de qualquer empregado que não tenha substituto marcado; mas que, dado o caso de vacatura de lugares ou de impedimento simultaneo de Administrador e seu Ajudante, a nomeação interina he da attribuição do Presidente da Provincia, como está expresso no art. 44 do citado Regulamento. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que assim o faça constar ao referido Inspector da Thesouraria, cumprindo que V. Ex. por equidade mande pagar aos individuos que, por nomeação interina do Administrador, servirão os lugares de Ajudante-contador e Porteiro-praticante de conformidade com as decisões apontadas.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 303. — FAZENDA. — Em 4 de Setembro de 1857. — *Sobre os Collectores que servem de Thesouros de Orphãos, e respectiva escripturação.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular n.º 24 de 20 de Julho ultimo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, figurando os Collectores na guarda dos cofres dos orphãos, conforme a Imperial Resolução de 8 do referido mez, não como Collectores, mas sim como Thesouros do Juizo, devem reger-se pelas Leis, Regulamentos e Instrucções respectivas, não confundindo o dito cofre e sua escripturação com o da Fazenda e sua escripturação, nem devendo dirigir-se á Administração de Fazenda para solução de quaesquer duvidas ou occurrencias que se derem no exercicio de suas novas funcções, mas sim ás autoridades competentes; ficando os mesmos Collectores na intelligencia de que quando os dinheiros de Orphãos tiverem de entrar nos cofres publicos por emprestimo, conforme o art. 6.º § 4.º da Lei de 13 de Novembro de 1841, deverão entrar e ser escripturados na forma da mesma Lei, bem como dos Regulamentos e ordens em vigor a este respeito.

Thesouro Nacional em 4 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 304. — IMPERIO. — Aviso de 5 de Setembro de 1857. — *Resolve varias duvidas sobre a maneira de ser executada a Lei das Eleições, na parte relativa á organização das Juntas de Qualificação.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 5 de Setembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial o Officio de V. Ex., n.º 20 de 9 de Fevereiro proximo pasado, com o qual submette ao conhecimento do mesmo Governo as duvidas apresentadas pelo Presidente da Junta de Qualificação de volantes da Parochia de Cunha, e as decisões que V. Ex. sobre ellas proferio.

Contestando-se a legalidade com que funccionavão na organização da Junta os Eleitores e Supplentes nomeados em

1852, por parecer que não erão elles competentes, nem também os eleitos em Novembro ultimo, mas os oito cidadãos immediatos ao Presidente na eleição de Juizes de Paz, suspendeo este os trabalhos da Junta para representar sobre essa duvida, e sobre outras que se lhe offerecem na execução do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, taes são:

1.ª Se procedeo em regra convocando os Eleitores e Supplentes da Legislatura que começou em Maio de 1853, ou se devia antes convocar os oito cidadãos que lhe erão immediatos, conforme a opinião que se apresentára, e que parece mais conforme á Lei?

2.ª Se tendo-se de fazer a nova convocação em tempo em que funcionão os Juizes de Paz ullimamente eleitos, esses oito cidadãos devem ser os immediatos na eleição de Juizes de Paz do quadriennio findo ou do actual?

3.ª Se no caso de não comparecer nenhum dos convocados, compete também ao Presidente da Junta a nomeação do cidadão que deve representar a turma dos Eleitores, ou se esta attribuição he limitada á nomeação do que deve substituir á turma dos Supplentes, como parece pelo final do artigo 2.º do citado Decreto, e neste caso á quem compete a nomeação do outro cidadão?

4.ª Se a nomeação dos Membros da Junta, a que se referem os artigos 5.º e 9.º do citado Decreto, deve recahir unicamente em cidadãos moradores dentro da Villa, para que elles possam comparecer mais promptamente, ou podem também ser eleitos outros que residão fóra, não obstante dar-se o inconveniente de demora em seu comparecimento, e poder mesmo ella ser causa de não se reunir a Junta, quando houver proposito deliberado de procrastinar a sua instalação?

5.ª Se o Presidente da Junta, sendo Eleitor ou Supplente, tem voto na eleição dos membros della, quando as turmas forem compostas pelos oito cidadãos immediatos em votos na eleição de Juizes de Paz; assim como o tem quando a eleição he feita por turmas formadas de Eleitores e Supplentes?

6.ª Se suscitando-se duvidas sobre a elegibilidade de algum membro da Junta, compete a sua decisão á turma que o tiver eleito, ou a ambas asturmas.

O Governo Imperial, inteirado da solução que tiverão as duvidas referidas, manda declarar á V. Ex.:

1.º Que foi approvada a decisão de V. Ex. sobre a primeira, declarando que o Presidente da Junta procedeu regularmente, convocando os Eleitores e Supplentes da Legislatura que começou em Maio de 1853, e findou em Maio do corrente anno, por ser ella conforme ás Decisões Imperiaes e ao disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto do anno passado; por quanto, verificando-se em taes Eleitores as circumstancias ali exigidas, de terem nomeado Deputados, e de estarem approvados pelo poder competente, não se dá a hypothese de falta de Eleitores habéis para que se recorra á providencia do artigo 2.º do mesmo Decreto; sendo hum erro suppor-se que o citado Artigo 1.º refere-se aos Eleitores da ultima eleição de Deputados, por isso que a dar-se semelhante intelligencia, nunca as Juntas de Qualificação no 1.º anno de huma nova Legislatura seriam compostas de Eleitores e Supplentes como quer a Lei; e haveria infracção do artigo 2.º do mesma Decreto, que especifica os casos em que se deve recorrer á providencia ali decretada, nos quaes não está comprehendido o de que se trata.

2.º Competindo a convocação da Junta de Qualificação no 1.º anno de hum novo quadriennio, bem como a sua presidencia, ao Juiz de Paz mais votado desse quadriennio, quando a mesma convocação não he feita na época marcada na Lei Regulamentar das Eleições, conforme está declarado em varios Avisos, entre outros no de 26 de Fevereiro de 1849, n.º 50, he consequencia que, dado que na Parochia em questão houvesse falta de Eleitores e Supplentes para formação das turmas que tem de eleger os membros da Junta, dever-se-ia convocar os oito cidadãos immediatos ao Presidente da Junta na ultima eleição de Juizes de Paz, e por tanto acertada foi a decisão que V. Ex. deo neste sentido, expedindo as ordens convenientes ao representante, visto ser elle, como affirma, o 1.º votado tambem naquella eleição.

3.º Que não foi bem resolvida a 3.ª duvida, visto que V. Ex. considerou hypothese diversa a que figurou o representante. He certo que elle questiona com a disposição final do art. 2.º do Decreto que trata do caso em que na lista de Juizes de Paz haja sómente quatro nomes além do Presidente da Junta, caso em que a este só compete a nomeação do cidadão que deve representar a turma dos Supplentes, sendo a dos Eleitores representada pelos quatro cidadãos

incluídos naquella lista. A questão suscitada pelo representante, tal qual fica formulada no 3.º quisto acima, resolve-se pelo art. 14 do Decreto que, considerando diversas hypothese occorrentes, determina: 1.º que quando não compareça nenhum dos convocados da lista dos Juizes de Paz para substituírem as turmas de Eleitores e Supplentes até o dia seguinte ás 9 horas da manhã, sejam convidados os dois cidadãos mais votados que se seguirem áquelles, com a preferencia ali indicada; 2.º que no caso de comparecerem sómente em numero sufficiente para formação de huma turma, se convide unicamente a hum dos ditos cidadãos; 3.º que no caso de não haver além dos cidadãos immediatos ao Presidente da Junta nenhum outro na lista de Juizes de Paz, ou havendo mais, nenhum compareça, sejam convidados dois cidadãos que tenham as qualidades de Eleitor; 4.º finalmente, que quando compareça algum dos convocados, quer dos 8 primeiros, quer dos seus immediatos, se convide a hum só cidadão.

4.º Que com acerto decidio V. Ex. que a Lei não restringe a eleição dos membros da Mesa aos cidadãos que residirem na Villa, mas que podem ser eleitos outros quaesquer moradores na Parochia, officiendo-se-lhes com antecedencia para que possam comparecer em tempo, e esperando-se por elles até o dia seguinte pelas 9 horas da manhã, conforme dispõem os artigos 8 e 10 do Decreto para casos semelhantes.

5.º Que não foi bem resolvida por V. Ex. a 5.ª duvida declarando que o Presidente da Junta, sendo Eleitor ou Supplente, deve votar na eleição dos Membros da Mesa, quando esta he feita por turmas compostas de cidadãos tirados da lista de Juizes de Paz. A disposição do artigo 11 do Decreto, que V. Ex. estende á eleição feita por essas turmas, he applicavel ao caso unico de que trata o mesmo Artigo, isto he, quando a eleição he feita pelas turmas de Eleitores, e Supplentes, em cujo numero esteja incluído o Presidente da Junta. Ali elle representa hum Eleitor, ou hum Supplente, ao passo que isto se não dá na hypothese em questão, visto que as turmas são compostas de entidades diversas.

6.º Finalmente, que foi acertada a decisão de V. Ex. sobre a 6.ª duvida. A' vista das expressas disposições do artigo 12 do citado Decreto, he claro que qualquer cidadão pode suscitar questões sobre a elegibilidade dos membros da

Mesa, mas que a discussão e a decisão sobre taes questões só competem á turma que tiver feito a eleição.

O que tudo communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução. — Deus Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 305. — GUERRA. — Aviso de 5 de Setembro de 1857.

Dá instrucções para o exame da polvora fabricada na Fabrica da Estrella.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Setembro de 1856.

Fico sciente, pelo seu Officio n.º 335 de hoje, de que das cem arrobas de polvora da Fabrica da Estrella, já V. S. mandou remover 90 arrobas do Deposito de Inhomerim para o de Santa Barbara. D'ora em diante a polvora da dita Fabrica não será recolhida ao Deposito de Santa Barbara antes de experimentada pela Commissão de melhoramentos do material do Exercito, procedendo-se pela maneira seguinte:

1.º Nos barris de polvora o Director da Fabrica mandará pôr a numeração seguida, e além da marca, o anno. A numeração principiará de novo em cada anno.

2.º Mandada a polvora por aquelle Director para o Deposito de Inhomerim, o fará constar a V. S. enviando huma relação especificada sobre o numero de barris, sua numeração e qualidade da polvora; e logo V. S. mandará por hum dos Officiaes do serviço desse Arsenal ao dito Deposito extrahir tres amostras de cada barril; cada amostra será de huma libra, sendo polvora de canhão, e de huma onça, sendo polvora de fuzil ou fina. Nas latas, que trouxerem as amostras, estarão inscriptas a marca, e o numero do barril correspondente.

3.º V. S. enviará as amostras ao Presidente da dita Commissão de melhoramentos para as examinar nos respectivos provetes.

4.º Toda a polvora de canhão que no provete morteiro der o alcance de 60 a 80 braças, será aceita e julgada propria para serviços de paz; toda a que der de 80 braças para cima será considerada polvora de guerra; a que der menos de 60 será regeitada, como impropria para a paz ou para a guerra. Semelhantemente toda a polvora fina, ou de fuzil que no

Mesa, mas que a discussão e a decisão sobre taes questões só competem á turma que tiver feito a eleição.

O que tudo communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução. — Deus Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 305. — GUERRA. — Aviso de 5 de Setembro de 1857.

Dá instrucções para o exame da polvora fabricada na Fabrica da Estrella.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Setembro de 1856.

Fico sciente, pelo seu Officio n.º 335 de hoje, de que das cem arrobas de polvora da Fabrica da Estrella, já V. S. mandou remover 90 arrobas do Deposito de Inhomerim para o de Santa Barbara. D'ora em diante a polvora da dita Fabrica não será recolhida ao Deposito de Santa Barbara antes de experimentada pela Commissão de melhoramentos do material do Exercito, procedendo-se pela maneira seguinte:

1.º Nos barris de polvora o Director da Fabrica mandará pôr a numeração seguida, e além da marca, o anno. A numeração principiará de novo em cada anno.

2.º Mandada a polvora por aquelle Director para o Deposito de Inhomerim, o fará constar a V. S. enviando huma relação especificada sobre o numero de barris, sua numeração e qualidade da polvora; e logo V. S. mandará por hum dos Officiaes do serviço desse Arsenal ao dito Deposito extrahir tres amostras de cada barril; cada amostra será de huma libra, sendo polvora de canhão, e de huma onça, sendo polvora de fuzil ou fina. Nas latas, que trouxerem as amostras, estarão inscriptas a marca, e o numero do barril correspondente.

3.º V. S. enviará as amostras ao Presidente da dita Commissão de melhoramentos para as examinar nos respectivos provetes.

4.º Toda a polvora de canhão que no proveite morteiro der o alcance de 60 a 80 braças, será aceita e julgada propria para serviços de paz; toda a que der de 80 braças para cima será considerada polvora de guerra; a que der menos de 60 será regeitada, como impropria para a paz ou para a guerra. Semelhantemente toda a polvora fina, ou de fuzil que no

proveto Austriaco, ou de Cremilheir der menos de 60 grãos será regeitada; de 60 a 80 grãos será destinada ao serviço de paz, e de 80 para cima será applicada aos usos da guerra.

5.º A' vista da relação das experiencias, que fizer a dita Commissão e que será remettida a esta Secretaria d'Estado, se mandará novamente ao Deposito de Inhomerim assignalar cada barril dos que forem aceitos, inscrevendo-se hum—P—nos da polvora destinada para o serviço de paz, hum—G—na que for destinada para o de guerra, e hum—R—na que for regeitada. Os barris da primeira e segunda serão recolhidos ao Deposito de Santa Barbara, e os da terceira voltarão para a Fabrica da Polvora, para ser novamente manipulada a polvora regeitada.

6.º Do resultado final de cada remessa de polvora dará V. S. conta a esta Secretaria d'Estado.

Deos Guarde a V. S.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 306. — FAZENDA. — Em 9 de Setembro de 1857. — *Corrança dos direitos dos officios novamente lotados.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu Officio n.º 125 de 19 de Junho ultimo, que quando a Ordem Circular de 7 de Abril do anno passado, n.º 7, mandou lotar de novo todos os empregos e Officios de Justica, foi para que se cobrassem logo, na fórma da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, e da de 16 de Outubro de 1850, os direitos correspondentes á maioria dos emolumentos lotados, ainda mesmo dos Officios e empregos providos antes do Regimento de 3 de Março de 1855, que elevou esses emolumentos.

Thesouro Nacional em 9 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

proveto Austriaco, ou de Cremilheir der menos de 60 grãos será regeitada; de 60 a 80 grãos será destinada ao serviço de paz, e de 80 para cima será applicada aos usos da guerra.

5.º A' vista da relação das experiencias, que fizer a dita Commissão e que será remettida a esta Secretaria d'Estado, se mandará novamente ao Deposito de Inhomerim assignalar cada barril dos que forem aceitos, inscrevendo-se hum—P—nos da polvora destinada para o serviço de paz, hum—G—na que for destinada para o de guerra, e hum—R—na que for regeitada. Os barris da primeira e segunda serão recolhidos ao Deposito de Santa Barbara, e os da terceira voltarão para a Fabrica da Polvora, para ser novamente manipulada a polvora regeitada.

6.º Do resultado final de cada remessa de polvora dará V. S. conta a esta Secretaria d'Estado.

Deos Guarde a V. S.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N.º 306. — FAZENDA. — Em 9 de Setembro de 1857. — *Corrança dos direitos dos officios novamente lotados.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu Officio n.º 125 de 19 de Junho ultimo, que quando a Ordem Circular de 7 de Abril do anno passado, n.º 7, mandou lotar de novo todos os empregos e Officios de Justica, foi para que se cobrassem logo, na fórma da Tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, e da de 16 de Outubro de 1850, os direitos correspondentes á maioria dos emolumentos lotados, ainda mesmo dos Officios e empregos providos antes do Regimento de 3 de Março de 1855, que elevou esses emolumentos.

Thesouro Nacional em 9 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 307.—Aviso N.º 25 de 10 de Setembro de 1857.—Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.—*A respeito das medições das terras devolutas á margem do Alto Taquary para patrimonio da Provincia.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Houve por bem autorisar a V. Ex., na fórma solicitada em officio n.º 32 de 25 de Julho ultimo, a mandar medir e demarcar por conta das 6 leguas em quadro, concedidas a cada Provincia pela lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, as terras devolutas, que acabão de ser exploradas por ordem dessa Presidencia á margem direita do alto Taquary, pertencentes aos Municipios do mesmo nome e do Passo Fundo, e lateraes á estrada, que vai abrir-se entre os ditos dous Municipios. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, advertindo que nesta medição se devem observar as regras prescriptas no Aviso de 27 de Dezembro de 1854, dirigido á Presidencia da Provincia do Maranhão e incluso por cópia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 308.—FAZENDA.—Em 11 de Setembro de 1857.—*Os Collectores servindo de Thesoueiros de Orphãos não devem por isso prestar nova fiança.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Minas n.º 65 de 13 do mez findo, no qual consulta se devem ser prevenidos os fiadores dos Collectores do novo encargo que a estes trouxe a Circular n.º 24 de 20 de Julho ultimo, commettendo-lhes a guarda dos Cofres dos Orphãos, quando não haja quem, com a condição de prestar fiança, accite o lugar de Thesoureiro dos ditos Cofres,—lhe declara que tendo os Collectores, que tambem forem Thesoueiros de Orphãos, de proceder na fórma determinada na Circular n.º 29 de 4 do corrente, não se deve exigir delles fiança por seu novo encargo, não só porque este não augmenta a sua responsabilidade fiscal, como porque, quando a referida Circular n.º 24 lhes commetteo a guarda dos Cofres de

Orphãos, foi pela presumpção de serem os Collectores homens abonados, e não para que as fianças por elles prestadas respondão por qualquer extravio, que por ventura pratiquem no desempenho das funções de Thesoureiros de Orphãos.

Thesouro Nacional em 11 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 309. — Em 12 de Setembro de 1857. — *Falta de formalidades em um recurso; e intelligencia de artigos do Regulamento do Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco que o mesmo Tribunal do Thesouro deliberou, em data de 3 do corrente, não tomar conhecimento do recurso interposto por Marcolino Gonçalves da Silva contra o indeferimento de seu requerimento, em que pedia á referida Thesouraria houvesse de revogar a decisão que deu ao Administrador da Recebedoria, que lhe consultou se uma letra da terra passada em 18 de Fevereiro de 1842, vendivel a seis mezes, sellada em 21 de Abril de 1843 com a taxa á que então era sujeita, e ajuisada em 23 de Julho de 1853 sem ter pago o novo sello, como determina o artigo 6.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, está hoje sujeita á revalidação na fórma do art. 14 § 1.º da Lei de 21 de Outubro de 1843, ou, se em virtude do art. 24 do mesmo Regulamento, está isenta do novo sello e consequentemente da revalidação; 1.º porque o recurso não foi interposto com as formalidades recommendadas na Circular de 27 de Junho de 1856; 2.º porque, mesmo quando o fosse, não era admissivel, por via contenciosa, de uma decisão que, não entendendo com o direito da parte, não fora proferida pelo Sr. Inspector no exercicio da jurisdição, contenciosa que a lei lhe confere; e 3.º finalmente porque, a tomar-se conhecimento, omitido ficaria, na hypothese sujeita, um dos grãos da jurisdição administrativa, que o art. 92 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 prescreve para as reclamações sobre o imposto do sello. E porque dos papeis, que acompanharão o referido recurso, se vê que, tanto o Tribunal do Commercio no seu accordão mandando que se verificasse a revalidação acima dita nos autos em que era parte

Orphãos, foi pela presumpção de serem os Collectores homens abonados, e não para que as fianças por elles prestadas respondão por qualquer extravio, que por ventura pratiquem no desempenho das funcções de Thesoureiros de Orphãos.

Thesouro Nacional em 11 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 309. — Em 12 de Setembro de 1857. — *Falta de formalidades em um recurso; e intelligencia de artigos do Regulamento do Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco que o mesmo Tribunal do Thesouro deliberou, em data de 3 do corrente, não tomar conhecimento do recurso interposto por Marcolino Gonçalves da Silva contra o indeferimento de seu requerimento, em que pedia á referida Thesouraria houvesse de revogar a decisão que deu ao Administrador da Recebedoria, que lhe consultou se uma letra da terra passada em 18 de Fevereiro de 1842, vençivel a seis mezes, sellada em 21 de Abril de 1843 com a taxa á que então era sujeita, e ajuisada em 23 de Julho de 1853 sem ter pago o novo sello, como determina o artigo 6.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, está hoje sujeita á revalidação na fórma do art. 14 § 1.º da Lei de 21 de Outubro de 1843, ou, se em virtude do art. 24 do mesmo Regulamento, está isenta do novo sello e consequentemente da revalidação; 1.º porque o recurso não foi interposto com as formalidades recommendadas na Circular de 27 de Junho de 1856; 2.º porque, mesmo quando o fosse, não era admissivel, por via contenciosa, de uma decisão que, não entendendo com o direito da parte, não fora proferida pelo Sr. Inspector no exercicio da jurisdição, contenciosa que a lei lhe confere; e 3.º finalmente porque, a tomar-se conhecimento, omittido ficaria, na hypothese sujeita, um dos grãos da jurisdição administrativa, que o art. 92 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 prescreve para as reclamações sobre o imposto do sello. E porque dos papeis, que acompanharão o referido recurso, se vê que, tanto o Tribunal do Commercio no seu accordão mandando que se verificasse a revalidação acima dita nos autos em que era parte

o recorrente, como a Thesouraria na sua resposta á Recebedoria, não dêrão aos artigos 6 e 24 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 a sua verdadeira intelligencia; declara, outrosim, ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia e para o fazer constar a quem convier, que o art. 6.º se refere á letras que nunca forão selladas, e que o art. 24 estabelece que os titulos da 1.ª e 2.ª classe, que já estavam lavrados ao tempo da execução do Regulamento de 26 de de Abril de 1844, e assignados por particulares ou nas notas dos Tabelliães, livros das Companhias, e autos judiciaes, ou officialmente fora delles tendo pago o sello antigo, não estão sujeitos ao actual, nem á sua maioria ou revalidação, para que possam produzir qualquer effeito; d'onde se segue que nos casos em que se tiver exigido incompetentemente esse sello ou a sua revalidação, tem as partes direito á restituição do que houverem pago, se o requererem, pelos meios estabelecidos nos Regulamentos da Fazenda.

Thesouro Nacional, em 12 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 310.—GUERRA.—Aviso de 14 de Setembro de 1857.— *Declara que o Arsenal de Guerra deve fornecer os livros de que precisar o Batalhão de Engenheiros na conformidade da Imperial Resolução de 5 do corrente.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Setembro de 1857.

Havendo por bem Sua Magestade o Imperador por Sua immediata e Imperial Resolução de 5 do corrente, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Determinar que todos os livros precisos para a escripturação do Batalhão de Engenheiros pertencente á Escola de Applicação do Exercito sejam fornecidos pelo Arsenal de Guerra da Côrte, visto não perceber o respectivo Commandante gratificação destinada ás despesas da Secretaria; assim o declaro a V. Ex. para sua intelligencia: previnindo-o de que deve enviar a esta Secretaria d'Estado segundas vias dos pedidos que acompanhárão o seu officio n.º 372 de 9 de Agosto findo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Director interino da Escola de Applicação do Exercito.

o recorrente, como a Thesouraria na sua resposta á Recebedoria, não derão aos artigos 6 e 24 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 a sua verdadeira intelligencia; declara, outrosim, ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia e para o fazer constar a quem convier, que o art. 6.º se refere á letras que nunca forão selladas, e que o art. 24 estabelece que os titulos da 1.ª e 2.ª classe, que já estavam lavrados ao tempo da execução do Regulamento de 26 de de Abril de 1844, e assignados por particulares ou nas notas dos Tabelliães, livros das Companhias, e autos judiciaes, ou officialmente fora delles tendo pago o sello antigo, não estão sujeitos ao actual, nem á sua maioria ou revalidação, para que possam produzir qualquer effeito; d'onde se segue que nos casos em que se tiver exigido incompetentemente esse sello ou a sua revalidação, tem as partes direito á restituição do que houverem pago, se o requererem, pelos meios estabelecidos nos Regulamentos da Fazenda.

Thesouro Nacional, em 12 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 310.—GUERRA.—Aviso de 14 de Setembro de 1857.— *Declara que o Arsenal de Guerra deve fornecer os livros de que precisar o Batalhão de Engenheiros na conformidade da Imperial Resolução de 5 do corrente.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Setembro de 1857.

Havendo por bem Sua Magestade o Imperador por Sua immediata e Imperial Resolução de 5 do corrente, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Determinar que todos os livros precisos para a escripturação do Batalhão de Engenheiros pertencente á Escola de Applicação do Exercito sejam fornecidos pelo Arsenal de Guerra da Côrte, visto não perceber o respectivo Commandante gratificação destinada ás despesas da Secretaria; assim o declaro a V. Ex. para sua intelligencia: previnindo-o de que deve enviar a esta Secretaria d'Estado segundas vias dos pedidos que acompanhárão o seu officio n.º 372 de 9 de Agosto findo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Director interino da Escola de Applicação do Exercito.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 311.—Aviso N.º 2 de 14 de Setembro de 1857.—Ao Presidente da Associação Central de Colonisação.—*Approva a escolha da Imperial Quinta do Cajú para hospedaria de emigrantes.*

Ilm. e Exm. Sr.—Fica approvedo, na fôrma do art. 13 do contracto de 26 de Março ultimo, a escolha da Imperial Quinta da Ponta do Cajú, para local das hospedarias de emigrantes, que a Associação Central de Colonisação pelo mesmo contracto se obrigou a estabelecer.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Marquez de Mont'Alegre.

N.º 312.—Aviso Circular de 14 de Setembro de 1857.—Aos Presidentes das Provincias.—*Recommenda a remessa de todos os esclarecimentos ao Consul do Imperio no porto da procedencia a respeito do destino dos emigrantes.*

Ilm. e Exm. Sr.—Convêm que todas as vezes, que a essa Provincia chegar algum navio com emigrantes, remetta V. Ex. sem demora ao Agente Consular do Imperio no porto da procedencia todos os esclarecimentos possiveis ácerca do destino de cada hum desses individuos, e do lugar de seu definitivo estabelecimento.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de...

N.º 313.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Setembro de 1857.
Declara que, em conformidade da doutrina do Aviso de 25 de Novembro de 1841, encerrada a Assembléa Provincial antes de ter decorrido o prazo do art. 19 do Acto addicional a respeito de Leis ou Resoluções apresentadas á sancção do Presidente da Provincia, só na sua reunião proxima deverá ter execução a ultima parte do mesmo artigo, se não houver sido dada ou negada a sancção dentro do mencionado prazo improrogavel.

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Setembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio que essa Presidencia dirigio ao Governo Imperial em data de 16 de Abril do corrente anno, e no qual participa: 1.º que tendo sido encerrados os trabalhos da assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º do mez de Abril, e não tendo a mesma Presidencia dado, nem negado expressamente a sancção no prazo do art. 19 do Acto addicional a tres projectos que lhe forão enviados pela Assembléa Provincial com as datas de 27 e 31 do mez antecedente,—o Vice-Presidente desta, fundando-se no citado artigo, os remetteo em 11 de Abril seguinte ao Secretario do Governo da Provincia para os publicar, revestindo-os da formula estabelecida para esse fim, e com as primitivas datas; 2.º que o dito Secretario, em virtude de ordem da Presidencia deixou porêem de fazer aquella publicação, baseando o seu procedimento na seguinte razão, exposta no Officio que dirigio ao Vice-Presidente da Assembléa em data de 15 do mez ultimamente citado:

Que pertencendo ás Assembléas Provinciaes a attribuição de mandar publicar as Leis a que os Presidentes das Provincias deixarem de dar ou de negar a sancção no prazo legal, e não sendo para isso autorizados os seus Presidentes, aos quaes, neste caso, sómente compete assignal-as; e tendo-se encerrado a sessão da Assembléa dessa Provincia no dia 1.º de Abril, isto he, antes de findar-se aquelle prazo, nem a Assembléa podia mandar fazer a publicação por não estar preenchido, durante os ultimos dias dos seus trabalhos o prazo do art. 19, e nem o seu Vice-Presidente podia praticar aquelle acto depois do encerramento, e por sua propria autoridade.

E O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se, por Sua Immediata Resolução de 25 de Julho ultimo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 30 do mez anterior, Houve por bem Mandar declarar que a referida decisão tomada por essa Presidencia, e em virtude da qual foi expedido o citado officio do respectivo Secretario mereceo a Sua Imperial Approvação, devendo em casos semelhantes ter-se como regra em conformidade da doutrina do Aviso de 25 de Novembro de 1841, que encerrada a Assembléa Provincial antes de ter decorrido o prazo do dito art. 19 do Acto adicional a respeito de Leis ou Resoluções apresentadas á sancção do Presidente da Provincia, só na sua reunião proxima deverá ter execução a ultima parte do mesmo artigo, se não houver sido dada ou negada a sancção dentro do mencionado prazo improrogavel, publicando-se então essas Leis ou Resoluções em nome da Assembléa, o que não cabe ao seu Presidente fazer, por carecer para isso de authorisação legal. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 314. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — *Declara que a disposição do art. 107 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixárão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, comprehende todos os Oppositores das mesmas Faculdades, no tocante ao serviço alterado dos lugares para que forem nomeados.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio dessa Directoria de 23 de Junho ultimo, que informou o requerimento em que o Doutor José Joaquim da Silva, Oppositor da Secção de Sciencias medicas dessa Faculdade, representou achar-se prejudicado em seus direitos com a continuação do exercicio do Doutor Antonio Ferreira Pinto no lugar de Chefe de clinica medica, tenho de declarar á V. Ex. para seu conhecimento, que Conformando-Se o Governo Imperial com o parecer da mesma Directoria, constante do referido Officio, ha

E O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se, por Sua Immediata Resolução de 25 de Julho ultimo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 30 do mez anterior, Houve por bem Mandar declarar que a referida decisão tomada por essa Presidencia, e em virtude da qual foi expedido o citado officio do respectivo Secretario mereceo a Sua Imperial Approvação, devendo em casos semelhantes ter-se como regra em conformidade da doutrina do Aviso de 25 de Novembro de 1841, que encerrada a Assembléa Provincial antes de ter decorrido o prazo do dito art. 19 do Acto adicional a respeito de Leis ou Resoluções apresentadas á sancção do Presidente da Provincia, só na sua reunião proxima deverá ter execução a ultima parte do mesmo artigo, se não houver sido dada ou negada a sancção dentro do mencionado prazo improrogavel, publicando-se então essas Leis ou Resoluções em nome da Assembléa, o que não cabe ao seu Presidente fazer, por carecer para isso de authorisação legal. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 314. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — *Declara que a disposição do art. 107 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, que baixárão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, comprehende todos os Oppositores das mesmas Faculdades, no tocante ao serviço alterado dos lugares para que forem nomeados.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio dessa Directoria de 23 de Junho ultimo, que informou o requerimento em que o Doutor José Joaquim da Silva, Oppositor da Secção de Sciencias medicas dessa Faculdade, representou achar-se prejudicado em seus direitos com a continuação do exercicio do Doutor Antonio Ferreira Pinto no lugar de Chefe de clinica medica, tenho de declarar á V. Ex. para seu conhecimento, que Conformando-Se o Governo Imperial com o parecer da mesma Directoria, constante do referido Officio, ha

por bem mandar declarar que a disposição do art. 107 dos Estatutos da mesma Faculdade, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, comprehende todos os Oppositores da Faculdade, no tocante ao serviço alternado dos lugares, para que forem nomeados; e que a Portaria de 12 de Setembro de 1856 não he hum titulo de nomeação, mas simplesmente huma declaração de gratificação pelo exercício.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Côrte.



N.º 315. — MARINHA. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. —
Manda organisar provisoriamente uma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal da Marinha da Côrte.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857.

Sua Magestade O Imperador Ha por bem que no Arsenal de Marinha da Côrte se organise provisoriamente uma Companhia de Aprendizizes menores, conforme o Regulamento, que a este acompanha, assignado pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado: o que communico a V. S., para sua intelligencia, e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

por bem mandar declarar que a disposição do art. 107 dos Estatutos da mesma Faculdade, que baixarão com o Decreto n.º 1.387 de 28 de Abril de 1854, comprehende todos os Oppositores da Faculdade, no tocante ao serviço alternado dos lugares, para que forem nomeados; e que a Portaria de 12 de Setembro de 1856 não he hum titulo de nomeação, mas simplesmente huma declaração de gratificação pelo exercício.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Côrte.

N.º 315. — MARINHA. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. —
Manda organizar provisoriamente uma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal da Marinha da Côrte.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857.

Sua Magestade O Imperador Ha por bem que no Arsenal de Marinha da Côrte se organise provisoriamente uma Companhia de Aprendizizes menores, conforme o Regulamento, que a este acompanha, assignado pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado: o que communico a V. S., para sua intelligencia, e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

Regulamento, á que se refere o Aviso d'esta data, para a organização provisoria de uma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal de Marinha da Côrte.

Art. 1.º A Companhia de Aprendizizes menores do Arsenal de Marinha da Côrte constará do pessoal seguinte:

Commandante — Capitão Tenente.....	1
Capellão.....	1
Agente — Commissario da Armada.....	1
Secretario — Escrivão da Armada.....	1
Professor de primeiras letras.....	1
Mestre Carpinteiro.....	1
Dito Carapina.....	1
Dito Calafate.....	1
Dito Ferreiro.....	1
Guardas	4
Aprendizes menores.....	200

Total 213

Art 2.º A Companhia deverá ter o seu quartel em edificio apropriado dentro do Arsenal de Marinha, ou proximo d'elle o mais que fôr possível.

Art. 3.º Haverá no edificio, que lhe servir de quartel, um Porteiro, dous Serventes, um Cozinheiro e um Ajudante d'este.

Art. 4.º Para ser admittido na Companhia é necessario:

§ 1.º Ser cidadão Brasileiro.

§ 2.º Ter a idade de sete a doze annos.

§ 3.º Ser de constituição robusta.

Art. 5.º O numero de Aprendizizes menores, marcado no art. 1.º, será preenchido:

§ 1.º Com os Aprendizizes menores, que actualmente se achão a cargo do Arsenal de Marinha.

§ 2.º Com orphãos, ou desvalidos, que, tendo os requisitos do art. 4.º, forem remettidos pelas Autoridades competentes.

§ 3.º Com os filhos das pessoas, que, por sua pobreza, não tiverem meios de os alimentar e educar.

Art. 6.º Nenhum menor será admittido na Companhia, sem que seu pai, tutor, ou quem d'elle esteja incumbido, obrigue, por termo assignado no respectivo Juizo dos Orphãos,

a pessoa do mesmo menor ao cumprimento de tudo o que se dispõe n'este Regulamento.

Esta disposição comprehende os Aprendizizes menores, que actualmente existem no Arsenal de Marinha, sob pena de serem despedidos no caso de recusa.

Art. 7.º Se, durante os seis primeiros mezes, contados da data da promulgação d'este Regulamento, os paes, ou tutores dos menores, de que trata a segunda parte do artigo antecedente, não se apresentarem ao Inspector do Arsenal, allegando as razões, que tiverem contra a disposição n'ella contida, será o seu não comparecimento considerado como tacita acquiescencia á essa disposição.

Art. 8.º Os Aprendizizes menores, alem do quartel, terão á expensas do Governo, alimentação, a primeira vesteria na occasião da admissão, bem como educação moral, religiosa e artistica; e vencerão cem réis diarios, salario, que, segundo o adiantamento, que forem obtendo, será progressivamente elevado até trezentos réis.

Art. 9.º Serão tratados no Hospital da Marinha, quando adoecerem, e receberão pelo quartel toda a vesteria, de que precisarem, alem do gratuito, de que trata o precedente artigo, sujeitando-se porem aos descontos do costume em casos taes.

O valor da vesteria deverá ser deduzido, em partes iguaes, do vencimento mensal, de sorte que o desconto nunca exceda dos dous terços do salario, quando este fór de cem réis diarios, e de metade, sendo de quantia maior.

Art. 10. Serão obrigados a frequentar a escola de primeiras letras, até saberem ler e escrever, e se mostrarem correntes nas quatro primeiras operações de arithmetica.

Aprenderão simultaneamente nas officinas do Arsenal da Marinha os officios, para que tiverem mais vocação, e predisposição physica; sendo dirigidos pelos respectivos Mestres da Companhia, debaixo da immediata direcção de cada um dos das officinas. Serão tambem nas aulas do Arsenal applicados ao desenho linear e á geometria pratica aquelles, que, por sua idade e adiantamento, estiverem no caso de dedicar-se a taes estudos.

Art. 11. Quando o Governo julgar conveniente mandar alguns menores á Europa, com o fim de os fazer instruir em certas artes e officios, serão para isso escolhidos os que se tornarem notaveis por sua assidua applicação e talento especial.

Art. 12. Os menores, que completarem dezeseis annos

de idade, passarão para a Companhia de Artifices do Arsenal de Marinha, na qual serão obrigados a servir dez annos; e perceberão, desde logo, os jornaes e gratificações correspondentes ás classes á que pertencerem nas Officinas, descontando-se porem desses vencimentos o valor da ração e do fardamento.

Art. 13. Aos Aprendizizes menores poderão ser applicados correccionalmente pelas faltas que commetterem; os castigos moderados, com que é licito aos pais corrigir as de seus filhos; e aos mestres as de seus discipulos.

Art. 14. Os que desertarem serão castigados pela maneira por que o Inspector do Arsenal julgar mais proficua, tendo sempre em consideração as respectivas idades, e qualidades physicas e moraes.

No caso de serem aggravadas as deserções, soffrerão as penas e onus, que em identicos casos se applicão aos Aprendizizes Marinheiros, segundo o respectivo Regulamento.

Art. 15. Os Aprendizizes menores, que mostrarem inaptidão para os officios, serão passados para a Companhia de Aprendizizes Mariñheiros.

Art. 16. Os mesmos Aprendizizes não poderão sahir do quartel, ou dos lugares, que lhes tiverem sido destinados, sem licença por escripto do Inspector do Arsenal, que não a concederá por mais de tres dias, ouvindo o Commandante da Companhia.

Os que se ausentarem, sem licença, serão apprehendidos onde forem encontrados.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 316. — Aviso de 16 de Setembro de 1857. — *Manda observar as Instrucções provisórias para a escrituração das Casas de Depósito, de que trata o art. 8.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.769 de 16 de Junho de 1856.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857.

Sua Magestade O Imperador Determina que se observem as inclusas Instrucções provisórias, assignadas pelo Conselho Official Maior d'esta Secretaria d'Estado, para a escrituração, segundo os modelos annexos, das Casas de Depósito, de que trata o art. 8.º do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1.769, de 16 de Junho de 1856: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Antonio Leocadio do Coutto.

Instrucções provisórias para a escrituração da Casa de Depósito dos objectos de inventario dos Mestres.

Art. 1.º A escrituração d'esta casa constará de tres livros de talão, sendo dous em fôrma de mappa de receita e despeza (modelo n.º 1), e o outro de registro de pedidos (modelo n.º 2).

Art. 2.º No lado esquerdo dos livros em fôrma de mappa se lançarão as receitas de todos os objectos recebidos, de modo que cada folha comprehenda uma só receita, pelo que não se aceitarão as guias de entregas, que acompanharem os objectos, se porventura a quantidade d'estes não se prestar a semelhante processo; podendo-se tambem em taes receitas abranger aquelles objectos pertencentes a um só entregador, embora estejam elles envolvidos em duas ou mais guias. E no lado direito dos mesmos livros se lançará na folha propria a despeza dos objectos, que forem entregues aos differentes Mestres dos navios sujeitos á Repartição da Marinha.

Art. 3.º O livro de registro servirá, para n'elle se processarem, numeradamente, todos os pedidos, que se fizerem, dos objectos precisos, para executar-se as disposições do art. 56 do Regulamento, mandado observar por Decreto n.º 1.769, de 16 de Junho de 1856; devendo taes pedidos ser extrahidos do mesmo livro.

Disposições diversas.

Art. 4.º As receitas da casa á que se referem estas Instrucções, deverão ser processadas com as convenientes separações em relação á cada navio, e sómente terão lugar sobre os objectos de que tratão as tabellas n.ºs 13 e 16, comprehendidas nas que forão approvadas por Decreto n.º 1.921, de 11 de Abril do corrente anno, sendo consideradas de fôrma que satisfaça o que á semelhante respeito se acha determinado nos arts. 56 e 57 do já citado Regulamento; cumprindo que sejam ellas repetidas nos talões competentes, que depois de extrahidos servirão de conhecimento em fôrma, para as despezas dos entregadores.

Art. 5.º Os documentos da receita do Fiel d'esta casa serão as guias, que acompanharẽ os objectos, por occasião das suas entregas n'aquella casa; e os da despeza os conhecimentos em fôrma exhibidos pelos recebedores. N'estes documentos se lançarão notas demonstrativas dos processos, que n'elles se fizerem, tanto para authentical-os, como para facilitar as conferencias sujeitas á Repartição Fiscal.

Art. 6.º Sobre os livros em fôrma de mappa de receita e despeza, e respectivos documentos, executar-se-hão as disposições do § 4.º do art. 24 do Regulamento acima mencionado, ficando archivados na Contadoria da Marinha os ditos documentos.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

Instrucções provisórias, para a escripturação da Casa de Depósito dos objectos de torna-viagem, usados ou inúteis.

Art. 1.º A escripturação d'esta Casa deverá ser feita segundo o systema dos talões, e constará de dous livros de receita e termos, dous de registros de guias de remessas, um em fôrma de mappa de receita e despeza e mais annexos, todos conforme os modelos de n.ºs 1 a 6.

Art. 2.º Nos livros de receita e termos (modelo n.º 1) lavrar-se-hão os termos de exame e classificação de todos os objectos, que forem recebidos dos diversos responsaveis da Repartição da Marinha; podendo fazer-se semelhante processo debaixo de um ou mais numeros de uma numeração se-

guida, conforme a quantidade dos objectos mencionados na guia, que os acompanhar. Depois d'isto seguir-se-ha o lançamento das receitas somente dos objectos inuteis e dos aproveitaveis (productos de inuteis); terminando se com a menção distincta dos que forem considerados bons e concertaveis.

Art. 3.º As disposições do Artigo antecedente poderão tambem ter lugar debaixo de um só numero, quando mesmo os objectos recebidos pertença a duas ou mais guias, uma vez que elles comprehendão a entrega de um só responsavel, e que as quantidades se prestem ao respectivo processo.

Art. 4.º Os livros de registos (modelo n.º 2) servirão para n'elles se lançarem, numeradamente, todas as circumstancias dos termos, de que trata o art. 2.º d'estas Instrucções, na parte relativa aos objectos, que se tiverem de remetter para cada uma das Secções do Almoxarifado, ou outras Estações de Marinha; sendo taes objectos acompanhados das guias (modelo n.º 3 annexo ao de n.º 2), que servirão de documentos de receita para os recebedores.

Art. 5.º O livro em fôrma de mappa de receita e despeza (modelo n.º 6) é destinado, para a escrituração privativa dos objectos inuteis e de seus productos aproveitaveis, debaixo de titulos distinctos, e com declarações dos pezos e medidas, ou somente das quantidades, assim como dos folios e numeros das respectivas receitas e documentos de despeza.

Disposições diversas.

Art. 6.º Os recebimentos dos objectos entregues pelos responsaveis terão lugar, sendo elles acompanhados de uma guia sempre completa (modelo n.º 4); e, depois de executar-se as determinações dos §§ 2.º dos arts. 25 e 28 do Regulamento mandado observar por Decreto n.º 1.769, de 16 de Junho de 1856, cumprir-se-ha o que fica disposto no art. 2.º d'estas Instrucções; e em seguida se procederá: 1.º á extracção dos conhecimentos em fôrma do talão do livro (modelo n.º 1) somente dos inuteis, para servir de documento de despeza aos entregadores; 2.º as remessas dos objectos classificados—bons—para o Almoxarifado, dos—concertaveis—para as officinas, e d'aquelles que pertencerem aos inventarios dos Mestres, para a respectiva Casa de Deposito; 3.º finalmente á entrega aos responsaveis da participação (modelo n.º 5), indicando todo este movimento.

Art. 7.º As entregas dos objectos, de cujo recebimento trata o artigo antecedente, se farão nas segundas e quintas feiras de cada semana, excepto aquellas que forem de urgencias justificaveis, devendo então, á vista de taes objectos, notificar-se os peritos competentes, para que ali compareção no dia subsequente, á fim de examinal-os e classifical-os. Se porem os dias designados forem feriados ou santificados serão as entregas realizadas nos de trabalho, que se seguirem áquelles.

Art. 8.º Os documentos da receita do Fiel da Casa, á que se referem estas Instrucções, serão as guias, que acompanhar os objectos nas entregas d'elles na mesma Casa; sendo a sua despeza comprovada pelos termos de consumo, ou de venda, feitos pela Intendencia sobre os objectos inuteis, e as ordens ou guias de pedidos ácerca dos aproveitaveis. Nos documentos de receita e despeza se lançarão notas demonstrativas dos processos, que n'elles se fizerem, não só para authentical-os, como tambem para facilitar as conferencias sujeitas á Repartição Fiscal.

Art. 9.º Os documentos de receita e despeza com os respectivos livros serão remettidos mensalmente á Contadoria de Marinha, na conformidade das disposições do § 4.º do art. 24 do Regulamento acima mencionado; ficando ali archivados os primeiros documentos.

Art. 10.º Se a remessa dos objectos concertaveis comprehender alguns d'aquelles, que fazem parte dos inventarios dos Mestres, esta circumstancia deverá ser communicada á respectiva Casa de Deposito, e notada na guia, que os houver de acompanhar á Estação competente, á fim de que a mesma Estação os entregue áquella Casa, logo que estiverem promptos.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 16 de Setembro de 1857.—Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 317.—FAZENDA.—Em 16 de Setembro de 1857.—
Assemelhação dos chapéos de pello de lontra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
16 de Setembro de 1857.

Declaro a V. S., em resposta ao officio dessa Repartição de 5 de Agosto proximo findo, que fica approvada, por esta vez sómente, a assemelhação dos chapéos de pello de lontra aos de pello de seda, conforme forão despachados por G. Garat e C.^a, devendo nos casos futuros ser assemelhados aos de pello de castor, e ficar assim sujeitos á taxa de 27400 estabelecida no art. 448 da Tarifa em vigor.

A Commissão nomeada para propor annualmente as alterações, que reclamar a dita Tarifa, tomará nota desta decisão para ser em tempo incluída nas mesmas alterações.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfândega.

N.º 318.—Em 17 de Setembro de 1857.—*A despeza com o expediente da Administração diamantina não pôde correr por conta da Fazenda Nacional.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 172 de 14 de Julho ultimo, que não pôde ser concedido o credito de 5507000 para montar a repartição dos terrenos diamantinos da mesma Provincia, por quanto o respectivo expediente deve ser feito na casa da residencia do Inspector, como o das Collectorias se faz na dos Collectores, podendo o Escrivão ter á sua custa hum amanuense, se delle precisar, e seguindo-se, quanto aos livros para a escripturação, o que está em pratica a respeito das mesmas Collectorias.

Thesouro Nacional em 17 de Setembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 319.—Em 17 de Setembro de 1857.—*Sobre a intelligencia de artigos da nova Tarifa á respeito de chales, &c., de côr escarlata.*

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, n.º 194 de 31 de Julho ultimo, no qual expõe as duvidas que se offerecêrão á Alfandega da mesma Provincia, em considerar sujeitos ás taxas dos arts. 442, 982, 1.132 e 1.219 da nova Tarifa os chales, lenços, chitas e panninhos de côr escarlata, por julgar-as lesivas á Fazenda Nacional, lhe declara que as fazendas de algodão, embora de côr escarlata, conhecidas pelas denominações e qualificações que lhes dão os citados artigos devem pagar as taxas ali determinadas, e não outras, visto que, não pela côr, mas pela natureza dos tecidos forão ellas estabelecidas, com o fim de evitar contestações; do que se segue que os chales, lenços, chitas e panninhos escarlates pagão as mesmas taxas marcadas para os chales e lenços de metim ou chita, chitas communs e panninhos tintos ou de cores; não devendo portanto ser despachados como gangas, e com a taxa do art. 283 os panninhos, nem as chitas com a denominação de chitas Persas, como entendêrão os Feitores da referida Alfandega. Quanto á outra duvida sobre o que se deve entender por — Paletós — e qual á taxa a que estão sujeitos, declara outrossim que por — Paletós — se entendem as sobrecasacas leves de hum a só ordem de botões, sem a mão d'obra propria das sobrecasacas, devendo-se cobrar pelo despachó dos mesmos a taxa de 4 \$ 000 marcada no art. 858, emquanto outra cousa não for determinada.

Pelo que respeita á desproporção das taxas das fazendas de seda, serão feitas na Tarifa as alterações que parecerem necessarias, logo que forem recebidas as informações exigidas das Alfandegas pela Circular n.º 25 de 12 do mez findo.

Thesouro Nacional em 17 de Setembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 320.—Circular.— Em 17 de Setembro de 1857. — *Correcção no art. 795 da nova Tarifa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando em consideração o que lhe representou o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em officio n.º 193 de 30 de Julho proximo findo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fação substituir nos exemplares da Tarifa das Alfandegas, que lhes forão remettidos, no art. 795, columna das unidades a palavra «Uma» pela palavra «Libra», visto ser esta a unidade pela qual se devem despachar as cuias de que trata o mesmo artigo.

Thesouro Nacional em 17 de Setembro de 1857.—Bernardo de Sousa Franco.

N.º 321.—IMPERIO.—Aviso de 17 de Setembro de 1857.—*Annulla a eleição que teve lugar em Setembro de 1856 para Juizes de Paz da Parochia das Dores do Rio Verde, na Provincia de Goyaz, pelos vicios e irregularidades com que foi feita, e manda proceder á nova eleição no dia que for designado pelo respectivo Presidente.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Consellho d'Estado, sobre o officio de V. Ex. n.º 5 de 10 de Janeiro do corrente anno, em que expõe as irregularidades que forão commettidas por occasião da eleição á que se procedeo para Vereadores e Juizes de Paz em Setembro do anno passado na Parochia das Dores do Rio Verde; e Tendo-Se Conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 14 de Agosto ultimo, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 27 de Maio,—Houve por bem Mandar declarar que a referida eleição não pôde subsistir, visto como, além de outros vicios mencionados por V. Ex., estão provados os seguintes: 1.º terem sido feitas as tres chamadas dos votantes em hum só

dia, 9 de Setembro; 2.º não ter havido votação separada e especial para Juizes de Paz.

Cumpre por tanto que se proceda á nova eleição para Juizes de Paz na referida Parochia, no dia que V. Ex. designar, subsistindo a eleição Municipal, segundo o resultado das eleições das outras Parochias, porque se verifica o caso previsto em diferentes Decisões do Governo Imperial, de não constituir a mesma Parochia parte importante do respectivo Municipio. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 322. — GUERRA. — Aviso de 17 de Setembro de 1857. — *Estabelece regras para se embarrilar a polvora da Fabrica da Estrella, e para a remessa das respectivas amostras para serem examinadas pela Commissão de melhoramentos do material do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Setembro de 1857.

Fico inteirado do que Vm. expõe em seu officio de 10 do corrente sobre as experiencias de polvora, que nessa Fabrica se fazem, em virtude dos arts. 64, 65 e 66 do Regulamento de 29 de Dezembro de 1855. E quanto ao processo, que estabeleci em Aviso de 5 do corrente, deve ser considerado como huma contra-prova, ou verificação das experiencias ahi feitas, com a differença de que esta verificação se fará de harmonia com a disposição do art. 67 do citado Regulamento perante a Commissão de melhoramentos do material do Exercito, a quem as amostras serão directamente enviadas por Vm., em vez de o serem pelo Encarregado do Deposito, como prescreve o art. 66 do referido Regulamento, por que a extracção das amostras pelo dito Encarregado, tem o inconveniente de o obrigar á abertura dos barris no Deposito.

Assim ficarão estabelecidas como regra as seguintes disposições:

1.ª No acto de se embarrilar a polvora nessa Fabrica, se reservará da qualidade de polvora de cada barril a porção sufficiente para as experiencias tanto ahi, como na Commissão

dia, 9 de Setembro; 2.º não ter havido votação separada e especial para Juizes de Paz.

Cumpre por tanto que se proceda á nova eleição para Juizes de Paz na referida Parochia, no dia que V. Ex. designar, subsistindo a eleição Municipal, segundo o resultado das eleições das outras Parochias, porque se verifica o caso previsto em diferentes Decisões do Governo Imperial, de não constituir a mesma Parochia parte importante do respectivo Municipio. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 322. — GUERRA. — Aviso de 17 de Setembro de 1857. — *Estabelece regras para se embarrilar a polvora da Fabrica da Estrella, e para a remessa das respectivas amostras para serem examinadas pela Commissão de melhoramentos do material do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Setembro de 1857.

Fico inteirado do que Vm. expõe em seu officio de 10 do corrente sobre as experiencias de polvora, que nessa Fabrica se fazem, em virtude dos arts. 64, 65 e 66 do Regulamento de 29 de Dezembro de 1855. E quanto ao processo, que estabeleci em Aviso de 5 do corrente, deve ser considerado como huma contra-prova, ou verificação das experiencias ahi feitas, com a differença de que esta verificação se fará de harmonia com a disposição do art. 67 do citado Regulamento perante a Commissão de melhoramentos do material do Exercito, a quem as amostras serão directamente enviadas por Vm., em vez de o serem pelo Encarregado do Deposito, como prescreve o art. 66 do referido Regulamento, por que a extracção das amostras pelo dito Encarregado, tem o inconveniente de o obrigar á abertura dos barris no Deposito.

Assim ficarão estabelecidas como regra as seguintes disposições:

1.ª No acto de se embarrilar a polvora nessa Fabrica, se reservará da qualidade de polvora de cada barril a porção sufficiente para as experiencias tanto ahi, como na Commissão

do melhoramentos; sendo 2 libras da qualidade de cada barril, quando for a polvora grossa ou de canhão, e 2 onças da polvora de fuzil, ou de caça.

2.^a Estas amostras serão acondicionadas em latas apropriadas, e nellas se colará hum rotulo contendo o anno, o numero do barril correspondente e a letra indicativa da marca da polvora.

3.^a No rotulo que se colar no barril correspondente, se porá igualmente o anno, e o numero do dito barril, aproveitando o padrão dos rotulos para esse fim já adoptado, abrindo-se espaço no florão central, para o que se fará na respectiva chapa a conveniente modificação.

4.^a A numeração seguida dos barris em cada anno, como prescreve o referido Aviso de 5 do corrente, será distincta para cada especie de polvora.

5.^a Metade da porção de polvora reservada para amostras, segundo a disposição 1.^a, será remettida á dita Commissão de melhoramentos acompanhando a nota das experiencias ali feitas, e cópia do termo das mesmas experiencias, e então se procederá á verificação pelo modo prescripto no já mencionado Aviso, cujas disposições continuarão a fazer-se effectivas, em tudo quanto não he alterado pelo presente Aviso.

6.^a Sempre que a partida da polvora de huma determinada especie exceder de doze barris, bastará reservar para amostras a porção correspondente á terça parte do numero dos barris, tomadas as amostras seguidamente de tres em tres na ordem da numeração dos barris. Cada huma destas amostras servirá para prova do mesmo barril, e dos dous que lhe antecederem.

7.^a A Commissão de melhoramentos depois de feitas as experiencias, restituirá á Fabrica da polvora as latas em que vierem as amostras, as quaes poderão continuar a servir com rotulos novos.

8.^a Em quanto não houver ordem em contrario cessará a pratica de acondicionar-se a polvora de caça em latas, e será toda embarrilada do mesmo modo que a polvora de outras qualidades.

O que tudo communico a Vm. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a Vm.—Jeronymo Francisco Coelho.—Sr. Director da Fabrica da Polvora.

+ N.º 323. — FAZENDA. — Em 22 de Setembro de 1857. — *Aulorisa a cunhagem de prata dos particulares.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1857.

Tendo deliberado que na Casa da Moeda se receba prata dos particulares para ser reduzida a moedas do cunho nacional, autoriso a V. S. para pôr em execução esta medida, tendo em consideração que a prata, assim entregue, deverá ser recibida na razão de $15 \frac{5}{8}$ para huma oitava de ouro; reduzida á afinação de 0,916 $\frac{6}{9}$, e entregue a seus donos depois de cunhada, na razão de $14 \frac{2}{9}$; de sorte que a differença entre as duas relações, $15 \frac{5}{8}$ e $14 \frac{2}{9}$, para huma oitava de ouro, fique em favor de estabelecimento como senhoriação, pela forma regulada no Decreto n.º 625 de 28 de Julho de 1849. Observo, porém, a V. S. que a execução dessa medida deverá ser regulada de forma que não demore a cunhagem da prata pertencente ao Thesouro.

Deos Guarde a V. S. — Bernado de Souza Franco. — Sr. Provedor da Casa da Moeda.

+
—•••—
N.º 324. — Em 22 de Setembro de 1857. — *A liberdade concedida com o onus de serviço por algum tempo he perfeita.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1857.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria que o Tribunal do Thesouro deo provimento ao recurso interposto pelo Advogado Antonio Pereira Rebouças do despacho proferido no requerimento de D. Joanna Luiza de Almeida, sujeitando-a ao pagamento da taxa de escravos da parda Carolina, que foi liberta com a obrigação de acompanhar e servir por espaço de dez annos ao dito Advogado, sua mulher e hum filho; visto não ser applicavel a este caso a Ordem n.º 8 de 17 de Janeiro de 1846, porque a liberdade concedida áquella escrava he perfeita, havendo apenas o encargo de prestar serviços a terceiros. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 325.—Em 22 de Setembro de 1857.—*Qual a ingerência das Thesourarias de Fazenda nas Capitánias dos Portos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná, n.º 88 de 6 do mez findo, no qual consulta sobre o procedimento que lhe cumpre ter para com a Capitania do Porto da Cidade de Paranaguá, que não tem, como determina a Circular n.º 108 de 29 Maio de 1854, recolhido trimensalmente á Thesouraria os saldos das multas que por ventura tenha imposto; nem pedido a somma necessaria para as respectivas despezas, se para ellas não tiver sido sufficiente o producto dessas multas,—lhe declara que á vista do modo por que se regem os Cofres das Capitánias dos Portos, expresso no art. 113 do Regulamento de 19 de Maio de 1846, a acção da Thesouraria na questão sujeita deve limitar-se á officiar á Presidência e ao Thesouro para que tomem as precisas providencias:

Thesouro Nacional em 22 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 326..—Em 23 de Setembro de 1857.—*Improcedencia de hum apprehensão pela Mesa do Consulado em hum porção de fumo importado; e quaes as multas que devião ser impostas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1857.

Communico a V. S., para a devida intelligencia execução, que o Tribunal do Thesouro, em sessão de 21 do corrente, deliberou confirmar a decisão dessa Alfandega que julgou improcedente a apprehensão de cincoenta fardos de fumo, e 510 caixinhas de charutos, feita pela Mesa do Consulado desta Corte ao Brigue Nacional « Feliz destino », de que he Capitão João Zeferino da Costa; e reformal-a na parte relativa á multa do art. 4.º do Decreto de 26 de Abril de 1854, por não ser applicavel á especie em questão o art. 155 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, como já o declarou a ordem de 30 de Março de 1840, e sim o art. 183 do Regulamento de 30 de Maio de 1836; ficando portanto imposta

ao referido Capitão sómente a multa dos direitos de que trata o mesmo art. 183, sem comprehender-se o dizimo, que só teria lugar se os generos fossem de producção do Municipio da Córte.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 327.—Aviso N.º 13 de 23 de Setembro de 1857.—Ao
Presidente da Provincia de Goyaz.—*Sobre a revalidação
das posses e sesmarias.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Houve por bem declarar por Sua immediata Resolução de 9 do corrente, que o art. 26 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não obriga á revalidação aquelles, que possuem por compra partes de sesmarias, ainda que não pagassem o importe de siza antes da publicação do dito Regulamento, huma vez que o tenham feito depois. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e em solução ao seu officio n.º 32 de 28 de Março ultimo.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 328.—FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1857.—*A alteração das taras marcadas na nova Tarifa compete ao
Ministerio da Fazenda.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
25 de Setembro de 1857.

Declaro á V. S., em resposta ao seu officio n.º 239 de 19 do corrente, que acompanhou copia da Portaria por V. S. expedida em data de 18 do mesmo mez, que, não estando a verificação do peso liquido das mercadorias, por ella ordenada a respeito de cada hum dos volumes, na letra e espirito do Decreto n.º 1.911 de 28 de Março do cor-

ao referido Capitão sómente a multa dos direitos de que trata o mesmo art. 183, sem comprehender-se o dizimo, que só teria lugar se os generos fossem de producção do Municipio da Córte.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 327.—Aviso N.º 13 de 23 de Setembro de 1857.—Ao
Presidente da Provincia de Goyaz.—*Sobre a revalidação
das posses e sesmarias.*

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Houve por bem declarar por Sua immediata Resolução de 9 do corrente, que o art. 26 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não obriga á revalidação aquelles, que possuem por compra partes de sesmarias, ainda que não pagassem o importe de siza antes da publicação do dito Regulamento, huma vez que o tenham feito depois. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e em solução ao seu officio n.º 32 de 28 de Março ultimo.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 328.—FAZENDA.—Em 25 de Setembro de 1857.—*A alteração das taras marcadas na nova Tarifa compete ao
Ministerio da Fazenda.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
25 de Setembro de 1857.

Declaro á V. S., em resposta ao seu officio n.º 239 de 19 do corrente, que acompanhou copia da Portaria por V. S. expedida em data de 18 do mesmo mez, que, não estando a verificação do peso liquido das mercadorias, por ella ordenada a respeito de cada hum dos volumes, na letra e espirito do Decreto n.º 1.911 de 28 de Março do cor-

rente anno, segundo o qual as taras se achão fixadas para cada especie de envoltorio; e competindo sómente ao Ministro da Fazenda alteral-as, quando se reconheção lesivas á Fazenda Publica ou ao Commercio, de conformidade com o art. 19 do mesmo Decreto, cumpre que V. S. faça por em execução o citado Decreto e Tarifa, no sentido de serem as mercadorias despachadas pelo seu peso bruto com o abatimento das taras fixadas, e me remetta com urgência as reclamações, que lhe forem sendo apresentadas contra as taras como lesivas á Fazenda Publica ou ao Commercio, e feitas pelos Fêtores ou Despachantes, a fim de que sejam alteradas para mais ou para menos, como for justo, e como recommenda o mencionado art. 19; devendo as reclamações, a que me refiro, ser acompanhadas da opinião de V. S. sobre sua procedencia, para o que muito o devem auxiliar as verificações do peso liquido, que como ensaio se tem permitido nessa Repartição.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N.º 329.—Em.—25 de Setembro de 1857.—*Sobre as taras da nova Tarifa, e verificação do pezo liquido.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, n.º 121 de 18 de Julho do corrente anno, que acompanhou outro do Inspector da Alfandega respectiva, com hum copia da Portaria por esta expedida sobre a execução da tabella das taras da Tarifa em vigor,—declara que approva a decisão dada pelo mesmo Inspector na parte relativa á não verificação do peso liquido das mercadorias, visto que, estando marcadas na Tarifa as taras para cada hum dos volumes em frente da columna de sua classificação e respectivos direitos, e competindo ao Ministro da Fazenda na fórma do art. 19 do Decreto n.º 1:914 de 28 de Março ultimo alterar essas taras, quando reconhecer que são lesivas á Fazenda e ao Commercio; seria consequente deixar aos Inspectores das Alfandegas a faculdade de permittirem a verificação do peso liquido, da qual resultaria a inutilidade da disposição do citado artigo, e da fixação das taras feita na Tarifa, além de excluir as vantagens de brevidade e facilidade nos despachos que o Decreto teve em vista.

rente anno, segundo o qual as taras se achão fixadas para cada especie de envoltorio; e competindo sómente ao Ministro da Fazenda alteral-as, quando se reconheção lesivas á Fazenda Publica ou ao Commercio, de conformidade com o art. 19 do mesmo Decreto, cumpre que V. S. faça por em execução o citado Decreto e Tarifa, no sentido de serem as mercadorias despachadas pelo seu peso bruto com o abatimento das taras fixadas, e me remetta com urgência as reclamações, que lhe forem sendo apresentadas contra as taras como lesivas á Fazenda Publica ou ao Commercio, e feitas pelos Fêtores ou Despachantes, a fim de que sejam alteradas para mais ou para menos, como for justo, e como recommenda o mencionado art. 19; devendo as reclamações, a que me refiro, ser acompanhadas da opinião de V. S. sobre sua procedencia, para o que muito o devem auxiliar as verificações do peso liquido, que como ensaio se tem permitido nessa Repartição.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N.º 329. — Em. — 25 de Setembro de 1857. — *Sobre as taras da nova Tarifa, e verificação do pezo liquido.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, n.º 121 de 18 de Julho do corrente anno, que acompanhou outro do Inspector da Alfandega respectiva, com hum copia da Portaria por esta expedida sobre a execução da tabella das taras da Tarifa em vigor, — declara que approva a decisão dada pelo mesmo Inspector na parte relativa á não verificação do peso liquido das mercadorias, visto que, estando marcadas na Tarifa as taras para cada hum dos volumes em frente da columna de sua classificação e respectivos direitos, e competindo ao Ministro da Fazenda na fórma do art. 19 do Decreto n.º 1:914 de 28 de Março ultimo alterar essas taras, quando reconhecer que são lesivas á Fazenda e ao Commercio; seria consequente deixar aos Inspectores das Alfandegas a faculdade de permittirem a verificação do peso liquido, da qual resultaria a inutilidade da disposição do citado artigo, e da fixação das taras feita na Tarifa, além de excluir as vantagens de brevidade e facilidade nos despachos que o Decreto teve em vista.

Accresce que não he sustentavel a opinião de que está em vigor o art. 20 do Decreto de 26 de Abril de 1854; não só porque a sua doutrina está em perfeita contradicção com o novo sistema da fixação de taras, como porque o Decreto n.º 1.914 mui expressamente declara no seu artigo final que fica revogado o Decreto n.º 634 de 28 de Agosto de 1849, de cujo art. 6.º dependia a execução do citado art. 20. Quanto á parte da Portaria, em que o sobredito Inspector recommendou a verificação do peso liquido das mercadorias, a fim de que no caso de provimento dos recursos se fação ás partes as indemnisações á que tiverem direito, não podendo ter lugar indemnisação alguma em face da verdadeira intelligencia das disposições respectivas, só deverá essa verificação servir para que a commissão nomeada para propor annualmente as alterações que reclamar a Tarifa em vigor, dê a sua opinião sobre as taras que devem ser reduzidas, ou augmentadas. Quanto finalmente á ultima parte da Portaria, de que se trata, á nota 1.ª das alterações annexas ao Decreto n.º 1.967 de 26 de Agosto proximo findo, decido já que nas taras dos envoltorios exteriores estão comprehendidas as de quaesquer outros que viem acondicionando as mercadorias internamente.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 330. — Em 25 de Setembro de 1857. — *Remessa do contracto com o Banco para o deposito dos Saldos disponiveis.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco a copia junta do contracto feito com a Directoria do Banco do Brasil, para a execução da lei n.º 906 de 10 de Agosto do corrente anno, que autorisou o deposito das sommas disponiveis do Thesouro e Thesourarias no Banco e suas Caixas filiaes, e ordena ao mesmo Sr. Inspector que lhe dê execução nessa Provincia, tendo em attenção: 1.º — que não deverão ser depositadas senão as quantias que realmente forem disponiveis, e que não haja probabilidade de serem precisas durante os sessenta dias do prazo estipulado para sua retirada: 2.º — que todavia, sempre que se fizer entrega de quaesquer quantias á Caixa filial,

Accresce que não he sustentavel a opinião de que está em vigor o art. 20 do Decreto de 26 de Abril de 1854; não só porque a sua doutrina está em perfeita contradicção com o novo sistema da fixação de taras, como porque o Decreto n.º 1.914 mui expressamente declara no seu artigo final que fica revogado o Decreto n.º 634 de 28 de Agosto de 1849, de cujo art. 6.º dependia a execução do citado art. 20. Quanto á parte da Portaria, em que o sobredito Inspector recommendou a verificação do peso liquido das mercadorias, a fim de que no caso de provimento dos recursos se fação ás partes as indemnisações á que tiverem direito, não podendo ter lugar indemnisação alguma em face da verdadeira intelligencia das disposições respectivas, só deverá essa verificação servir para que a commissão nomeada para propor annualmente as alterações que reclamar a Tarifa em vigor, dê a sua opinião sobre as taras que devem ser reduzidas, ou augmentadas. Quanto finalmente á ultima parte da Portaria, de que se trata, á nota 1.ª das alterações annexas ao Decreto n.º 1.967 de 26 de Agosto proximo findo, decido já que nas taras dos envoltorios exteriores estão comprehendidas as de quaesquer outros que viærem acondicionando as mercadorias internamente.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 330. — Em 25 de Setembro de 1857. — *Remessa do contracto com o Banco para o deposito dos Saldos disponiveis.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco a copia junta do contracto feito com a Directoria do Banco do Brasil, para a execução da lei n.º 906 de 10 de Agosto do corrente anno, que autorisou o deposito das sommas disponiveis do Thesouro e Thesourarias no Banco e suas Caixas filiaes, e ordena ao mesmo Sr. Inspector que lhe dê execução nessa Provincia, tendo em attenção: 1.º — que não deverão ser depositadas senão as quantias que realmente forem disponiveis, e que não haja probabilidade de serem precisas durante os sessenta dias do prazo estipulado para sua retirada: 2.º — que todavia, sempre que se fizer entrega de quaesquer quantias á Caixa filial,

seja com a declaração de que a Thesouraria as poderá retirar no fim do dito prazo, se assim lhe convier: 3.º—que a escripturação destas operações de sahida e volta dos depósitos se faça em dia e com toda a regularidade.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

Semelhantes as Províncias em que ha Caixas filiaes do Banco.

N.º 331. — FAZENDA. — Em 25 de Setembro de 1857. — *Sobre verificação do pezo liquido, e revogação do art. 20 do Decreto n.º 1385 de 1854.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 180 de 17 de Julho ultimo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia refere a decisão que dera sobre a consulta feita pelo Inspector da Alfandega, no officio que remetteo por copia, lhe declara que não approva a resolução de admittir a verificação do pezo liquido das mercadorias sujeitas ao pagamento de direitos pelo seu pezo, em execução do art. 20 do Decreto n.º 1.385 de 26 de Abril de 1854, por não estar em vigor este artigo, e nem o que se lhe segue, sob n.º 21; por isso que, na forma do art. 59 do Decreto n.º 1.914 de 28 de Março do corrente anno, ficou revogado o art. 6.º do Decreto n.º 634 de 28 de Agosto de 1849, de que aquelle dependia. Se se continuasse a julgar em vigor a disposição do citado art. 20, dar-se-hia que ficava sem effeito a fixação das taras para todos os envoltorios, feita na Tarifa, bem como a disposição do art. 19 do Decreto n.º 1.914, segundo a qual só ao Ministro da Fazenda compete attender aos casos em que a tara, sendo lesiva á Fazenda ou ao Commercio, deva ser reduzida ou elevada, passando esta attribuição para os Inspectores das Alfandegas toda a vez que permitissem a verificação do pezo liquido.

Cumpré portanto que o Sr. Inspector, communicando ao da Alfandega dessa cidade o objecto da presente Ordem, faça sobrestar na verificação do pezo liquido a que ahi se procede, salvo como experiencia, para que a Commissão nomeada para propor annualmente as alterações de que carece a Tarifa, possa informar sobre as taras que deverem ser reduzidas ou augmentadas.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

seja com a declaração de que a Thesouraria as poderá retirar no fim do dito prazo, se assim lhe convier: 3.º—que a escripturação destas operações de sahida e volta dos depósitos se faça em dia e com toda a regularidade.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Sousa Franco.

Semelhantes as Províncias em que ha Caixas filiaes do Banco.

N.º 331. — FAZENDA. — Em 25 de Setembro de 1857. — *Sobre verificação do pezo liquido, e revogação do art. 20 do Decreto n.º 1385 de 1854.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao Officio n.º 180 de 17 de Julho ultimo, em que o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia refere a decisão que dera sobre a consulta feita pelo Inspector da Alfandega, no officio que remetteo por copia, lhe declara que não approva a resolução de admittir a verificação do pezo liquido das mercadorias sujeitas ao pagamento de direitos pelo seu pezo, em execução do art. 20 do Decreto n.º 1.385 de 26 de Abril de 1854, por não estar em vigor este artigo, e nem o que se lhe segue, sob n.º 21; por isso que, na forma do art. 59 do Decreto n.º 1.914 de 28 de Março do corrente anno, ficou revogado o art. 6.º do Decreto n.º 634 de 28 de Agosto de 1849, de que aquelle dependia. Se se continuasse a julgar em vigor a disposição do citado art. 20, dar-se-hia que ficava sem effeito a fixação das taras para todos os envoltorios, feita na Tarifa, bem como a disposição do art. 19 do Decreto n.º 1.914, segundo a qual só ao Ministro da Fazenda compete attender aos casos em que a tara, sendo lesiva á Fazenda ou ao Commercio, deva ser reduzida ou elevada, passando esta attribuição para os Inspectores das Alfandegas toda a vez que permitissem a verificação do pezo liquido.

Cumpré portanto que o Sr. Inspector, communicando ao da Alfandega dessa cidade o objecto da presente Ordem, faça sobrestar na verificação do pezo liquido a que ahi se procede, salvo como experiencia, para que a Commissão nomeada para propor annualmente as alterações de que carece a Tarifa, possa informar sobre as taras que deverem ser reduzidas ou augmentadas.

Thesouro Nacional em 25 de Setembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 332.—MARINHA.—Aviso de 25 de Setembro de 1857.
Manda observar as Instrucções provisórias, pelas quaes se deve executar o Regulamento, a que se refere o Aviso de 16 do corrente, que organisa uma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal de Marinha da Côrte.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 25 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Determina, que se observem as inclusas Instrucções provisórias, assignadas pelo Conselheiro Official Maior d'esta Sêcretaria d'Estado, pelas quaes se deve executar o Regulamento, á que se refere o Aviso de 16 do corrente, que organisa uma Companhia de Aprendizizes menores n'esse Arsenal: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para que assim o cumpra, convindo que trate de verificar as modificações, que a experiencia demonstrar, que se devão fazer nas ditas Instrucções, e dê parte á mesma Secretaria d'Estado, a fim de serem definitivamente consideradas e sujeitas á approvação do Governo Imperial.

Deos Guarde a V. Ex. — José Antonio Saraiva. — Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

Instrucções provisórias, á que se refere o Aviso d'esta data, e pelas quaes se deve executar o Regulamento annexo ao Aviso de 16 do corrente, que organisa uma Companhia de Aprendizizes menores no Arsenal de Marinha da Côrte.

Art. 1.º As pessoas, que solicitarem a admissão de algum menor na Companhia de Aprendizizes do Arsenal de Marinha da Côrte, deverão dirigir as suas petições á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, por intermedio do Inspector do mesmo Arsenal, instruindo-as com a certidão de idade do referido menor, e documentos, que provem achar-se este nas condições estabelecidas pelos arts. 4.º e 5.º do Regulamento da sobredita Companhia.

Art. 2.º Estando o menor nas circumstancias exigidas para a sua admissão, serão os papeis, que lhe disserem respeito, enviados ao Juizo de Orphãos respectivo, a fim

de que o pai ou tutor assigne o termo, de que trata o art. 6.º do citado Regulamento, exarando-se o seu conteúdo na propria petição.

Art. 3.º Ordenada a admissão do menor, proceder-se-ha á matricula d'este no livro respectivo a cargo do Secretario, archivando-se depois os documentos.

Art. 4.º As Autoridades, que enviarem menores para a Companhia, os farão acompanhar dos documentos exigidos no art. 1.º d'estas Instrucções.

Art. 5.º Haverá na Companhia os seguintes livros:

Um para a matricula geral dos menores (modelo n.º 1).

Dous para soccorros dos menores.

Um para soccorros dos officiaes e empregados da Companhia.

Um para receita e despeza do Agente.

Um para registro de ordens.

Dous para registro de officios remettidos e recebidos.

Um para registro de partes.

Art. 6.º Os viveres, vesteria, e mais generos, de que precisarem os menores, serão fornecidos pela Intendencia da Marinha, e distribuidos, segundo as tabellas n.ºs 2 e 3, annexas a estas Instrucções.

Art. 7.º O Commandante da Companhia será nomeado pelo Ministro da Marinha, sob proposta do Inspector do Arsenal, e terá por dever:

§ 1.º Velar cuidadosamente em tudo o que fôr concernente ao pessoal e material da Companhia.

§ 2.º Cuidar na educação, asseio, e bom tratamento dos menores, passando frequentes visitas em todo o quartel, para, por si mesmo, certificar-se do zelo e actividade dos seus subordinados, e da boa disciplina e moralidade do Estabelecimento.

§ 3.º Visitar amiudadas vezes a escola e as officinas, não só para fazer idéa do adiantamento dos menores, mas ainda para observar, se são n'ellas dirigidos com dedicação pelos respectivos Mestres.

§ 4.º Detalhar o serviço do quartel, de forma que haja sempre um dos Guardas de ronda de dia e de noite, para a manutenção da necessaria ordem e policia.

§ 5.º Fazer passar revista a todos os menores, antes de seguirem para as officinas ou escola, a fim de irem lavados, e convenientemente vestidos.

§ 6.º Propor ao Inspector quaesquer providencias a bem do serviço da Companhia.

§ 7.º Fazer applicar aos menores pequenos castigos correctionaes pelos delictos, que não forem de natureza grave; e participar ao Inspector, quando julgar que merecem penas mais severas.

§ 8.º Examinar, e assignar, se estiverem c nformes, todos os pedidos, e documentos, que apresentar o Secretario.

§ 9.º Fiscalisar a quantidade e qualidade dos generos, que se receberem, rejeitando os que achar de má qualidade, e tendo especial cuidado em que a comida seja bem feita, com asseo e abundante, mas sem desperdicio.

§ 10. Fazer, sempre que fôr possivel, com que os menores pratiquem o exercicio de natação.

§ 11. Não consentir que saião os menores do quartel, sem ser acompanhados por alguns dos Mestres, ou Guardas.

§ 12. Conceder licenças segundo a autorisação, que receber do Inspector.

§ 13. Pôr em rigorosa execução as tabellas, de que trata o art. 23 d'estas Instrucções.

Art. 8.º O Commandante, como fiscal da Companhia, será responsavel pelas faltas de serviço, que commetterem os empregados seus subordinados, se deixar de as participar logo ao Inspector; e poderá admoestar aos que faltarem ao cumprimento de suas obrigações.

Art. 9.º O Capellão será tambem nomeado pelo Ministro da Marinha, sob proposta do Inspector do Arsenal, e terá por dever:

§ 1.º Exercer na Companhia todas as funcções de seu sacerdocio.

§ 2.º Cuidar na educação moral e religiosa dos menores, podendo visital-os, sempre que o julgar conveniente nos lugares em que se acharem.

§ 3.º Explicar aos menores a doutrina christã nos dias determinados pelo Inspector.

Art. 10. O Capellão poderá tambem accumular o emprego de Professor de primeiras letras da Companhia, se a isso se quizer prestar, e o Inspector julgar vantajosa essa accumulção.

Art. 11. O Agente e o Secretario serão nomeados pela Intendencia da Marinha, precedendo ordem da Secretaria de Estado.

Art. 12. Compete ao Agente:

§ 1.º Cumprir os despachos e ordens do Commandante da Companhia, a quem é subordinado.

§ 2.º Tomar conta, por inventario, de todos os utensilios, e mais objectos pertencentes ao quartel, e cuidar na sua conservação e asseio.

§ 3.º Receber do Almojarifado as rações e fardamentos para os menores; bem como os demais objectos necessários ao serviço do quartel, mediante os competentes pedidos, e passando os respectivos conhecimentos em fôrma como é costume.

§ 4.º Fazer a distribuição das rações e fardamentos, na fôrma das tabellas annexas a estas Instrucções, e entregar aos Guardas e Cozinheiro os objectos precisos para o serviço, obtendo d'elles recibo.

Art. 13. O Agente será coadjuvado no serviço por um dos Guardas, o qual exercerá as funções de Fiel.

Art. 14. Compete ao Secretario :

§ 1.º Executar as ordens do Commandante da Companhia a quem é subordinado.

§ 2.º Fazer a escripturação da Companhia e mais expediente, adoptando as formulas em uso nos Corpos de Marinha.

§ 3.º Organizar no primeiro dia de cada mez a folha das gratificações e diarias dos Empregados da Companhia; e bem assim a dos salarios dos menores, segundo o sistema em pratica nos Navios da Armada. Estas folhas deverão ser assignadas por elle e o Commandante da Companhia, e rubricadas pelo Inspector do Arsenal.

§ 4.º Apresentar na Contadoria da Marinha os livros de soccorros, e folhas, de que trata o paragrapho antecedente, para se proceder á competente liquidação, e fazer-se o pagamento, como se pratica com as praças da Armada.

Art. 15. A Companhia será composta de duas Divisões, pelo modo seguinte:

1. ^a DIVISÃO.	{	Mestre carpinteiro de construcção naval..	1
		Dito calafate	1
		Guardas	2
		Aprendizes menores.....	100
			<hr/>
			104
			<hr/>
2. ^a DIVISÃO.	{	Mestre carapina	1
		Dito ferreiro	1
		Guardas	2
		Aprendizes menores.....	100
			<hr/>
			104
			<hr/>

Art. 16. Cada divisão terá duas secções pela forma seguinte:

Mestre operario.....	1
Guarda.....	1
Aprendizes menores.	50
	<hr/>
	52

Art. 17. As secções da Companhia serão compostas de menores de uma idade approximadamente igual.

Art. 18. Os Mestres da Companhia serão tirados do Arsenal e da Companhia de Artifices; podendo porem admitir-se para esses empregos pessoas de fóra, uma vez que se fação preferiveis, por sua aptidão artistica e conducta exemplar.

Art. 19. Os referidos Mestres serão considerados Officiaes inferiores da Companhia, e como taes velarão na disciplina, asseio, e adiantamento dos menores pertencentes ás suas secções.

Na direcção do ensino artistico dos menores procurarão conseguir, que elles se applicuem com gosto aos officios, a que se dedicarem, tendo especial cuidado em não obrigar-os a trabalho e esforço superior á idade e robustez de cada um.

Art. 20. Os Guardas, que se deverão escolher por precedentes recommendaveis, boa moral, e reconhecida actividade, serão considerados como Cabos da Companhia.

Art. 21. Compete aos Guardas:

§ 1.º Executar todas as ordens, que receberem do Comandante da Companhia.

§ 2.º Fazer o serviço do quartel e as rondas, a que são obrigados, tanto de dia, como de noite.

§ 3.º Acompanhar fóra do quartel a qualquer numero de menores, quando isso lhes fôr ordenado.

§ 4.º Recolher e acordar os menores ás horas marcadas, fazendo com que se lavem e vistão, e estejam promptos, para comparecer á revista da manhã.

§ 5.º Obstar a quaesquer rixas, que possão dar-se entre os menores, e prohibir assuadas, tanto nas marchas para o Arsenal, como no recreio.

§ 6.º Receber por inventario, cada um em sua secção, o vestiario e calçado dos menores, ficando responsaveis por qualquer extravio, que notarem e não prevenirem.

§ 7.º Dar immediatamente parte ao Commandante de qualquer falta de respeito, que para com elles tenham os menores, a fim de serem estes convenientemente punidos.

Art. 22. Todos os menores serão numerados, e a sua roupa, tanto de vesteria, como de cama, terá o numero correspondente.

Art. 23. A distribuição do tempo para as lições, recreio, refeições, e todo o mais regimen dos menores será determinada pelo Inspector do Arsenal depois de ouvir o Commandante da Companhia, e feita por meio de tabellas, que se collocarão no quartel em lugar bem visivel.

Art. 24. No accesso dos Aprendizizes menores, seguir-se-ha o mesmo, que se pratica a respeito dos Artifices do Arsenal; devendo porem a proposta partir do respectivo Commandante.

Art. 25. Os vencimentos do Commandante e dos demais Empregados da Companhia serão designados pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha.

Art. 26. Em quanto outra cousa se não determinar, será a importancia da lavagem e concerto da roupa dos menores paga pela Intendencia, que contractará esse serviço.

Art. 27. O Inspector do Arsenal remetterá mensalmente á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha um mappa do estado da Companhia, acompanhado das observações do que tiver occorrido no mez antecedente

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 25 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 233. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1857. —
Assemelhação dos Paletós de seda, ou borra de seda.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu Officio n.º 131 de 20 de Junho ultimo, que foi approvada a deliberação da Alfandega respectiva sobre a assemelhação de — Paletós de seda ou de borra de seda, não comprehendidos na nova Tarifa, com casaca e sobrecasacas de qualquer

§ 7.º Dar immediatamente parte ao Commandante de qualquer falta de respeito, que para com elles tenham os menores, a fim de serem estes convenientemente punidos.

Art. 22. Todos os menores serão numerados, e a sua roupa, tanto de vesteria, como de cama, terá o numero correspondente.

Art. 23. A distribuição do tempo para as lições, recreio, refeições, e todo o mais regimen dos menores será determinada pelo Inspector do Arsenal depois de ouvir o Commandante da Companhia, e feita por meio de tabellas, que se collocarão no quartel em lugar bem visivel.

Art. 24. No accesso dos Aprendizizes menores, seguir-se-ha o mesmo, que se pratica a respeito dos Artifices do Arsenal; devendo porem a proposta partir do respectivo Commandante.

Art. 25. Os vencimentos do Commandante e dos demais Empregados da Companhia serão designados pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha.

Art. 26. Em quanto outra cousa se não determinar, será a importancia da lavagem e concerto da roupa dos menores paga pela Intendencia, que contractará esse serviço.

Art. 27. O Inspector do Arsenal remetterá mensalmente á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha um mappa do estado da Companhia, acompanhado das observações do que tiver occorrido no mez antecedente

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 25 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 233. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1857. —
Assemelhação dos Paletós de seda, ou borra de seda.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu Officio n.º 131 de 20 de Junho ultimo, que foi approvada a deliberação da Alfandega respectiva sobre a assemelhação de — Paletós de seda ou de borra de seda, não comprehendidos na nova Tarifa, com casaca e sobrecasacas de qualquer

fazenda de seda, para pagar cada hum a taxa de 6 \$000 marcada á estas no art. 398 da mesma Tarifa.

Thesouro Nacional em 26 de Setembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Expedio-se circular no mesmo sentido ás Thesourarias de Fazenda.

N.º 334. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Sobre o modo de contar os fios das fazendas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso interposto por Guilherme Moon e C.ª sobre a questão do despacho de setenta e cinco peças de algodão crú liso, por não ter sido decidida por Feitores e Peritos do Commercio, resolveo dar provimento ao mesmo recurso, mandando despachar aquella mercadoria, como contendo mais de dez fios em 1/4 de pollegada, porquanto não he licito contar dous fios por hum á vista do art. 1.º das disposições preliminares da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 335. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Despacho de repolho salgado pelo art. 901 da nova Tarifa; e augmento da tara para a hortaliça.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Gerard Neveu e C.ª, relativamente ao despacho de sessenta e oito barris de repolho salgado, visto se achar este genero comprehendido no art. 901 da Tarifa, que manda cobrar 120 réis de direitos pela hortaliça em conserva de qualquer qualidade; e por esta occasião declaro a V. S.

fazenda de seda, para pagar cada hum a taxa de 6 \$000 marcada á estas no art. 398 da mesma Tarifa.

Thesouro Nacional em 26 de Setembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Expedio-se circular no mesmo sentido ás Thesourarias de Fazenda.

N.º 334. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Sobre o modo de contar os fios das fazendas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso interposto por Guilherme Moon e C.ª sobre a questão do despacho de setenta e cinco peças de algodão crú liso, por não ter sido decidida por Feitores e Peritos do Commercio, resolveo dar provimento ao mesmo recurso, mandando despachar aquella mercadoria, como contendo mais de dez fios em 1/4 de pollegada, porquanto não he licito contar dous fios por hum á vista do art. 1.º das disposições preliminares da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 335. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Despacho de repolho salgado pelo art. 901 da nova Tarifa; e augmento da tara para a hortaliça.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Gerard Neveu e C.ª, relativamente ao despacho de sessenta e oito barris de repolho salgado, visto se achar este genero comprehendido no art. 901 da Tarifa, que manda cobrar 120 réis de direitos pela hortaliça em conserva de qualquer qualidade; e por esta occasião declaro a V. S.

que a tara de 5 % fixada no dito artigo para a hortalica, que vem em barris, fica elevada a 20 %, quando se tratar de barris e cellas com repolho, ou outra hortalica em conserva de sal.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega

N.º 336. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Sobre o despacho de potes de louça importados como envoltorios do sal.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro indferio o recurso interposto por Peixoto Guimarães e C.ª da decisão que o sujeitou ao pagamento de direitos por quarenta duzias de potes de louça importados como envoltorios de sal, devendo fazer-se o respectivo despacho nos termos dos artigos 376 e 906 da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 337. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Despacho de lenços de seda e algodão, como de algodão, por predominar nelles esta materia.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro deferio o recurso de Huhu Sturzencker e C.ª, relativamente ao despacho de huma porção de lenços de algodão e seda, os quaes deverão ser despachados como de algodão, em razão de predominar nelles esta materia, nos termos do art. 3.º da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

que a tara de 5 % fixada no dito artigo para a hortalica, que vem em barris, fica elevada a 20 %, quando se tratar de barris e cellas com repolho, ou outra hortalica em conserva de sal.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega

N.º 336. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Sobre o despacho de potes de louça importados como envoltorios do sal.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro indferio o recurso interposto por Peixoto Guimarães e C.ª da decisão que o sujeitou ao pagamento de direitos por quarenta duzias de potes de louça importados como envoltorios de sal, devendo fazer-se o respectivo despacho nos termos dos artigos 376 e 906 da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 337. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Despacho de lenços de seda e algodão, como de algodão, por predominar nelles esta materia.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro deferio o recurso de Huhu Sturzencker e C.ª, relativamente ao despacho de huma porção de lenços de algodão e seda, os quaes deverão ser despachados como de algodão, em razão de predominar nelles esta materia, nos termos do art. 3.º da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 338. — Em 26 de Setembro de 1857. — *Sobre o despacho de vidros para espelhos; e certidões que devem ser passadas pela Alfandega.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso interposto por José Ruqué, da decisão que declarou proprios para espelhos vinte e dous vidros, que como para vãos de janellas forão por elle despachados, ficando porêr aliado do pagamento da multa, cumprindo declarar-lhe, quanto ás certidões requeridas pelo mesmo Ruqué de despachos e informações, que não he applicavel a casos semelhantes a Circular n.º 31 de 27 de Fevereiro de 1847, que só tem por objecto a publicação pela imprensa da correspondencia do Thesouro com as Thesourarias e vice-versa em relação ao disposto no art. 86 da lei de 4 de Outubro de 1831; podendo ser concedidas ou negadas conforme as conveniencias do serviço.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 339. — IMPERIO. — Portaria de 26 de Setembro de 1857. — *Crea huma Agencia de Correio na Freguezia de Carapébús, da Provincia do Rio de Janeiro.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agencia de Correio na Freguezia de Carapébús, na Provincia do Rio de Janeiro.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1857. Marquez de Olinda.

N.º 340. — IMPERIO. — Em 26 de Setembro de 1857. —
Manda executar o Regulamento provisório, contendo as bases dos contractos de colonisação, para execução do art. 27 do contracto anexo ao Decreto de 28 de Março do corrente anno.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem ordenar que provisoriamente se observe o seguinte regulamento, contendo as bases dos contractos de colonisação, submittidas á approvação do Governo Imperial pela Associação Central de Colonisação nesta Côrte, em conformidade e para execução do art. 29 do contracto de 26 de Março de do corrente anno, approved por Decreto de 28 do mesmo mez.

Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1857.
 Marquez de Olinda

CAPITULO I.

Compromissos da Associação Central de Colonisação.

Art. 1.º A Associação Central de Colonisação compromette-se ao seguinte:

§ 1.º A adiantar aos fazendeiros e lavradores de conceito, mediante as precisas seguranças e juro de 6 por cento ao anno, na fórmula do art. 7.º do contracto celebrado com o Governo Imperial em 26 de Março de 1857, as quantias necessarias para o transporte dos colonos, desde o lugar de sua residencia até o porto de desembarque, em qualquer parte do Imperio que for designado.

§ 2.º A fazer tambem adiantamentos, com o juro corrente na praça do Rio de Janeiro, para a importação de colonos encomendados por quaesquer outras pessoas e companhias não referidas no citado art. 7.º, observando-se neste caso o que for previamente convencionado.

§ 3.º A garantir aos colonos assim importados os tres quintos da subvenção concedida pelo Goverao no art. 8.º § 1.º do dito contracto, sendo 18\$ por adulto de 10 a 45 annos, e 12\$ por menor entre 5 e 10 annos.

Esta subvenção he considerada como auxilio para os gastos de transporte e estabelecimento dos colonos, a fim de ser de-luzida das respectivas despezas, fazendo-se o competente abatimento na divida por elles contrahida.

§ 4.º A satisfazer igualmente as encomendas para engajamento e importação de colonos, que lhe fizerem os em-

prezarios ou companhias de colonisação, já subvencionados ou favorecidos pelo Governo Imperial com auxilios pecuniarios, precedendo neste caso ajustes especiaes; tendo-se em vista a maior ou menor necessidade que os ditos colonos tiverem de coadjuvação, e servindo de base a importancia daquella subvenção, que será no todo ou em parte garantida pelas emprezas mencionadas.

§ 5.º A prevenir com a precisa antecedencia ácerca do nome do navio que transportar os colonos encommendados, da época de sua partida e tempo provavel de sua chegada ao porto convencionallo.

§ 6.º A receber nas suas hospedarias e depositos os colonos, que não seguirem immediatamente para os seus destinos, fornecendo-lhes alojamento, sustento e o mais que lhes for indispensavel, por conta das pessoas ou emprezarios que os tiverem encommendado.

Nos portos de desembarque, em que não existirem ainda taes estabelecimentos, providenciará a associação para que os ditos colonos não fiquem privados de abrigo e subsistencia, debitando as despezas respectivas a quem competir.

§ 7.º A fornecer quanto seja possivel, e por contractos especiaes, os interpretes de que carecerem aquelles particulares ou companhias, que tiverem de receber hum numero mais avultado de colonos.

§ 8.º A promover e facilitar os engajamentos dos colonos que importar por sua conta, (mediante as competentes indemnisações) ou dos emigrantes e outros individuos que procurarem suas hospedarias, depositos e protecção, distribuindo-os no paiz por quem lhes proporcionar meios de estabelecimento, de trabalho, ou de qualquer serviço.

Terão preferencia nessa distribuição aquelles que fizerem suas encommendas com antecedencia, declarando que se sujeitão ás disposições regulamentares respectivas, e ás clausulas geraes dos contractos adoptados pela associação, e approvados pelo Governo.

Art. 2.º A Associação franqueará á todas as pessoas, emprezas e companhias, que recorrerem á sua intervenção, os auxilios e favores applicaveis ao transporte, recebimento e estabelecimento de colonos e emigrantes no paiz, de conformidade com os seus estatutos, e contracto celebrado com o Governo geral.

Art 3.º Providenciará sobre tudo que possa concorrer para o bom exito dos engajamentos, e execução dos res-

pectivos contractos, solicitando dos poderes do Estado as medidas que parecerem necessarias.

CAPITULO II.

Bases geraes que devem ser tomadas em consideração para a apresentação das propostas ou encomendas de colonos.

Art. 4.º As pessoas, empresarios e companhias que pretenderem engajar e contractar colonos por intermedio da Associação Central, deverão declarar em suas propostas o seguinte:

§ 1.º O numero de familias, e colonos que se propõe a contractar, a sua nacionalidade, profissões e aptidão aos trabalhos para que forem destinados, a localidade em que tiverem de ser estabelecidos, ou empregados, a natureza dos contractos mediante os quaes devão ser engajados, o porto de desembarque, e época da chegada.

§ 2.º Que as terras que possuem, e destinação para o estabelecimento, ou trabalho de colonos agricolas como proprietarios, ou foreiros perpetuos, ou pelo systema de parceria, se achão livres de questões ou pendencias judiciais, onus, ou obrigações.

§ 3.º Que as mesmas terras estão situadas em localidade salubre, de facil communicação para os povoados, portos e mercados, e de fertilidade regular em relação á cultura que lhes é mais apropriada.

§ 4.º Que tem construido casas ou alojamentos provisorios com capacidade e separações necessarias para recolherem ou accomodarem as familias e colonos agricolas, que encomendarem; ou que será satisfeita esta condição dentro de certo prazo, e provada por documento.

§ 5.º Que os lotes ou prazos que tencionão vender, ou aforar aos colonos, se achão medidos ou demarcados, em parte derrubados e mesmo cultivados, ou pelo menos que taes trabalhos preparatorios estarão promptos antes da chegada dos mesmos, o que farão constar por attestados, ou documentos valiosos.

§ 6.º Que esses lotes ou prazos contém huma área sufficiente, não menor de cem mil braças quadradas para cada familia, devendo o respectivo preço ou fôro ser indicado nas propostas conforme a estimação geral e mais razoavel.

Esta disposição não obsta a que taes lotes possam ser subdivididos, se os colonos os desejarem menores.

§ 7.º Qual o genero de cultura adoptado na fazenda ou colonia destinada ao estabelecimentos de colonos engajados por contractos de parceria ou de salario; especificando no 1.º caso qual a porção de terreno, plantas ou arvores, que huma familia possa cultivar, beneficiar e colher; e no 2.º caso, qual o jornal mais favoravel que poderão arbitrar, inclusive o alojamento, sustento e mais supprimentos do costume.

§ 8.º Quaes os salarios que offerecem aos colonos que quizerem engajar para outras occupaões, serviços ou misteres nas cidades, povoações, emprezas de estradas e mais obras, tendo attenção aos trabalhos, officios e profissões convenientes, com alojamento e sustento, ou sem elles, á escolha dos mesmos colonos.

Art 5.º Os proponentes deverão tambem declarar de que modo poderão satisfazer as condições do respectivo contracto, relativamente aos transportes dos colonos para o lugar de seu estabelecimento ou emprego, aos fornecimentos gratuitos ou por adiantamento, que tem de fazer nos primeiros tempos, e aos soccorros de medico e bolica de que os mesmos carecerem; com especificação dos meios de conducção mais baratos, dos generos alimentares mais usados, e dos respectivos preços, além de outras circunstancias, que julguem dever mencionar, para serem tomadas na devida consideração.

§ 6.º Finalmente sujeitar-se-hão ás regras ou bases dos contractos adoptadas pela Associação Central, e approvadas pelo Governo Imperial, e com especialidade ás clausulas que passam a ser mencionadas no capitulo seguinte.

CAPITULO III.

Clausulas a que se obrigão os engajadores de colonos para com a Associação Central de Colonisação.

Art. 7.º Os proponentes engajadores, nos contractos que celebrarem com a Associação Central, tendo por fim a encomenda, ou engajamento de colonos, devem obrigar-se:

§ 1.º A garantir os avanços que a associação fizer para as despesas de viagem dos colonos, quando carecerem deste auxilio; prestando para o dito fim as convenientes cautelas, como fica dito no capitulo 1.º

§ 2.º A embolsa-la, no prazo de 1 a 4 annos, e mediante prestações iguaes (se por outra fórma não for convencionado), dos referidos adiantamentos e seus juros, na razão de 6 por % nos casos do art. 7.º do contracto geral de 26 de Março já referido, ou o que for ajustado, dadas as outras circunstancias acima declaradas.

§ 3.º A pagar as despezas que os ditos colonos fizerem nas hospedarias e depositos da associação, ou nos portos e lugares de desembarque em que não existirem ainda taes estabelecimentos.

§ 4.º A pagar igualmente a commissão de engajamento que for estipulada nos contractos, em vista das clausulas das respectivas propostas.

§ 5.º A aceitar os colonos que tiverem encomendado, e que forem effectivamente engajados e transportados por sua conta; a recebe-los no lugar designado, e faze-los conduzir immediatamente, com suas bagagens, para os seus destinos, pelos preços mais favoraveis (não o podendo ser gratuitamente), e a fazer-lhes os necessarios fornecimentos e adiantamentos, conforme for estipulado nos contractos com os mesmos colonos.

§ 6.º A reconhecer na Associação Central o direito de velar sobre a sorte dos colonos contractados por seu intermedio, e de inteirar-se da maneira por que os contractos são observados por huma e outra parte, a fim de providenciar como melhor convier, entendendo-se para isso com os engajadores.

§ 7.º A participar á mesma associação qualquer occorrença extraordinaria, que se der na colonia, e a declarar seis mezes antes de findar o prazo dos engajamentos dos colonos o que julgarem conveniente a bem da sorte futura destes, a fim de que continue ella a intervir com os seus bons officios em favor daquelles que se tiverem conduzido bem, e carecerem ainda de sua protecção.

Art. 8.º Os preços das passagens dos colonos, desde o lugar de sua residencia nos paizes donde sahirem até o ponto de desembarque no Imperio, (aos quaes ficarão obrigados os proponentes), serão de 80 a 130^{rs} por adulto e de 60 a 110^{rs} por menor de dez annos: as crianças de tres annos para baixo terão passagens livres.

As indicadas differenças de preço dependerão dos paizes da procedencia dos colonos, da maior ou menor difficuldade de engajamentos, dos transportes por terra até o porto do

embarque, e finalmente dos ajustes que se fizerem com as linhas de navegação, expedidores de colonos, e outras circumstancias.

Nos referidos preços de passagem serão incluídas todas as despesas feitas na Europa, que não forem especificadas nos contractos, e bem assim os seguros de vida dos colonos, conforme se puder obter das respectivas companhias.

CAPITULO. IV.

Condições geraes e communs aos diversos contractos entre os colonos e os engajadores.

Art. 9.º As pessoas ou companhias, nos contractos que celebrarem com os colonos, que vierem engajados por sua conta, ou que forem contractados depois de importados pela associação, obrigão-se ao seguinte:

§ 1.º A adiantar por si, ou por intermedio da Associação Central, a importancia de que carecerem os colonos para o seu transporte, desde o lugar de sua residencia até o porto de desembarque.

§ 2.º A fazer por preço fixado e o mais favoravel possível os adiantamentos das despesas do transporte e sustento (quando não seja gratuitamente) desde o porto de desembarque até o lugar do estabelecimento, sendo calculado o dito preço em relação á cada pessoa ou a cada volume e pezo da respectiva bagagem.

§ 3.º A não exigir dos colonos retribuição alguma pelo alojamento provisório, até que tenham construido, ou que recebam as suas moradas definitivas.

§ 4.º A fazer com especificação de preço, qualidade, quantidade e semanalmente os fornecimentos dos viveres necessarios nos primeiros tempos do estabelecimento dos colonos, que carecerem desse auxilio, sendo isso estipulado nos regulamentos da colonia, quando não o seja nos proprios contractos.

§ 5.º A não perceber pelos adiantamentos feitos juro maior do que o de 6 % por falta dos pagamentos nas épocas marcadas.

§ 6.º A observar as condições que forem estipuladas nos contractos, de conformidade com as clausulas do capitulo 2.º, indicadas como bases para as respectivas propostas.

§ 7.º A concorrer para o bem estar dos colonos , prestando-lhes toda a protecção e bons officios, que estiverem ao seu alcance.

Art. 10. Os colonos pela sua parte obrigão-se :

§ 1.º A se apresentarem com seus passaportes e atestados em devida fórma, no porto e dia designados para o embarque, a bordo do navio que os tiver de transportar.

§ 2.º A ficar, logo que chegarem ao portó do desembarque declarado nos contractos , á disposição dos engajadores ou contractadores, afim de serem sem demora conduzidos ao lugar de seu destino ou estabelecimento, ficando desde logo responsaveis pelo importe dos adiantamentos de suas passagens na razão do preço marcado por pessoa adulta, ou por menor entre trez e dez annos.

§ 3.º A garantir as suas dividas pela maneira estipulada nos seus contractos.

§ 4.º A conduzirem-se bem e passivamente, sujeitando-se á todas as condições a que se obrigarem, e observando as disposições dos regulamedtos geraes da Associação Central, e dos especiaes das colonias em que se estabelecerem.

Art. 11. Todas as questões e duvidas, que se suscitarem entre os colonos e as pessoas ou companhias que os contractarem, serão decididas por arbitros perante a autoridade competente, com os recursos declarados no Art. 29, § 1.º do contracto de 26 de Março já citado.

Art. 12. Será fornecida ao colono, chefe de familia, ou qualquer outro que for contractado sem ella, huma caderneta em que serão lançadas com clareza, e por extenso, todas as verbas de debito e credito, observando-se a este respeito o que se acha disposto nos §§ 4.º e 5.º do referido Art. 29.

CAPITULO V.

Condições especiaes aos contractos de venda e aforamento de terras.

Art. 13. Nestes contractos, o fazendeiro, proprietario, companhias, &c., ficão sujeitos :

§ 1.º A entregar medido e demarcado ao colono e sua familia o lote ou prazo de terras, vendido ou aforado, logo que elles cheguem ao lugar de seu estabelecimento.

§ 2.ª A dar o espaço de cinco annos para o pagamento não só das despezas de viagem feitas por adiantamento, como da importancia dos outros supprimentos, de que acima se fez menção, sendo hum tal reembolso realizado em quatro prestações iguaes a começar do fim do 2.º anno.

§ 3.ª A garantir por si e por seus herdeiros ou successores aos mesmos colonos a posse mansa e pacifica das ditas terras, nas quaes serão estes inteiramente livres e independentes.

§ 4.ª A vender ou aforar ao colono que desejar possuir maior extensão de terreno para si, para seus parentes ou amigos, mais hum lote ou prazo contiguo, ou proximo áquelle em que se tiver estabelecido, sendo-lhe garantida essa preferencia com hum abatimento de 10 por % no preço corrente do lugar ao tempo do novo contracto, comtanto que a importancia da 2.ª venda ou aforamento não seja inferior ao preço do primeiro lote ou ao fôro do prazo primitivo.

Art. 14. Os colonos assim contratados obrigão-se:

§ 1.º No caso de venda, a pagar o preço estipulado no contracto por braça quadrada, dentro de cinco annos e em quatro prestações, na fôrma acima declarada, e na falta de pagamento o juro de 6 por %.

§ 2.º No caso de aforamento, a pagar o fôro annual, tamhem estipulado no contracto (o qual será sempre o mais modico possivel) e o laudemio de 2 1/2 % na transferencia do respectivo prazo com licença por escripto do senhorio directo, se não quizer este recebe-lo tanto por tanto; ficando de mais sujeitos os mesmos colonos ao commissão, se faltarem á essas condições, segundo os principios que regem taes contractos.

§ 3.º A garantir a divida total contrahida, tanto em hum como em outro caso, com a hypotheca das terras recebidas e benfeitorias, que nellas tiverem feito, não podendo transferi-las, por qualquer titulo que seja, em quanto não estiverem exoneradas daquelle onus pelo real embolso da mesma divida, salvo se nisso consentir o proprietario, mediante prévio accordo.

Art. 15. Findo o prazo dos cinco annos do contracto, far-se-ha conta de tudo quanto estiverem a dever os colonos, a fim de se estipular hum novo prazo para pagamento do restante, com a mesma garantia e mesmo juro de 6 %, e mais condições que forem então convencionadas.

CAPITULO VI.

Condições especiaes dos contractos de parceria.

Art. 16. Os fazendeiros engajadores obrigão-se :

§ 1.º A entregar ao colono e sua familia huma extensão de terreno e plantas em circumstancias de dar productos no primeiro anno da chegada, e em quantidade sufficiente para que possam cultivar, colher e beneficiar.

§ 2.º A facultar-lhes tambem o plantar em outro lugar apropriado os generos alimentares, a fim de proverem a sua subsistencia, permittindo-lhes outrosim a criação de animaes domesticos, que não causem damno á lavoura da fazenda.

§ 3.º A providenciar de modo que os productos obtidos sejam convenientemente beneficiados, transportados para o mercado, e vendidos pelo melhor preço.

§ 4.º A lhes deixar inteira liberdade quanto ao melhor emprego e proveito de seu trabalho e intelligencia; e a não desviar colono algum para serviço alheio ao da parceria, salvo com o consentimento do chefe da familia.

§ 5.º A conserva-los nas terras da colonia, e casa em que se installarem, por todo o tempo do contracto, que durará quatro annos.

Art. 17. O colono e sua familia obrigão-se de sua propria determinação:

§ 1.º A viver mansa e pacificamente, não prejudicando os direitos do proprietario e dos seus visinhos, nem os interesses dos demais colonos.

§ 2.º A cultivar com zelo e assiduidade as plantações que lhes forem confiadas, renova-las, substitui-las quando for necessario, colher os productos e deposita-los no lugar designado, bem como a não se occupar de outra industria que não seja a da colonia, salvo se puder ligar-se á lavoura principal e com sciencia do proprietario

§ 3.º A sujeitar-se ás prescripções deste quanto á direcção geral dos trabalhos da mesma colonia, e á policia do estabelecimento.

§ 4.º A pagar pela sua quota de productos os jornaes a trabalhadores livres, que forem pelo proprietario encarregados dos serviços, que elles colonos deixarem de fazer por vontade propria ou indolencia; o que será verificado e reduzido a termo assignado por testemunhas, perante o conselho colonial, pela fórma marcada no regulamento especial da colonia.

Art. 18. São considerados adiantamentos, sujeitos a reembolso as despesas de viagem, os alimentos fornecidos aos colonos, em quanto não os houverem pelo seu trabalho, e quaesquer outros supprimentos não mencionados como gratuitos.

Art. 19. Se no fim do tempo do contracto não estiver paga toda a divida contrahida, commecará o restante della a vencer o juro de 6 % ao anno, considerando-se para isso prorogado o mesmo contracto até real embolso, salvo se houver convenção em contrario.

Art. 20. Em todo o tempo, porém, que seja satisfeita a divida, antes de findo o prazo estipulado, poderão os colonos retirar-se da colonia, huma vez que previnão seis mezes antes ao fazendeiro ou proprietario, ou que se fação substituir por outra familia a aprazimento deste.

Art. 21. Se dentro de quatro annos do contracto o colono ou qualquer membro da familia faltar, ou se impossibilitar para o trabalho, continuarão os de mais membros della a permanecer na colonia até completar-se aquelle prazo, ficando cada hum delles, excepto os menores, responsaveis individualmente pela quota que lhe for concernente do restante da divida da mesma familia.

Art. 22. Do producto total da colheita de cada anno, e das sobras dos generos alimenticios, produzidos pelos colonos, e que não forem por elles consumidos, pertencerá metade ao fazendeiro e a outra metade aos ditos colonos.

A metade pertencente a estes será entregue áquelle para ser beneficiada, transportada para o mercado, e vendida juntamente com a outra metade, pertencente ao mesmo fazendeiro, a fim de lhes ser creditada pelos preços constantes da conta corrente do negociante, com a competente deducção dos gastos do preparo, transporte e commissão de venda.

Art. 23. Verificado assim o rendimento liquido, correspondente á meação dos colonos, será deduzida a importancia das prestações annuaes para pagamento das passagens e adiantamentos acima referidos, sendo taes prestações reguladas entre maximo e minimo, em attenção á boa ou má colheita do anno respectivo.

Art. 24. Não obstante o disposto nos dous artigos precedentes, será facultado aos colonos pagarem as ditas prestações annuaes com os proprios productos, logo depois de colhidos, até a importancia das mesmas, bem como venderem o restante delles ao fazendeiro, ou a quem lhes offe-

reça mais vantagem; e isto no caso em que preferirão assim dispor daquelles productos antes de beneficiados, e pelos preços correntes no lugar.

Art. 25. Os colonos poderão concorrer em commum com huma diminuta retribuição mensal para as despesas de medico, enfermeiro e medicamentos de que carecerem em suas molestias.

Fica entendido que huma tal contribuição será calculada sobre a metade das ditas despesas, pois que a outra metade pertence ao fazendeiro pagar.

Art. 26. As infracções das disposições dos contractos e dos regulamentos especiaes de cada colonia, darão lugar á imposição de multas convencionaes de 10.000 no minimo e de 100.000 no maximo, as quaes serão applicadas pelo juizo arbitral, segundo for disposto nos ditos regulamentos.

Art. 27. As offensas physicas feitas pelos fazendeiros contra o colono e membros de sua familia, bem como as injurias praticadas contra a honra dos mesmos, darão lugar á recisão dos respectivos contractos, com perda de qualquer quantia que estes estiverem a dever, de conformidade com o disposto no art. 10 da lei de locação de serviços de 11 de Outubro de 1837; além das penas em que incorrerem pelas demais leis em vigor.

Art. 28. Os colonos que praticarem ou procederem da mema sorte contra o fazendeiro ou pessoas de sua familia, além de incorrerem nas ditas penas em vigor, darão tambem justa causa á recisão de seus contratos, e a serem despedidos da fazenda, ficando sujeitos a pagar em dobro o que estiverem devendo, e nos termos do art. 8.º da citada lei de 11 de Outubro.

Art. 29. O abandono voluntario, e a ausencia da colonia sem justa causa sujeitão os mesmos colonos a pagarem pelo seu trabalho o resto da divida e pela fórma determinada no art. 9.º da mesma lei, salvo se os demais membros da familia se offerecerem a fazer o pagamento devido.

Art. 30. No fim do tempo do contracto, ou antes disso, os colonos que estiverem quites com o proprietario, e se houverem comportado bem, terão direito a comprar ou aforar hum lote ou prazo de terras, conforme as bazes indicadas no capitulo antecedente, com as modificações que forem então convencionadas.

Art. 31. Se os mesmos colonos desejarem mandar vir os seus parentes para sua companhia, ou para se estabele-

cerem nas mesmas terras ou fazendas sob condições semelhantes, ou outras previamente ajustadas, poderão entender-se com os respectivos proprietários, a fim de lhes facilitar os meios necessários de transporte.

CAPITULO VII.

Condições especiaes aos contractos de salarios para trabalhos de lavoura e outros serviços.

Art. 32. Os proprietários, fazendeiros e qualquer locatários de serviços obrigão-se:

§ 1.º A pagar aos colonos durante o tempo de seus contractos, que não excederá a tres annos, o salario mensal nunca menor de 10\$ no 1.º anno, de 11\$ no 2.º, e de 13\$ no 3.º; sujeito ás deduições estipuladas nos mesmos contractos para o embolso das passagens e adiantamentos, que pagarem, ou pelos quaes se obrigarem para com a Associação Central.

§ 2.º A fornecer ás mulheres dos colonos casados o sustento de que ellas carecerem por preço razoavel, conforme for ajustado, o qual será pago com o seu trabalho ou em dinheiro, ou pelos maridos, segundo se convencionar.

Se além das mulheres trouxerem tambem filhos serão o sustento e serviços arbitrados nos contractos, segundo suas idades e aptidão.

§ 3.º A transportar os colonos gratuitamente do porto de desembarque até ás fazendas ou lugares em que tiverem de ser empregados.

§ 4.º A fornecer tambem gratuitamente durante todo o tempo do contracto os instrumentos de lavoura, ferramentas e utensilios de trabalho, casa, comida, tratamento de molestia e a roupa indispensavel.

O tempo de molestia será pago pelo colono em igual tempo de serviço, depois de findo o contracto, para indemnisação do que deixou de prestar durante a enfermidade, se assim o exigir o engajador locatario.

§ 5.º Qualquer outro fornecimento, como seja dinheiro para portes de cartas, fumo ou tabaco, &c., dependerá de accordo entre as partes.

Art. 33. Os colonos obrigão-se:

§ 1.º A trabalhar com zelo, assiduidade e boa vontade debaixo da direcção e instrucções dos fazendeiros e outros engajadores, ou de quem suas vezes fizer.

§ 2.º A ceder do salario estipulado nos contractos as quotas ali designadas para amortisação da divida de passagens e adiantamentos que tiverem contrahido.

Este desconto será em relação ao tempo de seus engajamentos, e feito mensalmente.

§ 3.º A pagar na razão de 500 a 800 réis diarios (ou o que se estipular nos respectivos contractos) as falhas de serviço nos dias uteis que deixarem de trabalhar por vontade propria.

Art. 34. Nos contractos celebrados com colonos, officiaes mecanicos, ou engajados para outros trabalhos, que não sejam em fazendas de lavoura, admittir-se-hão quaesquer outras condições que estejam em estylo; ou pareção razoaveis, entrando nesse numero as relativas á importancia dos salarios, com obrigação de sustento e outros supprimentos ou sem ella, e bem assim ás obras ou serviços de empreitada.

Art. 35. Em tudo o mais que não for expressamente estipulado nos contractos entre as partes, observar-se-ha o que se acha disposto na lei de locação de serviços de 11 de Outubro de 1837, e em quaesquer outras em vigor, concernentes á recisão dos mesmos contractos, ou á effektividade das obrigações contrahidas.

Art. 36. Os colonos lavradores, que se comportarem bem durante o prazo de seus engajamentos, terão direito a comprar ou aforar terras aos proprietarios e fazendeiros com que se tiverem contractado, ou a serem por este admitidos de parceria, em conformidade das bases concernentes aos respectivos contractos com as modificações que forem então convencionadas.

Art. 37. Se os mesmos colonos, antes ou depois de findos os seus engajamentos, desejarem mandar vir os seus parentes para sua companhia, ou para se estabelecerem sob condições semelhantes ás suas, ou outras previamente ajustadas, poderão entender-se com os proprietarios, a fim de lhes facilitarem os meios necessarios de transporte.

CAPITULO VIII.

Disposições finais.

Art. 38. As propostas para engajamento de colonos poderão conter outras declarações, além das mencionadas no capitulo 2.º, e a bem das mesmas serão ministrados todos os esclarecimentos, que forem pedidos, quer sobre a natureza dos contractos e suas clausulas, quer sobre a nacionalidade, e qualidade dos colonos, conforme o destino que se lhes quizer dar, quer sobre outras circumstancias, que pareçam attendiveis e careção de explicação.

Art. 39. Se as propostas contiverem condições que modifiquem as bases ou regras geraes dos contractos mencionados nos capitulos antecedentes, serão taes modificações admittidas, sempre que tenderem a facilitar os engajamentos, alliviar as dividas e melhor garantir a sorte dos colonos.

Art. 40. Quando porém tiverem ellas de alterar as referidas bases em algum dos seus pontos essenciaes, ou as disposições das leis em vigor, serão, depois de discutidas, levadas ao conhecimento do Governo Imperial para approva-las, ou submitt-las á deliberação do Corpo Legislativo, como parecer conveniente.

Art. 41. A Associação Central facilitará aos emigrantes espontaneos, que desejarem recorrer á sua intervenção, os meios de transporte ao seu alcance, e os receberá em suas hospedarias e depositos, aconselhando-os e dirigindo-os, a fim de se estabelecerem no paiz.

Art. 42. Os mesmos emigrantes, para serem admittidos e conservados nos ditos estabelecimentos, deverão mostrar-se habilitados a pagar quer em dinheiro, quer em trabalho, as despesas que ali tiverem de fazer, ou apresentar com seus passaportes attestados de boa conducta, e de aptidão ao trabalho. Na falta destas condições serão acceitos abonos ou recommendações de seus consules, ou de pessoas de conceito.

Art. 43. Nos contractos que se celebrarem com os ditos emigrantes, ou com os colonos engajados por conta da Associação, serão observadas as bases ou condições constantes dos capitulos anteriores.

Art. 44. Esses contractos poderão ser transferidos pela Associação com as modificações que forem razoaveis, e de

acordo com os colonos, ás pessoas, ou companhias que os quizerem receber para lhes dar estabelecimento, emprego, ou trabalho.

Art. 45. Não serão carregadas como dividas aos colonos as commissões pagas á Associação para os engajamentos dos mesmos e transferencia de seus contractos, nem as despesas com elles feitas nos portos de desembarque e nas hospedarias e depositos da mesma Associação.

Art. 46. Aos colonos que se conduzirem bem durante o tempo de seus engajamentos de parceria ou salarios com os particulares, facilitará á Associação os meios de mandarem vir os seus parentes, bem como de se estabelecerem como proprietarios ou foreiros perpetuos, no caso de que os ditos particulares não possam satisfazer convenientemente taes desejos, de conformidade com o disposto nos artigos finaes dos dous capitulos precedentes.

Art. 47. A Associação Central em fim accitará quaesquer propostas razoaveis e fundadas, que tenham por objecto a vinda para o Imperio de emigrantes espontaneos, mediante a sua intervenção, os favores outorgados pelo governo Imperial, e os adiantamentos indispensaveis com juro de 6 por % aos que vierem para se estabelecerem com destino previamente fixado, na conformidade de seus estatutos, combinados com o que dispõe a tal respeito o contracto de 26 de Março, de que se tem feito menção.

Rio de Janeiro, 28 de Julho de 1857. — Marquez de Mont'Algre. — Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. — Francisco José Fialho. — Hermann Liebich. — Francisco José de Mello e Souza.

N.º 341. — GUERRA. — Aviso de 26 de Setembro de 1857. — *Determina que os voluntarios e engajados, achando-se invalidos, continuem a gozar de todas as vantagens garantidas por Lei em quanto forem praças do Exército.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo por bem Sua Magestade o Imperador por Sua immediata e Imperial Resolução de 19 do corrente, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, Determinar que os voluntarios e engajados continuem a gozar de todas as vantagens que lhes garantem as Leis do Imperio em quanto se conservarem com praça no Exército, visto não achar-se provado que as praças de que tratou o Officio n.º 57 do Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia estivessem já incapazes de prestar serviço de paz e guerra, quando forão engajadas para continuar a servir nos respectivos Corpos, sendo antes de presumir que molestias adquiridas posteriormente á esse acto as levassem ao estado de invalidas em que se achão; assim o declaro á V. Ex. para seu conhecimento, e para que o faça devidamente constar.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N.º 342. — Aviso de 28 de Setembro de 1857. — *Solvendo duvidas sobre indulto concedido aos desertores dos Corpos do Exército.*

Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo levado á Presença de Sua Magestade o Imperador o Officio de V. Ex. sob n.º 556 e data de 11 de Agosto proximo passado pedindo explicações sobre a verdadeira intelligencia do Decreto de 23 de Maio deste anno, de indulto aos desertores, contendo quatro quesitos.

1.º Se aos indultados daquelle Decreto se deve trancar a nota de deserção. 2.º Se elles perdem o tempo de serviço

anterior, estando presos cumprindo sentença, ou por sentenciar, ou apresentando-se depois de perdoados. 3.º Se nas deserções cujo crime se perdoou, se comprehendem as commettidas em tempo de guerra. 4.º Finalmente se os voluntarios e engajados comprehendidos no indulto perdem esta qualidade e por conseguinte o direito á gratificação que percebão.

O Mesmo Augusto Senhor, Mandando consultar o Conselho Supremo Militar de Justiça, e Conformando-se com o parecer do mesmo Conselho, Houve por bem Resolver em 19 do corrente: Quanto ao 1.º quesito, que não se tranca a nota de deserção. Quanto ao 2.º, que os indultados não perdem o tempo de serviço anterior á deserção, ficando assim confirmada a Resolução de Consulta de 6 de Novembro de 1846. Quanto ao 3.º, que o indulto não comprehende as deserções em tempo de guerra. Quanto ao 4.º finalmente, que os indultados não perdem a qualidade de engajados ou voluntarios. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento, e o fazer constar ás autoridades competentes.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Surubhy.

N.º 343. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Setembro de 1857.

Declara que os Titulos dos graduados nas Faculdades de Direito, que não estiverem presentes para assigna-los perante os respectivos Secretarios, deverão ser enviados pelos Directores das Faculdades á Autoridade do lugar, em que constar se achão residindo os mesmos graduados, a fim de serem por elles assignados em sua presença.

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Setembro de 1857.

Em solução ao Officio de V. S. de 2 Maio ultimo, que acompanhou o do Doutor Secretario dessa Faculdade, da mesma data, no qual este funcionario expunha a duvida em que se achava sobre o modo porque deveria expedir as Cartas dos Bachareis que estivessem ausentes, e por este motivo não pudessem assigna-las em sua presença, como he costume fazer-se; tenho de communicar á V. S., para seu conhecimento, que Sua Magestade o Imperador, ouvida a

anterior, estando presos cumprindo sentença, ou por sentenciar, ou apresentando-se depois de perdoados. 3.º Se nas deserções cujo crime se perdoou, se comprehendem as commettidas em tempo de guerra. 4.º Finalmente se os voluntarios e engajados comprehendidos no indulto perdem esta qualidade e por conseguinte o direito á gratificação que percebão.

O Mesmo Augusto Senhor, Mandando consultar o Conselho Supremo Militar de Justiça, e Conformando-se com o parecer do mesmo Conselho, Houve por bem Resolver em 19 do corrente: Quanto ao 1.º quesito, que não se tranca a nota de deserção. Quanto ao 2.º, que os indultados não perdem o tempo de serviço anterior á deserção, ficando assim confirmada a Resolução de Consulta de 6 de Novembro de 1846. Quanto ao 3.º, que o indulto não comprehende as deserções em tempo de guerra. Quanto ao 4.º finalmente, que os indultados não perdem a qualidade de engajados ou voluntarios. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento, e o fazer constar ás autoridades competentes.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Barão de Surubhy.

N.º 343. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Setembro de 1857.

Declara que os Titulos dos graduados nas Faculdades de Direito, que não estiverem presentes para assigna-los perante os respectivos Secretarios, deverão ser enviados pelos Directores das Faculdades á Autoridade do lugar, em que constar se achão residindo os mesmos graduados, a fim de serem por elles assignados em sua presença.

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Setembro de 1857.

Em solução ao Officio de V. S. de 2 Maio ultimo, que acompanhou o do Doutor Secretario dessa Faculdade, da mesma data, no qual este funcionario expunha a duvida em que se achava sobre o modo porque deveria expedir as Cartas dos Bachareis que estivessem ausentes, e por este motivo não pudessem assigna-las em sua presença, como he costume fazer-se; tenho de communicar á V. S., para seu conhecimento, que Sua Magestade o Imperador, ouvida a

Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio: Ha por bem Mandar declarar que, na hypothese figurada da ausencia dos graduados nessa Faculdade, deverão os titulos dos seus respectivos grãos ser por V. S. expedidos á autoridade do lugar, em que constar se achão residindo os graduados, a fim de serem por elles assignados em sua presença; devendo a remessa dos referidos titulos ser feita por intermedio dos respectivos Presidentes, se se verificar que residem em Provincia diversa.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N.º 344. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1857. — *A farinha de mandioca não paga direitos quando remetida de hum para outro porto do Imperio.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 29 de Setembro 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro á V. Ex., em resposta ao seu Officio n.º 32 de 26 de Agosto proximo findo, que a farinha de mandioca, como genero de producção e manufactura nacional, quando transportada de hum para outro porto do Imperio, não está sujeita á direitos de importação, ou deexportação, e nem ainda ao de 1/2 % de expediente, huma vez que pelo Consulado e não pela Alfandega se realise o seu despacho nos termos das decisões do Thesouro n.º 120 e 334 de 29 de Outubro de 1845, e 31 do mesmo mez de 1855; sendo portanto excusada a autorisação que V. Ex. solicita em favor do carregamento desse artigo.

Quanto porém ás mercadorias e objectos, que ahi forem importados para uso das Repartições Publicas e Corpo Policial, convém que V. Ex. os especifique, para que possam ser tomados em consideração.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Sousa Franco. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio: Ha por bem Mandar declarar que, na hypothese figurada da ausencia dos graduados nessa Faculdade, deverão os titulos dos seus respectivos grãos ser por V. S. expedidos á autoridade do lugar, em que constar se achão residindo os graduados, a fim de serem por elles assignados em sua presença; devendo a remessa dos referidos titulos ser feita por intermedio dos respectivos Presidentes, se se verificar que residem em Provincia diversa.

Deos Guarde a V. S. — Marquez de Olinda. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N.º 344. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1857. — *A farinha de mandioca não paga direitos quando remetida de hum para outro porto do Imperio.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 29 de Setembro 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro á V. Ex., em resposta ao seu Officio n.º 32 de 26 de Agosto proximo findo, que a farinha de mandioca, como genero de producção e manufactura nacional, quando transportada de hum para outro porto do Imperio, não está sujeita á direitos de importação, ou deexportação, e nem ainda ao de 1/2 % de expediente, huma vez que pelo Consulado e não pela Alfandega se realise o seu despacho nos termos das decisões do Thesouro n.º 120 e 334 de 29 de Outubro de 1845, e 31 do mesmo mez de 1855; sendo portanto excusada a autorisação que V. Ex. solicita em favor do carregamento desse artigo.

Quanto porém ás mercadorias e objectos, que ahi forem importados para uso das Repartições Publicas e Corpo Policial, convém que V. Ex. os especifique, para que possam ser tomados em consideração.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Sousa Franco. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 345. — MARINHA. — Aviso de 29 de Setembro de 1857.
Designa os vencimentos e vantagens, que devem perceber os Officiaes e mais Empregados da Companhia de Aprendizizes menores do Arsenal de Marinha da Côrte.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha, em 29 de Setembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade O Imperador, Conformando-Se com o que V. Ex. propoz em Officio n.º 266, de 25 do corrente, Determina que os vencimentos e vantagens dos Officiaes e mais Empregados da Companhia de Aprendizizes menores d'esse Arsenal sejam abonados, segundo a inclusa tabella, assignada pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado: o que communico á V. Ex., para seu conhecimento, e execução na parte que lhe toca; prevenindo-o de que pôde nomear, provisoriamente, o Porteiro, Guardas, Cozinheiro, Ajudante d'este, e Serventes, que devem haver no edificio destinado para quartel dos ditos menores, como dispõe o Art. 3.º do Regulamento sobre a organização da mesma Companhia, a fim de que no dia 1.º do mez proximo futuro possam elles ser transferidos para o mencionado edificio.

Deos Guarde a V. Ex. — José Antonio Saraiva. — Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

Tabella dos vencimentos e vantagens, que devem perceber os Officiaes e mais Empregados da Companhia de Aprendizizes menores do Arsenal de Marinha da Côrte.

Capitão Tenente Commandante.	{ Os vencimentos e vantagens de Commandante de navio de transporte.
Agente.	{ Os vencimentos e vantagens de Official embarcado em navio de transporte, correspondentes á sua graduação.
Secretario.	Idem.
Capellão.	{ Os vencimentos e vantagens de Official embarcado em navio de transporte, se fôr Capellão do n.º da Armada, e, se o não fôr, a gratificação de oitenta mil réis, e huma ração á dinheira.

Mestre de Princi-	{	A gratificação mensal de quarenta
ras Letras.....		
	{	mil réis, e huma ração á dinheiro.
Porteiro.....		
	{	A gratificação mensal de cincoenta
Guardas.....		
	{	mil réis, e a ração, idem.
Cozinheiro.....		
	{	A gratificação mensal de trinta mil
Ajudante do dito..		
	{	mil réis, e a ração, idem.
Serventes.....		
	{	A diaria de oitocentos réis, e a ração,
Mestres operarios.		
	{	Os jornaes e gratificações, que lhes
	{	competirem pela tabella, que bai-
	{	xou com o Aviso de 5 do cor-
	{	rente, conforme as classes, á que
	{	pertencerem, e mais huma ração
	{	em generos, como as antecedentes.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, em 29 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 346. — FAZENDA. — Em o 1.º de Outubro de 1857. —
Empregos publicos geraes que se devem contar nas
aposentadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em o 1.º de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao Officio de V. Ex. n.º 113 de 14 de Agosto ultimo, no qual consulta sobre o que se deve entender por emprego publico geral, para o fim de contar-se nas aposentadorias o tempo em que se o exerceo, e se o serviço de addido á qualquer Repartição do Estado, o da numeração das notas feitas no Thesouro em virtude do Regulamento de 4 de Novembro de 1835, o de Collector e Escrivão das Rendas geraes, ou qualquer outro com diversa denominação, mas prestado gratuitamente, ou remunerado com huma gratificação eventual, he attendido pelo Thesouro nas mesmas aposentadorias; cabe-me declarar á V. Ex. que,

Mestre de Princi-	{	A gratificação mensal de quarenta
ras Letras.....		
	{	mil réis, e huma ração á dinheiro.
Porteiro.....		
	{	A gratificação mensal de cincoenta
Guardas.....		
	{	mil réis, e a ração, idem.
Cozinheiro.....		
	{	A gratificação mensal de trinta mil
Ajudante do dito..		
	{	mil réis, e a ração, idem.
Serventes.....		
	{	A diaria de oitocentos réis, e a ração,
Mestres operarios.		
	{	Os jornaes e gratificações, que lhes
	{	competirem pela tabella, que bai-
	{	xou com o Aviso de 5 do cor-
	{	rente, conforme as classes, á que
	{	pertencerem, e mais huma ração
	{	em generos, como as antecedentes.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, em 29 de Setembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 346. — FAZENDA. — Em o 1.º de Outubro de 1857. —
Empregos publicos geraes que se devem contar nas
aposentadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em o 1.º de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao Officio de V. Ex. n.º 113 de 14 de Agosto ultimo, no qual consulta sobre o que se deve entender por emprego publico geral, para o fim de contar-se nas aposentadorias o tempo em que se o exerceo, e se o serviço de addido á qualquer Repartição do Estado, o da numeração das notas feitas no Thesouro em virtude do Regulamento de 4 de Novembro de 1835, o de Collecter e Escrivão das Rendas geraes, ou qualquer outro com diversa denominação, mas prestado gratuitamente, ou remunerado com huma gratificação eventual, he attendido pelo Thesouro nas mesmas aposentadorias; cabe-me declarar á V. Ex. que,

determinando o Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, no § 1.º do art. 57, que se abonem unicamente aos empregados do Thesouro e Thesourarias de Fazenda aposentados os serviços que houverem prestado em empregos de nomeação do Governo, e estipendiados pelo Thesouro, tem-se entendido, em geral, por empregados publicos os que servem lugares creados por Lei ou pelo Governo devidamente autorisado, e percebem vencimentos pelos cofres publicos; não sendo attendidos nas aposentadorias os serviços gratuitos, os da numeração de notas, os de Collectores e Escrivães das Rendas geraes, ou de addidos a qualquer Repartição, ainda que remunerados, e os de Collaboradores e de outros que como estes percebem diarias, e são por isso considerados meros jornaleiros.

Deos Guarde a V. Ex.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 347.—IMPERIO. Portaria de 6 de Outubro de 1857.—*Crêa humu Agência de Correio na Villa de Marahú, na Provincia da Bahia.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear humu Agência de Correio na Villa de Marahú, na Provincia da Bahia.

Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1857.—
Marquez de Olinda.

N.º 348.—JUSTICA.—Portaria de 7 de Outubro de 1857.—

A' Illm.ª Camara Municipal da Côrte.—*Declara que a mesma Illm.ª Camara Municipal não póde impor aos Tabeliães mais obrigações além das que lhes cabem por seu Regimento, nem comminar-lhes penas não decretadas pelas Leis em vigor; não podendo igualmente impedir por qualquer maneira directa ou indirecta os contractos que os cidadãos, nos termos das Leis Geraes, podem livremente celebrar sobre as suas propriedades de raiz.*

Sendo presente á Sua Magestade o Imperador o Officio da Illm.ª Camara Municipal desta Cidade, datado de 5 de Fevereiro de 1856, ao qual acompanhou, por copia, a proposta

determinando o Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, no § 1.º do art. 57, que se abonem unicamente aos empregados do Thesouro e Thesourarias de Fazenda aposentados os serviços que houverem prestado em empregos de nomeação do Governo, e estipendiados pelo Thesouro, tem-se entendido, em geral, por empregados publicos os que servem lugares creados por Lei ou pelo Governo devidamente autorisado, e percebem vencimentos pelos cofres publicos; não sendo attendidos nas aposentadorias os serviços gratuitos, os da numeração de notas, os de Collectores e Escrivães das Rendas geraes, ou de addidos a qualquer Repartição, ainda que remunerados, e os de Collaboradores e de outros que como estes percebem diarias, e são por isso considerados meros jornaleiros.

Deos Guarde a V. Ex.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 347.—IMPERIO. Portaria de 6 de Outubro de 1857.—*Crêa humu Agência de Correio na Villa de Marahú, na Provincia da Bahia.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear humu Agência de Correio na Villa de Marahú, na Provincia da Bahia.

Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1857.—
Marquez de Olinda.

N.º 348.—JUSTICA.—Portaria de 7 de Outubro de 1857.—

A' Illm.ª Camara Municipal da Côrte.—*Declara que a mesma Illm.ª Camara Municipal não póde impor aos Tabeliães mais obrigações além das que lhes cabem por seu Regimento, nem comminar-lhes penas não decretadas pelas Leis em vigor; não podendo igualmente impedir por qualquer maneira directa ou indirecta os contractos que os cidadãos, nos termos das Leis Geraes, podem livremente celebrar sobre as suas propriedades de raiz.*

Sendo presente á Sua Magestade o Imperador o Officio da Illm.ª Camara Municipal desta Cidade, datado de 5 de Fevereiro de 1856, ao qual acompanhou, por copia, a proposta

por ella approvada, dispendo que o seu Procurador intime aos Tabelliães que não lavrem escriptura publica de alienação de qualquer predio, sem que seja presente o competente titulo, e que no caso de constar que o predio está em terreno pertencente á mesma Ilm.^a Camara, exija o Tabellião licença della, e conhecimento do laudemio, sob pena de responsabilidade, e de huma multa de metade do preço da alienação, ou do valor do predio alheado;

Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem ouvir sobre a materia o Conselheiro Procurador da Corôa, e a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, e pela Sua Imperial Resolução de 2 do corrente mez, tomada em Consulta da mesma Secção de Justiça, Declarar que a Ilm.^a Camara Municipal não pôde impor aos Tabelliães mais obrigações, além das que lhes cabem por seu Regimento, nem comminar-lhes penas não decretadas pelas Leis em vigor; não podendo da mesma fôrma impedir por qualquer maneira directa ou indirecta os contractos que os Cidadãos, nos termos das Leis Geraes, podem livremente celebrar sobre as suas propriedades de raiz. O que Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, communicar á Ilm.^a Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia.

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.—
Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

N.^o 349. — FAZENDA. — Em 7 de Outubro de 1857. — *Sobre a apprehensão de barricas de assucar.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico ao Sr. Administrador interino da Mesa do Consulado que fica approvada a decisão que deu relativamente a 20 barricas de assucar apprehendidas pelo agente do Trapiche do Valongo, por terem embarcado para Santa Catharina no brigue nacional Rufina, sem o pagamento do dizimo: visto que não sendo o assucar produzido na Cidade de Campos, Provincia do Rio de Janeiro, e d'alli importado para consumo nesta Côrte, ou para a Provincia de Santa Catharina, sujeito ao dizimo, de que trata o

por ella approvada, dispendo que o seu Procurador intime aos Tabelliães que não lavrem escriptura publica de alienação de qualquer predio, sem que seja presente o competente titulo, e que no caso de constar que o predio está em terreno pertencente á mesma Ilm.^a Camara, exija o Tabellião licença della, e conhecimento do laudemio, sob pena de responsabilidade, e de huma multa de metade do preço da alienação, ou do valor do predio alheado;

Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem ouvir sobre a materia o Conselheiro Procurador da Corôa, e a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, e pela Sua Imperial Resolução de 2 do corrente mez, tomada em Consulta da mesma Secção de Justiça, Declarar que a Ilm.^a Camara Municipal não pôde impor aos Tabelliães mais obrigações, além das que lhes cabem por seu Regimento, nem comminar-lhes penas não decretadas pelas Leis em vigor; não podendo da mesma fôrma impedir por qualquer maneira directa ou indirecta os contractos que os Cidadãos, nos termos das Leis Geraes, podem livremente celebrar sobre as suas propriedades de raiz. O que Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, communicar á Ilm.^a Camara Municipal desta Cidade, para sua intelligencia.

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.—
Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

N.^o 349. — FAZENDA. — Em 7 de Outubro de 1857. — *Sobre a apprehensão de barricas de assucar.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico ao Sr. Administrador interino da Mesa do Consulado que fica approvada a decisão que deu relativamente a 20 barricas de assucar apprehendidas pelo agente do Trapiche do Valongo, por terem embarcado para Santa Catharina no brigue nacional Rufina, sem o pagamento do dizimo: visto que não sendo o assucar produzido na Cidade de Campos, Provincia do Rio de Janeiro, e d'alli importado para consumo nesta Côrte, ou para a Provincia de Santa Catharina, sujeito ao dizimo, de que trata o

art. 98 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, e nem a algum outro imposto geral, indevidamente forão as mesmas barricas apprehendidas, como subtrahidas aos direitos nacionaes.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 350.—Em 7 de Outubro de 1857.—*Para o peso liquido das velas se comprehendem os envoltorios de papel ou papelão.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferida a reclamação de Glette Rath sack e C.^a contra a decisão em virtude da qual forão comprehendidos no peso liquido de humã porção de velas de composição, para o pagamento dos respectivos direitos, os envoltorios de papel ou papelão, que as acondicionávão; abatido somente o peso das caixas exteriores de madeira, na fórmula da nota 1.^a do Decreto de 26 de Agosto ultimo.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 351.—Em 7 de Outubro de 1857. — *Não se pôde modificar o estado dos envoltorios.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferida a representação de Fortunato e Irmão, sobre o despacho de cincoenta barris de manteiga, de cujos tampos pretendião destacar humã porção de cal nelles empregada para conservação da mercadoria, visto não convir autorisar modificações no estado dos envoltorios.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

art. 98 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, e nem a algum outro imposto geral, indevidamente forão as mesmas barricas apprehendidas, como subtrahidas aos direitos nacionaes.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 350.—Em 7 de Outubro de 1857.—*Para o peso liquido das velas se comprehendem os envoltorios de papel ou papelão.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferida a reclamação de Glette Rath sack e C.^a contra a decisão em virtude da qual forão comprehendidos no peso liquido de humã porção de velas de composição, para o pagamento dos respectivos direitos, os envoltorios de papel ou papelão, que as acondicionávão; abatido somente o peso das caixas exteriores de madeira, na fórmula da nota 1.^a do Decreto de 26 de Agosto ultimo.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 351.—Em 7 de Outubro de 1857. — *Não se pôde modificar o estado dos envoltorios.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferida a representação de Fortunato e Irmão, sobre o despacho de cincoenta barris de manteiga, de cujos tampos pretendião destacar humã porção de cal nelles empregada para conservação da mercadoria, visto não convir autorisar modificações no estado dos envoltorios.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 352.—Em 7 de Outubro de 1857.—*As viúvas e os orphãos não podem ser fiadores.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná, n.º 108 de 10 do mez findo, no qual participa ter fallecido Mathias Gonçalves Guimarães, pai e fiador do Thesoureiro da mesma Thesouraria, e pergunta se, tendo elle deixado bens sufficientes para ficar a Fazenda garantida só com a parte que tem de tocar á sua viúva, que tambem se obrigou por qualquer alcance do referido Thesoureiro, deve somente a dita viúva continuar a representar a fiança, ou se deve ser esta reforçada,—lhe declara que, não podendo as viúvas e orphãos ser fiadores, cumpre quanto antes exigir que aquelle Thesoureiro preste outra fiança, na qual o novo fiador se obrigue desde a morte do antecedente, mandando o Sr. Inspector liquidar as respectivas contas para se proceder ulteriormente na fórma da lei.

Thesouro Nacional em 7 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 353.—Em 7 de Outubro de 1857.—*Direitos de 5 por cento que devem pagar os Juizes removidos, ou de novo nomeados, &c.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento de que em algumas Repartições Fiscaes se exige dos nomeados para Juizes Municipaes o pagamento dos direitos de 30 por cento da lotação respectiva, sem se attender aos que pagarão anteriormente dos mesmos cargos que servirão, quando tem havido interrupção no exercicio das funcções publicas entre huns e outros cargos, e que o mesmo se pratica com os nomeados para Juizes de Direito a respeito dos direitos que pagarão do lugar de Juiz Municipal, em identicas circumstancias,—declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para sua intelligencia, e para o fazerem constar a quem convier, que não estão obrigados ao pagamento integral dos referidos direitos os Juizes Municipaes que os tiverem pago dos lugares que occuparão, ou sejam reconduzidos, ou nomeados e removidos para outros, assim como os Juizes de Direito, haja ou não interrupção

no exercício das funções publicas , mas somente aos correspondentes ao melhoramento do vencimento, ou differença de lotações dos lugares.

Thesouro Nacional em 7 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 354.—Em 7 de Outubro de 1857.—*Sobre a intelligencia da Tabella annexa ao art. 1.º do Regulamento do Sello; e declara que o Sello deve ser pago antes de se lavrarem as Escripturas, e não nos traslados dellas.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Minas n.º 10 de 31 de Janeiro do anno passado, no qual informa sobre a intelligencia dada pela mesma Thesouraria á Tabella que vem no art. 1.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, declara que sendo erronea essa intelligencia, como se lhe participou pela Ordem n.º 99 de 19 de Dezembro de 1855, deve o Sr. Inspector determinar ás Estações Fiscaes que quando por ventura lhes forem presentes os titulos sellados na conformidade daquella erronea intelligencia do citado Regulamento, exijão das partes a differença entre a quantia que pagárão e a que legitimamente devião pagar. E por esta occasião declara outrossim ao mesmo Sr. Inspector, que ora se recommenda á Presidencia que faça cessar a pratica existente em alguns lugares da Provincia de lavrarem-se escripturas publicas sem o previo pagamento do Sello, que depois he feito nos traslados, contra o disposto nos arts. 19 e 73 do referido Regulamento; mandando proceder na fórma da lei contra os funcionarios que por ventura continuem a segui-la.

Thesouro Nacional em 7 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

no exercício das funções publicas , mas somente aos correspondentes ao melhoramento do vencimento, ou differença de lotações dos lugares.

Thesouro Nacional em 7 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 354.—Em 7 de Outubro de 1857.—*Sobre a intelligencia da Tabella annexa ao art. 1.º do Regulamento do Sello; e declara que o Sello deve ser pago antes de se lavrarem as Escripturas, e não nos traslados dellas.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Minas n.º 10 de 31 de Janeiro do anno passado, no qual informa sobre a intelligencia dada pela mesma Thesouraria á Tabella que vem no art. 1.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, declara que sendo erronea essa intelligencia, como se lhe participou pela Ordem n.º 99 de 19 de Dezembro de 1855, deve o Sr. Inspector determinar ás Estações Fiscaes que quando por ventura lhes forem presentes os titulos sellados na conformidade daquella erronea intelligencia do citado Regulamento, exijão das partes a differença entre a quantia que pagárão e a que legitimamente devião pagar. E por esta occasião declara outrossim ao mesmo Sr. Inspector, que ora se recommenda á Presidencia que faça cessar a pratica existente em alguns lugares da Provincia de lavrarem-se escripturas publicas sem o previo pagamento do Sello, que depois he feito nos traslados, contra o disposto nos arts. 19 e 73 do referido Regulamento; mandando proceder na fórma da lei contra os funcionarios que por ventura continuem a segui-la.

Thesouro Nacional em 7 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 355. — *Aviso á Presidencia de Minas a que se refere a Ordem Supra.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr. — Constando-me que em alguns lugares dessa Provincia se lavrão escripturas publicas sem o previo pagamento do sello, que depois he feito nos traslados, contra o disposto nos arts. 19 e 73 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, o que obriga as partes a revalidações vexatorias,—haja V. Ex. de tomar as precisas providencias para que cesse semelhante pratica, e para que se proceda na fôrma da lei contra os funcionarios que por ventura continuem a segui-la.

Deos Guarde a V. Ex.— Bernardo de Souza Franco.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 356. — Em 8 de Outubro de 1857. — *A respeito da tara para as pomadas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1857.

Tomando em consideração o requerimento de Fauvarque, Cassemajou e outros, sobre a exiguidade da tara fixada no art. 1.317 da Tarifa em vigor para as pomadas francezas; e tendo em attenção o que V. Ex. informou a este respeito no seu Officio n.º 280 do 1.º do corrente: resolvi que as taras para as pomadas de que trata o referido artigo, pela fôrma que se acha mencionada nas alterações annexas ao Decreto n.º 1.967 de 26 de Agosto ultimo, sejam as mesmas que se fixarão para as essencias e oleos volateis no art. 705, e nota 52.ª da mesma Tarifa. O que communico a V. S. para a devida execução.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco.— Sr. Inspector da Alfandega.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 357.—Aviso N.º 15 de 8 de Outubro de 1857.—Ao
 Presidencia da Provincia de Goyaz.—*Sobre a revalidação
 de posses e sesmarias.*

Illm. e Exm. Sr.—Em additamento ao Aviso n.º 13 de 23 do passado, com que respondi á consulta de V. Ex. constante do Officio n.º 32 de 28 de Março ultimo, sobre estarem ou não sujeitas a revalidação as partes de sesmarias, por cuja compra só agora se pagou a siza, observe a V. Ex., que cumpre distinguir as condições, em que estiverem as sesmarias, por quanto se a venda das porções, de que se trata, tiver tido logar depois da publicação da lei de 18 de Setembro de 1850, sem que ao tempo della se achassem cumpridas as condições declaradas no § 2.º do art. 3.º da mesma Lei, não pôde ser reconhecida, embora se pagasse a siza, por haverem as sesmarias cahido em commisso.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—S. Presi-
 dente da Provincia de Goyaz.

N.º 358.—FAZENDA.—Em 10 de Outubro de 1857.—*Res-
 ponde a diversos quesitos sobre huma apprehensão, e declara
 que o Inspector da Thesouraria não devia dar ordens dire-
 ctas ao Guarda-mór da Alfandega.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do The-
 souro Nacional, á vista das informações constantes do Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba de 27 de Junho deste anno, sob n.º 39, exigidas pela Ordem n.º 15 de 23 de Abril, ácerca da apprehensão das duas barcaças carregadas com mercadorias estrangeiras, furtadas da Barca franceza «Gustave II» que naufragou nas costas de Pernambuco, e em solução ao Officio n.º 53 do 1.º de Setembro de 1855, em que o mesmo Sr. Inspector consulta, se do producto da referida apprehensão pertence alguma parte ao Guarda-mór da respectiva Alfandega, que a effectuou em virtude de ordem sua, lhe declara: 1.º—que não procedeo regularmente o Sr. Inspector dando ordens directas ao dito Guarda-mór para fazer tal deligencia, independentemente da intervenção do Inspector da Alfandega, a quem em semelhante materia competia dirigir-se aos seus su-

bordinados, tomar as cautelas e dar as providencias que mais efficazes parecessem a bem dos interesses fiscaes; 2.º—que, tendo-se dado no caso de que se trata, além do contrabando, o crime de furto, curial foi remetter a Alfandega copia do termo de apprehensão ao Juizo competente, e pôr á disposição deste os individuos presos a bordo das barcaças para instaurar-se o respectivo summario; mas que isto, na conformidade da disposição do artigo ultimo das Instrucções de 3 de Outubro de 1844, e não nos termos do art. 285 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, em que se fundou a Alfandega, só deveria ter lugar no fim do processo administrativo, para que aquelle Juizo fizesse effectiva a pena do art. 177 doCodigo Criminal, que á dita Repartição cumpria e competia impôr; 3.º—que mal procedeo pois a Alfandega deixando de applicar tal pena, e ainda mais irregularmente o Sr. Inspector da Thesouraria não advertindo-a de semelhante falta, quando lhe foi presente a decisão da mesma; 4.º—que devem ser exigidos do arrematante das referidas barcaças os direitos do valor da arrematação, se por ventura não forão ainda cobrados; 5.º—finalmente, pelo que respeita á consulta, que não tendo havido denunciante, ao Guarda-mór compete o producto da apprehensão, sem embargo de haver elle procedido em virtude de ordem superior, segundo o disposto no art. 289 do citado Regulamento de 22 de Junho de 1836, e como já foi explicado na Ordem do Thesouro n.º 25 de 4 de Setembro de 1855 á Thesouraria do Rio Grande do Sul.

Thesouro Nacional em 10 de Outubro de 1857.— Bernardo de Souza Franco.

N.º 359.— Em 10 de Outubro de 1857.—*Sobre a arrecadação dos direitos de transito de Chancellaria, e porcentagem que se deve abonar.*

Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria, em solução ás duvidas propostas em seu Officio n.º 145 de 4 de Agosto ultimo, relativamente aos direitos do transito da Chancellaria, cuja cobrança requer o Amanuense da Secretaria da Relação Pedro Ignacio de Miranda:

bordinados, tomar as cautelas e dar as providencias que mais efficazes parecessem a bem dos interesses fiscaes; 2.º—que, tendo-se dado no caso de que se trata, além do contrabando, o crime de furto, curial foi remetter a Alfandega copia do termo de apprehensão ao Juizo competente, e pôr á disposição deste os individuos presos a bordo das barcaças para instaurar-se o respectivo summario; mas que isto, na conformidade da disposição do artigo ultimo das Instrucções de 3 de Outubro de 1844, e não nos termos do art. 285 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, em que se fundou a Alfandega, só deveria ter lugar no fim do processo administrativo, para que aquelle Juizo fizesse effectiva a pena do art. 177 doCodigo Criminal, que á dita Repartição cumpria e competia impôr; 3.º—que mal procedeo pois a Alfandega deixando de applicar tal pena, e ainda mais irregularmente o Sr. Inspector da Thesouraria não advertindo-a de semelhante falta, quando lhe foi presente a decisão da mesma; 4.º—que devem ser exigidos do arrematante das referidas barcaças os direitos do valor da arrematação, se por ventura não forão ainda cobrados; 5.º—finalmente, pelo que respeita á consulta, que não tendo havido denunciante, ao Guarda-mór compete o producto da apprehensão, sem embargo de haver elle procedido em virtude de ordem superior, segundo o disposto no art. 289 do citado Regulamento de 22 de Junho de 1836, e como já foi explicado na Ordem do Thesouro n.º 25 de 4 de Setembro de 1855 á Thesouraria do Rio Grande do Sul.

Thesouro Nacional em 10 de Outubro de 1857.— Bernardo de Souza Franco.

N.º 359.— Em 10 de Outubro de 1857.—*Sobre a arrecadação dos direitos de transito de Chancellaria, e porcentagem que se deve abonar.*

Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria, em solução ás duvidas propostas em seu Officio n.º 145 de 4 de Agosto ultimo, relativamente aos direitos do transito da Chancellaria, cuja cobrança requer o Amanuense da Secretaria da Relação Pedro Ignacio de Miranda:

1.º Que taes direitos são estabelecidos por leis, e nas de Orçamento tem vindo sempre debaixo da sua denominação propria de *direitos de Chancellaria* juntamente com os *novos e velhos direitos*.

2.º Que deve mandar preparar hum livro para o lançamento dos ditos direitos, e entrega-lo ao Recebedor, para escripturar a receita delles, ordenando-lhe que entre para a mesma Recebedoria trimensalmente com a importancia do que arrecadar.

3.º Finalmente, que, em attenção a tenuidade da renda, e ao maior trabalho que o Recebedor vai ter com a escripturação, lhe deverá estabelecer a commissão de vinte por % deduzida do rendimento que arrecadar.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 360. — Circular de 12 de Outubro de 1857. — Aos Presidentes de Provincias. — *Declara que o direito de que tracta o art. 9.º da lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelos colonos que obtem gratuitamente cartas de colonisação.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o art. 24 da Lei do orçamento n.º 939 de 26 de Setembro findo dado interpretação authentica ao art. 17 da Lei n.º 701 de 18 de Setembro de 1850, e aos Decretos n.º 712 de 16 do mesmo mez de Setembro de 1853, e 808 A de 16 de Junho de 1855, declarando que o direito de 12\$800 de que trata o art. 9 da Lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelo registro das cartas de naturalisação, concedidas gratuitamente a estrangeiros em virtude das disposições citadas; assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de.....

1.º Que taes direitos são estabelecidos por leis, e nas de Orçamento tem vindo sempre debaixo da sua denominação propria de *direitos de Chancellaria* juntamente com os *novos e velhos direitos*.

2.º Que deve mandar preparar hum livro para o lançamento dos ditos direitos, e entrega-lo ao Recebedor, para escripturar a receita delles, ordenando-lhe que entre para a mesma Recebedoria trimensalmente com a importancia do que arrecadar.

3.º Finalmente, que, em attenção a tenuidade da renda, e ao maior trabalho que o Recebedor vai ter com a escripturação, lhe deverá estabelecer a commissão de vinte por % deduzida do rendimento que arrecadar.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 360. — Circular de 12 de Outubro de 1857. — Aos Presidentes de Provincias. — *Declara que o direito de que tracta o art. 9.º da lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelos colonos que obtem gratuitamente cartas de colonisação.*

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o art. 24 da Lei do orçamento n.º 939 de 26 de Setembro findo dado interpretação authentica ao art. 17 da Lei n.º 701 de 18 de Setembro de 1850, e aos Decretos n.º 712 de 16 do mesmo mez de Setembro de 1853, e 808 A de 16 de Junho de 1855, declarando que o direito de 12\$800 de que trata o art. 9 da Lei de 23 de Outubro de 1832, não he devido pelo registro das cartas de naturalisação, concedidas gratuitamente a estrangeiros em virtude das disposições citadas; assim o communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de.....

N.º 361. — JUSTIÇA. — Aviso de 12 de Outubro de 1857. —
Ao Ministerio da Marinha. — *Declara que os Officiaes da Armada em effectivo serviço de bordo não devem ser incluídos nas listas dos Jurados.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Hum dos antecessores de V. Ex. remetteo ao Ministerio ora a meu cargo, com Aviso de 17 de Agosto de 1852, copia do Officio do Chefe de Esquadra encarregado do Quartel General da Marinha, datado de 21 do mez anterior, e do parecer dado pelo Conselheiro Procurador da Corôa, sobre o facto de haver sido sorteado como Jurado na Provincia do Pará, o 1.º Tenente Antonio José Pereira Leal, commandante do Patacho Independencia, como constava dos papeis, que tambem por copia acompanhãrão o citado Aviso.

Sendo consultada a tal respeito a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, foi esta de parecer de conformidade com o do Conselheiro Procurador da Corôa, que erão tão manifestas as razões de Direito e de conveniencia que concorrião para se não incluirem nas listas dos Jurados os Officiaes da Armada em effectivo serviço de bordo, que reputava singular o facto occorrido; mas que, visto ter sido aquelle Official competentemente dispensado, e nenhum inconveniente, nem damno ter resultado ao serviço, não se tornava precisa providencia alguma extraordinaria; sendo de crer, que se não repeteria o exemplo, e por Sua Imperial Resolução de 7 do corrente mez Honve Sua Magestade o Imperador por bem assim Declarar. O que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex. a quem Docs Guarde.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Antonio Saraiva.

Nº. 362.—Aviso de 12 de Outubro de 1857. — Ao Presidente da Provincia da Parahiba. — *Declara, em solução a duvida do Juiz de Direito da 1.^a Comarca da referida Provincia, que embora o art. 177 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 falle sómente dos crimes de responsabilidade e contrabando, implicitamente comprehende todos os outros delictos, que posteriormente forão mandados processar e julgar pelos Juizes de Direito, devendo por tanto todos esses crimes figurar nos mappas especiaes, que taes Juizes são obrigados á dar no fim de cada semestre.*

3.^a Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Com o Officio dessa Presidencia de 19 de Novembro do anno proximo preterito, sob n.º 451, foi presente a Sua Magestade o Imperador o do Chefe de Policia, no qual expõe, que tendo exigido do Juiz de Direito da 1.^a Comarca o mappa dos crimes de que trata a Lei n.º 562 de 2 de Julho de 1850, julgados por elle no semestre de Janeiro a Junho do dito anno; aquelle Magistrado satisfizera semelhante requisição, fazendo porém vêr, que entrava em duvida, se lhe corria a obrigação de remetter a Secretaria da Policia, no fim de cada semestre, o mappa de taes crimes que houvesse julgado, por não estar isso expressamente declarado no art. 26 do Regulamento de 9 de Outubro de 1850, e referir-se o art. 177 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, somente aos crimes de responsabilidades e contrabando.

Ouvindo o Conselheiro Procurador da Corôa, e consultada a Secção de Justiça do Conselho d'Estado a respeito da duvida proposta pelo referido Juiz de Direito, e Conformando-Se o Mesmo Augusto Senhor com o parecer por elles dado: Houve por bem Declarar, por Sua Imperial Resolução de 7 do corrente mez, que embora o art. 177 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, falle sómente dos crimes de responsabilidade e contrabando, implicitamente comprehende todos os outros crimes, que posteriormente forão mandados processar e julgar pelos Juizes de Direito.

Que tratando-se de estabelecer huma estatística judicial de todos os crimes processados e julgados, o art. 179 do citado Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, impoz aos Juizes de Direito a obrigação de mandar o mappa dos delictos

julgados por elles como Presidentes do Jury, e o art. 177 exigio o dos crimes de responsabilidade e contrabando, por serem estes os unicos então julgados por laes Juizes; que transferindo porém a lei de 2 de Julho de 1850, assim como outras, do Jury para os Juizes de Direito o julgamento final de alguns outros crimes, he claro que estes devem figurar nos mappas especiaes que até 1842 se limitavão aos crimes mencionados no art. 177 do dito Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Chefe de Policia, e ao Juiz de Direito da 1.^a Comarca dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex.— Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.— Sr. Presidente da Provincia da Parahiba.

N.º 363.— FAZENDA.— Em 13 de Outubro de 1857.— *Tara que compete aos vidros com sulphato de quinino.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferido o requerimento de José Luiz Sampaio Costa, reclamando contra a tara que lhe quer dar essa Alfandega em hum despacho de cem vidros de sulphato de quinino, sobre que V. S. informou em data de 2 do corrente; por quanto a Alfandega procede de conformidade com a verdadeira intelligencia do art. 1.524 da Tarifa, dando a este genero a taxa de 40 por % quando, como no caso presente, vem em vidros que comportão até huma libra de liquido; cumprindo todavia que se leve igualmente em conta a tara fixada para as barricas, caixas ou latas, sempre que os vidros deste ou de qualquer outro producto vierem acondicionados dentro de qualquer desses envoltorios.

Deos Guarde a V. S.— Bernardo de Souza Franco.— Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

julgados por elles como Presidentes do Jury, e o art. 177 exigio o dos crimes de responsabilidade e contrabando, por serem estes os unicos então julgados por laes Juizes; que transferindo porém a lei de 2 de Julho de 1850, assim como outras, do Jury para os Juizes de Direito o julgamento final de alguns outros crimes, he claro que estes devem figurar nos mappas especiaes que até 1842 se limitavão aos crimes mencionados no art. 177 do dito Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Chefe de Policia, e ao Juiz de Direito da 1.^a Comarca dessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Presidente da Provincia da Parahiba.

N.º 363.—FAZENDA.—Em 13 de Outubro de 1857.—*Tara que compete aos vidros com sulphato de quinino.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1857.

Communico a V. S. que foi indeferido o requerimento de José Luiz Sampaio Costa, reclamando contra a tara que lhe quer dar essa Alfandega em hum despacho de cem vidros de sulphato de quinino, sobre que V. S. informou em data de 2 do corrente; por quanto a Alfandega procede de conformidade com a verdadeira intelligencia do art. 1.524 da Tarifa, dando a este genero a taxa de 40 por % quando, como no caso presente, vem em vidros que comportão até huma libra de liquido; cumprindo todavia que se leve igualmente em conta a tara fixada para as barricas, caixas ou latas, sempre que os vidros deste ou de qualquer outro producto vierem acondicionados dentro de qualquer desses envoltorios.

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 364. — Circular em 13 de Outubro de 1857. — *Quaes as decisões dos Inspectores das Alfandegas de que se póde recorrer.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias, para sua intelligencia e para o fazerem constar a quem convier, que, em virtude do art. 46 do Decreto n.º 1.914 de 28 de Março deste anno, devem reputar-se decisões dos Inspectores das Alfandegas, para se admittir recurso á Autoridade administrativa superior, as proferidas nos casos do art. 6.º do Decreto n.º 391 de 17 de Novembro de 1844, e art. 1.º § 6.º do Decreto n.º 689 de 30 de Julho de 1850, quando não houver maioria absoluta de votos dos Empregados e Peritos, ou Praticos do Commercio, explicados assim o art. 2.º do citado Decreto de 1850, e o art. 8.º do de 1844, a que se refere a Portaria de 20 de Junho de 1850.

Thesouro Nacional em 13 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 365. — Em 14 de Outubro de 1857. *Os Thesoueiros e os Pagadores são responsaveis conjunctamente com os Escrivões a respeito da legalidade das despezas.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo observado em differentes liquidações de contas que as Repartições encarregadas dessa liquidação tem tornado os Escrivões exclusivamente responsaveis por factos relativos á legalidade com que se effectuou a despesa; declaro a V. Ex., para sua intelligencia e devida execução, que tal pratica he contraria á legislação em vigor, pois que os Thesoueiros e Pagadores devem tambem responder pela illegalidade da despesa feita, não só por falta das ordens para esse fim precisas, como pela incompetencia para o recebimento da parte dos individuos a favor de quem tiver sido previamente ordenado.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Director Geral da Contabilidade.

N.º 366. — JUSTIÇA. — Aviso de 15 de Outubro de 1857. —
 Dirigido ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. —
*Declara em solução a duvida proposta pelo Commandante do
 Corpo Policial da dita Provincia, que tendo-se sempre jul-
 gado nesta Côte extensiva aos Corpos Policiaes a disposi-
 ção do Aviso do Ministerio da Guerra de 22 de Setembro
 de 1855, que declara competir as Autoridades militares a
 execução das sentenças dos Tribunaes militares, assim se
 deve observar na mesma Provincia.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Ja-
 neiro em 15 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o Officio dessa Presidencia de 13
 de Maio ultimo, sob n.º 146, forão presentes a Sua Magesta-
 de o Imperador os documentos que ao mesmo Officio acom-
 panhárão, dos quaes consta, que estando o soldado do Corpo Po-
 licial dessa Provincia, Manoel Joaquim da Fonseca e Silva, a
 cumprir no respectivo Quartel, a pena de seis mezes de prisão
 simples por crimes de primeira deserção, requisitára o Com-
 mandante do dito Corpo ao Juiz Municipal de Niterohy, em
 consequencia do máo comportamento do referido soldado, que
 o mandasse recolher á cadeia civil para cumprir nos trabalhos
 publicos a sentença, na conformidade do disposto no artigo
 adicional de 27 de Fevereiro de 1841 ao Regulamento de
 13 de Maio de 1835; que recusando-se aquelle Juiz a receber
 o preso em vista do Aviso do Ministerio da Guerra de 22 de
 Setembro de 1855, que declarou não pertencer ao Juiz civil
 a execução das sentenças militares, o Commandante do Corpo
 submettêra o negocio a decisão dessa Presidencia, sustentan-
 do a legalidade da medida, pelo fundamento de não estar o
 Corpo Policial subordinado ao Ministro da Guerra, sendo tam-
 bem esta a opinião da mesma Presidencia, no citado Officio com
 que remetteo taes documentos.

O Chefe de Policia da Côte, a quem se mandou que in-
 formasse sobre a questão, declarou em seu Officio de 29 do
 sobredito mez de Maio, que aqui sempre se julgou extensiva
 aos Corpos Policiaes, a disposição do Aviso do Ministerio da
 Guerra de 22 de Setembro de 1855, declarando competir as
 Autoridades militares a execução das sentenças dos Tribunaes
 militares, e deverem os condemnados por crime de deserção
 a trabalho de fortificação, ainda que tenham de ser excluidos
 dos Corpos, cumprir as sentenças nos lugares por ellas desi-

gnados, e na falta de designação, nas Fortalezas e Praças, disposição esta que está em harmonia com as do Aviso do referido Ministerio de 17 de Julho, e Circular de 22 de Setembro de 1855. O que Manda o Mesmo Augusto Senhor comunicar a V. Ex. para sua intelligencia, e para que assim o faça observar nessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 367. — Aviso de 16 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. — *Devalra ao mesmo Presidente em solução á duvida suscitada naquelle Tribunal, que não podem ser conjunctamente Juizes na mesma causa, e nella discutir e votar dous Membros que seão irmãos.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Em Officio de 9 de Maio do corrente anno, trouxe o Presidente desse Supremo Tribunal de Justiça ao conhecimento do Governo Imperial a duvida suscitada no mesmo Tribunal, se nos processos, que nelle correm nos quaes todos os Membros intervem com o seu voto, poderia o Conselheiro Ernesto Ferreira França, para o julgamento de taes processos, concorrer com seu irmão o Conselheiro Cornelio Ferreira França.

Sendo ouvido sobre a questão o Conselheiro Procurador da Corôa, e consultada a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, e Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o parecer por elles dado, Houve por bem declarar por Sua Imperial Resolução de 10 do corrente mez, que os dous referidos Conselheiros irmãos não podem ser conjunctamente Juizes na mesma causa, e nella discutir e votar ambos. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar a esse Supremo Tribunal de Justiça.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Paulo Figuerôa Nabuco de Araujo.

gnados, e na falta de designação, nas Fortalezas e Praças, disposição esta que está em harmonia com as do Aviso do referido Ministerio de 17 de Julho, e Circular de 22 de Setembro de 1855. O que Manda o Mesmo Augusto Senhor communicar a V. Ex. para sua intelligencia, e para que assim o faça observar nessa Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 367. — Aviso de 16 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. — *Deobra ao mesmo Presidente em solução á duvida suscitada naquelle Tribunal, que não podem ser conjunctamente Juizes na mesma causa, e nella discutir e votar dous Membros que seão irmãos.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Em Officio de 9 de Maio do corrente anno, trouxe o Presidente desse Supremo Tribunal de Justiça ao conhecimento do Governo Imperial a duvida suscitada no mesmo Tribunal, se nos processos, que nelle correm nos quaes todos os Membros intervem com o seu voto, poderia o Conselheiro Ernesto Ferreira França, para o julgamento de taes processos, concorrer com seu irmão o Conselheiro Cornelio Ferreira França.

Sendo ouvido sobre a questão o Conselheiro Procurador da Corôa, e consultada a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, e Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o parecer por elles dado, Houve por bem declarar por Sua Imperial Resolução de 10 do corrente mez, que os dous referidos Conselheiros irmãos não podem ser conjunctamente Juizes na mesma causa, e nella discutir e votar ambos. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar a esse Supremo Tribunal de Justiça.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Paulo Figuerôa Nabuco de Araujo.

N.º 368.—GUERRA.—Circular de 16 de Outubro de 1857.—
*A's Thesourarias providenciando sobre o modo por que
 devem proceder quando tiverem de pedir augmento de credito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
 16 de Outubro de 1857.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria d'Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de... para seu conhecimento e pontual execução, que nos pedidos de augmento de credito deve tomar sempre por base o estado effectivo do pessoal, e o menor que for presumivel despende-se quanto ao material, fazendo novos pedidos quando por qualquer circumstancia, haja necessidade de maior despesa, para que o Governo não crêe creditos supplementares muito superiores ás necessidades reaes do serviço, por ser pratica de quasi todas as Thesourarias quando pedem augmento, para as despesas de rubricas para as quaes não julgão sufficientes os creditos que lhes são abertos, ou quando estes ficão exhaustos, tomarem como base de seus calculos o estado completo quanto ao pessoal, e a maior despesa quanto ao material.

Outrosim Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar-lhe que, todas as vezes que houver movimento de pessoal de huma para outra Provincia, deverá participar immediatamente o dia em que verificar-se e o adiantamento que se fizer aos Officiaes ou praças de pret que passarem a servir em outra Provincia, a fim de annullar-se o excesso de credito que resultar da cessação da despesa e augmentar-se o credito ás Thesourarias daquellas para onde os ditos Officiaes e praças marcharem.—Jeronymo Francisco Coelho.

N.º 369. —FAZENDA —Em 16 de Outubro de 1857. — *Direitos que deve pagar o maraschino engarrafado.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, participa ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que o mesmo Tribunal, á vista do disposto na nota 141 da nova Tarifa, não deo provimento ao recurso, que acompanhou o seu Officio n.º 231 de 14 do mez findo, interposto por Gex e Decosterd Frères da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega, que exigio no despacho de cem caixas com licor maraschino, além de mil réis por canada, mais 50 por % por vir elle engarrafado.

Thesouro Nacional em 16 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 370. —Circular em 16 de Outubro de 1857.—*As dragonas devem ser despachadas por factura.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a representação que lhe dirigio Jeronymo Moreira da Silva, Negociante desta Praça, sobre o despacho de dragonas para os Officiaes, e ouvindo a semelhante respeito a Comissão nomeada para propor as alterações que forem necessarias á nova Tarifa, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que semelhante mercadoria deve ser despachada por factura com direitos de 30 por % ad valorem.

Thesouro Nacional em 16 de Outubro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 371.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Outubro de 1857.—
Dirigido ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.
Approva a deliberação tomada pelo referido Presidente,
quando declarou, que o Juiz de Paz mais votado do dis-
tricto da Capital, não tinha renunciado o cargo por haver
exercido interinamente os lugares de Promotor Publico da
respectiva Comarca, e o de Procurador Fiscal da Thesou-
raria Provincial.

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Deo V. Ex. conta no seu Officio n.º 72 de 25 de Agosto ultimo, que, tendo-lhe a Camara Municipal dessa Capital consultado, se por haver Francisco Gomes da Silva, Juiz de Paz mais votado do districto da mesma Capital accitado e exercido interinamente os lugares de Promotor Publico da Comarca, e de Procurador Fiscal da Thesouraria Provincial, tinha ou não renunciado tacitamente o cargo de Juiz de Paz, V. Ex., lhe respondêra, que exercendo aquelle individuo apenas interinamente os referidos lugares, não se podia entender, que renunciára o cargo popular, que anteriormente occupava, para o qual devia voltar, logo que desapparecesse o impedimento em que se achava: accrescendo ainda, que em referencia ao exercicio interino do lugar de Procurador Fiscal, já fôra decidido por Aviso de 20 de Junho de 1834, que a sua accumulção não era incompativel com as funcções de Juiz de Paz.

Sendo a tal respeito ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa. Sua Magestade o Imperador Conformando-Se com o parecer por este dado, Manda declarar a V. Ex. que bem resolveo a Consulta da referida Camara Municipal, quando lhe fez saber, que o individuo de que se trata não renunciou o cargo de Juiz de Paz pelo facto de haver interinamente exercido os lugares de Promotor Publico, e de Procurador Fiscal. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N.º 372.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Outubro de 1857.—*Declara que, á vista da disposição do Art. 71 da Lei de 19 de Agosto de 1846, tem os Presidentes dos Collegios eleitoraes o direito de votarem conjunctamente com os seus Membros nas questões, que nelles forem suscitadas.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio que V. Ex. me dirigio com a data de 29 de Junho deste anno, participando e sujeitando á approvação do Governo Imperial a solução que dera ás seguintes duvidas, sobre as quaes foi consultado pelo Collegio eleitoral que se reunio no mesmo mez nessa Capital, a fim de proceder á eleição dos Membros da Assembléa Provincial:

1.ª Se o Presidente do dito Collegio podia votar conjunctamente com os mais Membros deste, sobre questões suscitadas nelle;

2.ª Que procedimento se deveria ter, no caso affirmativo, havendo empate na votação.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, Houve por bem Mandar declarar á V. Ex:

Quanto á 1.ª duvida, que acertadamente a decidio V. Ex., respondendo que, á vista da disposição do art. 71 da Lei de 19 de Agosto de 1846, tem os Presidentes dos Collegios eleitoraes o direito de votarem conjunctamente com os seus Membros nas questões, que nelles forem suscitadas;

Quanto á 2.ª, que será sujeita ao conhecimento e decisão do Poder Legislativo. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde á V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 373. — Aviso de 20 de Outubro de 1857. — *Declara que o prazo de dous annos de residencia no Termo, que exige a Lei para se poder ser eleito Vereador da Camara Municipal, deve ser contado ao estrangeiro, que se naturalisar cidadão brasileiro, não da data da carta de naturalisação, mas sim em relação ao tempo de domicilio no lugar.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o Officio de V. Ex., datado em 28 de Fevereiro deste anno, no qual consulta se o estrangeiro que se naturalisar Cidadão Brasileiro pôde ser eleito Vereador antes de ter decorrido, da data da respectiva Carta, até o dia da eleição, o prazo de dous annos, de que trata a Lei do 1.º de Outubro de 1828, embora tenha residido no Termo, em que esta se fizer, durante aquelle ou mais longo tempo, Houve—por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 3 do passado, Mandar declarar que o referido prazo deve ser contado, não da data da carta de naturalisação, assim como se não conta para Nacionaes do dia em que completão a idade legal, mas sim em relação ao tempo de domicilio no lugar, pois que esta circumstancia he a razão em que se basea aquelle requisito da Lei. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 374. — Aviso de 20 de Outubro de 1857. — *Approva a resposta que deu o Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte ao unico Vereador juramentado dos que forão eleitos para a Camara Municipal da Villa de Estremoz, declarando-lhe que em taes circumstancias devia, para que podesse convocar e dar posse aos outros nomeados, visto como faltava o Secretario, nomear e juramentar hum Cidadão que servisse este cargo sómente para tal fim.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Outubro de 1857.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio que V. Ex. me dirigio, datado em 5 de Agosto ultimo, sujeitando á approvação do Governo Imperial a resposta que V. Ex. deu ao unico Vereador juramentado dos que forão eleitos para a Camara Municipal da Villa de Estremoz, declarando-lhe que em taes circumstancias devia, para que podesse convocar e dar posse aos outros nomeados, visto como faltava o Secretario, nomear e juramentar hum cidadão que servisse este cargo sómente para tal fim, sendo logo depois substituido por algum dos Vereadores, verificada a sua posse, até que reunida a Camara, deliberasse como lhe parecesse conveniente. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 3 do passado, — Houve por bem Approvar essa decisão de V. Ex., que se acha de accordo com o pensamento das ordens do Governo Imperial tendentes á facilitar as reuniões das Camaras Municipaes. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Providcia do Rio Grande do Norte.

N.º 375.—Aviso de 20 de Outubro de 1857.—*Declara que o Eleitor que no Collegio eleitoral tiver votos para Escrutador, não fica por este facto inhibido de ser nomeado Presidente do mesmo Collegio.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o officio que essa Presidencia me dirigio transmittindo-me por copia o officio em que o consultou o Juiz de Paz mais votado da Parochia de Villa Bella sobre a seguinte duvida—se o Eleitor que no Collegio eleitoral tiver votos para Escrutador, fica por este facto inhibido de ser nomeado Presidente do mesmo Collegio,—a fim de que fosse decidida pelo Governo Imperial:—Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por sua immediata Resolução de 14 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 3 do passado, Mandar declarar que nem ha disposição de Lei que estabeleça tal inhibição, nem razão alguma se depara que a possa fundamentar. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 376. — FAZENDA — Em 20 de Outubro de 1857. — *Sobre hum despacho de velas de composição, e respectivo envoltorio.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1857.

Em vista do que V. S. informa em seu Officio n.º 331 de 14 do corrente, sobre a pretensão de Glette Rathsak e C.ª, mande V. S. despachar as velas de composição, ou stearinas, com a tara de 20 por % quando esta mercadoria for importada em envoltorios dobrados, isto he, em caixotes ordi-

narios de 30 libras, pouco mais ou menos, dentro de outros maiores, como se deu no caso de que V. S. trata no seu dito Officio.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 377. — Em 21 de Outubro de 1857. — *Os dinheiros de orphãos devem ser recolhidos nos cofres proprios.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1857.

Communico á Vm., em resposta ao seu Officio de 21 de Agosto ultimo, que o emprestimo de 22.996 \$ 696, pertencente aos herdeiros de Manoel Gonçalves, entrou para o Thesouro no dia 5 do corrente com a denominação de emprestimo de 14 de Agosto de 1857; não havendo portanto, receio algum á respeito das declarações feitas pelo Collector dessa Cidade, de que Vm. trata em seu citado Officio, e que derão motivo á sua queixa.

Observando porém, que, á medida que se hão apurando os bens dos ditos herdeiros, Vm. mandava recolher o dinheiro como deposito no cofre da Collectoria, e só depois de arrematado todo o espolio he que a somma das entradas tomou o character de emprestimo do Cofre dos orphãos, conhecendo-se portanto que aquelles depositos forão inteiramente particulares, e o Cofre da Collectoria figurára de Cofre do Juiz durante algum tempo; declaro á Vm. que foi irregular este seu procedimento, pois que os dinheiros de orphãos, em quanto não são dados por emprestimo ao Estado e para esse fim entregues aos Collectores, tem Cofre e Thesoureiro especiaes, que certamente não são o da Collectoria e nem o Collector.

Deos Guarde a Vm. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de Rezende.

narios de 30 libras, pouco mais ou menos, dentro de outros maiores, como se deu no caso de que V. S. trata no seu dito Officio.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 377. — Em 21 de Outubro de 1857. — *Os dinheiros de orphãos devem ser recolhidos nos cofres proprios.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
21 de Outubro de 1857.

Communico á Vm., em resposta ao seu Officio de 21 de Agosto ultimo, que o emprestimo de 22.996 \$ 696, pertencente aos herdeiros de Manoel Gonçalves, entrou para o Thesouro no dia 5 do corrente com a denominação de emprestimo de 14 de Agosto de 1857; não havendo portanto, receio algum á respeito das declarações feitas pelo Collector dessa Cidade, de que Vm. trata em seu citado Officio, e que derão motivo á sua queixa.

Observando porém, que, á medida que se hão apurando os bens dos ditos herdeiros, Vm. mandava recolher o dinheiro como deposito no cofre da Collectoria, e só depois de arrematado todo o espolio he que a somma das entradas tomou o character de emprestimo do Cofre dos orphãos, conhecendo-se portanto que aquelles depositos forão inteiramente particulares, e o Cofre da Collectoria figurára de Cofre do Juiz durante algum tempo; declaro á Vm. que foi irregular este seu procedimento, pois que os dinheiros de orphãos, em quanto não são dados por emprestimo ao Estado e para esse fim entregues aos Collectores, tem Cofre e Thesoureiro especiaes, que certamente não são o da Collectoria e nem o Collector.

Deos Guarde a Vm. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de Rezende.

N.º 378. — JUSTIÇA. — Aviso de 21 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Ceará. — *Declara em solução a duvida proposta pelo Juiz Municipal substituto do Termo de Baturité, que he Vereador da Camara Municipal do mesmo Termo, que com quanto seja incompativel a accumulção de ambos esses empregos, com tudo o exercicio de hum não importa como consequencia a renuncia do outro.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador, o Officio de V. Ex. datado de 28 de Agosto do corrente anno, cobrindo por copia, não só o que lhe dirigio o Juiz Municipal substituto do Termo de Baturité, que he Vereador da Camara Municipal, no qual consultou, se, sendo inaccumulavel o emprego de Vereador como o de Juiz Municipal, podia elle renunciar aquelle, preferindo o exercicio deste, visto dever optar entre ambos; mas tambem a resposta por V. Ex. dada á semelhante consulta.

Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, sobre a materia dos referidos papeis, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Approvar a deliberação por V. Ex. tomada, quando declarou ao mencionado Juiz Municipal substituto, que, com quanto fosse incompativel a accumulção de ambos esses empregos, todavia o exercicio de hum, não trazia como consequencia a renuncia do outro, ao qual podia voltar logo que cessasse o impedimento de qualquer delles, como era expresso no Decreto n.º 429 de 9 de Agosto de 1845, e Aviso de 25 de Abril 1847. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N.º 379. — FAZENDA — Em 22 de Outubro de 1857. — *Contas que se devem incluir nas Precatorias.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo a Fazenda Nacional direito de cobrar das partes vencidas, não só as custas por ella adiantadas nos termos das Instruções de 28 de Abril de 1851, e mais disposições em vigor, como a importancia dos actos praticados pelos Procuradores e Solicitadores dos feitos da Fazenda, conforme se acha marcado no Regimento das Custas de 3 de Março de 1855 para os Advogados e Solicitadores, quer as demandas sejam executivas, quer de natureza diversa, e não sendo pratica comprehenderem-se nas precatorias executivas se não as custas que a Fazenda adianta aos Empregados do Juizo, exigindo os Agentes Fiscaes nos Juizos deprecados a importancia do procuratorio no acto da cobrança da divida demandada, paga pelo devedor amigavelmente ou por força da sentença condemnatoria; mas podendo resultar de semelhante pratica deixar-se muita vezes de cobrar em parte ou integralmente a importancia do procuratorio, mandado exigir por Aviso Circular desse Ministerio de 24 de Março de 1851, rogo á V. Ex. a expedição de suas ordens para que nos Juizos dos Feitos deprecantes se incluão nas contas das precatorias, com a precisa discriminação das custas que a Fazenda Nacional adianta, das dos Empregados dos Juizos da Corte, Bahia e Pernambuco e dos Sellos averbados tanto nellas como nos autos originarios, a importancia do procuratorio dos Procuradores dos Feitos e Solicitadores da Fazenda, áquem a mesma Fazenda paga ordenados, declarando por essa occasião que não se devem exigir das partes as custas do processo, quando por circumstancias imprevistas se requer a cobrança de huma divida já paga, ou indevidamente lançada á conta de huma pessoa, que por ella não lie responsavel.

Deos Guarde V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

N.º 380. — FAZENDA. — Circular de 23 de Outubro 1857. —
*Os Secretarios das Relações estão autorisados para fazerem
 as despesas necessarias com os preparos, &c.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o que lhe representou a Thesouraria da Provincia de Pernambuco em Officio de 19 de Setembro proximo passado, n.º 159, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os Secretarios das Relações estão autorisados para, na fôrma das Instrucções de 28 de Abril de 1851, Ordem de 18 de Novembro do mesmo anno, e outras que as tem explicado, fazerem as demais despesas a bem do andamento das causas da Fazenda, que, além das assignaturas e preparo, se tornarem necessarias nos mesmos Tribunaes, dando-se conta dellas na mesma folha a que se refere o Aviso n.º 272 de 17 de Dezembro de 1852.

Thesouro Nacional em 23 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 381. — Em 23 de Outubro de 1857. — *Elevação da
 tara para as massas; e sobre a verificação
 do peso liquido.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em
 23 de Outubro de 1857.

Tomando conhecimento do requerimento de Fratelli Zignago, em que reclamão contra as taras fixadas na Tarifa para as caixas de massas alimentares da Italia, e para os vidros de sulphato de quinino, queixando-se ao mesmo tempo de que essa Alfandega lhes negara a verificação do peso liquido destas mercadorias, para conhecerem a verdadeira differença das taras, sobre o que informou V. S. em Officio de 14 do corrente, declaro-lhe que fica elevada a 20 por % a tara para as massas, quando vierem em caixas ou barricas, nada havendo a resolver relativamente ao sulphato de quinino, porque para este já se tomou a providencia constante de meu Aviso de 13 do corrente. Quanto a queixa da não verificação do peso liquido, he certo que as partes não tem o direito de exigirem que ella se faça na Alfandega, como já tenho declarado; entretanto que V. S. a

poderá ordenar quando assim seja mister, não só para certificar-se do fundamento das reclamações, como para melhor basear as informações que tiver de prestar-me.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 382. — Aviso de 23 de Outubro de 1857. — *Estabelece como se deve proceder a respeito dos Capellães do Exercito com Patente quando commetterem faltas graves contra a disciplina militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador conformando-Se com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, sobre o procedimento que se deva ter com os Capellães do Exercito pelas faltas, que commetterem quando essas faltas, não sendo simplesmente correccionaes, ou da competencia do Foro Ecclesiastico, forem por sua gravidade offensivas da disciplina militar; Houve por bem por Sua Immediata e Imperial Resolução de 14 do corrente, Determinar, 1.º, que a accusação feita aos Capellães com Patente de Officiaes do Exercito por faltas offensivas da disciplina militar, deve ser remettida a hum Conselho de inquirição, acompanhada das respectivas informações e mais peças officiaes especificadas no Regulamento e Formulario de 18 de Agosto de 1855, para que elle dê sua opinião a respeito; 2.º que igualmente as faltas graves contrárias á disciplina militar commettidas pelos referidos Capellães, deverão ser julgadas em Conselho de Guerra pelo mesmo modo por que são julgadas as de quaesquer outros Officiaes, exceptuadas unicamente as que forem simplesmente correccionaes, ou da competencia do Foro Ecclesiastico. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Suruhy.

poderá ordenar quando assim seja mister, não só para certificar-se do fundamento das reclamações, como para melhor basear as informações que tiver de prestar-me.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega.

N.º 382. — Aviso de 23 de Outubro de 1857. — *Estabelece como se deve proceder a respeito dos Capellães do Exercito com Patente quando commetterem faltas graves contra a disciplina militar.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador conformando-Se com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, sobre o procedimento que se deva ter com os Capellães do Exercito pelas faltas, que commetterem quando essas faltas, não sendo simplesmente correccionaes, ou da competencia do Foro Ecclesiastico, forem por sua gravidade offensivas da disciplina militar; Houve por bem por Sua Immediata e Imperial Resolução de 14 do corrente, Determinar, 1.º, que a accusação feita aos Capellães com Patente de Officiaes do Exercito por faltas offensivas da disciplina militar, deve ser remettida a hum Conselho de inquirição, acompanhada das respectivas informações e mais peças officiaes especificadas no Regulamento e Formulario de 18 de Agosto de 1855, para que elle dê sua opinião a respeito; 2.º que igualmente as faltas graves contrárias á disciplina militar commettidas pelos referidos Capellães, deverão ser julgadas em Conselho de Guerra pelo mesmo modo por que são julgadas as de quaesquer outros Officiaes, exceptuadas unicamente as que forem simplesmente correccionaes, ou da competencia do Foro Ecclesiastico. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Suruhy.

N.º 383.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Outubro de 1857.
Approva as decisões do Presidente da Província de S. Paulo, declarando que o Juiz de Paz mais votado não podia, em circumstancia alguma, votar para a formação da Meza Parochial; assim como não terem os respectivos votantes obrigação de assignar suas listas.

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio dessa Presidencia, datado em 18 do passado, acompanhado de huma copia do que dirigira ao Juiz de Paz mais votado da Villa de Tatuhy, declarando-lhe 1.º— que na eleição, a que se tinha de proceder para Eleitores da respectiva Parochia, não podia o mesmo Juiz de Paz votar para a formação da Meza Parochial em circumstancia alguma: 2.º— que á vista do Art. 51 da Lei de 19 de Agosto de 1846, não tem os votantes obrigação de assignar suas listas em taes eleições.

E tendo o Governo Imperial approved estas decisões do antecessor de V. Ex. assim lhe communico para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

N.º 384.—Aviso de 24 de Outubro de 1857. — *Declara ao Director da Faculdade de Medicina da Côte que, mantida a taxa de 100 \$ para os individuos que se propozerem habilitar-se para o exercicio de suas profissões, fiquem sujeitos á de 120 \$ os que obtiverem diplomas das Faculdades do Imperio.*

2.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador a proposta da Congregação dessa Faculdade, constante do officio do respectivo Director, de 5 de Junho de 1855, relativa ás taxas de que trata o art. 25 dos Estatutos das Faculdades de Medicina approveds pelo Decreto n.º 1387 de 28 de Abril de 1854

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado, por Sua immediata Resolução de 17 do corrente com o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, exarado em Consulta de 17 de Janeiro do anno passado, Ha por bem declarar que, mantida a taxa de 100 \$ para os que se propozerem a habilitar-se para o exercicio de suas profissões, fiquem sujeitos á de 120 \$ os que obtiverem diplomas das Faculdades do Imperio. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.

N.º 385. — Aviso de 24 de Outubro de 1857. — *Annulla as eleições para Vereadores e Juizes de Paz da Cidade de Taubaté, na Provincia de S. Paulo, pelas irregularidades com que forão feitas em Setembro do anno passado, e manda proceder á novas.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Outubro do 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador, com o officio dessa Presidencia de 18 de Novembro do anno passado, a representação que alguns cidadãos residentes na Cidade de Taubaté dirigirão ao Governo Imperial, allegando que differentes irregularidades commettidas por occasião de proceder-se em Setembro do mesmo anno ás eleições para Vereadores e Juizes de Paz na dita Cidade, as tornão nullas.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 17 do corrente com os pareceres da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarados em Consultas de 26 de Dezembro do anno findo, e 13 de Julho ultimo, — Houve por bem Mandar declarar que achando-se provados os seguintes factos:—1.º—não terem sido declarados na respectiva acta os nomes dos votantes que deixarão de acudir ás chamadas:—2.º—haver-se recebido maior numero de cedulas para Vereadores do que para Juizes de Paz:—3.º—ter sido feita a entrega das cedulas sem ordem e simultaneamente:—4.º—haver a Mesa Parochial entregue o livro da qualificação viciado com 36 emendas que alteravão os

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado, por Sua immediata Resolução de 17 do corrente com o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, exarado em Consulta de 17 de Janeiro do anno passado, Ha por bem declarar que, mantida a taxa de 100 \$ para os que se propozerem a habilitar-se para o exercicio de suas profissões, fiquem sujeitos á de 120 \$ os que obtiverem diplomas das Faculdades do Imperio. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Córte.

N.º 385. — Aviso de 24 de Outubro de 1857. — *Annulla as eleições para Vereadores e Juizes de Paz da Cidade de Taubaté, na Provincia de S. Paulo, pelas irregularidades com que forão feitas em Setembro do anno passado, e manda proceder á novas.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Outubro do 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador, com o officio dessa Presidencia de 18 de Novembro do anno passado, a representação que alguns cidadãos residentes na Cidade de Taubaté dirigirão ao Governo Imperial, allegando que differentes irregularidades commettidas por occasião de proceder-se em Setembro do mesmo anno ás eleições para Vereadores e Juizes de Paz na dita Cidade, as tornão nullas.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 17 do corrente com os pareceres da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarados em Consultas de 26 de Dezembro do anno findo, e 13 de Julho ultimo, — Houve por bem Mandar declarar que achando-se provados os seguintes factos:—1.º—não terem sido declarados na respectiva acta os nomes dos votantes que deixarão de acudir ás chamadas:—2.º—haver-se recebido maior numero de cedulas para Vereadores do que para Juizes de Paz:—3.º—ter sido feita a entrega das cedulas sem ordem e simultaneamente:—4.º—haver a Mesa Parochial entregue o livro da qualificação viciado com 36 emendas que alteravão os

nomes dos volantes, tendo-o recebido bom e limpo:— não pôdem subsistir taes eleições á vista destas irregularidades, algumas das quaes as vicião substancialmente.

Cumpre por tanto que, sendo annulladas, se proceda á novas eleições para Vereadores em todo o Municipio, visto como a referida Cidade constitue a parte principal mais importante della, e para Juizes de Paz sómente na mesma Cidade. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde á V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 386. — FAZENDA. — Circular em 26 de Outubro de 1857. — *Aumento de tara para as massas em caixas ou barricas.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para o fazerem constar aos das Alfandegas, que fica elevada a 20 por % a tara para as massas, quando vierem em caixas, ou barricas,

Thesouro Nacional em 26 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 387. — Circular em 27 de Outubro de 1857. — *Augmentos de taras.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, de conformidade com as decisões dadas nesta data á Alfandega da Côte, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para sua intelligencia e devida execução: 1.º — que fica elevada a 20 por % a tara para os barris, barricas, caixas, ou caixotes em que venha rapé; 2.º — que os leitões de cassa de algodão com cercadura tecida, e bordados nos cantos, devem despachar-se na razão de 120 réis por vara quadrada, sendo a taxa de 160 réis para os de cercadura bordada, quer tenham ou não os cantos também bordados.

Thesouro Nacional em 27 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

nomes dos volantes, tendo-o recebido bom e limpo:— não pôdem subsistir taes eleições á vista destas irregularidades, algumas das quaes as vicião substancialmente.

Cumpra por tanto que, sendo annulladas, se proceda á novas eleições para Vereadores em todo o Municipio, visto como a referida Cidade constitue a parte principal mais importante della, e para Juizes de Paz sómente na mesma Cidade. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde á V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 386. — FAZENDA. — Circular em 26 de Outubro de 1857. — *Augmento de tara para as massas em caixas ou barricas.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para o fazerem constar aos das Alfandegas, que fica elevada a 20 por % a tara para as massas, quando vierem em caixas, ou barricas,

Thesouro Nacional em 26 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 387. — Circular em 27 de Outubro de 1857. — *Augmentos de taras.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, de conformidade com as decisões dadas nesta data á Alfandega da Côte, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda para sua intelligencia e devida execução: 1.º — que fica elevada a 20 por % a tara para os barris, barricas, caixas, ou caixotes em que venha rapé; 2.º — que os leitões de cassa de algodão com cercadura tecida, e bordados nos cantos, devem despachar-se na razão de 120 réis por vara quadrada, sendo a taxa de 160 réis para os de cercadura bordada, quer tenham ou não os cantos também bordados.

Thesouro Nacional em 27 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 388. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — *Approva a deliberação tomada pelo sobredito Presidente, quando exigio do Juiz de Direito da Comarca do Rio das Velhas a apresentação do recurso de graça e mais peças essenciaes do processo, em que as escravas Rosa e Peregrina forão condemnadas á morte pelo Jury do Termo de Sabará, por haverem assassinado sua senhora, a fim de que tivesse o andamento designado no Decreto n.º 1.310 de 2 de Janeiro de 1854.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 27 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador o Officio dessa Presidencia, datado de 23 de Setembro do anno proximo preterio, sob n.º 310, no qual expõe, que tendo-lhe o Juiz de Direito da Comarca do Rio das Velhas, remettido o processo em que forão condemnadas á pena de morte, pelo Jury do Termo de Sabará as escravas Rosa e Peregrina, por haverem assassinado a sua senhora, mulher do Brigadeiro Jacintho Pinto Teixeira, devolvêra o processo áquelle Juiz de Direito, a fim de que, suspensa a execução da sentença, apresentasse o recurso de graça, como dispõe o Decreto de 2 de Janeiro de 1854, e Aviso de 22 de Janeiro de 1853, recommendando-lhe ao mesmo tempo, que instruisse o recurso de graça com o relatorio e traslado de todo o processo, nos termos dos arts. 2, 3 e 4 do Decreto n.º 1.458 de 14 de Outubro de 1854. Que havendo-lhe porém o mesmo Juiz respondido ser sua opinião, que ainda subsiste em vigor o Decreto de 11 de Abril de 1829, explicado pelo de 9 de Março de 1837, que nega recurso de graça aos escravos condemnados por terem morto seus senhores, não obstante entender a Presidencia que os Decretos citados pelo Juiz de Direito se achão revogados pelas claras disposições do de 2 de Janeiro de 1854, submettia comtudo a questão ao conhecimento e decisão do Governo Imperial, do que dera sciencia ao Juiz de Direito, a fim de continuar por emquanto suspensa a execução da sentença.

Sendo ouvido a tal respeito o Conselheiro Procurador da Corôa, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem de conformidade com o parecer por elle dado, Approvar o procedimento dessa Presidencia, quando exigio do Juiz de Direito da Comarca

do Rio das Velhas a apresentação do recurso de graça e mais peças essenciaes, para que o negocio tivesse o andamento designado no Decreto n.º 1.310 de 2 de Janeiro de 1854. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao referido Juiz de Direito.

Deos Guarde a V. Ex.— Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.— Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 389.—GUERRA.—Aviso de 28 de Outubro de 1857.—*Determina que cesse o abuso de se fornecerem botões de massa aos Corpos de Caçadores do Exercito prescrevendo o plano geral de uniformes que sejam de metal bronzado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo abusiva a pratica que se tem introduzido de fornecerem-se botões de massa para os Batalhões de Caçadores, quando o plano geral dos uniformes do Exercito prescreve que taes botões sejam de metal bronzado, expeça V. Ex. suas ordens ao Director do Arsenal de Guerra dessa Provincia para que cesse semelhante substituição, que não foi determinada pelo Governo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

Na mesma conformidade ao Pará, Pernambuco, Sul e Maranhão.

N.º 390.—Em 28 de Outubro de 1857.—*Dinheiros de orphãos recolhidos por emprestimo ás Thesourarias, não se entregão aos herdeiros sem preceder a respeito destes as habilitações legaes, e o pagamento dos impostos quando as circumstancias assim o exigirem.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará n.º 166 de 15 de Setembro proximo findo, em que dá conta de haver exigido ha-

do Rio das Velhas a apresentação do recurso de graça e mais peças essenciaes, para que o negocio tivesse o andamento designado no Decreto n.º 1.310 de 2 de Janeiro de 1854. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao referido Juiz de Direito.

Deos Guarde a V. Ex.— Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.— Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 389.—GUERRA.—Aviso de 28 de Outubro de 1857.—*Determina que cesse o abuso de se fornecerem botões de massa aos Corpos de Caçadores do Exercito prescrevendo o plano geral de uniformes que sejam de metal bronzado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 28 de Outubro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo abusiva a pratica que se tem introduzido de fornecerem-se botões de massa para os Batalhões de Caçadores, quando o plano geral dos uniformes do Exercito prescreve que taes botões sejam de metal bronzado, expeça V. Ex. suas ordens ao Director do Arsenal de Guerra dessa Provincia para que cesse semelhante substituição, que não foi determinada pelo Governo.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

Na mesma conformidade ao Pará, Pernambuco, Sul e Maranhão.

N.º 390.—Em 28 de Outubro de 1857.—*Dinheiros de orphãos recolhidos por emprestimo ás Thesourarias, não se entregão aos herdeiros sem preceder a respeito destes as habilitações legaes, e o pagamento dos impostos quando as circumstancias assim o exigirem.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao Officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará n.º 166 de 15 de Setembro proximo findo, em que dá conta de haver exigido ha-

bilitação confirmada pela Relação do Districto para que Feli-sarda Antonia dos Santos, recebesse na Thesouraria a importância de hum precatório do Juizo de Orphãos de 372 7470, que alli entrára por emprestimo do mesmo Juizo pertencente á finada Maria da Silva, de quem he avô e herdeira a dita Feli-sarda; declara ao mesmo Sr. Inspector que, visto ser credor o Juizo, e não a parte a quem pertence o dinheiro, como dispõe o art. 8.º das Instrucções de 12 de Maio de 1842, e a Circular de 5 de Dezembro de 1844, e não havendo, como parece de seu Officio, nenhuma diligencia a requerer-se a bem da Fazenda Publica e seus impostos, sobre a dita importância, quer pela qualidade de herdeira, quer pelo lugar em que reside, pôde mandar cumprir o referido precatório, e que assim deverá proceder em casos identicos.

Thesouro Nacional em 28 de Outubro de 1857. — Bernardino de Souza Franco.

N.º 391. — GUERRA. Circular de 29 de Outubro de 1857. — *Determina que as Repartições sujeitas ao Ministerio da Guerra na Côte remettão á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra até o mez de Maio de cada anno huma relação nominal dos Empregados que percebem gratificações, com declaração do ordenado que vence cada hum.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Outubro de 1857.

Determina Sua Magestade o Imperador que V. S. remetta annualmente á esta Secretaria d'Estado, até o mez de Maio, relação nominal dos Empregados da Repartição a seu cargo que percebem gratificações annuaes dependentes de authorisação para serem abonadas no seguinte anno financeiro, a fim de, com a devida antecedencia. resolver-se sobre as que devem continuar; na intelligencia de que na dita relação se mencionará tambem o ordenado que vence cada hum.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côte.

Para as outras Repartições mutatis mutandis.

bilitação confirmada pela Relação do Districto para que Feli-sarda Antonia dos Santos, recebesse na Thesouraria a importância de hum precatório do Juizo de Orphãos de 372-470, que alli entrára por emprestimo do mesmo Juizo pertencente á finada Maria da Silva, de quem he avô e herdeira a dita Feli-sarda; declara ao mesmo Sr. Inspector que, visto ser credor o Juizo, e não a parte a quem pertence o dinheiro, como dispõe o art. 8.º das Instrucções de 12 de Maio de 1842, e a Circular de 5 de Dezembro de 1844, e não havendo, como parece de seu Officio, nenhuma diligencia a requerer-se a bem da Fazenda Publica e seus impostos, sobre a dita importância, quer pela qualidade de herdeira, quer pelo lugar em que reside, pôde mandar cumprir o referido precatório, e que assim deverá proceder em casos identicos.

Thesouro Nacional em 28 de Outubro de 1857. — Bernardino de Souza Franco.

N.º 391. — GUERRA. Circular de 29 de Outubro de 1857. — *Determina que as Repartições sujeitas ao Ministerio da Guerra na Côte remettão á Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra até o mez de Maio de cada anno huma relação nominal dos Empregados que percebem gratificações, com declaração do ordenado que vence cada hum.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Outubro de 1857.

Determina Sua Magestade o Imperador que V. S. remetta annualmente á esta Secretaria d'Estado, até o mez de Maio, relação nominal dos Empregados da Repartição a seu cargo que percebem gratificações annuaes dependentes de authorisação para serem abonadas no seguinte anno financeiro, a fim de, com a devida antecedencia. resolver-se sobre as que devem continuar; na intelligencia de que na dita relação se mencionará tambem o ordenado que vence cada hum.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côte.

Para as outras Repartições mutatis mutandis.

N.º 392. — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1857. — *Aumento de taras, e verificação de pezo liquido.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1857.

Tendo-se reconhecido que as taras dos envoltorios em que são importadas as mercadorias constantes das tabellas juntas são inferiores ao seu pezo e lezivas ao commercio, faça V. S. despachar as mercadorias constantes da tabella A com as novas taras, que lhes são fixadas em frente, e admitta quanto ás da tabella B, a verificação do pezo liquido sempre que lhe for reclamada, dando parte mensal do resultado das verificações, a fim de que, fixada de huma vez a tara cessem as mesmas e se ponha em todo vigor o sistema da nova tarifa.

Estas reclamações só serão admittidas nos despachos em que o pezo bruto e pezo liquido seja declarado em cumprimento do Art. 35 do Decreto n.º 1.914 de 28 de Março do anno corrente, ou a respeito das mercadorias que não erão despachadas por pezo, quando se reconheça a impossibilidade da declaração por não constar das facturas ficando ao juizo da inspectoría o numero dos envoltorios que devem ser verificados, e de sorte que nunca sejam menos de hum em vinte volumes, de dous em vinte cinco, de quatro em sessenta, de seis em cem, e assim por diante

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

Tabella — A — contendo as mercadorias cujas taras são elevadas:

Colheres de pedreiro, e para derreter chumbo, em barricas ou caixas 10 por %.

Maças em barricas 15 por %.

Óleo, além da tara para os vidros e botijas, a de 10 por % para as caixas ou barricas.

Pedra pomes, e podre, em barricas, 16 por %.

Polvora em latas a mesma tara de 2 por % e mais a de 10 por % para as caixas ou barricas em que venhão.

Queijos em caixas simples 20 por %; com repartições 25 por %.

Tabella B:

Bacalhão em barricas, tinas, caixas e outros envoltorios semelhantes.

Bacias de arame.

Farinha de trigo em barricas ou caixas.

Louça.

Manteiga em barris.

Metaes, os tarifados sob n.º 708.

Panellas, e mais objectos de cobre, ferro e folha, n.º 1.217 da tarifa, quando importados em barricas ou caixas.

Vidros.

Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 393. — Em 30 de Outubro de 1857. — *Despacho por factura de pentes de chifre enfeitados de metal dourado.*

Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1857.

Communico á V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferindo o recurso de Liverd Genot e C.^a, resolveo que os pentes de chifre enfeitados de metal dourado, que fazem o objecto do recurso, sejam despachados por factura.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 394. — Em 30 de Outubro de 1857. — *Fitas de veludillo estão incluídas no Art. 755 da Tarifa.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1857.

Communico á V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Frederick Manassal Brandon, a respeito de huma porção de fitas de veludillo, que pretendia despachar

Tabella B:

Bacalhão em barricas, tinas, caixas e outros envoltorios semelhantes.

Bacias de arame.

Farinha de trigo em barricas ou caixas.

Louça.

Manteiga em barris.

Metaes, os tarifados sob n.º 708.

Panellas, e mais objectos de cobre, ferro e folha, n.º 1.217 da tarifa, quando importados em barricas ou caixas.

Vidros.

Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 393. — Em 30 de Outubro de 1857. — *Despacho por factura de pentes de chifre enfeitados de metal dourado.*

Ministerio da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1857.

Communico á V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferindo o recurso de Liverd Genot e C.^a, resolveo que os pentes de chifre enfeitados de metal dourado, que fazem o objecto do recurso, sejam despachados por factura.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 394. — Em 30 de Outubro de 1857. — *Fitas de veludillo estão incluídas no Art. 755 da Tarifa.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1857.

Communico á V. S. que o Tribunal do Thesouro indeferiu o recurso de Frederick Manassal Brandon, a respeito de huma porção de fitas de veludillo, que pretendia despachar

por factura, visto se achar comprehendida semelhante mercaderia no artigo 755 da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 395. — Aviso N.º 165 de 30 de Outubro de 1857. —

Ao Ministerio da Fazenda. — *Declarando a maneira de proceder-se nos imprevistos feitos em virtude de contractos celebrados por este Ministerio.*

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 24 do corrente tenho a honra de declarar que em regra nos imprevistos feitos em virtude de contractos celebrados por este Ministerio, deve-se exigir a prova legal de abonação, para a fiança, assim como a exhibição dos necessarios documentos, para se aceitar a escriptura de hypotheca, quando ella for estipulada nos mesmos contractos, não sendo em hum e outro caso dispensados das provas os interessados, se não na hypothese de assim se declarar expressamente nos Avisos que forem expedidos por este Ministerio.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Bernardo de Souza Franco.

por factura, visto se achar comprehendida semelhante mercaderia no artigo 755 da Tarifa.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 395. — Aviso N.º 165 de 30 de Outubro de 1857. —

Ao Ministerio da Fazenda. — *Declarando a maneira de proceder-se nos imprevistos feitos em virtude de contractos celebrados por este Ministerio.*

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 24 do corrente tenho a honra de declarar que em regra nos imprevistos feitos em virtude de contractos celebrados por este Ministerio, deve-se exigir a prova legal de abonação, para a fiança, assim como a exhibição dos necessarios documentos, para se aceitar a escriptura de hypotheca, quando ella for estipulada nos mesmos contractos, não sendo em hum e outro caso dispensados das provas os interessados, se não na hypothese de assim se declarar expressamente nos Avisos que forem expedidos por este Ministerio.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Bernardo de Souza Franco.

N.º 396. — JUSTIÇA. — Aviso de 31 de Outubro de 1857. — Dirigido ao Presidente da Provincia do Ceará. — *Declara em solução á duvida proposta pelo Juiz Municipal do Termo de Queixeramobim, que na fôrma do Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851 art. 8.º são considerados Officios de Justiça, os de Contador e Distribuidor, bem como pelo Aviso de 19 de Outubro de 1854 forão os de Partidor, que não estando porém os de Avaliadores no mesmo caso não podião subsistir as nomeações, que delles se fizerão.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o Officio do Juiz Municipal do Termo de Queixeramobim, dessa Provincia, que acompanhou por copia o de V. Ex. datado de 29 de Agosto ultimo, sob n.º 224, no qual pedio ser esclarecido, se, tendo o Juiz Municipal substituto daquelle Termo, baseado na disposição do § 1.º do art. 10 do Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851, provido interinamente os empregos de Contador, Distribuidor, Avaliador e Partidor, creados pela Lei Provincial n.º 700 de 31 de Julho de 1855, mandando logo affixar editaes para o provimento definitivo de taes empregos, devia elle Juiz servir com os Avaliadores e Partidores, cujas nomeações reputava illegaes, por isso que o Decreto citado não falla desses empregados, que por consequencia não podião ser considerados como exercendo Officios de Justiça, e pelo mesmo fundamento nomeados provisoriamente pelo referido Juiz substituto.

Sendo igualmente presente ao Mesmo Augusto Senhor a solução por V. Ex. dada á duvida proposta pelo referido Juiz Municipal em seu Officio de 27 do dito mez de Agosto, que remetteo tambem por copia, Manda declarar á V. Ex. que bem decidio a questão quando fez saber áquella Autoridade, que pelo Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 8.º são considerados Officios de Justiça os de Contador e Distribuidor, bem como o forão os de Partidores pelo Aviso de 19 de Outubro de 1854, e que por tanto cumpria-lhe fazer observar, quanto ás nomeações destes, o disposto no mencionado Decreto: que não estando porém os Avaliadores no mesmo caso porque devem servir quando precisos, os que forem nomeados pelas partes, não podião subsistir as nomeações, que delles se

fizerão. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar ao sobredito Juiz Municipal.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N.º 397. — Circular em 31 de Outubro de 1857. — *Remessa de relações de Sentenças em que se tenha averbado a disima.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que solicitem dos respectivos Presidentes de Provincia a expedição das convenientes ordens para que, em execução do disposto no Art. 5.º do Decreto n.º 413 de 10 de Julho de 1845, os Escrivães dos Juizos de 1.ª Instancia e dos Tribunaes de 2.ª remettão directamente ás mesmas Thesourarias, no mez de Janeiro proximo futuro preferivelmente, relações de todas as sentenças que tiverem passado em julgado no trimestre corrente de Outubro a Dezembro, de que se tenha averbado o imposto de dous por cento do valor das causas, a fim de se proceder na fórma do mesmo Art. 5.º á arrecadação do que for devido; e que os sobreditos Escrivães de igual modo pratiquem pelo que respeita aos trimestres seguintes; e quanto ás relações dos anteriores, que desde logo as vão organisando para remetterem na época que lhes for declarada pelos mesmos Srs. Inspectores, que procederão ulteriormente na conformidade da Circular de 10 de Maio de 1856, cuja execução lhes fica restrictamente recommendada.

Thesouro Nacional em 31 do Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Officiou-se na mesma conformidade ao Ministro da Justiça.

N.º 398. — Circular de 31 em Outubro de 1857. — *Augmento das Commissões pela cobrança judicial da divida activa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ás diversas reclamações que se tem feito, e usando da authorisação da Lei n.º 212 de

fizerão. O que communico á V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar ao sobredito Juiz Municipal.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N.º 397. — Circular em 31 de Outubro de 1857. — *Remessa de relações de Sentenças em que se tenha averbado a disima.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que solicitem dos respectivos Presidentes de Provincia a expedição das convenientes ordens para que, em execução do disposto no Art. 5.º do Decreto n.º 413 de 10 de Julho de 1845, os Escrivães dos Juizos de 1.ª Instancia e dos Tribunaes de 2.ª remettão directamente ás mesmas Thesourarias, no mez de Janeiro proximo futuro preferivelmente, relações de todas as sentenças que tiverem passado em julgado no trimestre corrente de Outubro a Dezembro, de que se tenha averbado o imposto de dous por cento do valor das causas, a fim de se proceder na fórma do mesmo Art. 5.º á arrecadação do que for devido; e que os sobreditos Escrivães de igual modo pratiquem pelo que respeita aos trimestres seguintes; e quanto ás relações dos anteriores, que desde logo as vão organisando para remetterem na época que lhes for declarada pelos mesmos Srs. Inspectores, que procederão ulteriormente na conformidade da Circular de 10 de Maio de 1856, cuja execução lhes fica restrictamente recommendada.

Thesouro Nacional em 31 do Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Officiou-se na mesma conformidade ao Ministro da Justiça.

N.º 398. — Circular de 31 em Outubro de 1857. — *Augmento das Commissões pela cobrança judicial da divida activa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo ás diversas reclamações que se tem feito, e usando da authorisação da Lei n.º 212 de

29 de Novembro de 1841, Art. 16 § 3.º, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fica elevada á dez por cento a commissão de seis por cento que, pela cobrança judicial da divida activa, percebão os Empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda pela ordem circular n.º 86 de 31 de Outubro de 1843, e Instrucções n.º 143 de 28 de Abril de 1851, Art. 12.

Thesouro Nacional em 31 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 399. — GUERRA. — Aviso de 2 de Novembro de 1857. —
Estabelecendo regra para a confecção das Escolas da promoção.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade O Imperador Manda devolver á V. Ex. os trabalhos dos Generaes encarregados de organizar as escolas da promoção, que acompanhárão o Officio de 24 do mez findo, afim de que sejam os mesmos trabalhos modificados nos seguintes termos :

1.º As relações dos Officiaes, que se acharem no caso de ser promovidos per merecimento, deverão sempre conter, pelo menos tres nomes por cada vaga que houver, e quando isso não possa ter lugar por carencia de Officiaes em quem concorrão as precisas habilitações, se fará dessa circumstancia expressa declaração :

2.º Que as relações de merecimentos sejam acompanhadas de hum resumo dos assentamentos dos Officiaes nelles considerados, mas nunca tão conciso que se não possam conhecer perfeitamente as razões da preferencia :

3.º Que a respeito dos Inferiores e Cadetes que tem de ser promovidos aos postos de Alferes ou 2.º Tenentes das differentes armas, basta vir a relação geral de todos os habilitados na fórmula da Lei para cada arma, e por ordem de antiguidade com as observações relativas ás circumstancias peculiares de cada hum; devendo declarar o numero de vagas que tem de preencher-se, para que o Governo faça as escolhas;

29 de Novembro de 1841, Art. 16 § 3.º, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que fica elevada á dez por cento a commissão de seis por cento que, pela cobrança judicial da divida activa, percebão os Empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda pela ordem circular n.º 86 de 31 de Outubro de 1843, e Instrucções n.º 143 de 28 de Abril de 1851, Art. 12.

Thesouro Nacional em 31 de Outubro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 399. — GUERRA. — Aviso de 2 de Novembro de 1857. —
Estabelecendo regra para a confecção das Escolas da promoção.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade O Imperador Manda devolver á V. Ex. os trabalhos dos Generaes encarregados de organizar as escolas da promoção, que acompanhárão o Officio de 24 do mez findo, afim de que sejam os mesmos trabalhos modificados nos seguintes termos:

1.º As relações dos Officiaes, que se acharem no caso de ser promovidos per merecimento, deverão sempre conter, pelo menos tres nomes por cada vaga que houver, e quando isso não possa ter lugar por carencia de Officiaes em quem concorrão as precisas habilitações, se fará dessa circumstancia expressa declaração:

2.º Que as relações de merecimentos sejam acompanhadas de hum resumo dos assentamentos dos Officiaes nelles considerados, mas nunca tão conciso que se não possam conhecer perfeitamente as razões da preferencia:

3.º Que a respeito dos Inferiores e Cadetes que tem de ser promovidos aos postos de Alferes ou 2.º Tenentes das differentes armas, basta vir a relação geral de todos os habilitados na fórmula da Lei para cada arma, e por ordem de antiguidade com as observações relativas ás circumstancias peculiares de cada hum; devendo declarar o numero de vagas que tem de preencher-se, para que o Governo faça as escolhas;

4.º Finalmente, que a respeito dos Alferes Alumnos, além da relação geral dos mesmos, deve acompanhar huma relação especial dos que estão habilitados em cada arma, com o tempo de praça exigido e com approvação em os exames practicos, feitos ou perante as Comissões de exame ou na Escola de applicação do Exército, ficando V. Ex. na intelligencia de que as disposições acima estabelecidas servirão como regra para as futuras promoções.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronimo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 400. — Aviso de 3 de Novembro de 1857. — *Dando formulario dos contractos para conducção de artigos bellicos destinados ás Provincias do interior, e Instrucções para os Officiaes que forem encarregados dos combois, ou tropas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Novembro de 1857.

Remetto á V. S. os inclusos formularios para os contractos e para as instrucções que se devem dar aos Officiaes que acompanharem os combois ou tropas que se destinarem ás Provincias do interior e lhe declaro, para seu conhecimento e governo, que os contratos serão d'ora em diante lavrados nessa Repartição, á vista das notas que der o Director do Arsenal de Guerra sobre a importancia e quantidade dos objectos a conduzir a frete.

Deos Guarde a V. S. — Jeronimo Francisco Coelho. — Sr. Contador Geral da Guerra.

Formulario para os contractos que se houverem de celebrar com os conductores de objectos militares para as Provincias do interior.

Aos dias do mez de do anno do Nascimento
de Nosso Senhor Jesus Christo de na Contadoria Geral
da Guerra, em virtude do Aviso da Secretaria d'Estado dos
Negocios da Guerra de de de perante mim
F. Contador Geral da Guerra compareceo F. com

4.º Finalmente, que a respeito dos Alferes Alumnos, além da relação geral dos mesmos, deve acompanhar huma relação especial dos que estão habilitados em cada arma, com o tempo de praça exigido e com approvação em os exames practicos, feitos ou perante as Comissões de exame ou na Escola de applicação do Exército, ficando V. Ex. na intelligencia de que as disposições acima estabelecidas servirão como regra para as futuras promoções.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronimo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 400. — Aviso de 3 de Novembro de 1857. — *Dando formulario dos contractos para conducção de artigos bellicos destinados ás Provincias do interior, e Instrucções para os Officiaes que forem encarregados dos combois, ou tropas.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Novembro de 1857.

Remetto á V. S. os inclusos formularios para os contractos e para as instrucções que se devem dar aos Officiaes que acompanharem os combois ou tropas que se destinarem ás Provincias do interior e lhe declaro, para seu conhecimento e governo, que os contratos serão d'ora em diante lavrados nessa Repartição, á vista das notas que der o Director do Arsenal de Guerra sobre a importancia e quantidade dos objectos a conduzir a frete.

Deos Guarde a V. S. — Jeronimo Francisco Coelho. — Sr. Contador Geral da Guerra.

Formulario para os contractos que se houverem de celebrar com os conductores de objectos militares para as Provincias do interior.

Aos dias do mez de do anno do Nascimento
de Nosso Senhor Jesus Christo de na Contadoria Geral
da Guerra, em virtude do Aviso da Secretaria d'Estado dos
Negocios da Guerra de de de perante mim
F. Contador Geral da Guerra compareceo F. com

seu Fiador F. competentemente habilitado perante o Conselheiro Procurador da Corôa, e por elle foi dito que se encarregava da condução e transporte dos generos e artigos bellicos, que o Governo destina á Provincia de e que lhe forem entregues no Almoxarifado do Arsenal de Guerra desta Côrte até o peso de arrobas, segundo os conhecimentos, que com os sobreditos generos e artigos bellicos lhe forem dados no acto do recebimento dos mesmos com as condições abaixo exaradas.

1.^a Que o dito F. se obriga a receber nos Armazens do Almoxarifado do Arsenal de Guerra da Côrte os generos ou outros quaesquer artigos bellicos designados pelo Governo e entregal-os em na Provincia de a F. dos quaes objectos serão pelo sobredito Arsenal encaixotados ou encapados com encerado ou couro todos aquelles, que poderem ser conduzidos em volumes cujo peso não exceda á tres arrobas e meia; devendo a polvora e outros objectos susceptíveis de explosão ou derramamento ser acondicionados em latas fechadas dentro de caixotes encapados, ou pelo modo mais seguro e conveniente, que tenham o mesmo peso de 3 $\frac{1}{2}$ arrobas: e bem assim todos os mais generos que por seu volume ou peso que exceda a 3 $\frac{1}{2}$ arrobas não se prestem a facil accommodação das cargas, serão pela mesma fórma encaixotados ou encapados pelo melhor modo, a fim de que possam ser conduzidas em liteiras ou carretões, quando tenham de transitar por terra, e de tudo fazer fiel entrega no prefixo e improrogavel prazo de que será contado do dia em que os volumes sahirem do Arsenal de Guerra.

2.^a Que igualmente se obriga nas conduções por terra a levar numero sufficiente de animaes de sobressalentes para substituirem ou os que por outro qualquer accidente se inutilisarem, para que as respectivas cargas não fiquem em abandono, ou seja necessario abrir os volumes para distribuir o peso pelos outros animaes.

3.^a Que tambem se obriga a ter os camaradas necessarios para o serviço.

4.^a Que se obriga a accitar para acompanhar o comboi a escolta que o Governo determinar composta de hum Official e praças de sua inteira confiança para policiar os combois durante a viagem, segundo as instrucções que lhe forem dadas pelo mesmo Governo, e das quaes se entregará huma copia ao dito F. para seu conhecimento, correndo por conta do Governo a despeza do sustento da escolta.

5.^a Que o Governo pagará nesta Corte (ou como se convencionar) a quantia de _____ por cada arroba &c.

6.^a Que serão por conta da Fazenda Publica na fôrma da 1.^a condição as despezas de hum enfiardamento fardamento, encaixotamento e encapamento sendo o dito F. _____ obrigado por si ou preposto seu á assistir ao mencionado encaixotamento, para que no caso de faltas ou extravio não possa allegar ignorancia dos objectos que levar; obrigando-se mais por si e seus fiadores a indemnisar a Fazenda Publica de todos os prejuizos, faltas e avarias, que sobrevierem por negligencia ou omissão sua, ou de seus Capatazes, falta dos necessarios e seguros meios de condução por mar, rios ou por terra, ou por falta das precizas cautellas, sobre os casos de força maior causados por naufragio, explosão, inundações e ataque a mão armada.

7.^a Que para obviar prejuizos de sinistros por força maior se obriga o mesmo F. _____ a fazer os necessarios seguros, cujo premio será enchido no preço do transporte dos objectos; entendendo-se que desde o momento em que lhe for pago o premio do seguro fica elle dito F. _____ e seus fiadores responsaveis directamente pela importancia dos prejuizos occasionados por sinistros de força maior.

8.^a Que o mesmo F. _____ se obriga a pagar a multa de _____ sobre o valor total dos generos ou artigos bellicos, que conduzir inclusive, o preço dos transportes ou fretes, no caso de que não chegue com o comboi do ponto do seu destino no prazo estipulado no presente contracto, salvo os casos de força maior previstos na 6.^a condição: assim como á restituição do frete correspondente aos objectos que deixar de entregar.

9.^a Que se obriga e seu fiador á assignar todos os termos e documentos relativos aos objectos que receber para transportar á Provincia designada nos mesmos entregando-se-lhes as competentes guias.

10.^a Que para garantia da Fazenda Publica dá por seu fiador F. _____ competentemente habilitado perante o Conselheiro Procurador da Corôa (salvo o caso em que o Governo dispense esta habilitação deixando, o reconhecimento da idoneidade ao Chefe da Contadoria, que fará previamente as indagações necessarias) estabelecido na rua de _____ (ou proprietario morador _____) que se acha presente, e que como fiador se responsabilisa para com a mesma Fazenda por sua pessoa e bens havidos, e por haver e delles o melhor parados, herdeiros e succesores, não só á satisfazer qualquer importancia de que em virtude do presente contracto tenha de ser

indemnizada a Fazenda Publica, como as multas correspondentes pelo retardamento além dos prazos da entrega no lugar designado; cumprindo tanto a hum como a outro apresentar na Contadoria Geral da Guerra no improrogavel prazo de hum anno documentos authenticos de se acharem quites com a Fazenda Publica em virtude da entrega, que houver feito no lugar do seu destino, e indemnizado a mesma de todos os prejuizos occorridos para se lhes levantar a fiança e mostrarem-se desimpedidos, sob pena de sujeitarem-se á multa de por cada hum dia que exceder ao referido prazo de hum anno.

E para firmeza e validade do que ácima fica contractado se lavrou o presente Termo de contracto sem rasura ou entre linha que duvida faça que com o Contador Geral da Guerra assignou F. (conductor) e o seu fiador F. declarando estes que se obrigavão á cumprir todas as condições aqui exaradas tão inteira e fielmente como nellas se contem, e do presente contracto se extrahirão cinco copias authenticas, das quaes huma foi entregue ao seu fiador, duas remettidas ao Exm. Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra, e outra ao Director do Arsenal de Guerra.

E eu F. Escripturario da Contadoria Geral da Guerra que o escrevi.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra em 3 de Novembro de 1857 — Libanio Augusto da Cunha Mattos.

Instrucções para os Officiaes que acompanharem os combois ou tropas de conducções de objectos militares da Corte para as Províncias do interior.

Os Officiaes encarregados de policiar os combois ou tropas que do Arsenal de Guerra da Côrte se destinarem ás Provincias do interior: são obrigados a observar as seguintes disposições:

1.^a Antes de postos em marcha os combois examinarão se estão cumpridas as condições dos respectivos contractos: isto he, se das cargas vão bem acondicionadas, se os animaes vão excessivamente carregados ou se levão só a carga propria, si ha o pessoal necessario, a cavallada de sobresalente sufficiente para os transportes, cavallos arreitados, &c.

2.^a Que as marchas sejam regulares não retardadas.

3.^a Que as demoras nos pousos não sejam excessivas, salvo quando houverem chuvas que embaracem as jornadas, ou qualquer motivo de força maior, ou evidentemente justificado.

4.^a Que no carregar e descarregar hajão as precisas cautelas para que os volumes não se avariem, bem como na passagem de rios, e alagados, ou nos embarques e quando as viagens sejam pelos rios, que as embarcações não vão demasiadamente carregadas.

5.^a Que nos lugares suspeitos durante a pousada postem sentinellas e tomem todas as precauções para acautelar qualquer sinistro de mão armada, ou surpresa, seja por parte de gentios seja de mlfetores ou de salteadores.

6.^a Que no caso de falta de animaes para substituição dos que se inutilisem, ou sustento para a comitiva providenciarão de modo que os conductores, seus prepostos ou capatazes, sejam compellidos a comprar outros e a fornecerem-se dos generos sufficientes para que possa continuar a jornada regularmente; e quando á isso elle se neguem os supraditos Officiaes comprarão os animaes e generos precisos por conta dos conductores, dando logo conta ao Governo, do primeiro ponto a que chegarem, e em que encontrarem Correio, para que se exija dos fiadores a competente indemnisação.

7.^a Para execução do Artigo antecedente os sobreditos Officiaes receberão do Thesouro Publico ou da Pagadoria das Tropas os necessarios supprimentos de que darão conta nas Thesourarias das Provincias a que se dirigirem.

8.^a Os mesmos Officiaes usarão de toda a prudencia, moderação e docilidade, mostrando todavia energia, quando a brandura não baste; bem como em casos graves e extremos empregarão a força com toda a circumspecção e discernimento.

9.^a Nos casos de força maior previstos nos respectivos contractos, lavrarão os necessarios protestos com todas as circumstancias e promenores dos factos, para o Governo poder avaliar os sinistros que porventura occorrão.

10.^a No caso de desobediencia formal dos contratadores ou de seus prepostos e capatazes, lhes poderão intimar ordem de prisão entregando-os á primeira autoridade que encontrarem, e providenciarão por modo que o serviço não soffra dando de tudo conta ao Governo immediatamente do ponto em que se acharem; e se julgarem necessario ao Presidente da Provincia que atravessarem pedindo soccorro de que carecerem.

11.^a Se porêm os conductores forem privilegiados pela Constituição do Imperio em que não possa ter lugar a prisão.

recalhrá esta naquelle ou aquelles de seus camaradas, agentes ou prepostos que desobedecerem ás ordens do Official e este então procederá nos termos do artigo antecedente.

12.^a Os Officiaes são obrigados a escrever o seu itinerario desde o dia da sahida desta Còrte até o ultimo dia da jornada mencionando nelle todas as circumstancias que occorrão na jornada ou viagem, como leguas que andão por dia, pousos, tempo ou dias de descanso, demora, &c.

13.^a Os mesmos Officiaes são obrigados, concluida a commissão, a remetter os itinerarios ao Governo, dando conta das faltas, extravios ou avarias que houverão, e das causas que a motivarão.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 3 de Novembro de 1857. — Libanio Augusto da Cunha Mattos.

N.º 401. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1857. *Permitte que hum Feitor da Alfandega da Parahyba cobre rendas pertencentes á Provincia do Rio Grande do Norte.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio que V. Ex. me dirigio em data de 27 de Agosto ultimo, sob n.º 41, pedindo permissão para incumbir o Feitor Conferente da Alfandega da Provincia da Parahyba, Francisco das Chagas Galvão, da cobrança das rendas dessa naquella Provincia, em substituição ao Agente Fiscal, que tem de ser demittido; declaro á V. Ex. que he concedida a referida permissão, nos termos da decisão do Thesouro n.º 305 de 29 de Maio de 1844; o que nesta data igualmente se participa á Thesouraria de Fazenda á que he subordinada a sobredita Alfandega.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

recalhrá esta naquelle ou aquelles de seus camaradas, agentes ou prepostos que desobedecerem ás ordens do Official e este então procederá nos termos do artigo antecedente.

12.^a Os Officiaes são obrigados a escrever o seu itinerario desde o dia da sahida desta Còrte até o ultimo dia da jornada mencionando nelle todas as circumstancias que occorrão na jornada ou viagem, como leguas que andão por dia, pousos, tempo ou dias de descanso, demora, &c.

13.^a Os mesmos Officiaes são obrigados, concluida a commissão, a remetter os itinerarios ao Governo, dando conta das faltas, extravios ou avarias que houverão, e das causas que a motivarão.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 3 de Novembro de 1857. — Libanio Augusto da Cunha Mattos.

N.º 401. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1857. *Permitte que hum Feitor da Alfandega da Parahyba cobre rendas pertencentes á Provincia do Rio Grande do Norte.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 3 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Officio que V. Ex. me dirigio em data de 27 de Agosto ultimo, sob n.º 41, pedindo permissão para incumbir o Feitor Conferente da Alfandega da Provincia da Parahyba, Francisco das Chagas Galvão, da cobrança das rendas dessa naquella Provincia, em substituição ao Agente Fiscal, que tem de ser demittido; declaro á V. Ex. que he concedida a referida permissão, nos termos da decisão do Thesouro n.º 305 de 29 de Maio de 1844; o que nesta data igualmente se participa á Thesouraria de Fazenda á que he subordinada a sobredita Alfandega.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N.º 402.—JUSTIÇA.—Portaria de 10 de Novembro de 1857, dirigida a Directoria do Monte Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado.—*Declara que o art. 11 do Decreto de 13 de Março de 1844, não alterou o art. 7.º § 5.º do Decreto de 22 de Junho de 1836.*

3.ª Secção. — Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho d'Estado sobre a representação que á Presença do mesmo Augusto Senhor fez subir a Directoria do Monte Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado em 9 de Julho do corrente anno, pedindo que se fixasse a verdadeira intelligencia do art. 11 do Decreto de 13 de Março de 1844: Houve por bem, Declarar, pela Sua Imperial Resolução de 4 deste mez, e de conformidade com o parecer da sobredita Secção de Justiça, que o art. 11 do citado Decreto de 13 de Março de 1844 não alterou o art. 7.º § 5.º do Decreto de 22 de Junho de 1836, ficando por tanto revogadas as decisões dadas ácerca deste objecto pelos Avisos de 27 de Dezembro de 1853, e 18 de Abril de 1854.

O que Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, communicar á Directoria do Monte Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado para sua intelligencia e observancia.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1857. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

N.º 403.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Novembro de 1857.—*Declara que a disposição do art. 45 do Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito, deve ser entendida e executada litteralmente de modo a não autorisar inversão alguma na ordem dos actos dos Alumnos das mesmas Faculdades.*

2.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial inteirado do objecto do Officio de V. Ex. de 23 do mez findo, manda declarar que, na conformidade do parecer de V. Ex., constante do dito Officio, a disposição do art. 45 do Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito, appro-

vado pelo Decreto n.º 1.568 de 24 de Fevereiro de 1855, deve ser entendida, e executada litteralmente de modo a não autorisar inversão alguma na ordem dos actos dos Alumnos da Faculdade; não devendo por isso ser tomado em consideração o requerimento em que alguns Alumnos dessa Faculdade pedirão fazer actos extraordinarios. O que communico á V. Ex., em resposta ao seu dito Officio.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 404.—Aviso N.º 174 A de 12 de Novembro de 1857.—Ao Ministro da Fazenda.—*Concede o vencimento por inteiro aos Agrimensores nos dias em que deixarem de trabalhar por motivos alheios á sua vontade.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que expoz o Director Geral das Terras Publicas, Houve por bem Ordenar que os Agrimensores, que se acharem empregados em serviço de medições de terras por conta da referida Repartição Geral das Terras Publicas, percebão por inteiro, e provisoriamente o vencimento fixo, de que trata o art. 13 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, ainda nos dias em que não trabalharem, quando isso acontecer por motivos inteiramente extranhos á sua vontade. Rogo á V. Ex. se digne expedir as convenientes ordens ás Thesourarias de Fazenda nas Provincias.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Bernardo de Souza Franco

vado pelo Decreto n.º 1.568 de 24 de Fevereiro de 1855, deve ser entendida, e executada litteralmente de modo a não autorisar inversão alguma na ordem dos actos dos Alumnos da Faculdade; não devendo por isso ser tomado em consideração o requerimento em que alguns Alumnos dessa Faculdade pedirão fazer actos extraordinarios. O que communico á V. Ex., em resposta ao seu dito Officio.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

Repartição Geral das Terras Publicas.

N.º 404.—Aviso N.º 174 A de 12 de Novembro de 1857.—Ao Ministro da Fazenda.—*Concede o vencimento por inteiro aos Agrimensores nos dias em que deixarem de trabalhar por motivos alheios á sua vontade.*

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que expoz o Director Geral das Terras Publicas, Houve por bem Ordenar que os Agrimensores, que se acharem empregados em serviço de medições de terras por conta da referida Repartição Geral das Terras Publicas, percebão por inteiro, e provisoriamente o vencimento fixo, de que trata o art. 13 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, ainda nos dias em que não trabalharem, quando isso acontecer por motivos inteiramente extranhos á sua vontade. Rogo á V. Ex. se digne expedir as convenientes ordens ás Thesourarias de Fazenda nas Provincias.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Bernardo de Souza Franco

N.º 405. — MARINHA. — Aviso de 12 de Novembro de 1857. — *Marca o primeiro uniforme dos Inferiores, Cabos, e menores da Companhia de Aprendizizes do Arsenal de Marinha da Côrte, e altera a tabella n.º 3, que acompanhou o Aviso de 25 de Setembro do corrente anno, e designa o fardamento, que se deve distribuir à cada um dos referidos menores.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 12 de Novembro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o que V. S. expoz em Officio n.º 337, de 4 do corrente, sob proposta do Commandante da Companhia de Aprendizizes menores d'esse Arsenal, — Ha por bem, não só que para o primeiro uniforme dos inferiores, Cabos, e menores da dita Companhia se adopte o incluso figurino, com as observações constantes da nota tambem junta, assignada pelo Conselheiro Official Maior d'esta Secretaria d'Estado; mas ainda que a blusa de brim, que, segundo a tabella n.º 3, annexa ao Aviso de 25 de Setembro ultimo, se deve distribuir gratuitamente aos referidos menores, seja fornecida para descontar-se a sua importancia dos salarios dos mesmos, como se acha estabelecido ácerca da blusa d'algodão; e que se lhes forneça mais gratuitamente, na occasião de alistar-se, uma fardeta de panno azul, ficando assim alterada a supradita tabella: o que communico à V. S. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Antonio Leocadio do Coutto.

Nota das observações, á que se refere o Aviso d'esta data, sobre o primeiro uniforme dos Inferiores, Cabos e menores da Companhia de Aprendizizes do Arsenal de Marinha da Côrte, segundo o figurino, que acompanha o dito Aviso.

1.ª Os Inferiores usarão de bonet com galão de ouro, igual ao dos Mestres da Armada, havendo sobre este na frente, verticalmente collocada, uma ancora; e terão por divisa no braço esquerdo um galão de ouro de uma polegada de largura e nove de comprimento, posto obliquamente.

2.^a Os Cabos usarão de bonet, igual ao dos Inferiores, sem galão, e terão a mesma divisa dos Inferiores, com a differença de ser de lã carmezim.

3.^a Os botões das fardas dos Inferiores e Cabos serão de metal amarello, com uma ancora no centro, e os dos menores tambem do mesmo metal, porém lisos.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 12 de Novembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 406. — FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1857. —
Sobre a hora de começar-se o trabalho nas Alfandegas.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe, em resposta ao seu Officio n.º 58 de 2 de Setembro ultimo, que não póde ser approvada a Portaria pelo mesmo Sr. Inspector expedida á respectiva Alfandega, mandando apontar os Empregados que não começarem o trabalho ás nove horas do dia, por ser contraria á disposição do art. 59 do Decreto de 20 de Novembro de 1850; cumprindo portanto que no ponto da Alfandega o Sr. Inspector faça observar o disposto nas Decisões do Thesouro, n.º 74 de 27 de Fevereiro, e n.º 126 de 28 de Março de 1851, expedidas á esse respeito á Alfandega da Côte, sobre a intelligencia do citado art. 59.

Thesouro Nacional 12 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

2.^a Os Cabos usarão de bonet, igual ao dos Inferiores, sem galão, e terão a mesma divisa dos Inferiores, com a differença de ser de lã carmezim.

3.^a Os botões das fardas dos Inferiores e Cabos serão de metal amarello, com uma ancora no centro, e os dos menores tambem do mesmo metal, porém lisos.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 12 de Novembro de 1857. — Francisco Xavier Bomtempo.

N.º 406. — FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1857. —
Sobre a hora de começar-se o trabalho nas Alfandegas.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe, em resposta ao seu Officio n.º 58 de 2 de Setembro ultimo, que não póde ser approvada a Portaria pelo mesmo Sr. Inspector expedida á respectiva Alfandega, mandando apontar os Empregados que não começarem o trabalho ás nove horas do dia, por ser contraria á disposição do art. 59 do Decreto de 20 de Novembro de 1850; cumprindo portanto que no ponto da Alfandega o Sr. Inspector faça observar o disposto nas Decisões do Thesouro, n.º 74 de 27 de Fevereiro, e n.º 126 de 28 de Março de 1851, expedidas á esse respeito á Alfandega da Côte, sobre a intelligencia do citado art. 59.

Thesouro Nacional 12 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 407.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Novembro de 1857.
Declara que os arbitros nomeados para fixarem a importancia das indemnisações pelas desapropriações de terrenos e predios para construcções das obras da estrada de ferro de D. Pedro 2.º devem proceder como Jury civil, dando a sua opinião, não por votos singulares, mas sim por maioria absoluta.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Novembro de 1857.

Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio de Vm., de 21 de Março do corrente anno, em que pede esclarecimento para o caso de darem votos singulares os arbitros nomeados para fixarem a importancia das indemnisações que tiverem lugar pelas desapropriações de terrenos e predios para construcções das obras da estrada de ferro de D. Pedro 2.º, de conformidade com o que dispõe o art. 4.º do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.664 de 27 de Outubro de 1855; e Tendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador por sua immediata Resolução de 21 de Outubro ultimo, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 23 de Setembro antecedente,—Ha por bem Mandar declarar-lhe que, conforme Vm. entende, deve a commissão dos ditos arbitros poceder como Jury civil, dando a sua opinião, não por votos singulares, mas sim por maioria absoluta, da mesma maneira por que procede o Jury nos Tribunaes de Justiça, e se acha estabelecido no art. 22 do Decreto n.º 353 de 12 de Julho de 1845, para o arbitramento nas indemnisações que são devidas pelas desapropriações por utilidade publica geral, ou municipal da Côrte O que lhe communico para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a Vm.—Marquez de Olinda.—Sr. Juiz Municipal da 3.ª Vara da Côrte.

N.º 408.—GUERRA.—Aviso de 16 de Novembro de 1857.—
Declara que ao Juiz Municipal não he devida continencia militar, e que incurialmente procedeo o mesmo Juiz prendendo, no Corpo de huma guarda o Commandante d'ella.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
 16 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—O Ajudante General do Exercito acaba de enviar-me o Conselho de Investigação, a que se procedeo, na Capital d'essa Provincia, por occasião de ordem de prisão pelo Juiz Municipal o Bacharel João dos Santos Sarahyba dada ao 2.º Cadete João Barbosa das Neves.

Vê-se deste documento que o referido Juiz Municipal exigira da Guarda da Cadeia Continencia, e prendêra o respectivo Commandante que era aquelle Cadete, hoje civilmente processado pelos crimes de injuria e desobediencia. Declaro á V. Ex. que o Juiz Municipal muito incurialmente procedeo exigindo continencia que Lei nenhuma lhe concede, e prendendo no Corpo de huma Guarda, ao proprio Comandante d'ella de cujo procedimento a julgar-se offendido devera recorrer ao Poder Superior, que lhe não negaria justiça, se a tivesse. E por que da representação que o Ajudante General do Exercito recebeo do seu Assistente nessa Provincia consta que as autoridades Policiaes, tem ali castigado corporalmente praças de 1.ª Linha, julgando-se competentes a passarem revistas de armamento a destacamentos, havendo até quem tenha empregado soldados em proprio serviço: cumpre que V. Ex. expeça as mais terminantes ordens a fim de que cessem semelhantes abusos, de que não pôde resultar, senão grave prejuizo á disciplina e publico serviço.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronimo Francisco Coelho.—
 Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 409.—MARINHA.—Aviso de 16 de Novembro de 1857. —
*Manda executar o Regulamento para a Praticagem da barra
 da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha,
 em 16 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Determina que se execute o incluso Regulamento, para o serviço da Praticagem da barra d'essa Provincia, o que communico á V. Ex., para seu conhecimento, e expedição das convenientes ordens, na intelligencia de que as disposições dos Arts. 10 e 13 do mesmo Regulamento, que mandão fazer pelas Alfandegas a cobrança do rendimento da Praticagem, e pela competente Estação de Fazenda o pagamento das despezas com o material e pessoal empregado n'aquelle serviço, sómente devem começar a ter vigor do 1.º de Julho do anno proximo futuro em diante, continuando até essa época a observar-se o que á tal respeito está em pratica.

Deos Guarde a V. Ex. — José Antonio Saraiva. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

**Regulamento para a Praticagem da barra
 da Provincia de S. Pedro do Rio
 Grande do Sul.**

TITULO I.

Do pessoal da Praticagem.

Art. 1.º A Praticagem da barra da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul tem á seu cargo auxiliar e dirigir a entrada e sahida dos navios mercantes, ou de guerra, tanto nacionaes, como estrangeiros, e de prestar soccorro aos que se acharem em perigo nas immedições da mesma barra.

A administração e direcção da Praticagem será incumbida a um Official da Armada, debaixo da inspecção do Capitão do Porto.

Art. 2.º Haverá para o serviço da Praticagem tres Primeiros, e tres Segundos Praticos, e quatro Praticos Aspirantes, ou Terceiros Praticos.

Os Primeiros Praticos serão nomeados pelo Presidente da Provincia d'entre os Segundos, que tiverem mostrado mais aptidão e zêlo no serviço, e contarem dous annos, pelo menos, de exercicio n'esta classe. Os Segundos serão igualmente nomeados pelo Presidente da Provincia d'entre os Terceiros Praticos, que tiverem seis annos, pelo menos, de serviço de mar, dos quaes tres como Terceiros Praticos, Patrões ou Marinheiros da Praticagem, sendo previamente examinados e approvados na presença do Capitão do Porto, não só no que diz respeito á pratica externa e interna da barra, correntes d'agua, marés e ventos reinantes, como no tocante á manobra e direcção do navio em todas as variadas circumstancias da dita barra e costa adjacente.

Os Terceiros Praticos deverão ser Cidadãos Brasileiros, maiores de vinte e um annos, e ter, pelo menos, quatro annos de mar. Serão admittidos por simples nomeação do Capitão do Porto, mediante previo exame e approvação no que concerne aos bancos e canaes da barra e suas immedições, marés e correntes d'agua, e ás principaes noções de navegação, manobra, e amarração de navios; sendo preferidos em identidade de circumstancias os que servirem ou tiverem servido como Patrões ou Marinheiros das embarcações da Praticagem, ou á bordo dos navios mercantes, que fazem o commercio da Provincia, e os que souberem qualquer das lingoas ingleza, franceza, ou allemã. Na falta de Terceiros Praticos poderão os Patrões, ou Marinheiros da Praticagem concorrer para o emprego de Segundo Practico, debaixo das mesmas condições.

Nos exames dos candidatos para Segundo, ou Terceiro Practico observar-se-ha, no que forem applicaveis, as disposições dos arts. 8.º a 13.º do Regulamento de vinte e oito de Fevereiro de 1854 para a Praticagem da Provincia de Pernambuco.

Art. 3.º Os Primeiros e Segundos Praticos não serão demittidos, senão pelo Presidente da Provincia, precedendo representação circumstanciada do Official Administrador da Praticagem, dirigida por intermedio do Capitão do Porto, que informará com o seu parecer.

Art. 4.º Para a tripolação e serviço das embarcações da Praticagem haverá quatro Patrões, trinta Primeiros, e seis Segundos Marinheiros, todos engajados pelo Administrador da Praticagem; fazendo-se d'elles assento na Capitania do Porto, com declaração dos signaes e filiações.

Art. 5.º Haverá mais os seguintes Empregados :

1.º Um Escrivão para toda a escrituração relativa ao serviço e contabilidade da Praticagem.

2.º Dous Pharoleiros para o serviço e conservação do Pharol da barra.

3.º Dous Vigias para a Atalaia, ou torre dos signaes.

4.º Um Carpinteiro para os pequenos fabricos e concertos, tanto das embarcações, inclusive os Vapores de reboque, como dos edificios do Estabelecimento.

Art. 6.º O Escrivão será nomeado pelo Presidente da Provincia sob proposta do Capitão do Porto; os Pharoleiros, os Vigias e o Carpinteiro serão admittidos, ou contractados pelo mesmo Capitão do Porto, mediante proposta do Administrador da Praticagem, que tambem o será do Pharol.

No caso de impedimento do Escrivão, servirá interinamente o lugar um dos Segundos, ou Terceiros Praticos, designado pelo Administrador da Praticagem, com approvação do Capitão do Porto.

TITULO II.

Do material.

Art. 7.º O material da Praticagem, além das Barcas de Vapor destinadas para os reboques, constará do seguinte:

§ 1.º Tres catraias forradas de cobre, cada uma com duas velas, doze remos, um ancorote com corrente, um dito com virador, uma agulha de marear, uma tabella de signaes de palmos d'agua, uma vara de sondar, um prumo e oito baldes.

§ 2.º Uma lancha forrada de cobre, de construcção propria para mar de arrebentação, capaz de espiar e suspender um ferro de doze quintaes, com doze remos, duas velas, e um ancorote com corrente.

§ 3.º Um salva-vidas, de construcção moderna, para soccorro de naufragos, com capacidade para receber vinte e quatro a trinta pessoas (além da respectiva tripolação), com a sua competente palamenta, e mais seis boias de salvação das de roscas.

§ 4.º Uma balecira, ou um bom escaler de oito a dez remos, proprios para romper as correntes d'agua, e ir até o banco, em lugar das catraias nas occasiões de calma.

§ 5.º Uma dita pequena, para o registro das embarcações, e mais serviço dentro do porto.

§ 6.º Quatro ferros, ou ancoras de seis a dez quintaes cada um, e as quatro amarras correspondentes, tambem de ferro.

§ 7.º Dous bons óculos de alcance, e um jogo de signaes de filele para a atalaia, inclusive tres, ou quatro balões azues.

§ 8.º Dous ancorotes, dous viradores, seis mastros, seis velas, seis vèrgas, e quarenta remos de sobresalente.

TITULO III.

Da receita e despesa da Praticagem.

Art. 8.º O imposto, que se acha estabelecido, intitulado da «tonelagem», fica elevado a setecentos-e oitenta réis por tonelada, (comprehendida a entrada e sahida de cada navio), sendo a Praticagem obrigada, quando fôr necessario, á rebocar as embarcações, para sahirem, ou entrarem, independente de qualquer outra retribuição. Para os rebocues terão preferencia, na entrada os navios de maior calado, e na sahida os que estiverem ha mais tempo fundeados no ancoradouro da Mangueira, attendendo-se sempre ao numero de palmos d'agua, que houver na barra, e ao estado do mar.

Art. 9.º O pagamento, ou indemnisação de algum serviço extraordinario, e dos soccorros prestados pela Praticagem aos navios, que estiverem em perigo, será avaliado pelo Administrador da Praticagem, segundo a importancia e qualidade de taes soccorros, e as avarias, ou perdas, que houver soffrido por essa occasião o respectivo material, submettida essa avaliação á approvação da Capitania do Porto, que poderá modificál-a, como fôr de justiça, quando haja reclamação das partes interessadas.

Art. 10. Estes pagamentos, e os do imposto da tonelagem serão feitos na Alfandega da Cidade do Rio Grande, na de S. José do Norte, ou na de Porto Alegre, segundo o ancoradouro, á que se destinar o navio, á vista das contas, que a Praticagem remetterá á respectiva Alfandega, por intermedio da Capitania do Porto.

Quando, porem, os soccorros, de que trata o Artigo antecedente, forem prestados na occasião da sahida, o Administrador da Praticagem arrecadará sua importancia, e fará

d'ella remessa á competente Alfandega. Nas referidas Alfandegas dar-se-ha ás partes cautela ou conhecimento em fôrma das quantias, com que assim entrarem tanto em virtude do imposto da tonelagem, como por indemnisação de socorros, ou de auxílios extraordinarios prestados pela Praticagem; sendo essencial a apresentação d'esse conhecimento entre os demais despachos do navio na occasião da sahida.

Art. 11. Quando aconteça que algum navio entrado no porto a salvamento não torne a sahir, ou que, sendo de nova construcção, ou novamente armado tenha de sahir pela primeira vez baria fóra, será obrigado sómente ao pagamento de meia tonelagem, ou de trezentos e sessenta réis por tonelada.

Art. 12. Haverá na Administração da Praticagem, além dos livros de registro da correspondencia e contas, seis livros rubricados, abertos e encerrados pelo Capitão do Porto, a saber: dous para lançamento das entradas e sahidas dos navios, com declaração dos nomes do Capitão, ou Mestre, e do Proprietario, ou Consignatario, numero de toneladas da respectiva arqueação, lugar de sua procedencia, &c.; um de assentamento de todo o pessoal da Praticagem; um em que se lance o material e mais objectos pertencentes, ou fornecidos á mesma Praticagem; um para lançamento, ou descarga de todo o material gasto, ou regularmente consumido no serviço; e finalmente um para n'elle se lavrarem os termos da perda, ou encalho de qualquer navio, e de outras occurrencias extraordinarias.

Art. 13. As despesas, que se houverem de effectuar com o pessoal e material da Praticagem, e com os Vapores de reboque, serão, á vista de folhas processadas pela Capitania do Porto, satisfeitas na Estação competente, por modo analogo ao que se acha estabelecido á respeito dos navios de guerra.

Art. 14. Um dos Primeiros, ou Segundos Praticos, biennialmente escolhido pelo Official Administrador, sob sua responsabilidade, será encarregado de todo o material pertencente ao Estabelecimento, com tanto que nenhum dos Praticos volte á exercer este encargo, sem ter estado effectivamente dous annos, pelo menos, no serviço proprio da Praticagem. Quando fôr substituído, prestará contas na Capitania do Porto.

Art. 15. O Pratico encarregado do material assignará com o respectivo Escrivão, nos livros competentes, todos

os lançamentos de carga , ou descarga do material , os quaes serão também rubricados pelo Official Administrador.

Art. 16. Toda a despesa , ou emprego de generos , que se fizer pela Administração da Praticagem , será precedida de ordem por escripto do Official Administrador , a qual será lançada no livro competente , com declaração do objecto , a que fôr applicada.

Art. 17. A descarga de objectos , ou generos , que se extra-viarem no serviço , ou se deteriorarem nos armazens , só pôde ser feita por authorisação do Presidente da Provincia , em vista de participação circumstanciada do Official Administrador , dirigida por intermedio da Capitania do Porto , ou por termos de consumo , assignados pelo Official Administrador , Escrivão e Encarregado do material.

Art. 18. Não se farão semelhantes termos de consumo , senão depois de examinados , com assistencia do Capitão do Porto , os objectos , ou generos deteriorados , ou em máo estado , os quaes , em acto successivo , serão inutilizados , ou mandados vender em hasta publica , se ainda tiverem algum valor , entrando a quantia , que elles produzirem , para o cofre da Alfandega do Rio Grande.

Art. 19. Em Janeiro e Julho de cada anno remetterá o Administrador da Praticagem á Capitania do Porto um balanço de todo o material e generos existentes , com declaração do estado em que cada objecto se achar. O Capitão do Porto fará conferir o mesmo balanço com os lançamentos dos livros de carga e descarga , para a tomada de contas , em tempo opportuno , do Pratico encarregado , que será responsavel , ou em seu lugar o Official Administrador , pelas faltas que porventura se encontrarem. Do que occorrer á este respeito dará parte o Capitão do Porto á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha , por intermedio da Presidencia , remettendo , além d'isto , semestralmente á mesma Secretaria d'Estado um balancete da despesa feita no decurso de cada semestre com o pessoal e material da Praticagem , inclusive o custeio dos Rebocadores.

TITULO IV.

Dos vencimentos do Official encarregado da Praticagem, e dos demais Empregados.

Art. 20. O Official Administrador da Praticagem terá mensalmente a gratificação, que ora percebe, de cento e oitenta mil réis, além do soldo simples de sua patente.

Art. 21. Os outros Empregados da Praticagem terão mensalmente os seguintes vencimentos:

- § 1.º O Escrivão — oitenta mil réis.
- § 2.º Cada Primeiro Pratico — cento e trinta mil réis.
- § 3.º Cada Segundo dito — noventa mil réis.
- § 4.º Cada Terceiro dito — sessenta mil réis.
- § 5.º O Carpinteiro — sessenta mil réis.
- § 6.º Cada Pharoleiro — cincoenta e cinco mil réis.
- § 7.º Cada um dos Vigias — cincoenta mil réis.
- § 8.º Cada Patrão de lancha ou catraia — sessenta mil réis.
- § 9.º Cada Primeiro Marinheiro — quarenta e cinco mil réis.
- § 10. Cada Segundo dito — trinta e cinco mil réis.

TITULO V.

Dos Vapores de reboque.

Art. 22. Os Vapores, que o Governo destinar para o serviço especial dos reboques na barra do Rio Grande, serão commandados por Officiaes da Armada mais modernos, ou menos graduados que o Administrador da Praticagem, á quem obedecerão em tudo que diz respeito ao emprego e serviço dos mesmos Vapores.

O mais antigo, ou graduado dos Commandantes substituirá o Administrador da Praticagem nos seus impedimentos.

Art. 23. Darão reboque aos navios, que, segundo as circumstancias da barra, não poderem sahir, ou entrar á vela, desde e até fóra do banco, na distancia que fôr conveniente, observando-se a disposição da ultima parte do art. 8.º d'este Regulamento; e prestarão o soccorro, que fôr preciso aos navios em perigo.

Art. 24. Em cada Vapor haverá um Escrivão e um Encarregado, um Official Marinheiro, um, ou dous Machinistas, quatro Foguistas, dous Carvoeiros, um Cozinheiro, quatro Primeiros Marinheiros, dous Segundos, e dous Criados.

Art. 25. Os Vapores de reboque nunca sahirão barra fóra, sem levar á bordo um dos Praticos da Administração da Praticagem, pela qual serão dados igualmente os Marinheiros, que occasionalmente lhe forem precisos, para algum serviço extraordinario.

Art. 26. A disciplina, policia e economia d'estes navios, de conformidade com as disposições do Regimento Provisional, ficão á cargo dos respectivos Commandantes, sob a fiscalisação e inspecção do Capitão do Porto.

Art. 27. A receita, despeza, e escrituração dos mesmos Vapores serão feitas, pela forma prescrita para os navios da Armada.

Art. 28. Os pedidos de generos, e as relações de pagamento da tripolação serão apresentados ao Capitão do Porto, e devidamente processados.

Art. 29. Os vencimentos e rações de todas as praças dos Vapores de reboque serão abonados, conforme as tabellas em vigor para os navios de guerra.

Art. 30. Haverá á bordo de cada Vapor um livro especial, em que serão lançados dia por dia os nomes e toneladas dos navios por elle rebocados; e, tanto este, como os outros livros da escrituração do mesmo Vapor, serão rubricados pelo Capitão do Porto.

TITULO VI.

Da disciplina e serviço da Praticagem.

Art. 31. Os Empregados da Praticagem ficão considerados, emquanto estiverem n'este serviço, como pertencentes á Marinha de guerra, e por isso sujeitos ao regimen e disciplina da Armada.

Art. 32. O Capitão do Porto he o principal responsavel pela execução d'este Regulamento, e como tal examinará, sempre que fór conveniente, se o Official Administrador, e mais Empregados da Praticagem cumprem exactamente as suas obrigações; fazendo proceder á respeito das faltas e omissões que encontre, na forma dos artigos de Guerra, ou dando parte ao Presidente da Provincia, quando não caibão nas suas attribuições as providencias que o caso exigir.

Art. 33. O Official Administrador da Praticagem tem rigorosa obrigação de vigiar que os Empregados d'ella sejam zelozos e activos no desempenho das suas obrigações, e po-

derá punir correccionalmente os que faltarem á seus deveres com prisão até oito dias, ou suspensão do emprego até 15 dias, e, no caso de faltas mais graves, dará immediatamente parte ao Capitão do Porto, para este os mandar responsabilisar.

Art. 34. O mesmo Administrador da Praticagem será encarregado da visita e registro das embarcações, que entrarem, ou sahirem, não havendo na barra navio de guerra destinado á Policia do ancoradouro; e participará semanalmente ao Capitão do Porto as entradas e sahidas, que tiverem lugar, com declaração da tonelagem e procedencia de cada navio, e bem assim todas as circumstancias relativas ao estado da barra.

Art. 35. Ao referido Administrador pertence detalhar o serviço dos Praticos, e mais Empregados, como melhor convier, de sorte que por falta de providencias nunca seja demorada, estando a barra praticavel, a entrada, ou sahida dos navios que a demandarem. Desde o alvorecer até o pôr do sol, permittindo o tempo, estará postada uma catraia na entrada do banco.

Art. 36. O signal de chamada para os navios entrarem será feito como até agora, por meio de uma bandeira encarnada, içada no mastro grande da atalaia, içando-se, porem, simultaneamente no mastro menor da mesma atalaia o signal dos palmos d'agua, que tiver na occasião o canal da barra (com o necessario desconto para a arfagem dos navios), referindo-se o signal de chamada unicamente ás embarcações, cujo calado d'agua fôr igual, ou inferior ao indicado pelo mastro menor da atalaia, e pela catraia, que estiver no banco, de conformidade com o Regimento de signaes, constante da tabella annexa á este Regulamento, sob n.º 1, ha muito tempo adoptado.

Art. 37. Os signaes dos palmos d'agua para a sahida dos navios serão feitos do lado do ancoradouro, em um mastro proximo ao trapiche da Praticagem, sem dependencia de qualquer outro signal da atalaia.

Art. 38. A Praticagem corresponder-se-ha com os navios que estiverem fóra da barra, por meio do systema de signaes constante da tabella, sob n.º 2, prestando-lhes o auxilio e conselho, de que precisarem, para sua segurança, enquanto o estado da barra não permittir que a invistão.

Art. 39. Será mandado ex-officio um Segundo, ou

Terceiro Pratico para bordo dos navios, que sahirem, quando não forem rebocados, e o mesmo se praticará fóra da barra, se o Capitão, ou Mestre assim o requisitar, permittindo o tempo, e o estado do mar, bem como dar-se-ha Pratico aos navios, que o pedirem do ancoradouro da Mangueira para o de S. José do Norte, ou sómente até á boia do canal.

Art. 40. O serviço do Pratico nestes dous ultimos casos será pago em separado pela forma seguinte: os navios a entrar, que pedirem Pratico fóra da barra, pagarão dezeses mil réis, alem de uma diaria de dous mil réis aos Praticos, se estes se demorarem á bordo mais de vinte quatro horas. Os que pedirem Pratico do ancoradouro da barra, ou da Mangueira para o de S. José do Norte deverão pagar doze mil réis; e, sendo até dar fundo perto da boia, pagarão dez mil réis.

Art. 41. Estes pagamentos serão effectuados na Alfandega, em que o navio houver de despachar, do mesmo modo que os de que trata o art. 10 do presente Regulamento, excepto as diarias devidas aos Praticos, que serão satisfeitas na Administração da Praticagem.

Art. 42. Os Praticos, antes de atracarem á qualquer navio fóra da barra, deverão perguntar, se elle traz, ou não Carta de saude limpa: sendo a resposta affirmativa, subirão logo para o navio, e, depois de se informarem do Capitão, ou Mestre, do seu verdadeiro calado d'agua, mandarão içar os signaes correspondentes, se já o não tiverem feito, manobrando e dirigindo o navio convenientemente; se porem, a resposta fôr negativa, não atracarão á elle, e mesmo da parte de fóra exigirão as informações precisas, para bem o guiar na entrada, ou seguirão as instrucções superiores, que porventura houverem na Praticagem, á respeito de embarcações procedentes de lugares, em que reine alguma epidemia.

Art. 43. Os Praticos, que subirem para bordo dos navios, a fim de lhes darem a precisa direcção, limitar-se-hão ao cumprimento de seus deveres, e não consentirão que os Capitães, ou Mestres se entremettão no serviço proprio da Praticagem, tratando-os porem sempre com boas maneiras; sendo-lhes prohibido, sob pena do perdimento do emprego, solicitar directa, ou indirectamente gratificação alguma dos Capitães, ou Mestres, e mesmo aceitar qualquer donativo espontaneo, sem previo consentimento do Administrador da Praticagem.

TITULO VII.

Das obrigações dos Capitães, ou Mestres dos navios e das penas, á que por infracção fíção sujeitos.

Art. 44. O Capitão, ou Mestre de todo o navio, que demandar a barra do Rio Grande do Sul, deverá içar no mastro de prôa o signal correspondente ao calado d'agua do seu navio, segundo a tabella n.º 1, e conformar-se com o que se acha disposto nas observações da mesma tabella. Quando precise communicar-se com a Administração da Praticagem, fará os signaes recommendados nas observações da tabella n.º 2, e terá todo o cuidado em seguir as indicações, que lhe fizer a Praticagem, conforme as convenções d'esta mesma tabella.

Art. 45. Em todo caso, logo que o Pratico subir o portaló do navio, que tiver de dirigir, o respectivo Capitão, ou Mestre será obrigado a declarar-lhe solemnemente o numero de palmos, que cála o mesmo navio, em medida portugueza.

Art. 46. Todo o Capitão, ou Mestre deve satisfazer á quaesquer requisições do Pratico, tendentes á boa direcção e segurança do navio, bem como a ter sãos e promptos o ancorote, virador, ancoras e amarras.

Art. 47. Nenhum Capitão, ou Mestre de navio poderá maltratar, ou desattender aos Praticos; e, quando aconteça que estes se comportem mal á bordo, deverá o Capitão, ou Mestre, logo que der fundo, dirigir uma queixa circumstanciada ao Capitão do Porto, á fim de que este proceda, como fôr conveniente.

Art. 48. Se por sobrevir máo tempo, ou qualquer outra causa, algum navio que sahir levar o Pratico com sigo, será o dono obrigado a fazel-o regressar á sua custa na primeira occasião que se offereça, ou á pagar toda a despeza, que o Pratico fizer, para transportar-se ao Estabelecimento da Praticagem, alem de uma diaria de dois mil réis por todo o tempo que elle estiver ausente.

Art. 49. Todo o Capitão, ou Mestre de embarcação, que ao aproximar-se da barra não içar o signal de palmos d'agua, e aquelle que por meio de signaes, ou de informação verbal attribuir ao seu navio calado d'agua differente do que realmente tiver, será multado na quantia de cem mil réis, se a differença fôr para menos, e na de cinquenta mil réis, se fôr para mais.

Art. 50. Se algum dos Praticos, que estiverem de serviço, desconfiar que os signaes de palmos d'agua, que qualquer navio tiver içado, não são exactos, deverá dar parte ao Administrador da Praticagem, que mandará á bordo do mesmo examinar a verdade; e, achando-se que houve com effeito engano, proceder-se-ha de conformidade com a disposição do artigo antecedente.

Art. 51. O Capitão, ou Mestre de navio, que ao sahir, ou entrar investir á barra, sem que a Praticagem tenha feito signal, ou demandando effectivamente mais agua do que o calado correspondente aos signaes da Praticagem, será multado em duzentos mil réis, se não justificar na Capitania do Porto que foi a isso obrigado por força maior; ficando a embarcação sujeita na falta do Capitão ao pagamento da multa, caso salve-se o casco.

TITULO VIII.

Disposições geraes.

Art. 52. Ao Capitão do Porto pertence decidir summariamente, na fôrma do respectivo Regulamento, as questões, que se suscitarem na Praticagem da barra, quer entre os Capitães, ou Mestres dos navios, o Official Administrador, e os Praticos, ou contra qualquer d'estes, sobre sua negligencia, incapacidade, deleixo, ou outro motivo, que possa entorpecer o regular andamento do serviço; devendo o mesmo Capitão do Porto proceder diligentemente ás necessarias averiguações, para resolver com justiça ou levar o negocio, se fôr necessario, ao conhecimento do Presidente da Provincia.

Art. 53. Os termos, de que se faz menção na parte final do art. 12, deverão ser assignados não só pelo Administrador, o Escrivão da Praticagem, e os Praticos, que estiverem de serviço, como pelos respectivos Capitães, ou Mestres, quando conheção a lingua portugueza, ou haja interprete para o idioma, que elles fallarem; e serão remettidos por copia authentica á Capitania do Porto.

Art. 54. Os Empregados da Praticagem serão isentos do serviço da Guarda Nacional, e de qualquer outro serviço publico, que possa exigir auzencia da barra por mais de vinte quatro horas.

Art. 55. Os Praticos de todas as classes usarão de bonet de panno azul, calça azul, ou branca, e de sobre-casaca, ou fardeta semelhante á dos Officiaes da Armada, tendo hum prumo em ambos os lados da góla, com a differença de ser bordado com fio de ouro o dos Primeiros e Segundos Praticos, e com fio de prata o dos Terceiros, e de ser a góla da sobrecasaca, ou fardeta dos Primeiros Praticos orlada com galão de ouro de meia polegada de largura.

Art. 56. Toda a correspondencia Official da Administração da Praticagem com as Autoridades superiores será feita por intermedio da Capitania do Porto, e só em casos de urgencia será permittido ao Administrador dirigir-se directamente ás referidas Autoridades; devendo então remetter, por copia, á dita Capitania, para seu conhecimento, os Officios assim expedidos.

Art. 57. As Autoridades Policiaes do districto, á que pertence o Estabelecimento da Praticagem da barra, não poderão ingerir-se no que diz respeito ao pessoal d'ella, senão por meio de requisição á Capitania do Porto, ou, em casos urgentes, ao Official Administrador.

Art. 58. O systema de signaes da tabella n.º 2 só terá vigor oito mezes depois da publicação do presente Regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1857.—*José Antonio Saraiva.*

N.º 410.—JUSTIÇA.—Aviso de 16 de Novembro de 1857, dirigida ao Presidente da Provincia do Paraná.—*Solcendo as duvidas propostas pelo Juiz de Direito da Comarca de Castro, acerca da execução do Decreto n.º 707 de 9 de Outubro 1850, que deu Regulamento á Lei de 2 de Julho do mesmo anno, e da applicação do recurso do art. 499 § 2.º do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 aos réos condemnados á morte, ou á galés perpetuas.*

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1857.

Ilhm. e Exm. Sr.—Com o Officio n.º 91 de 24 de Julho do anno passado, remetteo V. Ex. o do Juiz de Direito da Comarca de Castro, datado de 11 do dito mez, expondo os embaraços e as duvidas que tem encontrado na execução do Decreto n.º 707 de 9 de Outubro de 1850, que deu Regulamento á Lei de 2 de Julho do mesmo anno. Expõe o Juiz de Direito, que, tendo de comparecer as testemunhas do sumario para serem reperguntadas no plenario, e morando algumas a longas distancias da residencia do dito Juiz, tem elle lançado mão de differentes arbitrios, a fim de serem ellas interrogadas de novo; mas que tem sido sem fructo todas estas diligencias, pelo facto de não terem algumas meios de se transportarem á cabeça da comarca, e de faltarem ao mesmo Juiz os de as compellir para darem seu depoimento, sendo elle assim obrigado a marcar prazos para o comparecimento, mandando notificar-as por Officiaes de Justiça do lugar em que morão, adiando em algumas circumstancias a decisão da causa, ou infligindo-a em outras independente da audiencia de taes testemunhas. Consulta tambem esse Magistrado se tem procedido regularmente, applicando aos réos condemnados á morte, ou á galés perpetuas na conformidade da citada Lei, o recurso do art. 499 § 2.º do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro 1842. Depois de ouvidos o Juiz de Direito da 1.ª Vara criminal da Côte, o Conselheiro Procurador da Corôa, e consultada a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Houve por bem Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da mesma Secção, Declarar por Sua Imperial Resolução de 11 do corrente mez, que dispondo o final do art. 9.º do Decreto 707 de 9 de Outubro 1850, que na conclusão do libello, assim como do seu additamento, e da contrariedade se indicarão as testemunhas que as partes tiverem de apresentar, e estabelecendo o art. 10.º do mesmo Decreto,

que findo o prazo do art. 8.º na primeira audiência, presentes o Promotor, a parte accusadora, o réo, seus Procuradores e Advogados, o Juiz fazendo ler pelo Escrivão o libello, contrariedades e mais peças apresentadas, e a inquirição das testemunhas, ás quaes poderão tambem o Procurador e as partes fazer as perguntas que julgarem convenientes, he claro, que as testemunhas a inquirir não são as do summario, e sim aquellas, que as partes indicão como necessarias para sustentarem a accusação ou a defeza, e que ás mesmas partes incumbe o dever de as apresentar em juizo, empregando as diligencias precisas para conseguir o seu comparecimento expontaneo, ou recorrendo aos meios coercitivos, que as Leis consagrão como apropriados para fazel-o effectivo.

Isto porém não inhiibe o Juiz de ouvir novamente algumas das testemunhas do summario, se o julgar preciso para mais completo esclarecimento da verdade; direito este cujo exercicio se estende ás partes, que certo não podem ter faculdades mais amplas do que aquellas, que aos Juizes se concedem no empenho da exerpulosa investigação dos factos sujeitos á sua decisão.

Sendo corrente a doutrina de applicar-se o art. 449 § 2.º do citado Regulamento, n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 aos casos indicados pelo dito Juiz de Direito, he regular, e como tal deve-se continuar a observar a pratica por elle seguida. O que communico á V. Ex. para a devida intelligencia, e para o fazer constar á aquelle Juiz de Direito.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N.º 1.

imento de signaes de palmos d'agua (já ha muito tempo adoptado na barra do Rio Grande), que se farão no mastro menor e Atalaia, para indicar aos Navios, que demandão o Porto, a profundidade d'agua, que houver na mesma barra, conjunctamente com o signal de chamada; e que tambem os Navios, que entrão, ou sahem, deverão içar no mastro de prôa, a fim de mostrarem os palmos d'agua, que calão. Para os Navios, que pretendem sahir, far-se-hão os mesmos signaes em um mastro collocado junto á ponte, ou trapiche da praticagem.

8 palmos.	9	10	$10\frac{1}{2}$	11
$11\frac{1}{2}$	12	$12\frac{1}{2}$	13	$13\frac{1}{2}$
14	$14\frac{1}{2}$	15	$15\frac{1}{2}$	16
$16\frac{1}{2}$	17	$17\frac{1}{2}$	18	$18\frac{1}{2}$
	19	$19\frac{1}{2}$	20	

Observações.

O signal de chamada continuará por meio da bandeira encarnada, içada no tope do mastro grande da Atalaia, e será feito, sempre que a barra estiver praticavel; mas só se deverão entender chamados os Navios, que calarem igual, ou menor agua, do que a indicada na mesma occasião pelo signal arvorado no mastro menor da mesma Atalaia.

Quando por falta de vento á feição as entradas, ou sahidas só poderem ter lugar á reboque, içar-se-ha uma corneta branca com pontas encarnadas por cima dos signaes de palmos d'agua. Estes signaes tambem estarão içados na Catraia, que estiver no banco.

Logo que a Atalaia, ou a Catiara postada no banco arrear os signaes, os Navios deverão entender, que já não podem entrar, e sair se immediatamente na volta do mar.

Systema de signaes telegraphicos, que se farão na verga do mastro grande da Atalaia, na barra do Rio Grande do Sul, para comunicação da praticagem com os Navios, que se acharem fóra da mesma barra, ou pretenderem entrar.

Estes signaes serão reconhecidos por cada Navio, arreando este por duas vezes a bandeira da respectiva Nação, ou o seu distinctivo.

1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	

- N.º 1 Conserve-se abra aberta com a barra.
 2. Orce (ou manobre convenientemente), que está á sotavento da barra.
 3. Procure arribar, que está a barlavento.
 4. Puxe para o mar, que está proximo da costa.
 5. Puxe para o mar, que está proximo do banco.
 6. Puxe para o mar, que ameaça vento do quadrante de SE.
 7. Olhe, que n'esse rumo vem encalhar.
 8. Dê fundo ao norte da barra, a sufficiente distancia da praia.
 9. Dê fundo ao Sul da barra, em 6 a 8 braças d'agua.
 10. Faça força de vela, para poder entrar.
 11. O signal de chamada é só para os navios de calado correspondente aos palmos d'agua, que mostra a Atalaia.
 12. Não é possível entrar agora, por não o permittir o estado da barra.
 13. Não pôde entrar por ora, senão á reboque.
 14. Não pôde entrar por ora, por ser vento fraco, e haver grande correnteza.
 15. O soccorro, que pede, está-se apromptando.
 16. Aproxime-se da barra, que a Catraia está no banco (ou o rebocador vai sahir).
 17. Navegue, para aproximar-se da embarcação, que vai sahir com os soccorros pedidos.
 18. O Navio, que pede pratico, navegue para a embarcação, que o vai conduzir.
 19. Siga com attenção os signaes da Atalaia, que a Catraia não pode ir ao banco.
 20. Logo que anoitecer, guie-se pelas luzes das Catraias, que estiverem no banco.
 21. Não está presentemente nenhum rebocador na barra.
 22. Não pode agora sahir o rebocador.
 23. Entregue ao Vapor (ou á Catraia) as mallas, correspondencia, ou noticias que trazer.

N. B. Todos estes signaes são feitos com balões, e galhardetes azues.

Observações.

1.ª Quando diversos Navios chegarem á barra com diferentes calados d'agua, deverão os Capitães, ou Mestres aproximar-se, até distinguirem bem os signaes d'agua, que a Atalaia, ou a Catraia, que se achar no banco, tiver içado, a fim de saber cada um se o signal de chamada lhe diz, ou não respeito; cumprindo que, no caso de negativa, trate logo de virar de bordo, e afastar-se, attendendo sempre aos signaes, que, na forma do presente systema telegraphico, lhe fizer a praticagem.

2.ª A referida Catraia postada no banco, assim como a que estiver fundeada no laga mar, guiará os Navios na sua entrada e sahida com uma bandeira volante, encarnada, a qual, inclinada para o Norte, ou para o Sul, indica que a embarcação deve navegar para esse lado, e posta a prumo, que deve seguir em direitura á mesma Catraia.

3.ª Quando qualquer Navio precisar de soccorro, içará a bandeira da respectiva Nação a meio mastro. Se o soccorro, que pedir, fór de mantimentos, trará o seu distinctivo içado no mesmo mastro por baixo da bandeira. Se precisar unicamente d'agua, içará no referido mastro o mesmo distinctivo do Navio por cima da bandeira. Se precisar de algum ferro, ou amarra, içará no penól da carangueja o distinctivo supramencionado.

4.ª Quando algum Navio precisar de reboque, içará a bandeira de sua Nação no mastro de proa por cima dos signaes d'agua.

5.ª Para pedir pratico, içará o signal de palmos d'agua por cima da bandeira da respectiva Nação.

6.ª Os Navios, que demandarem de noite a barra do Rio Grande do Sul, terão todo cuidado de avistar o pharol, que existe collocado em uma torre de ferro (99 pés inglezes), relativamente ao nivel do oceano, e é visível da distancia de 22 a 25 milhas maritimas: sendo a sua luz branca, e os eclipses de minuto em minuto.

N.º 411. — JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Novembro de 1857, dirigido ao Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio. — *Dá solução ás duvidas propostas pelo Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio, sobre quem deve substituir o Fiscal do mesmo Tribunal nos seus impedimentos, e sobre a maneira de proceder-se quando forem eleitos para membros d'elle parentes dentro dos grãos declarados.*

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1857.

Solicitou V. S. no seu Officio de 6 de Agosto do anno proximo preterito ser esclarecido sobre as seguintes duvidas:

1.ª Se tendo hoje os Tribunaes do Commercio por Adjuntos, além do Fiscal, mais dous ou tres Desembaigadores, poderão estes substituir o dito Fiscal nos seus impedimentos, e no caso affirmativo, qual delles deverá exercer interinamente as respectivas funções?

2.ª Se o art. 6.º do Titulo unico do Codigo Commercial prohibe absolutamente que fação parte do mesmo Tribunal os parentes dentro dos grãos declarados, e commerciantes que tenham sociedade entre si, ou se permittindo tacitamente que sejam elles membros do Tribunal (como nos demais Tribunaes Judiciarios) só veda que sirvão ou intervenhão em huma mesma questão conjunctamente?

3.ª Se, sendo omissas as Instrucções de 5 de Setembro de 1850, acerca do numero de votantes necessarios para formar o Collegio Commercial, não será indispensavel que estejam presentes 20 eleitores, numero que o art. 14 Titulo unico do Codigo Commercial declarou preciso para a primeira eleição?

4.ª Se resolvida affirmativamente a primeira parte da 2.ª duvida, e sendo eleitos ao mesmo tempo parentes nos grãos referidos, e commerciantes que sejam socios, deve recahir a preferencia sobre o mais votado, procedendo-se á nova eleição em lugar dos menos votados a respeito de quem se der o impedimento legal?

5.ª Se, decidida porém negativamente, não será curial, que no julgamento das appellações seja o segundo sorteado, a respeito de quem se der impedimento para servir conjunctamente com o primeiro na mesma causa, substituido por outro sorteado e desimpedido?

6.^a Se neste ultimo caso e nas Sessões administrativas, tratando-se de questão cuja decisão dependa de Tribunal completo, deverão os mesmos votados ser substituídos por supplentes desimpedidos. E quando não seja preciso que o Tribunal esteja completo, deverão preferir os mais votados, abstendo-se de intervir na decisão os menos votados, que forem impedidos?

Sua Magestade o Imperador, á Cuija Presença levei o citado Officio de V. S., Tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa sobre taes duvidas, e a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 14 do corrente mez, e de conformidade com o parecer da mesma Secção, que se conformou com o do referido Procurador da Corôa. Declarar, quanto á 1.^a duvida, que a substituição no caso proposto, deverá recahir no Desembargador mais antigo por sua nomeação, posse e exercicio na Relação em que primeiro servira, segundo o Regimento e pratica seguida nas Relações.

Pelo que respeita á 2.^a, que as palavras — não poderão servir conjunctamente no mesmo Tribunal — excluem toda a idéa de distincção ou limitação, mormente occorrendo no sentido contrario incalculaveis inconvenientes na administração da Justiça, e nas funcções dos Tribunaes do Commercio; devendo por tanto entender-se, que esta disposição fixa huma prohibição absoluta sem a menor restricção.

Quanto á 3.^a e 4.^a, que se deve proceder na fórma por V. S. indicada, ficando por consequencia prejudicadas a 5.^a e 6.^a duvidas. O que communico á V. S. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. S. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. José Ignacio Vaz Vieira.

N.º 412—IMPERIO.—Aviso de 18 de Novembro de 1857.—*Declara que devem ser executadas as Leis de aposentadorias concedidas pelas Assembléas Provincias, em quanto o Poder Legislativo não der humma decisão sobre esta materia.*

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por sua immediata Resolução de 11 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 14 de Outubro ultimo,—Manda declarar a V. Ex., em solução á duvida que propoz em Officio n.º 38 de 12 de Agosto, que, não obstante ser exorbitante das attribuições das Assembléas Legislativas Provincias a decretação de aposentadorias em favor de empregados das Provincias, conforme tem o Governo Imperial declarado por varias vezes, com tudo, em quanto o Poder Legislativo não der humma decisão sobre esta materia, devem ser executadas as Leis de aposentadoria que forem sancionadas; e por tanto não póde ser denegado ao empregado aposentado na Secretaria dessa Presidencia, a que V. Ex. se refere, o competente titulo que elle pede para poder perceber os seus vencimentos.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N.º 413.—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1857.—*Sello que devem pagar os titulos de nomeação dos Delegados e Subdelegados.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, em solução á materia do seu Officio n.º 106 de 25 de Setembro ultimo, que deve continuar a cobrar o Sello fixo de 160 réis pelos titulos de nomeação dos Delegados e Subdelegados de Policia.

Thesouro Nacional em 18 de Novembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 414. — Circular em 18 de Novembro de 1857. — *Declara os generos que os Commandantes e Officiaes dos Navios de transporte podem nelles carregar a titulo de « agasalhados ».*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 21 de Outubro proximo passado, para o devido conhecimento, a cópia junta do Aviso do mesmo Ministerio, expedido ao Arsenal de Marinha da Côrte, acerca dos generos que os Commandantes e Officiaes dos navios de transporte podem nelles carregar a titulo de « agasalhados » e em beneficio seu, em virtude da Portaria da Real Junta da Fazenda de 26 de Outubro de 1798, tambem annexa por cópia.

Thesouro Nacional em 18 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em 21 de Outubro de 1857.

Sendo necessario esclarecer bem quaes os generos, que os Commandantes e Officiaes dos Navios de Transporte podem nelles carregar a titulo de — agasalhados — e em beneficio seu, a fim de que se evitem as continuadas questões que a semelhante respeito tem occorrido, tenho por conveniente recommendar á V. S., que a Portaria da Real Junta da Fazenda de vinte seis de Outubro de 1798, que se lhe remette por copia, deve ser inteiramente observada, porque define com precisão e clareza, não só o que se entende por « agasalhados », como os valores, além dos quaes não deve ir o frete, que hum Official, ou outra praça de taes navios póde perceber, pelo que nos mesmos conduz. Expedindo V. S. as ordens necessarias para esse fim, deve communicar-me quaesquer abusos, que ainda appareção, e legitimar possão huma medida, que extingua completamente o uso de poderem os mencionados Commandantes e Officiaes conduzir carga tambem por sua conta, e quando não prejudique a do Estado.

Deos Guarde a V. S. — José Antonio Saraiva. — Sr. Antonio Leocadio do Coutto

O Commandante da Charrua «Aguia», fique entendendo e toda a sua respectiva guarnição que Sua Magestade Houve por bem Conceder-lhes a Graça de poderem transportar fazendas e generos dos portos da America nos seus proprios camarotes e alojamentos a titulo de agasalhados em beneficio do seu particular interesse, não excedendo o valor dos fretes dos ditos generos transportados á quantia que cada hum se expressa na relação junta, e que faz parte desta ordem, assignada pelo Secretario desta Real Junta da Fazenda da Marinha; declarando-se porêm que acontecendo que algum dos individuos assim contemplados transportem mais volumes e fazendas, cujos fretes excedão o valor das quantias assim determinadas, occultando-os por algum pretexto ou dissimulação, serão por isso excluidos da Graça que se lhes permite, além das penas a que ficão sujeitos, logo que disso forem convencidos. E para não se allegar ignorancia, o referido Commandante fará publicar esta ordem á toda a sua guarnição, fazendo registrar no Livro da Carga, sendo responsavel a vigiar pela inteira e exacta observancia desta Real Determinação. O que assim se ordena em virtude do Aviso de 24 de Julho proximo preterito. Lisboa em 26 de Outubro de 1798. — Com quatro rubricas.

Relação das pessoas das guarnições das charruas, á quem Sua Magestade permite transportarem fazendas em seus agasalhados até as quantias abaixo expressadas; a saber:

Ao Commandante até a quantia de.	400	5000	
Ao Capellão até a de.....	50	5000	
Ao Piloto e Mestre a de.....	200	5000	cada hum
Ao Escrivão, 2.º Piloto e Contra Mestre, a de.....	150	600	» »
Ao Cirurgião a de.....	50	5000	
Ao Guardião a de.....	100	5000	
Ao Carpinteiro e Calafate a de.....	50	5000	» »
A cada marinheiro a de.....	24	5000	
A cada Grumete a de.....	12	5000	
A cada Pagem a de.....	6	5000	

Lisboa em 26 de Outubro de 1798. — Manoel Joaquim de Oliveira Lage.

N.º 415.— FAZENDA.— Em 20 de Novembro de 1857.—
As dividas menores de 250 \$ 000 podem ser reconhecidas independentes de habilitação.

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco o requerimento e mais papeis que acompanhárão o Officio da Presidencia, n.º 73 do 1.º de Junho ultimo, para que faça liquidar a divida reclamada por Josepha Rufina de Castro Carvalho, proveniente de madeiras fornecidas, para as obras do Hospital Militar, por seu fallecido marido Thomaz de Aquino Carvalho, no exercicio de 1855—1856, e remetta o processo, visto pertencer a referida divida a exercicios findos, ao Ministerio da Guerra, como se acha determinado nas Instruções de 6 de Agosto de 1847; e por esta occasião declara ao mesmo Sr. Inspector que, na conformidade da Ordem de 29 de Julho do anno passado, com referencia ás de 12 de Setembro de 1837, e 23 de Novembro de 1840, podem ser reconhecidas independentemente de habilitação as dividas que não excederem de 250 \$ 000.

Thesouro Nacional em 20 de Novembro de 1857.— Bernardo de Souza Franco.

N.º 416.— IMPERIO.— Aviso de 21 de Novembro de 1857.

Declara que as Assembléas Provinciaes não tem attribuição para aposentar empregados publicos, e que regularmente procede o Presidente da Provincia da Bahia devolvendo á Assembléa Provincial duas Resoluções de semelhante natureza, que lhe forão reenviadas para serem publicadas nos termos da 2.ª parte do art. 13 do Acto Addicional, devendo sustentar este seu acto até ulterior Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tendo-se conformado por Sua immediata Resolução de 7 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 17 de Outubro ultimo, —Houve por bem Ordenar que fossem remettidas ao

conhecimento do Poder Legislativo as Resoluções da Assembléa Legislativa dessa Provincia aposentando o Official maior, e o Medico da Camara Municipal da Capital, visto que, segundo V. Ex. entende, e está declarado pelo Governo Imperial em varios Avisos expedidos pela Repartição do Imperio, não tem as Assembléas Provinciaes attribuição para aposentar empregados publicos, em vista do que dispõe os arts. 10 e 11 do Acto Additional, que marcão os unicos casos em que as ditas Assembléas podem legislar, e onde não está aquelle comprehendido, o qual he da exclusiva competencia do Poder Executivo, em virtude do § 11 do art. 102 da Constituição do Imperio; não podendo entender-se aquella attribuição conferida pelo art. 13 do citado Acto Additional, por isso que este só autorisa legislar sobre a creação e suppressão de empregos publicos, no que se não inclue a autorisação que se arrogou á Assembléa.

Outrosim, Manda o Mesmo Augusto Senhor Declarar-lhe, que procedeo V Ex. regularmente, pelas razões em que se fundou, devolvendo á Assembléa Provincial as sobreditas resoluções, que lhe forão enviadas para serem publicadas nos termos da 2.^a parte do citado art. 13 do Acto Additional, e de suspender a sua publicação, não obstante lhe serem para esse fim reenviadas pela mesma Assembléa, sem embargo das razões com que V. Ex. as devolveo; cumprindo que V. Ex. sustente este seu acto até ulterior resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 447. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — *Declara que compete á Camara Municipal da Cidade do Bananal, da Provincia de S Paulo fazer tudo quanto for preciso para que tenha effeito a determinação da Camara dos Deputados que mandou computar os votos de 7 cédulas de Eleitores apuradas em separado pela respectiva Mesa Parochial, que deixou de existir; bem como annullar os diplomas dos Eleitores excedentes ao numero de vinte, que devia dar a mesma Parochia.*

1.ª Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio dessa Presidencia, n.º 106 de 18 de Junho deste anno, em que propoz as seguintes duvidas, que encontrou na execução do Aviso, que lhe foi expedido em 29 de Maio para dar cumprimento á deliberação da Camara dos Deputados, que mandou que fossem computados os votos das 7 cédulas de Eleitores apuradas em separado pela Mesa Parochial da Cidade do Bananal, e se annullassem os diplomas dos Eleitores, que a mesma Parochia elego, excedentes ao numero de vinte, que lhe compete dar, devendo a sorte decidir qual deva ser o vigésimo Eleitor, visto haver empate entre diversos Cidadãos immediatos ao 19.º: 1.º—qual a autoridade que ha de fazer a computação dos votos, visto que a Mesa Parochial está dissolvida: 2.º—se a autoridade para isso competente, deve expedir os novos diplomas aos Eleitores, e se á ella tambem compete proceder ao sorteio para o desempate, ou se á Camara Municipal, como está estabelecido, e he de pratica.

E Sua Magestade o Imperador, Tendo-se conformado por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez, com o parecer da sobredita Secção, exarado em Consulta de 14 de Setembro ultimo,—Ha bem Mandar declarar á V. Ex. que compete á Camara Municipal da Cidade do Bananal, na falta da Mesa Parochial, que deixou de existir, fazer tudo quanto he preciso para que surta effeito a determinação da Camara dos Deputados, devendo a mesma Camara Municipal computar os votos das 7 cédulas apuradas em separado, cassar os diplomas aos Eleitores excedentes ao numero de 20; sortear os empatados em votos para determinar-se qual deve occupar o 2.º lugar de Eleitor, e expedir a este o compe-

tente diploma, que será a copia da acta em que for feito o sorteamento. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 418.—Aviso de 23 de Novembro de 1857.—*Declara que acertadamente resolveo o Presidente da Provincia da Bahia, que os habitantes do Curato do Senhor Bom Jesus do Rio de S. João, que pela Assembléa Legislativa Provincial foi desmembrado da Freguezia de Roças Novas, e annexado á de Cocaes, devem continuar a ser naquella qualificados e exercer o direito eleitoral, não obstante pertencerem actualmente á outra Freguezia e á districto eleitoral diverso.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio dessa Presidencia, n.º 180 de 17 de Setembro proximo passado, e copias que o acompanhárão do officio do Juiz de Paz da Freguezia de Sant'Anna de Cocaes, e do que a mesma Presidencia lhe dirigio, decidindo a seguinte questão: se os habitantes do Curato do Senhor Bom Jesus do Rio de S. João, que pela Assembléa Legislativa Provincial foi desmembrado da Freguezia de Roças Novas, e annexado áquella de Cocaes, devem ser qualificados e exercer o direito eleitoral na Freguezia a que pertencia o mesmo Curato, e que faz parte do Terceiro districto eleitoral, ou na de Cocaes para que foi transferido, e que está comprehendido no 4.º districto. E Tendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da sobredita Secção, exarado em Consulta de 21 de Outubro ultimo,—Ha por bem Mandar declarar a V. Ex., que acertadamente resolveo essa Presidencia que devem os habitantes do referido Curato continuar a ser qualificados, e exercer o direito eleitoral na Freguezia de Roças Novas, não obstante pertencerem actualmente á outra Freguezia, e a districto eleitoral diverso; visto que, esta hypothese, se não está comprehen-

tente diploma, que será a copia da acta em que for feito o sorteamento. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 418.—Aviso de 23 de Novembro de 1857.—*Declara que acertadamente resolveo o Presidente da Provincia da Bahia, que os habitantes do Curato do Senhor Bom Jesus do Rio de S. João, que pela Assembléa Legislativa Provincial foi desmembrado da Freguezia de Roças Novas, e annexado á de Cocaes, devem continuar a ser naquella qualificados e exercer o direito eleitoral, não obstante pertencerem actualmente á outra Freguezia e á districto eleitoral diverso.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio dessa Presidencia, n.º 180 de 17 de Setembro proximo passado, e copias que o acompanhárão do officio do Juiz de Paz da Freguezia de Sant'Anna de Cocaes, e do que a mesma Presidencia lhe dirigio, decidindo a seguinte questão: se os habitantes do Curato do Senhor Bom Jesus do Rio de S. João, que pela Assembléa Legislativa Provincial foi desmembrado da Freguezia de Roças Novas, e annexado áquella de Cocaes, devem ser qualificados e exercer o direito eleitoral na Freguezia a que pertencia o mesmo Curato, e que faz parte do Terceiro districto eleitoral, ou na de Cocaes para que foi transferido, e que está comprehendido no 4.º districto. E Tendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da sobredita Secção, exarado em Consulta de 21 de Outubro ultimo,—Ha por bem Mandar declarar a V. Ex., que acertadamente resolveo essa Presidencia que devem os habitantes do referido Curato continuar a ser qualificados, e exercer o direito eleitoral na Freguezia de Roças Novas, não obstante pertencerem actualmente á outra Freguezia, e a districto eleitoral diverso; visto que, esta hypothese, se não está comprehen-

dida na letra do art. 2.º do Decreto n.º 1.801 de 7 de Agosto de 1856, está no seu espirito, por que houve desmembração de Parochia, e da-se a mesma razão da disposição do dito artigo, que teve por fim a execução do art. 1.º § 4.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, em virtude do qual só ao Poder Legislativo Geral he permitido alterar a divisão dos districtos eleitoraes feita pelo Governo em observancia do mesmo §. Outra intelligencia teria o effeito de dar ás Assembléas Legislativas Provinciaes o direito de fazerem indirectamente aquella alteração, contra a intenção do legislador. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que faça sustentar a decisão dessa Presidencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 418. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — *Approva as decisões que proferio o Presidente da Provincia de S. Paulo, sobre as duvidas que lhe forão propostas por hum Eleitor da Parochia de Itapetininga, ácerca da Lei das eleições.*

1.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Tendo-se conformado por Sua immediata Resolução de 7 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 22 de Outubro ultimo, — Houve por bem Approvar as decisões que V. Ex. proferio sobre as duvidas, que ácerca da Lei de eleições lhe propoz hum Eleitor da Parochia de Itapetininga, e de que V. Ex. deo conta em Officio n.º 156 de 8 do citado mez de Outubro; a saber:

1.ª Que nos termos do art. 121 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, não pôdem os novos Eleitores da Parochia de Tatuhy exercer acto algum eleitoral, sem que a respectiva eleição seja approvada pela Camara dos Deputados, não lhes sendo portanto permitido concorrer á eleição a que tem de proceder-se para Membros da Assembléa Legislativa Provincial, e nem mesmo votar separado.

dida na letra do art. 2.º do Decreto n.º 1.801 de 7 de Agosto de 1856, está no seu espirito, por que houve desmembração de Parochia, e da-se a mesma razão da disposição do dito artigo, que teve por fim a execução do art. 1.º § 4.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, em virtude do qual só ao Poder Legislativo Geral he permitido alterar a divisão dos districtos eleitoraes feita pelo Governo em observancia do mesmo §. Outra intelligencia teria o effeito de dar ás Assembléas Legislativas Provinciaes o direito de fazerem indirectamente aquella alteração, contra a intenção do legislador. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que faça sustentar a decisão dessa Presidencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 418. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — *Approva as decisões que proferio o Presidente da Provincia de S. Paulo, sobre as duvidas que lhe forão propostas por hum Eleitor da Parochia de Itapetininga, ácerca da Lei das eleições.*

1.ª Secção. — Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Tendo-se conformado por Sua immediata Resolução de 7 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 22 de Outubro ultimo, — Houve por bem Approvar as decisões que V. Ex. proferio sobre as duvidas, que ácerca da Lei de eleições lhe propoz hum Eleitor da Parochia de Itapetininga, e de que V. Ex. deo conta em Officio n.º 156 de 8 do citado mez de Outubro; a saber:

1.ª Que nos termos do art. 121 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, não pôdem os novos Eleitores da Parochia de Tatuhy exercer acto algum eleitoral, sem que a respectiva eleição seja approvada pela Camara dos Deputados, não lhes sendo portanto permitido concorrer á eleição a que tem de proceder-se para Membros da Assembléa Legislativa Provincial, e nem mesmo votar separado.

2.^a Que o Eleitor, que por se ter mudado de Parochia deixa de ser convocado, não perde por esse facto o direito de concorrer á eleição, visto que a convocação he somente huma cautela que a lei estabelece para maior garantia desse direito.

3.^a Que no caso de comparecimento de dous Eleitores Supplentes empatados, deve o Collegio proceder ao sorteio entre elles com as formalidades legais, huma vez que a Camara Municipal não o tenha feito antes.

4.^a Que no caso de ausencia de algum Eleitor para fóra da Provincia, deve ser admittido o seu legitimo Supplente, embora não tenha sido convocado, por quanto a ausencia do Eleitor para fóra da Provincia dá direito de votar ao Supplente, como se acha determinado no art. 65 da citada lei.

5.^a Que pela mesma razão devem concorrer á eleição os Supplentes daquelles Eleitores, ou Supplentes cuja ausencia para fóra da Provincia for verificada pelo Collegio. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e expedição das convenientes ordens.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 420.—Aviso de 23 de Novembro de 1857.—*Manda proceder a nova eleição para Vereadores e Juizes de Paz da Villa de Piratinim, da Provincia de S. Pedro, por terem sido excluidos de votar na eleição que ultimamente teve lugar 129 cidadãos providos em gráo de recurso pelo Conselho Municipal.*

1.^a. Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre a representação que á Sua Magestade o Imperador dirigio o Doutor Manoel Pereira da Silva Ubatuba, como procurador de varios cidadãos da Villa de Piratinim, contra a eleição de Vereadores e Juizes de Paz que teve lugar na mesma Villa em Setembro do anno passado; e Havendo-se Conformado o Mesmo Augusto Senhor, por Sua immediata Resolução de 4 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em consulta de 9 de Outubro ul-

2.^a Que o Eleitor, que por se ter mudado de Parochia deixa de ser convocado, não perde por esse facto o direito de concorrer á eleição, visto que a convocação he somente huma cautela que a lei estabelece para maior garantia desse direito.

3.^a Que no caso de comparecimento de dous Eleitores Supplentes empatados, deve o Collegio proceder ao sorteio entre elles com as formalidades legais, huma vez que a Camara Municipal não o tenha feito antes.

4.^a Que no caso de ausencia de algum Eleitor para fóra da Provincia, deve ser admittido o seu legitimo Supplente, embora não tenha sido convocado, por quanto a ausencia do Eleitor para fóra da Provincia dá direito de votar ao Supplente, como se acha determinado no art. 65 da citada lei.

5.^a Que pela mesma razão devem concorrer á eleição os Supplentes daquelles Eleitores, ou Supplentes cuja ausencia para fóra da Provincia for verificada pelo Collegio. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e expedição das convenientes ordens.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 420.—Aviso de 23 de Novembro de 1857.—*Manda proceder a nova eleição para Vereadores e Juizes de Paz da Villa de Piratinim, da Provincia de S. Pedro, por terem sido excluidos de votar na eleição que ultimamente teve lugar 129 cidadãos providos em gráo de recurso pelo Conselho Municipal.*

1.^a Secção.—Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre a representação que á Sua Magestade o Imperador dirigio o Doutor Manoel Pereira da Silva Ubatuba, como procurador de varios cidadãos da Villa de Piratinim, contra a eleição de Vereadores e Juizes de Paz que teve lugar na mesma Villa em Setembro do anno passado; e Havendo-se Conformado o Mesmo Augusto Senhor, por Sua immediata Resolução de 4 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em consulta de 9 de Outubro ul-

timo,—Ha por bem Determinar que se proceda á nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz para a referida Villa; visto que o facto que se acha provado de serem excluidos de votar 129 cidadãos providos em grão de recurso pelo Conselho Municipal, e não admittidos na lista de qualificação, não obstante as reclamações que contra a sua exclusão apresentárão em tempo invalida aquella eleição, porque os seus votos podião dar hum resultado mui diverso daquelle que se obteve. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que expeça nesta conformidade as ordens convenientes.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 421. — Aviso. — de 23 de Novembro de 1857. — *Declara ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, que aberto o escrutinio, e conhecida a votação no julgamento do acto de sustentação de theses para obter o grão de Doutor, não se pôde admitir nova votação por qualqer motivo que seja.*

2.ª Secção.—Rio de Janero. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o Officio de V. S. de 29 do mez passado, em que participa a deliberação que tomou de mandar proceder á nova votação no julgamento do acto de sustentação de theses para obter o grão de Doutor, porque passou o Bacharel Formado Candido Gomes de Vasconcellos Guanabara, em consequencia de hum dos Lentes examinadores ter reclamado contra sua votação, declarando ter-se enganado.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez, com o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, exarado em Consulta de 4 do dito mez,—Houve por bem Declarar que, aberto o escrutinio, e conhecida a votação está consumado o julgamento, que deve ter effeito infalivel; não se admittindo nova votação por qualquer motivo que seja. O que communico a V. S. para sua intelligencia e em resposta ao referido officio.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

timo,—Ha por bem Determinar que se proceda á nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz para a referida Villa; visto que o facto que se acha provado de serem excluidos de votar 129 cidadãos providos em grão de recurso pelo Conselho Municipal, e não admittidos na lista de qualificação, não obstante as reclamações que contra a sua exclusão apresentárão em tempo invalida aquella eleição, porque os seus votos podião dar hum resultado mui diverso daquelle que se obteve. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que expeça nesta conformidade as ordens convenientes.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N.º 421. — Aviso. — de 23 de Novembro de 1857. — *Declara ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo, que aberto o escrutinio, e conhecida a votação no julgamento do acto de sustentação de theses para obter o grão de Doutor, não se pôde admitir nova votação por qualqer motivo que seja.*

2.ª Secção.—Rio de Janero. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o Officio de V. S. de 29 do mez passado, em que participa a deliberação que tomou de mandar proceder á nova votação no julgamento do acto de sustentação de theses para obter o grão de Doutor, porque passou o Bacharel Formado Candido Gomes de Vasconcellos Guanabara, em consequencia de hum dos Lentes examinadores ter reclamado contra sua votação, declarando ter-se enganado.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 19 do corrente mez, com o parecer da Secção do Conselho d'Estado dos Negocios do Imperio, exarado em Consulta de 4 do dito mez,—Houve por bem Declarar que, aberto o escrutinio, e conhecida a votação está consumado o julgamento, que deve ter effeito infalivel; não se admittindo nova votação por qualquer motivo que seja. O que communico a V. S. para sua intelligencia e em resposta ao referido officio.

Deos Guarde a V. S.—Marquez de Olinda.—Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N.º 422. — Aviso de 23 de Novembro de 1857. — *Declara que os Eleitores novamente eleitos para a Parochia do Mogy das Cruzes, em substituição dos que forão annullados pela Camara dos Deputados na Sessão deste anno, não podem funcçãoar enquanto não forem approvados pela mesma Camara.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo submettida á Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, com o officio de V. Ex., n.º 152 de 3 de Outubro ultimo, a decisão que V. Ex. dera á Consulta que lhe fez o Juiz de Paz da Villa da Parahybuna, se os Eleitores novamente eleitos para a Parochia de Mogy das Cruzes, em substituição aos que forão annullados pela Camara dos Deputados na Sessão deste anno, devião tomar parte na Eleição dos Membros da Assembléa Legislativa dessa Provincia, a que se devia proceder no dia 15 do referido mez; e Tendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador, por sua immediata Resolução de 14 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 21 daquelle mez,—Manda declarar a V. Ex. que foi acertada a decisão que V. Ex. deo negativamente, por isso que, segundo he expresso no art. 121 da Lei Regulamentar das Eleições de 19 de Agosto de 1846 taes Eleitores não podem execer funcções eleitoraes em quanto não forem, como ainda não forão, approvados pela Camara dos Deputados.

E porque tambem não podião intervir na sobredita Eleição os Eleitores annullados, não devia a Parochia de Mogy das Cruzes ter sido representada no Collegio eleitoral que se reunio para fazer a mesma eleição, como he de crer tenha succedido, visto ser a sua exclusão huma consequencia da decisão de V. Ex.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 423. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — *Declara que não ha lei ou disposição administrativa que conceda recursos das decisões das Relações em materia eleitoral, as quaes são terminantes.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento de Tito Vespasiano de Borba, representando contra o despacho do Tribunal da Relação da Corte, proferido sobre o recurso que elle interposera de sua exclusão da lista de qualificação dos votantes da Parochia de Santo Amaro. O supplicante quando apresentou o seu recurso deixou de o instruir com o termo de interposição exigido pelo Decreto n.º 511, de 18 de Março de 1847 no art. 5.º, o que deo lugar a que aquelle Tribunal não fizesse conhecimento delle. Offerecco-o depois pretendendo que se revogasse essa decisão para o fim de se julgar o seu recurso. E por que fosse indeferida semelhante pretensão com o fundamento de ser intempestiva a exhibição do termo, representa contra esta decisão, taxando-a de injusta, não só por que o citado Decreto não ordena expressamente que o termo da interposição do recurso seja logo apresentado com elle, como tambem por que não assenta bem em materia puramente administrativa tanto rigor de formulas.

Sendo ouvida sobre o requerimento do supplicante a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, e Conformando-se Sua Magestade o Imperador, por sua immediata Resolução de 4 do corrente mez com o parecer da mesma Secção, exarado em Consulta de 17 de Outubro ultimo, — Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. que não pôde ser deferida semelhante pretensão, quer se considere como recurso que o supplicante interpõe da decisão proferida pelo Tribunal da Relação, por isso que não ha lei ou disposição administrativa que conceda recurso das decisões das Relações em materia eleitoral, as quaes são terminantes, quer se considere como representação que provoque hum providencia para o futuro; porquanto, sendo regra de direito que as petições de recurso sejam logo instruidas com o termo de sua interposição, e não sendo esta formalidade expressamente dispensada pelo já citado Decreto, não ha razão para que ella se não observe nos recursos interpostos em processo

eleitoral. As formulas são necessarias em qualquer processo assim judicial como administrativo; e se ha processo em que se deva escrupolisar a sua dispensa, he certamente o eleitoral, mais sujeito do que outro qualquer a abusos, e fraudes, que cumpre reprimir. O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que o faça constar ao representante.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente na Provincia de S. Paulo.

N.º 424. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — *Declara que para ter lugar a interposição de recurso para o Conselho Municipal pela não qualificação de votantes he indispensavel que preceda reclamação desattendida pela respectiva Junta.*

1.ª Seccção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Tendo-se Conformado por sua immediata Resolução de 11 do corrente mez com o parecer da Seccção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 9 de Outubro ultimo, — Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex. constante dos documentos que acompanhárão o seu officio, n.º 90 de 28 de Agosto deste anno, declarando ao Juiz Municipal do Termo de Pereiro, que a omissão que houve da parte da Junta de Qualificação dos votantes daquella Parochia em remetter para o districto de Caxacó a lista dos respectivos votantes, pelo que os seus moradores não tiverão conhecimento dos que forão nella contemplados, não justifica a falta de observancia das formalidades na interposição dos recursos, que por ventura fizessem subir ao Conselho Municipal os cidadãos do dito distrito, indevidamente excluidos da qualificação de votantes, visto que, segundo o preceito do art. 35 da Lei Regulamentar das Eleições, he indispensavel para que se interponha recurso da não qualificação, que preceda reclamação desattendida pela Junta, e conforme a disposição do art. 5.º do Decreto n.º 511 de 18 de Março de 1847, que o mesmo recurso seja instruido com o termo de sua interposição lavraço no livro das actas dos trabalhos da dita

eleitoral. As formulas são necessarias em qualquer processo assim judicial como administrativo; e se ha processo em que se deva escrupolisar a sua dispensa, he certamente o eleitoral, mais sujeito do que outro qualquer a abusos, e fraudes, que cumpre reprimir. O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para que o faça constar ao representante.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente na Provincia de S. Paulo.

N.º 424. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — *Declara que para ter lugar a interposição de recurso para o Conselho Municipal pela não qualificação de votantes he indispensavel que preceda reclamação desattendida pela respectiva Junta.*

1.ª Seccção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Tendo-se Conformado por sua immediata Resolução de 11 do corrente mez com o parecer da Seccção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 9 de Outubro ultimo, — Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex. constante dos documentos que acompanhárão o seu officio, n.º 90 de 28 de Agosto deste anno, declarando ao Juiz Municipal do Termo de Pereiro, que a omissão que houve da parte da Junta de Qualificação dos votantes daquella Parochia em remetter para o districto de Caxacó a lista dos respectivos votantes, pelo que os seus moradores não tiverão conhecimento dos que forão nella contemplados, não justifica a falta de observancia das formalidades na interposição dos recursos, que por ventura fizessem subir ao Conselho Municipal os cidadãos do dito distrito, indevidamente excluidos da qualificação de votantes, visto que, segundo o preceito do art. 35 da Lei Regulamentar das Eleições, he indispensavel para que se interponha recurso da não qualificação, que preceda reclamação desattendida pela Junta, e conforme a disposição do art. 5.º do Decreto n.º 511 de 18 de Março de 1847, que o mesmo recurso seja instruido com o termo de sua interposição lavraço no livro das actas dos trabalhos da dita

Junta, sem o que não pôde o Conselho Municipal tomar conhecimento delle, como he expresso no art. 8.º do referido Decreto.

He certo que os recorrentes, quando os houvesse com effeito, soffrerião em seus direitos por huma falta de que não crão culpados; mas a lei nenhum remedio dá para essa falta, senão a multa aosque a commetterão, e com a qual forão justamente punidos por deliberação de V. Ex. os membros da Junta de Qualificação, que forão omissos, conforme V. Ex. participa em seu citado officio.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex.— Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Ceará.

N.º 425. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — *Manda subsistir o juramento que aos Vereadores eleitos para huma Camara Municipal da Provincia de Goyaz, no presente quatrienio, deferio hum Vereador da Camara transacta, na qualidade de seu Presidente com o respectivo Secretario.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio do antecessor de V. Ex., n.º 21 de 27 de Fevereiro deste anno, submittendo á approvação do Governo Imperial a decisão que dera, para que subsistisse o juramento que aos Vereadores eleitos para o presente quatriennio deferio hum dos Vereadores da Camara transacta, na qualidade de seu Presidente, com o respectivo Secretario, em consequencia de ter a dita Camara sido omissa em cumprir no devido tempo aquelle dever. E Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 11 do corrente mez, com o parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 29 de Setembro ultimo,—Manda declarar a V. Ex. que deve subsistir aquelle juramento, por que, com quanto não se verificassem as mesmas circumstancias, militão com tudo as mesmas razões, que se dão no Aviso n.º 146 de 31 de Maio

Junta, sem o que não pôde o Conselho Municipal tomar conhecimento delle, como he expresso no art. 8.º do referido Decreto.

He certo que os recorrentes, quando os houvesse com effeito, soffrerião em seus direitos por huma falta de que não crão culpados; mas a lei nenhum remedio dá para essa falta, senão a multa aosque a commetterão, e com a qual forão justamente punidos por deliberação de V. Ex. os membros da Junta de Qualificação, que forão omissos, conforme V. Ex. participa em seu citado officio.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deos Guarde a V. Ex.— Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Ceará.

N.º 425. — Aviso de 25 de Novembro de 1857. — *Manda subsistir o juramento que aos Vereadores eleitos para huma Camara Municipal da Provincia de Goyaz, no presente quatrienio, deferio hum Vereador da Camara transacta, na qualidade de seu Presidente com o respectivo Secretario.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, sobre o Officio do antecessor de V. Ex., n.º 21 de 27 de Fevereiro deste anno, submittendo á approvação do Governo Imperial a decisão que dera, para que subsistisse o juramento que aos Vereadores eleitos para o presente quatriennio deferio hum dos Vereadores da Camara transacta, na qualidade de seu Presidente, com o respectivo Secretario, em consequencia de ter a dita Camara sido omissa em cumprir no devido tempo aquelle dever. E Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua immediata Resolução de 11 do corrente mez, com o parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 29 de Setembro ultimo,—Manda declarar a V. Ex. que deve subsistir aquelle juramento, por que, com quanto não se verificassem as mesmas circumstancias, militão com tudo as mesmas razões, que se dão no Aviso n.º 146 de 31 de Maio

de 1849, em que se fundou a decisão do antecessor de V. Ex. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e governo.

Dcos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 426. — FAZENDA. — Circular em 25 de Novembro de 1857 — *Peças de machinas que se devem despachar livres de direitos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade da decisão dada á Alfandega da Côrte em Aviso desta data, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o devido conhecimento e execução; que a doutrina das Decisões n.ºs 162 de 8 de Agosto de 1839, e 245 de 3 de Novembro de 1852 está de inteiro accordo com o disposto no Decreto de 26 de Agosto e art. 31 da lei de 26 de Setembro do corrente anno, na parte em que estende ás peças em separado das machinas a isenção de direitos concedida á estas; cumprindo todavia acautelar o abuso que a execução pratica das novas disposições possa offerecer em contravenção áquellas, e em prejuizo da Fazenda, não devendo conceder-se isenção de direitos em favor das peças separadas, sem que se prove, mediante exame por peritos na presença e a juizo dos Inspectores das Alfandegas, — com recurso para as Thesourarias, — que as referidas peças não podem ter outro destino ou applicação senão substituirem peças identicas já arruinadas de certas e determinadas machinas, ou servirem de sobressalente ás que, existindo perfectas, possam inutilisar-se por qualquer eventualidade.

Thesouro Nacional em 25 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Aviso á que se refere a Circular supra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1857.

Em deferimento aos requerimentos do Gerente da Companhia de Navegação a vapor « Santista » Antonio Francisco da

de 1849, em que se fundou a decisão do antecessor de V. Ex. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e governo.

Dcos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

N.º 426. — FAZENDA. — Circular em 25 de Novembro de 1857 — *Peças de machinas que se devem despachar livres de direitos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade da decisão dada á Alfandega da Côrte em Aviso desta data, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o devido conhecimento e execução; que a doutrina das Decisões n.ºs 162 de 8 de Agosto de 1839, e 245 de 3 de Novembro de 1852 está de inteiro accordo com o disposto no Decreto de 26 de Agosto e art. 31 da lei de 26 de Setembro do corrente anno, na parte em que estende ás peças em separado das machinas a isenção de direitos concedida á estas; cumprindo todavia acautelar o abuso que a execução pratica das novas disposições possa offerecer em contravenção áquellas, e em prejuizo da Fazenda, não devendo conceder-se isenção de direitos em favor das peças separadas, sem que se prove, mediante exame por peritos na presença e a juizo dos Inspectores das Alfandegas, — com recurso para as Thesourarias, — que as referidas peças não podem ter outro destino ou applicação senão substituirem peças identicas já arruinadas de certas e determinadas machinas, ou servirem de sobressalente ás que, existindo perfectas, possam inutilisar-se por qualquer eventualidade.

Thesouro Nacional em 25 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

Aviso á que se refere a Circular supra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1857.

Em deferimento aos requerimentos do Gerente da Companhia de Navegação a vapor « Santista » Antonio Francisco da

Costa Cabral, e do Emprezaio da linha intermediaria de vapores para os portos de Ubatuba e outros até Santa Catharina, Doutor José Rodrigues Ferreira, contra a decisão da Alfandega, que lhes negou o despachio livre de direitos a favor de varias peças de machinismo para os vapores das referidas companhias, declaro a V. S. que a doutrina das Decisões n.º 162 de 8 de Agosto de 1839, e 245 de 3 de Novembro de 1852, está de inteiro accordo com o disposto no Decreto de 26 de Agosto, e art. 31 da lei de 26 de Setembro do corrente anno, na parte em que estende ás peças em separado das machinas a isenção de direitos concedida á estas; cumprindo todavia acautelar o abuso que a execução pratica das novas disposições possa offerecer em contravenção áquellas, e em prejuizo da Fazenda; não devendo ser concedida a isenção de direitos em favor das peças separadas sem que se prove, — mediante exame por peritos na presença, e a juizo do Inspector da Alfandega com recurso para o Thesouro, — que as referidas peças não podem ter outro destino ou applicação, serão substituirem peças identicas já arruinadas de certas e determinadas machinas, ou servirem de sobressalente ás que, existindo perfectas, possam inutilisar-se por qualquer eventualidade.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N.º 427. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Novembro de 1857, dirigido ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia da Bahia. — *Declara em solução a duvida suscitada no referido Tribunal do Commercio, que a vista da doutrina do art. 87 do Código Commercial, não póde o mesmo Tribunal syndicar da moralidade e capacidade dos Administradores de trapiches e armazens de deposito para dar-lhes ou negar-lhes a patente.*

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1857.

Em seu Officio de 18 de Fevereiro do anno proximo findo, deo V. S. conta ao Governo Imperial da duvida suscitada no Tribunal do Commercio dessa Provincia sobre ter elle ou não direito para syndicar da moralidade e capacidade dos

Costa Cabral, e do Empreziario da linha intermediaria de vapores para os portos de Ubatuba e outros até Santa Catharina, Doutor José Rodrigues Ferreira, contra a decisão da Alfandega, que lhes negou o despachio livre de direitos a favor de varias peças de machinismo para os vapores das referidas companhias, declaro a V. S. que a doutrina das Decisões n.º 162 de 8 de Agosto de 1839, e 245 de 3 de Novembro de 1852, está de inteiro accordo com o disposto no Decreto de 26 de Agosto, e art. 31 da lei de 26 de Setembro do corrente anno, na parte em que estende ás peças em separado das machinas a isenção de direitos concedida á estas; cumprindo todavia acautelar o abuso que a execução pratica das novas disposições possa offerecer em contravenção áquellas, e em prejuizo da Fazenda; não devendo ser concedida a isenção de direitos em favor das peças separadas sem que se prove, — mediante exame por peritos na presença, e a juizo do Inspector da Alfandega com recurso para o Thesouro, — que as referidas peças não podem ter outro destino ou applicação, senão substituirem peças identicas já arruinadas de certas e determinadas machinas, ou servirem de sobressalente ás que, existindo perfectas, possam inutilisar-se por qualquer eventualidade.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N.º 427. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Novembro de 1857, dirigido ao Presidente do Tribunal do Commercio da Provincia da Bahia. — *Declara em solução a duvida suscitada no referido Tribunal do Commercio, que a vista da doutrina do art. 87 do Código Commercial, não pôde o mesmo Tribunal syndicar da moralidade e capacidade dos Administradores de trapiches e armazens de deposito para dar-lhes ou negar-lhes a patente.*

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1857.

Em seu Officio de 18 de Fevereiro do anno proximo findo, deo V. S. conta ao Governo Imperial da duvida suscitada no Tribunal do Commercio dessa Provincia sobre ter elle ou não direito para syndicar da moralidade e capacidade dos

Administradores de trapiches e armazens de deposito, e por consequencia dar-lhes ou negar-lhes a patente, á fim de que o mesmo Governo a resolva.

Alguns membros do mesmo Tribunal opinão pela affirmativa, com o fundamento de que he principio geral e corrente, que todo o depositario deve ser pessoa que offereça garantias para poder responder pelo valor dos objectos confiados a sua guarda, e que a não ser assim, aconteceria dar o Tribunal patente de Administrador a hum individuo destituido de habilitações, e até havido na Praça como pouco apto para exercer tão importante cargo, e que assim entendião assistir ao Tribunal o direito de negar a patente, ainda mesmo no caso de ter o impetrante obtido alfaudengamento da Thesouraria Geral.

He V. S. porém de parecer contrario á face da litteral disposição do art. 87 do Codigo Commercial, por que ahi não vê consignado esse direito de syndicancia, sendo apenas obrigado o Trapicheiro a ir perante o Tribunal assignar o termo de fiel depositario para, á vista d'elle, se lhe mandar passar a respectiva patente; e que não tendo pois o Tribunal o direito de nomear, tambem não podia exercer o da syndicancia, e então, se negasse a patente a hum individuo competentemente habilitado pela Thesouraria, como apto para exercer o officio de Trapicheiro, iria estabelecer conflicto desagradavel entre o Tribunal e a mesma Thesouraria.

Ouvido o Presidente do Tribunal do Commercio da Capital do Imperio, declarou elle que os Tribunaes do Commercio não tinhão o direito de negar aos Trapicheiros e Administradores de armazens de deposito a patente que elles requerressem; por quanto, nem o capitulo 5.º do titulo 3.º parte 1.ª do Codigo Commercial, nem seu Regulamento organico no art. 18, lhe concedem tal direito, conferindo-lhes somente sobre estes agentes auxiliares do commercio o direito, antes a obrigação, de admittil-os a assignar termos, de fieis depositarios dos generos que receberem e de lhes impor multas nos casos dos arts. 89 e 90 do citado Codigo á que dão Regulamento o Decreto n.º 862 de 15 de Dezembro de 1851. Que em verdade nem taes Trapicheiros e Administradores são obrigados a sollicitar titulo do Tribunal, pois ainda que o art. 87 do Codigo Commercial pareça ser imperativo, vê-se do final d'elle, que a obrigação de assignar termo perante o Tribunal he condicional, porque a unica pena que lhes impõe he a perda de direito para haverem

aluguel, e a dos favores que o Código concede aos matriculados. Que não houve ainda precedente algum perante o Tribunal do Commercio da Côrte, que tem admittido todos os que hão requerido.

Consultada por ultimo a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Houve Sua Magestade o Imperador por bem, pela Sua Imperial Resolução de 21 do corrente mez, Conforma-Se com o parecer dado pela mesma Secção, de que á vista da doutrina do art. 87 do Código Commercial, não pôde ser duvidosa a procedencia dos argumentos apresentados por V. S.

O que communico a V. S. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Tribunal do Commercio dessa Provincia

Deos Guarde a V. S. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Manoel Messias de Leão.

N.º 428. — FAZENDA. — Circular em 27 de Novembro de 1857. — *Vencimentos dos Agrimensores nos dias em que não trabalharem.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de conformidade com o Aviso do Ministerio do Imperio de 12 do corrente, que os Agrimensores, que se acharem empregados em serviço de medições de terras por conta da Repartição Geral das Terras Publicas, devem perceber por inteiro e provisoriamente o vencimento fixo, de que trata o art. 13 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, ainda nos dias em que não trabalharem, quando isso acontecer por motivos inteiramente estranhos á sua vontade.

Thesouro Nacional em 27 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

aluguel, e a dos favores que o Código concede aos matriculados. Que não houve ainda precedente algum perante o Tribunal do Commercio da Côrte, que tem admittido todos os que hão requerido.

Consultada por ultimo a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Houve Sua Magestade o Imperador por bem, pela Sua Imperial Resolução de 21 do corrente mez, Conforma-Se com o parecer dado pela mesma Secção, de que á vista da doutrina do art. 87 do Código Commercial, não pôde ser duvidosa a procedencia dos argumentos apresentados por V. S.

O que communico a V. S. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Tribunal do Commercio dessa Provincia

Deos Guarde a V. S. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Manoel Messias de Leão.

N.º 428. — FAZENDA. — Circular em 27 de Novembro de 1857. — *Vencimentos dos Agrimensores nos dias em que não trabalharem.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de conformidade com o Aviso do Ministerio do Imperio de 12 do corrente, que os Agrimensores, que se acharem empregados em serviço de medições de terras por conta da Repartição Geral das Terras Publicas, devem perceber por inteiro e provisoriamente o vencimento fixo, de que trata o art. 13 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, ainda nos dias em que não trabalharem, quando isso acontecer por motivos inteiramente estranhos á sua vontade.

Thesouro Nacional em 27 de Novembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 429.—IMPERIO. —Portaria de 27 de Novembro de 1857.
*Crea huma Agencia de Correio na Villa de Urubú, na Pro-
vincia da Bahia.*

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Crear huma Agen-
cia de Correio na Villa de Uurubú da Provincia da Bahia.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1857.
Marquez de Olinda.

N.º 430. — Em 28 de Novembro de 1857. — *Formalidades
para a entrega de empréstimos de orphãos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do The-
souro Nacional, respondendo ao Officio do Sr. Inspector da The-
souraria de Fazenda da Provincia de Sergipe n.º 51 de 20 de
Agosto ultimo, em que dá conta da pratica alli seguida de não
poderem as respectivas Collectorias entregar os dinheiros per-
tencentes aos orphãos, sem remetter primeiramente os officios
requisitorios dos competentes Juizes á mesma Thesouraria,
para, depois de examina-los, autorizar a entrega, lhe declara
que semelhante pratica he contraria á doutrina das Instrucções
de 12 de Maio de 1842, e Ordem de 5 de Dezembro de 1844,
n.º 120, cuja letra e espirito querem manifestamente que se
não demore a entrega dos dinheiros dos orphãos emprestados
ao Estado, quando forem legalmente requeridos; devendo o
Sr. Inspector fazer cessar essa pratica que não he favorecida,
como suppõe, pelos arts. 73 e 74 de Decreto de 20 de Novembro
de 1850, nem pelos arts. 16 e 17 das Instrucções de 10 de
Dezembro de 1851, e executar litteralmente as citadas Instruc-
ções de 12 de Maio de 1842, e Ordem n.º 120 de 5 de Dezembro
de 1844.

Thesouro Nacional 28 de Novembro de 1857. — Bernardo
de Souza Franco.

N.º 431. — FAZENDA. — Em 30 de Novembro de 1857. —
Sobre o exame das contas de diversos exactores.

Bernardo de Sousa Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio de Grande do Norte, em solução á duvida proposta em seu officio n.º 45 de 15 de Setembro ultimo, que deve proceder nos termos das Ordens do Thesouro; n.º 49 de 18 de Março de 1847, e n.º 74 de 10 de Março de 1853, a respeito da liquidação das contas dos diversos exactores que servirão no tempo da Junta da Fazenda e da extincta Thesouraria.

Thesouro Nacional em 30 de Novembro de 1857. —
 Bernardode Souza Franco.



N.º 432. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Novembro de 1857, dirigido ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — *Declara em solução á duvida suscitada pelo Juiz de Direito da 2.ª Vara da Capital, e o Chefe de Policia interino da referida Provincia, que a attribuição do Chefe de Policia, pelo que respeita á visita das Cadêas, não exclue a do Juiz de Direito, nem esta a daquelle, segundo o § 6.º do art. 31 do Regulamento das correições, art. 144 e seguintes do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr — Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 24 de Junho do corrente anno, sob n.º 66, cobrindo por copia os do Juiz de Direito da 2.ª Vara da Capital dessa Provincia, e do Chefe de Policia interino, relativamente ao facto de ter o dito Juiz de Direito, em acto de correição visitado a Cadêa, o que o Chefe de Policia entende não competir-lhe.

Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa e a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, Conformar-se com o parecer por elles dado, e Declarar, por Sua Imperial Resolução de 25 deste mez, que a attribuição do Chefe de Policia não exclue a do Juiz de Direito, nem esta a daquelle, porque segundo o § 6.º

do art. 31 do Regulamento das Correições, ao Juiz de Direito incumbe visitar as prisões sómente para se informar do estado, economia e inspecção dellas, á fim de representar, não lhe competindo porém dar providencias; e ao Chefe de Policia pelo art. 144 e seguintes do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, pertence a inspecção geral das prisões e a attribuição de providenciar e dar Regulamentos.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar aos sobreditos Juiz de Direito e Chefe de Policia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 433. — GUERRA. — Aviso do 1.º de Dezembro de 1857. —
Manda supprimir a Carteira no correame que tiver de ser remettido para os Corpos de cavallaria do Sul.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
o 1.º de Dezembro de 1857.

A' vista da sua informação de 25 de Novembro findo, declaro a V. S. para seu governo, que fica supprimida a Carteira no correame que tiver de remetter-se para os Corpos de cavallaria estacionados na Provincia de S. Pedro do Sul.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Córte.

N.º 434. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1857. —
O Empregado Publico, que for Deputado, e optar os seus vencimentos, tem direito a elles nas prorogações e Sessões extraordinarias.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 3
de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador a dvida suscitada no Thesouro a respeito dos vencimentos do Inspector da Alfandaga da Córte, o Conse-

do art. 31 do Regulamento das Correições, ao Juiz de Direito incumbe visitar as prisões sómente para se informar do estado, economia e inspecção dellas, á fim de representar, não lhe competindo porém dar providencias; e ao Chefe de Policia pelo art. 144 e seguintes do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, pertence a inspecção geral das prisões e a attribuição de providenciar e dar Regulamentos.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar aos sobreditos Juiz de Direito e Chefe de Policia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 433. — GUERRA. — Aviso do 1.º de Dezembro de 1857. —
Manda supprimir a Carteira no correame que tiver de ser remettido para os Corpos de cavallaria do Sul.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
o 1.º de Dezembro de 1857.

A' vista da sua informação de 25 de Novembro findo, declaro a V. S. para seu governo, que fica supprimida a Carteira no correame que tiver de remetter-se para os Corpos de cavallaria estacionados na Provincia de S. Pedro do Sul.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Córte.

N.º 434. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1857. —
O Empregado Publico, que for Deputado, e optar os seus vencimentos, tem direito a elles nas prorogações e Sessões extraordinarias.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 3
de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador a dvida suscitada no Thesouro a respeito dos vencimentos do Inspector da Alfandaga da Córte, o Conse-

lheiro Luiz Antonio de Sampaio Vianna, durante o tempo da prorrogação da Assembléa Geral Legislativa de que he membro,—Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Declarar por Imperial Resolução de 25 de Novembro proximo findo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, com que Se Conformou, que o Deputado, que houver optado os vencimentos do emprego que exercer, tem direito a perceber os ditos vencimentos durante as prorrogações e Sessões extraordinarias da mesma Assembléa.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N.º 435. — Em 4 de Dezembro de 1857. — *Pela falta de pagamento em tempo da taxa de escravos não ha multa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 4 de Dezembro de 1857.

Queira V. S. declarar ao Collector das Rendas do Pirahy, em solução á consulta constante do seu officio de 13 de Novembro proximo findo, que, embora deixe de effectuar-se o pagamento da taxa de escravos no periodo marcado no art. 14 do Regulamento de 11 de Abril de 1842, nenhuma multa deverá ser cobrada dos que assim o fizerem, por não ser ella cominada pelo mesmo Regulamento; assim como nenhum inconveniente, antes utilidade, ha na publicação dos editaes para a cobrança da referida taxa no prazo de trinta dias.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director das Rendas Publicas.

N.º 436. — Em 4 de Dezembro de 1857. — *As licenças devem-se contar do — Cumpra-se — do Chefe da Repartição.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio de 16 de Outubro ultimo, sob n.º 176, que, á vista do que se acha disposto na Portaria de 21 de Abril de 1853 á Recebedoria do Municipio da Côte, a licença concedida ao Guarda-mór da Alfandega da mesma Provincia, Dr. Luiz de Carvalho Paes

lheiro Luiz Antonio de Sampaio Vianna, durante o tempo da prorrogação da Assembléa Geral Legislativa de que he membro,—Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Declarar por Imperial Resolução de 25 de Novembro proximo findo, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, com que Se Conformou, que o Deputado, que houver optado os vencimentos do emprego que exercer, tem direito a perceber os ditos vencimentos durante as prorrogações e Sessões extraordinarias da mesma Assembléa.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N.º 435. — Em 4 de Dezembro de 1857. — *Pela falta de pagamento em tempo da taxa de escravos não ha multa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 4 de Dezembro de 1857.

Queira V. S. declarar ao Collector das Rendas do Pirahy, em solução á consulta constante do seu officio de 13 de Novembro proximo findo, que, embora deixe de effectuar-se o pagamento da taxa de escravos no periodo marcado no art. 14 do Regulamento de 11 de Abril de 1842, nenhuma multa deverá ser cobrada dos que assim o fizerem, por não ser ella cominada pelo mesmo Regulamento; assim como nenhum inconveniente, antes utilidade, ha na publicação dos editaes para a cobrança da referida taxa no prazo de trinta dias.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director das Rendas Publicas.

N.º 436. — Em 4 de Dezembro de 1857. — *As licenças devem-se contar do — Cumpra-se — do Chefe da Repartição.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, em resposta ao seu officio de 16 de Outubro ultimo, sob n.º 176, que, á vista do que se acha disposto na Portaria de 21 de Abril de 1853 á Recebedoria do Municipio da Côte, a licença concedida ao Guarda-mór da Alfandega da mesma Provincia, Dr. Luiz de Carvalho Paes

de Andrade, em virtude do Decreto n.º 910 de 19 de Agosto ultimo, deve ter vigor da data do — Cumpra-se — precedido do pagamento do respectivo sello.

Thesouro Nacional em 4 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 437. — GUERRA. — Aviso de 4 de Dezembro de 1857. —
Deroga a Circular de 22 de Julho deste anno que permittio o engajamento de Capellães.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e governo, que á vista de quanto ponderou a Presidencia do Rio Grande do Norte em officio, sob. n.º 57 de 10 de Novembro ultimo, fica de nenhum effeito o disposto no Aviso circular de 22 de Julho deste anno, que permittio o engajamento de Capellães para o serviço da Fortaleza da barra da mesma Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 438. — GUERRA. — Aviso de 7 de Dezembro de 1857. —
Approva o figurino das bluzas para os Corpos do Exercito.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido approvedo o figurino de bluzas para os Corpos do Exercito que accompanhou o officio de V. Ex., sob n.º 1.191 de 28 de Novembro findo, mande V. Ex. tirar duas copias do mesmo figurino, — para o que o devolvo, — humna para ser remittida ao Arsenal de Guerra da Córte, e outra ao de Porto Alegre, na Provincia de S. Pedro do Sul.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

de Andrade, em virtude do Decreto n.º 910 de 19 de Agosto ultimo, deve ter vigor da data do — Cumpra-se — precedido do pagamento do respectivo sello.

Thesouro Nacional em 4 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 437. — GUERRA. — Aviso de 4 de Dezembro de 1857. —
Deroga a Circular de 22 de Julho deste anno que permittio o engajamento de Capellães.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e governo, que á vista de quanto ponderou a Presidencia do Rio Grande do Norte em officio, sob. n.º 57 de 10 de Novembro ultimo, fica de nenhum effeito o disposto no Aviso circular de 22 de Julho deste anno, que permittio o engajamento de Capellães para o serviço da Fortaleza da barra da mesma Provincia.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 438. — GUERRA. — Aviso de 7 de Dezembro de 1857. —
Approva o figurino das bluzas para os Corpos do Exercito.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido approvedo o figurino de bluzas para os Corpos do Exercito que accompanhou o officio de V. Ex., sob n.º 1.191 de 28 de Novembro findo, mande V. Ex. tirar duas copias do mesmo figurino, — para o que o devolvo, — humna para ser remittida ao Arsenal de Guerra da Córte, e outra ao de Porto Alegre, na Provincia de S. Pedro do Sul.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Surubhy.

N.º 439. — FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1857. — *Sello de licenças por mais de seis mezes.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida proposta pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco em seu officio n.º 178 de 17 de Outubro ultimo, sobre o sello que deve pagar a licença de hum anno com os respectivos vencimentos que foi concedida ao Guarda-mór do Alfandega da mesma Provincia, Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade, em vista da autorisação do Decreto n.º 910 de 19 de Agosto ultimo, visto como o art. 48 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 só trata das licenças até seis mezes, e não ha taxa especial para as de que se trata,—declara ao mesmo Sr. Inspector que bem procedeu a Recebedoria cobrando pela licença da especie vertente sómente o sello de 4 \$ 000, estabelecido no art. 48 do citado Regulamento para as licenças até seis mezes; por isso que sendo permittido, em materias de impostos principalmente, ir o executor da lei além do que se acha expressamente determinado nas respectivas disposições, não era possível exigir-se o pagamento do sello de 8 \$ 000, proporcionalmente ao tempo da licença concedida, em vista do mesmo art. 48 do Regulamento de 10 de Julho de 1850.

Outrosim convem que o mesmo Sr. Inspector informe se se cobrará os emolumentos da concessão da licença em questão, e, no caso affirmativo, quaes forão elles.

Thesouro Nacional em 7 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 440. — Em 7 de Dezembro de 1857. — *Sobre o vencimento do Inspector Geral interino dos terrenos diamantinos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento ao requerimento de Roberto Alves Ferreira Tayoba, substituto do Inspector Geral dos Terrenos Diamantinos da Provincia de Minas, que acompanhou o officio da Thesouraria da mesma Provincia de 7 de Março de 1855, declara ao Sr. Inspector desta Thesouraria que o dito Tayoba, se fez a declaração de que trata o art. 2.º do Decreto de 27 de Junho de 1846 em tempo, tem

direito, á vista do art. 3.º do Regulamento de 11 de Dezembro de 1852, ao vencimento da 5.ª parte da gratificação do Inspector Geral, se a este impedido por motivo de molestia pertencer o restante, ou á toda referida gratificação se o Inspector Geral não tiver direito a ella por qualquer motivo legal.

Thesouro Nacional em 7 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 441. — Em 7 de Dezembro de 1857. — *Terrenos de marinha; em S. Fidelis pertencentes á Companhia «Macahé e Campos».*

Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios da Fazenda em 7 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o requerimento incluso do Commendador Francisco Teixeira de Miranda, gerente da Companhia de Navegação — Macahé e Campos —, pedindo a concessão por aforamento dos terrenos de marinha que ficam em frente do estabelecimento que a Companhia possui na Villa de S. Fidelis á margem do Rio Parahiba, á fim de que V. Ex. exija da Camara Municipal daquella Villa a declaração do seu direito aos ditos terrenos, em virtude do qual celebrou o contracto, junto por copia ao mesmo requerimento, enviando copia authentica dos titulos, que por ventura possa ter a este respeito; convindo que V. Ex. desde logo lhe declare que só lhe podem pertencer os terrenos de marinha, que para logradouro publico tenha requisitado e lhe haja concedido o Governo, na fórma do art. 2.º das Instrucções de 14 de Novembro de 1832, para nelles poder estabelecer um guindaste para o desembarque de volumes de maior peso.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

direito, á vista do art. 3.º do Regulamento de 11 de Dezembro de 1852, ao vencimento da 5.ª parte da gratificação do Inspector Geral, se a este impedido por motivo de molestia pertencer o restante, ou á toda referida gratificação se o Inspector Geral não tiver direito a ella por qualquer motivo legal.

Thesouro Nacional em 7 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 441. — Em 7 de Dezembro de 1857. — *Terrenos de marinha; em S. Fidelis pertencentes á Companhia «Macahé e Campos».*

Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios da Fazenda em 7 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Passo ás mãos de V. Ex. o requerimento incluso do Commendador Francisco Teixeira de Miranda, gerente da Companhia de Navegação — Macahé e Campos —, pedindo a concessão por aforamento dos terrenos de marinha que sãõ em frente do estabelecimento que a Companhia possui na Villa de S. Fidelis á margem do Rio Parahiba, á fim de que V. Ex. exija da Camara Municipal daquella Villa a declaração do seu direito aos ditos terrenos, em virtude do qual celebrou o contracto, junto por copia ao mesmo requerimento, enviando copia authentica dos titulos, que por ventura possa ter a este respeito; convindo que V. Ex. desde logo lhe declare que só lhe podem pertencer os terrenos de marinha, que para logradouro publico tenha requisitado e lhe haja concedido o Governo, na fórma do art. 2.º das Instrucções de 14 de Novembro de 1832, para nelles poder estabelecer um guindaste para o desembarque de volumes de maior peso.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 442. — Circular de 7 de Dezembro de 1857. — *Não he licita a retirada de dinheiros de Orphãos para se accumularem aos capitães e vencerem juros.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando em consideração o que ao mesmo Thesouro communicou a Thesouraria da Provincia do Espirito Santo sobre a entrada para a Thesouraria dos juros de dinheiros de Orphãos para vencerem tambem juro com os capitães primitivos, — declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, não sendo curial e nem authorisado por lei semelhante procedimento, não deve ser tolerado, todas as vezes que se reconhecer que os dinheiros assim entrados para os cofres publicos são os proprios juros annuaes retirados nos termos da Ordem de 5 de Dezembro de 1844.

Thesouro Nacional em 7 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 443. — Em 9 de Dezembro de 1857. — *Almofarizes de marmore classificados no art. 55 da Tarifa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 9 de Dezembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro confirmou a decisão dessa Alfandega, classificando no art. 55 da Tarifa os almofarizes de marmore, que Luiz Muzzio pretendia despachar por factura.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Corte.

N.º 444. — FAZENDA. — Em 9 de Dezembro de 1857. — *Despacho por factura de capas de papel para chapéos.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 9 de Dezembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro, em deferimento ao recurso de Barcellos e Vianna a respeito do despacho de capas de papel para chapéos, resolveo que fosse semelhante objecto despachado ad valorem.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Córte.

N.º 445. — Aviso de 9 de Dezembro de 1857. — Dirigido ao Juiz de Direito da 2.ª Vara da Córte. — *Declara em solução as dvidas propostas pelo Juiz de Direito da 2.ª Vara da Córte que no caso de ser invencivel o trabalho imposto ao unico Escrivão do Jury, pôde e deve o Juiz que presidir ao Jury, nomear hum dos Escrivães do seu Juizo, ou de qualquer outro que mais livre se considere, para com elle servir nessa Sessão, e que ao Porteiro do Tribunal do Jury deverá o Juiz Presidente do mesmo Tribunal deferir o competente juramento, que será repetido em todas as outras Sessões, contando-se-lhe os emolumentos como os dos Porteiros dos Auditorios de Justiça.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador, o officio de Vm. datado de 16 de Março ultimo, acompanhado da representação do Escrivão do Jury da Córte, expondo os embaraços que encontra para bem desempenhar as obrigações que a lei incumbe, sobre o que pedia providencias, que Vm. entende necessarias, fazendo ver o prejuizo que soffre o serviço publico, pela demora com que são expedidos os negocios, por não poder o unico Escrivão dar a todos elles regular andamento, julgando por isso conveniente a nomeação de outro.

Nesse mesmo officio pondera Vm. que tendo sido Sabino José de Almeida nomeado Porteiro do Jury por Portaria da Illm.^a Camara Municipal de 22 de Setembro de 1853, deixou elle de exercer as respectivas funcções até a Sessão, que se abriu em Janeiro do corrente anno, presidida pelo Juiz de Direito da 1.^a Vara, na qual então as exercera, duvidando com tudo Vm. admittil-o na Sessão a que posteriormente teve de presidir, por entender, que sendo ò Porteiro do Jury hum verdadeiro Official de Justiça, não era regular a sua nomeação feita pela Camara Municipal, accrescendo, o não ter elle prestado juramento perante autoridade alguma, e que, posto não lhe pareça necessario que o Jury tenha hum Porteiro especial, não duvidaria aceitar aquelle individuo, se, se decidisse achar-se elle regularmente nomeado, desejando neste caso saber quaes os emolumentos que lhe competem pela chamada dos réos e testemunhas, e pelas certidões que passar.

Sendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, e Conformando-Se o Mesmo Augusto Senhor com o parecer por elle dado, Manda declarar á Vm. que sobre os ponderados inconvenientes resultantes do invencivel trabalho imposto ao unico Escrivão do Jury, póde e deve o Juiz que presidir o Jury, em quanto o Poder competente não resolver convenientemente, nomear hum dos Escrivães do seu Juizo, ou de qualquer outro que mais livre se considere, para com elle servir nessa Sessão, sob o juramento já prestado por seu Officio, faculdade esta, que não foi jamais negada a qualquer julgador, na falta ou impedimento temporario dos Officiaes, que perante elle servem, e disposição e pratica antiquissima, que não vai de encontro á legislação vigente, tanto no fóro criminal como no civil, visto fundar-se na razão capital de se não dever sobr'estar nos actos judiciaes, nem interrompel-os pelo fortuito impedimento de hum Official do Juizo, que bem póde ser substituido por outro, sem offensa das formalidades substanciaes do mesmo Juizo.

Que he applicavel ao Porteiro do Jury a mesma doutrina; mas, que tendo já sido accito o que fôra nomeado pela Illm.^a Camara Municipal, que lhe fixou ordenado pago pelo seu cefre, deve elle continuar no serviço, deferindo-lhe o Juiz Presidente do Jury, o competente juramento antes de abrir a Sessão, do que se fará menção na acta respectiva; juramento este, que só servirá para essa Sessão, devendo repetir-se em todas as outras que se seguirem: e que ao referido Porteiro

se contarão os emolumentos como os dos Porteiros dos Auditorios de Justiça. O que communico a Vm. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a Vm. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Juiz de Direito da 2.^a Vara da Côrte.

N.º 446. — Aviso de 9 de Dezembro de 1857. — Dirigido ao Juiz de Paz do 2.º Districto da Freguezia de Sant'Anna. — *Declara que a simples falta de confiança não he motivo sufficiente para o Juiz de Paz destituir, ainda que temporariamente, o Escrivão do seu Juizo.*

3.^a Secção. Ministério dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1857.

Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento de Francisco Joaquim de Nazareth, queixando-se de haver sido por Vm. suspenso do exercicio de Escrivão desse Juizo, por tempo indefinito, e pelo unico motivo de falta de confiança, assim como a informação por Vm. dada a este respeito em seu officio de 3 de Fevereiro ultimo; Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, e Conformando-Se o Mesmo Augusto Senhor com o parecer por elle dado, — Houve por bem Decidir que são injuridicas e inadmissiveis as razões no dito Officio allegadas para justificar semelhante suspensão, porquanto a lei desconhece inteiramente a simples falta de confiança como fundamento bastante para destituir, ainda que temporariamente, hum empregado da classe a que o Supplicante pertence, nem concede aos Juizes de Paz o arbitrio de que Vm. lançou mão, sejam quaes forem as circumstancias e os exemplos que se possão apontar.

A inimizade pessoal e offensas que Vm. diz ter recebido do supplicante poderião talvez aconsellar outro qualquer procedimento legal, mas nunca autorisal-o a constituir-se Juiz em causa propria, e a suspender o supplicante, mormente não o accusando de culpa ou erro no seu Officio, cumprindo portanto que elle seja restituído ao exercicio do emprego de que foi suspenso. O que communico a Vm. para sua intelligencia e devida execução.

Deos Guarde a Vm. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Juiz de Paz do 2.º Districto da Freguezia de Sant'Anna.

se contarão os emolumentos como os dos Porteiros dos Auditorios de Justiça. O que communico a Vm. para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.

Deos Guarde a Vm. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Juiz de Direito da 2.^a Vara da Côrte.

N.º 446. — Aviso de 9 de Dezembro de 1857. — Dirigido ao Juiz de Paz do 2.º Districto da Freguezia de Sant'Anna. — *Declara que a simples falta de confiança não he motivo sufficiente para o Juiz de Paz destituir, ainda que temporariamente, o Escrivão do seu Juizo.*

3.^a Secção. Ministério dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1857.

Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento de Francisco Joaquim de Nazareth, queixando-se de haver sido por Vm. suspenso do exercicio de Escrivão desse Juizo, por tempo indefinito, e pelo unico motivo de falta de confiança, assim como a informação por Vm. dada a este respeito em seu officio de 3 de Fevereiro ultimo; Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, e Conformando-Se o Mesmo Augusto Senhor com o parecer por elle dado, — Houve por bem Decidir que são injuridicas e inadmissiveis as razões no dito Officio allegadas para justificar semelhante suspensão, porquanto a lei desconhece inteiramente a simples falta de confiança como fundamento bastante para destituir, ainda que temporariamente, hum empregado da classe a que o Supplicante pertence, nem concede aos Juizes de Paz o arbitrio de que Vm. lançou mão, sejam quaes forem as circumstancias e os exemplos que se possão apontar.

A inimizade pessoal e offensas que Vm. diz ter recebido do supplicante poderião talvez aconsellar outro qualquer procedimento legal, mas nunca autorisal-o a constituir-se Juiz em causa propria, e a suspender o supplicante, mormente não o accusando de culpa ou erro no seu Officio, cumprindo portanto que elle seja restituído ao exercicio do emprego de que foi suspenso. O que communico a Vm. para sua intelligencia e devida execução.

Deos Guarde a Vm. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Juiz de Paz do 2.º Districto da Freguezia de Sant'Anna.

N.º 447. — GUERRA. — Circular de 9 de Dezembro de 1857. — *Determina que os Assistentes do Ajudante General do Exercito nas Provincias sejam substituidos: 1.º — pelo official mais graduado do quadro effectivo ou aggregado existente na Provincia: 2.º — da classe dos reformados aquelle que for mais idoneo nos mencionados postos: 3.º — pelo subalterno de qualquer das classes nomeado como simples encarregado do expediente.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo determinar o modo porque devem ser substituidos os Assistentes do Ajudante General do Exercito nas Provincias em suas faltas ou impedimentos, — Ha pôr bem Sua Magestade o Imperador Mandar declarar a V. Ex. para seu conhecimento e Governo: 1.º — que o dito Assistente nessa Provincia será substituido naquelles casos, pelo Official mais graduado do Quadro effectivo, ou aggregado, que ali existir desde o posto de Capitão até o de Coronel: 2.º — que no caso de não haver Officiaes daquellas classes, escolherá V. Ex. o que lhe parecer mais idoneo na dos reformados, dos postos supramencionados: 3.º — que quando na classe dos reformados não houver official, que V. Ex. julgue idoneo para aquelle fim, poderá nomear a hum subalterno de qualquer das classes, como simples encarregado do expediente militar, emquanto o Governo Imperial, á quem dará immediatamente parte do que occorrer não providenciar sobre nova nomeação.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Presidente da Provincia de

N.º 448.—Aviso circular de 10 de Dezembro de 1857.—
Declara que não he permittida a residencia do Assistente do Ajudante General, e menos a de familia, na casa que serve de Secretaria militar.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
10 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Fique V. Ex. na intelligencia de que não he permittido a residencia do Assistente do Ajudante General nessa Provincia, menos ainda a de familia, na casa que serve de Secretaria militar.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de....

N.º 449.—IMPERIO.—Aviso de 10 de Dezembro de 1857.—
Declara que os Membros, que tem de ser convocados para a reunião extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, no anno de 1858, devem ser os eleitos para a futura Legislatura.

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. datado de 13 do mez findo, no qual, participando que por essa Presidencia foi negada a sancção á Lei do Orçamento Provincial, votada na Sessão da respectiva Assembléa Legislativa deste anno para o de 1858, e bem assim recusada a publicação da do Orçamento Municipal, e finalmente que a mesma Presidencia suspendeo, por motivos de inconstitucionalidade, a da fixação da Força policial, que não tendo sido sancionada, foi approvada por dous terços de votos da dita Assembléa, expõe V. Ex. os inconvenientes que resultarão deste estado de cousas, e os embaraços em que se achará a administração publica, faltando essas leis annuas tão importantes; e conclue communicando que julga ser de necessidade convocar extraordinariamente a Assembléa Provincial para resolver sobre ellas, e consulta o Governo Imperial sobre a seguinte duvida:

Quaes dos Membros da Assembléa Provincial devem ser convocados para a dita reunião extraordinaria, que terá lugar no anno de 1858 antes da ordinaria, se os da actual Legislatu-
ra, ou os que forem eleitos para a futura?

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua im-
mediata Resolução datada de hontem com o parecer da Secção
dos Nogocios do Imperio do Conselho d'Estado de 7 do cor-
rente mez, constante da copia junta, — Houve por bem Mandar
declarar a V. Ex., que devem ser convocados os Membros da
Assembléa Provincial que forem eleitos para a futura Legisla-
tura, visto como a actual, que começou no 1.º de Janeiro de
1856, expira em 31 do corrente mez de Dezembro de 1857,
segundo o disposto no art. 4.º do Acto Additional, cessando
por consequente do 1.º de Janeiro de 1858 em diante os po-
deres conferidos aos seus Membros pela Eleição de 1855;
decisão, que se acha de conformidade com a doutrina do Avi-
so de 29 de Novembro de 1857, pelo qual foi declarado que
devem as Assembléas Provinciaes encerrar os seus trabalhos
no ultimo de Dezembro, embora não estejam concluidos, por
isso que o anno Legislativo para as ditas Assembléas an-
da igual passo com o civil; sem que o facto de designarem
as Leis Provinciaes quaesquer dias, que não o 1.º de Janeiro, pa-
ra abertura das Secções ordinarias, inhiba os Presidentes das
Provincias de convocar-as extraordinariamente em qualquer
tempo em que o bem das mesmas Provincias o exigir antes
dessas epochas. O que communico a V. Ex. para sua intelli-
gencia.

Deus Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Pre-
sidente da Provincia do Pará.

N.º 450.—MARINHA.—Aviso de 11 de Dezembro de 1857. —
*Manda observar o Regulamento provisorio para a praticagem
 das barras do Rio Parnahiba na Provincia do Piauhy.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Marinha em
 11 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade O Imperador Ha por
 bem, que se observe o incluso Regulamento provisorio para
 a praticagem das barras do Rio Parnahiba n'essa Provincia:
 o que communico a V. Ex., para seu conhecimento, e expedição
 das necessarias ordens a semelhante respeito; con-
 vindo que o Capitão do Porto, por intermedio de V. Ex.,
 indique as alterações, que se devão fazer no dito Regula-
 mento, depois de ter para esse fim collido as precisas
 informações baseadas na experiencia de um anno pelo menos.

Deos Guarde a V. Ex. — José Antonio Saraiva. — Sr.
 Presidente da Provincia do Piauhy.

**Regulamento provisorio para a praticagem
 das barras do Rio Parnahiba, na Provin-
 cia do Piauhy, organizado, segundo o dis-
 posto nos arts. 91 e 92 do das Capitánias
 dos Portos, de 19 de Maio de 1846.**

TITULO I.

Da praticagem.

CAPITULO I.

Da organização do pessoal.

Art. 1.º A praticagem das barras do Rio Parnahiba,
 na Provincia do Piauhy, será feita por uma Associação de
 Praticos, subordinada ao Capitão do Porto, e composta de
 um Pratico Mór, tres Praticos, e dous Praticantes, podendo
 um dos Praticos servir de Ajudante do Pratico Mór.

Art. 2.º O Pratico Mór será nomeado pelo Governo
 Imperial, precedendo proposta do Capitão do Porto, dirigida
 á Presidencia da Provincia, e por esta enviada, com seu
 parecer, á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha,
 por onde se expedirá o competente titulo.

Art. 3.º O individuo, que se houver de propor, para o lugar de Pratico Mór, deverá ser cidadão brasileiro, ter boa conducta, e possuir conhecimentos praticos dos rumos, manobras, apparelho, amarrações de navios, &c.; bem como da praticagem, pela fórma prescripta n'este Regulamento.

Art. 4.º O Ajudante do Pratico Mór será por este escolhido d'entre os Praticos mais intelligentes e aptos para tal serviço, e por elle proposto ao Capitão do Porto, que enviará a proposta, acompanhada de seu parecer, á Presidencia da Provincia, a qual, approvando-a, lhe mandará passar pela Capitania do Porto a competente nomeação, que servirá ao Pratico escolhido tão sómente para substituir ao Pratico Mór, quando estiver legitimamente impedido.

Art. 5.º Para a classificação de Pratico, é preciso ser cidadão brasileiro, maior de vinte e um annos, saber ler e escrever, ter boa conducta, e plena approvação nos exames estabelecidos pelo presente Regulamento.

Art. 6.º O individuo, que se propuzer para o lugar de Praticante, deverá tambem ser cidadão brasileiro, maior de dezeseis annos, e de conducta abonada, saber ler e escrever, ter conhecimento dos rumos da agulha, e alguma pratica da manobra, apparelho e amarrações de navios.

Art. 7.º Os exames dos Praticos serão feitos perante uma commissão de tres membros, composta do Capitão do Porto, de um Commandante de navio de guerra nacional, de graduação ou antiguidade inferior á d'aquelle, e de um Capitão de navio mercante, que tenha a precisa intelligencia. Na falta dos dous ultimos membros, poderão fazer parte da commissão dous officiaes da Armada, ou outras pessoas profissionais, que tenham para isso as habilitações necessarias.

Art. 8.º Os examinadores serão dous Praticos, tirados á sorte, em presença da Commissão acima mencionada, antes de começar o exame, e presididos pelo Pratico Mór.

Art. 9.º O Pratico Mór, no acto do exame, fiscalisará o pleno cumprimento das obrigações dos dous examinadores, como arguentes, lembrando-lhes, quando interrogarem o examinando, aquellos pontos, ou materias, que, por essenciaes, não devão passar em silencio, a fim de se poder formar do mesmo examinando o merecido juizo.

Art. 10. Os examinadores, durante o exame, interrogarão, cada um por sua vez, sobre manobra, direcção das correntes, marés sondas e marcas dos canaes das barras, bancos e escolhos até os respectivos ancoradouros dentro do

porto, bem como sobre os ancoradouros de abrigo e de espera na costa nas proximidades das mesmas barras.

Art. 11. Concluido o exame, recolher-se-ha a Comissão com o Secretario da Capitania do Porto, o Pratico Mór e os dous Praticos arguentes, á uma sala; e ahi, conferenciando os tres ultimos, e dando o Pratico Mór á dita commissão as necessarias informações ácerca da conducta e aptidão do examinando, procederão á votação sobre a qualidade de sua approvação, depois do que a Commissão, apreciando devidamente o acto do exame, e as informações ministradas pelo Pratico Mór, julgará definitivamente, caso se conforme com esta votação, lavrando o Secretario da Capitania do Porto o competente termo.

Se, porem, a mesma Commissão se não conformar com a votação, e julgar o acto improcedente, d'isto fará lavrar termo pelo referido Secretario; devendo o Capitão do Porto mandar proceder a outro exame dentro de um mez, e servir então de examinador o terceiro Pratico, com um dos dous que fizerão o exame anterior, sendo este ultimo tirado á sorte. O resultado d'este acto será definitivo.

Art. 12. O espaço de tempo dos exames será de hora e meia, podendo prolongar-se por mais meia hora, se a commissão assim o entender.

Art. 13. O Rio Parnahiba, como se vê na planta levantada em Fevereiro de 1853 pelo segundo Tenente da Armada, Ignacio Agostinho Jauffert, fórma quatro barras: a primeira, e mais ao Sul, é denominada da — Amarração —; a segunda das — Canarias —; a terceira do — Cajú —; e a quarta da — Tutoia —, sendo a das — Canarias —, conforme a opinião de alguns praticos, a que se deverá preferir, não obstante marcar a sonda na planta acima citada maior profundidade nas da — Amarração — e — Tutoia —; e por esta razão muito convem, que nos exames para a praticagem sejam os examinandos minuciosamente interrogados a semelhante respeito.

CAPITULO II.

Das attribuições do Pratico Mór e mais Praticos.

Art. 14. Ao Pratico Mór, como Director da Associação compete:

§ 1.º Organisar a escala dos individuos occupados no serviço da praticagem, indicando os lugares, em que devem

estacionar, assim como regular o emprego das embarcações, em que tenham de sahir os Praticos, com o fim de dirigir os navios, que se apresentarem em frente da barra, para entrar, ou pedir soccorro, &c.

§ 2.º Determinar o serviço diario dos Praticos, e mais gente empregada na praticagem, e providenciar, quando os individuos nomeados para tal serviço não forem sufficientes, por motivo de molestia, ou falta de comparecimento de algum, ou por haver maior numero de navios.

§ 3.º Ter todo o cuidado em que os Praticos, e mais pessoas empregadas no serviço da praticagem cumprão os deveres, que lhes são impostos por este Regulamento, e quaesquer ordens posteriores, dadas pela Capitania do Porto, tendentes á policia do mesmo, ou em consequencia de outras da Presidencia da Provincia.

§ 4.º Dar parte ao Capitão do Porto de todas as occurrencias diarias do serviço da praticagem, e das faltas, ou delictos dos seus subordinados.

§ 5.º Examinar amindadamente o estado dos diferentes canaes das barras, indo fóra d'ellas, em distancia conveniente, para reconhecer a profundidade e direcção dos mesmos; devendo participar ao Capitão do Porto qualquer mudança, que encontre nos ditos canaes, e informal-o todos os mezes, sobre o desenvolvimento, capacidade e conducta dos Praticos, e mais Empregados da praticagem.

§ 6.º Observar nas quatro phases da lua, em cada mez lunar, nas occasiões da baixa e preamar, quanto sobem e descem as marés, tomando nota do tempo e sonda em taes occasiões, a fim de se conhecer a differença do nivel da agua, formando de todas estas observações um mappa circumstanciado, á que addicionará aquellas reflexões, que julgar mais adequadas, apresentando-o depois ao Capitão do Porto, para ser registado em livro proprio na respectiva Secretaria.

§ 7.º Designar nos ancoradouros dentro do porto, e sujeitos á Capitania, ou á Alfandega a posição mais propria, para fundearem os navios, attendendo ao porte, tonelagem e calade d'agua d'estes, em relação á capacidade e fundo dos ditos ancoradouros; bem como indicar o lugar mais conveniente, para estacionarem as embarcações do serviço da praticagem.

§ 8.º Administrar a arrecadação da renda da praticagem e seu material, fiscalizando uma e outra cousa.

Art. 15. Os Praticos são obrigados a comparecer nas Estações da praticagem, designadas pelo Pratico Mór com approvação do Capitão do Porto; bem como a todos os chamados d'aquelle para objecto de serviço, devendo regularmente apresentar-se na Capitania do Porto nos dias de mostra, quando isto não embarace o bom desempenho do serviço da praticagem.

Art. 16. Nenhum Pratico sahirá das Estações, sem licença, que poderá ser concedida por vinte e quatro horas pelo Pratico Mór; até 8 dias pelo Capitão do Porto, mediante requerimento com motivo justificado, e por mais tempo, ou para fóra da Provincia pela respectiva Presidencia, precedendo requerimento á esta dirigido por intermedio do Capitão do Porto, e por elle informado, ouvindo previamente o Pratico Mór.

Art. 17. Os Praticos, antes de atracarem a qualquer navio fóra do porto, deverão saber, se elle traz carta de saude limpa. Se a resposta fôr pela affirmativa, subirão livremente, e depois de se informarem do Commandante, Capitão, ou Mestre, sobre a intenção, com que demanda o o porto, e qual o calado d'agua do navio, o dirigirão convenientemente. Se, porem, fôr a resposta pela negativa, não atracarão; devendo da parte de fóra pedir as informações acima mencionadas, e, collocando-se na posição, que mais convier, para dar direcção ao navio até o ancoradouro da quarentena, onde tem de fundear, fará desde logo içar a bandeira de quarentena, e seguir tudo o mais, que estiver estabelecido pelo Regulamento da policia sanitaria.

Art. 18. Depois que o Pratico tiver atracado ao navio, e tomado conta da praticagem, deverá saber do Commandante, Capitão, ou Mestre, se traz polvora a bordo. No caso negativo, poderá fundear o navio em qualquer dos ancoradouros, que mais lhe convier; e, no affirmativo, no ancoradouro de franquia, para ahi desembarcar a polvora, com as cautelas estabelecidas pela policia naval do porto.

Nenhuma pessoa, ou mercadoria poderá ser transportada dos navios para terra nas embarcações da praticagem, quer dentro, quer fóra da barra, sem que os referidos navios se achem visitados pelas differentes Repartições Fiscaes e de Saude; sendo o contraventer sujeito, alem da multa, que lhe fôr imposta pela Alfandega, ás penas marcadas n'este Regulamento.

Dos vencimentos dos Empregados da praticagem.

Art. 19. Os vencimentos dos Empregados da praticagem sahirão do producto resultante do salario, que elles devem perceber pelo serviço que prestarem nas entradas e sahidas dos navios nacionaes e estrangeiros, mercantes e de guerra, que demandarem mais de seis pés d'agua; bem como de outros trabalhos designados no presente Regulamento e tabella annexa, e quando este producto não chegar para a despeza mensal, adiante indicada, ficará a cargo da Fazenda Nacional o supprimento do que faltar.

Art. 20. O rendimento da praticagem será dividido em tres partes, a saber:

- 1.^a Vencimentos fixos.
- 2.^a Gratificação.
- 3.^a Fundo de custeio.

Os vencimentos fixos serão annuaes:

- O do Pratico Mór, — duzentos e quarenta mil réis.
- O de cada um dos Praticos, — cento e oitenta mil réis.
- O de cada Praticante, — noventa e seis mil réis.
- O do Patrão, — cento e quarenta e quatro mil réis.
- O de cada um dos remadores, — cento e vinte mil réis.
- O do Encarregado da escrituração, quando a houver, será mensalmente de oito mil réis.

Estes Empregados, em consequência da pequena porcentagem, á que podem aspirar, comparativamente com o que percebem os de igual categoria em diversas Provincias, cujas barras são mais frequentadas, perceberão, como gratificação, alem dos vencimentos fixos:

- O Pratico Mór, — cento e vinte mil réis.
- Cada um dos Praticos, — cento e vinte mil réis.
- O Patrão, — setenta e dois mil réis.
- Cada um dos remadores, — sessenta mil réis.

Deduzidos todos estes vencimentos (quando tenham lugar) do rendimento total da Associação, o que restar subdividir-se-ha em tres partes, na razão seguinte:

$$1.^a \frac{60}{100}$$

$$2.^a \frac{15}{100}$$

$$3.^a \frac{25}{100}$$

A primeira, para se distribuir pelo Pratico Mór, e mais Praticos, como gratificação, em partes proporcionaes aos respectivos vencimentos fixos, designados no presente artigo.

A segunda, para semelhantemente ser distribuida pelo Patrão e remadores.

A terceira, para occorrer ás despesas do custeio do material da Associação; ficando o restante, para fundo de uma caixa de soccorro mutuo, entre o Pratico Mór e mais pessoas empregadas na praticagem, que se inutilisarem no serviço.

Art. 21. Os Empregados da praticagem, achando-se impedidos por molestias comprovadas, mas curaveis, ou licença até oito dias, perceberão somente os vencimentos fixos, recolhendo-se a gratificação mensal, que lhes podesse competir, á caixa onde existir o fundo do soccorro mutuo; por ausencia, porem, excesso de licença, ou quando esta fôr concedida por mais de oito dias, não perceberão os vencimentos fixos correspondentes a esse tempo, nem terão parte alguma na gratificação, da qual deverão gozar repartidamente os que durante o mesmo tempo estiverão promptos.

Art. 22. O Patrão e remadores, que faltarem ao ponto diario, não receberão o vencimento correspondente aos dias, em que não comparecerão.

CAPÍTULO IV.

Da arrecadação, distribuição e contabilidade da renda da praticagem.

Art. 23. O pagamento do serviço da praticagem será regulado, segundo a tabella annexa a este Regulamento.

Art. 24. Logo que qualquer Pratico tiver concluído o serviço da praticagem de um navio, ou outro qualquer trabalho, cujo producto faça parte do rendimento da mesma, organizar-se-ha a devida conta, que, depois de assignada pelo dito Pratico, e rubricada pelo Capitão do Porto, será debitada em livro proprio ao navio á que se referir, declarando-se o nome do Commandante, Capitão, ou Mestre, dono ou consignatario, dia mez e anno, em que teve lugar o serviço prestado, e finalmente o numero de toneladas, e pés d'agua, que então calava.

Art. 25. Feita a cobrança, creditar-se-ha o devedor, e recolhendo-se o dinheiro ao cofre, se extrahirá de um livro de talão o competente conhecimento em fôrma, que o Capitão do Porto rubricará no alto da margem, e se fará no talão a nota da quantia recebida, sendo esta nota assignada pelo Thesoureiro, a quem servirá de documento comprobatorio do dinheiro recebido, que deve existir por isso no cofre.

Art. 26. Todo e qualquer rendimento da praticagem será recolhido a um cofre de duas chaves, para se lhe dar o destino indicado nos artigos 19, 20 e 21.

Art. 27. D'entre os Praticos será escolhido um, á pluralidade de votos, para servir de Thesoureiro, do que lavrará termo o Secretario da Capitania do Porto.

Art. 28. O Thesoureiro e outro Pratico serão os clavicularios do cofre, cuja fiscalisação ficará a cargo do Pratico Mór.

Art. 29. No dia 3 de cada mez, depois de organizar-se a relação de todas as quantias cobradas, dos nomes das pessoas de quem foram recebidas, e do navio, que deo origem a esta renda, proceder-se-ha á competente receita; devendo a dita relação, com o — confere — do Pratico Mór, como fiscal, servir de guia e peça justificativa do processo da receita, concluído o qual, lançará o Encarregado da escripturação a divida carga, sendo por fim archivada. O credito, quanto ao pessoal, se fará, á vista da relação do pa-

gamento dos vencimentos do Patrão, remadores, e de todos os indivíduos empregados no serviço da praticagem, com o recibo do Prático Mór e Práticos, e a verba — Pg. — ; e á respeito do material, como âncoras, viradores, &c., se effectuará por meio de conhecimentos em forma, extrahidos das competêntes cargas, feitas ao Encarregado, que d'elle fôr incumbido, ou de contas devidamente legalisadas, pelo que fôr relativo a objectos, que não estejam no mesmo caso.

Art. 30. No fim de cada anno civil organizar-se-ha, em duplicata, um balanço de todo o rendimento arrecadado, e sua distribuição, com declaração da divida activa e passiva (no caso de havel-as), da quantia paga para amortisar a divida do material; devendo um d'estes balanços ficar archivado, e ser o outro enviado ao Capitão do Porto.

Art. 31. Para fazer a escrituração da praticagem, nomeará o Capitão do Porto um Empregado da respectiva Capitania, percebendo, como ordenado fixo, a quantia designada no artigo 20 d'este Regulamento, que poderá ser augmentada pelo mesmo Capitão do Porto com uma gratificação modica, quando porventura o cofre da praticagem possa comportar esse accrescimo de despeza. Na falta, porém, d'aquelle Empregado, poderá ser nomeado algum dos Práticos ou Praticantes, ou finalmente qualquer outra pessoa habilitada para este mister.

CAPITULO V.

Das embarcações da praticagem, e seus ancoradouros, e das outras necessidades nascidas da posição e perigos, que apresentam as barras do Parnahiba.

Art. 32. Para o serviço da praticagem, haverá tres embarcações, a saber :

Uma lancha de boa marcha á vela e á remos, com capacidade para levar fóra da barra uma âncora de doze a quinze quintaes e a respectiva amarra.

Uma baleeira salva-vidas, de seis remos de vóga.

Um escaler de quatro remos, para o serviço interior do rio.

Art. 33. O pessoal do serviço das embarcações da praticagem constará de um Patrão e doze remadores, que velarão na conservação das mencionadas embarcações; e, quando fôr necessário guarnecer-as simultaneamente, por quaesquer

circunstancias fortuitas, serão chamados remadores de fóra, segundo o Regulamento das Capitánias dos Portos; correndo a despeza, que com isto se fizer, por conta do navio, em favor do qual tiver sido empregado esse accrescimo de pessoal.

Art. 34. Como o estabelecimento da praticagem vai ser agora montado, e não tenham os praticos os meios precisos para esse fim, o Estado supprirá as embarcações designadas no artigo 32, com os aprestos necessários, e mandará proceder aos reparos, de que ellas carecerem, até que possam ser feitos pelo fundo de custeio, de que trata o artigo 20.

Art. 35. Cada uma das embarcações da praticagem deverá levar um Regimento de signaes e bandeiras proprias, que a Capitania do Porto fornecerá, para que fóra ou dentro do mesmo porto possa fazer as communicações estabelecidas no Regimento de signaes, de que trata este Regulamento.

Art. 36. Para melhor desempenho do serviço da praticagem, deverá collocar-se em lugar conveniente um pharolete, ou luz fixa de côres diversas, e bem assim alguns páos de bandeiras com vêrgas, estes para signaes de dia, e a luz para indicar ao navegador as posições das barras e seus escólhos durante a noite.

TITULO II.

Dos Capitães ou Mestres dos Navios, que tiverem de ser dirigidos pelos Praticos.

CAPITULO I.

Art. 37. O Commandante, Capitão ou Mestre de navio, que pretender entrar por qualquer das barras do Parahiba, fará içar no tópe de prôa a bandeira designada para tal fim no quadro dos distinctivos, de que trata o Aviso de 18 de Janeiro de 1850, e que se acha annexo a este Regulamento, mandando arreal-o, logo que receber Pratico.

Art. 38. E' da mesma fôrma obrigado todo o Commandante, Capitão, ou Mestre a declarar ao Pratico, com a maior publicidade possivel, os pés d'agua, que cala o navio, logo que o mesmo Pratico entrar no portaló.

Art. 39. Todo o Commandante, Capitão, ou Mestre é obrigado a satisfazer a quaesquer requisições do Pratico, tendentes ao bom desempenho da praticagem a seu cargo; bem como a ter safos e promptos o ancoróte, virador, ancoras, amarras, &c.

Art. 40. Nenhum Commandante, Capitão, ou Mestre poderá maltratar a qualquer Pratico, devendo, quando este se comporte mal, dirigir ao Capitão do Porto uma queixa em regra, logo que der fundo, para que o mesmo Capitão do Porto resolva, na fôrma das disposições do respectivo Regulamento, e do presente.

Art. 41. Todas as vezes que á bordo de qualquer navio se apresentar um Pratico em estado de embriaguez, o Commandante, Capitão ou Mestre o fará logo voltar para a embarcação, que o conduzio, e içará de novo o signal de pedir Pratico; devendo, quando tiver dado fundo, dirigir ao Capitão do Porto uma parte do occorrido, para este proceder, segundo as disposições penaes do presente Regulamento.

Art. 42. A nenhum navio será permittido entrar sem Pratico da barra, uma vez que não seja impellido por força maior, e somente n'este caso, que será justificado no acto de dar entrada do navio na Capitania do Porto, se isentará o Capitão, ou Mestre, ou o Consignatario de pagar a praticagem, conforme a tabella annexa á este Regulamento.

Art. 43. Serão exceptuados de pagar a praticagem, quando não pedirem Pratico, quer á entrada, quer á sahida, as pequenas embarcações costeiras, como hiates, lanchas de coberta, Carcaças, &c., cujo calado d'agua fôr menor de seis pés inglezes.

CAPITULO II.

Dos Commandantes, Capitães ou Mestres dos navios, que tencionarem sahir barra fôra.

Art. 44. O Commandante, Capitão ou Mestre da embarcação, que tencionar sahir e pedir Pratico, na fôrma do presente Regulamento, dará parte ao Capitão do Porto, declarando por escripto o numero de pés d'agua, em que se acha o navio, e o dia em que pretende sahir, devendo esta declaração, depois de obter a rubrica do Capitão do

Porto, ser apresentada pelo Capitão do navio ao Prático Mór, que lhe marcará a hora da partida, e o avisará de que convem dar ao Prático, no acto de largar o navio, um attestado, indicando se este serviço foi bem, ou mal desempenhado.

Art. 45. As disposições dos artigos 39, 40, 41, 42, e 43 são applicaveis, no que fôr compativel, aos navios, que tiverem de sahir.

Art. 46. Se qualquer Commandante, Capitão ou Mestre recusar o Prático, a quem por escala couber o serviço, e pedir outro em quem tenha maior confiança, e este quizer prestar-se a isso, o poderá fazer, com tanto que entre para o cofre com a quantia marcada na respectiva tabella, entendendo-se o Commandante, Capitão ou Mestre com o segundo Prático, como lhe convier.

TITULO III.

Das penas por infracção das disposições do piresente Regulamento.

CAPITULO I.

Das que dizem respeito aos Empregados da Praticagem.

Art. 47. Todos os Empregados da praticagem são responsaveis pelas faltas, delictos e erros de officio, que commetterem no desempenho de suas obrigações; devendo as faltas ser punidas pelo Capitão do Porto, segundo as attribuições, que lhe confere o respectivo Regulamento; os delictos pelas autoridades competentes; e os erros de officio pelo mesmo Capitão do Porto, com recurso para o Conselho da Capitania, seguindo-se um processo analogo ao estabelecido noTitulo 7.º do Regulamento, mandado executar por Decreto n.º 447, de 19 de Maio de 1846.

Art. 48. Todo e qualquer individuo empregado na praticagem, que transgredir as disposições do Regulamento de policia naval e fiscal das Alfandegas e de Sanidade, será sujeito, alem das multas ou penas, que lhe forem impostas pelos ditos Regulamentos, á suspensão do exercicio por um a trinta dias; e, quando o delicto fôr grave, deverá ser demittido, conforme a decisão do Conselho da Capitania do Porto. A suspensão não importará a perda do vencimento

fixo, mas somente a da gratificação, que locaria ao Empregado, se elle estivesse em exercicio; devendo a importancia d'essa gratificação ser recolhida ao cofre em favor do soccorro dos Praticos.

Art. 49. Qualquer Pratico ou Praticante, que, sem causa mui justificada, recusar-se ao serviço, para que fôr nomeado, será pela primeira vez suspenso por oito dias; pela segunda preso por igual tempo; pela terceira por quinze; e finalmente, pela quarta demittido por decisão do Conselho da Capitania do Porto em processo organizado, pela fórma disposta no artigo 43 do respectivo Regulamento; devendo em qualquer dos casos designados reverter a gratificação em beneficio do outro Pratico, ou Praticante, que fizer o serviço, que competia áquelle.

Art. 50. O Pratico, que se apresentar á bordo de qualquer navio para dirigil-o, estando embriagado, será pela primeira vez severamente admoestado na Capitania do Porto, e mesmo suspenso, ou preso, conforme as circumstancias; e pela segunda e terceira punido com as penas marcadas no artigo antecedente.

Art. 51. O Pratico, que faltar ao respeito, maltratando de palavras ao Commandante, Capitão ou Mestre de qualquer navio, em acto de serviço, será punido, segundo o disposto nos artigos antecedentes. Se a offensa fôr physica, será preso e entregue á Autoridade competente, para punil-o, conforme a gravidade da offensa, e a legislação respectiva, em presença do corpo de delicto e exame de sanidade.

Art. 52. O Pratico, que, sendo incumbido de dirigir qualquer navio, o encalhar, ou perder, será processado pela Capitania do Porto, a fim de se reconhecer: 1.º se o sinistro teve lugar, em consequencia de força maior, ou de outras circumstancias, ou causas alheias á sua vontade; 2.º se por erros de officio por elle commettido; 3.º se de proposito, ou por outro qualquer motivo reprovado.

Quando se provar que está comprehendido no primeiro caso, será absolvido, e continuará no livre exercicio de seu emprego. Provando-se que se acha comprehendido no segundo, será sujeito a suspensão e multa, e mesmo a demissão, por julgamento do Conselho da Capitania do Porto, ficando todavia o direito salvo ás partes prejudicadas, para haverem a indemnisação no Juizo competente. Se, finalmente, se provar que está comprehendido no terceiro, será

preso, demittido e entregue ás autoridades criminaes, para procederem, na fôrma das leis.

Art. 53. Se qualquer embarcação encalhar ou perder-se nos bancos da barra em occasião de sahida, e provar-se, que o sinistro teve lugar, por haver-se o Pratico retirado antes de a deixar em posição conveniente, para navegar livre de perigo, deverá o dito Pratico entrar em processo, na fôrma do artigo antecedente, ficando sujeito ás penas, que lhe forem impostas.

Art. 54. Todo o Pratico, que tiver deitado de barra em fôra qualquer embarcação, e não apresentar um attestado do Commandante, Capitão, ou Mestre, em que se declare que a deixou fôra já de perigo, ipso facto, dará mui vehemente presumpção de não a haver largado em posição conveniente.

Art. 55. Se alguma embarcação se perder, depois que o Pratico a tiver fundeado, e se provar que o sinistro occorreo, por haver dado fundo, ou sido collocada em posição perigosa por proximidade a escólhos, bancos, ou pedras, &c., sem que para isso houvessem motivos de força maior, entrará o dito Pratico em processo, na fôrma do artigo 53.

CAPITULO II.

Das penas á que fíção sujeitos os Capitães ou Mestres das embarcações.

Art. 56. Quando alguma embarcação sahir, ou entrar por qualquer das barras sem Pratico, será obrigado o seu Consignatario a pagar a praticagem por inteiro, segundo a tabella annexa a este Regulamento, e como se tivesse recebido Pratico, salvo os casos excepçionaes, declarados nos artigos 42 e 43.

Art. 57. O Capitão ou Mestre, que maltratar com palavras, ameaças, ou pancadas o Pratico, que dirigir o navio de seu commando, responderá perante o Tribunal competente, e soffrerá as penas, que lhe forem impostas. Se o facto tiver lugar, na occasião da sahida do navio, e este se achar fôra da acção da Autoridade competente, o Capitão do Porto, logo que tiver d'isso conhecimento, comunicará á Autoridade Policial, para proceder a corpo de delicto, na fôrma das Leis, em virtude de queixa do Pra-

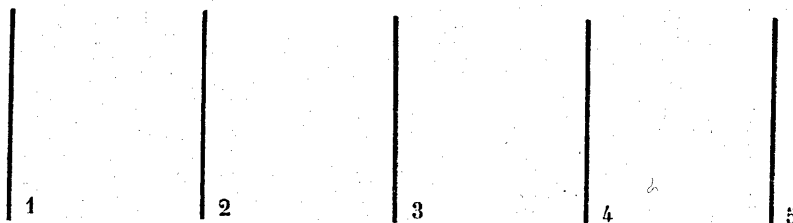
Quadro dos distinctivos mandado executar por Aviso de 18 de Janeiro de 1850.

Distinctivo, que deverá içar no tópe de prôa o navio, que pedir Pratico.

Distinctivo, que deverá içar o Pratico, quando fôr procurar o navio, que tiver de guiar.

Signaes para o navio mostrar os pés d'agua que demanda.

No tópe do mastro grande.



Explicação.

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. Nove pés d'agua. | 14. Doze e meio. |
| 2. Nove e meio. | 15. Treze. |
| 3. Dez. | 21. Treze e meio. |
| 4. Dez e meio. | 23. Quatorze. |
| 5. Onze. | 24. Quatorze e meio. |
| 12. Onze e meio. | 25. Quinze. |
| 13. Doze. | |

N. B. O numero doze indica-se, tendo o galhardete n.º 1 por cima do de n.º 2, e os demais signaes por identico modo.

Depois dos signaes anteriores, poderá o navio fazer os que se seguem:

31. Falta uma ancora.
32. Falta mais de uma ancora.
34. Tem peste desenvolvida á bordo.
35. Tem noticias de circumstancia, que devem ser logo comunicadas.
41. As bombas não vencem a agua que faz o navio.
42. Tem incendio desenvolvido á bordo.
43. Pede Pratico com urgencia.
- 45.
- 51.
- 52.
- 53.
- 54.

OBSERVAÇÕES.

O Capitão do Porto designará o lugar mais conveniente, para se avistarem os signaes feitos pelos navios, que demandarem quaesquer das barras, assim como para serem repetidos, quando fôr preciso.

Affirmativa.

Negativa

Havendo agua para o navio entrar, içar-se-ha a bandeira affirmativa, e no caso contrario a negativa. No primeiro caso sahirá o Pratico, para ir buscar o navio, e no segundo sómente sahirá, se o navio fizer o signal numero quarenta e tres.

Tabella das quantias que os Praticos devem receber pelo serviço da praticagem, prestado na entrada e sahida do porto e barras da Cidade da Parnahiba, na Provincia do Piahy, reguladas, segundo a tonelagem e calado d'agua de cada navio.

Calado d'agua de cada navio.	Toneladas.											
	30	100	150	200	250	300	350	400	450	500	550	600
	Pagas.											
6.....	4\$	5\$	6\$	7\$	8\$	9\$	10\$	11\$	12\$	13\$	14\$	15\$
7.....		6\$	7\$	8\$	9\$	10\$	11\$	12\$	13\$	14\$	15\$	16\$
8.....			8\$	9\$	10\$	11\$	12\$	13\$	14\$	15\$	16\$	17\$
9.....				10\$	11\$	12\$	13\$	14\$	15\$	16\$	17\$	18\$
10.....				12\$	13\$	14\$	15\$	16\$	17\$	18\$	19\$	20\$
11.....					15\$	16\$	17\$	18\$	19\$	20\$	21\$	22\$
12.....						18\$	19\$	20\$	21\$	22\$	23\$	24\$
13.....							21\$	22\$	23\$	24\$	25\$	26\$
14.....								24\$	25\$	26\$	27\$	28\$
15.....									28\$	29\$	30\$	31\$
										32\$		

OBSERVAÇÕES.

1.^a O que se estabelece na presente tabella é obrigatorio para todos os navios, ou embarcações de coberta, que receberem Pratico, com a differença, porem, de que nas sahidas pagarão mais uma quarta parte do que marca a mesma tabella.

2.^a As pagas, taes quaes vão especificadas n'esta tabella, serão feitas pelo serviço da praticagem, quanto á entrada de qualquer das barras, até ao primeiro ancoradouro dentro do porto, onde houver Estação fixa. D'ahi para cima, até onde o rio Parnahiba seja accessivel ás embarcações de coberta, pagarão mais de praticagem o seguinte: as de 50 a 100 toneladas, na razão de vinte réis a tonelada, por cada legoa, que subirem pelo rio; as de cento e uma, até duzentas e cincoenta inclusive, quinze réis; e d'ahi por diante todas as de maior porte dez réis por tonelada em cada legoa, que subirem. O mesmo se pagará no regresso para a barra.

3.^a Não se exigirá paga pelo transporte do respectivo Pratico, porque a isso se attendeo nos vencimentos fixados na presente tabella pelo serviço de qualquer praticagem.

4.^a O aluguel da lancha, ancoras, ancorotes, amarras, viradores, espias, bem como os jornaes dos Patrões e remadores serão regulados pela Capitania do Porto, segundo os usos admittidos no porto.

5.^a Quando o navio, ou qualquer outra embarcação, que calar menos de seis pés d'agua, receber Pratico, ficará por este facto obrigada a pagar o serviço da praticagem, como embarcação de seis pés de calado, do pórt de cincoenta toneladas.

6.^a Se algum Pratico em serviço de praticagem demorar-se á bordo de um navio mais de vinte e quatro horas, por circumstancias alheias á sua vontade, perceberá mais dous mil réis diarios, e o Capitão, ou Mestre do navio lhe dará comida.

Aviso de 11 de Dezembro de 1857.

tico, e auto de exame de sanidade, no caso de haver offensas physicas, ou com os depoimentos de testemunhas, que presenciasssem o facto; e depois de assim organizado o processo, o enviará á Presidencia da Provincia, para resolver, como fôr de justiça, em face das circumstancias, que se decem relativamente á qualidade do réo.

TITULO IV.

Disposições Geraes.

CAPITULO UNICO.

Art. 58. Só quem tiver nomeação de Pratico, na fórmula prescripta por este Regulamento, poderá responsabilisar-se pela praticagem dos navios fóra das barras, e dentro d'ellas até a Parnahiba; e por isso todo aquelle que, sem ter a competente nomeação, se apresentar a bordo dos mesmos, para desempenhar o serviço de Pratico das referidas barras, será preso e entregue á autoridade competente, como exercendo emprego e funcções, que lhe são vedadas.

Art. 59. Os Empregados da praticagem usarão de uniformes iguaes aos estabelecidos para os da de Pernambuco pelo respectivo Regulamento, e gosarão por isso das isenções do artigo 68 do Regulamento das Capitánias dos Portos, de 19 de Maio de 1846.

Art. 60. Todos os individuos empregados na praticagem serão obrigados a dar parte do seu domicilio ao Pratico Mór.

Art. 61. Nenhuma cobrança, por serviço feito pela praticagem, será demorada, alem dos dias que forem precisos, para a sua realisação, e que o Capitão do Porto marcará, attendendo ás localidades; e, no caso de se não ter effectuado no prazo estabelecido, se fará peremptoriamente, por intermedio da respectiva autoridade; se, porem, o navio fôr de guerra, contrirá aguardar-se ordem da Presidencia, sendo elle nacional, e se fôr estrangeiro ter-se-hão com o Commandante as devidas attenções.

Art. 62. Nas amarrações e desamarrações fica livre a todo o Capitão, ou Mestre empregar a sua guarnição, ou a de algum outro navio, bem como servir-se de qualquer lan-cha, que não seja a da praticagem.

Art. 63. O Prático que dirigir a entrada de qualquer navio, é obrigado a conduzi-lo até um dos ancoradouros, onde exista alguma Repartição Fiscal da Fazenda.

Art. 64. O Governo fornecerá o material necessario, na conformidade do artigo 32 capitulo 5.º d'este Regulamento, para se montar e fazer o serviço da praticagem; e garantirá os ordenados e gratificações dos respectivos empregados, até que o cofre da Associação dos Práticos possa supprir esta despeza; e, logo que houver sobras n'elle, no fim de cada trimestre do anno financeiro, se irão recolhendo á Thesouraria de Fazenda, para amortisação da importancia despendida com o material.

Art. 65. Se não fôr bastante o pessoal e material da praticagem, marcado n'este Regulamento, o Prático Mór, reconhecendo-o, proporá ao Capitão do Porto o augmento preciso, e este, avaliando-o devidamente, o levará ao conhecimento da autoridade superior.

Art. 66. Farão parte d'este Regulamento as disposições dos artigos 64, 66, 67, 68 e 69 do da praticagem da costa e porto de Pernambuco, quando o permittirem as circumstancias da Associação, e n'isso concordarem os interessados, que deverão, n'este caso, solicitar, por meio da autoridade competente, a necessaria authorisação do Governo Imperial.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1857.—
José Antonio Saraiva.

N.º 451. — Aviso de 11 de Dezembro de 1857. — *Approva o figurino para uniforme dos Officiaes do Corpo de Saude do Exercito.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Para seu conhecimento e governo, declaro a V. Ex. que fica approvado o figurino por V. Ex. apresentado para o uniforme dos Officiaes do Corpo de Saude do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Barão de Suruhy.

N.º 452. — FAZENDA. — Circular de 11 de Dezembro de 1857. *As barricas que servem de envoltorio da farinha de trigo não pagão direitos; e sobre a intelligencia do art. 46 das disposições preliminares da Tarifa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade da decisão dada nesta data á Thesouraria da Provincia do Maranhão, que, á vista da nota 11.ª do art. 188 da Tarifa em vigor, não são sujeitas ao pagamento dos direitos de importação as barricas que servem de envoltorio á farinha de trigo, por ser esse o envoltorio commum e ordinario da mercadoria: e que o artigo 46 das disposições preliminares da Tarifa não tem por fim determinar o effeito dos recursos das decisões dos Inspectores das Alfandegas sobre materia ou objecto que exceder da quantia nelle marcada, ou sobre pena da mesma importancia, mas sim regular a alçada dos Inspectores das Alfandegas pela referida importancia, dando effeito suspensivo aos recursos que forem interpostos de suas decisões.

Thezouro Nacional em 11 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 453. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Dezembro de 1857.
Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — *Declara que, á vista da limitação em que ora se achão as funções dos Juizes de Paz, não he applicavel aos advogados a disposição do Aviso de 28 de Agosto de 1843, e que por isso não existe incompatibilidade de direito que os inhíba de occupar aquelles cargos.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Deo V. Ex. conta, em seu officio n.º 411 A de 26 do mez proximo findo, de que, tendo a Camara Municipal da Villa de Mangaratiba, convidado á João Alvares Rubião, ali residente e advogado do fôro, para prestar juramento de 1.º Juiz de Paz do actual quadriennio, recusára elle exercer o dito cargo, fundando-se em que, na qualidade de advogado, lhe era isso inhibido.

No mesmo officio expõe V. Ex. que as Ordenações Livro 1.º Tit. 48 e Livro 3.º Tit. 28, prohibem o exercicio de advocacia aos Magistrados, em cujo numero julga comprehendidos os Juizes de Paz, em face do Aviso de 12 de Março de 1836, não lhe constando que taes Ordenações fossem revogadas, sendo pelo contrario mandadas observar pelo Aviso de 28 de Agosto de 1843; mas que deixando de ser esse preceito geralmente observado, pois que em alguns lugares existem Juizes de Paz exercendo ao mesmo tempo a advocacia, submittia o negocio á decisão do Governo Imperial.

Ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, e Conformando-Se S. M. o Imperador com o parecer por elle dado, Houve por bem Declarar que aos Juizes de Paz, na limitação das funções que ora exercem, não he applicavel o Aviso de 28 de Agosto de 1843, que se refere exclusivamente aos Juizes Municipaes, não existindo por consequencia incompatibilidade de direito nos advogados para occuparem o cargo de Juiz de Paz como a pratica o tem confirmado, segundo V. Ex. mesmo declara no seu citado officio. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.

N.º 454.—IMPERIO.—Portaria de 12 de Dezembro de 1857.
Crea huma Agencia de Correio na Freguezia de S. Bento de Sapucahy-merim, na Provincia de S. Paulo.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem crear huma Agencia de Correio na Freguezia de S. Bento de Sapucahy-merim, na Provincia de S. Paulo.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1857.
Marquez de Olinda.

N.º 455. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — *Manda subsistir provisoriamente a deliberação, que tomou a Presidencia de Minas Geraes, de deixar de fazer publicar a Resolução da respectiva Assembléa Legislativa, concedendo licença sem tempo, e convenientemente, ao Secretario da Camara Municipal de S. João d'ElRei.*

1.ª Secção Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado em 3 de Setembro deste anno, no qual participou ter deixado de mandar publicar a Resolução da Assembléa Legislativa Provincial, n.º 852 de 13 de Julho, concedendo, sobre proposta da Camara Municipal da Cidade de S. João d'ElRei, licença sem tempo ao Secretario da mesma Camara com os respectivos vencimentos.

E o Mesmo Augusto Senhor Conformando-se por Sua immediata Resolução de 9 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 2 do passado, — Houve por bem Approvar a referida deliberação de V. Ex., para a qual estava autorisado pelos arts. 16 do Acto Adicional, e 7.º da lei de 12 de Maio de 1840, porque, sendo semelhantes licenças sem tempo verdadeiras aposentadorias, as quaes exorbitão das faculdades das Assembléas Provincias, offendem a Constituição.

Não obsta que a Resolução, de que se trata, não dependa de sancção do Presidente da Provincia para sua publicação, visto como, sendo ella contraria á Constituição, acha-se no

mesmo caso das que tendo tido a negação da dita sanção, são primeira e segunda vez decretadas pela Assembléa Provincial, e cuja execução pôde o Presidente da Provincia suspender.

Além de que, se a origem do acto não lhe pôde dar força, quando este pecca na materia, a inconstitucionalidade da dita Resolução da Assembléa, não deixa de existir pela circumstancia de lhe haver precedido proposta da Camara Municipal, pois que tal circumstancia não tinha a virtude de investir a Assembléa de huma attribuição que a Constituição lhe negou.

Deve portanto subsistir a mencionada deliberação de V. Ex. até que o Poder Legislativo, ao qual vai ser sujeita a questão, a resolva definitivamente.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N.º 456. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — *Annulla a ultima Eleição para Juizes de Paz e Vereadores da Parochia de S. José de Jacury, e ordena que se proceda á nova Eleição.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. datado em 8 de Julho ultimo, no qual, referindo-se á representação (junta por copia) que lhe dirigira a Camara Municipal da Cidade do Serro em 16 de Maio, expõe as irregularidades com que foi feita a ultima Eleição para Vereadores e Juizes de Paz na Parochia de S. José de Jacury, — Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 9 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 31 de Outubro, Mandar declarar que a dita Eleição se acha nulla, visto como se prova, e consta da respectiva acta,

mesmo caso das que tendo tido a negação da dita sanção, são primeira e segunda vez decretadas pela Assembléa Provincial, e cuja execução pôde o Presidente da Provincia suspender.

Além de que, se a origem do acto não lhe pôde dar força, quando este pecca na materia, a inconstitucionalidade da dita Resolução da Assembléa, não deixa de existir pela circumstancia de lhe haver precedido proposta da Camara Municipal, pois que tal circumstancia não tinha a virtude de investir a Assembléa de huma attribuição que a Constituição lhe negou.

Deve portanto subsistir a mencionada deliberação de V. Ex. até que o Poder Legislativo, ao qual vai ser sujeita a questão, a resolva definitivamente.

Deos Guarde a V. Ex. — Marquez de Olinda. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N.º 456. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — *Annulla a ultima Eleição para Juizes de Paz e Vereadores da Parochia de S. José de Jacury, e ordena que se proceda á nova Eleição.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. datado em 8 de Julho ultimo, no qual, referindo-se á representação (junta por copia) que lhe dirigira a Camara Municipal da Cidade do Serro em 16 de Maio, expõe as irregularidades com que foi feita a ultima Eleição para Vereadores e Juizes de Paz na Parochia de S. José de Jacury, — Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 9 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado, exarado em Consulta de 31 de Outubro, Mandar declarar que a dita Eleição se acha nulla, visto como se prova, e consta da respectiva acta,

que na formação da Mesa da Assembléa Parochial não se guardou o processo determinado pelas leis vigentes, e Instrucções de 28 de Agosto de 1856: 1.º—porque tendo sido convocados para aquelle fim os oito cidadãos immediatos ao Juiz de Paz Presidente, em razão de haver sido creada a mesma Parochia depois do anno de 1852, e não ter por isso Eleitores, o dito Juiz de Paz convocou mais dous cidadãos para substituirem a dous daquelles que não comparecêrão, e devião fazer parte dos que representavão a turma dos Eleitores, em vez de proceder-se ao acto, como cumpria, com os seis dos convocados que comparecêrão, representando os dous mais votados a turma dos Eleitores, e os outros quatro a dos Supplentes:—2.º porque, em vez de votarem aquelles e estes separadamente, como he determinado, o fizerão promiscuamente, sendo assim simultanea a Eleição de todos os quatro Membros da Mesa.

Cumpra portanto que se proceda na Parochia de que se trata á nova Eleição para Juizes de Paz, e tambem para Vereadores, se os votos da mesma Parochia formarem maioria em relação aos de todo o Municipio; prevalecendo, no caso contrario, a Eleição como resulta dos votos das demais Parochias, de conformidade com o que se achã disposto em diferentes Avisos do Governo Imperial. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 457.—Aviso de 14 de Dezembro de 1857.—*Confirma a decisão anterior que mandou eliminar os votos dados pela Parochia das Brotas, na Eleição de Vereadores, que teve lugar em Setembro de 1856.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador, com o officio dessa Presidencia de 17 de Junho deste anno, a representação que dirigio ao Governo Imperial a Camara Municipal da Villa de S. João do Rio Claro, pedindo a revogação dos Avisos de 11 de Abril e de 6 de

que na formação da Mesa da Assembléa Parochial não se guardou o processo determinado pelas leis vigentes, e Instrucções de 28 de Agosto de 1856: 1.º—porque tendo sido convocados para aquelle fim os oito cidadãos immediatos ao Juiz de Paz Presidente, em razão de haver sido creada a mesma Parochia depois do anno de 1852, e não ter por isso Eleitores, o dito Juiz de Paz convocou mais dous cidadãos para substituirem a dous daquelles que não comparecêrão, e devião fazer parte dos que representavão a turma dos Eleitores, em vez de proceder-se ao acto, como cumpria, com os seis dos convocados que comparecêrão, representando os dous mais votados a turma dos Eleitores, e os outros quatro a dos Supplentes:—2.º porque, em vez de votarem aquelles e estes separadamente, como he determinado, o fizerão promiscuamente, sendo assim simultanea a Eleição de todos os quatro Membros da Mesa.

Cumpra portanto que se proceda na Parochia de que se trata á nova Eleição para Juizes de Paz, e tambem para Vereadores, se os votos da mesma Parochia formarem maioria em relação aos de todo o Municipio; prevalecendo, no caso contrario, a Eleição como resulta dos votos das demais Parochias, de conformidade com o que se achã disposto em diferentes Avisos do Governo Imperial. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 457.—Aviso de 14 de Dezembro de 1857.—*Confirma a decisão anterior que mandou eliminar os votos dados pela Parochia das Brotas, na Eleição de Vereadores, que teve lugar em Setembro de 1856.*

1.ª Secção. Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido presente á Sua Magestade o Imperador, com o officio dessa Presidencia de 17 de Junho deste anno, a representação que dirigio ao Governo Imperial a Camara Municipal da Villa de S. João do Rio Claro, pedindo a revogação dos Avisos de 11 de Abril e de 6 de

Maio ultimo, que confirmarão o de 26 de Dezembro do anno passado, pelo qual se ordenou que fossem eliminados os votos dados pela Parochia das Brotas na Eleição, a que se procedera em Setembro para Vereadores, em razão de ter sido annullada a que teve lugar nesta Parochia,—Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por sua immediata Resolução de 9 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Consselho d'Estado, exarado em Consulta de 10 de Setembro, Mandar declarar que não he attendivel a referida representação, já porque subsistem os fundamentos dos citados Avisos, já por ser improcedente a razão allegada na mesma representação de ficarem esbulhados do direito que haviam adquirido pelo facto da posse os Vereadores que a tomárão em virtude da primeira apuração feita antes de ser conhecida a decisão Imperial que annullou a Eleição da Parochia de que se trata, porque não se podem originar direitos do exercicio de funcções, que tiver declarado a autoridade competente não caberem ás pessoas que dellas forão investidas. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar á referida Camara Municipal.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 458.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1857.—
Os garrações empalhados estão sujeitos aos direitos de 120 reis.

Bernardo de Souza Franco, Persidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 197 de 12 de Novembro ultimo, que, em vista do artigo 830 da nova Tarifa foi approvada a decisão da mesma Thesouraria proferida no recurso dos negociantes Deniz Crowan e C., sustentando o despacho da Alfandega que sujeitou os garrações vasios de vidro ordinario empalhados, e despachados pelos mesmos negociantes, aos direitos de 120 rs. por libra na conformidade do citado art. 830 da Tarifa.

Thesouro Nacional em 14 de Dezembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

Maio ultimo, que confirmarão o de 26 de Dezembro do anno passado, pelo qual se ordenou que fossem eliminados os votos dados pela Parochia das Brotas na Eleição, a que se procedera em Setembro para Vereadores, em razão de ter sido annullada a que teve lugar nesta Parochia,—Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por sua immediata Resolução de 9 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Consselho d'Estado, exarado em Consulta de 10 de Setembro, Mandar declarar que não he attendivel a referida representação, já porque subsistem os fundamentos dos citados Avisos, já por ser improcedente a razão allegada na mesma representação de ficarem esbulhados do direito que haviam adquirido pelo facto da posse os Vereadores que a tomárão em virtude da primeira apuração feita antes de ser conhecida a decisão Imperial que annullou a Eleição da Parochia de que se trata, porque não se podem originar direitos do exercicio de funcções, que tiver declarado a autoridade competente não caberem ás pessoas que dellas forão investidas. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e para o fazer constar á referida Camara Municipal.

Deos Guarde a V. Ex.—Marquez de Olinda.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N.º 458.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1857.—
Os garrações empalhados estão sujeitos aos direitos de 120 reis.

Bernardo de Souza Franco, Persidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu officio n.º 197 de 12 de Novembro ultimo, que, em vista do artigo 830 da nova Tarifa foi approvada a decisão da mesma Thesouraria proferida no recurso dos negociantes Deniz Crowan e C., sustentando o despacho da Alfandega que sujeitou os garrações vasios de vidro ordinario empalhados, e despachados pelos mesmos negociantes, aos direitos de 120 rs. por libra na conformidade do citado art. 830 da Tarifa.

Thesouro Nacional em 14 de Dezembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.

N.º 459. — Em 14 de Dezembro de 1857. — *Os Feitores que exercem conjunctamente os lugares de Stereometra tem direito a 5.º parte dos respectivos vencimentos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul n.º 485 de 13 de Outubro ultimo, no qual consulta se os Feitores conferentes das Alfandegas do Rio Grande, e S. José do Norte, que exercem os lugares vagos de Stereometra das mesmas devem perceber a quinta parte dos respectivos vencimentos, lhe declara que, achando-se os ditos Feitores comprehendidos na segunda parte do art. 1.º do Decreto n.º 1:995 de 14 de Outubro do corrente anno, tem direito, além dos vencimentos inherentes a seus lugares, á quinta parte dos do emprego que accumulão.

Thesouro Nacional 14 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 460. — Em 14 de Dezembro de 1857. — *Os Vigias bombeiros da Alfandega não são obrigados a prestar fiança.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 14 de Dezembro de 1857.

Em deferimento ao requerimento dos Vigias bombeiros dessa Repartição, declaro a V. S. que estes empregados não estão sujeitos a fiança, visto servirem sob a responsabilidade do Administrador das capatazias, nos termos dos artigos 54 e 59 do Regulamento de 22 de Junho de 1836.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 461. — GUERRA. — Aviso de 14 de Dezembro de 1857. — *Determina que ficando sem effeito a disposição do art. 154 do Regulamento de 7 de Março deste anno, se observe a do art. 151 que manda detalhar hum Pensionista para fazer dia na Botica do Hospital Militar da Côrte.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Dezembro de 1857.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que V. S. representa, em seu officio n.º 161 de 9 do corrente, ácerca de não resultar utilidade alguma aos doentes a moradia no Hospital Militar dos Praticantes Pensionistas, como dispõe o art. 154 do Regulamento de 7 de Março do corrente anno, — Ha por bem Determinar que, ficando sem effeito a disposição do citado artigo, naquella parte somente, se observe a do art. 151 que manda detalhar hum Pensionista para fazer dia na Botica do Hospital, designando-se aposento para este. O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director interino do Hospital da Guarnição da Côrte.

N.º 462. — Aviso de 15 de Dezembro de 1857. — *Declara em conformidade da Imperial Resolução de 12 do corrente que não ha inconveniente em que os Alumnos militares da Escola Militar, recebam a Carta de Bacharel segundo o modello estabelecido por Aviso de 16 de Dezembro do anno passado.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Dezembro de 1857.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S. sob n.º 58 de 17 de Novembro findo, pedindo se lhe declare por que fórma devem ser passadas as Cartas aos Alumnos militares, que completarem os cinco annos de estudos da Escola Militar, independentemente de terem elles tambem os estudos da de Applicação, a fim de que fiquem igualados em habilitações aos que são paizanos, e o Mesmo Augusto Senhor,

Tendo, a semelhante respeito Mandado ouvir o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, Houve por bem, por Sua immediata e Imperial Resolução de 12 do corrente, tomada sobre Consulta da mesma Secção, Mandar declarar que, visto terem sido transferidas as materias puramente militares da Escola Militar para a de Applicação, ficou o Curso de Sciencias Mathematicas e Physicas da primeira reduzido a cinco annos, e dispondo o artigo 4.º do Decreto n.º 634 de 20 de Setembro de 1851, que os grãos academicos sejam conferidos aos Alumnos que se habilitarem no estudo destas sciencias, he evidente que nenhum obstaculo pôde haver que inliba os mesmos Alumnos, quer de huma classe quer d'outra, que obtiverem approvações em todas as doutrinas ensinadas nos cinco annos escolares, de receberem a Carta do grão de Bacharel nas referidas sciencias, segundo o modello estabelecido por Aviso de 16 de Dezembro do anno passado, não resultando dezar algum em que os Bachareis formados pela Escola militar se matriculem depois da de Applicação para estudarem as sciencias puramente militares. O que comunico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director da Escola Militar.

N.º 463. — Em 16 de Dezembro de 1857, — *A pensão concedida a huma senhora só pôde ser paga a seu marido, como cabeça do casal.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 16 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento, em que D. Luiza Elidia da Camara Bithencourt e Oliveira, pede ser paga directamente, na Provincia da Bahia, onde reside, da pensão de cento e vinte mil reis (120.000) annuaes, que percebe por ser neta do Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bithencourt e Sá, e bem assim o que se lhe deve da mesma pensão desde a epoca em que deixou a companhia de seu marido para ir viver com sua mãe, em Outubro de 1852:

Tendo, a semelhante respeito Mandado ouvir o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho d'Estado, Houve por bem, por Sua immediata e Imperial Resolução de 12 do corrente, tomada sobre Consulta da mesma Secção, Mandar declarar que, visto terem sido transferidas as materias puramente militares da Escola Militar para a de Applicação, ficou o Curso de Sciencias Mathematicas e Physicas da primeira reduzido a cinco annos, e dispondo o artigo 4.º do Decreto n.º 634 de 20 de Setembro de 1851, que os grãos academicos sejam conferidos aos Alumnos que se habilitarem no estudo destas sciencias, he evidente que nenhum obstaculo pôde haver que inliba os mesmos Alumnos, quer de huma classe quer d'outra, que obtiverem approvações em todas as doutrinas ensinadas nos cinco annos escolares, de receberem a Carta do grão de Bacharel nas referidas sciencias, segundo o modello estabelecido por Aviso de 16 de Dezembro do anno passado, não resultando dezar algum em que os Bachareis formados pela Escola militar se matriculem depois da de Applicação para estudarem as sciencias puramente militares. O que comunico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deos Guarde a V. S. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr. Director da Escola Militar.

N.º 463. — Em 16 de Dezembro de 1857, — *A pensão concedida a huma senhora só pôde ser paga a seu marido, como cabeça do casal.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 16 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento, em que D. Luiza Elidia da Camara Bithencourt e Oliveira, pede ser paga directamente, na Provincia da Bahia, onde reside, da pensão de cento e vinte mil reis (120.000) annuaes, que percebe por ser neta do Conselheiro Manoel Ferreira da Camara Bithencourt e Sá, e bem assim o que se lhe deve da mesma pensão desde a epoca em que deixou a companhia de seu marido para ir viver com sua mãe, em Outubro de 1852:

o Mesmo Augusto Senhor, por Imperial Resolução de 12 do corrente, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, Houve por bem Indeferir similhante pretensão, visto que, não obstante ser a pensão de que se trata do numero dos bens proprios da supplicante, e na qual não ha communhão por ser doação Imperial, que, na fôrma da Ordenação do Livro 4.º Titulo 95 §§ 1.º e 2.º não se communica, nestes mesmos bens, pertence a administração ao marido, cabeça do casal, em quanto a separação que se dá entre ambos não for confirmada por autoridade da justiça e meios competentes.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N.º 464. — Em 16 de Dezembro de 1857. — *Sobre a revalidação e multa do Sello das intimações passadas nos Autos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, n.º 489 de 23 de Outubro ultimo, no qual consulta se as certidões ou intimações passadas nos autos pelos Escrivães estão sujeitas a revalidação e multa, quando não forem logo selladas, ou se podem ser selladas conjunctamente com as de mais folhas dos autos, quando se preparão para subirem á conclusão ou despacho do Juiz, lhe declara que, á vista da observação final do art. 35 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, as ditas certidões ou intimações só estão sujeitas a revalidação e multas se depois dellas se praticarem quaesquer actos, por onde produção os devidos effeitos.

Thesouro Nacional em 16 de Dezembro de 1857. —
Bernardo de Souza Franco.

o Mesmo Augusto Senhor, por Imperial Resolução de 12 do corrente, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho d'Estado, Houve por bem Indeferir similhante pretensão, visto que, não obstante ser a pensão de que se trata do numero dos bens proprios da supplicante, e na qual não ha communhão por ser doação Imperial, que, na fôrma da Ordenação do Livro 4.º Titulo 95 §§ 1.º e 2.º não se communica, nestes mesmos bens, pertence a administração ao marido, cabeça do casal, em quanto a separação que se dá entre ambos não for confirmada por autoridade da justiça e meios competentes.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N.º 464. — Em 16 de Dezembro de 1857. — *Sobre a revalidação e multa do Sello das intimações passadas nos Autos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, n.º 489 de 23 de Outubro ultimo, no qual consulta se as certidões ou intimações passadas nos autos pelos Escrivães estão sujeitas a revalidação e multa, quando não forem logo selladas, ou se podem ser selladas conjunctamente com as de mais folhas dos autos, quando se preparão para subirem á conclusão ou despacho do Juiz, lhe declara que, á vista da observação final do art. 35 do Regulamento de 10 de Julho de 1850, as ditas certidões ou intimações só estão sujeitas a revalidação e multas se depois dellas se praticarem quaesquer actos, por onde produção os devidos effeitos.

Thesouro Nacional em 16 de Dezembro de 1857. —
Bernardo de Souza Franco.

N.º 465. — JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Dezembro de 1857.
 Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — *Resolve as seguintes duvidas, suscitadas pelo Juiz Municipal da Cidade do Rio Grande: 1.ª—se á vista do art. 12 do Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, os Consules e Vice-Consules Estrangeiros podem ser presos, ou conduzidos debaixo de vara para deporem, como testemunhas, em causas civeis crimes e commerciaes: 2.ª—se pôde qualquer pessoa ser coagida á jurar no Juizo Municipal ou Commercial, em simples justificação, e na hypothese do art. 336 do Codigo do Processo.*

3.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 19 de Março de 1855, sob n.º 28, com o qual remetteo, por copia, o do Juiz Municipal da Cidade do Rio Grande, de 20 do mez anterior, propondo as seguintes duvidas:

1.º Se á vista do art. 12 do Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, os Consules e Vice-Consules Estrangeiros podem ser presos ou conduzidos debaixo de vara para deporem como testemunhas, em causas civeis, crimes e commerciaes, segundo o disposto na Ordenação Livro 3.º Tit. 55 § 11, Lei de 25 de Janeiro de 1810 § 16, art. 95 do Codigo do Processo Criminal, e art. 180 do Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850.

2.ª Se pôde qualquer pessoa ser coagida á jurar no Juizo Municipal, ou Commercial em simples justificação, e na hypothese do art. 336 do Codigo do Processo.

Sobre taes duvidas respondeo a mesma Presidencia ao referido Juiz Municipal em officio de 15 do dito mez de Março, que remetteo tambem por copia; quanto á 1.ª—que, dispondo o art. 18 do Decreto n.º 855 de 8 de Novembro de 1851, que os Agentes Consulares poderão ser presos sem autorisação do Governo Imperial, sómente nos delictos que commetterem como negociantes, ou nos de tal gravidade, que não admittão fiança, era fóra de duvida que não podião ser presos e conduzidos debaixo de vara para deporem como testemunhas; privilegio porêm este que só deveria aproveitar aos Agentes Consulares daquellas Nações entre as quaes os Agentes Consulares Brasileiros gozavão de igual reciprocidade, em virtude do dis.

posto no art. 23 do citado Decreto, continuando em vigor, pelo que respeita aos Agentes Consulares das outras Nações, a legislação anterior, que, não fazendo esta distincção, os considera sujeitos á jurisdicção criminal das autoridades do paiz: e quanto á 2.^a—que a regra geral he, em negocios que interessa á sociedade, especie em que se achava comprehendida a hypothese do art. 336 doCodigo do Processo, poder qualquer pessoa ser coagida á depôr em Juizô Municipal ou Commercial, porque nas simples justificações, que só aproveitão ao interesse dos particulares, á estes corria o dever de apresentar provas do seu direito, sem que para isso seja obrigada a justiça á coagir a vontade do cidadão.

Ouvindo o Conselheiro Procurador da Coroa, foi elle de parecer que, estando em vigor as Ordenações mencionadas, e mais disposições analogas, as quaes devião ser escrupulosamente guardadas, nada deixavão ellas á desejar para que os Juizes se soubessem haver nas hypotheses que occorressem, porque as leis lhes davão nesta parte hum razoavel arbitrio. Que entrando os Agentes Consulares de quaesquer Nações, por commum e geral opinião, e entre nós, na classe das pessoas distinctas, á que em Direito se dá o epitheto de Egre-gias, quando fossem precisos os seus depoimentos nas causas civeis ou crimes, e elles não quizessem dal-os nas moradas dos proprios Juizes, cumpria a estes usar do arbitrio, que faculta a citada Ordenação Livro 1.^o Tit. 5.^o § 14, dando commissão á quem assista a inquirição nas moradas dos ditos Agentes, da mesma fórma que deverão praticar com cidadãos em igualdade de razão.

Consultada a Secção de Justiça do Conselho d'Estado, concordou ella com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, quanto á 1.^a duvida, observando porém que não era exacto o que asseverou essa Presidencia quando, referindo-se ao art. 18 do Decreto de 8 de Novembro de 1851, disse que continuava em vigor a legislação anterior, que, não fazendo essa distincção, os considerava sujeitos á jurisdicção criminal das autoridades do paiz, visto que o citado art. 18 he applicavel á todos os Consules, e só deixa de sel-o á algem ou á alguns, precedendo declaração especial do Governo, nos termos do final do art. 23 do sobredito Decreto; por quanto a reciprocidade se dá unicamente por accordo prévio á respeito dos arts. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 11, e não á respeito do art. 18, como he expresso nos arts. 23 e 24 do mesmo Decreto.

E pelo que respeita á 2.^a duvida, que se a hypothese he

a inquirição de testemunhas em geral, e sem fazer distincção, então comprehende a justificação simples, e tem a sua solução no art. 95 do Codigo do Processo.

E Havendo o Mesmo Augusto Senhor por bem, por Sua Imperial Resolução de 12 do corrente mez, Conformar-Se com o parecer da Sobredita Secção de Justiça, assim o Manda communicar á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 466. — FAZENDA. — Em 19 de Dezembro de 1857. —
*Os Juizes de Direito removidos para lugares de maior
vencimento pagão os direitos somente da differença.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda
em 19 de Dezembro de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria, em solução á duvida proposta em seu officio n.º 220 de 16 de Novembro proximo findo, que os titulos de remoção de Juizes de Direito para lugares de maior vencimento só estão sujeitos ao pagamento dos novos direitos do melhoramento de vencimento conforme as lotações.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 467 — Em 19 de Dezembro de 1857. — *Os processos que
correm perante o Juiz de Orphãos estão sujeitos ao Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 86 de 3 do mez findo, que foi approvada a resolução que tomou de ordenar ao Collector da Capital da Provincia que não continuasse, sob pena de demissão, a fazer extensivo aos pro-

a inquirição de testemunhas em geral, e sem fazer distincção, então comprehende a justificação simples, e tem a sua solução no art. 95 do Codigo do Processo.

E Havendo o Mesmo Augusto Senhor por bem, por Sua Imperial Resolução de 12 do corrente mez, Conformar-Se com o parecer da Sobredita Secção de Justiça, assim o Manda communicar á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex. — Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. — Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

N.º 466. — FAZENDA. — Em 19 de Dezembro de 1857. —
*Os Juizes de Direito removidos para lugares de maior
vencimento pagão os direitos somente da differença.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda
em 19 de Dezembro de 1857.

Haja V. S. de declarar ao Administrador da Recebedoria, em solução á duvida proposta em seu officio n.º 220 de 16 de Novembro proximo findo, que os titulos de remoção de Juizes de Direito para lugares de maior vencimento só estão sujeitos ao pagamento dos novos direitos do melhoramento de vencimento conforme as lotações.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 467 — Em 19 de Dezembro de 1857. — *Os processos que
correm perante o Juiz de Orphãos estão sujeitos ao Sello.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 86 de 3 do mez findo, que foi approvada a resolução que tomou de ordenar ao Collector da Capital da Provincia que não continuasse, sob pena de demissão, a fazer extensivo aos pro-

cessos que correm pelo Juizo de Orphãos o beneficio do art. 52 § 1.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, que só pertence aos processos em que figurão como partes a Fazenda Publica e a Justiça, em conformidade dos arts. 100 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e 40 do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, devendo ser exigida a competente revalidação quando tacs processos forem apresentados ao Sello fóra dos prazos marcados no referido Regulamento.

Thesouro Nacional em 19 de Dezembro de 1857.—
Bernardo de Souza Franco.

N.º 468.—Em 21 de Dezembro de 1857.—*Despacho de hum machina para imprimir pelo art. 1.308 da Tarifa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 21 de Dezembro de 1857.

Declaro a V. S. que o Tribunal do Thesouro, em deferimento ao recurso de Joaquim Francisco Lopes Anjo, resolveo que a machina de imprimir, que elle pretende despachar para a empreza do Diario do Rio de Janeiro, seja comprehendida no art. 1.308 do Decreto de 26 de Agosto ultimo, pagando os direitos de 5 por % ad valorem

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 469.—Em 21 de Dezembro de 1857.—*Sobre o despacho de cestas ou condeças com batatas; e a intelligencia do art. 46 das disposições preliminares da Tarifa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão de 25 de Setembro ultimo, sob n.º 87, em que dá conta de haver indeferido o recurso de Joaquim Alves de Pinho interposto da decisão

cessos que correm pelo Juizo de Orphãos o beneficio do art. 52 § 1.º do Regulamento de 10 de Julho de 1850, que só pertence aos processos em que figurão como partes a Fazenda Publica e a Justiça, em conformidade dos arts. 100 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e 40 do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, devendo ser exigida a competente revalidação quando tacs processos forem apresentados ao Sello fóra dos prazos marcados no referido Regulamento.

Thesouro Nacional em 19 de Dezembro de 1857.—
Bernardo de Souza Franco.

N.º 468.—Em 21 de Dezembro de 1857.—*Despacho de hum machina para imprimir pelo art. 1.308 da Tarifa.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 21 de Dezembro de 1857.

Declaro a V. S. que o Tribunal do Thesouro, em deferimento ao recurso de Joaquim Francisco Lopes Anjo, resolveo que a machina de imprimir, que elle pretende despachar para a empreza do Diario do Rio de Janeiro, seja comprehendida no art. 1.308 do Decreto de 26 de Agosto ultimo, pagando os direitos de 5 por % ad valorem

Deos Guarde a V. S.—Bernardo de Souza Franco.—
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 469.—Em 21 de Dezembro de 1857.—*Sobre o despacho de cestas ou condeças com batatas; e a intelligencia do art. 46 das disposições preliminares da Tarifa.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Maranhão de 25 de Setembro ultimo, sob n.º 87, em que dá conta de haver indeferido o recurso de Joaquim Alves de Pinho interposto da decisão

da Alfandega que o obrigou a pagar em separado os direitos do art. 436 da nova Tarifa das Alfandegas, das 200 cestas ou condeças, além dos do art. 192 da mesma Tarifa, das batatas que continhão, não consentindo que se despachassem pelo peso bruto, conforme o citado art. 192, por entender, attenta a natureza do envoltorio, não só a que a Tarifa não se refere ao caso em que a mercadoria vem dentro de envoltorios sujeitos a direitos superiores aos da mesma mercadoria, mas que, permitindo-se o despacho por peso bruto, autorizava-se a fraude em prejuizo dos interesses da Fazenda, visto como semelhante envoltorio não era o commum e ordinario da mercadoria; declara ao mesmo Sr. Inspector: 1.º que a Thesouraria não devia tomar conhecimento do recurso por caber o negocio na alçada do Inspector da Alfandega, conforme o art. 46 das disposições preliminares da Tarifa; e 2.º que exacta foi a intelligencia dada pelo mesmo Inspector da Alfandega a sobredita Tarifa em vigor.

Thesouro Nacional em 21 de Dezembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.



N.º 470.—GUERRA.—Aviso de 21 de Dezembro de 1857.—

Declara que os Presidentes não podem aceitar substitutos depois de ter o recruta assentado praça.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Acusando a recepção do officio, sob n.º 75, que em data de 20 do mez proximo findo V. Ex. me dirigio, declarando que firmado no Aviso Circular de 28 de Outubro do anno proximo passado, aceitára o substituto que offerecêra Liberato José do Espirito Santo, praça de 1.ª Linha recrutado nessa Provincia,—cumpre segnificar a V. Ex. que o Aviso Circular por V. Ex. citado só autorisa os Presidentes a conceder isenção aos recrutas que não havendo assentado praça entrarem para os Cofres Publicos com a quantia de 600 \$000, que marca a lei; mas que entretanto fica approved o procedimento de V. Ex.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

da Alfandega que o obrigou a pagar em separado os direitos do art. 436 da nova Tarifa das Alfandegas, das 200 cestas ou condeças, além dos do art. 192 da mesma Tarifa, das batatas que continhão, não consentindo que se despachassem pelo peso bruto, conforme o citado art. 192, por entender, attenta a natureza do envoltorio, não só a que a Tarifa não se refere ao caso em que a mercadoria vem dentro de envoltorios sujeitos a direitos superiores aos da mesma mercadoria, mas que, permitindo-se o despacho por peso bruto, autorizava-se a fraude em prejuizo dos interesses da Fazenda, visto como semelhante envoltorio não era o commum e ordinario da mercadoria; declara ao mesmo Sr. Inspector: 1.º que a Thesouraria não devia tomar conhecimento do recurso por caber o negocio na alçada do Inspector da Alfandega, conforme o art. 46 das disposições preliminares da Tarifa; e 2.º que exacta foi a intelligencia dada pelo mesmo Inspector da Alfandega a sobredita Tarifa em vigor.

Thesouro Nacional em 21 de Dezembro de 1857.—Bernardo de Souza Franco.



N.º 470.—GUERRA.—Aviso de 21 de Dezembro de 1857.—

Declara que os Presidentes não podem aceitar substitutos depois de ter o recruta assentado praça.

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Acusando a recepção do officio, sob n.º 75, que em data de 20 do mez proximo findo V. Ex. me dirigio, declarando que firmado no Aviso Circular de 28 de Outubro do anno proximo passado, aceitára o substituto que offerecêra Liberato José do Espirito Santo, praça de 1.ª Linha recrutado nessa Provincia,—cumpre segnificar a V. Ex. que o Aviso Circular por V. Ex. citado só autorisa os Presidentes a conceder isenção aos recrutas que não havendo assentado praça entrarem para os Cofres Publicos com a quantia de 600 \$ 000, que marca a lei; mas que entretanto fica approved o procedimento de V. Ex.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho.—
Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N.º 471. — Em 22 de Dezembro de 1857. — *Sello das petições que tem de ser juntas a autos.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 22 de Dezembro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio que V. Ex. dirigio-me em data de 28 de Outubro ultimo, sob n.º 6, pelo qual consulta, para poder solver a questão que lhe foi proposta pelo Juiz de Orphãos da Capital dessa Provincia, se as petições que tem de ser juntas a autos devem necessariamente pagar o Sello respectivo antes da juntada, ou se podem ser juntas sem Sello, sendo este pago antes da conclusão para sentença final, visto como o Collector das Rendas Geraes da mesma capital entende que os despachos proferidos em petições avulsas fóra dos autos dão á estas a natureza de documentos, e que por isso devem pagar o Sello de 160 réis na conformidade do art. 35 do Regulamento de 10 de Julho de 1850 onde diz— « Qualquer outro documento ou papel »—: declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que he manifestamente improcedente a intelligencia dada pela Collectoria ao citado art. 35 do Regulamento do Sello, quando, para se juntarem aos processos as petições, exige que paguem o Sello de 160 réis, provindo o erro daquelle exactor de considerar documento as sobreditas petições, e suppor que a palavra «papel» do referido artigo comprehende taes petições, quando aliás nem estas por serem despachadas tomão o character de documento, nem a designação de «*papel*» lhes pôde ser applicavel, por se referir o Regulamento nessa parte áquelles papeis, que, sem serem documentos no rigor do termo, se juntão aos autos ou ás petições, ou se apresentam para produzirem em publico o effeito para que forão passados.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N.º 472. — Em 23 de Dezembro de 1857. — *Direitos e Sello que pagão os títulos de Escrivães dos Subdelegados, e Juizes de Paz, &c.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 23 de Dezembro de 1857.

Declaro a V. S., para o fazer constar ao Collecter da Villa de S. Fidelis, em resposta ao officio que lhe dirigio em 13 do mez findo, que os titulos de nomeação dos Escrivães dos Subdelegados pagão Sello e novos direitos, como decidio a Ordem de 22 de Agosto de 1855; que os dos Juizes de Paz, de que trata o art. 42, segunda parte, do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, nada pagão; e que os dos Officiaes de Justiça dos Juizes Municipaes, e dos Subdelegados pagão Sello e os novos direitos da Tabella de 16 de Outubro de 1850.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 473. — Em 23 de Dezembro de 1857. — *Direitos que pagão as Cartas de legitimação e adopção.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Fazenda em 23 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao officio de V. Ex. n.º 22 de 3 do corrente, no qual sujeita á approvação do Governo Imperial a decisão que deo sobre a duvida que lhe foi proposta pelo Juiz Municipal dessa capital ácerca, dos novos e velhos direitos que são devidos pelas Cartas de legitimação e adopção, declaro a V. Ex. que o mesmo Governo approvou a referida decisão, por conforme ao que se acha disposto nos Avisos n.ºs 258 de 29 de Outubro de 1851, e n.º 236 de 18 de Outubro de 1852.

Deos Guarde a V. Ex. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 474.—Em 24 de Dezembro de 1857. — *Os arados pagão direitos.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro
24 de Dezembro de 1857.

Communico a V. S. que o Tribunal do Thesouro, por deliberação de 31 do corrente, indeferio o recurso dos negociantes Filgueiras Sandes e C.^a, que pretendião despachar 12 arados livres de direitos, na forma do Decretto n.º 1.967 de 26 de Agosto do corrente anno; visto como se achão aquelles instrumentos comprehendidos no artigo 451 da nova Tarifa, e não no artigo 1038 a que se refere o sobredito Decreto.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega da Côrte.

N.º 475. — 24 de Dezembro de 1857. — *Penas a que estão sujeitos os Collectores que não entrão em tempo para os Cofres Nacionaes com os dinheiros a seu cargo.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, inteirado pelas copias authenticas que acompanhárão o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo de 14 de Setembro ultimo, sob n.º 74, e mais informações a respeito, de ter o Collector das Rendas Geraes do Municipio de Itapeva da Faxina, na mesma Provincia, deixado de recolher aos Cofres, não só a quantia de 600\$000 pertencentes aos ausentes herdeiros do finado Francisco de Paula Pereira, que recebeo em 9 de Julho de 1853, e que arrecadára, não por guia do Juiz competente, mas por mão particular, dando á parte conhecimento em manuscripto, quando o devia extrahir do respectivos livros de talão, e omittindo a necessaria escripturação no competente Livro de Receita; bem como a quantia 840\$000 cobrada em 23 de Fevereiro de 1854 de sisa da venda feita por José Custodio de Camargo á seu irmão Furtunato José de Camargo de huma Fazenda de crear com casa de vivenda por 14.000\$000, sendo que fôra mister que deli-

gencias de hum terceiro o compellissem á denuncia dessa ultima arrecadação, com a qual a final entrou para os Cofres somente em 10 de Junho do corrente anno,—ordena ao Sr. Inspector da sobredita Thesouraria que, usando da attribuição do art. 31 § 5.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, demitta o mesmo Collector, como já o devêra ter feito, attentas as circumstancias do caso, e a disposição da ultima parte do art. 2.º do Regulamento de 14 de Janeiro de 1832; remettendo quanto antes á Autoridade competente todos os documentos e papeis indispensaveis acompanhahados das necessarias informações sobre os factos praticados, a fim de que se instaure o processo de responsabilidade contra o mesmo Collector, e o Escrivão que servia na Collectoria ao tempo em que tiverão lugar os factos criminosos de que se trata, e contra quem mais de Direito for.

Outrosim ordena ao mesmo Sr. Inspector: 1.º que na fórma da Lei de 28 de Outubro de 1848 art. 43, Ordem do Thesouro de 21 de Junho de 1850 e outras, segundo as quaes o responsavel que excede o prazo dos Regulamentos Fiscaes no recolhimento dos dinheiros ao seu cargo fica sujeito aos juros de 9 por % de toda a quantia indevidamente detida, e sem direito a porcentagem da arrecadação, compilla pelos meios legais o referido Collector de Itapeva a entrar para os Cofres com a porcentagem da sobredita quantia de 14.000 \$ 000, que dedusio, e com os respectivos juros: 2.º que faça cessar a pratica de se não debitar a commissão dos exactores, que não recolherem no vencimento os saldos em seu poder, centando-se-lhes os juros da Lei até a effectiva restituição da mesma commissão aos Cofres das Thesourarias.

Thesouro Nacional 24 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 476. — GUERRA. — Aviso de 24 de Dezembro de 1857. —
*Declara que a licença concedida na forma da Lei para o
Official tratar de sua saúde, deve entender-se com soldo e
etape.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
24 de Dezembro de 1857.

Declaro a Vm. para seu governo que o anno de licença
na forma da Lei concedida ao Capitão do Exercito do Estado
Maior de 1.ª Classe Francisco José Cardozo Junior, por Aviso de
19 de Janeiro do corrente anno, deve entender-se com soldo
e etape.

Deos Guarde a Vm. — Jeronymo Francisco Coelho. — Sr.
Inspector da Pagadoria das Tropas.

N.º 477. — FAZENDA. — Em 28 de Dezembro de 1857. —
*Continua em vigor a ordem de 2 de Julho de 1846. na
parte em que facilita aos Despachantes dar em o valor á
mercadoria.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do
Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria
de Fazenda da Parahiba em resposta ao seu Officio n.º 69 de
30 de Outubro ultimo, no qual communica ter resolvido
affirmativamente a consulta que lhe fizera o Inspector da
respectiva Alfandega, se depois da execução da nova Tarifa
continua em vigor a ordem do Thesouro de 2 de Julho de
1846, na parte em que facilita aos Despachantes darem o
valor a cada huma mercadoria, e por esse valor calcularem-se
os respectivos direitos, para delles se deduzir os cinco por cento
do expediente; que foi approvada a sua decisão por estar de
accordo com o § 3.º do art. 3.º do Decreto n.º 689 de 30
de Julho de 1850, cujas disposições continuão em vigor com
as alterações do Capitulo 3.º das Disposições Preliminares da
nova Tarifa.

Thesouro Nacional em 28 de Dezembro de 1857. —
Bernardo de Souza Franco.

N.º 478. — Em 28 de Dezembro de 1857. — *Sello das petições juntas a Autos.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio de 30 de Outubro ultimo, sob n.º 184, no qual consulta se as petições que não são juntas a outras petições como documento, ou de que como taes se não quer fazer uso, devem pagar o Selo de 160 rs. como documento, antes do termo da juntada a autos, ou somente o de folhas de autos quando a estes se juntarem; que aquellas petições não estão sujeitas ao Sello de documento para ser previamente exigido, como em caso identico já foi decidido no Aviso por copia incluso, de 22 do corrente a Presidencia do Maranhão.

Thesouro Nacional em 28 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 479. — Em 29 de Dezembro de 1857. — *Taxa de escravos empregados diariamente fóra dos limites da Cidade.*

Bernardo de Souza Franco, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Pará, em resposta ao seu Officio de 28 de Outubro ultimo, sob n.º 182, em que communica ter respondido affirmativamente a consulta que lhe fez o Collector da Cidade de Macapá, se devia ou não cobrar a taxa dos escravos que, sendo residentes dentro dos limites da Cidade marcados para o respectivo lançamento e matricula, são com tudo empregados diariamente em lugar distante da mesma Cidade, cerca de huma legua além dos limites, que foi approvada a sua diliberação, não só porque os escravos de que se trata não estão comprehendidos nos arts. 4 e 5 do Decretto n.º 411 de 4 de Julho de 1845, como tambem porque já foi a especie sujeita resolvida pela decisão de 15 de Janeiro de 1835.

Thesouro Nacional em 29 de Dezembro de 1857. — Bernardo de Souza Franco.

N.º 480.—JUSTICA.—Aviso de 29 de Dezembro de 1857.—Dirigido ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—*Resolve, em solução á duvida da Camara Municipal da Villa da Barra de S. Matheus, que as multas impostas aos Jurados por falta de comparecimento no Jury, devem ser cobradas pela Camara Municipal do Termo em que residir o multado, pertencendo porém o seu producto á Camara em que tiver lugar a reunião do Jury.*

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios de Justiça. Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1857.

Illm. e Ex. Sr. Levei ao conhecimento de S. M. o Imperador o officio de V. Ex. de 7 do corrente mez, sob n.º 148, acompanhado não só do da Camara Municipal da Villa da Barra de S. Matheus, no qual expõe que, tendo o Juiz de Direito da respectiva Comarca multado alguns Jurados da dita Villa por falta de comparecimento no Jury, o Procurador da Municipalidade da Cidade de S. Matheus, exigio as quantias das multas, e apesar dos multados lhe ponderarem que essas multas devião ser pagas á sobredita Camara Municipal da Villa da Barra de S. Matheus, insistio elle pelo seu pagamento com fundamento de que pertencião áquella outra Municipalidade, em virtude da decisão dada por essa Presidencia a Camara de Santa Cruz, relativamente as multas de que trata o Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842, ao que responderão que essa decisão lhes parecia referir se ás multas de que faz expressa menção o citado Regulamento, e não as dos Jurados, as quaes tem applicação especial segundo dispõe o art. 286 doCodigo do Processo, já explicado pelo Aviso de 19 de Junho de 1834, como tambem do que V. Ex. em 19 do mez antecedente, dirigio a sobredita Camara Municipal, em resposta.

Ficando o Mesmo Augusto Senhor de tudo inteirado, Houve por bem Approvar a solução dada por V. Ex. a semelhante questão, quando declarou que o Aviso de 19 de Junho de 1834, mandando remetter a copia do termo ou da sentença condemnatoria, de que trata o art. 286 doCodigo do Processo a Camara Municipal, a cujo municipio pertencer o multado para que ella faça proceder na conformidade do que ordena o mesmo artigo, em nada alterou a decisão dessa Presidencia a Camara Municipal de Santa Cruz, de que o producto das multas impostas em virtude do Regulamento n.º 120 de 31

de Janeiro, devia ser entregue a Camara da Villa em que se reunisse o Jury, para coadjuval-a nas despezas que faria com o Jury, e com as custas dos processos dos presos pobres, como era expresso no art. 483 do citado Regulamento.

Que harmonisadas as duas disposições, via-se que á Camara Municipal do Termo, em que reside o multado, devia ser remettida a copia do termo ou da sentença para proceder a cobrança, visto que o réo devia ser executado no seu fóro; mas que o producto da multa depois de arrecadado pertencia aquella Camara que carregava com as despezas, por isso que o Aviso se limitou a declarar o motivo da remessa, sem nada accrescentar a respeito do destino da multa, que aliás estava declarado no artigo 483 do mencionado Regulamento.

O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 481.—Em 30 de Dezembro de 1857.—*Augmento da armazenagem dos generos recolhidos nos Trapiches alfandegados.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1857.

Tendo concordado com o parecer da Commissão desse Tribunal sobre os requerimentos dos proprietarios, rendeiros e administradores dos Trapiches alfandegados da Côte, em que solicitavão a faculdade de elevar o preço da armazenagem dos generos recolhidos em seus Trapiches, com o qual parecer se conformou o mesmo Tribunal, e V. S. igualmente o adoptára, segundo me communicou em seu Officio de 6 de Agosto ultimo; participo á V. S. que foi mandada observar, para a cobrança daquella armazenagem do 1.º de Janeiro proximo findo em diante, a Tabella junta, entre a qual e a que foi organisada pela sobredita Commissão apenas se nota a differença de ter sido reduzida a 50 réis a taxa de 60 réis, marcada para a sahida dos sacos com assucar; servindo-se V. S. na conformidade do que propoz a mesma Commissão, mandar confectionar, para ser presente ao Thesouro, a Tabella geral, que

de Janeiro, devia ser entregue a Camara da Villa em que se reunisse o Jury, para coadjuval-a nas despezas que faria com o Jury, e com as custas dos processos dos presos pobres, como era expresso no art. 483 do citado Regulamento.

Que harmonisadas as duas disposições, via-se que á Camara Municipal do Termo, em que reside o multado, devia ser remettida a copia do termo ou da sentença para proceder a cobrança, visto que o réo devia ser executado no seu fóro; mas que o producto da multa depois de arrecadado pertencia aquella Camara que carregava com as despezas, por isso que o Aviso se limitou a declarar o motivo da remessa, sem nada accrescentar a respeito do destino da multa, que aliás estava declarado no artigo 483 do mencionado Regulamento.

O que communico á V. Ex. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. Ex.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N.º 481.—Em 30 de Dezembro de 1857.—*Augmento da armazenagem dos generos recolhidos nos Trapiches alfandegados.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1857.

Tendo concordado com o parecer da Commissão desse Tribunal sobre os requerimentos dos proprietarios, rendeiros e administradores dos Trapiches alfandegados da Côrte, em que solicitavão a faculdade de elevar o preço da armazenagem dos generos recolhidos em seus Trapiches, com o qual parecer se conformou o mesmo Tribunal, e V. S. igualmente o adoptára, segundo me communicou em seu Officio de 6 de Agosto ultimo; participo á V. S. que foi mandada observar, para a cobrança daquella armazenagem do 1.º de Janeiro proximo findo em diante, a Tabella junta, entre a qual e a que foi organisada pela sobredita Commissão apenas se nota a differença de ter sido reduzida a 50 réis a taxa de 60 réis, marcada para a sahida dos sacos com assucar; servindo-se V. S. na conformidade do que propoz a mesma Commissão, mandar confectionar, para ser presente ao Thesouro, a Tabella geral, que

tem de regular as taxas de armazenagem de todos os generos e mercadorias que se recolherem aos Trapiches de deposito da Côrte.

Deos Guarde a V. S. — Bernardo de Souza Franco. —
Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte.

No mesmo sentido á Mesa do Consulado.

*Tabella da armazenagem e lingadas que hão de pagar
nos Trapiches desta Côrte os generos abaixo
mencionados.*

Assucar.

Entrada e estada por 6 mezes.....	a.....	80	rs
Lingadas por sahida.....	{ Caixa...	800	»
	{ Feicho..	400	»
	{ Barrica.	150	»
	{ Saco...	50	»

Farinha de trigo.

Entrada por barrica de 6 de cada huma.....	100	rs.	
Estada por semana.....	40	»	
Sahida.....	{ para embarque.	40	»
		{ para terra.....	20

A armazenagem dos outros generos ou mercadorias que se recolherem aos referidos Trapiches será aquella em que convierem as partes, até que se organise huma Tabella geral das taxas para todos os generos; não podendo porém d'ora em diante os Trapicheiros exigir augmento superior a 50 por % sobre os preços que estão em uso de cobrar.

Thesouro Nacional em 30 de Dezembro de 1857. —
Bernardo de Souza Franco.

didas aos Professores, e o seu tempo de serviço como Substitutos será contado para a sua jubilação, quando nomeados Professores.

Art. 47. Perceberão os vencimentos actuaes, até que sejam alterados por lei.

Para serem promovidos a Professores deverão entrar em concurso com os candidatos que se inscreverem. Terão porem preferencia para as nomeações em igualdade de circumstancias.

Art. 48. Os actuaes Substitutos conservão os seus direitos adquiridos em virtude da legislação ou estylo até agora reconhecido pelo Governo.

CAPITULO IV.

Do provimento das cadeiras.

Art. 49. Quando vagar, ou se crear qualquer cadeira de preparatorios, o Director o fará annunciar pelos jornaes e por editaes nos lugares mais publicos da Faculdade, marcando o prazo de 4 mezes para a inscripção e processo de habilitação dos candidatos.

Art. 50. O Director dará immediatamente parte de assim haver praticado ao Governo e aos Presidentes das Provincias mais proximas, que, sem demora, mandarão repetir taes annuncios nos jornaes da Côte e das ditas Provincias.

Art. 51. Nenhum candidato poderá ser inscripto sem que justifique previamente perante o Director:

1.º Ser cidadão Brasileiro.

2.º Maioridade legal.

3.º Maioridade, por meio de attestações dos parochos e de folhas corridas nos lugares onde houver residido nos cinco ultimos annos.

4.º Capacidade profissional.

Art. 52. He absolutamente prohibida a inscripção de qualquer individuo que tiver sido condemnado á pena de galés ou soffrido accusação judicial de furto, roubo, estelionato, bancarrota, rapto ou outro qualquer crime que offenda a moral publica ou a religião do Estado.

Quando porém a accusação judicial tiver sido arguida de falsa pelo candidato, e não haja provocado condemnação judicial, poderá elle ser admittido, se assim o decidir a Congregação por via de recurso interposto dentro de dez dias.

Art. 53. A capacidade profissional prova-se exhibindo o candidato algum destes documentos:

Titulo de capacidade, na materia em concurso, conferido pelo Conselho-Director da instrucção primaria e secundaria da Côte.

Título de Professor publico, tambem da materia em curso, concedido pelo Governo Imperial.

Diploma de Bacharel ou de Doutor nas Faculdades do Imperio ou Academias estrangeiras, ou de Bacharel em letras.

Art. 54. As pessoas notaveis por seu talento e reconhecidamente habilitadas podem ser dispensadas pelo Governo da prova de capacidade.

Art. 55. Os candidatos que não apresentarem algum dos documentos exigidos nos arts. 53 e 54, passarão por exame antes de serem admittidos á inscripção.

Art. 56. O exame, no caso do artigo antecedente, será publico, em dia previamente annuciado, perante huma comissão composta do Director da Faculdade, como Presidente, e de dous examinadores nomeados pela Congregação, d'entre huma lista de pessoas habilitadas que o Director lhe apresentará.

Art. 57. Se o exame for de latim, de francez ou de inglez, será oral e por escripto.

O primeiro versará sobre a leitura e sobre a grammatica; o segundo constará da versão para o portuguez de algum dos authores mais difficeis; e da composição, na lingua de que se tratar, de hum trecho de algum classico portuguez dictado ao examinando.

Art. 58. Se o exame fôr de rhetorica e de poetica, constará da composição escripta de hum discurso ou narração, a qual poderá ser feita em latim: da analyse oral de hum trecho de prosador e de algum poeta, devendo os examinadores interrogar o candidato sobre os primeiros rudimentos da arte, e fazê-lo traduzir por escripto hum trecho latino designado pelo Director.

Art. 59. Se o exame for de historia e geographia, consistirá no desenvolvimento escripto, e na exposição oral de algum dos mais importantes periodos historicos, sendo o candidato interrogado tambem sobre os factos que tenham relação mais immediata com os mesmos periodos, sobre a posição geographica do paiz ou paizes de que se tratar, e sobre geographia em geral.

Art. 60. Se o exame for de philosophia racional e moral, exigir-se-ha do candidato huma dissertação escripta, e huma exposição oral sobre algumas das mais importantes questões da sciencia, devendo os examinadores arguir sobre ambas as provas.

Art. 61. Se o exame, finalmente, for de arithmetica e geometria, além da prova escripta, que consistirá na exposição methodica de alguma parte da sciencia, poderão os examinadores fazer as perguntas que julgarem necessarias.

Art. 62. O tempo para a prova escripta será de duas horas, e para a oral de huma, tocando meia hora a cada examinador.

Art. 63. A prova escripta deverá sempre preceder a oral. Concluida esta, occupar-se-ha a commissão com o exame da primeira, sobre a qual cada hum dos examinadores escreverá seu voto motivado, concedendo ou negando o titulo de capacidade requerido.

Nessa votação, e para justifica-la, deverão os examinadores attender tambem ao merecimento da prova oral.

Art. 64. Se concorrer em hum dia mais de hum examinando, deverá a prova escripta de todos versar sobre o mesmo ponto.

Art. 65. O assumpto para as provas escriptas dos exames será tirado por sorteio d'entre pontos formulados por dous Lentes ou Professores nomeados douts dias antes dos exames pelo Director, com tanto que não tenham de ser examinadores.

Art. 66. Estes pontos registrados pelo Secretario em livro especial serão numerados, e os numeros correspondentes lançados em huma urna em tiras de papel de hum só tamanho e enrolados por igual maneira na occasião do exame.

Dessa urna extrahirá o candidato, se for hum só, ou o primeiro que houver requerido, ou lhe competir essa designação pela ordem das letras iniciais de seu nome, se mais de hum tiver apresentado seu requerimento ao mesmo tempo, o ponto que deva fazer o objecto do exame.

Art. 67. As demais formalidades do exame serão as mesmas marcadas para os de preparatorios no cap. 1.º do Regulamento complementar das Faculdades de Direito.

Art. 68. O rigor das provas de moralidade poderá ser dispensado pelo Director em casos especiaes que lhe parecerem dignos de attenção, ouvida a Congregação.

Das dispensas que assim conceder dará elle parte immediatamente ao Governo, expondo os motivos que o levirão a uzar de semelhante faculdade.

Art. 69. Findo o prazo das inscripções, será marcado pelo Director o dia mais proximo que for possivel para o exame dos concurrentes, ao qual serão admittidos todos os que se houverem inscripto e se acharem presentes, tomando-se por termo lavrado pelo Secretario o nome daquelles que não comparecerem dentro do primeiro quarto de hora depois da que tiver sido designada para o concurso.

Art. 70. Quando no concurso se apresentar só hum pretendente já approvedo, poderá este sem novo exame ser apresentado ao Governo.

Art. 71. Neste caso o Director lhe avisará para que em hum prazo determinado exhiba em requerimento ao Governo, todos os documentos que possuão abonar seu merito litterario e sua moralidade.

Art. 72. Quando comparecerem dous ou mais candidatos, haverá sobre a materia, cujo ensino for objecto da cadeira

em concurso, hum trabalho escripto, para o qual se dará o prazo de duas horas.

Art. 73. Findo este prazo, o Presidente do exame fará signal pelo toque de hum campainha, e os concurrentes, depois de entregarem suas provas, argumentarão entre si sobre hum ponto concernente á materia que cada hum delles tirará por sorteio, e sobre o methodo e systema do ensino da respectiva cadeira.

Art. 74. O ponto de que falla o artigo antecedente será extrahido d'entre os que formular hum dos Juizes do concurso designado no principio do exame pelo Presidente, enquanto os candidatos estiverem occupados com a prova escripta; e, lançados no livro a que se refere o art. 66, proceder-se-ha á sua collocação na urna, pela fórma declarada no mesmo artigo.

Art. 75. O assumpto do trabalho escripto será hum só para todos os concurrentes que forem examinados no mesmo dia.

Art. 76. Os nomes dos candidatos serão lançados em uma urna, d'onde o Secretario os irá extrahindo. O primeiro, cujo nome sahir dessa urna, argumentará por espaço de meia hora ao segundo; este ao terceiro, e assim por diante até o ultimo, que deverá argumentar ao primeiro.

Art. 77. A commissão de exames compor-se-ha do Director, que será o Presidente, de dous Lentes, nomeados, hum pelo Presidente da Provincia e outro pelo Director, e de dous examinadores designados pela Congregação.

Art. 78. Não haverá votação sobre a argumentação; mas a commissão, no graduar o merecimento dos concurrentes pelo exame da prova escripta, deverá attender o merecimento daquelle outra prova.

Art. 79. As decisões da commissão serão dadas e justificadas por escripto, e acompanharão com as respectivas provas a proposta que pela ordem do merecimento dos candidatos o Director houver de fazer ao Governo, ao qual serão tambem presentes todos os documentos que os concurrentes tiverem juntado aos seus requerimentos.

As referidas provas reverterão, depois da decisão do Governo, á Secretaria da Faculdade, onde serão archivadas.

Art. 80. Quer na hypothese do art. 70 quer na do 72, o Governo poderá deixar de nomear o candidato proposto, ou de fazer a escolha d'entre os propostos, mandando neste caso proceder a novo concurso.

Art. 81. Se, depois de findo o prazo das inscripções, nenhum candidato se apresentar, será o dito prazo prorogado por mais seis mezes; e se, terminando o novo prazo, ninguém se inscrever, o Governo poderá nomear quem lhe aprouver, com tanto que reuna as condições do art. 51.

Art. 82. Haverá na Secretaria da Faculdade hum livro

para os termos de exames dos concurrentes, contendo simplesmente as decisões da comissão, e outro reservado, em que o Secretario registrará os votos justificados dos examinadores a respeito das provas.

Art. 83. A' proposta de que tratão os arts. 70 e 79 fará o Director acompanhar hum Officio seu, no qual dará conta circumstanciada ao Governo do que houver occorrido no Processo da inscripção e do Concurso; e o informará reservadamente sobre tudo quanto lhe constar e colher dos documentos apresentados acerca dos candidatos.

CAPITULO V.

Das conferencias dos Professores.

Art. 84. Os Professores e Substitutos das Aulas preparatorias, depois de encerrados os trabalhos do anno lectivo, se reunirão em dia previamente annuciado pelo Director, e sob sua Presidencia, a fim de conferenciarem entre si sobre assumptos que interessem o regimen interno das Aulas, methodo do ensino, compendios e livros adoptados, expondo as observações que tiverem colhido de sua experiencia e estudo.

Art. 85. Esta conferencia será regulada pelas instrucções que forem expedidas pelo Governo para os Professores publicos na Côrte, na conformidade do art. 76 do Regulamento da instrucção primaria e secundaria de 17 de Fevereiro de 1854, e poderá durar até tres dias consecutivos.

Art. 86. O Director permittirá que, finda a conferencia, cada Professor ou Substituto apresente resumidamente suas observações por escripto, e as enviará por copia ao Governo com as reflexões que lhe occorrerem.

Art. 87. O mesmo Director participará ao Governo o resultado destas conferencias e os nomes dos Professores e Substitutos que comparecerem, e nellas mais se distinguirem.

CAPITULO VI.

Disposições geraes.

Art. 88. O Governo, quando julgar conveniente ao ensino, poderá resolver, sobre proposta da Congregação, que a cadeira de francez e inglez seja dividida em duas.

Art. 89. Os Professores deverão representar ao Director, para que chegue ao conhecimento da Congregação e do Governo, sobre tudo quanto possa interessar ao ensino e á economia interna de suas aulas.

Art. 90. O Director, no fim de cada anno, enviará com o Relatorio que tem de dirigir ao Governo sobre o estado da Faculdade, outro ácerca das Aulas preparatorias, do procedimento e serviços dos Professores e Substitutos, progresso dos alumnos e medidas necessarias para o melhoramento do ensino. A este Relatorio acompanhará hum mappa das faltas de cada Professor e Substituto, com declaração das que tiverem sido justificadas.

Art. 91 Ficão revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Maio de 1836.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

N.º 2. — JUSTIÇA. — Aviso circular de 30 de Janeiro de 1857. — *Estabeleceu regras a respeito da criação e suppressão, annexação e desannexação dos Officios de Justiça.*

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho d'Estado sobre a Consulta da Secção de Justiça do mesmo Conselho de 25 de Janeiro de 1856, a respeito das duvidas, que tem occorrido quanto á criação e suppressão, annexação e desannexação dos Officios de Justiça, Houve por bem, por sua Imperial Resolução de 17 do corrente, Approvar o dito Parecer, menos quanto a parte relativa á annexação e desannexação por depender de interpretação Legislativa. Manda portanto o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex. cumpra pela parte que lhe toca, a dita Imperial Resolução, influindo para que a doutrina da Consulta, que se funda no art. 2.º da Lei de interpretação do Acto Additional, prevaleça nas deliberações da Assembléa Provincial quando houver de legislar sobre a criação ou suppressão, annexação ou desannexação dos Officios de Justiça.

Da referida Consulta, que impressa remetto inclusa a V. Ex. para sua intelligencia e execução, resultão as seguintes decisões, em as quaes ella se resume:

1.º A faculdade que tem as Assembléas Provinciaes de legislar sobre a criação e suppressão dos Officios de Justiça comprehende não só os Officios existentes ao tempo do Acto Additional, senão tambem os creados depois delles (1.º quesito da Consulta.)

Art. 90. O Director, no fim de cada anno, enviará com o Relatorio que tem de dirigir ao Governo sobre o estado da Faculdade, outro ácerca das Aulas preparatorias, do procedimento e serviços dos Professores e Substitutos, progresso dos alumnos e medidas necessarias para o melhoramento do ensino. A este Relatorio acompanhará hum mappa das faltas de cada Professor e Substituto, com declaração das que tiverem sido justificadas.

Art. 91 Ficão revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Maio de 1836.

Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

N.º 2. — JUSTIÇA. — Aviso circular de 30 de Janeiro de 1857. — *Estabeleceu regras a respeito da criação e suppressão, annexação e desannexação dos Officios de Justiça.*

Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1857.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho d'Estado sobre a Consulta da Secção de Justiça do mesmo Conselho de 25 de Janeiro de 1856, a respeito das duvidas, que tem occorrido quanto á criação e suppressão, annexação e desannexação dos Officios de Justiça, Houve por bem, por sua Imperial Resolução de 17 do corrente, Approvar o dito Parecer, menos quanto a parte relativa á annexação e desannexação por depender de interpretação Legislativa. Manda portanto o Mesmo Augusto Senhor que V. Ex. cumpra pela parte que lhe toca, a dita Imperial Resolução, influindo para que a doutrina da Consulta, que se funda no art. 2.º da Lei de interpretação do Acto Additional, prevaleça nas deliberações da Assembléa Provincial quando houver de legislar sobre a criação ou suppressão, annexação ou desannexação dos Officios de Justiça.

Da referida Consulta, que impressa remetto inclusa a V. Ex. para sua intelligencia e execução, resultão as seguintes decisões, em as quaes ella se resume:

1.º A faculdade que tem as Assembléas Provinciaes de legislar sobre a criação e suppressão dos Officios de Justiça comprehende não só os Officios existentes ao tempo do Acto Additional, senão tambem os creados depois delles (1.º quesito da Consulta.)

2.º Pelo principio de que compete ao Poder Geral a organização Judiciaria, e não poderem as Assembléas Provinciaes crear ou supprimir Officios de Justiça—alterando a sua natureza e attribuições—segue-se:

Que quando o numero for connexo ou essencial á organização, não podem ellas tornar privativo de huma só pessoa hum Officio, que he cummulativo, ou cummulativo hum Officio, que he privativo de huma só pessoa (3.º e 4.º—quesitos.)

3.º Pelos mesmos principios não podem ellas crear Officios especiaes ou destinados exclusivamente para certa especie de cousas, de pessoas ou acções, porque esta creação cerceia attribuições de outros Officios, altera-lhes a natureza, dá existencia a empregos de natureza nova (2.º quesito)

4.º Pelos mesmos principios não podem as Assembléas Provinciaes supprimir absolutamente os Officios de Justiça, porque a suppressão absoluta importa a suppressão das attribuições (5.º quesito.)

5.º Quando as Assembléas Provinciaes não designarem o numero dos Officios, deve elle regular-se pelo Decreto de 30 de Janeiro de 1834 (8.º quesito).

Emquanto á annexação e desannexação dos Officios, fica entendido, á vista da Imperial Resolução, que até haver interpretação Legislativa deve ser respeitada a posse, em que estão as Assembléas Provinciaes de legislar á este respeito, sem prejuizo das regras estabelecidas nas decisões antecedentes.

Deos Guarde a V. Ex.—José Thomaz Nabuco de Araujo.—
Sr. Presidente da Provincia de....

Consulta a que refere o Aviso supra.

Senhor.

Mandou Vossa Magestade Imperial por Aviso de 3 de Dezembro ultimo, que a Secção de Justiça do Conselho d'Estado respondesse a 9 quesitos, tendentes a resolver questões suscitadas sobre o direito de decretar a annexação, ou desannexação de Officios.

Para bem do methodo e evitar frequentes repetições, a Secção julga conveniente começar fixando suas idéas quanto aos direitos, que a respeito dos Officios tem os Poderes Geraes e Provinciaes.

O Acto addicional deo ás Assembléas Provinciaes no art. 10 § 7.º o direito de legislar sobre a creação e suppressão dos empregos Municipaes e Provinciaes.

Tratando de os definir declarou, que o são *todos os que existirem* nos Municípios, e Provincia, á excepção dos de Fazenda Guerra, Marinha, Correio, Faculdades de Medicina e Direito, e dos cargos de Presidentes, Bispos, Commandantes Superiores, e Membros das Relações, e Tribunaes Superiores.

Ficarão por consequencia comprehendidos na classe de Provinciaes e Municipaes todos os outros, apesar de serem muitos delles relativos á objectos, sobre os quaes as Assembléas Provinciaes pelo mesmo Acto Adicional não podem legislar, pois só lhes deo Poder Legislativo á respeito dos objectos especialmente designados nos arts. 10 e 11.

Ora se se entendesse que o direito de crear e supprimir empregos conferido ás Assembléas Provinciaes comprehendia, á respeito destes (relativos á objectos sobre que ellas não podem legislar), o de os fazer completamente desaparecer, ou o de fazer apparecer outros de natureza inteiramente nova, a contradição seria patente, o absurdo revoltante, e o conflicto entre os dous Poderes Legislativos permanente.

Assim pois, logo depois de decretado o Acto Adicional, e quando ainda dominavão as idéas e os homens, que sustentarão os principios federativos na decretação do Acto Adicional, elles mesmos o reconhecerão, e com a lealdade de homens de bem, que podião errar, mas desejavão acertar, proclamárão a necessidade de explicar, que esse direito de *crear e supprimir* empregos declarados Provinciaes, mas cujas attribuições erão de natureza á executar Leis Geraes e exorbitantes do Poder Legislativo Provincial, se referia não a creações ou supressões parciaes, ou por outra ao direito de augmentar ou diminuir o numero desses empregos; reconhecendo que o direito de crear no sentido de fixar attribuições e determinar a natureza do emprego considerado em abstracto, e sem relação a numero, não podia deixar de pertencer ao Poder Legislativo Geral.

He o que se acha expressamente consignado no Relatorio do Ministro da Justiça de 1835, quando ainda funcionava a Regencia; eis as suas formaes palavras:

« Senhores, sempre foi da minha opinião, que o Imperio
« precisava ampliar em sua Constituição o elemento federativo,
« que nella havião admittido seus illustres redactores; mas
« nunca foi de minha intenção, que o Governo Geral ficasse
« destituido da influencia e força necessaria para manter a
« união.

« Eu reputo essa união tão indispensavel para a felicidade
« do Paiz, que creio, que sem ella será impossivel que se
« mantenhão em muitas Provincias a organização, que lhes
« destes, e as mesmas fórmás do Governo Representativo,
« que a Constituição Geral lhes garante; e he por isso que
« venho porpor-vos as duvidas, que aquella Lei tem levado
« tado á respeito dos empregos do Poder Judiciario.

« A primeira he relativa ao § 7.º do art. 10, em que
 « se authorisa as Assembléas Provinciaes a legislar sobre a
 « creação e suppressão de empregos Provinciaes e Municipaes.
 « Deste paragrapho tem alguns entendido que as Assembléas
 « podem crear autoridades novas e desconhecidas nas Leis
 « Geraes, e assim tambem supprimir outras, que as mesmas
 « Leis tenham estabelecido; outros pelo contrario entendem,
 « que essa faculdade apenas se limita a augmentar ou dimi-
 « nuir o numero daquelles empregos Provinciaes, que são
 « estabelecidos pelas mesmas Leis Geraes. A intelligencia do
 « Governo he a segunda por ser a unica conciliavel com a
 « Constituição, e com a mesma Lei da reforma; no entre-
 « tanto he da maior importancia fixar huma regra incontestavel
 « á esse respeito ».

Poucos mezes depois, e quando já governava o primeiro
 Regente do Acto Adicional baixou o Decreto de 9 de Dezem-
 bro de 1835 dando instrucções, cujo § 6.º he o seguinte:

« Bem que as Assembléas Provinciaes possam sem duvida
 « alguma crear e supprimir os empregos Administrativos Pro-
 « vinciaes, e dar á cada hum delles as attribuições, que lhes
 « parecerem convenientes, releva observar, quanto será nocivo
 « á regular Administração da Justiça, e mesmo ao direito
 « das partes, que ellas alterem por qualquer maneira as
 « attribuições, que competem ás Autoridades Judiciarias, pelo
 « transtorno e confusão que similhante medida imprimiria
 « no systema Judiciario, que deve ser uniforme em todo o
 « Imperio.

« Esta uniformidade, além de ser reclamada pelos princi-
 « pios mais sãos de Jurisprudencia, funda-se em certo modo
 « no Supremo Tribunal de Justiça, que, sendo hum só para
 « conhecer das revistas, que se interpõe das sentenças pro-
 « feridas nas diversas Provincias do Imperio, não póde em
 « taes objectos regular-se senão por Leis Geraes. Estas refle-
 « xões contudo não envolvem em si o corollario de que as
 « Assembléas Provinciaes estejam inhibidas de augmentar,
 « ou diminuir o numero destes empregados. Ellas tem todo
 « o direito de fazel-o, com tanto que se conservem as attri-
 « buições, que são inherentes a cada hum delles, para o jul-
 « gamento e decisão das questões, tanto no fóro Civil,
 « como Criminal. »

Essas Instrucções confirmão a doutrina exposta; erão
 porém hum Acto do Poder Executivo, de certo incompetente
 para interpretar o Acto Adicional: por consequencia as
 duvidas continuarão; e no anno de 1836 assim se exprimia
 o Ministro da Justiça em seu Relatorio:

« O Governo tem-se prescripto a regra de entender
 « litteralmente o Acto Adicional, de que deve ser executor e
 « não interprete. Pelo art. 10 § 7.º podem as Assembléas

« Provinciaes legislar sobre a creação e supressão de empregos
 « Provinciaes, e pelo § 11 do mesmo artigo, sobre os casos,
 « e a forma porque poderão os Presidentes das Provinciaes
 « nomear, suspender, e ainda mesmo demittir os empregados
 « Provinciaes. Eu julgo de absoluta necessidade definir o que
 « seja propriamente—emprego—empregado. Nas disposições
 « daquelles dous paragraphos comprehende-se por ventura o
 « direito de alterar as qualificações dos Jurados, e dos Guardas
 « Nacionais, qualificações que já estão determinadas por
 « hum a Lei Geral? Poderão as Assembléas Provinciaes alterar
 « as qualificações, e as attribuições ainda mesmo daquellas
 « Autoridades de que ha recurso para os Tribunaes da União,
 « e autorisar os Presidentes para remover os Juizes de Direito?
 « Umas tem feito tudo isto; outras não se julgão com
 « direito de fazel-o, e nesta incerteza convém estabelecer
 « hum a regra fixa e invariavel »

Só porém no anno seguinte de 1837, he que aos 10 de Julho foi apresentado pela Commissão das Assembléas Legislativas hum Projecto de Interpretação, cujo art. 2.º he litteralmente o mesmo, que foi adoptado, e constitue o art. 2.º da Lei de 12 de Maio de 1840.

« A faculdade de crear e supprimir empregos Municipaes,
 « e Provinciaes, concedida as Assembléas de Provincia pelo
 « paragrapho setimo do art. 10 do Acto Adicional, somente
 « diz respeito ao numero dos mesmos empregos, sem alteração
 « da sua natureza e attribuições, quando forem estabelecidos
 « por Leis Geraes e relativas a objectos sobre os quaes não
 « podem legislar as referidas Assembléas. »

Vejamos porque maneira foi elle explicado pela Commissão, que o propôz ás Camaras, que o adoptarão.

Depois de ter indicado os absurdos, que resultavão de entender que as Assembléas Provinciaes fossem as competentes para crear e supprimir, no sentido lato, os empregos creados por Leis Geraes, e sobre objectos, que não são da competencia legislativa das Assembléas Provinciaes, diz o Parecer :

« E' principio corrente de Hermeneutica que todas as vezes que da Lei entendida por certo modo se seguem graves inconvenientes e absurdos, não se lhe deve dar essa intelligencia, e isto muito principalmente quando as suas palavras admittem outra que evita esses inconvenientes e absurdos.

« Essa outra intelligencia que a commissão adopta vem a ser a seguinte.

« Devemos distinguir duas classes de empregados provinciaes e municipaes.

« Ha pois empregados provinciaes e municipaes creados por Leis geraes para execução das Leis tambem geraes, re-

« lativas a objectos sobre os quaes não podem legislar as As-
« sembléas de Provincia. Taes são os Juizes de Direito, Muni-
« cipaes, de Orphãos, de Paz, os Promotores, Tabelliães,
« Escrivães, Parochos, Vereadores, Chefes de legião, e mais
« Officiaes da Guarda Nacional.

« Ha empregados Provinciaes e Municipaes creados por
« Leis Provinciaes, ou ainda mesmo Geraes, relativas á objectos
« sobre os quaes podem legislar as Assembléas de Provincia.
« Taes são os empregados na instrução publica, na direcção
« e administração de obras Provinciaes e Municipaes, na
« arrecadação e fiscalisação das rendas Provinciaes e Muni-
« cipaes, na direcção e administração das casas de prisão,
« trabalho, correccão e soccorros publicos, nos corpos Po-
« liciaes das Provincias, na administração dos bens Provin-
« ciales, na organização da estatística da Provincia, na ca-
« techese e civilisação dos indigenas, no estabelecimeto de
« colonias, &c.

« A commissão entende que o paragrapho em questão diz
« respeito somente aos empregados Provinciaes da primeira
« classe, e unicamente comprehende a faculdade de os crear
« e supprimir numericamente, augmentando ou diminuindo
« o seu numero, o que concorda com o paragrapho primeire
« do mesmo artigo, que faculta as Assembléas Legislativas
« Provinciaes o legislarem sobre a divisão civil, judiciaria e
« ecclesiastica.

« Esta intelligencia, no entender da commissão, salva
« todos os inconvenientes que nascem da outra já proposta e
« examinada, conserva a unidade, harmonia e uniformidade
« da legislação geral em todo o Imperio. Por ella, tanto o Po-
« der Legislativo Geral, como o Provincial, encontra na es-
« phera das suas attribuições tudo quanto he necessario para seu
« completo desempenho. Cada hum desses poderes move-se
« livre e desembaraçado, sem encontrar o outro a cada passo
« no mesmo terreno. »

Fica pois evidente, que além dos empregos geraes, como
Presidentes, Bispos, e outros acima especificados, ha duas
especies de empregados Provinciaes; isto he, uns, que são des-
tinados á servir em objectos, sobre que não podem legislar
as Assembléas Provinciaes, e outros pelo contrario, cujas
funções se referem á objectos puramente Provinciaes.

A respeito dos da primeira especie vimos, que o direito
de crear e supprimir se refere á creação, ou suppressão nume-
rica; a respeito dos outros pelo contrario não se dá a mesma
limitação. He o que passamos a ver.

O Acto Adicional não trata dos empregos Provinciaes
no paragrapho setimo somente; no paragrapho onze, esta-
belece, que as Assembléas Provinciaes podem legislar sobre
os casos, e a fórma da nomeação, suspensão, e demissão
dos empregados Provinciaes.

A Commmissão das Assembléas Provinciaes em 10 de julho de 1837 no seu parecer, sustentou que este paragrapho onze falla somente dos da segunda especie, isto he, daquelles, cujas funcções se referem á objectos puramente Provinciaes.

« Porquanto (diz a Commmissão) fôra incongruente que em-
« empregados geraes, creados por Leis Geraes, para executar
« Leis Geraes, relativas a negocios tambem geraes, ficassem
« inteiramente, quanto ás suas nomeações, suspensões e
« demissões, fôra da acção do Poder Legislativo e Governo
« Geral. Seria por certo contraria á boa razão, á ordem social
« e aos principios de huma boa administração similhante dou-
« trina. Fôra de mais injusto que o Poder Geral fosse res-
« ponsavel pela ordem publica e pela união do Imperio,
« estando por tal modo privado de toda a acção sobre os
« empregados encarregados de executar as Leis da União.

« Releva pois ter bem diante dos olhos, que a excepção
« dos paragraphos quinto e oitavo do artigo onze do Acto
« Addicional, dando attribuições cumulativas á União e ás
« Provincias, firma regra em contrario, quanto ás attribui-
« ções conteúdas nos seus outros paragraphos, e nos do ar-
« tigo dez. Nestes termos a attribuição comprehendida no
« paragrapho onze em questão he privativa das Legislaturas
« Provinciaes, e não pôde em algum modo ser cumulativa
« com os Poderes da União. Assim, creando a Assembléa
« Geral empregados para executar as suas Leis (não sendo
« daquelles de que falla a segunda parte do paragrapho
« setimo do artigo dez do Acto Addicional) não poderia
« legislar sobre a sua nomeação, suspensão e demissão.
« Seria portanto preciso que taes Leis fossem ás Assembléas
« Provinciaes para lhes dar complemento. Teriamos neste caso
« Leis Geraes dependentes de dezoito Assembléas Provinciaes para
« que podessem ter execução em todo o Imperio. Leis em parte
« Geraes, em parte Provinciaes. Leis Geraes que para terem
« execução necessitarião do beneplacito das Legislaturas das
« Provincias. A Commmissão, talvez pelas suas acanhadas luzes,
« não tem conhecimento de nenhuma fôrma de organização
« politica, que, deixando ao Poder Geral a faculdade de fazer
« Leis por si mesmo obrigatorias, anniquilasse depois contra-
« dictoriamente por semelhante modo todo o seu effeito.

« Supponhamos que a Assembléa Geral julga necessario dar
« nova fôrma e organização ás Municipalidades ou á Guarda
« Nacional. Os Vereadores e Officiaes da Guarda Nacional não
« são empregados Geraes, mas sim Provinciaes.

« Mas, segundo a intelligencia que a Commmissão combate
« dos paragraphos setimo e onze em questão, somente per-
« tence ás Assembléas Provinciaes legislar sobre a nomeação,
« suspensão e demissão de taes empregados.

« E assim, como poderá a Assembléa Geral reformar a

« organização das Municipalidades e da Guarda Nacional? Como
 « o poderá fazer sem crear outros funcionarios, e sem legis-
 « lar sobre a maneira de os nomear? Como o poderá fazer
 « sem ferir attribuições, que, segundo a intelligencia que a
 « Comissão combate, pertencem nesse caso ás Assembléas
 « Provinciaes? Como poderão essas Assembléas exercer taes
 « attribuições sem legislar, sobre a organização e fôrma das
 « Municipalidades e da Guarda Nacional?

« Todos estes embarços, todas estas incoherencias resul-
 « tão de que se tem querido regular as attribuições das As-
 « sembléas Provinciaes, unicamente pela classificação de em-
 « pregados Geraes e Provinciaes que o Acto Addicional esta-
 « beleece, e não por hum a razoavel intelligencia dos artigos
 « dez e onze que marcão essas attribuições, e pela regra do
 « artigo doze, que expressamente declara que as ditas Assem-
 « bléas não podem legislar sobre objectos não comprehen-
 « didos nos referidos artigos dez e onze.

« Deste modo hum a simples classificação de empregados
 « prevalece sobre disposições que fixão os Poderes da União
 « e das Provinciaes, e marcão as raías de cada hum d'elles!»

Firmando-se nestes raciocinios, a Comissão offerece o
 artigo, que sem alteração no pensamento he o seguinte da Lei
 de 12 de Maio de 1840.

« O paragrapho onze do mesmo artigo dez somente com-
 « prehende aquelles empregados Provinciaes, cujas funcções
 « são relativas a objectos sobre as quaes podem legislar as
 « Assembléas Legislativas de Provinciaes, e por maneira ne-
 « nhuma aquelles que são creados por Leis Geraes relati-
 « vas a objectos da competencia do Poder Legislativo Geral.»

Os empregos publicos no Imperio, em vista do exposto,
 julga-se a Secção autorizada para distinguir nas tres cathe-
 gorias seguintes:

1.^a Geraes a respeito dos quaes as Assembléas Provinciaes
 não pódem exercer attribuição alguma legislativa. Taes são
 os Presidentes, Bispos, e os outros acima enumerados.

2.^a Provinciaes e Municipaes, mas creados por Leis Geraes
 para execução de Leis Geraes relativas a objectos, sobre os
 quaes não podem legislar as Assembléas Provinciaes. — Nesta
 cathgoria entrão os Juizes de primeira Instancia, os Eseri-
 vães, Tabelliães, e em geral os Officios de Justiça creados
 para execução dos Codigos e Leis de Organização Judiciaria,
 por serem objectos estes, sobre os quaes não podem legislar
 as Assembléas Provinciaes. — A respeito destes empregos as
 Assembléas Provinciaes tem a faculdade de os crear e sup-
 primir numericamente; isto he, augmentando ou diminuindo
 o seu numero; direito este correlativo ao que ellas tem de
 legislar sobre a divisão Civil, Judiciaria, e Ecclesiastica; mas
 sempre subordinado á condição de não augmentar ou diminuir

atribuições, nem alterar sua natureza (art. 2.º da Lei de 12 de Maio de 1840 nas palavras, « somente diz respeito ao numero dos mesmos empregos sem alteração de sua natureza e attribuições... »)

3.ª Empregos Provinciaes e Municipaes, cujas funções são relativas a objectos, sobre os quaes podem legislar as Assembléas Provinciaes. Taes são todos os empregos, que não entram nas duas primeiras cathogorias. A respeito destes os Poderes Geraes carecem absolutamente de attribuições; as Assembléas Provinciaes tem a plenitude do Poder Legislativo; e podem por consequencia não só crear e supprimir em todas as accepções da palavra, mas até legislar sobre os casos, e a forma de sua nomeação, suspensão, e demissão; (Lei de 12 de Maio 1840 art. 3.º nas palavras « o paragra-pho onze do mesmo art. 10 do Acto adicional *somente* comprehendendo aquelles empregados Provinciaes, cujas funções são relativas á objectos, sobre os quaes podem legislar as Assembléas Legislativas de Provincia... »)

Admittidos estes principios, que a Secção não creou, e que apenas recordou estarem authenticamente admittidos pelo Poder competente, ella procurará applical-os para responder aos nove quesitos propostos.

Primeiro quesito.

A disposição do art. 10 § 7.º do Acto Adicional (2.ª parte), e art. 20 da Interpretação referem-se aos empregos existentes, ou tambem áquelles, que fossem de futuro creados por Leis Geraes em desempenho das attribuições, que competem ao Poder Geral?

O quesito de certo refere-se aos empregados da segunda cathogoria; com os da primeira nada tem que ver as Assembléas Provinciaes; com os da terceira nada a Assembléa Geral.

A respeito dos da segunda as expressões do Acto Adicional são — Legislar sobre a *creação*, e *supressão*.

Ora, qualquer que seja a intelligencia dada á palavra *creação*, he sempre especialmente relativa ao futuro; logo no Acto Adicional não se póde encontrar fundamento para excluir os empregos futuros.

A Lei da Interpretação limitou-se a explicar, que essa *creação* era puramente numerica, e não devia entender com a natureza e attribuições dos empregos; por tanto nella não se póde achar fundamento para a distincção, de que trata o quesito.

Pelo contrario o Parecer da Commissão, explicando a doutrina deste artigo, nota que ella he consentanea com a faculdade que tem as Assembléas Legislativas Provinciaes de legislar sobre a divisão Civil, e Judiciaria. Ora esta faculdade he

para o futuro; como pois negar, que igualmente o seja a de fixar o numero dos empregados em harmonia com as divisões, que se forem decretando?

Não hesita portanto a Secção em responder que essa attribuição das Assembléas Provinciaes refere-se não só aos empregos existentes, como tambem aos que de futuro forem creados por Leis Geraes. A Lei não fez a menor distincção.

Segundo quesito.

« Póde o Poder Geral, pelo principio de que lhe compete a organização Judiciaria, crear Officios de Justiça privativos? »

Crear hum Officio de Justiça privativo he destacar de outros huma porção de attribuições relativas á certa especie de pessoas, cousas ou acções para commettel-a a Funcionarios especiaes. Este simples enunciado mostra que a criação de hum Officio privativo cerceia as attribuições de outros, alteralhes a natureza, e dá existencia á Empregos de *natureza* nova.

Ora nós já vimos, que as Assembléas Provinciaes, a respeito de empregos da segunda classe, (que comprehende os Officios de Justiça) só tem o direito de os crear unicamente, isto he, sem augmentar, ou diminuir suas attribuições, nem alterar sua natureza; logo he evidente, que não podem crear Officios de Justiça privativos.

Mas se o Acto Addicional não deo ás Assembléas Provinciaes esse direito, he claro que continua a pertencer ao Poder Legislativo Geral.

Demais, o direito de interpretar o Acto Addicional no caso de duvida, sobre a intelligencia de algum artigo pertence ao Poder Legislativo Geral (Acto Addicional art. 25); mas este tem creado até Juizos privativos como o dos Feitos da Fazenda, e os Juizes e Tribunaes do Commercio, além de Escrivães privativos para o Jury, Execuções crimes, etc. logo ainda mesmo que houvesse duvida, (o que a Secção nega) ella se acharia resolvida pelo Poder competente.

Terceiro quesito.

« Póde o Poder Geral, por virtude do mesmo principio, crear dous ou mais Officios cumulativos, quando esse numero convier á organização? »

O direito de « crear ou supprimir empregos Publicos » foi pela Constituição dado ao Poder Legislativo no art. 15 § 16 sem a menor limitação.

Já ficou demonstrado que o Acto Addicional estabeleceo apenas duas.

Huma a respeito dos empregos da terceira classe, nos quacs

esse direito passou inteiramente do Poder Legislativo Geral para as Assembléas Provinciaes. Mas não he desses que tratamos.

A outra limitação, que he relativa aos empregados da segunda classe, consistia apenas em dar ás Assembléas Legislativas Provinciaes o direito de augmentar ou diminuir seu numero, e isso mesmo subordinado á condição de se « não alterar sua natureza e attribuições. »

Logo he claro, que o Poder Geral continua autorizado a crear Offícios cumulativos, e a declarar no Acto da creação o numero; a differença he que antes do Acto Adicional esse numero não podia ser alterado por outro Poder qualquer, hoje porém as Assembléas Provinciaes o podem augmentar ou diminuir.

Quarto quesito.

« Podem as Assembléas Provinciaes tornar privativos os Offícios, que o Poder Geral tem creado como cumulativos ou vice-versa tornar cumulativos aquelles que o Poder Geral tem creado como privativos? »

Para responder a este quesito a Secção julga necessario esclarecer primeiro que tudo o sentido, em que entende feita a pergunta.

Cumulativo, segundo o Dictionario Juridico de Pereira e Souza, se diz o que pertence a mais de hum. Neste sentido hum Officio cumulativo he aquelle, que no mesmo districto he exercido por mais de hum funcionario indifferentemente ou por distribuição.

O que constitue a natureza de hum Officio privativo he ser elle destinado a huma especie particular de cousas, pessoas, ou acções.

Admittindo esta significação, bem se vê que privativo e cumulativo significão idéas differentes, mas não contrapostas e inconciliaveis.

O Juizo de Orphãos he privativo, porque só trata de Inventarios, e Partilhas de Orphãos, herdeiros ausentes, e suas dependencias (Disp. Prov. art. 20), entretanto a Cidade da Bahia, teve dous Juizes de Orphãos, e a do Rio tem dous Escrivães, que servem cumulativamente. Eis-aqui exemplos de Offícios privativos, e ao mesmo tempo cumulativos.

Logo, se a Assembléa Provincial augmenta o numero dos Offícios privativos, tornando-os cumulativos, mas sem alterar sua natureza especial, nem suas attribuições, está perfeitamente no seu direito.

Mas parece que no quesito o sentido ligado a estas palavras he diverso: trata-se de idéas contrapostas. Officio privativo he o destinado a hum só funcionario; cumulativo á muitos.

Neste caso he necessario fazer huma distincção ; ou o numero dos Officios he fixado por maneira puramente accidental , de modo que a natureza do Officio não soffra alteração pelo augmento ou diminuição , e nesse caso não póde ser contestavel o direito , que tem as Assembléas Provinciaes deo augmentar ou diminuir ; ou pelo contrario o numero he por tal maneira ligado a natureza das attribuições , que a alteração não possa deixar de modificá-las , e nesse caso as Assembléas não o podem alterar ; porque como já vimos , e he expresso no art. 2.º da Lei de 12 de Maio de 1840 , o direito de augmentar ou diminuir o numero dos empregos da 2.ª classe, he subordinado á condição de se lhes não alterar a natureza o attribuições.

Hum exemplo tornará mais claro o pensamento da Secção. Quando a Lei de 3 de Dezembro de 1841 disse no artigo primeiro « haverá... em cada Provincia hum Chefe de Policia.... *Todas* as Autoridades são subordinadas ao Chefe de Policia » exprimio hum pensamento de unidade administrativa , que entra na natureza para não dizer essencia do cargo de Chefe de Policia.

Huma Lei Provincial, que dissesse — haverá dous ou tres Chefes de Policia alterava a natureza do cargo, e fazia desaparecer essa subordinação de *todas* as Autoridades Policiaes a hum Chefe *commun* e unico.

Outro ; creou-se hum registo geral para as Hypothecas convencionaes — Decreto de 14 de Novembro de 1846. O pensamento dessa disposição foi chamar a hum centro unico as hypothecas para facilitar as transacções de bens de raiz, e evitar muitas fraudes como que se illaqueava a boa fé dos incautos.

Huma Lei, que elevasse o numero destes registos, equivalia a huma revogação, não era simples alteração numerica.

Entende pois a Secção, que desde que o Poder Legislativo geral fixa o numero, fazendo nelle consistir parte essencial da organização, e de tal sorte que a natureza dos empregos e suas attribuições fiquem ipso facto alteradas, se o numero o for, as Assembléas Provinciaes não o podem alterar, porque se não verifica a condição, a que está sujeita esta sua attribuição.

Fôra porém desta hypothese, que não deve ser presumida, mas resultar directa, e manifestadamente das expressões da Lei, as Assembléas Provinciaes podem sem a menor limitação augmentar ou diminuir o numero dos empregos da segunda classe.

Quinto quesito.

« Podem as Assembléas Provinciaes supprimir absolutamente os Officios de Justiça creados pelo Poder Geral? »

Desde que esses Officios forão creados para execução das Leis Geraes, e em objecto sobre que não podem legislar as Assembléas Provinciaes, he evidente que ellas não podem supprimil-os absolutamente.

Supprimir alguns equivale ao direito de diminuir o numero, e esse direito ellas o tem; mas a suppressão absoluta de todos equivale a revogar a Lei que os creou: e seria absurdo dizer que as Assembléas Provinciaes podem *revogar* Leis Geraes, sobre objectos a respeito dos quaes *não podem legislar*; seria o idem esse et non esse.

Sexto quesito.

« A annexação, ou desannexação dos Officicios de Justiça não entende com a natureza dos mesmos Officios? »

Essencialmente não, accidentalmente he possivel. A natureza e attribuições de hum Officio, em regra, não são alteradas por que o serventuario reúne esse Officio a outro. Mas ha Officios, cujas attribuições são absolutamente incompativeis, e outros em que seria prejudicial a accumulção.

Mas como esse quesito parece á Secção ter por fim verificar, se as Assembléas Provinciaes o podem fazer, a Secção pondo de parte maior desenvolvimento ao que acaba de dizer, vai entrar directamente na questão principal. O direito de legislar sobre os casos e a fórma das nomeações dos empregados Provinciaes foi tirado ao Poder Legislativo Geral, e expressamente conferido ás Assembléas Provinciaes pelo § 11 do art. 10, como hum direito distincto, e não comprehendido no da creação e suppressão concedida pelo § 7.º do mesmo artigo; mas além de que esse paragrapho onze falla de nomeações feitas pelos Presidentes, e não pelo Governo, já vimos que o art. 3.º da Lei de 12 de Maio de 1840, declara positivamente que esse direito *«somente* comprehende aquelles empregados Provinciaes, cujas funções são relativas á objectos, sobre os quaes podem legislar as Assembléas Legislativas Provinciaes» ou por outra só os da terceira cathegoria.

Logo as Assembléas Provinciaes não podem legislar sobre os casos e a fórma da nomeação dos empregados em Officios de Justiça, que pertencem não á terceira mas á segunda cathegoria.

Ora, decretar a annexação dos Officios equivale a regular condições de nomeação. Desde que se annexa por Lei hum Officio a outro, o Poder encarregado de fazer a nomeação está

ligado a escolher para hum emprego o mesmo Cidadão, que escolher para outro; e consequentemente as limitações postas á nomeação de hum ficiário ipso facto comprehensivas da nomeação para outro.

O direito pois de annexar por Lei só pertence a quem tem o direito de regular a nomeação, e por tanto não compete ás Assembléas Legislativas Provinciaes, se não a respeito dos empregos da terceira classe.

A Secção julga desnecessario observar, que ella não confunde com estas annexações estabelecidas por Lei, que firmão regras e ligão o Poder Executivo, as annexações puramente eventuaes, que resultão da nomeação do mesmo individuo para dous empregos, ou mesmo as annexações que o Poder Executivo estabelece por Decreto seu impondo normas a si mesmo.

A antiga jurisprudencia estabelecia como regra, que os Officios não se devião accumular; mas admittia excepções. O Alvará de 8 de Janeiro de 1827 diz: « Hei por bem e me praz de declarar que qualquer pessoa, que for promovida de hum Officio á outro ha de largar o que dantes tinha, posto que sejão compatíveis, *se eu logo não declarar o contrario.* »

Com este pensamento concordão os Decretos de 21 de Setembro de 1677, 18 de Julho de 1681, 3 de Setembro de 1682, e 30 de Março de 1686.

Assim pois nos empregos compatíveis, se a nomeação manifestava a intenção de os fazer accumular, subsistia a accumulção; o que se queria era embaraçar, que com ob e subreção hum só individuo requeresse, e obtivesse diversos Officios. Veio depois o Decreto de 29 de Fevereiro de 1688; manteve a não accumulção como regra, mas exceptuou expressamente: 1.º os Officios *tenues*; 2.º os que os obtivessem *em huma só carta*.

Estes antigos principios se achão implicitamente consagrados pela Lei de 22 de Setembro de 1828, cujo artigo segundo, paragrapho onze declarou, que ao Governo compete: « Conceder licença para servir dous Officios verificando-se circumstancias, em que as Leis o permittem.

Reconhecco pois, 1.º que em regra os Officios se não accumulão, 2.º que as Leis admittem excepções: 3.º que o Juiz da conveniencia he nesses casos o Governo.

E de tudo isto crê a Secção poder concluir 1.º que, em regra, Officios diversos devem ser providos em pessoas diversas; 2.º que pelo contrario se forem *tenues* devem ser accumulados de modo á assegurar aos serventuarios subsistencia honesta: 3.º que o Poder que nomeia he o competente para o determinar, com tanto que o faça expressamente.

Em conclusão a Secção responde ao sexto quesito deduzindo do que expôz, os seguintes corollarios:

1.º

O direito de annexar e desannexar Offícios, como medida permanente, de modo que a nomeação para os annexados, ou, vice-versa, a impossibilidade da nomeação para os desannexados, está intimamente ligado com o direito de legislar sobre os casos e forma da nomeação.

2.º

As Assembléas Provinciaes só tem este ultimo direito á respeito dos empregos da terceira classe, e por tanto não podem legislar annexando ou desannexando os da segunda, (isto he aquelles, cuja criação pertence ao Poder Legislativo Geral, e cujas funções recahem sobre objectos, em que não podem legislar as Assembléas Provinciaes)

3.º

O direito de annexar Offícios eventualmente, e pelo facto de nomear o mesmo individuo para dous Offícios compatíveis, pertence ao Governo.

4.º

O direito de estabelecer como nórma das nomeações futuras as annexações nos precisos termos do corollario terceiro pôde ser exercido pelo Governo.

5.º

O direito de desannexar Offícios, que se annexarão não por disposições da Lei, mas na forma dos corollarios terceiro e quarto, compete igualmente ao Governo, salvos os direitos particulares adquiridos pelas nomeações feitas.

Setimo quesito.

« Se as Assembléas Provinciaes podem annexar ou desannexar Offícios de Justiça, que o Poder Geral, pelo principio da organização Judiciaria, annexou ou desannexou, não podem tambem annexar ou desannexar jurisdicção, quando a fonte do Poder he a mesma, isto he, o art. 10 § 7.º do Acto Adicional, e 2 da Lei de 12 de Maio de 1840? »

Respondido pela negativa o sexto, o setimo está prejudicado.

Oitavo quesito.

« O Decreto de 30 de Janeiro de 1834, que regulou os Offícios de Justiça das Villas novamente creadas, não se considera restaurado, desde que a Interpretação do Acto Adicional (art. 2.º) reduziu as cousas ao statu quo anterior às circumstancias, que reclamarão a mesma Interpretação? »

O Codigo do Processo no art. 3.º autorizou o Governo e Presidentes em conselho á fazer nova divisão de Termos, e Comarcas; no art. 5.º creou hum Escrivão das Execuções; no art. 39 mandou, que continuassem a servir perante os Juizes de Direito e Municipaes, tanto no Crime como no Cível, os Escrivães que servião perante os Juizes locais, e Ouvidores das Comarcas, no art. 12 da Disposição Provisoria determinou, que os Escrivães dos Juizes Municipaes e de Direito escrevessem em todos os Actos dos Processos, e execuções das Sentenças Cíveis.

Mas tendo estabelecido huma organização Judiciaria nova, e tendo autorisado a criação de novos Termos e Comarcas, sem fixar o numero dos Escrivães respectivos, o Governo entendeu que era consequencia da faculdade de crear os novos Termos e Comarcas fixar o numero dos Offícios de Justiça novamente creados, e procedendo em virtude dessa delegação, que considerava implicitamente concedida pelo art. 3.º do Codigo do Processo marcou pelo Decreto do 1.º de Março de 1833, o numero dos que devião existir em Iguassú, Itaborahy, e Parahiba do Sul.

Como porém nas Villas novamente creadas nas differentes Províncias do Imperio se encontrava a mesma lacuna, baixou o Decreto de 30 de Janeiro de 1834, fixando o numero de dous para todas as Villas novamente creadas.

Esse Decreto (expressamente o diz) foi huma ampliação do Decreto do 1.º de Março de 1833, e por consequencia se deriva como elle da mesma origem, isto he, da faculdade de crear novos Termos concedida pelo Codigo do Processo no artigo terceiro.

Parece claro por tanto que elle só pôde vigorar á respeito dos Termos novamente creados, em que não houver designação especial do numero.

Essa designação especial do numero he sem contestação huma attribuição das Assembléas Provinciaes, como ficou acima demonstrado; e por tanto onde ellas usarem desse direito devem ser respeitadas suas deliberações; onde ellas o tiverem omittido he claro, que deixão subsistir o Decreto de 30 de Janeiro de 1834, que então deriva sua força da vontade presumida da Assembléa Provincial.

A Secção julga desnecessario recordar, que o direito de fixar o numero he differente do direito de annexar. A Assem-

bléa Provincial pôde declarar, que o novo Termo tenha hum, dous ou tres Tabelliães do Judicial, tantos de Notas, tantos Escrivães dos Orphãos, tantos de Resíduos e Capellas, etc.; mas não o de prescrever, que o de Orphãos accumule os Resíduos, ou as Notas, etc., nem vice-versa. Esse direito nos casos, em que o Poder Legislativo Geral não tenha positivamente ordenado o contrario, já vimos na resposta ao sexto quesito, que pertence ao Poder Executivo, ou fazendo recahir os provimentos no mesmo individuo, ou estabelecendo por hum Decreto a nórma, que pretende seguir na concessão de taes provimentos.

Nono quesito.

« Como se deve proceder á respeito dos Titulos Vitalicios de Officios, que são ao depois desannexados pelas Assembléas Provinciaes? »

A Secção julga prejudicado este quesito, desde que nega ás Assembléas Provinciaes o direito de ordenar essas desannexações.

Ella se julga igualmente dispensada de apreciar os tres Decretos de 19 de Junho de 1847, 4 de Fevereiro de 1852, e 28 de Agosto de 1853, que lhe forão enviados para mostrar que os Gabinetes anteriores decretarão desannexação de Officios; 1.º por que parece que em vista da doutrina exposta elles não exorbitarão: 2.º por que em todos tres se trata de pessoas, que servirão Officios de Tabelliães de Notas, e que accumulávão os de Escrivães ou Tabelliães do Judicial, e que pedirão licença para renunciar á estes; foi aceita a renúncia, não para ficar como regra a desannexação, mas apenas para de accordo com a vontade dos providos ficarem elles, em quanto servissem os Officios de Tabelliães de Notas, dispensados de servir no Judicial.

Ora, esta medida se verifica algumas vezes até a respeito de attribuições de hum mesmo emprego, se quem o serve está impedido de exercer simultaneamente todos os deveres. A respeito do Decreto de 1852, accresce que o Governo nem nomeou serventuários para os Cartorios do Judicial renunciados; servem os Escrivães companheiros, como nos impedimentos temporarios, segundo consta do Relatorio desse anno: 3.º porque mesmo quando esses Decretos tivessem prescripto desannexações, em casos para que lhes fallasse competencia, seria hum erro commettido, e nunca hum principio, sobre que a Secção pudesse bascar direitos.

São estas as considerações que a Secção respeitosa e submette ao Alto Conhecimento de Vossa Magestade Imperial. A multiplicidade de quesitos, a importancia da materia, a novidade e mesmo a obscuridade de algumas das Disposições Le-

gislativas, que a regulação, fazem que a Secção recceie não ter correspondido ao que devia; mas ao mesmo tempo servirão para attenuar as faltas, que tiverem escapado, apezar dos esforços que empregou para acertar com a verdade.

Sala das Conferencias da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em 25 de Janeiro de 1856.—Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.—Marquez de Abrantes.—Visconde de Maranguape.

Que seja ouvido o Conselho d'Estado.—Paço em o 1.º de Março de 1856.—Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. José Thomaz Nabuco de Araujo.

N.º 482.—GUERRA.—Aviso de 30 de Dezembro de 1857.—
*Declara que os Facultativos dos menores do Arsenal de
Guerra e o da Escola de Applicaçào devem ser exceptuados
da Escala do serviço.*

Rio de Janeiro. Ministerio dos Negocios da Guerra em
30 de Dezembro de 1857.

Illm. e Exm. Sr.—Para conhecimento e governo de V. Ex. ,
e em additamento ao Aviso de 28 de Outubro deste anno, declaro
á V. Ex. que da Escala dos Officiaes do Corpo de Saude man-
dada organizar pelo Aviso do 1.º de Setembro anterior, devem
ser tambem exceptuados os Facultativos do Estabelecimento de
menores do Arsenal de Guerra da Côrte, e da Escola de
Applicaçào do Exercito.

Deos Guarde a V. Ex.—Jeronymo Francisco Coelho. —
Sr. Barão de Surubhy.